ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 133 Brasília - DF, sexta-feira, 15 de julho de 2022 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Congresso Nacional 1
Atos do Senado Federal 4
Atos do Poder Executivo 4
Presidência da República 5
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 7
Ministério da Cidadania 8
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 10
Ministério das Comunicações 22
Ministério da Defesa 26
Ministério do Desenvolvimento Regional 27
Ministério da Economia 39
Ministério da Educação 81
Ministério da Infraestrutura 83
Ministério da Justiça e Segurança Pública 89
Ministério do Meio Ambiente 100
Ministério de Minas e Energia 103
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 107
Ministério da Saúde 109
Ministério do Trabalho e Previdência 131
Ministério do Turismo 133
Conselho Nacional do Ministério Público 136
Ministério Público da União 137
Tribunal de Contas da União 138
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 150

Esta edição é composta de 151 páginas

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 14.327, DE 13 DE ABRIL DE 2022

Dispõe sobre requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e sobre a responsabilidade em caso de seu descumprimento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do parágrafo 5º do art. 66 da Constituição Federal, a seguinte parte vetada da Lei nº 14.327, de 13 de abril de 2022:

"Art. 2º É obrigatório para todas as piscinas e similares, existentes e em construção ou fabricação no território nacional, o uso de dispositivos de segurança aptos a resguardar a integridade física e a saúde de seus usuários, especialmente contra o turbilhonamento, o enlace de cabelos e a sucção de partes do corpo humano."

Brasília, 14 de julho de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Atos do Congresso Nacional

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 123

Altera o art. 225 da Constituição Federal para estabelecer diferencial de competitividade para os biocombustíveis; inclui o art. 120 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reconhecer o estado de emergência decorrente da elevação extraordinária e imprevisível dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados e dos impactos sociais dela decorrentes; autoriza a União a entregar auxílio financeiro aos Estados e ao Distrito Federal que outorgarem créditos tributários do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) aos produtores e distribuidores de etanol hidratado; expande o auxílio Gás dos Brasileiros, de que trata a Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021; institui auxílio para caminhoneiros autônomos; expande o Programa Auxílio Brasil, de que trata a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021; e institui auxílio para entes da Federação financiarem a gratuidade do transporte público.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Esta Emenda Constitucional dispõe sobre o estabelecimento de diferencial de competitividade para os biocombustíveis e sobre medidas para atenuar os efeitos do estado de emergência decorrente da elevação extraordinária e imprevisível dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados e dos impactos sociais dela decorrentes.

Art. 2º O § 1º do art. 225 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

"Art. 225. .....

§ 1º .....

.....

VIII - manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis destinados ao consumo final, na forma de lei complementar, a fim de assegurar-lhes tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis, capaz de garantir diferencial competitivo em relação a estes, especialmente em relação às contribuições de que tratam a alínea "b" do inciso I e o inciso IV do **caput** do art. 195 e o art. 239 e ao imposto a que se refere o inciso II do **caput** do art. 155 desta Constituição.

....." (NR)

Art. 3º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 120:

"Art. 120. Fica reconhecido, no ano de 2022, o estado de emergência decorrente da elevação extraordinária e imprevisível dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados e dos impactos sociais dela decorrentes.

Parágrafo único. Para enfretamento ou mitigação dos impactos decorrentes do estado de emergência reconhecido, as medidas implementadas, até os limites de despesas previstos em uma única e exclusiva norma constitucional observarão o seguinte:

I - quanto às despesas:

a) serão atendidas por meio de crédito extraordinário;

b) não serão consideradas para fins de apuração da meta de resultado primário estabelecida no **caput** do art. 2º da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, e do limite estabelecido para as despesas primárias, conforme disposto no inciso I do **caput** do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e

c) ficarão ressalvadas do disposto no inciso III do **caput** do art. 167 da Constituição Federal;

II - a abertura do crédito extraordinário para seu atendimento dar-se-á independentemente da observância dos requisitos exigidos no § 3º do art. 167 da Constituição Federal; e

III - a dispensa das limitações legais, inclusive quanto à necessidade de compensação:

a) à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa; e

b) à renúncia de receita que possa ocorrer."

Art. 4º Enquanto não entrar em vigor a lei complementar a que se refere o inciso VIII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, o diferencial competitivo dos biocombustíveis destinados ao consumo final em relação aos combustíveis fósseis será garantido pela manutenção, em termos percentuais, da diferença entre as alíquotas aplicáveis a cada combustível fóssil e aos biocombustíveis que lhe sejam substitutos em patamar igual ou superior ao vigente em 15 de maio de 2022.

§ 1º Alternativamente ao disposto no **caput** deste artigo, quando o diferencial competitivo não for determinado pelas alíquotas, ele será garantido pela manutenção do diferencial da carga tributária efetiva entre os combustíveis.

§ 2º No período de 20 (vinte) anos após a promulgação desta Emenda Constitucional, a lei complementar federal não poderá estabelecer diferencial competitivo em patamar inferior ao referido no **caput** deste artigo.

§ 3º A modificação, por proposição legislativa estadual ou federal ou por decisão judicial com efeito **erga omnes**, das alíquotas aplicáveis a um combustível fóssil implicará automática alteração das alíquotas aplicáveis aos biocombustíveis destinados ao consumo final que lhe sejam substitutos, a fim de, no mínimo, manter a diferença de alíquotas existente anteriormente.

§ 4º A lei complementar a que se refere o inciso VIII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal disporá sobre critérios ou mecanismos para assegurar o diferencial competitivo dos biocombustíveis destinados ao consumo final na hipótese de ser implantada, para o combustível fóssil de que são substitutos, a sistemática de recolhimento de que trata a alínea "h" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal.

§ 5º Na aplicação deste artigo, é dispensada a observância do disposto no inciso VI do § 2º do art. 155 da Constituição Federal.

Art. 5º Observado o disposto no art. 120 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a União, como únicas e exclusivas medidas a que se refere o parágrafo único do referido dispositivo, excluída a possibilidade de adoção de quaisquer outras:

I - assegurará a extensão do Programa Auxílio Brasil, de que trata a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, às famílias elegíveis na data de promulgação desta Emenda Constitucional, e concederá às famílias beneficiárias desse programa acréscimo mensal extraordinário, durante 5 (cinco) meses, de R$ 200,00 (duzentos reais), no período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022, até o limite de R$ 26.000.000.000,00 (vinte e seis bilhões de reais), incluídos os valores essencialmente necessários para a implementação do benefício, vedado o uso para qualquer tipo de publicidade institucional;

II - assegurará às famílias beneficiadas pelo auxílio Gás dos Brasileiros, de que trata a Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, a cada bimestre, entre 1º de julho e 31 de dezembro de 2022, valor monetário correspondente a 1 (uma) parcela extraordinária adicional de 50% (cinquenta por cento) da média do preço nacional de referência do botijão de 13 kg (treze quilogramas) de gás liquefeito de petróleo (GLP), estabelecido pelo Sistema de Levantamento de Preços (SLP) da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), nos 6 (seis) meses anteriores, até o limite de R$ 1.050.000.000,00 (um bilhão e cinquenta milhões de reais), incluídos os valores essencialmente necessários para a implementação do benefício, vedado o uso para qualquer tipo de publicidade institucional;

III - concederá, entre 1º de julho e 31 de dezembro de 2022, aos Transportadores Autônomos de Cargas devidamente cadastrados no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC) até a data de 31 de maio de 2022, auxílio de R$ 1.000,00 (mil reais) mensais, até o limite de R$ 5.400.000.000,00 (cinco bilhões e quatrocentos milhões de reais);

IV - aportará à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que dispõem de serviços regulares em operação de transporte público coletivo urbano, semiurbano ou metropolitano assistência financeira em caráter emergencial no valor de R$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), a serem utilizados para auxílio no custeio ao direito previsto no § 2º do art. 230 da Constituição Federal, regulamentado no art. 39 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), até 31 de dezembro de 2022;

V - entregará na forma de auxílio financeiro o valor de até R$ 3.800.000.000,00 (três bilhões e oitocentos milhões de reais), em 5 (cinco) parcelas mensais no valor de até R$ 760.000.000,00 (setecentos e sessenta milhões de reais) cada uma, de agosto a dezembro de 2022, exclusivamente para os Estados e o Distrito Federal que outorgarem créditos tributários do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) aos produtores ou distribuidores de etanol hidratado em seu território, em montante equivalente ao valor recebido;

VI - concederá, entre 1º de julho e 31 de dezembro de 2022, aos motoristas de táxi devidamente registrados até 31 de maio de 2022, auxílio até o limite de R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais);

VII - assegurará ao Programa Alimenta Brasil, de que trata a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, a suplementação orçamentária de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

§ 1º O acréscimo mensal extraordinário de que trata o inciso I do **caput** deste artigo será complementar à soma dos benefícios previstos nos incisos I, II, III e IV do **caput** do art. 4º da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e não será considerado para fins de cálculo do benefício previsto na Lei nº 14.342, de 18 de maio de 2022.

§ 2º A parcela extraordinária de que trata o inciso II do **caput** deste artigo será complementar ao previsto no art. 3º da Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021.

§ 3º O auxílio de que trata o inciso III do **caput** deste artigo observará o seguinte:

I - terá por objetivo auxiliar os Transportadores Autônomos de Cargas em decorrência do estado de emergência de que trata o **caput** do art. 120 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

II - será concedido para cada Transportador Autônomo de Cargas, independentemente do número de veículos que possuir;

III - será recebido independentemente de comprovação da aquisição de óleo diesel;

IV - será disponibilizada pelo Poder Executivo solução tecnológica em suporte à operacionalização dos pagamentos do auxílio; e

V - para fins de pagamento do auxílio, será definido pelo Ministério do Trabalho e Previdência o operador bancário responsável, entre as instituições financeiras federais, pela operacionalização dos pagamentos.

§ 4º O aporte de recursos da União para os Estados, para o Distrito Federal e para os Municípios de que trata o inciso IV do **caput** deste artigo observará o seguinte:

I - terá função de complementariedade aos subsídios tarifários, subsídios orçamentários e aportes de recursos de todos os gêneros concedidos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, bem como às gratuidades e aos demais custeios do sistema de transporte público coletivo suportados por esses entes;

II - será concedido em observância à premissa de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão do transporte público coletivo e às diretrizes da modicidade tarifária;

III - será repassado a qualquer fundo apto a recebê-lo, inclusive aos que já recebem recursos federais, ou a qualquer conta bancária aberta especificamente para esse fim, ressalvada a necessidade de que o aporte se vincule estritamente à assistência financeira para a qual foi instituído;

IV - será distribuído em proporção à população maior de 65 (sessenta e cinco) anos residente no Distrito Federal e nos Municípios que dispõem de serviços de transporte público coletivo urbano intramunicipal regular em operação;

V - serão retidos 30% (trinta por cento) pela União e repassados aos respectivos entes estaduais ou a órgão da União responsáveis pela gestão do serviço, nos casos de Municípios atendidos por redes de transporte público coletivo intermunicipal ou interestadual de caráter urbano ou semiurbano;

VI - será integralmente entregue ao Município responsável pela gestão, nos casos de Municípios responsáveis pela gestão do sistema de transporte público integrado metropolitano, considerado o somatório da população maior de 65 (sessenta e cinco) anos residente nos Municípios que compõem a região metropolitana administrada;

VII - será distribuído com base na estimativa populacional mais atualizada publicada pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DataSUS) a partir de dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e

VIII - será entregue somente aos entes federados que comprovarem possuir, em funcionamento, sistema de transporte público coletivo de caráter urbano, semiurbano ou metropolitano, na forma do regulamento.

§ 5º Os créditos de que trata o inciso V do **caput** deste artigo observarão o seguinte:

I - deverão ser outorgados até 31 de dezembro de 2022, podendo ser aproveitados nos exercícios posteriores;

II - terão por objetivo reduzir a carga tributária da cadeia produtiva do etanol hidratado, de modo a manter diferencial competitivo em relação à gasolina;

III - serão proporcionais à participação dos Estados e do Distrito Federal em relação ao consumo total do etanol hidratado em todos os Estados e no Distrito Federal no ano de 2021;

IV - seu recebimento pelos Estados ou pelo Distrito Federal importará na renúncia ao direito sobre o qual se funda eventual ação que tenha como causa de pedir, direta ou indiretamente, qualquer tipo de indenização relativa a eventual perda de arrecadação decorrente da adoção do crédito presumido de que trata o inciso V do **caput** deste artigo nas operações com etanol hidratado em seu território;

V - o auxílio financeiro será entregue pela Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, mediante depósito, no Banco do Brasil S.A., na mesma conta bancária em que são depositados os repasses regulares do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), da seguinte forma:

a) primeira parcela até o dia 31 de agosto de 2022;

b) segunda parcela até o dia 30 de setembro de 2022;

c) terceira parcela até o dia 31 de outubro de 2022;

d) quarta parcela até o dia 30 de novembro de 2022;

e) quinta parcela até o dia 27 de dezembro de 2022;

VI - serão livres de vinculações a atividades ou a setores específicos, observadas:

a) a repartição com os Municípios na proporção a que se refere o inciso IV do **caput** do art. 158 da Constituição Federal;

b) a inclusão na base de cálculo para efeitos de aplicação do art. 212 e do inciso II do **caput** do art. 212-A da Constituição Federal;

VII - serão entregues após a aprovação de norma específica, independentemente da deliberação de que trata a alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal; e

VIII - serão incluídos, como receita, no orçamento do ente beneficiário do auxílio e, como despesa, no orçamento da União e deverão ser deduzidos da receita corrente líquida da União.

§ 6º O auxílio de que trata o inciso VI do **caput** deste artigo:

I - considerará taxistas os profissionais que residam e trabalhem no Brasil, comprovado mediante apresentação do documento de permissão para prestação do serviço emitido pelo poder público municipal ou distrital;

II - será regulamentado pelo Poder Executivo quanto à formação do cadastro para sua operacionalização, à sistemática de seu pagamento e ao seu valor.

§ 7º Compete aos ministérios setoriais, no âmbito de suas competências, a edição de atos complementares à implementação dos benefícios previstos nos incisos I, II, III e IV do **caput** deste artigo.

Art. 6º Até 31 de dezembro de 2022, a alíquota de tributos incidentes sobre a gasolina poderá ser fixada em zero, desde que a alíquota do mesmo tributo incidente sobre o etanol hidratado também seja fixada em zero.

Art. 7º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 14 de julho de 2022

Mesa da Câmara dos Deputados	Mesa do Senado Federal
Deputado ARTHUR LIRA Presidente	Senador RODRIGO PACHECO Presidente
Deputado LINCOLN PORTELA 1º Vice-Presidente	Senador VENEZIANO VITAL DO RÊGO 1º Vice-Presidente
Deputado ANDRÉ DE PAULA 2º Vice-Presidente	Senador ROMÁRIO 2º Vice-Presidente
Deputado LUCIANO BIVAR 1º Secretário	Senador IRAJÁ 1º Secretário
Deputado ODAIR CUNHA 2º Secretário	Senador ELMANO FÉRRER 2º Secretário
Deputada GEOVANIA DE SÁ 3ª Secretária	Senador ROGÉRIO CARVALHO 3º Secretário
Deputada ROSANGELA GOMES 4ª Secretária	

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 124

Institui o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 198 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 12 e 13:

"Art. 198. .....

.....

§ 12. Lei federal instituirá pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira, a serem observados por pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.

§ 13. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, até o final do exercício financeiro em que for publicada a lei de que trata o § 12 deste artigo, adequarão a remuneração dos cargos ou dos respectivos planos de carreiras, quando houver, de modo a atender aos pisos estabelecidos para cada categoria profissional." (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 14 de julho de 2022

Mesa da Câmara dos Deputados	Mesa do Senado Federal
Deputado ARTHUR LIRA Presidente	Senador RODRIGO PACHECO Presidente
Deputado LINCOLN PORTELA 1º Vice-Presidente	Senador VENEZIANO VITAL DO RÊGO 1º Vice-Presidente
Deputado ANDRÉ DE PAULA 2º Vice-Presidente	Senador ROMÁRIO 2º Vice-Presidente
Deputado LUCIANO BIVAR 1º Secretário	Senador IRAJÁ 1º Secretário
Deputado ODAIR CUNHA 2º Secretário	Senador ELMANO FÉRRER 2º Secretário
Deputada GEOVANIA DE SÁ 3ª Secretária	Senador ROGÉRIO CARVALHO 3º Secretário
Deputada ROSANGELA GOMES 4ª Secretária	

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

VALDECI MEDEIROS
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 125

Altera o art. 105 da Constituição Federal para instituir no recurso especial o requisito da relevância das questões de direito federal infraconstitucional.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 105 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 105. .....

§ 1º .....

§ 2º No recurso especial, o recorrente deve demonstrar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que a admissão do recurso seja examinada pelo Tribunal, o qual somente pode dele não conhecer com base nesse motivo pela manifestação de 2/3 (dois terços) dos membros do órgão competente para o julgamento.

§ 3º Haverá a relevância de que trata o § 2º deste artigo nos seguintes casos:

I - ações penais;

II - ações de improbidade administrativa;

III - ações cujo valor da causa ultrapasse 500 (quinhentos) salários mínimos;

IV - ações que possam gerar inelegibilidade;

V - hipóteses em que o acórdão recorrido contrariar jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça;

VI - outras hipóteses previstas em lei."(NR)

Art. 2º A relevância de que trata o § 2º do art. 105 da Constituição Federal será exigida nos recursos especiais interpostos após a entrada em vigor desta Emenda Constitucional, ocasião em que a parte poderá atualizar o valor da causa para os fins de que trata o inciso III do § 3º do referido artigo.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 14 de julho de 2022

Mesa da Câmara dos Deputados	Mesa do Senado Federal
Deputado ARTHUR LIRA Presidente	Senador RODRIGO PACHECO Presidente
Deputado LINCOLN PORTELA 1º Vice-Presidente	Senador VENEZIANO VITAL DO RÊGO 1º Vice-Presidente
Deputado ANDRÉ DE PAULA 2º Vice-Presidente	Senador ROMÁRIO 2º Vice-Presidente
Deputado LUCIANO BIVAR 1º Secretário	Senador IRAJÁ 1º Secretário
Deputado ODAIR CUNHA 2º Secretário	Senador ELMANO FÉRRER 2º Secretário
Deputada GEOVANIA DE SÁ 3ª Secretária	Senador ROGÉRIO CARVALHO 3º Secretário
Deputada ROSANGELA GOMES 4ª Secretária	

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 80, DE 2022

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Trairy Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto no Decreto s/nº de 18 de fevereiro de 2013 da Presidência da República, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Trairy Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 81, DE 2022

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pró Cidadania e Cultura de Paracuru para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paracuru, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 3.612, de 19 de agosto de 2015, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 27 de junho de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Pró Cidadania e Cultura de Paracuru para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paracuru, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 82, DE 2022

Aprova o ato que outorga permissão à Rangel & Luz Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 3.337, de 5 de julho de 2018, do Ministério da Ciencia, Tecnologia, Inovac–oes e Comunicac–oes, que outorga permissão à Rangel & Luz Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 83, DE 2022

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária José Maia de Andrade - Tuca Maia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Montividiu, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 6.611, de 27 de dezembro de 2018, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação Comunitária José Maia de Andrade - Tuca Maia para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Montividiu, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 84, DE 2022

Aprova o ato que outorga autorização à ACCEC - Associação Comunitária Cultural e Educacional de Caetanos - BA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caetanos, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 3.365, de 28 de setembro de 2017, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à ACCEC - Associação Comunitária Cultural e Educacional de Caetanos - BA para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caetanos, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 85, DE 2022

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Vicentina para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Lavras da Mangabeira, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 2.252, de 13 de dezembro de 2016, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga permissão à Fundação Cultural Vicentina para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Lavras da Mangabeira, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 86, DE 2022

Aprova o ato que outorga autorização ao Instituto Movimento da Comunidade para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mairiporã, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 2.052, de 7 de junho de 2017, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização ao Instituto Movimento da Comunidade para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mairiporã, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 87, DE 2022

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Universitária de Rádio e Televisão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Araraquara, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 502, de 6 de dezembro de 2011, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 11 de maio de 2010, a permissão outorgada à Fundação Universitária de Rádio e Televisão para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Araraquara, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 88, DE 2022

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunitária Migrantes São Felipe ARCOMI SF para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Felipe D'Oeste, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 7.039, de 16 de janeiro de 2018, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 10 de maio de 2016, a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunitária Migrantes São Felipe ARCOMI SF para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Felipe D'Oeste, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 89, DE 2022

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Shekina para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 802, de 14 de março de 2018, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Shekina para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 90, DE 2022

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Deputado Walfrido Monteiro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Icó, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 3.634, de 19 de agosto de 2015, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 27 de agosto de 2013, a autorização outorgada à Fundação Deputado Walfrido Monteiro para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Icó, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Atos do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 16, DE 2022

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Bahrein.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituído, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Parlamentar Brasil-Bahrein, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem.

Art. 3º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I - visitas parlamentares;

II - congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas;

III - permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV - intercâmbio de experiências parlamentares;

V - outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como cooperação técnica, com entidades nacionais e estrangeiras.

Art. 4º O Grupo Parlamentar reger-se-á por seu regulamento interno ou, na falta deste, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Parágrafo único. Em caso de lacuna desta Resolução ou do regulamento interno do Grupo Parlamentar, aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Regimento Comum do Congresso Nacional, do Regimento Interno do Senado Federal e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, nessa ordem.

Art. 5º As atas das reuniões e os demais atos relativos às atividades do Grupo Parlamentar deverão ser publicados no Diário do Congresso Nacional.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de julho de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 11.132, DE 14 DE JULHO DE 2022

Altera o Decreto nº 10.681, de 20 de abril de 2021, e o Decreto nº 10.819, de 27 de setembro de 2021.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, na Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, na Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, na Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e na Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 10.681, de 20 de abril de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 14. .....

.....

§ 4º Desde que as projeções do Plano de Recuperação Fiscal sejam compatíveis com o cumprimento da limitação de despesas do inciso V do § 1º do art. 2º da Lei Complementar nº 159, de 2017, o disposto no inciso I do **caput** deste artigo será considerado cumprido caso o Estado extinga adicionais remuneratórios por tempo de serviço somente dos servidores que ingressarem no serviço público após a revisão do Regime Jurídico Único estadual." (NR)

"Art. 25. .....

.....

§ 2º Para fins da apuração dos indicadores a que se refere o **caput**, o ato de que trata o § 1º poderá prever a desconsideração parcial ou total de:

I - fatores extraordinários ou temporários sobre as finanças estaduais; e

II - projeções financeiras com baixa probabilidade de realização.

....." (NR)

"Art. 26-A. A Secretaria-Executiva dos Conselhos de Supervisão dos Regimes de Recuperação Fiscal será exercida pela Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia.

Parágrafo único. O Secretário-Executivo do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal será designado pelo Presidente do Conselho." (NR)

"Art. 30. .....

.....

II - representação às autoridades, somente se necessário, para a solicitação de esclarecimentos, a adoção de providências acautelatórias ou a revogação de leis ou atos vedados pelo disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 159, de 2017; e

III - emissão de manifestação conclusiva do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal que conclua pela regularidade ou pela irregularidade do ato ou lei em relação ao disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 159, de 2017.

.....

§ 4º A manifestação conclusiva do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal, quando se tratar de ata de reunião na qual se deliberou pela regularidade ou pela irregularidade do ato ou lei, será acompanhada do voto ou votos que fundamentaram a decisão adotada." (NR)

Art. 2º O Decreto nº 10.819, de 27 de setembro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 10. .....

§ 1º Ficarão autorizados a contratar operações de crédito com garantia da União em três por cento da receita corrente líquida apurada no exercício anterior ao da adesão para cada ano de vigência do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal os entes federativos que se comprometerem no referido Plano a implementar:

I - três ou mais das medidas previstas no § 1º do art. 2º da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, na hipótese de primeira adesão ao Plano; ou

II - quatro ou mais das medidas previstas no § 1º do art. 2º da Lei Complementar nº 159, de 2017, na hipótese de o ente ter aderido ao Plano no mandato anterior do Chefe do Poder Executivo e ter cumprido as condições estabelecidas para a obtenção da primeira liberação de recursos de operações de crédito.

.....

§ 3º É permitida a alteração do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal mediante solicitação do Estado, do Distrito Federal ou do Município interessado, desde que não tenha ocorrido a primeira liberação de recursos prevista no Plano.

§ 4º A alteração de que trata o § 3º será considerada realizada após manifestação favorável da Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia." (NR)

"Art. 14. .....

.....

§ 5º Caso não sejam atendidas em um exercício financeiro as condições de que trata o inciso II do § 1º, os recursos serão acumulados para liberação no exercício seguinte, se o ente federativo cumprir as condições estabelecidas para esse exercício." (NR)

"Art. 18. .....

.....

§ 1º .....

.....

II - .....

.....

c) custeadas com emendas individuais e de bancada, de que tratam, respectivamente, os art. 166-A e art. 166 da Constituição;

d) custeadas com recursos de transferências da União com aplicações vinculadas, conforme definido pela Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia; e

e) realizadas pelo ente federativo em razão de eventual diferença positiva entre a variação anual das bases de cálculo das aplicações mínimas de que tratam o § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição e a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA no mesmo período;

.....

§ 5º Para fins de apuração da dedução de que trata a alínea "b" do inciso III do **caput** do art. 4º-A da Lei Complementar nº 156, de 2016, será adotada a mesma metodologia aplicável à limitação de despesas do Regime de Recuperação Fiscal de que tratam o inciso V do § 1º e o inciso IV do § 4º do art. 2º da Lei Complementar nº 159, de 2017." (NR)

"Art. 29. .....

.....

III - da metodologia de análise de capacidade de pagamento de que trata o art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

IV - da metodologia de definição de limite anual de contratação de operações de crédito de que trata o art. 1º da Lei Complementar nº 178, de 2021, ou o § 12 do art. 3º da Lei nº 9.496, de 1997; e

V - dos critérios utilizados no exercício da atribuição prevista no inciso II do **caput** do art. 1º da Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002.

....." (NR)

Art. 3º A aplicação do disposto no art. 29 do Decreto nº 10.819, de 2021, fica suspensa no exercício de 2022.

Art. 4º Os entes federativos que não atenderam a exigência de que trata a alínea "d" do inciso I do **caput** do art. 17 do Decreto nº 10.819, de 2021, não terão seu Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal encerrado.

Art. 5º Ficam revogados os seguintes dispositivos do Decreto nº 10.819, de 2021:

I - a alínea "d" do inciso I do **caput** do art. 17; e

II - o § 2º do art. 18.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de julho de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes

DECRETO Nº 11.133, DE 14 DE JULHO DE 2022

Altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, para dispor sobre a competência de classificação de informação no âmbito do Banco Central do Brasil, e qualifica o Banco Central do Brasil para fins do disposto no Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 27, § 1º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e nos art. 6º, art. 9º e art. 13, **caput**, inciso I, da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 30. .....

.....

§ 1º É vedada a delegação da competência de classificação nos graus de sigilo ultrassecreto ou secreto, ressalvado o disposto no § 7º.

.....

§ 7º Fica delegada ao Presidente do Banco Central do Brasil a competência de que trata a alínea "a" do inciso I do **caput**, para a classificação de informação no grau ultrassecreto no âmbito do Banco Central do Brasil, vedada a subdelegação." (NR)

Art. 2º Para fins do disposto no Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, o Banco Central do Brasil será considerado órgão de registro nível 1.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de julho de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
José Marcelo Castro de Carvalho
Augusto Heleno Ribeiro Pereira

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 380, de 14 de julho de 2022. Comunica ao Senado Federal que, em face da rejeição pelo Congresso Nacional do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.162 de 2007 (Projeto de Lei nº 71, de 2014, no Senado Federal), transformado na Lei nº 14.327, de 13 de abril de 2022, acaba de promulgá-lo, motivo pelo qual restitui dois exemplares dos respectivos autógrafos.

Nº 381, de 14 de julho de 2022. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, crédito suplementar no valor de R$ 136.601.713,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

DEFIRO o credenciamento da AC DIGISEC. Processo n° 00100.000477/2021-08.

DEFIRO o credenciamento da AC SEGURA ID. Processo n° 00100.002150/2021-62.

DEFIRO o credenciamento da AR Associação Comercial Industrial e Agrícola de Viradouro. Processo n° 00100.000929/2022-24.

DEFIRO o credenciamento da AR CERTIFICA PA - CERTIFICADOS DIGITAIS. Processo n° 00100.001096/2022-19.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA NORMATIVA AGU Nº 57, DE 14 DE JULHO DE 2022

Define as metas de desempenho institucional a serem alcançadas no âmbito da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, no período de avaliação de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos I e XVIII da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o disposto no art. 2º, § 1º, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, no art. 22, caput e § 2º da Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 00400.001460/2022-66, resolve:

Art. 1º Ficam definidas, na forma do Anexo desta Portaria, as metas de desempenho institucional a serem alcançadas no âmbito da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, no período de avaliação de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

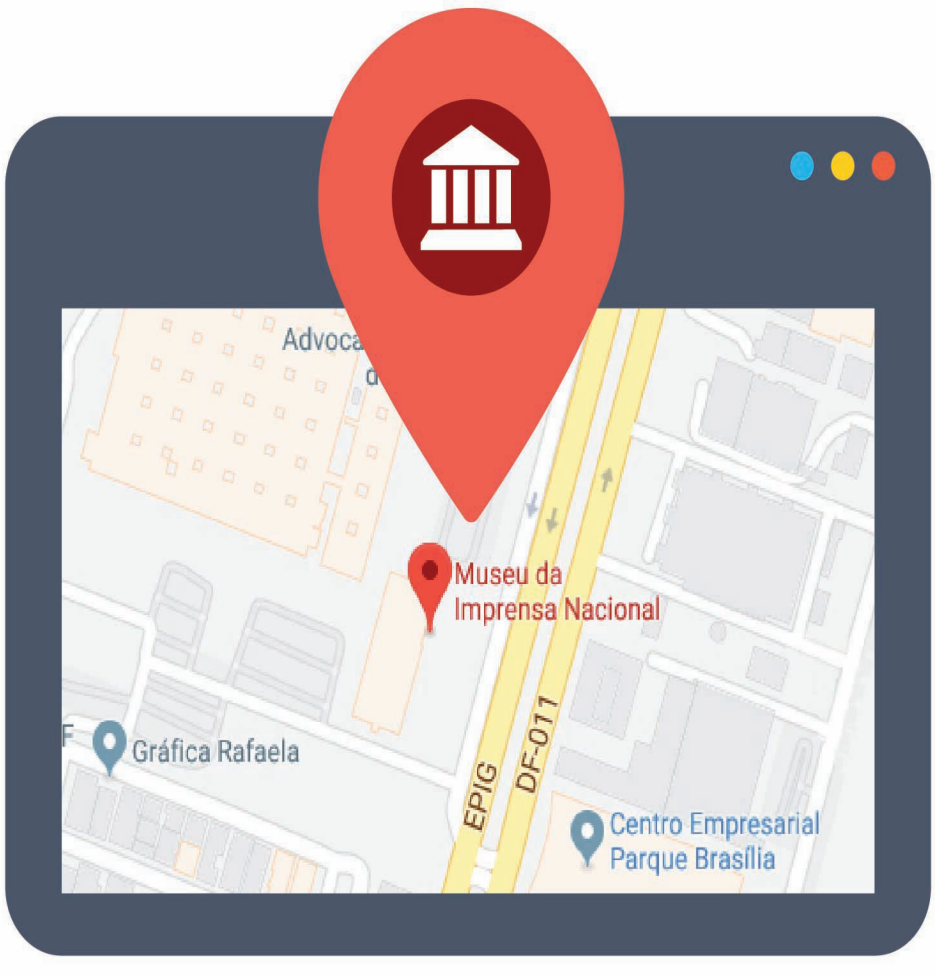
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO BIANCO LEAL

ANEXO

META	INDICADOR	DESCRIÇÃO	FORMA DE CÁLCULO	META INSTITUCIONAL	RESPONSÁVEL PELO ALCANCE DA META	MÉTODO DE VERIFICAÇÃO
I	Quantidade de tarefas administrativas concluídas dentro do prazo	Mensura a tempestividade no atendimento das demandas administrativas pelos servidores administrativos usuários do SUPER SAPIENS (cadastrados como servidor, administrador, contador e bibliotecário)	Quantidade de tarefas administrativas encerradas dentro do prazo / Quantidade de tarefas administrativas encerradas X 100	90%	Todos os Órgãos da AGU	Painel de Gestão do Indicador elaborado pelo Departamento de Gestão Estratégica
II	Índice de maturidade de processos	Mensura o percentual geral de maturidade dos processos de trabalho da AGU com base na escala de maturidade definida na Sistemática de Mapeamento e Modelagem de Processos de Trabalho da AGU. Evoluir em 20% o nível de maturidade de processos alcançado no 24º Ciclo avaliativo (28,9%)	((P0xM0) + (P1xM1) + (P2xM2) + (P3xM3) + (P4xM4) + (P5xM5) + (P6xM6)) / (Total de Processos de trabalho identificados x 6) Somatório do produto de multiplicações das quantidades de processos de trabalho em determinado nível (Pi) pelo peso do nível de maturidade correspondente (Mi), dividido pelo total de processos identificados (Pt), multiplicado pelo nível máximo de maturidade (6)	34,7%	Todos os Órgãos da AGU	Painel de Gestão do Indicador elaborado pelo Departamento de Gestão Estratégica
III	Índice de treinamentos ministrados por instrutores internos	Mensura o percentual de eventos de capacitação ministrados por integrantes da AGU, em relação ao total de eventos de capacitação organizados pela Escola da AGU	Quantidade de eventos de capacitação ministrados por instrutores internos / Quantidade de eventos de capacitação organizados pela Escola da AGU X 100	55%	Servidores Técnico-administrativos e membros da AGU	Relatório de atividades extraído do Sistema Informatizado de Capacitação da Escola da AGU
IV	Eficiência de resposta da Ouvidoria-Geral da AGU - OGAGU aos cidadãos	Identifica o percentual de atendimento sem prorrogação das demandas, de usuários internos e externos, feitas à OGAGU	Quantidade de demandas respondidas sem prorrogação / Quantidade de demandas respondidas X 100	Responder 80% das demandas, feitas à OGAGU, sem necessidade de prorrogação	Todos os Órgãos da AGU	Relatório de Atividades do Sistema da OAGU
V	Indicador de Gestão Orçamentária - IGO	Reflete o esforço na gestão orçamentária e financeira nas unidades da AGU por meio de monitoramento de indicadores de desempenho com uma base real de	I1) empenhado / limite de empenho; I2) pago total / limite de pagamento; I3) liquidado / empenhado; I4) RAP pago / RAP inscrito líquido; I5) Pago Total / Despesa Total.	80%	SGA	Painel de Gestão do Indicador elaborado pela SGA

		comparação entre as unidades da AGU e com outros órgãos do Poder Executivo Federal. Utilização de resultado médio de seis indicadores percentuais que compara a execução orçamentária e financeira do orçamento do exercício e restos a pagar em cada unidade da AGU que consolida uma posição final no órgão setorial da AGU formando o IGO - FINAL.	Soma dos percentuais, numerador dividido por denominador de cada indicador. Após esse cálculo, divide por 6 (seis) que é o total de indicadores para estabelecer a média. Essa média, reflete a execução orçamentária média de todas unidades executoras da AGU. 0 a 49% - fraco; 50 a 59% - regular; 60 a 79% - bom; 80 a 100% - muito bom			
VI	Qualidade de Vida	Afere a quantidade de ações de âmbito nacional dentro do Programa AGU Mais Vida	Quantidade de ações de âmbito nacional integrantes do Programa AGU Mais Vida	Realizar 4 ações de âmbito nacional dentro do programa AGU Mais vida, no período avaliativo.	AGU	Relatório de avaliação de cada ação
VII	Índice de documentos digitalizados com OCR (PDF pesquisável) pelos Protocolos Compartilhados e Centrais de Digitalização	Mede o percentual de documentos digitalizados com ORC pelos protocolos compartilhados e centrais de digitalização das unidades supervisionadas pela SGA	Total de arquivos digitalizados com OCR nos protocolos compartilhados e centrais de digitalização / Total de arquivos digitalizados nos Protocolos Compartilhados e Centrais de Digitalização	85%	Protocolos Compartilhados e Centrais de Digitalização	Relatório de controle da SGA
VIII	iGest Pessoas	Documenta as competências na área de gestão de pessoas em cumprimento da alínea "d", do subitem 4151 do item 4150, do questionário IGest Pessoas	Total de competências documentadas / Total de competências identificadas na área de gestão de pessoas X 100	100%	SGA	Relatório técnico da SGA
IX	Quantidade de Membros e Servidores cadastrados na Lista de Transmissão da Comunicação Interna no WHATSAPP	Mede a utilização de ferramenta de comunicação interna de membros e servidores da AGU	Quantidade de membros e servidores cadastrados / Quantidade total de membros e servidores	30%	ASCOM	Painel de Gestão do Indicador elaborado pelo Departamento de Gestão Estratégica, a partir das informações fornecidas pela Ascom
X	Índice de visitação à intranet da AGU	Mensura a média mensal de usuários que visitaram a intranet da AGU em relação ao quantitativo total de usuários da RedeAGU	Somatório dos Resultados Mensais (RM) no período de um ano/ 12 X 100 Em que: RM = Quantidade de usuários que visitaram a intranet da AGU no mês/ Quantidade total de usuários da AGU	75%	ASCOM	Painel de Gestão do Indicador elaborado pelo Departamento de Gestão Estratégica, a partir das informações fornecidas pela Ascom



VISITE O MUSEU DA IMPRENSA

Aberto de segunda a sexta, das 8h às 17h,
e aos sábados, das 10h às 14h.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

DECISÃO DE 13 DE JULHO DE 2022

TERMO DE JULGAMENTO Nº 215/2022
Referência: Processo SEI nº 21000.101315/2021-86
Interessado: Corregedoria do MAPA
Assunto: Julgamento de Processo Administrativo de Responsabilização de Entes Privados - PAR

Considerando o disposto nos autos em epígrafe, bem como no Relatório Final de Investigação Preliminar nº 163/2021 (Doc. SEI 22339867), cujos fundamentos agrego a esta decisão, para dela tornarem-se parte, independentemente de transcrição, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/99, bem como fundado no disposto na Portaria GM/MAPA nº 343/2020, de 29 de outubro de 2020, publicada em 09 de novembro de 2020, na Portaria GM/MAPA 381/2021, no art. 8º da Lei nº 12.846/2013, na competência designada por força da Portaria MAPA nº 348, de 29 de novembro de 2021, publicada no DOU de 30 de novembro de 2021, seção 2, página 4, e e no art. 9º, incisos I e II do Anexo I do Decreto nº 10.827/2021, DECIDO:

I - Acolher as conclusões contidas no Relatório Final de Investigação Preliminar nº 163/2021, homologando-o a tempo e modo, nos termos do disposto no inciso I, do art. 1º da Portaria nº 343/2020, conforme conclusões contidas no item 5 do Relatório Final, determinando a instauração de:

a) 1 (um) Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, conforme matriz de responsabilização descrita no item 4 do Relatório Final de IPS, com apuração nos autos de nº 21000.101315/2021-86, em desfavor do Ente Privado lá citado;

b) 1 (uma) Investigação Preliminar Sumária, conforme descrito no parágrafo 6.1, alínea "b", no bojo do Processo SEI nº 21000.067743/2022-53;

II - Ordenar à Coordenação-Geral de Gestão Administrativa Correcional que:

a) Publique o presente termo de julgamento no Diário Oficial da União, bem como providencie os contatos e endereços do ente privado;

b) Elabore a projetização correcional, pactuando as metas e os métodos de supervisão, com a finalidade de acompanhamento dos trabalhos e entrega dos produtos pela Comissão de Procedimento Administrativo de Responsabilização; e

c) Elabore o ato de instauração da Comissão processante, conforme ciclo de instauração, para que a mesma proceda com os trabalhos necessários ao deslinde do feito;

d) Elabore documento com pedido à Receita Federal do Brasil - RFB das informações descritas no parágrafo 3.2 do Relatório Final logo após a instauração do PAR

e) Ordenar ao Núcleo Siscor/CG que realize os ajustes nos Sistemas Correcionais com as informações do Relatório Final de IPS 163/2021.

LUDMILLA EMANUELA MARTINS LOPES
Corregedor
Substituta

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 161, DE 13 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2.194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria nº 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de médico(a) veterinário(a) para a emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), resolve:

Cancelar a habilitação concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Thais Helena Dreyer, inscrito(a) no CRMV/SC nº 10239, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.017893/2021-35, no estado de Santa Catarina.

Revoga-se a Portaria de Habilitação nº 034, de 10/03/2021.

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

TÚLIO TAVARES SANTOS

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 100, DE 13 DE JULHO DE 2022

O Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal da Divisão de Defesa Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria Ministerial nº 216 de 16/08/2017, publicada no DOU de 18/08/2017, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XVI do artigo 267, concomitante com o artigo 274 e seu Parágrafo único e artigo 276 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Portaria SDA n° 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo Administrativo nº 21050.001477/2021-20, resolve:

Art. 1° Renovar credenciamento, sob o número BR-SC0805, da empresa Ouro Verde Comércio de Peças e Madeiras Eireli, CNPJ 06.295.164/0001-70, localizada na Rod. BR-280, Km 227, sn, Água Verde, no município de Canoinhas/SC, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários em atendimento aos programas e controles oficiais de competência legal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nas modalidades tratamento térmico por secagem em estufa e por ar quente forçado.

Art. 2º O credenciamento terá validade por cinco anos, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado ao Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal - SISV/DDA/SFA/SC.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no D.O.U.

JORGE JACINTO CALIXTO

SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO

PORTARIA SAF/MAPA Nº 284, DE 14 DE JULHO DE 2022

Aprova os procedimentos para a aferição e a divulgação dos resultados quantitativos e qualitativos do Programa Nacional de Crédito Fundiário - Terra Brasil.

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 36, inciso III, do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e o art. 16 do Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998 e de acordo com o que consta do Processo nº 21000.068359/2021-97, resolve:

Art. 1º Aprovar os procedimentos para a aferição e a divulgação dos resultados quantitativos e qualitativos do Programa Nacional de Crédito Fundiário - Terra Brasil, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

MARCIO CANDIDO ALVES

ANEXO

Art. 1º A aferição dos resultados quantitativos e qualitativos do Programa Nacional de Crédito Fundiário - Terra Brasil observará a metodologia estabelecida neste Anexo.

Art. 2º A metodologia de aferição dos resultados quantitativos e qualitativos alcançados na execução do Programa Nacional de Crédito Fundiário - Terra Brasil consiste na análise e no acompanhamento das operações ativas.

Parágrafo único. Para os fins deste Anexo, consideram-se operações ativas os contratos de financiamento fundiário lastreados em recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, cujos valores contratados tenham sido liberados, em data informada pelos agentes financeiros, para a aquisição da terra.

Art. 3º A análise de operações ativas será realizada pela avaliação dos relatórios de prestações de contas financeiras da carteira ativa de operações de crédito.

Parágrafo único. Os relatórios de que trata o caput serão encaminhados pelos agentes financeiros ao Departamento de Gestão do Crédito Fundiário da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mensalmente, até o décimo quinto dia do mês subsequente ao mês de referência.

Art. 4º Na análise das operações ativas, serão considerados os seguintes componentes:

I - o estoque do número de contratações; e

II - o volume de recursos liberados para a aquisição de imóveis rurais.

Art. 5º O Departamento de Gestão do Crédito Fundiário da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento dará publicidade aos dados estatísticos das operações ativas, por meio do Painel de Contratações do Fundo de Terras, disponível no sítio eletrônico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 1º Os dados a que se refere o caput serão consolidados de acordo com o mês de referência, devendo ser publicizados até o décimo dia do mês subsequente ao mês de recebimento dos relatórios mensais de prestações de contas financeiras da carteira ativa de operações de crédito.

§ 2º O Painel de Contratações do Fundo de Terras a que se refere o caput conterá os dados consolidados desde o ano de 2019, por Estado e por agente financeiro.

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA SAP/MAPA Nº 1.123, DE 14 DE JULHO DE 2022

Encerra a temporada de pesca de tainha (Mugil liza) da embarcação de pesca MENEZES F, inscrita no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP sob o n° SC-0001236-9 e inscrita na Autoridade Marítima nº 384-007439-8.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando a Portaria nº 611, de 28 de fevereiro de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, considerando o constante dos autos do processo nº 21000.016306/2022-71, resolve:

Art. 1º Encerrar a temporada de pesca de tainha (Mugil liza) da embarcação de pesca MENEZES F, autorizada na Modalidade de Cerco/Traineira, inscrita no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP sob o nº SC-0001236-9 e inscrita na Autoridade Marítima sob o nº 384-007439-8, tendo em vista o atingimento da cota individual, conforme disposto nos artigos 11 e 12 da Portaria nº 611, de 28 de fevereiro de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 2º O responsável legal pela embarcação de pesca deverá comparecer na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de sua Unidade da Federação, para devolução da Autorização de Pesca Especial Temporária.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND
Secretário de Aquicultura e Pesca

PORTARIA SAP/MAPA Nº 1.124, DE 14 DE JULHO DE 2022

Encerra a temporada de pesca de tainha (Mugil liza) da embarcação de pesca MARCOS ANTONIO F, inscrita no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP sob o nº SC-00012567-1 e inscrita na Autoridade Marítima nº 443-010059-4.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando a Portaria nº 611, de 28 de fevereiro de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, considerando o constante dos autos do processo nº 21000.016309/2022-13, resolve:

Art. 1º Encerrar a temporada de pesca de tainha (Mugil liza) da embarcação de pesca MARCOS ANTONIO F, autorizada na Modalidade de Cerco/Traineira, inscrita no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP sob o nº SC-00012567-1 e inscrita na Autoridade Marítima sob o nº 443-010059-4, tendo em vista o atingimento da cota individual, conforme previsto nos artigos 11 e 12 da Portaria nº 611, de 28 de fevereiro de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 2º O responsável legal pela embarcação de pesca deverá comparecer na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de sua Unidade da Federação, para devolução da Autorização de Pesca Especial Temporária.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND
Secretário de Aquicultura e Pesca

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA SDA Nº 605, DE 23 DE JUNHO DE 2022

Prorroga o prazo para adequação ao art. 4º da Instrução Normativa SDA nº 14, de 15 de julho de 2016.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 24 e art. 68 do do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 14, de 15 de julho de 2016 e o que consta do processo nº 21000.047035/2022-04, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo estabelecido no art. 4º da Instrução Normativa nº 14, de 15 de julho de 2016, até 31 de maio de 2023.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 499, de 28 de dezembro de 2021, publicada em 30 de dezembro de 2021, Edição: 246, Seção: 1 Página: 14.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

JOSE GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PIAUÍ
DIVISÃO OPERACIONAL
COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 1.193, DE 29 DE JUNHO DE 2022

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no Estado do Piauí, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 109 e 118 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria INCRA nº 531, de 23 de março de 2020, publicado no DOU em 24/03/2020 e Resolução nº 436, de 29 de junho de 2020, publicada no DOU em 01/07/2020.

CONSIDERANDO o processo administrativo nº 54000.058102/2022-67, que trata de cessão de área para Prefeitura Municipal de Coivaras no projeto de assentamento Nossa Conquista.

CONSIDERANDO o processo administrativo nº 54000.174031/2019-43, que trata do anteprojeto de parcelamento no PA Canto, situado nos municípios de Esperantina e Barras-PI, resolve:

Art. 1º - APROVAR a ATA da Reunião do CDR do dia 30 (trinta) do mês de junho de 2022 (SEI 13142807), inclusa no processo administrativo nº 54000.017058/2022-35.

Art. 2º - AUTORIZAR o senhor Superintendente Substituto para, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IV, artigo 118, do Regimento Interno do INCRA, assinar o respectivo contrato de Cessão de Uso.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço.

DEUZIMAR CABRAL DE BRITO
Superintendente Regional
Substituto

Ministério da Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 13 DE JULHO DE 2022

A CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MC nº 586, de 13 de abril de 2019, e tendo em vista o disposto no artigo 39 da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, resolve abrir prazo de trinta dias para a manifestação da sociedade civil, na página eletrônica
http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/redeprivada/manifestacaorp/lista_processos.php, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO DAS AUXILIARES MISSIONÁRIAS BERTONI
CNPJ: 56.014.723/0001-02
Município: Ribeirão Preto/SP
Processo nº:71000.016022/2018-77

LILIAN CLAESSEN DE MIRANDA BRANDÃO

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO CNAS/MC Nº 71, DE 14 DE JULHO DE 2022

Institui a Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências de Assistência Social.

O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, em Reunião Ordinária realizada no dia 9 de junho de 2022, no uso das competências que lhe confere o art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, tendo em vista o disposto no art. 8º da Resolução CNAS nº 6, de 9 de fevereiro de 2011,

CONSIDERANDO a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 40, de 23 de julho de 2021, que instituiu a Comissão de Monitoramento das Deliberações da Conferência Nacional de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Resolução nº 59, de 14 de fevereiro de 2022, que acolheu e publicou as deliberações da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social; e

CONSIDERANDO o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal, resolve:

Art. 1º Instituir a Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências de Assistência Social.

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E COMPETÊNCIA DA COMISSÃO

Art. 2º A Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências de Assistência Social tem caráter temporário e duração de 1 (um) ano.

Art. 3º A Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências de Assistência Social atua no assessoramento do Plenário do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, com competência para avaliar e consolidar as deliberações da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social, com as seguintes metas:

I - avaliação final das deliberações da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social, com o objetivo de subsidiar a 13ª Conferência Nacional de Assistência Social;

II - propor formato e metodologia para a próxima Conferência Nacional de Assistência Social; e

III - apresentar ao Plenário do CNAS relatório final das atividades até a primeira Reunião Ordinária subsequente ao encerramento da Comissão prevista no art. 2º.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DA COMISSÃO

Seção I

Da Composição

Art. 4º A composição da Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências de Assistência Social será de 6 (seis) Conselheiros, dentre titulares e suplentes do CNAS.

Parágrafo único. A composição será paritária e definida por meio de resolução do CNAS, que será publicada no Diário Oficial da União, em até 10 (dez) dias úteis após a deliberação do plenário.

Seção II

Do Funcionamento

Art. 5º As reuniões da Comissão serão convocadas pelo CNAS, mensalmente, observado o prazo previsto no art. 2º.

Art. 6º As reuniões da Comissão são públicas para participação na condição de ouvinte, salvo quando se tratar de matéria sujeita a sigilo, na forma da legislação pertinente.

Art. 7º Aos demais conselheiros do CNAS é facultado participar das reuniões da Comissão, com direito a voz.

Parágrafo único. A critério da Comissão, convidados poderão participar das suas reuniões.

Art. 8º A Comissão instalar-se-á e discutirá as matérias que lhes forem pertinentes, com a presença da maioria absoluta de seus membros.

§ 1º O conselheiro, quando convocado, deverá confirmar a sua participação na reunião com até 10 (dez) dias de antecedência da data marcada para a referida reunião.

§ 2º Não havendo o quórum estabelecido no caput deste artigo, no prazo estipulado no parágrafo anterior, a Secretaria Executiva, com a anuência do respectivo coordenador, cancelará a reunião.

Art. 9º O comparecimento dos conselheiros à Comissão deve considerar o disposto no art. 10 do Regimento Interno do CNAS.

Art. 10. A Comissão terá um coordenador e um coordenador-adjunto, escolhidos dentre seus membros.

§ 1º Na ausência do coordenador, o coordenador-adjunto assume suas funções.

§ 2º Na ausência do coordenador e respectivo adjunto, os conselheiros que compõem a Comissão escolherão um de seus membros para assumir as funções da coordenação na reunião.

Art. 11. A participação do conselheiro na Comissão é considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 12. A assessoria técnica da Comissão será exercida pela Secretaria Executiva do CNAS, por intermédio da Coordenação de Acompanhamento aos Conselhos.

Art. 13. A pauta de reunião será elaborada pela Comissão e encaminhada para seus membros, preferencialmente, até 5 (cinco) dias antes das reuniões ordinárias e 2 (dois) dias antes das reuniões extraordinárias.

Art. 14. A Comissão apresentará relato das discussões na reunião plenária do CNAS, para conhecimento e deliberação.

Parágrafo único. O Relatório final das atividades da Comissão será encaminhado ao plenário do CNAS, para conhecimento e deliberação.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor uma semana após a data de sua publicação.

ALDENORA GOMES GONZÁLEZ
Presidente do Conselho
Em exercício

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA

PORTARIA Nº 216, DE 14 DE JULHO DE 2022

Altera o parágrafo único do artigo 9º e o §2º do artigo 16 da Portaria nº 201, de 30 de junho de 2022, para editar normas relativas aos procedimentos operacionais do Programa Alimenta Brasil, modalidade Compra com Doação Simultânea realizado por meio de Termo de Adesão.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 5º, inciso III §1° inciso II, da Portaria MC nº 305, de 10 de março de 2020, e conforme Decreto nº 11.023, de 31 de março de 2022, e considerando a pactuação de recursos com os entes executores visando a execução do Programa Alimenta Brasil - Termo de Adesão, e a fase de apresentação e aprovação das propostas de participação em andamento, resolve:

Art. 1º Alterar o parágrafo único do Artigo 9º da Portaria nº 201, de 30 de junho de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.9º.....

Parágrafo Único: No caso de propostas de participação oriundas de pactuação realizada com recursos de emendas parlamentares impositivas (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7), emenda de Comissão (RP8), emenda de relator geral (RP9) e de recursos de créditos extraordinários não se aplica a restrição prevista no caput. "

Art. 2° Alterar o §2º do Artigo 16 da Portaria nº 201, de 30 de junho de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16.....

§2º. Após o encerramento da execução, a unidade executora poderá ter aprovada nova proposta de participação, exceto nos casos de recursos oriundos de emendas impositivas (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7), emenda de Comissão (RP8), emenda de relator geral (RP9) e de recursos oriundos de créditos extraordinários, que não estão adstritos às imposições de encerramento de proposta anterior para nova aprovação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DELCIMAR DE OLIVEIRA SILVA

PORTARIA Nº 218, DE 14 DE JULHO DE 2022

Estabelece metas de execução e do limite financeiro a ser disponibilizado ao Município, cuja adesão ao Programa Alimenta Brasil encontra-se convalidada, e propõe metas, limites financeiros e prazo para a implementação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea por meio de Emenda Parlamentar de Relator Geral RP9.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 7º, inciso I e II, da Portaria SEISP/SEDS/MC nº 201, de 30 de junho de 2022, e Art. 5º, inciso III §1° inciso II, da Portaria MC nº 305, de 10 de março de 2020, e conforme Decreto nº 11.023, de 31 de março de 2022 e

CONSIDERANDO a convalidação para o Programa Alimenta Brasil da adesão dos municípios ao anterior Programa de Aquisição de Alimentos, em conformidade com a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e o Art. 34 do Decreto nº 10.880, de 02 de dezembro de 2021 e,

CONSIDERANDO as atribuições previstas na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, na Portaria nº 201, de 30 de junho de 2022, na Portaria Interministerial ME/SEGOV nº 1965, de 10 de março de 2022, e na Resolução nº 02, de 01 de abril de 2022, do Grupo Gestor do Programa Alimenta Brasil, bem como a necessidade de subsidiar a elaboração dos planos operacionais.

CONSIDERANDO o disposto no processo SEI 71000.048858/2022-17, resolve:

Art. 1º Propor aos municípios elencados no Anexo I metas e limites financeiros para a implementação do Programa, na modalidade Compra com Doação Simultânea, no prazo de 12 (doze) meses a partir de sua pactuação.

Parágrafo único. O prazo do plano operacional, por iniciativa da unidade gestora, poderá ser prorrogado por igual período em função do desempenho da Unidade Executora.

Art. 2º Para a efetivação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea, o Ministério da Cidadania - MC realizará pagamentos a beneficiários fornecedores, observados os limites por Unidade Familiar e demais normas do programa, por Unidade da Federação, dentro dos limites financeiros indicados no Anexo I.

Parágrafo único. Os recursos destinados ao pagamento de que trata o caput serão alocados no orçamento do MC, UO 55.101, consignados no Programa de Trabalho nº 08.306.5033.2798.0001 Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar, destinado aos municípios indicados por meio de Emenda Parlamentar de Relator-Geral (RP 9).

Art. 3º Os limites de referência serão definidos conforme o valor do recurso financeiro indicado pelo Relator-Geral do Orçamento em 2022, confrontando com o limite de referência calculado para cada município.

Art. 4º As metas de execução são definidas com base no limite financeiro calculado por município, dividido pelo limite anual por unidade familiar chegando-se assim à proposta de metas de número mínimo de beneficiários fornecedores.

Art. 5º Os municípios elencados no Anexo I devem confirmar o interesse em executar a modalidade em até 30 (trinta) dias após a publicação desta Portaria, por meio da aceitação das metas apresentadas e do preenchimento de informações complementares para a elaboração e aprovação do plano operacional no Sistema de Informações do Programa - SISPAA ou sistema que venha a substituí - lo.

Art. 6º O início da operação de aquisição de alimentos está condicionado à aprovação pela Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva da proposta de participação registrada pelo ente no SISPAA ou sistema que venha a substituí - lo, conforme previsto no plano operacional, e à emissão dos cartões bancários de cada beneficiário fornecedor.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

DELCIMAR DE OLIVEIRA SILVA

ANEXO I

Estado	Município	Código do IBGE	METAS DE EXECUÇÃO	Limite financeiro de pagamentos a fornecedores pelo Governo Federal
			Número Mínimo de Beneficiários Fornecedores	
MG	Marilac	3140100	9	R$ 100.000,00
SP	Novo Horizonte	3533502	30	R$ 350.000,00
SP	Pirapozinho	3539202	30	R$ 350.000,00
	3		**69**	**R$ 800.000,00**

SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE

SECRETARIA NACIONAL DE INCENTIVO E FOMENTO AO ESPORTE

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DA LEI FEDERAL DE INCENTIVO AO ESPORTE

DELIBERAÇÃO Nº 1.537, DE 14 DE JULHO DE 2022

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 12/04/2022, 08/06/2022 e 13/07/2022.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DA CIDADANIA (Secretaria Especial do Esporte - Decreto 9.674 de 02 de janeiro de 2019) de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 357, de 20 de fevereiro de 2019, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 12/04/2022, 08/06/2022 e 13/07/2022.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO JUNQUEIRA PELEGRINETI LOURENÇO
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 71000.021841/2022-12
Proponente: Associacao Atletica Academica Professor Alphonso Bovero
Título: AAAPAB - Projeto de Incentivo Medicina Jundiaí I
Registro: 2200259
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 03.654.730/0001-02
Cidade: Jundiaí UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 310.006,02
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3584 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 39192-1
Período de Captação até: 12/04/2024
2 - Processo: 71000.046385/2022-13
Proponente: Associação Desportiva de Futsal Uberlândia
Título: Uberlândia Futsal Social II
Registro: 2200764
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 13.291.099/0001-70
Cidade: Uberlândia UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 755.704,24
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1501 DV: 6 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 65563-5
Período de Captação até: 13/07/2024
3 - Processo: 71000.037563/2022-15
Proponente: Associação Esportiva Uberabinha de Juiz de Fora
Título: Projeto Uberabinha
Registro: 2200604
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 08.643.571/0001-56
Cidade: Juiz de Fora UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 1.003.848,96
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3139 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 57921-1
Período de Captação até: 08/06/2024
4 - Processo: 71000.044777/2022-48
Proponente: Associação Esportiva Cascavel
Título: Copa Amizade
Registro: 2200749
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 80.869.795/0001-08
Cidade: Cascavel UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 279.397,48
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0531 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 172986-1
Período de Captação até: 13/07/2024
5 - Processo: 71000.054021/2022-15
Proponente: Centro de Estudo Treinamento Assessoria a Cidadania
Título: Craque do Amanhã
Registro: 2200877
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 05.265.928/0001-11
Cidade: Niterói UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 1.909.986,96
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2948 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 40174-9
Período de Captação até: 13/07/2024
6 - Processo: 71000.042749/2022-96
Proponente: Instituto Magia da Luta
Título: No Ring da Vida
Registro: 2200677
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 41.331.306/0001-08
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 249.214,12
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2926 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 37547-0
Período de Captação até: 08/06/2024
7 - Processo: 71000.037559/2022-57
Proponente: Liga de Desportos de São Jose da Lapa
Título: Base Liga
Registro: 2200602
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 00.124.765/0001-33
Cidade: São José da Lapa UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 712.685,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 7134 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 8486-7
Período de Captação até: 08/06/2024
8 - Processo: 71000.029376/2022-68
Proponente: LIDEP - Liga Desportiva de Pindoretama
Título: Taekwondo Para Cristo
Registro: 2200463
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 03.454.217/0001-60
Cidade: Pindoretama UF: CE
Valor autorizado para captação: R$ 919.527,83
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4161 DV: 0 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 18866-2
Período de Captação até: 08/06/2024
9 - Processo: 71000.029429/2022-41
Proponente: LIDEP - Liga Desportiva de Pindoretama
Título: Linha dos Três
Registro: 2200468
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional

CNPJ: 03.454.217/0001-60
Cidade: Pindoretama UF: CE
Valor autorizado para captação: R$ 413.944,53
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4161 DV: 0 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 18864-6
Período de Captação até: 08/06/2024
10 - Processo: 71000.028994/2022-91
Proponente: LIDEP - Liga Desportiva de Pindoretama
Título: VIDA + ATIVA
Registro: 2200445
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 03.454.217/0001-60
Cidade: Pindoretama UF: CE
Valor autorizado para captação: R$ 734.752,74
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4161 DV: 0 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 18865-4
Período de Captação até: 08/06/2024
11 - Processo: 71000.055364/2022-99
Proponente: União Recreativa Sacramentana
Título: Escola de Voleibol - Meninas de Ouro
Registro: 2200896
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 23.367.337/0001-37
Cidade: Sacramento UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 1.318.235,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 455 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 24597-6
Período de Captação até: 13/07/2024

RETIFICAÇÃO

Processo Nº 71000.040047/2021-97

No Diário Oficial da União nº 136, de 21 de julho de 2021, na Seção 1, página 270 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.457/2021, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2417 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 64225-8, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2417 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 67626-8.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCTI Nº 6.100, DE 11 DE JULHO DE 2022

Institui a Iniciativa Brasileira do Hidrogênio (IBH2) no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI).

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e tendo em vista o art. 26-A da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, resolve:

Art. 1° Fica instituída a Iniciativa Brasileira do Hidrogênio (IBH2) com vistas a criar, integrar e fortalecer ações governamentais na temática de Hidrogênio e suas aplicações, com foco no desenvolvimento tecnológico e na promoção da inovação e do empreendedorismo.

Art. 2° A IBH2 tem por objetivos:

I - estruturar a governança e coordenar os esforços do Estado em Ciência, Tecnologia e Inovação na temática de Hidrogênio;

II - promover o desenvolvimento tecnológico, a inovação e o empreendedorismo relacionados à temática de Hidrogênio;

III - estimular o desenvolvimento conjunto de novas tecnologias e a transferência de conhecimentos associados ao Hidrogênio, entre a academia e os setores público e privado, com vistas à geração de riqueza, emprego e crescimento nacional;

IV - mobilizar e articular atores nacionais e estrangeiros, públicos e privados, para atuarem, coordenadamente, no desenvolvimento de processos, produtos, instrumentação e inovações na área de Hidrogênio, em âmbito nacional;

V - promover a universalização do acesso à infraestrutura relacionada à área de Hidrogênio, com vistas ao desenvolvimento tecnológico e à inovação para a comunidade científica e para os setores público e privado;

VI - promover a formação, capacitação e fixação de recursos humanos na área de Hidrogênio; e

VII - apoiar programas e políticas nacionais relacionadas ao Hidrogênio no âmbito do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 3° Os seguintes temas serão priorizados no âmbito da IBH2:

I - produção de Hidrogênio a partir de fontes renováveis;

II - armazenamento de Hidrogênio;

III - transporte de Hidrogênio;

IV - segurança do Hidrogênio;

V - uso estacionário do Hidrogênio;

VI - uso do Hidrogênio para produção de gás de síntese; e

VII - aplicações do Hidrogênio no setor de transportes, de combustíveis, siderúrgico, cimenteiro, de fertilizantes, de processos químicos/industriais e de energia elétrica.

Parágrafo único. Outros temas poderão ser priorizados pelo MCTI, de acordo com demanda acadêmica, industrial e governamental.

Art. 4° Os eixos estratégicos de fomento da IBH2 serão:

I - promover estudos relacionados ao Hidrogênio;

II - articular, consolidar e modernizar um sistema nacional de laboratórios, com foco em Hidrogênio;

III - promover a formação e capacitação de recursos humanos em Hidrogênio;

IV - intensificar a cooperação nacional e internacional em Hidrogênio;

V - fortalecer, na temática Hidrogênio, ambientes inovadores, de empreendedorismo e de base tecnológica;

VI - desenvolver e aprimorar tecnologias, produtos e serviços voltados à temática de Hidrogênio; e

VII - divulgar e promover o conhecimento científico-tecnológico do Hidrogênio.

Art. 5° Serão considerados como ações e programas estratégicos da IBH2:

I - Sistema Brasileiro de Laboratórios em Hidrogênio (SisH2-MCTI);

II - redes de pesquisa e desenvolvimento, ambientes promotores de inovação e outras inciativas identificadas como centrais para o Hidrogênio;

III - programas e projetos de interesse nacional, considerados prioritários pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; e

IV - cooperações internacionais na temática de Hidrogênio.

Art. 6º As ações, os programas e os projetos com vistas a alcançar os objetivos da IBH2 poderão contar com fontes de financiamento públicas e privadas, observada a legislação em vigor.

Parágrafo único. A IBH2 poderá buscar o apoio técnico e financeiro de entes federativos, órgãos e entidades públicas e privadas e de organismos internacionais.

Art. 7º As ações, programas e projetos da IBH2 serão selecionados, preferencialmente, por meio de chamadas públicas e formalizados por meio de acordos de cooperação, convênios, termos de outorga, acordos de parceria, entre outros instrumentos jurídicos necessários para viabilizar o financiamento e a execução das iniciativas abarcadas no âmbito da IBH2, observada a legislação em vigor.

Art. 8° As seguintes agências de fomento e instituições são convidadas a serem parceiras da IBH2, sem exclusão de outras que possam aderir à Iniciativa:

I - o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no fomento à pesquisa científica e tecnológica e na formação de pesquisadores em Hidrogênio;

II - a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), no fomento à ciência, tecnologia e inovação em empresas, universidades e institutos tecnológicos em Hidrogênio;

III - a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII), na exploração das sinergias entre instituições de pesquisa tecnológica, empresas e indústrias que se beneficiam de Hidrogênio;

IV - os laboratórios de referência integrantes do Sistema Brasileiro de Laboratórios em Hidrogênio (SisH2-MCTI);

V - as fundações de amparo à pesquisa do Programa Centelha, instituído pela Portaria MCTIC nº 4.082, de 10 de agosto de 2018; e

VI - as entidades e laboratórios vinculados ao MCTI.

Art. 9º A Coordenação-Geral de Tecnologias Setoriais (CGTS), do Departamento de Tecnologias Aplicadas (DETAP), da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação (SEMPI), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) será responsável pela gestão da IBH2.

Art. 10. A IBH2 poderá ser revisada, a qualquer momento, para fins de atualização.

Art. 11. O MCTI poderá, a qualquer tempo, convidar especialistas dos setores público e privado, sem direito à remuneração, para subsidiar tecnicamente as ações estratégicas, a avaliação e a revisão da IBH2, desde que observada a legislação aplicável.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA MCTI Nº 6.101, DE 11 DE JULHO DE 2022

Institui, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), o Sistema Brasileiro de Laboratórios de Hidrogênio (SisH2-MCTI).

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 26-A da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e no art. 3º da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, resolve:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), o Sistema Brasileiro de Laboratórios de Hidrogênio (SisH2-MCTI), como um dos instrumentos da Iniciativa Brasileira do Hidrogênio (IBH2), em prol do desenvolvimento tecnológico, da inovação e do empreendedorismo.

Art. 2º O SisH2-MCTI tem por objetivos:

I - promover:

a) o avanço científico, tecnológico, inovador e empreendedor da área de Hidrogênio no País, alinhado com os desafios nacionais para a Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I);

b) a formação, a capacitação, a atração e a fixação de recursos humanos especializados na área de Hidrogênio; e

c) a difusão e a popularização do conhecimento gerado nas temáticas relacionadas ao Hidrogênio.

II - estimular:

a) parcerias entre as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT) e o setor privado, visando ao desenvolvimento tecnológico, à inovação, ao empreendedorismo, ao adensamento das cadeias produtivas e ao aumento da competitividade nacional na área de Hidrogênio;

b) a internacionalização dos programas e das iniciativas nacionais na área de Hidrogênio, buscando acelerar o desenvolvimento nacional e posicionar o Brasil entre os países mais desenvolvidos na temática de Hidrogênio; e

c) a transferência da propriedade intelectual das ICTs para as empresas.

III - fortalecer e ampliar a pesquisa orientada, por missão, em Hidrogênio, expandindo as competências técnico-científicas necessárias para explorar as oportunidades e auxiliar no desenvolvimento dos setores e tecnologias elencadas na Iniciativa Brasileira de Hidrogênio (IBH2);

IV - contribuir para a universalização do acesso à infraestrutura avançada de CT&I na área de Hidrogênio; e

V - racionalizar e ampliar a criação de infraestruturas científicas e tecnológicas na área de Hidrogênio, visando à sua harmonização com as infraestruturas preexistentes, os ambientes promotores de inovação e as necessidades do setor produtivo.

Art. 3º As prioridades de atuação dos laboratórios e das redes de laboratórios integrantes do SisH2-MCTI serão as estabelecidas pela IBH2.

Art. 4º O SisH2-MCTI será constituído por um conjunto de laboratórios e redes de laboratórios de caráter multiusuário, de acesso aberto a usuários públicos e privados, e direcionados à pesquisa, ao desenvolvimento e à prestação de serviços tecnológicos, ao empreendedorismo e à inovação em Hidrogênio.

§ 1º Para os fins do disposto nesta Portaria, considera-se rede de laboratórios o conjunto de laboratórios vinculados a instituições diversas que atuam de maneira integrada, desenvolvendo pesquisa, tecnologia, empreendedorismo e inovação na cadeia de valor do hidrogênio.

§ 2º Os laboratórios e as redes de laboratórios integrantes do SisH2-MCTI deverão:

I - possuir competências consolidadas para a realização de pesquisa, formação de recursos humanos, transferência de conhecimento e tecnologia para a sociedade;

II - garantir às comunidades científica, tecnológica e de inovação o acesso aos seus equipamentos;

III - ser vinculados à ICT pública ou privada; e

IV - disponibilizar sua estrutura laboratorial e expertise para a execução de projetos com usuários externos.

§ 3º Os laboratórios e as redes de laboratórios integrantes do SisH2-MCTI terão como coordenador o dirigente máximo da instituição ou um pesquisador da área de Hidrogênio por ele indicado, e como vice-coordenador um pesquisador da área de Hidrogênio indicado pelo dirigente máximo da instituição.

Art. 5º Integrarão o SisH2-MCTI:

I - os laboratórios e as redes de laboratórios selecionados em chamada pública para a realização de projetos, programas ou ações aderentes aos objetivos do Sistema; e

II - um laboratório ou rede de laboratórios selecionado em chamada pública para desempenhar o papel de Laboratório Integrador do SisH2-MCTI, com as funções de contribuir, no mínimo, para a articulação, gestão, inteligência estratégica e disseminação de informações.

Parágrafo único. Em decorrência da seleção, concomitantemente à celebração dos instrumentos jurídicos que formalizarão as relações jurídicas para fins de execução dos projetos, programas e ações, os laboratórios e as redes de laboratórios selecionados deverão firmar Termo de Adesão ao SisH2-MCTI, na forma do Anexo a esta Portaria, que deverá ser assinado pelo dirigente máximo da instituição selecionada.

Art. 6º As chamadas públicas poderão ser lançadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações ou por seus entes vinculados, de forma descentralizada e com a devida anuência do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Art. 7º O edital de chamamento público lançado para os fins desta Portaria especificará, no mínimo:

I - o objeto da parceria;

II - o cronograma;

III - os critérios de elegibilidade;

IV - os critérios para submissão e julgamento das propostas;

V - as condições para interposição de recurso administrativo;

VI - as diretrizes para a execução das propostas aprovadas;

VII - as diretrizes quanto ao monitoramento e avaliação do andamento do projeto; e

VIII - as orientações relativas à prestação de contas.

§ 1º O edital de chamamento público deverá observar a legislação aplicável ao instrumento jurídico a ser utilizado para formalizar as relações jurídicas a serem estabelecidas com os laboratórios e as redes de laboratórios selecionados e não conterá cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo.

§ 2º Para melhor distribuição regional dos laboratórios e das redes de laboratórios que virão a integrar o SisH2-MCTI e para o fortalecimento da área de Hidrogênio em todas as regiões do País, deverá ser selecionado, no mínimo, um laboratório ou rede de laboratórios com sede localizada em cada uma das cinco regiões do País.

§ 3º Caso não seja atingido o limite mínimo previsto no § 2º deste artigo, a seleção deverá priorizar a proposta de laboratórios ou de rede de laboratórios que apresentem parcerias estabelecidas com instituições de outras regiões do País não contempladas para integrar o SisH2-MCTI.

§ 4º As chamadas públicas deverão prever, como requisito para a participação da seleção, a apresentação, por parte dos candidatos, de um Plano de Trabalho que deverá incluir, no mínimo:

I - a previsão para:

a) atendimento a usuários externos;

b) formação de recursos humanos especializados; e

c) difusão do conhecimento.

II - a estratégia para:

a) prospecção de novos negócios e projetos; e

b) atuação na temática de empreendedorismo e integração com o setor privado.

§ 5º A seleção do Laboratório Integrador do SisH2-MCTI ocorrerá mediante apresentação de Plano de Trabalho específico para este propósito.

§ 6º A comprovação da regularidade jurídica e fiscal do laboratório e da rede de laboratórios, e a avaliação de sua qualificação técnico-científica deverão ser realizadas por ocasião do processo de seleção, sem prejuízo de outras exigências legalmente previstas e aplicáveis ao instrumento jurídico a resultar da seleção.

§ 7º O período de participação do SisH2-MCTI coincidirá com o prazo de execução de projeto, programa ou ação selecionada em chamada pública lançada para os fins desta Portaria.

Art. 8º São obrigações dos laboratórios e das redes de laboratórios integrantes do SisH2-MCTI:

I - possuir equipe profissional com formação e capacitação compatível com as atividades executadas, e em quantidade suficiente para atender às demandas externas;

II - fornecer suporte técnico e apoiar a formação dos usuários externos que utilizem seus equipamentos, respeitando as normas internas da instituição onde se encontrem instalados;

III - possuir equipamentos e instrumentos em quantidade suficiente para atender às demandas internas e externas e nos padrões adequados para utilização, conforme as metodologias utilizadas;

IV - possuir iniciativas estruturadas de divulgação e educação em ciência para difusão do conhecimento científico;

V - apresentar iniciativas estruturadas para a transferência de conhecimento e tecnologia para a sociedade, para a interação com o setor privado e para o estímulo a empresas nascentes de base tecnológica; e

VI - manter página de internet de acesso público contendo, no mínimo:

a) a descrição do laboratório ou da rede de laboratórios;

b) o vínculo com o SisH2-MCTI;

c) as principais atividades realizadas e os resultados obtidos;

d) as linhas de pesquisa;

e) a estrutura física;

f) a disponibilidade de recursos humanos;

g) as informações não sigilosas sobre os projetos em andamento e os projetos realizados, o que inclui os que envolvam cooperação internacional; e

h) as instruções para acesso dos usuários às competências do laboratório.

Parágrafo único. Os laboratórios e as redes de laboratórios integrantes do SisH2-MCTI deverão encaminhar para o MCTI, até o dia 31 de janeiro de cada ano, o Relatório de Acompanhamento Anual referente aos projetos, programas e ações executadas no ano anterior, no âmbito desta Portaria, além de informações adicionais, sempre que solicitadas.

Art. 9º O descumprimento das obrigações previstas no edital de chamamento público, no instrumento jurídico decorrente da seleção, no Termo de Adesão ao SisH2-MCTI ou nesta Portaria, por parte do laboratório ou da rede de laboratórios integrante do SisH2-MCTI, poderá ensejar o seu desligamento do SisH2-MCTI, sem prejuízo do cumprimento de outras obrigações assumidas.

Art. 10. Compete à Coordenação-Geral de Tecnologias Setoriais do Departamento de Tecnologias Aplicadas da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação do MCTI, a governança do SisH2-MCTI.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

ANEXO

TERMO DE ADESÃO

Pelo presente termo, a/o (nome da Universidade/ICT), CNPJ nº (número do CNPJ), declara, para os devidos fins, que está de acordo com a adesão do/da (nome do laboratório) ao Sistema Brasileiro de Laboratórios de Hidrogênio (SisH2-MCTI), tendo em vista o resultado final da Chamada Pública (número da Chamada Pública), e firma o compromisso de:

1 - atender os normativos que regem o Sistema Brasileiro de Laboratórios de Hidrogênio (SisH2-MCTI) e cumprir as regras estabelecidas no edital de Chamamento Público e as obrigações previstas no instrumento jurídico resultante da seleção;

2 - envidar o máximo esforço para a manutenção das competências associadas a pesquisa, a formação de recursos humanos e a transferência de conhecimento para a sociedade;

3 - garantir a manutenção do caráter multiusuário, de acesso aberto a usuários públicos e privados, e direcionados à pesquisa, ao desenvolvimento e a prestação de serviços tecnológicos, ao empreendedorismo e à inovação em Hidrogênio;

4 - atender as solicitações, disponibilizar informações e observar as orientações estabelecidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);

5 - cooperar com fóruns, eventos e outras iniciativas promovidas, referendadas ou indicadas pelo MCTI;

6 - cooperar com os demais laboratórios do SisH2-MCTI no compartilhamento de informações, equipamentos e instalações;

7 - difundir e divulgar os principais resultados, serviços disponíveis e iniciativas realizadas à sociedade, em especial, para a comunidade acadêmica e o setor privado;

8 - zelar pela adoção das melhores práticas laboratoriais, de segurança laboral e de racionalização dos recursos alocados no SisH2-MCTI;

9 - envidar o máximo esforço para a manutenção das instalações e dos recursos humanos e financeiros, visando assegurar a sustentabilidade do laboratório no âmbito do SisH2-MCTI; e

10-utilizar a marca de titularidade do MCTI e do logotipo do SisH2-MCTI em qualquer forma de divulgação relativa às atividades objeto do Termo de Adesão, sendo que a marca do MCTI deverá ser utilizada em conformidade com as normas de publicidade e comunicação social relativas ao Governo Federal;

11-identificar, com o logotipo do SisH2-MCTI, todos os equipamentos adquiridos com recursos aportados no âmbito do objeto do presente Termo de Adesão; e

12-mencionar o apoio do SisH2-MCTI no espaço destinado aos agradecimentos, nas publicações, apresentações e demais atividades de divulgação de resultados relacionados à Iniciativa Brasileira do Hidrogênio (IBH2).

(Local), (dia) de (mês) de (ano).

_____

Assinatura do Dirigente máximo da Instituição selecionada

_____

Assinatura do Coordenador do Projeto

_____

Assinatura do Vice Coordenador do Projeto

PORTARIA MCTI Nº 6.104, DE 12 DE JULHO DE 2022

Realiza a permuta de cargo em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS com Função Comissionada do Poder Executivo Federal - FCPE no âmbito da estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 10.463, de 14 de agosto de 2020, e no art. 16 do Decreto nº 9.739, de 28 de março 2019, resolve:

Art. 1º Permutar um cargo em comissão de Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS 101.3 - da Coordenação-Geral de Inovação Digital do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação Digital, com uma Função Comissionada do Poder Executivo Federal - FCPE 101.3 - da Coordenação-Geral de Ambientes Inovadores e Startups do Departamento de Empreendedorismo Inovador, ambas da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação.

Art. 2º O Anexo IX da Portaria MCTI nº 3.410, de 10 de setembro de 2020, passa a vigorar com as alterações do Anexo a esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

ANEXO

"ANEXO IX

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

.....

(...)			
SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	1	Secretário	DAS 101.6
(...)			
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DIGITAL	1	Diretor	DAS 101.5
(...)			
Coordenação-Geral de Inovação Digital	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
(...)			
DEPARTAMENTO DE EMPREENDEDORISMO INOVADOR	1	Diretor	DAS 101.5
(...)			
Coordenação-Geral de Ambientes Inovadores e Startups	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
(...)			

....."(NR).

PORTARIA MCTI Nº 6.108, DE 13 DE JULHO DE 2022

Institui o Programa de Integridade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI - Programa Faça o Certo, e define as competências da Unidade de Gestão da Integridade - UGI, da Assessoria Especial de Controle Interno - AECI.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto nas Portarias nº 1.089, de 25 de abril de 2018, e nº 57, de 4 de janeiro de 2019, da Controladoria-Geral da União, no Decreto nº 10.756, de 27 de julho de 2021, bem como na Portaria MCTI nº 5.205, de 28 de setembro de 2021, resolve:

Art. 1º Instituir o Programa de Integridade no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI - Programa Faça o Certo, voltado para a gestão de riscos à integridade do órgão, para o desenvolvimento da cultura e construção de um ambiente interno ético e íntegro, e para o aprimoramento dos processos de prevenção, detecção, punição e remediação de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta; bem como definir as competências da Unidade de Gestão da Integridade - UGI, da Assessoria Especial de Controle Interno - AECI.

Art. 2º Para os efeitos do disposto nesta Portaria, considera-se:

I - Programa de Integridade: conjunto estruturado de medidas institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta;

II - Risco para a Integridade: vulnerabilidade que pode favorecer ou facilitar a ocorrência de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e/ou desvios éticos e de conduta, podendo comprometer os objetivos da instituição;

III - Plano de Integridade: documento aprovado pela alta administração que organiza as medidas de integridade a serem adotadas em determinado período de tempo, devendo ser revisado periodicamente;

IV - Ética: conduta pautada pelo respeito e compromisso com o bem, a honestidade, a dignidade, a lealdade, o decoro, o zelo, a responsabilidade, a justiça, a isenção, a solidariedade e a equidade;

V - Integridade Pública: diz respeito às ações organizacionais e ao comportamento do agente público, referindo-se à adesão e ao alinhamento consistente aos valores, princípios e normas éticas comuns para sustentar e priorizar o interesse público sobre os interesses privados;

VI - Colaboradores: empregados públicos, prestadores de serviço, estagiários,

consultores externos e quem, de alguma forma, desempenhe atividade e/ou mantenha relação funcional, profissional ou cooperativa neste Ministério.

Art. 3º O Programa Faça o Certo e todo o conjunto de ações e normativos a ele correspondentes aplicam-se aos:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações;

II - órgãos específicos singulares;

III - unidades de pesquisa;

IV - órgãos colegiados; e

V - unidades descentralizadas: órgãos regionais.

Parágrafo único. As Unidades de Pesquisa deverão instituir seus respectivos Planos de Integridade, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 7º desta Portaria e aderentes a este Programa de Integridade, os quais deverão ser previamente aprovados pelo Ministro.

Art. 4º O Programa Faça o Certo é regido pelos seguintes princípios:

I - compreensão da integridade como valor individual e institucional;

II - comprometimento e apoio da alta administração para disseminar o combate à corrupção;

III - comprometimento e integração de toda a organização para adoção de condutas íntegras e éticas;

IV - aprimoramento contínuo dos mecanismos de gestão da integridade institucional;

V - atuação diligente e responsável no âmbito das respectivas competências.

Art. 5º O Programa Faça o Certo tem por objetivos:

I - construir um ambiente institucional ético e íntegro;

II - assegurar atendimento objetivo e transparente à sociedade;

III - fortalecer a confiança dos parceiros e da sociedade na instituição MCTI;

IV - eliminar ocorrências de conflitos de interesses e nepotismo;

V - apurar e tratar denúncias com eficiência e eficácia;

VI - zelar pela efetividade do controle interno e das recomendações de auditoria;

VII - aumentar a eficácia dos procedimentos de prevenção e detecção de fraudes, de corrupção, de desvio de conduta e ético, e de irregularidades;

VIII - aprimorar procedimentos de responsabilização, observados os parâmetros legais de regência; e

IX - adotar providências para o devido saneamento de irregularidades.

Art. 6º São diretrizes para a Gestão de Integridade:

I - o comprometimento da alta administração com a manutenção de um adequado ambiente de integridade;

II - promoção da cultura ética e de integridade institucional, disseminando-as por meio de ações educacionais e ações de comunicação específicas sobre temas voltados ao combate a corrupção e quaisquer ilicitudes que possam comprometer a imagem do Ministério;

III - promoção da transparência ativa e do acesso à informação nos temas de competência do Ministério, observadas as hipóteses legais de sigilo;

IV - adequação de perfis e de qualificação para o exercício de cargos de direção;

V - desenvolvimento de instrumentos para prevenir, detectar e corrigir a ocorrência dos ilícitos que possam ameaçar os objetivos do Programa de Integridade, tais como: código de ética, normas e planos internos, cartilhas, canal de denúncias, pesquisa de integridade;

VI - análise de riscos contínua a fim de favorecer a sustentabilidade do programa e remediar eventos que possam comprometer os princípios éticos;

VII - eficácia e tempestividade dos procedimentos de responsabilização às ilegalidades e irregularidades detectadas; e

VIII - capacitação contínua dos colaboradores em relação aos mecanismos de integridade.

Art. 7º O Programa Faça o Certo será implementado pelas seguintes fases:

1) constituição da unidade de gestão da integridade, nos termos do art. 4º da Portaria CGU nº 57/2019;

2) aprovação do Plano de Integridade;

3) execução e monitoramento do Plano de Integridade.

§ 1º O Plano de Integridade deverá conter caracterização do órgão ou entidade; ações de estabelecimento das unidades de que tratam os arts. 4º e 6º da Portaria CGU nº 57/2019; levantamento de riscos para a integridade e medidas para seu tratamento; previsão sobre a forma de monitoramento e a realização de atualização periódica do Plano de Integridade, nos termos do art. 5º da Portaria CGU nº 57/2019.

§ 2º O Plano de Integridade compreenderá medidas institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta, o que abrange elementos de gestão de riscos, controles internos, transparência, gestão estratégica, que serão tratados de forma integrada com as áreas afins.

§ 3º O Plano de Integridade deverá ser elaborado a partir do mapeamento de riscos de integridade e da avaliação das medidas de integridade existentes, com a finalidade de identificar vulnerabilidades no quadro de integridade do órgão e propor medidas para sua mitigação.

Art. 8º O desenvolvimento do Programa Faça o Certo é de responsabilidade da Unidade de Gestão da Integridade, da Assessoria Especial de Controle Interno, a quem compete, conforme o art. 6º do Decreto nº 10.756, de 27 de julho de 2021:

I - assessorar a autoridade máxima do órgão nos assuntos relacionados ao Programa de Integridade;

II - articular-se com as demais unidades do órgão que desempenhem funções de integridade para a obtenção de informações necessárias ao monitoramento do Programa de Integridade;

III - coordenar a estruturação, a execução e o monitoramento do Programa de Integridade;

IV - promover a orientação e o treinamento, no âmbito do órgão, em assuntos relativos ao Programa de Integridade;

V - elaborar e revisar, periodicamente, o Plano de Integridade;

VI - coordenar a gestão dos riscos para a integridade;

VII - monitorar e avaliar, no âmbito do órgão, a implementação das medidas estabelecidas no Plano de Integridade;

VIII - propor ações e medidas, no âmbito do órgão, a partir das informações e dos dados relacionados à gestão do Programa de Integridade;

IX - avaliar as ações e as medidas relativas ao Programa de Integridade sugeridas pelas demais unidades do órgão;

X - reportar à autoridade máxima do órgão o andamento do Programa de Integridade;

XI - participar de atividades que exijam a execução de ações conjuntas das unidades integrantes do Sipef, com vistas ao aprimoramento do exercício das atividades comuns;

XII - reportar ao órgão central as situações que comprometam o Programa de Integridade e adotar as medidas necessárias para sua remediação; e

XIII - executar outras atividades do Programa de Integridade previsto no art. 19 do Decreto nº 9.203, de 2017.

§ 1º A UGI será dotada de autonomia, recursos materiais e humanos, com acesso às demais unidades do Ministério, nos termos da Portaria nº 1.089, de 25 de abril de 2018.

§ 2º Compete à UGI a elaboração e revisão do Plano de Integridade do MCTI, de maneira integrada com as demais instâncias internas de governança do Ministério, o qual deverá ser aprovado pelo Comitê Interno de Governança - CIG do MCTI, nos termos do art. 3º, XII, da Portaria MCTI nº 4.301, de 12 de janeiro de 2021, da Portaria CGU nº 57, de 2019, e da Portaria MCTI nº 5.205, de 2021.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 291/SEI-CEMADEN, DE 5 DE JULHO DE 2022

Estabelece os procedimentos gerais de instituição do Programa de Gestão e Desempenho no âmbito do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

O DIRETOR do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, considerando o disposto no Art. 6º da Portaria MCTI nº 5.120, de 18 de agosto de 2021, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, e na Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º ESTABELECER os procedimentos gerais de instituição do Programa de Gestão e Desempenho, na modalidade teletrabalho, no âmbito do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, de acordo com o Art. 4º do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, com o Art. 10 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, e conforme Anexos I a IV a esta Portaria.

Art. 2º O Programa de Gestão e Desempenho nesta unidade abrangerá as atividades descritas na Tabela de Atividades constante no Anexo III a esta Portaria.

Art. 3º Serão adotados os seguintes regimes de execução do Programa de Gestão e Desempenho nesta unidade:

I - Regime de Execução Parcial: quando o participante executa a atividade laboral presencialmente e fora das dependências do órgão, e registra cronograma com a indicação dos dias nos quais estará presente no órgão, dispensado do controle de frequência; e

II - Regime de Execução Integral: quando o participante da modalidade teletrabalho executa a atividade laboral fora das dependências do órgão, dispensado do controle de frequência.

§ 1º Levando em consideração as características operacionais do CEMADEN, o Regime de Execução Parcial se limita a 40% (quarenta por cento) da carga horária semanal do participante no período de Abril a Setembro e 20% (vinte por cento) da carga horária semanal do participante no período de Outubro a Março.

§ 2º Caberá à Chefia Imediata de cada subunidade do CEMADEN garantir uma distribuição equitativa e, preferencialmente, rotativa de participantes em teletrabalho no Regime de Execução Parcial ao longo dos dias da semana, objetivando a isonomia de oportunidades e o interesse da Administração.

§ 3º O Regime de Execução Integral, no âmbito do CEMADEN, tem sua aplicação exclusivamente para a solicitação de teletrabalho no exterior, atendidas as condições dispostas no Art. 12 do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, e dependerá de solicitação justificada do agente público participante, anuência da Chefia Imediata, que avaliará o eventual impacto na área, e somente será concedida, por período determinado, após aprovação da Direção do CEMADEN, que decidirá por sua pertinência para o órgão.

Art. 4º Os resultados e benefícios esperados para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, a partir da instituição do Programa de Gestão e Desempenho no âmbito do CEMADEN, são os seguintes:

I - Promover a gestão orientada a resultados, baseada em evidências, com foco na melhoria do desempenho do órgão;

II - Estimular a cultura do Planejamento Institucional;

III - Promover o Planejamento e a transparência das atividades de trabalho;

IV - Possibilitar a redução de despesas administrativas;

V - Estimular a cultura da inovação e fomentar a transformação digital; e VI - Aumentar a qualidade de vida dos participantes.

Art. 5º Poderão participar do Programa de Gestão e Desempenho do CEMADEN até 100% (cem por cento) do total da força de trabalho elegível, ou seja, o contingente de servidores cujas atividades desempenhadas sejam compatíveis com a modalidade teletrabalho.

Art. 6º O participante selecionado para o teletrabalho será responsável por custear e manter a estrutura, física e tecnológica, necessária para o exercício de suas atribuições, inclusive aquelas relacionadas à segurança da informação e comunicações de dados.

Parágrafo único. A opção pelo teletrabalho não poderá implicar aumento de despesa de qualquer natureza para o órgão.

Art. 7º O participante selecionado para o teletrabalho deverá permanecer disponível para contato, no período definido pela Chefia Imediata e observado o horário de funcionamento e as características operacionais do CEMADEN, pelos seguintes meios de comunicação:

I - Telefone, fixo ou móvel; -

II - Email (correio eletrônico) institucional;

III - Plataforma digital de comunicação e colaboração institucional "Colabora Cemaden";

§ 1º O participante deverá informar e manter atualizado, junto à Chefia Imediata, número de telefone, fixo ou móvel, de livre divulgação tanto dentro do órgão quanto para o público externo que necessitar contatá-lo(a).

§ 2º As definições de uso do e-mail (correio eletrônico) institucional estão estabelecidas na Política de Segurança da Informação do CEMADEN, contida no Anexo da Portaria Nº 201/2021/SEI- CEMADEN, de 16 de setembro de 2021.

§ 3º A plataforma digital de comunicação e colaboração institucional "Colabora Cemaden" encontra-se publicada no endereço https://colabora.cemaden.gov.br/ e pode ser acessada por navegador web ou aplicativo móvel disponível nas lojas de aplicativos sob o titulo "Mattermost".

§ 4º O eventual uso de outras ferramentas de troca de mensagens entre gestores, servidores e colaboradores, como WhatsApp, Signal, Telegram, Skype, ou outras ferramentas de função semelhante, será complementar, opcional e sempre de comum acordo entre o participante do Programa de Gestão e Desempenho e sua Chefia Imediata.

§ 5º A falta de contato com o participante, sem a devida justificativa, será considerada como descumprimento às regras do Programa de Gestão e Desempenho e ensejará o desligamento do participante.

Art. 8º Para participar do Programa de Gestão e Desempenho nesta unidade, o candidato selecionado na forma dos arts. 10 e 11 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020, deverá dar aceite na documentação necessária.

Art. 9º O participante, no teletrabalho, que tiver sua entrega avaliada com a nota de 0 a 4, 3 (três) vezes consecutivas, injustificadamente, será desligado do teletrabalho, com retorno as atividades presenciais no prazo de 30 (trinta) dias corridos.

Parágrafo único. O participante com o desligamento de que trata o caput só poderá se candidatar a um novo Programa de Gestão e Desempenho, na modalidade teletrabalho, após 4 (quatro) meses do seu desligamento.

Art. 10 A Tabela de Atividades, o Plano de Trabalho e o Termo de Ciência e Responsabilidade deverão ser registrados no Sistema para Gerenciamento do Programa de Gestão e Desempenho implantado no CEMADEN, denominado Sistema PGD (versão SUSEP).

Art. 11 O participante do Programa de Gestão poderá ser convocado para comparecimento pessoal à unidade organizacional, quando houver interesse da Administração ou pendência que não possa ser solucionada por meios telemáticos ou informatizados, com antecedência mínima de:

I - ocupantes de DAS/FCPE (qualquer nível): 2 (duas) horas;

II - demais agentes públicos: 4 (quatro) horas.

Parágrafo único. O não comparecimento pessoal à unidade organizacional, quando convocado, sem a devida justificativa, será considerado descumprimento às regras do Programa de Gestão e Desempenho e ensejará o desligamento do participante.

Art. 12 As informações especificadas no § 1º do art. 28 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020, serão divulgadas no sítio eletrônico do CEMADEN, ressalvadas as informações consideradas sigilosas, conforme legislação vigente.

Art. 13 Será admitido o teletrabalho no exterior por prazo determinado, desde que observado o disposto no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022.

Parágrafo único. A concessão de teletrabalho no exterior, no Regime de Execução Integral, dependerá de solicitação justificada do agente público participante, anuência da Chefia Imediata, que avaliará o eventual impacto na área, e somente será concedida, por período determinado, após aprovação da Direção do CEMADEN, que decidirá por sua pertinência para o órgão.

Art. 14 Fica revogada a Portaria Nº 289/2022/SEI-CEMADEN, de 01 de julho de 2022.

Art. 15 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALDO LUIZ LEAL DE MORAES

ANEXO I - MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Pelo presente termo de ciência e responsabilidade, em razão da solicitação de adesão ao Programa de Gestão e Desempenho do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) DECLARO que: - Atendo às condições para participação no Programa de Gestão e Desempenho do Cemaden/MCTI; - Estou ciente do prazo de antecedência mínima de convocação de 04 (quatro) horas, ou de 02 (duas) horas caso esteja ocupando DAS/FCPE, para comparecimento pessoal à unidade, quando houver interesse fundamentado da Administração e pendência que não possa ser solucionada por meios telemáticos ou informatizados;

- Estou ciente de todas as minhas atribuições e responsabilidades previstas no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022 e no art. 22 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, e conforme transcrito abaixo:

Cumprir o estabelecido no plano de trabalho; Atender às convocações para comparecimento à unidade sempre que sua presença física for necessária e houver interesse da Administração Pública, mediante convocação com antecedência mínima prevista na norma de procedimentos gerais e desde que devidamente justificado pela chefia imediata; Manter, junto à Chefia Imediata, dados cadastrais e de contato, especialmente telefônicos, permanentemente atualizados e ativos, sendo esses de livre divulgação tanto dentro do órgão ou da entidade quanto para o público externo que necessitar manter contato; Consultar de forma periódica a sua caixa postal individual de correio eletrônico institucional, a Plataforma digital de comunicação e colaboração institucional "Colabora Cemaden" e demais formas de comunicação do órgão ou entidade de exercício; Permanecer em disponibilidade constante para contato por telefonia fixa ou móvel pelo período acordado com a Chefia Imediata, não podendo extrapolar o horário de funcionamento da unidade; Manter o Chefe Imediato informado, de forma periódica, e sempre que demandado, por meio de mensagem de correio eletrônico institucional, plataforma digital de comunicação e colaboração institucional "Colabora Cemaden", ou outra forma de comunicação previamente acordada, acerca da evolução do trabalho, bem como indicar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento; Comunicar a Chefia Imediata a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas e prazos ou possível redistribuição do trabalho; Zelar pelas informações acessadas de forma remota, mediante observância às normas internas e externas de segurança da informação; Retirar processos e demais documentos das dependências da unidade, quando necessários à realização das atividades, observando os procedimentos relacionados à segurança da informação e à guarda documental, constantes de regulamentação própria, quando houver, e mediante termo de recebimento e responsabilidade.

IV - Estou ciente que a minha participação no Programa de Gestão e Desempenho desta unidade organizacional não constitui direito adquirido e nem dever, podendo ser desligado nas condições estabelecidas no Capítulo III da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020;

- Estou ciente quanto à vedação de pagamento das vantagens a que se referem os arts. 14 e 15 do Decreto nº 11.072, de 2022, e os arts. 29 a 36 Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020.

- Estou ciente quanto à vedação de utilização de terceiros para a execução dos trabalhos acordados como parte das metas;

- Estou ciente quanto ao dever de observar as disposições constantes da Lei nº 13.709, de 14 e agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que couber;

- Estou ciente quanto às orientações da Portaria nº 15.543/SEDGG/ME, de 2 de julho de 2020, que divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal;

- Estou ciente que devo manter as estruturas físicas e tecnológicas necessárias, mediante a utilização de equipamentos e mobiliários adequados e ergonômicos, assumindo, inclusive, os custos referentes à conexão de internet, de energia elétrica e de telefone, entre outras despesas decorrentes do exercício das atribuições;

- Estou ciente que quando ocorrer o desligamento do Programa de Gestão e Desempenho deverei retornar ao controle de frequência e/ou trabalho presencial dentro do prazo estipulado pela unidade, não podendo este ser menor que 30 (trinta) dias, após o ato de notificação;

- Estou ciente que a Chefia Imediata poderá redefinir minhas metas por necessidade do serviço, na hipótese de surgimento de demanda prioritária cujas atividades não tenham sido previamente acordadas;

- Estou ciente que a Chefia Imediata e o Dirigente da unidade organizacional deverão acompanhar a qualidade e a adaptação dos participantes do Programa de Gestão e Desempenho;

- Estou ciente que a Chefia Imediata deverá manter contato permanente com os participantes do Programa de Gestão e Desempenho para repassar instruções de serviço e manifestar considerações sobre sua atuação;

- Estou ciente que a Chefia Imediata deverá aferir o cumprimento das metas estabelecidas bem como avaliar a qualidade das entregas;

- Autorizo o fornecimento do número de telefone, fixo ou celular, para contato de usuários internos ou externos ao Cemaden, conforme necessidade do serviço; e

- Comprometo em me manter operante, disponível e acessível pelo órgão, durante toda a jornada de teletrabalho, com acesso ao e-mail institucional, à plataforma digital de comunicação e colaboração institucional "Colabora Cemaden" e ao telefone, nos termos do inciso V do artigo 9º do Decreto nº 11.072, de 2022 e dos artigos 22 e 23 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020.

Regime solicitado: ( ) Regime de Execução Parcial/( ) Regime de Execução Integral.

Obs.: Para a opção pelo Regime de Execução Integral, restrito à solicitação de teletrabalho no exterior, é necessário anexar justificativa do solicitante, nas condições dispostas no Art. 12 do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022. São José dos Campos/SP, na data da assinatura eletrônica. NOME E SOBRENOME Pesquisador/Tecnologista/Analista em C&T Solicitante

APROVO a solicitação de adesão do Servidor(a) identificado acima no Programa de Gestão e Desempenho do Cemaden/MCTI. Em caso de solicitação de adesão ao Regime de Execução Integral para teletrabalho no exterior, segue em anexo avaliação de impacto na área para aprovação final da solicitação pela Direção do CEMADEN. São José dos Campos/SP, na data da assinatura eletrônica. NOME E SOBRENOME - Diretor/Coordenador-Geral/Coordenador/Chefe de Divisão Chefia Imediata

ANEXO II - TABELAS DE GRUPOS DE ATIVIDADES

COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - CGPDE

TABELA DE GRUPOS DE ATIVIDADES			
UNIDADE ORGANIZACIONAL: CGPDE		GRUPO DE ATIVIDADES	
Nome do Grupo	Sigla	Descrição	Código
Gestão	GE	Atividades inerentes à atuação do Servidor em ações de gestão pública	G01
Pesquisa Científica e Tecnológica	PESQ	Atividades inerentes às ações de Pesquisa Científica e Tecnológica nas áreas de atuação do Cemaden	G02
Capacitação e Formação de novos Pesquisadores	CAP	Atividades relacionadas à capacitação técnica do Servidor e formação de novos Pesquisadores nas áreas de atuação do Cemaden	G03

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES E MODELAGENS - CGOPE

TABELA DE GRUPOS DE ATIVIDADES			
UNIDADE ORGANIZACIONAL: CGOPE	GRUPO DE ATIVIDADES		
Nome do Grupo	Sigla	Descrição	Código
Gestão	GE	Atividades inerentes à atuação do Servidor em ações de gestão pública	G01
Desenvolvimento Tecnológico	DETEC	Atividades inerentes às ações de Desenvolvimento Tecnológico, nas áreas de atuação da CGOPE, com destaque para as especialidades da Sala de Situação	G02
Monitoramento	MONIT	Atividades inerentes às ações de monitoramento continuado e emissão de alertas	G03
Pesquisa e Inovação	PESQ	Atividades inerentes às ações de Pesquisa e Inovação Tecnológicas, nas áreas de atuação da CGOPE, com destaque para as especialidades da Sala de Situação	G04
Capacitação	CAP	Atividades relacionadas à capacitação técnica do Servidor e formação técnica de parceiros	G05

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO - COADM

TABELA DE GRUPOS DE ATIVIDADES			
UNIDADE ORGANIZACIONAL: COADM		GRUPO DE ATIVIDADES	
Nome do Grupo	Sigla	Descrição	Código
LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES	LC	Atividades relacionadas a contratações e licitações, que objetivam atender as necessidades de materais e serviços da unidade	G01
GESTÃO DE CONTRATOS	GC	Atividades relacionadas a gestão e fiscalização de contratos, que objetivam acompanhar o fornecimento de materais e serviços contratados	G02
ORÇAMENTO E FINANÇAS	OF	Atividades relacionadas a orçamento, finanças e contabilidade, que objetivam cobrir as necessidades da unidade	G03
GESTÃO DE PESSOAS	GP	Atividades relacionadas a gestão e desenvolvimento de pessoas	G04
LOGÍSTICA	L	Atividades relacionadas às necessidades logísticas da unidade	G05
TREINAMENTO	T	Atividades relacionadas ao aprimoramento do conhecimento dos servidores	G06
ORGANIZAÇAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS	OSM	Atividades que lidam com um conjunto de técnicas que objetivam aperfeiçoar o funcionamento da organização	G07

COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - CORIN

TABELA DE GRUPOS DE ATIVIDADES			
UNIDADE ORGANIZACIONAL: CORIN		GRUPO DE ATIVIDADES	
Nome do Grupo	Sigla	Descrição	Código
Gestão	GE	Atividades inerentes à atuação do servidor em ações de gestão pública	G01
Relacionamento e representação institucional	RI	Atividades relacionadas ao contato e articulação com parceiros institucionais e à representação do Cemaden em eventos, grupos de trabalho, comissões externas etc.	G02
Gestão de Acordos	GEA	Atividades relacionadas ao estabelecimento de instrumentos de cooperação e execução de acordos	G03
Gerenciamento documental	GD	Atividades relacionadas ao controle documental para amparar a estruturação e manutenção da rede observacional	G04
Coordenação de eventos	EV	Atividades relacionadas à organização de eventos institucionais, científicos e de popularização da ciência	G05
Comunicação externa	COMEX	Atividades relacionadas à comunicação externa e Transparência (imprensa, canais oficiais, FalaBR, website, redes sociais Cemaden)	G06
Comunicação interna	COMIN	Atividades relacionadas à comunicação interna do Cemaden, inter e intra unidades (ao vivo, e-mail, intranet, whatsapp, Colabora)	G07
Apoio a projetos	AP	Atividades relacionadas a publicações institucionais e resultantes de projetos e programas; atividades relacionadas à realização de campanhas educativas para prevenção de desastres e de Educação para Redução de Riscos de Desastres	G08
Capacitação	CAP	Atividades relacionadas à capacitação técnica do servidor	G09

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS INTEGRADOS - DIPIN

TABELA DE ATIVIDADES			
UNIDADE ORGANIZACIONAL: DIPIN/CGPDE		GRUPO DE ATIVIDADES	
Nome do Grupo	Sigla	Descrição	Código
Gestão	GE	Atividades inerentes à atuação do Servidor em ações de gestão pública	G01
Desenvolvimento	DEV	Atividades inerentes às ações de Desenvolvimento Tecnológico, na especialidade de Desenvolvimento de Sistemas de TIC	G02
Infraestrutura de TIC	INFRA	Atividades inerentes às ações de Desenvolvimento Tecnológico, na especialidade de Infraestrutura de TIC	G03
Pesquisa e Inovação	PESQ	Atividades inerentes às ações de Pesquisa e Inovação em Tecnologia da Informação e Comunicações de Dados (TIC)	G04
Capacitação	CAP	Atividades relacionadas à capacitação técnica do Servidor	G05

DIVISÃO DE MONITORAMENTO E OPERAÇÕES DA REDE OBSERVACIONAL - DIMOR

TABELA DE GRUPOS DE ATIVIDADES			
UNIDADE ORGANIZACIONAL: DIMOR/CGOPE		GRUPO DE ATIVIDADES	
Nome do Grupo	Sigla	Descrição	Código
Gestão	GE	Atividades de interesse da Administração	G01
Operação	OP	Atividades de operação da Rede Observacional	G02
Desenvolvimento	DEV	Atividades relacionadas ao desenvolvimento de novas soluções e tecnologias	G03
Capacitação	CAP	Atividades relacionadas ao aperfeiçoamento das habilidades técnicas	G04

ANEXO III - TABELA DE PARÂMETROS

COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - CGPDE COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - CORIN DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS INTEGRADOS - DIPIN DIVISÃO DE MONITORAMENTO E OPERAÇÕES DA REDE OBSERVACIONAL - DIMOR

TABELA DE PARÂMETROS			
Faixa de complexidade	Descrição	Horas	
		Presencial	Teletrabalho
A	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas
B	Alta complexidade	160 horas	160 horas
C	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas
D	Média complexidade	40 horas	40 horas
E	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas
F	Baixa complexidade	8 horas	8 horas
G	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES E MODELAGENS - CGOPE

TABELA DE PARÂMETROS			
Faixa de complexidade	Descrição	Horas	
		Presencial	Teletrabalho
A	Altíssima complexidade	360	360
B	Alta complexidade	120	120
C	Média-alta complexidade	60	60
D	Média complexidade	30	30
E	Média-baixa complexidade	18	18
F	Baixa complexidade	6	6
G	Baixíssima complexidade	2	2

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO - COADM

TABELA DE PARÂMETROS			
Faixa de complexidade	Descrição	Horas	
		Presencial	Teletrabalho
A	Altíssima complexidade	160	160
B	Alta complexidade	80	80
C	Média-alta complexidade	40	40
D	Média complexidade	20	20
E	Média-baixa complexidade	10	10
F	Baixa complexidade	5	5
G	Baixíssima complexidade	1	1

ANEXO IV - TABELA DE ATIVIDADES

COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - CGPDE

TABELA DE ATIVIDADES							
Grupo de Atividades (Código)	Atividade (descrição)	Atividade (Código)	Faixa de complexidade	Tempo de execução em horas (presencial)	Tempo de execução em horas (teletrabalho)	Ganho de produtividade (percentual)	Entregas esperadas
G01	Planejamento, gestão, execução (incluindo representação) ou acompanhamento de atividades	A01	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Relatórios de atividades ou minutas de relatórios
G01	Planejamento, gestão, execução (incluindo representação) ou acompanhamento de atividades	A02	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Relatórios de atividades ou minutas de relatórios
G01	Planejamento, gestão, execução (incluindo representação) ou acompanhamento de atividades	A03	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Relatórios de atividades ou minutas de relatórios
G01	Planejamento, gestão, execução (incluindo representação) ou acompanhamento de atividades	A04	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Relatórios de atividades ou minutas de relatórios
G01	Planejamento, gestão, execução (incluindo representação) ou acompanhamento de atividades	A05	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	Relatórios de atividades ou minutas de relatórios
G01	Planejamento, gestão, execução (incluindo representação) ou acompanhamento de atividades	A06	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	Relatórios de atividades ou minutas de relatórios
G01	Planejamento, gestão, execução (incluindo representação) ou acompanhamento de atividades	A07	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Relatórios de atividades ou minutas de relatórios
G01	Elaboração de Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica	A08	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Nota Técnica (NT) ou Relatório de Atividade Técnica (RAT)
G01	Elaboração de Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica	A09	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Nota Técnica (NT) ou Relatório de Atividade Técnica (RAT)
G01	Elaboração de Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica	A10	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Nota Técnica (NT) ou Relatório de Atividade Técnica (RAT)
G01	Elaboração de Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica	A11	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Nota Técnica (NT) ou Relatório de Atividade Técnica (RAT)

G01	Elaboração de Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica	A12	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	Nota Técnica (NT) ou Relatório de Atividade Técnica (RAT)
G01	Elaboração de Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica	A13	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	Nota Técnica (NT) ou Relatório de Atividade Técnica (RAT)
G01	Elaboração de Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica	A14	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Nota Técnica (NT) ou Relatório de Atividade Técnica (RAT)
G01	Elaboração de ETP e TR para aquisição de bens e serviços	A15	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Estudo Técnico Preliminar (ETP) e/ou Termo de Referência (TR)
G01	Elaboração de ETP e TR para aquisição de bens e serviços	A16	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Estudo Técnico Preliminar (ETP) e/ou Termo de Referência (TR)
G01	Elaboração de ETP e TR para aquisição de bens e serviços	A17	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Estudo Técnico Preliminar (ETP) e/ou Termo de Referência (TR)
G01	Elaboração de ETP e TR para aquisição de bens e serviços	A18	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Estudo Técnico Preliminar (ETP) e/ou Termo de Referência (TR)
G01	Elaboração de ETP e TR para aquisição de bens e serviços	A19	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	Estudo Técnico Preliminar (ETP) e/ou Termo de Referência (TR)
G01	Elaboração de ETP e TR para aquisição de bens e serviços	A21	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	Estudo Técnico Preliminar (ETP) e/ou Termo de Referência (TR)
G01	Elaboração de ETP e TR para aquisição de bens e serviços	A21	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Estudo Técnico Preliminar (ETP) e/ou Termo de Referência (TR)
G01	Gestão ou Fiscalização contratual para aquisição de bens ou serviços	A22	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Estudo Técnico Preliminar (ETP) e/ou Termo de Referência (TR)
G01	Gestão ou Fiscalização contratual para aquisição de bens ou serviços	A23	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Notas Técnicas, Termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo de Bens ou Serviços, Ordens de Fornecimento de Bens ou Serviços
G01	Gestão ou Fiscalização contratual para aquisição de bens ou serviços	A24	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Notas Técnicas, Termos de Recebimento
G01	Gestão ou Fiscalização contratual para aquisição de bens ou serviços	A25	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Provisório e/ou Definitivo de Bens ou Serviços, Ordens de Fornecimento de Bens ou Serviços
G01	Gestão ou Fiscalização contratual para aquisição de bens ou serviços	A26	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	Notas Técnicas, Termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo de Bens ou Serviços, Ordens de Fornecimento de Bens ou Serviços
G01	Gestão ou Fiscalização contratual para aquisição de bens ou serviços	A27	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	Notas Técnicas, Termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo de Bens ou Serviços, Ordens de Fornecimento de Bens ou Serviços
G01	Gestão ou Fiscalização contratual para aquisição de bens ou serviços	A28	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Notas Técnicas, Termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo de Bens ou Serviços, Ordens de Fornecimento de Bens ou Serviços
G02	Pesquisa Científica (incluindo a coordenação e/ou participação em projetos científicos nas áreas de interesse do Cemaden)	A29	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Notas Técnicas, Termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo de Bens ou Serviços, Ordens de Fornecimento de Bens ou Serviços
G02	Pesquisa Científica (incluindo a coordenação e/ou participação em projetos científicos nas áreas de interesse do Cemaden)	A30	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Notas Técnicas, Termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo de Bens ou Serviços, Ordens de Fornecimento de Bens ou Serviços
G02	Pesquisa Científica (incluindo a coordenação e/ou participação em projetos científicos nas áreas de interesse do Cemaden)	A31	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Livros, capítulos de livros, relatórios científicos, artigos em periódicos ou c anais de congressos, workshops, simpósios, ou eventos equivalentes.
G02	Pesquisa Científica (incluindo a coordenação e/ou participação em projetos científicos nas áreas de interesse do Cemaden)	A32	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Livros, capítulos de livros, relatórios científicos, artigos em periódicos ou c anais de congressos, workshops, simpósios, ou eventos equivalentes.
G02	Pesquisa Científica (incluindo a coordenação e/ou participação em projetos científicos nas áreas de interesse do Cemaden)	A33	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	Livros, capítulos de livros, relatórios científicos, artigos em periódicos ou c anais de congressos, workshops, simpósios, ou eventos equivalentes.
G02	Pesquisa Científica (incluindo a coordenação e/ou participação em projetos científicos nas áreas de interesse do Cemaden)	A34	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	Livros, capítulos de livros, relatórios científicos, artigos em periódicos ou c anais de congressos, workshops, simpósios, ou eventos equivalentes.
G02	Pesquisa Científica (incluindo a coordenação e/ou participação em projetos científicos nas áreas de interesse do Cemaden)	A35	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Livros, capítulos de livros, relatórios científicos, artigos em periódicos ou c anais de congressos, workshops, simpósios, ou eventos equivalentes.
G03	Pesquisa Tecnológica (incluindo participação no desenvolvimento e/ou operacionalização de produto tecnológico nas áreas de interesse do Cemaden)	A36	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Livros, capítulos de livros, relatórios científicos, artigos em periódicos ou c anais de congressos, workshops, simpósios, ou eventos equivalentes.
G03	Pesq Tecnológica (incluindo participação no desenvolvimento e/ou operacionalização de produto tecnológico nas áreas de interesse do Cemaden)	A37	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Livros, capítulos de livros, relatórios científicos, artigos em periódicos ou c anais de congressos, workshops, simpósios, ou eventos equivalentes.
G03	Pesq Tecnológica (incluindo participação no desenvolvimento e/ou operacionalização de produto tecnológico nas áreas de interesse do Cemaden)	A38	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Relatório de Atividade Técnica, protótipo de sistema ou produto operacional
G03	Pesquisa Tecnológica (incluindo participação no desenvolvimento e/ou operacionalização de produto tecnológico nas áreas de interesse do Cemaden)	A39	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Relatório de Atividade Técnica, protótipo de sistema ou produto operacional
G03	Pesquisa Tecnológica (incluindo participação no desenvolvimento e/ou operacionalização de produto tecnológico nas áreas de interesse do Cemaden)	A40	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	Relatório de Atividade Técnica, protótipo de sistema ou produto operacional
G03	Pesquisa Tecnológica (incluindo participação no desenvolvimento e/ou operacionalização de produto tecnológico nas áreas de interesse do Cemaden)	A41	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	Relatório de Atividade Técnica, protótipo de sistema ou produto operacional
G03	Pesquisa Tecnológica (incluindo participação no desenvolvimento e/ou operacionalização de produto tecnológico nas áreas de interesse do Cemaden)	A42	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Relatório de Atividade Técnica, protótipo de sistema ou produto operacional
G01	Participação em cursos ou eventos de capacitação em áreas de interesse do Cemaden ou em Gestão Pública	A43	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Certificado de Participação, Conclusão ou Diploma
G01	Participação em cursos ou eventos de capacitação em áreas de interesse do Cemaden ou em Gestão Pública	A44	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Certificado de Participação, Conclusão ou Diploma
G01	Participação em cursos ou eventos de capacitação em áreas de interesse do Cemaden ou em Gestão Pública	A45	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Certificado de Participação, Conclusão ou Diploma
G01	Participação em cursos ou eventos de capacitação em áreas de interesse do Cemaden ou em Gestão Pública	A46	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Certificado de Participação, Conclusão ou Diploma
G01	Participação em cursos ou eventos de capacitação em áreas de interesse do Cemaden ou em Gestão Pública	A47	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	Certificado de Participação, Conclusão ou Diploma
G01	Participação em cursos ou eventos de capacitação em áreas de interesse do Cemaden ou em Gestão Pública	A48	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	Certificado de Participação, Conclusão ou Diploma
G01	Participação em cursos ou eventos de capacitação em áreas de interesse do Cemaden ou em Gestão Pública	A49	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Certificado de Participação, Conclusão ou Diploma
G05	Participação em ações de contribuição para a formação de novos pesquisadores	A50	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Participação como professor, orientador, mentor, membro de banca ou posições equivalentes, em cursos ou eventos de formação de novos pesquisadores nas áreas de interesse do Cemaden
G05	Participação em ações de contribuição para a formação de novos pesquisadores	A51	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Participação como professor, orientador, mentor, membro de banca ou posições equivalentes, em cursos ou eventos de formação de novos pesquisadores nas áreas de interesse do Cemaden
G05	Participação em ações de contribuição para a formação de novos pesquisadores	A52	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Participação como professor, orientador, mentor, membro de banca ou posições equivalentes, em cursos ou eventos de formação de novos pesquisadores nas áreas de interesse do Cemaden
G05	Participação em ações de contribuição para a formação de novos pesquisadores	A53	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Participação como professor, orientador, mentor, membro de banca ou posições equivalentes, em cursos ou eventos de formação de novos pesquisadores nas áreas de interesse do Cemaden
G05	Participação em ações de contribuição para a formação de novos pesquisadores	A54	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	Participação como professor, orientador, mentor, membro de banca ou posições equivalentes, em cursos ou eventos de formação de novos pesquisadores nas áreas de interesse do Cemaden
G05	Participação em ações de contribuição para a formação de novos pesquisadores	A55	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	Participação como professor, orientador, mentor, membro de banca ou posições equivalentes, em cursos ou eventos de formação de novos pesquisadores nas áreas de interesse do Cemaden
G05	Participação em ações de contribuição para a formação de novos pesquisadores	A56	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Participação como professor, orientador, mentor, membro de banca ou posições equivalentes, em cursos ou eventos de formação de novos pesquisadores nas áreas de interesse do Cemaden

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES E MODELAGENS - CGOPE

TABELA DE ATIVIDADES

Grupo de Atividades (Código)	Atividade (descrição)	Atividade (Código)	Faixa de complexidade	Tempo de execução em horas (presencial)	Tempo de execução em horas (teletrabalho)	Ganho de produtividade (percentual)	Entregas esperadas
G01	Planejamento, gestão, execução (incluindo representação) ou acompanhamento de atividades	A01	Altíssima complexidade	360 horas	360 horas	0%	Relatórios de atividades ou minutas de relatórios
G01	Planejamento, gestão, execução (incluindo representação) ou acompanhamento de atividades	A02	Alta complexidade	120 horas	120 horas	0%	Relatórios de atividades ou minutas de relatórios
G01	Planejamento, gestão, execução (incluindo representação) ou acompanhamento de atividades	A03	Média-alta complexidade	60 horas	60 horas	0%	Relatórios de atividades ou minutas de relatórios
G01	Planejamento, gestão, execução (incluindo representação) ou acompanhamento de atividades	A04	Média complexidade	30 horas	30 horas	0%	Relatórios de atividades ou minutas de relatórios

G01	Planejamento, gestão, execução (incluindo representação) ou acompanhamento de atividades	A05	Média-baixa complexidade	18 horas	18 horas	0%	Relatórios de atividades ou minutas de relatórios
G01	Planejamento, gestão, execução (incluindo representação) ou acompanhamento de atividades	A06	Baixa complexidade	6 horas	6 horas	0%	Relatórios de atividades ou minutas de relatórios
G01	Planejamento, gestão, execução (incluindo representação) ou acompanhamento de atividades	A07	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Relatórios de atividades ou minutas de relatórios
G01	Elaboração de Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica	A08	Altíssima complexidade	360 horas	360 horas	0%	Nota Técnica (NT) ou Relatório de Atividade Técnica (RAT)
G01	Elaboração de Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica	A09	Alta complexidade	120 horas	120 horas	0%	Nota Técnica (NT) ou Relatório de Atividade Técnica (RAT)
G01	Elaboração de Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica	A10	Média-alta complexidade	60 horas	60 horas	0%	Nota Técnica (NT) ou Relatório de Atividade Técnica (RAT)
G01	Elaboração de Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica	A11	Média complexidade	30 horas	30 horas	0%	Nota Técnica (NT) ou Relatório de Atividade Técnica (RAT)
G01	Elaboração de Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica	A12	Média-baixa complexidade	18 horas	18 horas	0%	Nota Técnica (NT) ou Relatório de Atividade Técnica (RAT)
G01	Elaboração de Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica	A13	Baixa complexidade	6 horas	6 horas	0%	Nota Técnica (NT) ou Relatório de Atividade Técnica (RAT)
G01	Elaboração de Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica	A14	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Nota Técnica (T) ou Relatório de Atividade Técnica (RAT)
G01	Elaboração de ETP e TR para aquisição de bens ou serviços	A15	Altíssima complexidade	360 horas	360 horas	0%	Estudo Técnico Preliminar (ETP) e/ou Termo de Referência (TR)
G01	Elaboração de ETP e TR para aquisição de bens ou serviços	A16	Alta complexidade	120 horas	120 horas	0%	Estudo Técnico Preliminar (ETP) e/ou Termo de Referência (TR)
G01	Elaboração de ETP e TR para aquisição de bens ou serviços	A17	Média-alta complexidade	60 horas	60 horas	0%	Estudo Técnico Preliminar (ETP) e/ou Termo de Referência (TR)
G01	Elaboração de ETP e TR para aquisição de bens ou serviços	A18	Média complexidade	30 horas	30 horas	0%	Estudo Técnico Preliminar (ETP) e/ou Termo de Referência (TR)
G01	Elaboração de ETP e TR para aquisição de bens ou serviços	A19	Média-baixa complexidade	18 horas	18 horas	0%	Estudo Técnico Preliminar (ETP) e/ou Termo de Referência (TR)
G01	Elaboração de ETP e TR para aquisição de bens ou serviços	A21	Baixa complexidade	6 horas	6 horas	0%	Estudo Técnico Preliminar (ETP) e/ou Termo de Referência (TR)
G01	Elaboração de ETP e TR para aquisição de bens ou serviços	A21	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Estudo Técnico Preliminar (ETP) e/ou Termo de Referência (TR)
G01	Gestão ou Fiscalização contratual para aquisição de bens ou serviços	A22	Altíssima complexidade	360 horas	360 horas	0%	Notas Técnicas, Termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo de Bens ou Serviços, Ordens de Fornecimento de Bens ou Serviços
G01	Gestão ou Fiscalização contratual para aquisição de bens ou serviços	A23	Alta complexidade	120 horas	120 horas	0%	Notas Técnicas, Termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo de Bens ou Serviços, Ordens de Fornecimento de Bens ou Serviços
G01	Gestão ou Fiscalização contratual para aquisição de bens ou serviços	A24	Média-alta complexidade	60 horas	60 horas	0%	Notas Técnicas, Termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo de Bens ou Serviços, Ordens de Fornecimento de Bens ou Serviços
G01	Gestão ou Fiscalização contratual para aquisição de bens ou serviços	A25	Média complexidade	30 horas	30 horas	0%	Notas Técnicas, Termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo de Bens ou Serviços, Ordens de Fornecimento de Bens ou Serviços
G01	Gestão ou Fiscalização contratual para aquisição de bens ou serviços	A26	Média-baixa complexidade	18 horas	18 horas	0%	Notas Técnicas, Termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo de Bens ou Serviços, Ordens de Fornecimento de Bens ou Serviços
G01	Gestão ou Fiscalização contratual para aquisição de bens ou serviços	A27	Baixa complexidade	6 horas	6 horas	0%	Notas Técnicas, Termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo de Bens ou Serviços, Ordens de Fornecimento de Bens ou Serviços
G01	Gestão ou Fiscalização contratual para aquisição de bens ou serviços	A28	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Notas Técnicas, Termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo de Bens ou Serviços, Ordens de Fornecimento de Bens ou Serviços
G02	Desenvolvimento Tecnológico de sistemas ou produtos para o monitoramento e emissão de alertas	A29	Altíssima complexidade	360 horas	360 horas	0%	Relatório de Atividade Técnica, documentação técnica, Procedimento Operacional, Manual de Usuário ou equivalente
G02	Desenvolvimento Tecnológico de sistemas ou produtos para o monitoramento e emissão de alertas	A31	Média-alta complexidade	60 horas	60 horas	0%	Relatório de Atividade Técnica, documentação técnica, Procedimento Operacional, Manual de Usuário ou equivalente
G02	Desenvolvimento Tecnológico de sistemas ou produtos para o monitoramento e emissão de alertas	A32	Média complexidade	30 horas	30 horas	0%	Relatório de Atividade Técnica, documentação técnica, Procedimento Operacional, Manual de Usuário ou equivalente
G02	Desenvolvimento Tecnológico de sistemas ou produtos para o monitoramento e emissão de alertas	A33	Média-baixa complexidade	18 horas	18 horas	0%	Relatório de Atividade Técnica, documentação técnica, Procedimento Operacional, Manual de Usuário ou equivalente
G02	Desenvolvimento Tecnológico de sistemas ou produtos para o monitoramento e emissão de alertas	A34	Baixa complexidade	6 horas	6 horas	0%	Relatório de Atividade Técnica, documentação técnica, Procedimento Operacional, Manual de Usuário ou equivalente
G02	Desenvolvimento Tecnológico de sistemas ou produtos para o monitoramento e emissão de alertas	A35	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Relatório de Atividade Técnica, documentação técnica, Procedimento Operacional, Manual de Usuário ou equivalente
G03	Monitoramento de variáveis ambientais e gerenciamento de ciclo de vida de alerta (emissão, atualização e cessar)	A36	Altíssima complexidade	360 horas	360 horas	0%	Relatórios, artigos em periódicos ou anais de congresso, registro de software, patentes, normas, protótipos, contratos de transferência de tecnologia, laudos e pareceres técnicos
G04	Pesquisa científica, tecnológica e inovação (incluindo a articipação em projetos de pesquisa, grupos de pesquisa, bancas, orientações afins)	A38	Alta complexidade	120 horas	120 horas	0%	Relatórios, artigos em periódicos ou anais de congresso, registro de software, patentes, normas, protótipos, contratos de transferência de tecnologia, laudos e pareceres técnicos
G04	Pesquisa científica, tecnológica e inovação (incluindo a participação em projetos de pesquisa, grupos de pesquisa, bancas, orientações e afins)	A39	Média-alta complexidade	60 horas	60 horas	0%	Relatórios, artigos em periódicos ou anais de congresso, registro de software, patentes, normas, protótipos, contratos de transferência de tecnologia, laudos e pareceres técnicos
G04	Pesquisa científica, tecnológica e inovação (incluindo a participação em projetos de pesquisa, grupos de pesquisa, bancas, orientações e afins)	A40	Média complexidade	30 horas	30 horas	0%	Relatórios, artigos em periódicos ou anais de congresso, registro de software, patentes, normas, protótipos, contratos de transferência de tecnologia, laudos e pareceres técnicos
G04	Pesquisa científica, tecnológica e inovação (incluindo a participação em projetos de pesquisa, grupos de pesquisa, bancas, orientações e afins)	A41	Média-baixa complexidade	18 horas	18 horas	0%	Relatórios, artigos em periódicos ou anais de congresso, registro de software, patentes, normas, protótipos, contratos de transferência de tecnologia, laudos e pareceres técnicos
G04	Pesquisa científica, tecnológica e inovação (incluindo a participação em projetos de pesquisa, grupos de pesquisa, bancas, orientações e afins)	A42	Baixa complexidade	6 horas	6 horas	0%	Relatórios, artigos em periódicos ou anais de congresso, registro de software, patentes, normas, protótipos, contratos de transferência de tecnologia, laudos e pareceres técnicos
G04	Pesquisa científica, tecnológica e inovação (incluindo a participação em projetos de pesquisa, grupos de pesquisa, bancas, orientações e afins)	A43	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Relatórios, artigos em periódicos ou anais de congresso, registro de software, patentes, normas, protótipos, contratos de transferência de tecnologia, laudos e pareceres técnicos
G05	Participação em cursos ou eventos de capacitação em áreas de interesse do Cemaden ou em Gestão Pública	A44	Altíssima complexidade	360 horas	360 horas	0%	Certificado de Participação, Conclusão ou Diploma
G05	Participação em cursos ou eventos de capacitação em áreas de interesse do Cemaden ou em Gestão Pública	A45	Alta complexidade	120 horas	120 horas	0%	Certificado de Participação, Conclusão ou Diploma
G05	Participação em cursos ou eventos de capacitação em áreas de interesse do Cemaden ou em Gestão Pública	A46	Média-alta complexidade	60 horas	60 horas	0%	Certificado de Participação, Conclusão ou Diploma
G05	Participação em cursos ou eventos de capacitação em áreas de interesse do Cemaden ou em Gestão Pública	A47	Média complexidade	30 horas	30 horas	0%	Certificado de Participação, Conclusão ou Diploma
G05	Participação em cursos ou eventos de capacitação em áreas de interesse do Cemaden ou em Gestão Pública	A48	Média-baixa complexidade	18 horas	18 horas	0%	Certificado de Participação, Conclusão ou Diploma
G05	Participação em cursos ou eventos de capacitação em áreas de interesse do Cemaden ou em Gestão Pública	A49	Baixa complexidade	6 horas	6 horas	0%	Certificado de Participação, Conclusão ou Diploma
G05	Participação em cursos ou eventos de capacitação em áreas de interesse do Cemaden ou em Gestão Pública	A50	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Certificado de Participação, Conclusão ou Diploma
G05	Participação em ações de contribuição para a formação técnica de parceiros ou da sociedade	A51	Altíssima complexidade	360 horas	360 horas	0%	Participação como instrutor, professor, orientador, mentor ou posições equivalentes, em cursos ou eventos de formação técnica de parceiros ou de membros da sociedade nas áreas de interesse do Cemaden

G05	Participação em ações de contribuição para a formação técnica de parceiros ou da sociedade	A52	Alta complexidade	120 horas	120 horas	0%	Participação como instrutor, professor, orientador, mentor ou posições equivalentes, em cursos ou eventos de formação técnica de parceiros ou de membros da sociedade nas áreas de interesse do Cemaden
G05	Participação em ações de contribuição para a formação técnica de parceiros ou da sociedade	A53	Média-alta complexidade	60 horas	60 horas	0%	Participação como instrutor, professor, orientador, mentor ou posições equivalentes, em cursos ou eventos de formação técnica de parceiros ou de membros da sociedade nas áreas de interesse do Cemaden
G05	Participação em ações de contribuição para a formação técnica de parceiros ou da sociedade	A54	Média complexidade	30 horas	30 horas	0%	Participação como instrutor, professor, orientador, mentor ou posições equivalentes, em cursos ou eventos de formação técnica de parceiros ou de membros da sociedade nas áreas de interesse do Cemaden
G05	Participação em ações de contribuição para a formação técnica de parceiros ou da sociedade	A55	Média-baixa complexidade	18 horas	18 horas	0%	Participação como instrutor, professor, orientador, mentor ou posições equivalentes, em cursos ou eventos de formação técnica de parceiros ou de membros da sociedade nas áreas de interesse do Cemaden
G05	Participação em ações de contribuição para a formação técnica de parceiros ou da sociedade	A56	Baixa complexidade	6 horas	6 horas	0%	Participação como instrutor, professor, orientador, mentor ou posições equivalentes, em cursos ou eventos de formação técnica de parceiros ou de membros da sociedade nas áreas de interesse do Cemaden
G05	Participação em ações de contribuição para a formação técnica de parceiros ou da sociedade	A57	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Participação como instrutor, professor, orientador, mentor ou posições equivalentes, em cursos ou eventos de formação técnica de parceiros ou de membros da sociedade nas áreas de interesse do Cemaden

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO - COADM

TABELA DE ATIVIDADES

Grupo de Atividades (Código)	Atividade (descrição)	Atividade (Código)	Faixa de complexidade	Tempo de execução em horas (presencial)	Tempo de execução em horas (teletrabalho)	Ganho de produtividade (percentual)	Entregas esperadas
LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES	Requisição: identificação da necessidade de requisição de materiais e serviços	LC-R	F	5	5	0%	DFD, DOD, Planilha estimativa
	Cotação A: pesquisa de preços referênciais para contratações complexas (DEMO e TIC)	LC-Ca	C	40	40	0%	Propostas/cotações de preços, Planilha de custos e Formação de preços
	Cotação B: pesquisa de preços referênciais para contratações não complexas	LC-Cb	D	20	20	0%	Propostas/cotações de preços, Planilha de custos e Formação de preços
	Estudo Técnico Preliminar A: desenvolvimento do estudo preliminar p/ contratações complexas (DEMO e TIC)	LC-ETPa	A	160	160	0%	ETP no SEI, ETP Digital, Mapa de Riscos
	Estudo Técnico Preliminar B: desenvolvimento do estudo preliminar p/ contratações não complexas	LC-ETPb	C	40	40	0%	ETP no SEI, ETP Digital, Mapa de Riscos
	Termo de Referência: elaboração do TR da contratação, com base nos dados do ETP	LC-TR	C	40	40	0%	TR e anexos
	Edital: elaboração do edital (minuta ou definitivo), com base nos dados do TR e/ou orientações jurídicas	LC-E	F	5	5	0%	Minuta, Edital
	Instrução Fase Interna: representante da área de licitações analisa o processo, inclui documentos/ artefatos necessários, providência correções, atende/justifica recomendações jurídicas, emite Nota Técnica, providencia publicações	LC-I	E	10	10	0%	Nota Técnica, Inclusão de documentos (check- list, comprovantes, ateste de disponibilidade orçamentária, etc), Publicações em BS/DOU
	Sessão Pública A: realização de pregões, leilões, licitações tradicionais, consultas públicas, provas de conceito e correlatos (contratações complexas - muitos itens, com amostras, etc)	LC-SPa	B	80	80	0%	Ata da sessão pública, Termo de Adjudicação, Termo de Julgamento, Emissão e juntada de certidões, Memória de Cálculo
	Sessão Pública B: realização de pregões, leilões, licitações tradicionais, consultas públicas, provas de conceito e correlatos (contratações não complexas)	LC-SPb	C	40	40	0%	Ata da sessão pública, Termo de Adjudicação, Termo de Julgamento, Emissão e juntada de certidões, Memória de Cálculo
	Formalização de Contratação: executa os procedimentos para formalizar as contratações, como: solicitação de empenho, envio de contrato/ARP, acompanhamento de assinaturas, publicação de extrato, etc.	LC-FC	F	5	5	0%	Memo de solicitação de empenho, Termo de Contrato, ARP, Publicação de extrato
GESTÃO DE CONTRATOS	Reunião ou Fiscalização: realização de reuniões de alinhamento de procedimentos em contratos e/ou atos de fiscalização (como análises, conferências, solicitações, notificações, etc)	GC-RF	F	5	5	0%	Ata, Anotações, Relatórios, Ofícios, Notas Técnicas
	Ordem de Serviço (OS): levantamento de necessidades e emissão de OS's em contratos por demanda	GC-OS	G	1	1	0%	OS, Ofício de Encaminhamento
	Recebimento ou Liquidação A: realização dos procedimentos de recebimento dos serviços ou materiais, com a conferência das especificações e comprovantes, e a emissão do Termo de Ateste ou providências de rejeição/ substituição (Serviços DEMO)	GC-Rla	F	5	5	0%	Termo de Ateste/Recebimento (ou Rejeição), juntada de documentos (NF, Certidões, Comprovantes, Planilhas de acompanhamento, etc)
	Recebimento ou Liquidação B: realização dos procedimentos de recebimento dos serviços ou materiais, com a conferência das especificações e comprovantes, e a emissão do Termo de Ateste ou providências de rejeição/ substituição	GC-RLb	G	1	1	0%	Termo de Ateste/Recebimento (ou Rejeição), juntada de documentos (NF, Certidões, Comprovantes, Planilhas de acompanhamento, etc)
	Recebimento ou Liquidação B: realização dos procedimentos de recebimento dos serviços ou materiais, com a conferência das especificações e comprovantes, e a emissão do Termo de Ateste ou providências de rejeição/ substituição	GC-AA	D	20	20	0%	Ofício de notificação, juntada de documentos (manifestação de ineteresse, certidões, Parecer Jurídico, etc), Termo Aditivo ou de Apostilamento
	Aditivo ou Apostilamento: realização dos procedimentos de aditamento de contratos (renovação, acréscimo ou supressão), ou de reajuste/ repactuação por apostilamento	GC-AA	D	20	20	0%	Ofício de notificação, juntada de documentos (manifestação de ineteresse, certidões, Parecer Jurídico, etc), Termo Aditivo ou de Apostilamento
	Penalidade: realização dos procedimentos de instrução processual para apenação ou aplicação de penalidades por infrações contratuais	GC-P	B	80	80	0%	Processo de apuração e aplicação de penalidade, conforme o Caderno "Sanções Administrativas - Diretrizes Para Formulação De Procedimento Administrativo Específico" 2015
ORÇAMENTO E FINANÇAS	Programação: realização dos procedimentos necessários para o planejamento e acompanhamento do orçamento, incluindo as Leis Orçamentárias.	OF-P	D	20	20	0%	Relatórios, dados atualizados nos Sistemas
	Empenho: realização dos procedimentos necessários para o empenho das despesas no SIAFI	OF-E	G	1	1	0%	Relatórios, Memorandos, dados atualizados nos sistemas
	Pagamento e Execução Financeira: realização dos procedimentos necessários para a realizaçao de pagamentos e demais operações de execução financeira, como os relativos a contas vinculadas, retenções, cadastros bancários, etc	OF-E	G	1	1	0%	Relatórios, NT, Memorandos, dados atualizados nos sistemas, OB
GESTÃO DE PESSOAS	Folha de Pagamento: execução das operações relativas a inserções,exclusões, alterações e atualizações das rubricas da folha de pagamento, bem como o seu acompanhamento	GP-EP	F	5	5	0%	Dados atualizados nos sistemas
	Expediente de Pessoal: execução dos procedimentos relativos a expediente de pessoal (ingresso, aposentadoria, etc), atualização de dados cadastrais e documentação de pessoal, ponto eletrônico, etc	GP-EP	F	5	5	0%	Processo atualizado, dados atualizados nos sistemas
	Avaliação: formalização e execução de procedimentos referentes à progressão na carreira, avaliação de desempenho, gratificações, estágio probatório e correlatos (por processo)	GP-A	E	10	10	0%	Processo atualizado, Minutas de Portarias, Formulários, dados atualizados nos sistemas
LOGÍSTICA	Incorporação e Controle: execução dos procedimentos relativos ao fluxo de materiais, incluindo a sua incorporação aos sistemas de controle, tombamento (plaquetas de patrimônio), contole no sistema, movimentação e distribuição (por operação)	L-IC	G	1	1	0%	Formulários, Relatórios, dados atualizados nos sistemas
	Inventário: execução dos procedimentos relativos ao inventário de materiais permanentes ou de consumo (por processo)	L-I	C	40	40	0%	Processo de inventário, Relatório
	Alienação: execução dos procedimentos relativos à alienação de materiais permanentes ou de consumo (por processo)	L-A	C	40	40	0%	Processo de alienação Relatório, atualização/baixa no sistema
	Gestão de Transporte: execução dos procedimentos relativos ao controle de agendamento dos veículos e tarefas operacionais de gestão do transporte (por operação)	L-GT	G	1	1	0%	Formulários, Relatórios, dados atualizados nos sistemas
TREINAMENTO	Curso: realização de cursos necessários ao desenvolvimento das atividades (por módulo)	T-C	D	20	20	0%	Certificado de conclusão do curso
ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS	Manualização: desenvolvimento de manuais, cartilhas, e produtos correlatos (por produto)	OSM-M	A	160	160	0%	Produto: Manual, Cartilha ou correlatos
	Mapeamento de Processo: desenvolvimento de mapeamento de processos (por processo)	OSM-MP	C	40	40	0%	Processo mapeado em formato digital
	Operação de Sistemas: execução de operações em sistemas diversos (por operação)	OSM-OS	G	1	1	0%	Relatórios, dados atualizados nos sistemas
	Projeto: empreendimentos com início e fim programados que resultam em um produto específico (ex.: implantação de um sistema, desenvolvimento de um método de trabalho, etc)	OSM-P	A	160	160	0%	Produto específico (objetivo do projeto)

COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - CORIN

TABELA DE ATIVIDADES

Grupo de Atividades (código)	Atividade (descrição)	Atividade (código)	Faixa de complexidade	Tempo de execução em horas (presencial)	Tempo de execução em horas (teletrabalho)	Ganho de produtividade (percentual)	Entregas esperadas
Gestão - G01	Elaboração de documentos de formalização de demandas e minutas de TRs para contratação de serviços e materiais	A01	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Documentos de formalização de demanda e minutas de TRs elaborados
		A02	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	
		A03	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	
		A04	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	
		A05	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	
		A06	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	

	Elaboração de Notas Técnicas, Notas Informativas, Relatórios (atendimentos diversos, eventos e cursos organizados etc.), Ofícios, Instrumentos de Publicação na Imprensa Oficial (Relações Jurídicas e Bolsas PCI)	A07	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	NTs, NIs, relatórios, ofícios elaborados, Extratos no DOU
		A08	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	
		A09	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	
		A10	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas		
		A11	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	
		A12	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	
	Participação em comissões e comitês de gestão e acompanhamento (Plano Diretor, Comitê de Segurança da Informação e Comunicações de Dados - CSIC, Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, Processo Administrativo Disciplinar - PAD, Análise de Capacitação, Ouvidoria,	A13	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Atas de reunião, pareceres técnicos, relatórios
		A14	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	
	Acesso à Informação (Fala.BR), Comissão de Ética, Subcomissão do Sistema de Gestão de documentos e arquivos do MCTI, Gestão de Planos de Trabalho de Relações Jurídicas etc.	A15	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas		
		A16	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	
		A17	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	
		A18	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	
	Definição de procedimentos para a execução dos programas e ações internas (Art. 13, inciso XI, da Portaria nº 3.441/2020)	A19	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Processos e procedimentos revistos, redistribuição de atividades entre integrantes da Corin
		A20	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	
		A21	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	
Relacionamento e representação institucional - G02	Elaboração de minutas de ofício do diretor ou ofícios, memorandos ou e-mails da coordenação de relações institucionais com as respostas consolidadas sobre demandas internas ou externas	A22	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Documentos elaborados
		A23	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	
		A24	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	
		A25	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	
	Atendimento a consultas recebidas por e-mail, telefone, whatsapp, FalaBR, @contato: atendimento à sociedade em geral, pessoas jurídicas, parceiros, autoridades, Defesa Civil, universidades	A26	Média complexidade	40 horas	40 horas		Demanda atendida/resposta fornecida
		A27	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	
		A28	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	
	Atendimento aos parceiros CEMADEN na manutenção da rede observacional; realocação de instrumentos; instalação de equipamentos	A29	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Resposta fornecida
		A30	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	
	Envio de avisos sobre a realização de manutenção da rede observacional às defesas civis estaduais e municipais e outros parceiros	A31	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	Aviso enviado
		A32	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas		
	Estruturação de suporte em relações internacionais	A33	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Site básico em inglês organizado; ponto de contato; melhoria dos processos de comunicação interna relacionados, incluindo acordos e parcerias em negociação
		A34	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	
		A35	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	
		A36	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	
		A37	Baixa complexidade	8 horas	8 horas		
	Proposição de diretrizes da política de Relações Institucionais/proposição de ações proativas junto aos parceiros institucionais	A38	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Relatório de diretrizes e ações propostas
	Representação do Cemaden em conselhos, comissões e comitês externos (Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU e Enfrentamento à COVID, da Prefeitura Municipal de São José dos Campos etc.)	A39	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Relatório de análise de documentos, atas de atividades, participação de reuniões online, remissão à processos do Sistema Eletrônico de Informação
		A40	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	
		A41	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	
Gestão de Acordos - G03	Ciclo completo de relações jurídicas relacionadas a Acordos Interinstitucionais: contato prévio, reunião técnica interna com áreas de interesse, reunião técnica externa (contraparte), paraticipação em workshops (temas associados ao interese de parceria), negociação, consolidação de informações solicitadas, proposta de minuta, revisão, Minuta final,	A42	Alta complexidade	160 horas	160 horas		Notas técnicas; minutas; atas de reunião; instrução de processos administrativos; minuta de Extrato de Publicação na Imprensa Oficial
	abertura de processo no SEI, instrução de processo administrativo, nota técnica, memorando de despacho, submissão ao Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), eventual complementação ou revisão sugerida pelo NIT, submissão das modificações recomendados ao parceiro institucional, submissão à Consultoria Jurídica da União (CJU/SJC) ou	A43	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	
		A44	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	
		A45	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	
	CONJUR/MCTI, Unidade de Relações Internacionais do MCTI, ou da Consultoria Jurídica da contraparte, implementação de eventuais recomendações, submissão de revisão ao parceiro pretendido, minuta final, coleta de assinatura dos signatários, publicação de instrumento no Diário Oficial da União, digitalização e instrução de processo final no SEI.	A46	Baixa complexidade	8 horas	8 horas		
	Gestão de logística de entrega de pluviômetros semiautomáticos doados	A47	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Entrega do equipamento configurado e recolhimento de guia de remessa assinada pelo parceiro institucional
Gerenciamento documental - G04	Levantamento documental para amparar a estruturação da rede observacional	A48	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Minutas de ACT e TCUE elaboradas, sistema PPA atualizado
		A49	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	
		A50	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	

	Sistema de Gestão Arquivos (CEMADEN) e SUBSIGA	A51	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	Relatório de atividades e ata de reunião
Coordenação de eventos - G05	Organização de eventos institucionais e técnico-científicos, visitas e reuniões técnicas	A52	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Evento, visita ou reunião realizados
		A53	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	
		A54	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas		
		A55	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	
		A56	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	
		A57	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	
		A58	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	
Comunicação externa - G06	Estruturação de presença em redes sociais - divulgação periódica de notícias e relatórios. Atendimento e resposta às demandas nas mídias sociais.	A59	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Conteúdo postado nas redes sociais; resposta a demandas
		A60	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	
	Produção e divulgação de releases, notícias e relatórios	A61	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Release produzido (canais de distribuição: site Cemaden, e-mail parceiro ou imprensa, outros)
		A62	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	
	Cobertura, reportagem e registro de eventos	A63	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Reportagem/ release de evento
		A64	Média complexidade	40 horas	40 horas		
	Elaboração de conteúdo periódico para Revista Mundo MCTI	A65	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Divulgação da imagem institucional do Cemaden, no contexto do MCTI, e seleção das atividades/ações de destaque no trimestre, junto aos gestores
		A66	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	
	Atendimento à Imprensa	A67	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Entrevistas agendadas, e/ou encaminhamento de informações institucionais.
		A68	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	
	Acompanhamento e organização de clipping de notícias sobre o Cemaden	A69	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas		Registro e mensuração da imagem do Cemaden; Elaboração e divulgação interna staff@; Resposta e correção de informações junto à Imprensa (quando aplicável)
		A70	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	
	Apoio na elaboração de estratégia de material de divulgação e organização de eventos	A71	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Estratégias de divulgação definidas
		A72	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	
Comunicação Interna - G07	Divulgação de eventos, cursos e reuniões pelo e-mail staff@	A73	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	E-mail enviado
		A74	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas		
	Apoio na elaboração de estratégias de comunicação	A75	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Estratégias de comunicação definidas
		A76	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	
	Intermediação junto à Ascom/MCTI	A77	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Atendimento de demandas; envio de informações e notícias
		A78	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	
	Contato com a direção da Comunicação-MCTI, no tratamento das questões referentes a eventos de parcerias, transmissão, material e divulgação institucional de ações e eventos.	A79	Alta complexidade	160 horas	160 horas		Apoio nas estratégias de comunicação interna e externa, na gestão de ações e eventos
		A80	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	
	Implementação da página do Cemaden na Intranet	A81	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Compartilhamento de informações de gestão e trabalhista mais acessível aos servidores; Acesso e entrega mais rápida de informações internas
		A82	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	
	Elaboração colaborativa do Clipping Notícias Cemaden, registrando as captações das notícias por e-mail da Ascom-gmail (plataformas google alerta e talkwalker) - realizado com a equipe do Apoio Administrativo	A83	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	*Clipping* de notícias complementado
Apoio a Projetos - G08	Apoio a Bolsas PCI - Projeto CNPq: Apoio à Elaboração de Edital das bolsas; divulgação e recebimento de inscrições; confecção de documentação encaminhada às Comissões de Avaliação; elaboração dos processos definidos pelas comissões; elaboração de processos de renovação de bolsas e/ou processos de troca de bolsistas; controle de relatórios e controle orçamentário	A84	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Edital organizado; edital divulgado; confecção de documentos; renovação de bolsas; organização dos relatórios dos bolsistas; relatórios de controle orçamentário
	Apoio no planejamento de campanhas e ações de RRD junto ao Programa Cemaden Educação e outros projetos, com a participação em reuniões, grupos focais e comunicação e articulações interinstitucionais.	A85	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Campanhas e ações de RRD planejadas e executadas
		A86	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	
		A87	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	
		A88	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	
		A89	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	
Capacitação - G09	Participação em cursos ou eventos de capacitação técnica em RI ou Gestão Pública	A90	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Certificado de Participação, Conclusão ou Diploma
		A91	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	
		A92	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	
		A93	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	
		A94	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	
		A95	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	
		A96	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS INTEGRADOS - DIPIN

TABELA DE ATIVIDADES							
Grupo de Atividades (código)	Atividade (descrição)	Atividade (código)	Faixa de complexidade	Tempo de execução em horas (presencial)	Tempo de execução em horas (teletrabalho)	Ganho de produtividade (percentual)	Entregas esperadas
G01	Planejamento, gestão, execução ou acompanhamento de atividades	A01	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Relatórios de atividades ou minutas de relatórios
G01	Planejamento, gestão, execução ou acompanhamento de atividades	A02	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Relatórios de atividades ou minutas de relatórios
G01	Planejamento, gestão, execução ou acompanhamento de atividades	A03	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Relatórios de atividades ou minutas de relatórios
G01	Planejamento, gestão, execução ou acompanhamento de atividades	A04	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Relatórios de atividades ou minutas de relatórios
G01	Planejamento, gestão, execução ou acompanhamento de atividades	A05	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	Relatórios de atividades ou minutas de relatórios

G01	Planejamento, gestão, execução ou acompanhamento de atividades	A06	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	Relatórios de atividades ou minutas de relatórios
G01	Planejamento, gestão, execução ou acompanhamento de atividades	A07	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Relatórios de atividades ou minutas de relatórios
G01	Elaboração de Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica	A08	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Nota Técnica (NT) ou Relatório de Atividade Técnica (RAT)
G01	Elaboração de Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica	A09	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Nota Técnica (NT) ou Relatório de Atividade Técnica (RAT)
G01	Elaboração de Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica	A10	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Nota Técnica (NT) ou Relatório de Atividade Técnica (RAT)
G01	Elaboração de Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica	A11	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Nota Técnica (NT) ou Relatório de Atividade Técnica (RAT)
G01	Elaboração de Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica	A12	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	Nota Técnica (NT) ou Relatório de Atividade Técnica (RAT)
G01	Elaboração de Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica	A13	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	Nota Técnica (NT) ou Relatório de Atividade Técnica (RAT)
G01	Elaboração de Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica	A14	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Nota Técnica (NT) ou Relatório de Atividade Técnica (RAT)
G01	Elaboração de ETP e TR para aquisição de solução de TIC	A15	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Estudo Técnico Preliminar (ETP) e/ou Termo de Referência (TR)
G01	Elaboração de ETP e TR para aquisição de solução de TIC	A16	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Estudo Técnico Preliminar (ETP) e/ou Termo de Referência (TR)
G01	Elaboração de ETP e TR para aquisição de solução de TIC	A17	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Estudo Técnico Preliminar (ETP) e/ou Termo de Referência (TR)
G01	Elaboração de ETP e TR para aquisição de solução de TIC	A18	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Estudo Técnico Preliminar (ETP) e/ou Termo de Referência (TR)
G01	Elaboração de ETP e TR para aquisição de solução de TIC	A19	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	Estudo Técnico Preliminar (ETP) e/ou Termo de Referência (TR)
G01	Elaboração de ETP e TR para aquisição de solução de TIC	A21	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	Estudo Técnico Preliminar (ETP) e/ou Termo de Referência (TR)
G01	Elaboração de ETP e TR para aquisição de solução de TIC	A21	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Estudo Técnico Preliminar (ETP) e/ou Termo de Referência (TR)
G01	Gestão ou Fiscalização contratual para aquisição de bens ou serviços	A22	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Notas Técnicas, Termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo de Bens ou Serviços, Ordens de Fornecimento de Bens ou Serviços
G01	Gestão ou Fiscalização contratual para aquisição de bens ou serviços	A23	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Notas Técnicas, Termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo de Bens ou Serviços, Ordens de Fornecimento de Bens ou Serviços
G01	Gestão ou Fiscalização contratual para aquisição de bens ou serviços	A24	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Notas Técnicas, Termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo de Bens ou Serviços, Ordens de Fornecimento de Bens ou Serviços
G01	Gestão ou Fiscalização contratual para aquisição de bens ou serviços	A25	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Notas Técnicas, Termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo de Bens ou Serviços, Ordens de Fornecimento de Bens ou Serviços
G01	Gestão ou Fiscalização contratual para aquisição de bens ou serviços	A26	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	Notas Técnicas, Termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo de Bens ou Serviços, Ordens de Fornecimento de Bens ou Serviços
G01	Gestão ou Fiscalização contratual para aquisição de bens ou serviços	A27	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	Notas Técnicas, Termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo de Bens ou Serviços, Ordens de Fornecimento de Bens ou Serviços
G01	Gestão ou Fiscalização contratual para aquisição de bens ou serviços	A28	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Notas Técnicas, Termos de Recebimento Provisório e/ou Definitivo de Bens ou Serviços, Ordens de Fornecimento de Bens ou Serviços
G02	Desenvolvimento Tecnológico (incluindo codificação, refatoração ou manutenção de trecho, módulo ou funcionalidade de sistema de TIC)	A29	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Relatório de Atividade Técnica, código-fonte, binário pré-compilado ou artefato técnico equivalente
G02	Desenvolvimento Tecnológico (incluindo codificação, refatoração ou manutenção de trecho, módulo ou funcionalidade de sistema de TIC)	A30	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Relatório de Atividade Técnica, código-fonte, binário pré-compilado ou artefato técnico equivalente
G02	Desenvolvimento Tecnológico (incluindo codificação, refatoração ou manutenção de trecho, módulo ou funcionalidade de sistema de TIC)	A31	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Relatório de Atividade Técnica, código-fonte, binário pré-compilado ou artefato técnico equivalente
G02	Desenvolvimento Tecnológico (incluindo codificação, refatoração ou manutenção de trecho, módulo ou funcionalidade de sistema de TIC)	A32	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Relatório de Atividade Técnica, código-fonte, binário pré-compilado ou artefato técnico equivalente
G02	Desenvolvimento Tecnológico (incluindo codificação, refatoração ou manutenção de trecho, módulo ou funcionalidade de sistema de TIC)	A33	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	Relatório de Atividade Técnica, código-fonte, binário pré-compilado ou artefato técnico equivalente
G02	Desenvolvimento Tecnológico (incluindo codificação, refatoração ou manutenção de trecho, módulo ou funcionalidade de sistema de TIC)	A34	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	Relatório de Atividade Técnica, código-fonte, binário pré-compilado ou artefato técnico equivalente
G02	Desenvolvimento Tecnológico (incluindo codificação, refatoração ou manutenção de trecho, módulo ou funcionalidade de sistema de TIC)	A35	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Relatório de Atividade Técnica, código-fonte, binário pré-compilado ou artefato técnico equivalente
G03	Implantação ou manutenção de infraestrutura, equipamento ou sistema de TIC	A36	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Sistema ou equipamento implantado, Documentação de sistema, Procedimento Operacional Padrão (POP), Relatório de Atividade Técnica (RAT)
G03	Implantação ou manutenção de infraestrutura, equipamento ou sistema de TIC	A37	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Sistema ou equipamento implantado, Documentação de sistema, Procedimento Operacional Padrão (POP), Relatório de Atividade Técnica (RAT)
G03	Implantação ou manutenção de infraestrutura, equipamento ou sistema de TIC	A38	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Sistema ou equipamento implantado, Documentação de sistema, Procedimento Operacional Padrão (POP), Relatório de Atividade Técnica (RAT)
G03	Implantação ou manutenção de infraestrutura, equipamento ou sistema de TIC	A39	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Sistema ou equipamento implantado, Documentação de sistema, Procedimento Operacional Padrão (POP), Relatório de Atividade Técnica (RAT)
G03	Implantação ou manutenção de infraestrutura, equipamento ou sistema de TIC	A40	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	Sistema ou equipamento implantado, Documentação de sistema, Procedimento Operacional Padrão (POP), Relatório de Atividade Técnica (RAT)
G03	Implantação ou manutenção de infraestrutura, equipamento ou sistema de TIC	A41	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	Sistema ou equipamento implantado, Documentação de sistema, Procedimento Operacional Padrão (POP), Relatório de Atividade Técnica (RAT)
G03	Implantação ou manutenção de infraestrutura, equipamento ou sistema de TIC	A42	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Sistema ou equipamento implantado, Documentação de sistema, Procedimento Operacional Padrão (POP), Relatório de Atividade Técnica (RAT)
G01	Elaboração ou atualização de documentação técnica de sistema de TIC	A43	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Documentação técnica, Procedimento Operacional, Manual de Usuário ou equivalente
G01	Elaboração ou atualização de documentação técnica de sistema de TIC	A44	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Documentação técnica, Procedimento Operacional, Manual de Usuário ou equivalente
G01	Elaboração ou atualização de documentação técnica de sistema de TIC	A45	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Documentação técnica, Procedimento Operacional, Manual de Usuário ou equivalente
G01	Elaboração ou atualização de documentação técnica de sistema de TIC	A46	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Documentação técnica, Procedimento Operacional, Manual de Usuário ou equivalente
G01	Elaboração ou atualização de documentação técnica de sistema de TIC	A47	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	Documentação técnica, Procedimento Operacional, Manual de Usuário ou equivalente
G01	Elaboração ou atualização de documentação técnica de sistema de TIC	A48	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	Documentação técnica, Procedimento Operacional, Manual de Usuário ou equivalente
G01	Elaboração ou atualização de documentação técnica de sistema de TIC	A49	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Documentação técnica, Procedimento Operacional, Manual de Usuário ou equivalente
G05	Participação em cursos ou eventos de capacitação técnicas em TIC ou em Gestão Pública	A50	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Certificado de Participação, Conclusão ou Diploma
G05	Participação em cursos ou eventos de capacitação técnicas em TIC ou em Gestão Pública	A51	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Certificado de Participação, Conclusão ou Diploma
G05	Participação em cursos ou eventos de capacitação técnicas em TIC ou em Gestão Pública	A52	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Certificado de Participação, Conclusão ou Diploma
G05	Participação em cursos ou eventos de capacitação técnicas em TIC ou em Gestão Pública	A53	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Certificado de Participação, Conclusão ou Diploma
G05	Participação em cursos ou eventos de capacitação técnicas em TIC ou em Gestão Pública	A54	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	Certificado de Participação, Conclusão ou Diploma
G05	Participação em cursos ou eventos de capacitação técnicas em TIC ou em Gestão Pública	A55	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	Certificado de Participação, Conclusão ou Diploma
G05	Participação em cursos ou eventos de capacitação técnicas em TIC ou em Gestão Pública	A56	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Certificado de Participação, Conclusão ou Diploma
G04	Pesquisa científica e inovação (incluindo a participação em projetos de pesquisa, grupos de pesquisa, bancas, orientações e afins)	A57	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Relatórios, artigos em periódicos ou anais de congresso, registro de software, patentes, normas, protótipos, contratos de transferência de tecnologia, laudos e pareceres técnicos
G04	Pesquisa científica e inovação (incluindo a participação em projetos de pesquisa, grupos de pesquisa, bancas, orientações e afins)	A58	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Relatórios, artigos em periódicos ou anais de congresso, registro de software, patentes, normas, protótipos, contratos de transferência de tecnologia, laudos e pareceres técnicos

G04	Pesquisa científica e inovação (incluindo a participação em projetos de pesquisa, grupos de pesquisa, bancas, orientações e afins)	A59	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Relatórios, artigos em periódicos ou anais de congresso, registro de software, patentes, normas, protótipos, contratos de transferência de tecnologia, laudos e pareceres técnicos
G04	Pesquisa científica e inovação (incluindo a participação em projetos de pesquisa, grupos de pesquisa, bancas, orientações e afins)	A60	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Relatórios, artigos em periódicos ou anais de congresso, registro de software, patentes, normas, protótipos, contratos de transferência de tecnologia, laudos e pareceres técnicos
G04	Pesquisa científica e inovação (incluindo a participação em projetos de pesquisa, grupos de pesquisa, bancas, orientações e afins)	A61	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	Relatórios, artigos em periódicos ou anais de congresso, registro de software, patentes, normas, protótipos, contratos de transferência de tecnologia, laudos e pareceres técnicos
G04	Pesquisa científica e inovação (incluindo a participação em projetos de pesquisa, grupos de pesquisa, bancas, orientações e afins)	A62	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	Relatórios, artigos em periódicos ou anais de congresso, registro de software, patentes, normas, protótipos, contratos de transferência de tecnologia, laudos e pareceres técnicos
G04	Pesquisa científica e inovação (incluindo a participação em projetos de pesquisa, grupos de pesquisa, bancas, orientações e afins)	A63	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Relatórios, artigos em periódicos ou anais de congresso, registro de software, patentes, normas, protótipos, contratos de transferência de tecnologia, laudos e pareceres técnicos

DIVISÃO DE MONITORAMENTO E OPERAÇÕES DA REDE OBSERVACIONAL - DIMOR

TABELA DE ATIVIDADES

Grupo de Atividades (código)	Atividade (descrição)	Atividade (código)	Faixa de complexidade	Tempo de execução em horas (presencial)	Tempo de execução em horas (teletrabalho)	Ganho de produtividade (percentual)	Entregas esperadas
G01	Planejamento, gestão, execução ou acompanhamento de atividades no interesse da Administração.	A01	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Relatórios ou Minutas
G01	Planejamento, gestão, execução ou acompanhamento de atividades no interesse da Administração.	A02	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Relatórios ou Minutas
G01	Planejamento, gestão, execução ou acompanhamento de atividades no interesse da Administração.	A03	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Relatórios ou Minutas
G01	Planejamento, gestão, execução ou acompanhamento de atividades no interesse da Administração.	A04	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Relatórios ou Minutas
G01	Planejamento, gestão, execução ou acompanhamento de atividades no interesse da Administração.	A05	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	Relatórios ou Minutas
G01	Planejamento, gestão, execução ou acompanhamento de atividades no interesse da Administração.	A06	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	Relatórios ou Minutas
G01	Planejamento, gestão, execução ou acompanhamento de atividades no interesse da Administração.	A07	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Relatórios ou Minutas
G01	Elaboração de Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica	A08	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica
G01	Elaboração de Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica	A09	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica
G01	Elaboração de Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica	A10	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica
G01	Elaboração de Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica	A11	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica
G01	Elaboração de Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica	A12	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica
G01	Elaboração de Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica	A13	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica
G01	Elaboração de Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica	A14	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Nota Técnica ou Relatório de Atividade Técnica
G01	Elaboração de ETP e TR para aquisição de bens ou contração de serviços.	A15	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	ETP e TR
G01	Elaboração de ETP e TR para aquisição de bens ou contração de serviços.	A16	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	ETP e TR
G01	Elaboração de ETP e TR para aquisição de bens ou contração de serviços.	A17	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	ETP e TR
G01	Elaboração de ETP e TR para aquisição de bens ou contração de serviços.	A18	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	ETP e TR
G01	Elaboração de ETP e TR para aquisição de bens ou contração de serviços.	A19	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	ETP e TR
G01	Elaboração de ETP e TR para aquisição de bens ou contração de serviços.	A21	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	ETP e TR
G01	Elaboração de ETP e TR para aquisição de bens ou contração de serviços.	A21	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	ETP e TR
G01	Gestão ou Fiscalização contratual de aquisição de bens ou contração de serviços.	A22	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Notas Técnicas, Ordens de Serviço, Pareceres.
G01	Gestão ou Fiscalização contratual de aquisição de bens ou contração de serviços.	A23	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Notas Técnicas, Ordens de Serviço, Pareceres.
G01	Gestão ou Fiscalização contratual de aquisição de bens ou contração de serviços.	A24	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Notas Técnicas, Ordens de Serviço, Pareceres.
G01	Gestão ou Fiscalização contratual de aquisição de bens ou contração de serviços.	A25	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Notas Técnicas, Ordens de Serviço, Pareceres.
G01	Gestão ou Fiscalização contratual de aquisição de bens ou contração de serviços.	A26	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	Notas Técnicas, Ordens de Serviço, Pareceres.
G01	Gestão ou Fiscalização contratual de aquisição de bens ou contração de serviços.	A27	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	Notas Técnicas, Ordens de Serviço, Pareceres.
G01	Gestão ou Fiscalização contratual de aquisição de bens ou contração de serviços.	A28	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Notas Técnicas, Ordens de Serviço, Pareceres.
G01	Elaboração ou atualização de documentação técnica, procedimento operacional ou manual de usuário dos equipamentos da rede Observacional.	A29	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Documentação técnica, Procedimento Operacional ou Manual de Usuário.
G01	Elaboração ou atualização de documentação técnica, procedimento operacional ou manual de usuário dos equipamentos da rede Observacional.	A30	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Documentação técnica, Procedimento Operacional ou Manual de Usuário.
G01	Elaboração ou atualização de documentação técnica, procedimento operacional ou manual de usuário dos equipamentos da rede Observacional.	A31	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Documentação técnica, Procedimento Operacional ou Manual de Usuário.
G01	Elaboração ou atualização de documentação técnica, procedimento operacional ou manual de usuário dos equipamentos da rede Observacional.	A32	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Documentação técnica, Procedimento Operacional ou Manual de Usuário.
G01	Elaboração ou atualização de documentação técnica, procedimento operacional ou manual de usuário dos equipamentos da rede Observacional.	A33	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	Documentação técnica, Procedimento Operacional ou Manual de Usuário.
G01	Elaboração ou atualização de documentação técnica, procedimento operacional ou manual de usuário dos equipamentos da rede Observacional.	A34	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	Documentação técnica, Procedimento Operacional ou Manual de Usuário.
G01	Elaboração ou atualização de documentação técnica, procedimento operacional ou manual de usuário dos equipamentos da rede Observacional.	A35	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Documentação técnica, Procedimento Operacional ou Manual de Usuário.
G02	Elaboração de Plano de manutenção da Rede Observacional e definição das rotas de manutenções.	A36	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Relatórios, Planos de ações, Ordens de Serviços e etc.
G02	Elaboração de Plano de manutenção da Rede Observacional e definição das rotas de manutenções.	A37	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Relatórios, Planos de ações, Ordens de Serviços e etc.
G02	Elaboração de Plano de manutenção da Rede Observacional e definição das rotas de manutenções.	A38	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Relatórios, Planos de ações, Ordens de Serviços e etc.
G02	Elaboração de Plano de manutenção da Rede Observacional e definição das rotas de manutenções.	A39	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Relatórios, Planos de ações, Ordens de Serviços e etc.
G02	Elaboração de Plano de manutenção da Rede Observacional e definição das rotas de manutenções.	A40	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	Relatórios, Planos de ações, Ordens de Serviços e etc.
G02	Elaboração de Plano de manutenção da Rede Observacional e definição das rotas de manutenções.	A41	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	Relatórios, Planos de ações, Ordens de Serviços e etc.
G02	Elaboração de Plano de manutenção da Rede Observacional e definição das rotas de manutenções.	A42	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Relatórios, Planos de ações, Ordens de Serviços e etc.
G02	Acompanhamento da execução do plano de manutenção da Rede Observacional	A43	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Relatórios, Notas Técnicas e Memorandos.
G02	Acompanhamento da execução do plano de manutenção da Rede Observacional	A44	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Relatórios, Notas Técnicas e Memorandos.
G02	Acompanhamento da execução do plano de manutenção da Rede Observacional	A45	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Relatórios, Notas Técnicas e Memorandos.
G02	Acompanhamento da execução do plano de manutenção da Rede Observacional	A46	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Relatórios, Notas Técnicas e Memorandos.
G02	Acompanhamento da execução do plano de manutenção da Rede Observacional	A47	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	Relatórios, Notas Técnicas e Memorandos.
G02	Acompanhamento da execução do plano de manutenção da Rede Observacional	A48	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	Relatórios, Notas Técnicas e Memorandos.

G02	Acompanhamento da execução do plano de manutenção da Rede Observacional	A49	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Relatórios, Notas Técnicas e Memorandos.
G03	Suporte e Acompanhamento das atividades de desenvolvimento de Sistemas TIC relacionados à Rede Observacional.	A50	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Relatórios, Especificações Técnicas e Notas Técnicas.
G03	Suporte e Acompanhamento das atividades de desenvolvimento de Sistemas TIC relacionados à Rede Observacional.	A51	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Relatórios, Especificações Técnicas e Notas Técnicas.
G03	Suporte e Acompanhamento das atividades de desenvolvimento de Sistemas TIC relacionados à Rede Observacional.	A52	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Relatórios, Especificações Técnicas e Notas Técnicas.
G03	Suporte e Acompanhamento das atividades de desenvolvimento de Sistemas TIC relacionados à Rede Observacional.	A53	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Relatórios, Especificações Técnicas e Notas Técnicas.
G03	Suporte e Acompanhamento das atividades de desenvolvimento de Sistemas TIC relacionados à Rede Observacional.	A54	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	Relatórios, Especificações Técnicas e Notas Técnicas.
G03	Suporte e Acompanhamento das atividades de desenvolvimento de Sistemas TIC relacionados à Rede Observacional.	A55	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	Relatórios, Especificações Técnicas e Notas Técnicas.
G03	Suporte e Acompanhamento das atividades de desenvolvimento de Sistemas TIC relacionados à Rede Observacional.	A56	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Relatórios, Especificações Técnicas e Notas Técnicas.
G03	PI&D de soluções para rede observacional.	A57	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Relatórios, Especificações Técnicas e Notas Técnicas.
G03	PI&D de soluções para rede observacional.	A58	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Relatórios, Especificações Técnicas e Notas Técnicas.
G03	PI&D de soluções para rede observacional.	A59	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Relatórios, Especificações Técnicas e Notas Técnicas.
G03	PI&D de soluções para rede observacional.	A60	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Relatórios, Especificações Técnicas e Notas Técnicas.
G03	PI&D de soluções para rede observacional.	A61	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	Relatórios, Especificações Técnicas e Notas Técnicas.
G03	PI&D de soluções para rede observacional.	A62	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	Relatórios, Especificações Técnicas e Notas Técnicas.
G03	PI&D de soluções para rede observacional!	A63	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Relatórios, Especificações Técnicas e Notas Técnicas.
G04	Participação em cursos ou eventos de capacitação técnica interesse da Administração	A64	Altíssima complexidade	480 horas	480 horas	0%	Certificado de Participação ou Diploma
G04	Participação em cursos ou eventos de capacitação técnica interesse da Administração	A65	Alta complexidade	160 horas	160 horas	0%	Certificado de Participação ou Diploma
G04	Participação em cursos ou eventos de capacitação técnica interesse da Administração	A66	Média-alta complexidade	80 horas	80 horas	0%	Certificado de Participação ou Diploma
G04	Participação em cursos ou eventos de capacitação técnica interesse da Administração	A67	Média complexidade	40 horas	40 horas	0%	Certificado de Participação ou Diploma
G04	Participação em cursos ou eventos de capacitação técnica interesse da Administração	A68	Média-baixa complexidade	24 horas	24 horas	0%	Certificado de Participação ou Diploma
G04	Participação em cursos ou eventos de capacitação técnica interesse da Administração	A69	Baixa complexidade	8 horas	8 horas	0%	Certificado de Participação ou Diploma
G04	Participação em cursos ou eventos de capacitação técnica interesse da Administração	A70	Baixíssima complexidade	2 horas	2 horas	0%	Certificado de Participação ou Diploma

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM Nº 5.611, DE 16 DE MAIO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 27 de junho de 2022, publicado no DOU de 27 de junho de 2022, Edição Extra A, no uso das atribuições que lhe são conferidas, considerando o disposto no inciso II, do artigo 4º, do Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, aprovado pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.004172/2020-25, invocando as razões da Nota Técnica nº 471/2022/SEI-MCOM, resolve:

Art.1º Extinguir, a pedido da TV Rio Sul Ltda, a partir de 28 de janeiro de 2020, a autorização para execução do serviço de retransmissão de televisão, mediante o uso do canal 28 (vinte e oito), digital, em caráter secundário, no município de Engenheiro Paulo de Frontin (local específico: Sacra Família do Tinguá), estado do Rio de Janeiro, autorizada mediante a Portaria nº 6.045/2018/SEI-MCTIC, de 23 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.120, DE 5 DE JULHO DE 2022

Aprova projeto de investimento em infraestrutura no setor de telecomunicações, considerando-o prioritário para fins de emissão de debêntures, nos termos do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e na Portaria MCOM nº 502, de 1º de setembro de 2020, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto de investimento em infraestrutura de telecomunicações descrito no Anexo desta Portaria, considerando-o prioritário para fins de emissão de debêntures, nos termos do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Art. 2º Para dar cumprimento ao disposto no § 5º do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, a pessoa jurídica titular do projeto de investimento deverá:

I - manter atualizada, junto ao Ministério das Comunicações:

a) a relação das pessoas jurídicas que a integram; ou

b) a identificação da sociedade controladora, no caso de pessoa jurídica titular do projeto constituída sob a forma de companhia aberta com valores mobiliários admitidos a negociação no mercado acionário;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da portaria de aprovação e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado;

III - encaminhar ao Ministério das Comunicações até 30 de abril de cada ano as informações constantes do art. 7º, incisos I a IV, da Portaria MCOM nº 502, de 1º de setembro de 2020;

IV - enviar o relatório final previsto no art. 7º, § 2º, da Portaria MCOM nº 502, de 1º de setembro de 2020, em até 90 (noventa) dias após a utilização de todo o valor captado no projeto de investimento; e

V - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures ou dos certificados de recebíveis imobiliários ou após o encerramento do fundo de investimento em direitos creditórios, para consulta e fiscalização pelos órgãos de controle.

Parágrafo único. A obrigação prevista no inciso II do caput também deverá ser cumprida, no que for aplicável, na hipótese de emissão pública de certificados de recebíveis imobiliários ou de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, e caberá a seu administrador o cumprimento dessa obrigação.

Art. 3º O Ministério das Comunicações:

I - informará a unidade da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil com circunscrição sobre o estabelecimento matriz da pessoa jurídica titular do projeto, quando tomar conhecimento, a ocorrência de situações que evidenciem a não implementação do projeto prioritário na forma aprovada nesta Portaria; e

II - manterá os autos do processo de análise do projeto arquivados, em meio eletrônico, e disponíveis para consulta e fiscalização pelos órgãos de controle, pelo prazo de cinco anos, contado da data de conclusão do projeto.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e tem validade de 5 (cinco) anos.

FÁBIO FARIA

ANEXO

I. Pessoa Jurídica Titular (Emissora):	VERO S.A. (CNPJ 31.748.174/0001-60).
II. Pessoa Jurídica Executora (Autorizatária):	VERO S.A. (CNPJ 31.748.174/0001-60).
III. Descrição do projeto:	Implantação de rede de transporte, de rede de acesso fixo, infraestrutura de rede para telecomunicações e infraestrutura para virtualização de rede de telecomunicações.
IV. Setor:	Telecomunicações.
V. Unidades da Federação:	MG, PR, SC e RS.
VI. Valor máximo autorizado para emissão de debêntures:	R$ 1.100.000.000,00.
VII. Processo:	53115.010518/2022-44.

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.144, DE 13 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.006395/2022-47, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade SISTEMA DE TELEVISÃO CERRADO LTDA, CNPJ nº 13.806.266/0001-78, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de BALSAS/MA, o canal 44 (quarenta e quatro), para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, conforme previsto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 5.945, DE 8 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Reconsiderar a decisão exarada pela Portaria nº 3254/2019/SEI-MCTIC, de 19 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 23 de julho de 2019, ficando anulada a citada portaria e arquivar sem aplicação de sanção.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Portaria
53900.043924/2016	Comunidade Baependiana de Serviços e Comunicações Ltda.	FM	Cruzília	MG	Arquivamento	Portaria DEIRF n° 5945 de 08/07/2022

OTAVIO VIEGAS CAIXETA

DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA

DESPACHO Nº 219, DE 13 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º da Portaria MCTIC nº 2.771, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.139, de 7/11/2013 e Portaria nº 1.273, de 31/03/2016, que foi alterada pela Portaria nº 1.460, de 23/11/2020, publicada no D.O.U. de 26/11/2020, ainda, o que consta do Processo nº 53115.017146/2022-87, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 9414/2022/SEI-MCOM, resolve homologar a devolução à União, a partir de 28 de junho de 2022, da frequência 1070 kHz (Fistel n.º 02030453277), outorgada à Rádio Jornal de Barreto OM Ltda., inscrita no CNPJ nº 57.634.792/0001-73, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Barretos, estado de São Paulo.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

DESPACHO Nº 220, DE 13 JULHO DE 2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º da Portaria MCTIC nº 2.771, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.139, de 7/11/2013 e Portaria nº 1.273, de 31/03/2016, que foi alterada pela Portaria nº 1.460, de 23/11/2020, publicada no D.O.U. de 26/11/2020, ainda, o que consta do Processo nº 53115.014437/2022-13, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 9448/2022/SEI-MCOM, resolve homologar a devolução à União, a partir de 1.º de junho de 2022, da frequência 760 kHz (Fistel n.º 0600800520), outorgada à Rádio Regional de Conquista Ltda., inscrita no CNPJ nº 16.195.224/0001-36, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Vitória da Conquista, estado da Bahia.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

DESPACHO Nº 224/2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 24 de julho de 2020, bem como o que consta do Processo nº 53115.016042/2021-74, que trata do Aviso de Chamamento Público nº 02/2021/SEI-MCOM, publicado no Diário Oficial da União de 14 de setembro de 2021, com o intuito de selecionar pessoas jurídicas para executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de UBERLÂNDIA/MG, para utilização do canal 22 (vinte e dois), resolve:

Art. 1º Tornar pública, nos termos do item 4 do Aviso de Chamamento Público, a classificação do procedimento de seleção em questão, na forma do Anexo, e conceder aos interessados o prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contado da data da publicação deste Edital, para a apresentação de recurso a este Ministério, fazendo referência, obrigatoriamente, ao seu respectivo número do processo e a este Despacho.

Art. 2º Após a fase recursal, e caso mantida a classificação, será realizada a análise da documentação apresentada pela(s) entidade(s) no Chamamento Público, conforme a ordem definida no Anexo, para então serem iniciados os trâmites com vistas à formalização da autorização à concorrente selecionada.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

ANEXO

Processo	Entidade	I - Entidade Concorrente com canal	I - Classificação Parcial	II -Entidade possui estação	Localidade da estação mais próxima da	Distância entre a estação mais	II - Classificação Parcial	III - A entidade Manifestou interesse	Processo Indicado nos termos da Portaria nº	Data e hora da manifestação de	III - Classificação Parcial	IV - Data e hora da manifestação de interesse	Classificação Final
		designado como canal		com canal primário na	entidade, na mesma UF e mesmo canal	próxima da entidade, na mesma UF e mesmo canal, e as		nos termos da Portaria	6.197/2018 ou da Portaria nº 141/2020	interesse nos termos da Portaria		nos termos deste Aviso	
		de rede na UF em questão		mesma UF e no mesmo canal		coordenadas geográficas do canal incluído (km)		nº 6.197/2018 ou da Portaria nº 141/2020		nº 6.197/2018 ou da Portaria nº 141/2020			
53115.012035 /2021-01	SISTEMA DE COMUNICAÇÕES PANTANAL SC LTDA.	NÃO	1	SIM	PERDIZES	113,90	1	NÃO	N/A	N/A	1	07/05/2021 15:39	1
53115.013285/ 2021-51	ID TV S.A.	NÃO	1	NÃO	N/A	N/A	2	SIM	01250.015474/2019-95	02/04/2019 17:33	2	19/05/2021 17:08	2
53115.012099/ 2021-02	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE IPANEMA	NÃO	1	NÃO	N/A	N/A	2	SIM	01250.014560/2020-14	25/03/2020 12:41	3	08/05/2021 14:26	3
53115.012076/ 2021-90	REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	NÃO	1	NÃO	N/A	N/A	2	SIM	01250.020514/2020-54	09/05/2020 16:55	4	07/05/2021 17:35	4
53115.011972/ 2021-31	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE IPANEMA	NÃO	1	NÃO	N/A	N/A	2	SIM	53115.018516/2020-31	05/11/2020 16:22	5	07/05/2021 11:19	5
53115.012036/ 2021-48	FUNDAÇÃO CULTURAL SANTA BARBARA	NÃO	1	NÃO	N/A	N/A	2	NÃO	N/A	N/A	6	07/05/2021 15:40	6
53115.012120/ 2021-61	FUNDAÇÃO NAGIB HAICKEL	NÃO	1	NÃO	N/A	N/A	2	NÃO	N/A	N/A	6	10/05/2021 09:25	7
53115.012347/ 2021-15	FUNDAÇÃO MINAS GERAIS	NÃO	1	NÃO	N/A	N/A	2	NÃO	N/A	N/A	6	11/05/2021 15:28	8
53115.012457/ 2021-79	GUARANI RADIODIFUSÃO LTDA.	NÃO	1	NÃO	N/A	N/A	2	NÃO	N/A	N/A	6	12/05/2021 14:45	9
53115.012560/ 2021-19	FUNDAÇÃO EDUCATIVA PIO XII DE RADIODIFUSÃO	NÃO	1	NÃO	N/A	N/A	2	NÃO	N/A	N/A	6	13/05/2021 10:22	10
53115.012570/2021-54	TELEVISÃO SUL BAHIA DE TEIXEIRA DE FREITAS LTDA.	NÃO	1	NÃO	N/A	N/A	2	NÃO	N/A	N/A	6	13/05/2021 10:29	11
53115.012805/ 2021-16	RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA.	NÃO	1	NÃO	N/A	N/A	2	NÃO	N/A	N/A	6	17/05/2021 10:37	12
53115.012841/ 2021-71	FUNDAÇÃO UNIVERSO	NÃO	1	NÃO	N/A	N/A	2	NÃO	N/A	N/A	6	17/05/2021 12:15	13

53115.012879/2021-44	FUNDAÇÃO CULTURAL PADRE LUIZ BARTHOLOMEU	NÃO	1	NÃO	N/A	N/A	2	NÃO	N/A	N/A	6	17/05/2021 15:24	14
53115.012880/2021-79	FUNDAÇÃO CULTURAL PADRE LUIZ BARTHOLOMEU	NÃO	1	NÃO	N/A	N/A	2	NÃO	N/A	N/A	6	17/05/2021 15:26	15
53115.013592/2021-31	TELEVISÃO DIAMANTE LTDA.	NÃO	1	NÃO	N/A	N/A	2	NÃO	N/A	N/A	6	21/05/2021 15:01	16
53115.014667/2021-00	FUNDAÇÃO MARIANA RESENDE COSTA	NÃO	1	NÃO	N/A	N/A	2	NÃO	N/A	N/A	6	01/06/2021 17:37	17
53115.014928/2021-83	FUNDAÇÃO VALENTIN BRUZON	NÃO	1	NÃO	N/A	N/A	2	NÃO	N/A	N/A	6	02/06/2021 18:58	18

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA

ATOS DE 12 DE JULHO DE 2022

Nº 10.079 - Extinguir, por cassação, a outorga do serviço de Interesse Restrito, de forma a extinguir a autorização para exploração do serviço Limitado Móvel Aeronáutico, titulada pela entidade COMPACTA ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 16.079.048/0001-77, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133, I e 139 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 10.082 - Extinguir, por cassação, a outorga do serviço de Interesse Restrito, de forma a extinguir a autorização para exploração do serviço Limitado Móvel Marítimo, titulada pela entidade LÚCIA MARIA COUTO DÍAZ, CPF nº ***.297.645-**, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133, I e 139 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 10.084 - Extinguir, por cassação, a outorga do serviço de Interesse Restrito, de forma a extinguir a autorização para exploração do serviço Limitado Móvel Aeronáutico, titulada pela entidade UBS COTTON DESLINTAMENTO LTDA, CNPJ nº 08.775.729/0001-41, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133, I e 139 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997.

JORGEAN FERREIRA LEAL
Gerente
Substituto

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 10.043, DE 11 DE JULHO DE 2022

Processo nº 53504.006137/2022-87. Expede autorização a Leandro Pereira Tosta, CPF nº ***734.416-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 10.045, DE 11 DE JULHO DE 2022

Processo nº 53504.006191/2022-22. Expede autorização a Joao Luis Scholl, CPF nº ***355.468-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 10.047, DE 11 DE JULHO DE 2022

Processo nº 53504.006204/2022-63. Expede autorização à Limpadora California Ltda, CNPJ nº 61514618000164, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 10.096, DE 12 DE JULHO DE 2022

Processo nº 53504.006681/2022-29. Expede autorização à Matema Equipamentos Ltda, CNPJ nº 66121419000100, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 10.100, DE 12 DE JULHO DE 2022

Processo nº 53504.006779/2022-86. Expede autorização à Jhv Bonanza Participacoes e Empreendimentos Ltda, CNPJ nº 45970455000178, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 10.102, DE 12 DE JULHO DE 2022

Processo nº 53504.006852/2022-10. Expede autorização a Breno de Mello Rodrigues, CPF nº ***.058.208-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 10.105, DE 12 DE JULHO DE 2022

Processo nº 53504.006854/2022-17. Expede autorização a Aguinaldo Luis Pires, CPF nº ***.130.388-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 10.157, DE 13 DE JULHO DE 2022

Processo nº 53512.000379/2022-68. Expede autorização a Gilberto Jose Goncalves Ramalho, CPF nº ***.207.808-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 9.858, DE 8 DE JULHO DE 2022

Processo nº 53520.001492/2022-61. Expede autorização à Concordia Sistemas Ltda, CNPJ nº 05.055.328/0001-29, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 9.859, DE 8 DE JULHO DE 2022

Processo nº 53520.001497/2022-94. Expede autorização à Luiz Fernando Franceschi, CPF nº ***.947.569-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 10.058, DE 11 DE JULHO DE 2022

Processo nº 53520.001505/2022-01. Declarar extinta, por renúncia, a autorização outorgada a JAYME FUCK, CPF nº ***.451.459-**, para explorar Serviços de Interesse Restrito, concedida por meio do Ato nº 4337, de 13/08/2020, publicado no Diário Oficial da União de 24/12/2020.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 10.109, DE 12 DE JULHO DE 2022

Processo nº 53520.001528/2022-15. Expede autorização à Gabriel Bristot de Faria, CPF nº ***.774.329-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATOS DE 14 DE JULHO DE 2022

Expede às entidades abaixo relacionadas autorização para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional:

Nº 10.315 - Processo 53516.009806/2022-33: MINEROBRAS MINÉRIOS E FERTILIZANTES LTDA, CNPJ nº 02.433.337/0001-18.

Nº 10.316 - Processo 53516.009810/2022-00: BENEDITO ERNESTO NETO, CPF nº ***.074.949-**.

Nº 10.317 - Processo 53516.009813/2022-35: ALEXANDRE GOMES GONÇALVES, CPF nº ***.888.859-**.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATO Nº 8.947, DE 27 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53528.001617/2022-83. Expede autorização a Falcão Peregrino Inteligência Empresarial Ltda, CNPJ nº 44.263.074/0001-96, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

STEVAN GRUBISIC
Gerente

ATOS DE 4 DE JULHO DE 2022

Expede autorização para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional a:

Nº 9.610 - Processo nº 53528.001685/2022-42, Gerson Assunção Tardiz, CPF nº ***.651.390-**.

Nº 9.619 - Processo nº 53528.001670/2022-84, Jefferson Miguel da Silva Gama, CPF nº ***.528.740-**.

Nº 9.623 - Processo nº 53528.001664/2022-27, Tiago Tavares Cavalheiro, CPF nº ***.021.620-**.

STEVAN GRUBISIC
Gerente

ATOS DE 5 DE JULHO DE 2022

Nº 9.662 - Processo nº 53528.001695/2022-88. Expede autorização a Giovani Baldin Machado, CPF nº ***.474.190-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 9.676 - Processo nº 53528.000683/2022-36. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) a Sergio Augusto Giuliani Filho, CPF nº ***.126.180-**, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

STEVAN GRUBISIC
Gerente

ATOS DE 6 DE JULHO DE 2022

Expede autorização para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional a:

Nº 9.725 - Processo nº 53528.001900/2022-13, Associação Fox Aviação, CNPJ nº 43.373.391/0001-00.

Nº 9.731 - Processo nº 53528.001890/2022-16, Henricus Johannes Maria Aernoudts, CPF nº ***.169.450-**.

STEVAN GRUBISIC
Gerente

ATO Nº 9.840, DE 8 DE JULHO DE 2022

Processo nº 53528.000818/2022-63. Expede autorização a Christiane Ferrarini Willig, CPF nº ***.110.480-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

STEVAN GRUBISIC
Gerente

ATOS DE 12 DE JULHO DE 2022

Expede autorização para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional a:

Nº 10.114 - Processo nº 53528.001968/2022-94, Joel da Costa, CPF nº ***.168.890-**.

Nº 10.115 - Processo nº 53528.001920/2022-86, Claudio Albarus, CPF nº ***.281.760-**.

Nº 10.116 - Processo nº 53528.001945/2022-80, Mauricio Messer, CPF nº ***.596.390-**.

STEVAN GRUBISIC
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 10.135, DE 13 DE JULHO DE 2022

Expedir autorização à GRAOS DO PIAUI CONCESSIONARIA DE RODOVIAS SPE S.A., CPF/CNPJ nº 42.627.875/0001-68, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 30 DE JUNHO DE 2022

Nº 9.346. Processo nº 53548.001176/2022-81. declara extinta, por renúncia, a autorização outorgada à entidade, DRYVA CAETANO COELHO MORATO DE SOUTO, CPF nº ***.330.091.**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, declara também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Radioamador.

Nº 9.353. Processo nº 53548.000593/2022-15. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, NARCILIO CASTRO FIGUEIREDO, CPF nº ***.301.901-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

ANA PAULA MENDONÇA ABRÃO
Gerente
Substituta

ATOS DE 1º DE JULHO DE 2022

Nº 9.406. Processo nº 53548.000501/2022-99. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, SUITEBERTO DE LIMA ORTELHADO, CPF nº ***.162.341-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 9.408. Processo nº 53548.000632/2022-76. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, LUZIA DUTRA GONCALVES, CPF nº ***.714.611-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

ANA PAULA MENDONÇA ABRÃO
Gerente
Substituta

ATOS DE 1º DE JULHO DE 2022

Nº 9.387. Processo nº 53548.000868/2022-11. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, CLEVISLEY CRAMOLISH CARPES, CPF nº ***.209.801-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 9.390. Processo nº 53548.000826/2022-71. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, ELIAS JOSE PEREIRA, CPF nº ***.887.001-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

ANA PAULA MENDONÇA ABRÃO
Gerente
Substituto(a)

ATOS DE 4 DE JULHO DE 2022

Nº 9.589. Processo nº 53548.001117/2022-11. Expede autorização à ASAS D OESTE AVIACÃO AGRICOLA LTDA, CNPJ nº 29.525.906/0001-01, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 9.639. Processo nº 53548.001160/2022-79. Expede autorização à GENY RATIER PEREIRA MARTINS, CPF nº ***.506.231-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

ANA PAULA MENDONÇA ABRÃO
Gerente
Substituto(a)

ATOS DE 5 DE JULHO DE 2022

Nº 9.697. Processo nº 53548.000570/2022-01. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, PAULO SERGIO DOS REIS, CPF nº ***.153.321-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 9.698. Processo nº 53548.000581/2022-82. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, OLGACIR ESCOBAR COELHO, CPF nº ***.292.401-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

ANA PAULA MENDONÇA ABRÃO
Gerente
Substituto(a)

ATOS DE 6 DE JULHO DE 2022

Nº 9.754. Processo nº 53548.000594/2022-51. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, MOACIR MORAIS SOUZA, CPF nº ***.416.776-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 9.755. Processo nº 53548.000675/2022-51. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, JOSENILDO DE LIMA, CPF nº ***.810.591-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

ANA PAULA MENDONÇA ABRÃO
Gerente
Substituto(a)

ATOS DE 7 DE JULHO DE 2022

Nº 9.796. Processo nº 53548.000949/2022-11. Outorga autorização para uso de radiofreqüências à MPP - MINERACAO PIRAMIDE PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 07.212.811/0001-03, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 9.815. Processo nº 53548.001193/2022-19. Expede autorização à CERVEJARIA BAMBOA LTDA, CNPJ nº 09.544.291/0001-53, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 9.816. Processo nº 53548.001190/2022-85. Expede autorização à NICK AGROPECUARIA LTDA, CNPJ nº 08.515.428/0001-89, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 9.818. Processo nº 53548.001177/2022-26. Outorga autorização para uso de radiofreqüências à WM SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 14.222.338/0001-00, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

ANA PAULA MENDONÇA ABRÃO
Gerente
Substituto(a)

ATO Nº 9.862, DE 8 DE JULHO DE 2022

Processo nº 53548.001181/2022-94. Expede autorização à BARUCH AGROPECUARIA LTDA, CNPJ nº 22.912.403/0001-40, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

ANA PAULA MENDONÇA ABRÃO
Gerente
Substituto(a)

ATOS DE 11 DE JULHO DE 2022

Nº 10.022. Processo nº 53548.000577/2022-14. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, OSVALDO JARA ARGUELHO JUNIOR, CPF nº ***.725.151-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 10.025. Processo nº 53548.000598/2022-30. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, MAURO DE OLIVEIRA BRAGA, CPF nº ***.263.981-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 10.029. Processo nº 53548.000614/2022-94. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, MARCOS ANTONIO STAUT BALTUILHE, CPF nº ***.553.301-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 10.030. Processo nº 53548.000653/2022-91. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, LUIS ANTONIO CALIN JUNIOR, CPF nº ***.936.041-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

Nº 10.033. Processo nº 53548.000677/2022-41. declara extinta, por Cassação, a autorização outorgada à entidade, JOSE SERAFIM DIAS, CPF nº ***.183.501-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, bem como o Serviço de Rádio do Cidadão.

ANA PAULA MENDONÇA ABRÃO
Gerente
Substituto(a)

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATOS DE 11 DE JULHO DE 2022

Expede autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional às entidades a seguir relacionadas:

Nº 9.978 - 88 Energia Solar Eireli, CNPJ nº 23.131.132/0001-58, Processo n. 53578.002738/2022-57.

Nº 9.980 - Carlos Augusto Melo Oliveira Junior, CPF nº ***.832.962-**, Processo n. 53578.002882/2022-93.

Nº 9.982 - Município de Benjamin Constant, CNPJ nº 04.243.978/0001-35, Processo n. 53578.002893/2022-73.

Nº 9.985 - Agropecuária Maggi Ltda, CNPJ nº 00.315.457/0024-81, Processo n. 53578.002903/2022-71.

Nº 9.988 - Águia Escola de Aviação Civil Ltda, CNPJ nº 20.450.700/0001-95, Processo n. 53578.002905/2022-60

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATOS DE 12 DE JULHO DE 2022

Nº 10.075 - Processo nº 53569.001154/2022-73. Expede autorização a Joao Bosco Bastos Franco Filho, CPF nº ***.720.812.**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 10.085 - Processo nº 53569.001157/2022-15. Expede autorização à Abatedouro de Bovinos Sampaio Ltda, CNPJ nº 09248966000117, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 10.087 - Processo nº 53569.001149/2022-61. Expede autorização a Valter Monteiro, CPF nº ***.099.332.**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

ANDRE RODRIGUES PESSOA
Gerente
Substituto

ATOS DE 14 DE JULHO DE 2022

Nº 10.318 - Processo nº 53569.001174/2022-44. Expede autorização a José Adailton Santos Pereira, CPF nº ***.312.402.**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 10.309 - Processo nº 53569.001145/2022-82. Expede autorização à HIPER FARMA LTDA, CNPJ nº 29474162000143, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional

ANDRE RODRIGUES PESSOA
Gerente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

GERÊNCIA DE ESPECTRO, ÓRBITA E RADIODIFUSÃO

COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE ADMINISTRAÇÃO DE PLANOS BÁSICOS DE RADIODIFUSÃO

ATO Nº 9.981, DE 11 DE JULHO DE 2022

Altera os Planos Básicos de Distribuição de Canais de Radiodifusão. Proc. 53500.101377/2022-24. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no DOU, sua íntegra estará disponível no portal: https://www.gov.br/anatel/pt-br/

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 13 DE JULHO DE 2022

Nº 10.122 Processo nº 53500.289310/2022-11. declara extinta, por renúncia, a partir de 30/06/2022, a autorização outorgada a TRIADE TELECOM E ENERGIA LTDA, CNPJ/MF nº 14.009.378/0001-60, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 10.136 Processo nº 53500.179994/2022-35. Expede autorização à LIMPEX MATERIAL DE LIMPEZA E SERVICOS LTDA, CNPJ/MF nº 44.776.361/0001-08, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 10.138 Processo nº 53500.292252/2022-02. Expede autorização à UPCONECT CONECTIVIDADE E INTERATIVIDADE LTDA, CNPJ/MF nº 40.080.687/0001-37, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 10.160 Processo nº 53500.036466/2022-92. Expede autorização à SOLAR INOVACAO SYNERGETICA LTDA, CNPJ/MF nº 39.303.024/0001-55, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

TIBERIO EMIDIO DE GODOY
Gerente
Substituto

ATOS DE 14 DE JULHO DE 2022

Nº 10.331 Autoriza ROBERT BOSCH LTDA, CNPJ nº 45.990.181/0001-89, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Sorocaba/SP, no período de 09/07/2022 a 06/09/2022.

Nº 10.332 Autoriza TIM S A, CNPJ nº 02.421.421/0001-11, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Guarujá/SP, no período de 11/07/2022 a 08/09/2022.

TIBERIO EMIDIO DE GODOY
Gerente
Substituto

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA

ESTADO-MAIOR DA ARMADA

PORTARIA Nº 153/EMA, DE 7 DE JULHO DE 2022

Estabelece metas globais de desempenho institucional para cálculo do valor da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE).

Processo nº 61074.005127/2022-60

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e no subitem 3.1.1 da Portaria n 97/MB, de 1º de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 66, de 6 de abril de 2020, Seção 1, páginas 39 a 43, resolve:

Art. 1º Estabelecer, na forma do quadro que a esta acompanha, as metas globais de desempenho institucional do Comando da Marinha, para o período avaliativo de 1º de junho de 2022 a 31 de maio de 2023.

Art. 2º O resultado da avaliação de cumprimento das metas de desempenho institucional servirá para cálculo do valor da GDPGPE, devida aos ocupantes de cargos efetivos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Almirante de Esquadra RENATO RODRIGUES DE AGUIAR FREIRE

ANEXO

METAS GLOBAIS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO (GDPGPE)2022/2023

META GLOBAL	OBJETIVO	INDICADOR	FÓRMULA	META
Aprimorar a Gestão de Pessoas.	Proporcionar a atualização profissional a fim de garantir a eficiência em nível elevado, contribuindo para o alcance dos OBNAV-11 - Aprimorar a Gestão de Pessoas e do OBNAV-12 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária, financeira e administrativa.	Quantidade de Servidores Civis que participaram de cursos, workshops, palestras ou eventos de mesma natureza, ligadas as suas áreas de atuação, para a aplicação e a disseminação do conhecimento em seus setores.	(Nº de Servidores Civis submetidos a ações de capacitação, comprovadas por meio da apresentação de certificados de conclusão ou participação em cursos, workshops, palestras ou eventos de mesma natureza / Nº total de Servidores Civis na OM) x 100%.	40%.
Assegurar a transferência de conhecimento dos setores gerenciados por servidores civis das OM.	Transmitir o conhecimento acumulado pelo servidor civil, adequadamente, ao seu substituto eventual, militar ou civil, contribuindo para o alcance dos OBNAV-11 - Aprimorar a Gestão de Pessoas e do OBNAV-12 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária, financeira e administrativa.	Índice percentual do total de servidores (civil ou militar) substitutos aptos para exercer a função do servidor civil, formalizados por meio de Ordem de Serviço.	(Nº de servidores (militar ou civil) aptos / Nº total de servidores civis da OM) X 100%.	80%

Digitalizar assentamentos funcionais.	Agilizar o acesso à informação, subsidiar a tomada de decisão, bem como resguardar os direitos e os deveres dos entes pertencentes ao Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal SIPEC, contribuindo para o alcance dos OBNAV-11 - Aprimorar a Gestão de Pessoas e do OBNAV-12 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária, financeira e administrativa.	Percentual de digitalização de assentamentos dos servidores do Comando da Marinha para o meio digital.	(Nº de assentamentos digitalizados / Nº total de assentamentos) * 100%.	80%
Aprimorar o apoio à Família Naval.	Aprimorar o apoio à Família Naval por meio de ações que busquem minimizar as interferências de situações sociais adversas, psicológicas e jurídicas adversas que possam comprometer os recursos humanos da MB no desempenho de suas tarefas, contribuindo para o alcance do OBNAV-11 - Aprimorar a Gestão de Pessoas.	Quantidade de ações de divulgação dos projetos sociais desenvolvidos e serviços ofertados pelo Abrigo do Marinheiro e Núcleos de Assistência Sociais das OM.	Quantidade de ações de divulgação dos projetos sociais desenvolvidos e serviços ofertados pelo Abrigo do Marinheiro e Núcleos de Assistência Sociais das OM.	3 (três)
Atender tempestivamente as diversas demandas protocolizadas na OM	Aplicar os conceitos de gestão e empreendedorismo nas OM, a fim de obter maior produtividade e eficiência, contribuindo para o alcance do OBNAV-12 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária, financeira e administrativa.	Índice de tempestividade das demandas protocolizadas na OM.	(Nº de demandas atendidas no prazo estipulado / Nº total de demandas) x 100%	90%
Empregar ferramentas de gestão que permitam o aprimoramento dos processos da OM.	Aplicar os conceitos de gestão nas OM, a fim de obter maior produtividade, eficiência e eficácia, contribuindo para o alcance do OBNAV-12 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária, financeira e administrativa.	Emprego de ferramentas de gestão que permitam o aprimoramento dos processos das OM.	Quantidade de ferramentas de gestão utilizadas que permitam o aprimoramento dos processos das OM.	3 (três)
Manter atualizados e registrados os dados cadastrais funcionais dos Servidores Civis do PGPE	Registrar a atualização e manutenção dos dados cadastrais pessoais e funcionais dos Servidores Civis do PGPE, nos Sistemas de Gestão de Pessoal da Administração Pública Federal que compõem o Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), contribuindo para o alcance dos OBNAV-11 - Aprimorar a Gestão de Pessoas e do OBNAV-12 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária financeira e administrativa.	Número de registros de atualizações dos Servidores Civis do PGPE por autosserviço da plataforma SOUGOV.BR.	(Nº de Registros atualizados por autosserviço da plataforma SOUGOV.BR / Nº Total de Servidores Civis do PGPE) X 100%	90%

Ministério do Desenvolvimento Regional

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 26, DE 14 DE JULHO DE 2022

Altera a Instrução Normativa n. 41, de 15 de outubro de 2021, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que regulamenta o Programa Especial de Crédito Habitacional ao Cotista do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - Pró-Cotista e a Instrução Normativa n. 42, de 15 de outubro de 2021, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que regulamenta os Programas Carta de Crédito Individual, Carta de Crédito Associativo e Apoio à Produção de Habitações, integrantes da área de aplicação Habitação Popular, no âmbito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, os arts. 4º e 6º da Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990, o art. 66 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), aprovado pelo Decreto n. 99.684, de 8 novembro de 1990, o art. 29 da Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019, e o art. 1º do Anexo I do Decreto n. 11.065, de 06 de maio de 2022, e tendo em vista o disposto na Resolução n. 1.039, de 7 de julho de 2022, e na Resolução n. 1.040, de 7 de julho de 2022, ambas do Conselho Curador do FGTS, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa n. 41, de 15 de outubro de 2021, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que regulamenta o Programa Especial de Crédito Habitacional ao Cotista do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - Pró-Cotista, publicada no Diário Oficial da União em 15 de outubro de 2021, Edição Extra n. 195-B, Seção 1, página 1, passa a vigorar com a seguinte redação:

"6.5 .....

.....

6.5.3 As operações de crédito contratadas no âmbito do PRÓ-COTISTA observarão o prazo máximo de amortização estabelecido pelo inciso IV, do art. 9º da Lei n. 8.036, de 1990.

....." (NR)

"9. DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA

As operações de financiamento de que trata o item 6.3.1, realizadas até 31 de dezembro de 2022, serão contratadas:

a) à taxa de juros nominal de 5,5% (cinco inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, acrescida da remuneração nominal máxima do Agente Financeiro de 2,16% (dois inteiros e dezesseis décimos por cento) ao ano, perfazendo o total nominal máximo de 7,66% (sete inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) ao ano, para operações de financiamento de imóveis com valor de venda ou investimento limitado a R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais); e

b) à taxa de juros nominal de 6% (seis por cento) ao ano, acrescida da remuneração nominal máxima do Agente Financeiro de 2,16% (dois inteiros e dezesseis décimos por cento) ao ano, perfazendo o total nominal máximo de 8,16% (oito inteiros e dezesseis décimos por cento) ao ano, para operações de financiamento de imóveis com valor de venda ou investimento superior a R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais)." (NR)

Art. 2º A Instrução Normativa n. 42, de 15 de outubro de 2021, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que regulamenta os Programas Carta de Crédito Individual, Carta de Crédito Associativo e Apoio à Produção de Habitações, integrantes da área de aplicação Habitação Popular, no âmbito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, publicada no Diário Oficial da União em 15 de outubro de 2021, Edição Extra n. 195-B, Seção 1, página 2, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Os programas de que trata o art. 1º têm por objetivo possibilitar o acesso a moradias, em áreas urbanas, por famílias cuja renda mensal bruta esteja limitada a R$ 8.000,00 (oito mil reais), conforme inciso I, art. 10, da Resolução CCFGTS n. 702, de 2012, e podem contemplar:

....." (NR)

"Art. 17. Serão consideradas prioritárias as propostas destinadas a pessoas físicas cuja renda familiar mensal bruta esteja limitada a R$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais) e que preencham o maior número dentre os seguintes critérios:

....." (NR)

"Art. 24. .....

.....

§ 8º .....

.....

II - unidades habitacionais, vinculadas a empreendimentos com análise técnica de engenharia aprovada junto aos agentes financeiros até 15 de outubro de 2021, cuja contratação ocorra dentro do seu prazo de validade;

III - unidades habitacionais produzidas sem o aporte de recursos do FGTS, vinculadas a empreendimentos com alvará válido aprovado pelo ente público local até 15 de outubro de 2021, cuja contratação ocorra até 31 de dezembro de 2023; e

IV - unidades habitacionais cujo valor de venda ou investimento esteja limitado a 70% dos limites estabelecidos pelo art. 20 da Resolução CCFGTS n. 702, de 2012." (NR).

"Art. 30-A Fica autorizada a concessão de financiamento à pessoa jurídica, cujo empreendimento habitacional esteja em produção sem o aporte de recursos do FGTS, desde que:

I - a concessão se dê durante a execução das obras;

II - sejam observados os requisitos dispostos no inciso I do art. 30; e

III - a comercialização das unidades habitacionais vinculadas ao empreendimento em produção não tenha sido finalizada." (NR)

"Art. 31. .....

I - os adquirentes finais das unidades habitacionais, cuja renda familiar mensal bruta esteja limitada a R$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais), sejam beneficiados pelos descontos nos financiamentos a pessoas físicas, previstos pelos arts. 29 e 30 da Resolução CCFGTS n. 702, de 2012;

....." (NR)

"Art. 35. Fica criada a iniciativa "Parcerias" com o objetivo de fomentar a participação dos entes públicos nas operações de financiamento à produção, com vistas a ampliar o acesso ao financiamento habitacional para famílias com renda mensal bruta limitada a R$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais).

....." (NR)

"Art. 37. .....

I - conforme tabela abaixo, para operações com proponentes cuja renda familiar mensal bruta esteja limitada a R$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais).

Renda familiar mensal bruta	2022	2023	A partir de 2024
limitada à R$ 2.400,00	4,20%	4,02%	3,80%
de R$ 2.400,01 a R$ 3.000,00	4,20%	4,02%	3,80%
de R$ 3.000,01 a R$ 3.700,00	4,20%	4,02%	3,84%
de R$ 3.700,01 a R$ 4.400,00	4,84%	4,84%	4,84%

II - em 6% (seis por cento) ao ano, para operações com proponentes cuja renda familiar mensal bruta seja superior a R$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais).

....." (NR)

"Art. 42. .....

I - conforme estabelecido pelo inciso IV, do art. 9º da Lei nº 8.036, de 1990, para as operações de financiamento com mutuários pessoas físicas; e

II - 96 (noventa e seis) meses para as operações de financiamento com mutuários pessoas jurídicas no âmbito do programa Apoio à Produção.

....." (NR)

"Art. 45. .....

.....

II - trincas e fissuras superficiais em estruturas principais e periféricas.

.....

§ 4º A critério da pessoa jurídica do ramo da construção civil responsável pela produção da unidade habitacional, a contratação das coberturas securitárias previstas no caput poderá ser substituída por apólice de Seguro de Danos Estruturais (SDE).

§ 5º .....

.....

III - ser suficiente para efetivar a indenização por danos estruturais causados na edificação ou unidade habitacional, por vícios ou defeitos, em importância, no mínimo, igual ao valor do custo de construção do edifício ou da construção relevante e das áreas de uso comum, em caso de unidades em condomínio;

IV - estar vigente a partir da conclusão da produção do empreendimento ou da unidade habitacional, pelo período mínimo de 5 (cinco) anos;

V - abranger as coberturas securitárias adicionais de que tratam os incisos I e II do caput, para as quais serão observados os prazos de vigência, conceitos e definições técnicas previstos nas respectivas normas técnicas (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); e

VI - garantir a indenização dos danos materiais causados por vícios ou defeitos que afetem os elementos de acabamento ou terminação da obra.

....." (NR)

"Art. 49. Serão concedidos descontos às pessoas físicas com renda familiar bruta mensal limitada a R$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais) destinados:

....." (NR)

"Art. 50. .....

I - .....

Renda familiar mensal bruta	2022		2023		A partir de 2024	
	N e NE	CO, S e SE	N e NE	CO, S e SE	N e NE	CO, S e SE
limitada à R$ 2.400,00	1,61%	1,36%	1,43%	1,18%	1,21%	0,96%
de R$ 2.400,01 a R$ 3.000,00	1,11%	0,86%	0,93%	0,68%	0,71%	0,46%
de R$ 3.000,01 a R$ 3.700,00	0,36%	0,36%	0,18%	0,18%	0,00%	0,00%
de R$ 3.700,01 a R$ 4.400,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

....." (NR)

"Art. 51. .....

.....

§ 6º O Fator recorte populacional será definido pelos valores indicados na tabela a seguir:

.....

§ 7º Os fatores de que tratam os parágrafos 2º, 3º e 4º do caput terão peso limitado a 10 (dez) pontos cada um, sendo que a pontuação referente ao fator de que trata o § 4º do caput variará apenas positivamente.

.....

§ 9º O Fator recorte populacional, de que trata o § 6º do caput, será definido pelos valores indicados na tabela a seguir até 31 de dezembro de 2022:

Recorte Populacional/Territorial	DF, RJ e SP	Sul, ES e MG	Centro-Oeste (exceto DF)	Norte e Nordeste
Capitais estaduais classificadas pelo IBGE como metrópoles.	1,62	1,62	1,49	1,49
Demais capitais estaduais e municípios com população maior ou igual a 250 (duzentos e cinquenta) mil habitantes classificados pelo IBGE como capital regional. Municípios com população maior ou igual a 100 (cem) mil habitantes integrantes das Regiões Metropolitanas das capitais estaduais, de Campinas/SP, da Baixada Santista e das Regiões Integradas de Desenvolvimento - RIDE de capital.	1,55	1,55	1,49	1,49
Municípios com população igual ou maior que 100 (cem) mil habitantes. Municípios com população menor que 100 (cem) mil habitantes integrantes das Regiões Metropolitanas das capitais estaduais, de Campinas/SP, da Baixada Santista e das RIDE de capital. Municípios com população menor que 250 (duzentos e cinquenta) mil habitantes classificados pelo IBGE como capital regional.	1,35	1,35	1,22	1,22
Municípios com população maior ou igual a 50 (cinquenta) mil habitantes e menor que 100 mil (cem) habitantes.	1,08	1,08	1,08	1,08
Municípios com população maior ou igual a 20 (vinte) mil habitantes e menor que 50 (cinquenta) mil habitantes.	0,95	0,95	0,95	0,95
Demais municípios.	0,95	0,95	0,95	0,95

....." (NR)

"Art. 58. Considera-se lote urbanizado de interesse social a fração ideal de uma área cujo valor de avaliação corresponda até o valor máximo adotado em território nacional para financiamento concedido com recursos do FGTS para habitação popular e que esteja sendo adquirido por famílias com renda mensal bruta de até R$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais)." (NR)

"Art. 63. .....

.....

II - quanto à cobertura securitária de que trata o art. 45, em 15 de setembro de 2022 para operações de financiamento com pessoas físicas ou jurídicas, cujo alvará de construção tenha sido expedido por órgão público competente a partir do dia 1º de janeiro de 2022;

....." (NR)

Art. 3º Fica revogado o § 5º do art. 51 da Instrução Normativa n. 42, de 15 de outubro de 2021.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA

PORTARIA Nº 2.137, DE 4 DE JULHO DE 2022

Estabelece o funcionamento da Ouvidoria-Geral e define os procedimentos a serem aplicados às manifestações de ouvidoria e aos pedidos de acesso à informação recebidos no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso de suas atribuições, que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, na Lei n. 13.460, de 26 de junho de 2017, no Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012, no Decreto n. 9.094, de 17 de julho de 2017, no Decreto n. 9.492, de 5 de setembro de 2018, no Decreto n. 10.153, de 3 de dezembro de 2019, e na Portaria CGU n. 581, de 9 de março de 2021, resolve:

Art. 1º Estabelecer o funcionamento da Ouvidoria-Geral e definir os procedimentos a serem aplicados às manifestações de ouvidoria e aos pedidos de acesso à informação recebidos no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional.

CAPÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, consideram-se:

I - usuário: pessoa física ou jurídica que se beneficia ou utiliza, efetiva ou potencialmente, de serviços públicos;

II - manifestações de ouvidoria: reclamações, denúncias, sugestões, elogios e demais pronunciamentos de usuários que tenham como objeto a prestação de serviços públicos e a conduta de agentes públicos na prestação e fiscalização de tais serviços;

III - denúncia: ato que indica a prática de irregularidade ou de ilícito cuja solução dependa da atuação dos órgãos apuratórios competentes;

IV - reclamação: demonstração de insatisfação relativa à prestação de serviço público ou à conduta de agentes públicos na prestação e na fiscalização desse serviço;

V - solicitação de providências: pedido para adoção de providências por parte dos órgãos e das entidades da administração pública federal;

VI - sugestão: apresentação de ideia ou formulação de proposta de aprimoramento de serviços públicos prestados por órgãos e entidades da administração pública federal;

VII - elogio: demonstração de reconhecimento ou de satisfação sobre o serviço público oferecido ou atendimento recebido;

VIII - solicitação de simplificação: manifestação efetivada por meio de formulário denominado "Simplifique!", com a finalidade de promover a participação do usuário de serviço público no processo de simplificação e desburocratização de serviços, nos termos do art. 13 do Decreto n. 9.094, de 17 de julho de 2017;

IX - unidade administrativa: unidade que compõe a estrutura organizacional do Ministério do Desenvolvimento Regional;

X - certificação de identidade: procedimento de conferência de identidade do manifestante por meio de documento de identificação válido ou, na hipótese de manifestação por meio eletrônico, por meio de assentamento constante de cadastro público federal, respeitado o disposto na legislação sobre sigilo e proteção de dados e informações pessoais;

XI - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

XII - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

XIII - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado e aquelas abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;

XIV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

XV - elemento de identificação: qualquer dado ou informação que permita a associação direta ou indireta do denunciante à denúncia por ele realizada;

XVI - pseudonimização: tratamento por meio do qual um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro; e

XVII - agente público: quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil ou militar, ainda que transitoriamente ou sem remuneração.

CAPÍTULO II

DA OUVIDORIA-GERAL

Seção I

Das competências

Art. 3º A Ouvidoria-Geral do Ministério do Desenvolvimento Regional é a instância pública de controle e participação social que atua como mediadora nas relações entre os usuários dos serviços públicos.

Parágrafo único. A Ouvidoria-Geral tem o dever de agir com presteza, compromisso e imparcialidade no processamento das demandas recebidas, de forma a contribuir na efetividade da participação popular para o aprimoramento dos serviços públicos prestados.

Art. 4º O Ouvidor realizará as atividades inerentes às suas atribuições em regime de cooperação mútua com as unidades administrativas do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Art. 5º Compete à Ouvidoria-Geral:

I - receber, analisar, dar tratamento e apresentar resposta às manifestações de ouvidoria relativas às políticas e aos serviços públicos prestados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional;

II - solicitar informações às unidades administrativas com vistas a subsidiar as respostas ao usuário;

III - adotar as medidas necessárias ao cumprimento dos prazos legais e da qualidade das respostas às manifestações de usuários de serviços públicos recebidas;

IV - adotar as medidas específicas para a proteção da identidade de denunciantes, nos termos do Decreto n. 10.153, de 3 de dezembro de 2019;

V - realizar a proteção de dados pessoais coletados pela Ouvidoria-Geral, nos termos da Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018;

VI - propor medidas de aperfeiçoamento, considerando as manifestações recebidas, e encaminhá-las às unidades administrativas competentes para exame e aprimoramento da prestação de serviço público, quando for o caso;

VII - organizar, consolidar e interpretar o conjunto de dados das demandas recebidas e dar publicidade dos resultados obtidos às unidades administrativas e aos usuários;

VIII - produzir anualmente o relatório de gestão, nos termos do art. 14 da Lei n. 13.460, de 26 de junho de 2017;

IX - zelar pela adequação, atualidade e qualidade das informações constantes nas Cartas de Serviços do Ministério, conforme estabelecido pelo Decreto n. 9.094, de 2017;

X - exercer as atividades relacionadas ao Serviço de Informações ao Cidadão, de que trata o inciso I do art. 9º da Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011; e

XI - apoiar e implementar ações de transparência ativa.

Seção II

Do horário de funcionamento

Art. 6º A Ouvidoria-Geral funcionará das 9h às 17h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, para atendimento aos usuários e às unidades administrativas do Ministério do Desenvolvimento Regional, sem prejuízo da carga horária semanal a que estão subordinados os seus servidores.

Parágrafo único. O horário anterior e posterior ao definido no caput será destinado ao expediente interno da unidade.

CAPÍTULO III

DAS MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA

Seção I

Do cadastro e da tramitação

Art. 7º A Ouvidoria-Geral constitui canal único para o recebimento e o tratamento das manifestações de ouvidoria no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional.

§ 1º A Ouvidoria-Geral contará com instalações físicas adequadas para prestação de atendimento presencial ao usuário, com requisitos que permitam a acessibilidade, a privacidade e sigilo no registro das manifestações de ouvidoria.

§ 2º Em nenhuma hipótese será recusado o recebimento de manifestações formuladas nos termos desta Portaria, sob pena de responsabilidade do agente público.

Art. 8º Todas as manifestações de ouvidoria deverão ser registradas na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - Fala.BR.

Parágrafo único. A unidade administrativa que receber, qualquer que seja o meio, denúncia, reclamação, solicitação de providências, sugestão, elogio e solicitação de simplificação, deverá promover seu pronto encaminhamento à Ouvidoria-Geral para o adequado registro, tratamento e controle.

Art. 9º Após cadastro da manifestação, a Ouvidoria-Geral enviará resposta intermediária ao usuário informando-o do recebimento, da tramitação e do prazo para atendimento.

Art. 10. A Ouvidoria-Geral procederá à análise prévia da manifestação recebida e, caso necessário, encaminhará às unidades administrativas responsáveis para providências.

§ 1º Caberá às unidades administrativas indicar os agentes públicos responsáveis pelo tratamento de manifestações, bem como manter os dados cadastrais atualizados na Plataforma Fala.BR.

§ 2º A unidade administrativa que receber manifestação de ouvidoria sobre matéria alheia à sua competência deverá restitui-la de imediato à Ouvidoria-Geral para o devido encaminhamento.

Art. 11. Se as informações apresentadas pelo usuário de serviços públicos forem insuficientes para a análise da manifestação, a Ouvidoria-Geral solicitará ao usuário a sua complementação, que deverá ser atendida no prazo de vinte dias, contado da data do seu recebimento, e suspenderá o prazo para atendimento, que será retomado a partir da data de resposta do usuário.

§ 1º Não serão admitidos pedidos de complementação sucessivos, exceto se referentes a situação surgida com a nova documentação ou com as informações apresentadas.

§ 2º A falta de complementação da informação pelo usuário de serviços públicos no prazo estabelecido no caput acarretará o arquivamento da manifestação, sem a produção de resposta conclusiva.

Art. 12. A Ouvidoria-Geral poderá fazer ponderações e observações, no que couber, acerca do conteúdo da resposta apresentada pela unidade administrativa e devolver a manifestação para adequação.

Art. 13. A solicitação de certificação de identidade do usuário somente será exigida quando a resposta à manifestação implicar a entrega de informações pessoais ao próprio manifestante ou a terceiros por ele autorizados.

Parágrafo único. A certificação da identidade ocorrerá:

I - virtualmente, caso o usuário possua login autenticado por meio do "gov.br" ou outro meio de certificação digital; ou

II - presencialmente, por meio de conferência de documento físico apresentado pelo manifestante junto à Ouvidoria-Geral.

Art. 14. As respostas encaminhadas aos usuários deverão ser redigidas em linguagem simples, objetiva e compreensível e de forma a se evitar o uso de siglas, jargões e estrangeirismos.

Art. 15. A resposta conclusiva da manifestação de ouvidoria dependerá do seu tipo, conforme explicitado a seguir:

I - denúncia: conterá informação sobre o seu encaminhamento às unidades apuratórias competentes ou sobre o seu arquivamento;

II - elogio: conterá informação sobre o seu encaminhamento ao agente público que prestou o atendimento ou ao responsável pela prestação do serviço público e à sua chefia imediata;

III - reclamação: conterá informação objetiva acerca da análise do fato apontado;

IV - solicitação: conterá informação sobre a possibilidade, a forma e o meio de atendimento à solicitação;

V - sugestão: conterá a manifestação do gestor sobre a possibilidade de sua adoção, informando o período estimado de tempo necessário à sua implementação, quando couber; e

VI - solicitação de simplificação: conterá a análise sobre o tema indicando, em caso de inviabilidade de simplificação, o motivo da manutenção do procedimento, considerando as diretrizes previstas no art. 1º do Decreto nº 9.094, de 2017.

Parágrafo único. No ato do envio de resposta conclusiva a que se refere o caput, a Ouvidoria-Geral registrará informação sobre a resolutividade da manifestação.

Art. 16. Em caso de manifestação de ouvidoria registrada em duplicidade, do mesmo manifestante e com mesmo conteúdo, será considerado válido o primeiro registro e os demais serão encerrados com a devida notificação ao usuário.

Art. 17. Em caso de manifestação de ouvidoria cadastrada para complementar um registro anterior, o seu conteúdo será incluído na manifestação inicial e o cadastro complementar será encerrado com a devida notificação ao usuário.

Art. 18. Quando a resposta a ser apresentada envolver outro órgão ou entidade, a Ouvidoria-Geral apresentará resposta intermediária ao usuário, contendo posicionamento do Ministério do Desenvolvimento Regional, e encaminhará a manifestação de ouvidoria ao órgão/entidade responsável para complementação.

Parágrafo único. Nos casos de denúncia, o encaminhamento se dará conforme o art. 26.

Seção II

Dos prazos

Art. 19. A Ouvidoria-Geral elaborará e apresentará resposta conclusiva às manifestações recebidas no prazo de trinta dias, contado da data de seu recebimento, prorrogável por igual período mediante justificativa expressa, e notificará o usuário de serviço público sobre a decisão administrativa.

Parágrafo único. Os prazos serão contados a partir do registro da manifestação na Plataforma Fala.BR.

Art. 20. As unidades administrativas devem enviar as informações solicitadas pela Ouvidoria-Geral no prazo de vinte dias, contado da data de recebimento do pedido na área competente, prorrogável uma vez por igual período mediante justificativa expressa.

§ 1º Caso haja a necessidade de prorrogação, a unidade administrativa deve solicitá-la à Ouvidoria-Geral até às dezesseis horas do último dia do prazo previsto no caput.

§ 2º Na hipótese do § 2º do art. 10, o prazo para envio das informações pela unidade administrativa competente será o remanescente do caput.

Art. 21. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento da manifestação for em dia em que não houver expediente.

Art. 22. Na hipótese do art. 10, a Ouvidoria-Geral encaminhará os seguintes avisos de vencimento do prazo às unidades administrativas competentes:

I - primeiro lembrete, no décimo oitavo dia de tramitação;

II - segundo lembrete, no vigésimo dia de tramitação;

III - primeira cobrança de atraso, no vigésimo quinto dia de tramitação; e

IV - segunda cobrança de atraso, no último dia do prazo para resposta conclusiva.

Parágrafo único. Junto ao aviso de segunda cobrança de atraso, será enviado correio eletrônico à autoridade e ao respectivo chefe de gabinete da unidade administrativa responsável para providências.

Art. 23. Em caso de descumprimento do art. 20, a Ouvidoria-Geral poderá informar o fato à Corregedoria-Geral do Ministério do Desenvolvimento Regional para apuração de eventual infração disciplinar, conforme disposto no arts. 116 e 117 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Seção III

Das denúncias

Art. 24. Os agentes públicos que não desempenhem funções na Ouvidoria-Geral e recebam denúncia de irregularidades deverão encaminhá-las imediatamente à Ouvidoria-Geral e não poderão dar publicidade ao conteúdo da denúncia ou a elemento de identificação do denunciante.

Art. 25. Ao receber a denúncia, a Ouvidoria-Geral analisará, preliminarmente, a existência de requisitos mínimos de autoria, materialidade e relevância que amparem a apuração da denúncia pelas unidades competentes.

§ 1º A denúncia será considerada habilitada quando existentes os requisitos a que se refere o caput.

§ 2º Para a denúncia que não contenha os requisitos constantes do caput, será solicitada complementação conforme o art. 11.

§ 3º A comunicação de irregularidade que não preencher os requisitos fixados neste artigo será arquivada.

Art. 26. Em se tratando de denúncia cuja apuração não se insira no âmbito da competência do Ministério do Desenvolvimento Regional, a Ouvidoria-Geral a encaminhará ao órgão ou entidade competente e informará ao denunciante.

§ 1º O encaminhamento de denúncia com elementos de identificação do denunciante será precedido de solicitação de consentimento do denunciante, que se manifestará no prazo de vinte dias, contado da data da solicitação do consentimento realizada.

§ 2º Na hipótese de negativa ou de decurso do prazo previsto no § 1º, a Ouvidoria-Geral encaminhará a denúncia após a sua pseudonimização.

Art. 27. Observada a existência dos requisitos previstos no caput do art. 25, apresentada denúncia anônima à Ouvidoria-Geral, esta a receberá e a tratará, devendo encaminhá-la à unidade apuratória competente.

Art. 28. A denúncia será categorizada segundo seu conteúdo, com procedimentos distintos de apuração pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, conforme os incisos abaixo:

I - denúncia sobre atividades relacionadas a políticas públicas de competência institucional;

II - denúncia sobre infrações disciplinares de servidor;

III - denúncia sobre desvio de conduta ética;

IV - denúncia sobre terceirizados; e

V - denúncia que envolva prática de ato lesivo por pessoa jurídica.

§ 1º A enumeração deste artigo não exclui outras categorias de denúncias sobre práticas de irregularidades que porventura sejam recebidas.

§ 2º Não excluída a possibilidade de apuração interna, a Ouvidoria-Geral encaminhará diretamente ao respectivo Ministério Público ou Tribunal de Contas as denúncias que possuam indícios de crimes ou de outras ocorrências cuja competência seja desses órgãos.

§ 3º A Ouvidoria-Geral deverá informar à Controladoria-Geral da União, por meio de marcação em campo específico na Plataforma Fala.BR, a existência de denúncia de ato praticado por agente público no exercício de Cargos Comissionados Executivos (CCE) a partir do nível 13 ou equivalente.

Art. 29. A denúncia que envolver atividades relacionadas a políticas públicas de competência institucional será direcionada pela Ouvidoria-Geral à unidade administrativa responsável para providências cabíveis.

Art. 30. A Ouvidoria-Geral encaminhará o conteúdo da denúncia à Corregedoria-Geral nos seguintes casos:

I - indício de transgressão disciplinar de servidor em exercício neste Ministério; ou

II - prática de ato lesivo por pessoa jurídica contra o Ministério do Desenvolvimento Regional.

Art. 31. Se o conteúdo da denúncia estiver relacionado a desvios éticos de conduta de agente público, nos termos do Decreto n. 1.171, de 22 de junho de 1994, a Ouvidoria-Geral encaminhará à Comissão de Ética Setorial do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Art. 32. Em caso de prestador de serviço terceirizado, a denúncia será direcionada à unidade administrativa competente para as providências que lhe couber, bem como à Comissão de Ética Setorial do Ministério, para apuração.

Art. 33. A Ouvidoria-Geral assegurará a proteção da identidade e dos elementos que permitam a identificação do denunciante, nos termos do art. 31 da Lei n. 12.527, de 2011, sujeitando-se o agente público às penalidades legais pelo seu uso indevido.

§ 1º A Ouvidoria-Geral adotará as medidas necessárias à salvaguarda da identidade do denunciante e à proteção das informações recebidas, nos termos do Decreto n. 10.153, de 2019.

§ 2º Caso indispensável à apuração dos fatos, os elementos de identificação do denunciante poderão ser encaminhados à unidade apuratória competente, desde que demonstrada a necessidade de conhecê-los, ficando estes responsáveis por adotar as salvaguardas necessárias para resguardá-los do acesso de terceiros não autorizados.

§ 3º A restrição de acesso estabelecida no caput deste dispositivo não se aplica caso se configure denunciação caluniosa, nos termos do art. 339 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940, ou flagrante má-fé por parte do denunciante.

CAPÍTULO IV

DO ACESSO À INFORMAÇÃO

Seção I

Do Serviço de Informações ao Cidadão

Art. 34. O Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério do Desenvolvimento Regional ficará sob a coordenação da Ouvidoria-Geral.

Art. 35. Compete ao Serviço de Informações ao Cidadão:

I - receber o pedido de acesso e, sempre que possível, fornecer de imediato a informação;

II - registrar o pedido de acesso à informação na Plataforma Fala.BR;

III - encaminhar o pedido recebido e registrado à unidade administrativa responsável pelo fornecimento da informação, quando couber;

IV - receber a resposta da unidade administrativa, realizar as adequações necessárias e encaminhá-la ao interessado;

V - controlar os prazos de atendimento estipulados na Lei n. 12.527, de 2011, no Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012, e nesta Portaria; e

VI - orientar as unidades administrativas do Ministério do Desenvolvimento Regional quanto à aplicação dos dispositivos da Lei n. 12.527, de 2011, nas respostas oferecidas aos interessados.

Seção II

Do recebimento e do cadastro

Art. 36. Constitui objeto de pedido de acesso à informação formulado com fundamento na Lei n. 12.527, de 2011, e no Decreto n. 7.724, de 2012, a solicitação de dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de

conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato, produzidos ou acumulados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, recolhidos ou não ao arquivo.

Art. 37. Os pedidos de acesso à informação serão recebidos:

I - por meio da Plataforma Fala.BR;

II - por correspondência física;

III - por correio eletrônico;

IV - por peticionamento eletrônico; e

V - presencialmente, por meio de comparecimento do interessado às dependências da Ouvidoria-Geral deste Ministério, em Brasília-DF.

Art. 38. Todos os pedidos de informação deverão ser registrados na Plataforma Fala.BR.

Parágrafo único. A unidade administrativa que receber, qualquer que seja o meio, pedidos de acesso à informação, deverá promover seu pronto encaminhamento ao Serviço de Informações ao Cidadão para o adequado registro na Plataforma Fala.BR, tratamento e controle.

Seção III

Da tramitação e da resposta

Art. 39. O Serviço de Informações ao Cidadão disponibilizará a informação imediatamente, caso esteja disponível.

Art. 40. Se não for possível a disponibilização da informação na forma disposta no art. 39, o Serviço de Informações ao Cidadão encaminhará o pedido às unidades administrativas responsáveis para providências.

§ 1º A unidade administrativa que receber pedido de informação sobre matéria alheia à sua competência deverá restituí-lo de imediato ao Serviço de Informações ao Cidadão para o devido encaminhamento.

§ 2º Quando o atendimento do pedido envolver duas ou mais unidades administrativas do Ministério, o Serviço de Informações ao Cidadão consolidará as informações recebidas e apresentará a resposta ao interessado.

Art. 41. O Serviço de Informações ao Cidadão poderá fazer ponderações e observações, no que couber, acerca do conteúdo da resposta apresentada pela unidade administrativa e devolver o pedido de informação para adequação.

Art. 42. A resposta ao pedido de informação deverá ser fornecida mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente e em linguagem simples e compreensível, evitando o uso de siglas, jargões e estrangeirismos.

Art. 43. A resposta ao pedido de informação abrange a orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada, se for o caso.

Art. 44. Em caso de pedido de acesso à informação registrado em duplicidade, do mesmo manifestante e com mesmo conteúdo, será considerado válido o primeiro registro e os demais serão encerrados com a devida notificação ao interessado.

Seção IV

Dos recursos e da reclamação

Art. 45. O recurso de primeira instância de que trata o art. 15 da Lei n. 12.527, de 2011, será enviado pelo Serviço de Informações ao Cidadão à unidade administrativa responsável pela resposta apresentada ao pedido de acesso à informação, a qual caberá instruir o processo para apreciação e deliberação pela autoridade hierarquicamente superior.

Art. 46. O recurso de segunda instância de que trata o parágrafo único do art. 21 do Decreto n. 7.724, de 2012, será enviado pelo Serviço de Informações ao Cidadão ao Gabinete do Ministro, o qual caberá instruir o processo para apreciação e deliberação pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional.

Parágrafo único. O Gabinete do Ministro poderá solicitar informações à unidade administrativa responsável pela resposta apresentada ao recurso de primeira instância para subsidiar a decisão.

Art. 47. No caso de reclamação apresentada pelo interessado em razão de omissão de resposta ao pedido de acesso à informação, o Serviço de Informações ao Cidadão a enviará à Autoridade de Monitoramento de que trata o art. 40 da Lei n. 12.527, de 2011, para manifestação.

Parágrafo único. A Autoridade de Monitoramento solicitará esclarecimentos ao responsável pela unidade administrativa sobre a reclamação.

Seção V

Dos prazos

Art. 48. O Serviço de Informações ao Cidadão deverá apresentar resposta ao interessado em prazo não superior a vinte dias, prorrogável por mais dez dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.

Art. 49. No caso de necessidade de encaminhamento do pedido de acesso à informação, conforme o art. 40, as unidades administrativas deverão enviar as informações solicitadas pelo Serviço de Informações ao Cidadão no prazo máximo de quinze dias.

§ 1º As informações ou documentos prontamente disponíveis nas unidades administrativas deverão ser encaminhados ao Serviço de Informações ao Cidadão no menor prazo possível.

§ 2º Na hipótese do § 1º do art. 40, o prazo para envio das informações pela unidade administrativa competente será o remanescente.

§ 3º Caso haja a necessidade de mais tempo para atendimento do pedido, a unidade administrativa deverá solicitar ao Serviço de Informações ao Cidadão, até às dezesseis horas do último dia do prazo previsto no caput, a prorrogação do prazo interno por mais dez dias, mediante justificativa expressa.

Art. 50. Na hipótese do art. 40, o Serviço de Informações ao Cidadão encaminhará os seguintes avisos de vencimento do prazo às unidades administrativas:

I - primeiro lembrete, no décimo terceiro dia de tramitação;

II - segundo lembrete, no décimo quinto dia de tramitação; e

III - cobrança de atraso, no último dia do prazo para resposta.

Parágrafo único. Junto ao aviso de cobrança de atraso, será enviado correio eletrônico à autoridade competente da unidade administrativa responsável e ao respectivo chefe de gabinete, para providências.

Art. 51. As unidades administrativas do Ministério do Desenvolvimento Regional terão o prazo de cinco dias para o trâmite interno, análise, produção de decisão pela autoridade competente e encaminhamento dos recursos de primeira e segunda instâncias ao Serviço de Informações ao Cidadão.

Parágrafo único. A decisão dos recursos de primeira e segunda instância deverão ser encaminhadas até às dezesseis horas do último dia do prazo previsto no caput para que o Serviço de Informações ao Cidadão a insira na Plataforma Fala.BR em tempo hábil.

Art. 52. Esgotados os prazos estipulados nos arts. 50 e 52 sem que a unidade administrativa competente ou autoridade responsável proceda ao envio das informações, o Serviço de Informações ao Cidadão comunicará o fato à Autoridade de Monitoramento de que trata o art. 40 da Lei n. 12.527, de 2011.

§ 1º A Autoridade de Monitoramento notificará a unidade administrativa responsável pela informação para que, no prazo de dois dias, justifique a omissão e adote as providências necessárias ao atendimento do pedido.

§ 2º Em caso de descumprimento do § 1º, a Autoridade de Monitoramento poderá informar o fato à Corregedoria-Geral para apuração de eventual infração disciplinar, conforme disposto no art. 32 da Lei n. 12.527, de 2011.

Art. 53. A Autoridade de Monitoramento deverá se manifestar no prazo de cinco dias, contados do recebimento da reclamação de que trata o art. 47.

Parágrafo único. O responsável pela unidade administrativa terá o prazo de dois dias para prestar esclarecimentos à Autoridade de Monitoramento.

Art. 54. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento do pedido de informação for em dia em que não houver expediente.

Seção VI

Das restrições de acesso à informação

Art. 55. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados; ou

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do caput, o Serviço de Informações ao Cidadão ou a unidade administrativa deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o interessado poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 56. No caso de negativa total ou parcial de acesso à informação, a unidade administrativa deverá indicar o fundamento legal para a negativa e as razões de fato e de direito que a justifiquem.

Art. 57. Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, deverá ser assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

Art. 58. O direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.

Art. 59. Cabe ao Serviço de Informações ao Cidadão e às unidades administrativas resguardarem, sob pena de responsabilização, nos termos do art. 34 da Lei n. 12.527, de 2011:

I - as informações pessoais;

II - as informações classificadas, nos termos dos arts. 23 e 24 da Lei n. 12.527, de 2011;

III - as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma do § 1º do art. 7º da Lei n. 12.527, de 2011; e

IV - as hipóteses de sigilo previstas na legislação.

Parágrafo único. O acesso a documentos de que trata o inciso I será assegurado integralmente às partes integrantes dos autos, mediante certificação de identidade e, nos demais casos, com restrição das informações pessoais.

Seção VII

Da transparência ativa

Art. 60. A Ouvidoria-Geral, com o apoio da Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério do Desenvolvimento Regional, deverá monitorar a atualização da seção específica do sítio eletrônico do Ministério criada para divulgar as informações produzidas por este órgão, em atendimento ao § 3º do art. 7º do Decreto n. 7.724, de 2012.

Art. 61. A Ouvidoria-Geral comunicará às unidades administrativas as informações mais procuradas pelos usuários recebidas por meio do serviço de acesso à informação propondo soluções de transparência ativa.

Parágrafo único. A Ouvidoria-Geral recomendará às unidades administrativas a inclusão ou a melhoria das informações disponíveis em "Perguntas Frequentes" do sítio eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Regional.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 62. São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos que determinaram a apresentação de manifestações de ouvidoria ou pedidos de informação perante a Ouvidoria-Geral do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Art. 63. Ficam revogadas:

I - a Portaria n. 258, de 5 maio de 2012, do extinto Ministério da Integração Nacional; e

II - a Portaria MDR n. 948, de 8 de abril de 2020.

Art. 64. Esta Portaria entra em vigor sete dias após a data de sua publicação.

DANIEL DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA

PORTARIA Nº 2.140, DE 4 DE JULHO DE 2022

Aprova o enquadramento, como prioritário, de projeto de investimento em infraestrutura no setor de iluminação pública, apresentado pela CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA FEIRA DE SANTANA S.A.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o art. 29 da Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019, e o art. 1º do Anexo I do Decreto n. 11.065, de 6 de maio de 2022.

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 12.431, de 24 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n. 8.874, de 11 de outubro de 2016;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n. 9.036, de 20 de abril de 2017;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria MDR n. 265, de 12 de fevereiro de 2021; e

CONSIDERANDO o que consta dos autos do processo n. 59000.005232/2022-11, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento, como prioritário, do projeto de investimento em infraestrutura no setor de iluminação pública, para fins de emissão de debêntures, nos termos do art. 2º da Lei n. 12.431, de 24 de junho de 2011 e do Decreto n. 8.874, de 11 de outubro de 2016, para implantação de empreendimento da CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA FEIRA DE SANTANA S.A. , conforme descrito no Anexo desta Portaria.

Art. 2º A CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA FEIRA DE SANTANA S.A. deverá:

I - manter atualizada, junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional, a relação das pessoas jurídicas que a integram;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado; e

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas e/ou após a conclusão do empreendimento para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle.

Art. 3º Alterações técnicas do projeto de que trata esta Portaria, desde que autorizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para os fins do art. 2º da Lei n. 12.431, de 2011.

Art. 4º O prazo da prioridade concedida ao projeto de investimento em infraestrutura é de 01 (um) ano. Caso a CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA FEIRA DE SANTANA S.A. não realize a emissão das debêntures neste prazo, deverá comunicar formalmente à Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Art. 5º Os recursos a serem captados não poderão ser utilizados para pagamento ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas decorrentes de financiamentos com recursos da União ou geridos pela União.

Parágrafo único. Caso o projeto de investimento seja contemplado com recursos da União ou geridos pela União, a captação de recursos ficará limitada à diferença entre o valor total do projeto de investimento e o valor contemplado.

Art. 6º CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA FEIRA DE SANTANA S.A. deverá observar, ainda, as demais disposições constantes na Lei n. 12.431, de 2011, no Decreto n. 8.874, de 2016, na Portaria MDR n. 265, de 12 de fevereiro de 2021, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, em especial no que se trata as disposições relativas ao acompanhamento e avaliação do projeto aprovado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA

ANEXO

Titular do Projeto	CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA FEIRA DE SANTANA S.A.
CNPJ	39.781.156/0001-92
Relação de Pessoas Jurídicas	HIGH TREND BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. - 33.878.529/0001-61 (26,70%); PROTERES PARTICIPAÇÕES S.A. - 34.192.540/0001-36 (26,65%); RT071 Empreendimentos e Participações Ltda. - 37.678.809/0001-87 (26,65%); INVESTIMENTOS HOLDINGS S.A. - 38.220.895/0001-42 (18,99%) MG3 INFRAESTRUTURA E PARTICIPAÇÕES LTDA. - 27.600.441/0001-80 (1,01%).
Nome do Projeto	CONCESSÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE FEIRA DE SANTANA
Descrição do Projeto	O projeto visa beneficiar com ações de iluminação pública, através da concessão administrativa para a prestação de serviços na rede municipal de Feira de Santana/BA, beneficiando cerca de 556.642 mil habitantes. O projeto visa viabilizar o desenvolvimento, modernização, expansão, eficientização energética, operação e manutenção do conjunto de equipamentos que compõem a infraestrutura da REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, nela incluídos todos os PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA localizados dentro dos limites territoriais do Município de Feira de Santana-BA, da maneira mais eficiente e trazendo a melhor qualidade possível, de forma a permitir tanto a Administração Pública Municipal quanto aos usuários da Rede uma convivência pacífica, segura, dinâmica, econômica e sustentável, usufruindo de tudo o que a cidade pode oferecer e resguardando seus direitos enquanto moradores do local. Principais objetivos do projeto: (i) melhoria da qualidade de vida da população local; (ii) redução da COSIP para o cidadão; (iii) melhoria da sensação de segurança pública nas vias do Município; (iv) fomentar o desenvolvimento do comércio e turismo local; e, (v) prover um melhor serviço público, mais confiável e responsivo através de tecnologias modernas de iluminação pública.
Setor	Iluminação Pública
Modalidade	Expansão e/ou Modernização
Local de Implantação do Projeto	Feira de Santana-BA
Valor máximo enquadrado	R$ 58.330.840,41
Prazo para Implantação do Projeto	21 meses
Processo Administrativo	59000.005232/2022-11

PORTARIA Nº 2.171, DE 5 DE JULHO DE 2022

Aprova o enquadramento, como prioritário, de projeto de investimento em infraestrutura no setor de iluminação pública, apresentado pela CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA ARACAJU S.A.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do Art. 87º da Constituição Federal, o Art. 29º da Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019, e o Art. 1º do Anexo I do Decreto n. 11.065, de 6 de maio de 2022.

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 12.431, de 24 de junho de 2011;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n. 8.874, de 11 de outubro de 2016;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n. 9.036, de 20 de abril de 2017;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria MDR. N. 265, de 12 de fevereiro de 2021; e

CONSIDERANDO o que consta dos autos do processo n. 59000.005054/2022-28, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento, como prioritário, do projeto de investimento em infraestrutura no setor de iluminação pública, para fins de emissão de debêntures, nos termos do Art. 2 da Lei n. 12.431, de 24 de junho de 2011 e do Decreto n. 8.874, de 11 de outubro de 2016, para implantação de empreendimento da CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA ARACAJU S.A., conforme descrito no Anexo desta Portaria.

Art. 2º A CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA ARACAJU S.A. deverá:

I - manter atualizada, junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional, a relação das pessoas jurídicas que a integram;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado; e

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas e/ou após a conclusão do empreendimento para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle.

Art. 3º Alterações técnicas do projeto de que trata esta Portaria, desde que autorizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para os fins do art. 2º da Lei n. 12.431, de 2011.

Art. 4º O prazo da prioridade concedida ao projeto de investimento em infraestrutura é de 01(um) ano. Caso a CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA ARACAJU S.A. não realize a emissão das debêntures neste prazo, deverá comunicar formalmente à Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Art. 5º Os recursos a serem captados não poderão ser utilizados para pagamento ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas decorrentes de financiamentos com recursos da União ou geridos pela União.

Parágrafo único. Caso o projeto de investimento seja contemplado com recursos da União ou geridos pela União, a captação de recursos ficará limitada à diferença entre o valor total do projeto de investimento e o valor contemplado.

Art. 6º A CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA ARACAJU S.A. deverá observar, ainda, as demais disposições constantes na Lei n. 12.431, de 2011, no Decreto n. 8.874, de 2016, na Portaria MDR n. 265, de 12 de fevereiro de 2021, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, em especial no que se trata as disposições relativas ao acompanhamento e avaliação do projeto aprovado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA

ANEXO

Titular do Projeto	CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONECTA ARACAJU S.A.
CNPJ	39.763.833/0001-40
Relação de Pessoas Jurídicas	HIGH TREND BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A. - 33.878.529/0001-61 (26,70%); PROTERES PARTICIPAÇÕES S.A. - 34.192.540/0001-36 (26,65%); RT071 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. - 37.678.809/0001-87 (26,65%); INVESTIMENTOS HOLDINGS S.A. - 38.220.895/0001-42 (18,99%) MG3 INFRAESTRUTURA E PARTICIPAÇÕES LTDA. - 27.600.441/0001-80 (1,01%).
Nome do Projeto	CONCESSÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE ARACAJU
Descrição do Projeto	O projeto visa beneficiar com ações de iluminação pública, através da concessão administrativa para a prestação de serviços na rede municipal de Aracaju-SE, beneficiando cerca de 571.149 mil habitantes. O projeto prevê a implantação, instalação, recuperação, modernização, melhoramento, eficientização e expansão da rede municipal de iluminação pública. Haverá também a implantação de Centro de Controle Operacional, Sistema de telegestão e Iluminação de Destaque. Principais objetivos do projeto: (i) melhoria da qualidade de vida da população local; (ii) redução da COSIP para o cidadão; (iii) melhoria da sensação de segurança pública nas vias do Município; (iv) fomentar o desenvolvimento do comércio e turismo local; e, (v) prover um melhor serviço público, mais confiável e responsivo através de tecnologias modernas de iluminação pública.
Setor	Iluminação Pública
Modalidade	Expansão e/ou Modernização
Local de Implantação do Projeto	Aracaju-SE
Valor máximo enquadrado	R$ 50.000.000,00
Prazo para Implantação do Projeto	09 meses
Processo Administrativo	59000.005054/2022-28

PORTARIA Nº 2.223, DE 8 DE JULHO DE 2022

Divulgação do resultado do processo seletivo para contratação de operação de crédito para execução de ações de Desenvolvimento Urbano - Mutuários Públicos regulamentado pela Instrução Normativa n. 35, de 17 de setembro de 2021.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das competências que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, o art. 6º da Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990, o art. 66 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), aprovado pelo Decreto n. 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto n. 1.522, de 13 de junho de 1995, o art. 29 da Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019, e o art. 1º do Anexo I do Decreto n. 11.065, de 6 de maio de 2022, tendo em vista o disposto na Resolução n. 897, de 11 de setembro de 2018, do Conselho Curador do FGTS, e nas Instruções Normativas MDR n. 11, de 8 de abril de 2019, n. 35, de 17 de setembro de 2021, e n. 51, de 14 de dezembro de 2021, e considerando o constante do processo n. 59000.008976/2022-97, resolve:

Art. 1º Divulgar a Proposta Técnica n. 64, cadastrada no âmbito do Programa Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades) pela Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul-RS, CNPJ 87.530.978/0001-43, proponente público, como resultado do processo seletivo regulamentado pela Instrução Normativa n. 35/2021, para contratação na modalidade modernização tecnológica urbana, que perfaz o valor de investimento de R$ 9.474.000,00 (nove milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil reais), sendo o valor financiado de R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), com aporte de contrapartida de R$ 474.000,00 (quatrocentos e setenta e quatro mil reais), sendo o agente financeiro o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA

PORTARIA Nº 2.286, DE 14 DE JULHO DE 2022

Realocação de Cargos Comissionados Executivos e Funções Comissionadas Executivas da estrutura organizacional do Ministério do Desenvolvimento Regional.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto n. 11.065, de 6 de maio de 2022, e no Decreto n. 10.829, de 5 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1º Realocar, na forma do Anexo a esta Portaria, os seguintes Cargos Comissionados Executivos (CCE) e Funções Comissionadas Executivas (FCE):

I - um CCE 2.10, Assessor Técnico, do Gabinete da Secretaria de Coordenação e Gestão da Secretaria-Executiva para o Gabinete da Secretaria-Executiva;

II - uma FCE 2.13, Assessor, da Diretoria de Orçamento e Finanças da Secretaria de Coordenação e Gestão da Secretaria-Executiva para a Secretaria de Coordenação e Gestão da Secretaria-Executiva;

III - um CCE 2.10, Assessor Técnico, da Assessoria Especial de Comunicação Social para a Assessoria Especial de Relações Institucionais;

IV - uma FCE 1.10, Coordenador, da Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Governança da Assessoria de Desenvolvimento Institucional da Diretoria de Gestão Estratégica da Secretaria de Coordenação e Gestão da Secretaria-Executiva para a Coordenação-Geral de Restabelecimento e Reconstrução do Departamento de Obras de Proteção e Defesa Civil da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil;

V - uma FCE 1.10, Coordenador, da Coordenação de Monitoramento e Alerta da Coordenação-Geral de Gerenciamento de Desastres do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil para o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil; e

VI - um CCE 2.10, Assessor Técnico, do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil para a Coordenação-Geral de Gerenciamento de Desastres do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 2º Serão alteradas as denominações e as categorias dos seguintes CCE e FCE:

I - de FCE 1.10, Coordenador, da Coordenação de Monitoramento e Alerta da Coordenação-Geral de Gerenciamento de Desastres do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil para FCE 2.10, Assessor Técnico, do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil; e

II - de CCE 2.10, Assessor Técnico, do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil para CCE 1.10, Coordenador, da Coordenação de Monitoramento e Alerta da Coordenação-Geral de Gerenciamento de Desastres do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º A Portaria MDR n. 1.636, de 20 de maio de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.8º.....

.....

IV.....

.....

b).....

1.....

.....

1.2.revogado..... " (NR)

"Art.9º.....

.....

IV.....

.....

b).....

.....

3. Coordenação de Habitação e Ações Estratégicas (CHAE).

....."(NR)

Art. 4º O Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Regional, constante no Anexo II, alínea "a" do Decreto n. 11.065, de 6 de maio de 2022, passa a vigorar conforme o Anexo a esta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor sete dias úteis após a data da sua publicação.

DANIEL DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA

ANEXO

UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO N.	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	CCE/FCE
	2	Assessor Especial	CCE 2.15
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.15
	3	Assessor	CCE 2.13
	1	Assessor	FCE 2.13
	5	Assessor Técnico	CCE 2.10
	1	Assistente	CCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.05
Coordenação	1	Coordenador	CCE 1.10
	1	Assistente	CCE 2.07
	1	Assistente Técnico	CCE 2.05
Assessoria Técnica e Administrativa	1	Chefe de Assessoria	CCE 1.13
	2	Assessor Técnico	CCE 2.10
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	3	Assistente	CCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.05
Assessoria de Cerimonial	1	Chefe de Assessoria	CCE 1.13
	2	Assessor Técnico	CCE 2.10
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	2	Assistente	CCE 2.07
	2	Assistente Técnico	CCE 2.05
Ouvidoria-Geral	1	Ouvidor	FCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	FCE 1.10
	2	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.07
Corregedoria-Geral	1	Corregedor	FCE 1.13
Coordenação	2	Coordenador	FCE 1.10
	2	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.07
	6	Assistente Técnico	FCE 2.05
ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	1	Chefe de Assessoria Especial	CCE 1.15
	3	Assessor Técnico	CCE 2.10
	2	Assistente	CCE 2.07
	2	Assistente Técnico	CCE 2.05
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
ASSESSORIA ESPECIAL INTERNACIONAL	1	Chefe de Assessoria Especial	FCE 1.15
Coordenação	2	Coordenador	FCE 1.11
Coordenação	1	Coordenador	CCE 1.10
	3	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
ASSESSORIA ESPECIAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	1	Chefe de Assessoria Especial	CCE 1.15
	1	Assessor	FCE 2.13
Coordenação-Geral	3	Coordenador-Geral	CCE 1.13
	4	Assessor Técnico	CCE 2.10
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.07
	2	Assistente Técnico	CCE 2.05
Serviço	1	Chefe	CCE 1.05
ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO	1	Chefe de Assessoria Especial	FCE 1.15
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	3	Coordenador	FCE 1.10
Divisão	1	Chefe	FCE 1.07
Serviço	1	Chefe	CCE 1.05
CONSULTORIA JURÍDICA	1	Consultor Jurídico	FCE 1.15
Coordenação-Geral	5	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	CCE 1.10
Coordenação	5	Coordenador	FCE 1.10
	2	Assistente	CCE 2.07
	3	Assistente Técnico	FCE 2.05
SECRETARIA-EXECUTIVA	1	Secretário-Executivo	CCE 1.18
	1	Secretário-Executivo Adjunto	CCE 1.17
	1	Assessor	FCE 2.13

Gabinete	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.13
	1	Assessor Técnico	CCE 2.10
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
Coordenação	1	Coordenador	FCE 1.10
REPRESENTAÇÃO NA REGIÃO NORTE	1	Chefe	FCE 1.10
REPRESENTAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE	1	Chefe	FCE 1.10
REPRESENTAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE	1	Chefe	FCE 1.10
REPRESENTAÇÃO NA REGIÃO SUL	1	Chefe	FCE 1.10
Divisão	1	Chefe	CCE 1.07
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.06
	1	Assistente Técnico	FCE 2.05
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
DIRETORIA DE INTEGRAÇÃO E CONTROLE TÉCNICO	1	Diretor	FCE 1.15
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	2	Coordenador	FCE 1.10
	2	Assessor Técnico	FCE 2.10
	1	Assistente Técnico	CCE 2.05
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GESTÃO	1	Secretário	CCE 1.17
	1	Assessor	FCE 2.13
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.13
	1	Assessor Técnico	CCE 2.10
DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA	1	Diretor	FCE 1.15
Assessoria de Desenvolvimento Institucional	1	Chefe de Assessoria	FCE 1.13
Coordenação-Geral	4	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	2	Coordenador	CCE 1.10
Coordenação	7	Coordenador	FCE 1.10
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	3	Coordenador de Projeto	FCE 3.10
Divisão	1	Chefe	FCE 1.07
	1	Assistente	CCE 2.07
	5	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.06
	1	Assistente Técnico	FCE 2.04
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO	1	Diretor	FCE 1.15
Coordenação-Geral	4	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	9	Coordenador	FCE 1.10
Coordenação	1	Coordenador	CCE 1.10
	2	Assessor Técnico	FCE 2.10
Divisão	16	Chefe	FCE 1.07
Divisão	4	Chefe	CCE 1.07
	8	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.06
	2	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
Serviço	3	Chefe	CCE 1.05
Serviço	14	Chefe	FCE 1.05
DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS	1	Diretor	CCE 1.15
	1	Assessor	CCE 2.13
Coordenação-Geral	4	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	CCE 1.10
Coordenação	8	Coordenador	FCE 1.10
	3	Assistente	CCE 2.07
Divisão	7	Chefe	FCE 1.07
Divisão	5	Chefe	CCE 1.07
	2	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.06
	4	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
	2	Assistente Técnico	CCE 2.05
Serviço	1	Chefe	FCE 1.05
SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	1	Secretário	CCE 1.17
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.13
	2	Assistente	CCE 2.07
Divisão	1	Chefe	CCE 1.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.03
	1	Assistente Técnico	FCE 2.01
CENTRO NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DESASTRES	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	CCE 1.13
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
Coordenação	1	Coordenador	CCE 1.10
Coordenação	5	Coordenador	FCE 1.10
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.07
	1	Assistente	CCE 2.07
Divisão	1	Chefe	CCE 1.07
Serviço	7	Chefe	FCE 1.05
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E GESTÃO	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	1	Assessor Técnico	CCE 2.10
Coordenação	1	Coordenador	CCE 1.10
Coordenação	5	Coordenador	FCE 1.10
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.07
	1	Assistente	CCE 2.07
Divisão	1	Chefe	CCE 1.07
Divisão	1	Chefe	FCE 1.07
	5	Assistente Técnico	FCE 2.05
Seção	1	Chefe	FCE 1.04
	1	Assistente Técnico	FCE 2.03
DEPARTAMENTO DE OBRAS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	1	Diretor	FCE 1.15
Coordenação-Geral	3	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
Coordenação	7	Coordenador	FCE 1.10
	2	Assistente	CCE 2.07
Divisão	2	Chefe	FCE 1.07
	6	Assistente Técnico	FCE 2.05
	1	Assistente Técnico	FCE 2.03
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA	1	Secretário	CCE 1.17
	1	Gerente de Projeto	CCE 3.13
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.13
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
	2	Assessor Técnico	FCE 2.10
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.03
Coordenação	5	Coordenador	FCE 1.10
Coordenação	1	Coordenador	CCE 1.10
	3	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.06
	1	Assistente Técnico	CCE 2.06
DEPARTAMENTO DE OBRAS HÍDRICAS E APOIO A ESTUDOS SOBRE SEGURANÇA HÍDRICA	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	1	Assessor Técnico	CCE 2.10

Coordenação	2	Coordenador	FCE 1.10
	2	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.06
Serviço	1	Chefe	CCE 1.06
	2	Assistente Técnico	FCE 2.05
DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS	1	Diretor	CCE 1.15
	1	Assessor	FCE 2.13
	1	Gerente de Projeto	CCE 3.13
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	CCE 1.13
	2	Assessor Técnico	FCE 2.10
Coordenação	5	Coordenador	FCE 1.10
	3	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.06
Serviço	1	Chefe	CCE 1.06
	2	Assistente Técnico	FCE 2.05
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.02
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	CCE 1.13
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
Coordenação	3	Coordenador	FCE 1.10
	3	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.06
Serviço	1	Chefe	CCE 1.06
	3	Assistente Técnico	FCE 2.05
SECRETARIA NACIONAL DE MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO	1	Secretário	CCE 1.17
	1	Assessor	CCE 2.13
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.13
	1	Assessor Técnico	CCE 2.10
Coordenação	3	Coordenador	CCE 1.10
	2	Assistente	CCE 2.07
	1	Assistente Técnico	CCE 2.06
	2	Assistente Técnico	CCE 2.05
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO INTEGRADO E AÇÕES ESTRATÉGICAS	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
	1	Assessor Técnico	CCE 2.10
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
Coordenação	6	Coordenador	FCE 1.10
	1	Assistente	FCE 2.09
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.07
DEPARTAMENTO DE ESTRUTURAÇÃO REGIONAL E URBANA	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	3	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	1	Assessor Técnico	CCE 2.10
Coordenação	1	Coordenador	CCE 1.10
Coordenação	3	Coordenador	FCE 1.10
	4	Assistente	CCE 2.07
	3	Assistente Técnico	CCE 2.05
	3	Assistente Técnico	FCE 2.05
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	3	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	5	Coordenador	FCE 1.10
Divisão	1	Chefe	FCE 1.08
	2	Assistente	CCE 2.07
	1	Assistente Técnico	CCE 2.05
	3	Assistente Técnico	FCE 2.05
DEPARTAMENTO DE PROJETOS DE MOBILIDADE E SERVIÇOS URBANOS	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	3	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
Coordenação	3	Coordenador	FCE 1.10
	4	Assistente Técnico	FCE 2.06
	3	Assistente Técnico	FCE 2.05
Serviço	1	Chefe	CCE 1.05
SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO	1	Secretário	CCE 1.17
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	CCE 1.10
Coordenação	1	Coordenador	FCE 1.10
	2	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.07
	1	Assistente	CCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.05
	2	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
	1	Assistente Técnico	FCE 2.05
	2	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
DEPARTAMENTO DE URBANIZAÇÃO	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	3	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	6	Coordenador	FCE 1.10
	4	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.07
	3	Assistente Técnico	FCE 2.05
Serviço	1	Chefe	CCE 1.05
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E PLANEJAMENTO	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação	6	Coordenador	FCE 1.10
	4	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.07
	3	Assistente Técnico	FCE 2.05
Serviço	1	Chefe	CCE 1.05
DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO HABITACIONAL	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	CCE 1.10
Coordenação	5	Coordenador	FCE 1.10
	5	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.07
	3	Assistente Técnico	FCE 2.05
SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO	1	Secretário	CCE 1.17
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.13
Assessoria de Articulação e Gestão	1	Chefe de Assessoria	CCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	CCE 1.10
	2	Assessor Técnico	CCE 2.10
	2	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.07
	2	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
Serviço	1	Chefe	FCE 1.05
DEPARTAMENTO DE FINANCIAMENTO DE PROJETOS	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
Coordenação	3	Coordenador	FCE 1.10

	3	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.07
Serviço	1	Chefe	FCE 1.05
DEPARTAMENTO DE REPASSES A PROJETOS	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
Coordenação	3	Coordenador	FCE 1.10
	3	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.07
Serviço	1	Chefe	FCE 1.05
DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	1	Diretor	CCE 1.15
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	3	Coordenador	FCE 1.10
	4	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.07
SECRETARIA DE FOMENTO E PARCERIAS COM O SETOR PRIVADO	1	Secretário	CCE 1.17
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	CCE 1.13
Assessoria de Informações e Articulação	1	Chefe de Assessoria	FCE 1.13
Coordenação	1	Coordenador	CCE 1.10
Coordenação	1	Coordenador	FCE 1.10
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.07
	1	Assistente Técnico	CCE 2.05
Serviço	1	Chefe	FCE 1.05
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.03
DEPARTAMENTO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS E INOVAÇÃO	1	Diretor	FCE 1.15
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação	3	Coordenador	FCE 1.10
	1	Assistente	CCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.05
Serviço	1	Chefe	CCE 1.05
DEPARTAMENTO DE PARCERIAS COM O SETOR PRIVADO E SUSTENTABILIDADE	1	Diretor	FCE 1.15
Coordenação-Geral	2	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Coordenação-Geral	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	3	Coordenador	FCE 1.10
	1	Assistente	CCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.05
Serviço	1	Chefe	FCE 1.05

PORTARIA Nº 2.290, DE 14 DE JULHO DE 2022

Atualiza os valores de renda bruta familiar dos Grupos Urbanos 1, 2 e 3 - GUrb 1, 2 e 3, e dos Grupos Rurais 1, 2 e 3 - GRural 1, 2 e 3, do Programa Casa Verde e Amarela.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL , no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no artigo 29 da Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019, no artigo 1º do Anexo I do Decreto n. 11.065, de 6 de maio de 2022, na Lei n. 14.118, de 12 de janeiro de 2021, e no Decreto n. 10.600, de 14 de fevereiro de 2021, resolve:

Art. 1º Ficam atualizados os valores de renda bruta familiar do Programa Casa Verde e Amarela, na forma abaixo:

I - famílias residentes em áreas urbanas:

a) Grupo Urbano 1 - GUrb 1 - renda bruta familiar mensal até R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais);

b) Grupo Urbano 2 - GUrb 2 - renda bruta familiar mensal de R$ 2.400,01 (dois mil e quatrocentos reais e um centavo) até R$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais); e

c) Grupo Urbano 3 - GUrb 3 - renda bruta familiar mensal de R$ 4.400,01 (quatro mil e quatrocentos reais e um centavo) até R$ 8.000,00 (oito mil reais).

II - famílias residentes em áreas rurais:

a) Grupo Rural 1 - GRural 1 - renda bruta familiar anual até R$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais);

b) Grupo Rural 2 - GRural 2 - renda bruta familiar anual de R$ 29.000,01 (vinte e nove mil reais e um centavo) até R$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais); e

c) Grupo Rural 3 - GRural 3 - renda bruta familiar anual de R$ 52.800,01 (cinquenta e dois mil reais e oitocentos e um centavo) até R$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais).

Art. 2º Fica revogada a Portaria MDR n. 1.189, de 14 de abril de 2022.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 20 de julho de 2022.

DANIEL DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 2.251, DE 12 DE JULHO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Renovar o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria n. 60, de 07 de janeiro de 2022, constante no processo administrativo nº 59052.008515/2021-28, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Vitória da Conquista - BA, para ações de Defesa Civil até 07/08/2022.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.252, DE 12 DE JULHO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria n. 443, de 18 de fevereiro de 2022, constante no processo administrativo nº 59052.008823/2022-34, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Ronda Alta - RS, para ações de Defesa Civil até 20/09/2022.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.253, DE 12 DE JULHO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria n. 606, de 03 de março de 2022, constante no processo administrativo nº 59052.008979/2022-15, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Salvador das Missões - RS, para ações de Defesa Civil até 30/09/2022.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.265, DE 13 DE JULHO DE 2022

Altera o artigo 2° da Portaria n. 2226, de 08 de julho de 2022, que autorizou a transferência de recursos ao Município de São Gonçalo do Abaeté - MG, para ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° O art. 2° da Portaria n. 2226, de 08 de julho de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Notas de Empenho n. 2022NE000411 e n. 2022NE000986, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012."

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.267, DE 13 DE JULHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Macaíba - RN, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Macaíba - RN, no valor de R$ 283.600,00 (duzentos e oitenta e três mil e seiscentos reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.010838/2022-62.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.269, DE 13 DE JULHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Touros - RN, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Touros - RN, no valor de R$ 439.795,00 (quatrocentos e trinta e nove mil setecentos e noventa e cinco reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.010823/2022-02.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.270, DE 13 DE JULHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Parnamirim - RN, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Parnamirim - RN, no valor de R$ 1.322.191,00 (um milhão, trezentos e vinte e dois mil cento e noventa e um reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.010820/2022-61.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.271, DE 13 DE JULHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Santa Luzia do Norte - AL, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Santa Luzia do Norte - AL, no valor de R$ 232.119,00 (duzentos e trinta e dois mil cento e dezenove reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.010757/2022-62.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.272, DE 13 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.048, de 28 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 01 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
AL	Colônia Leopoldina	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	06	02/07/2022	59051.016708/2022-43
AL	Maragogi	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	024	02/07/2022	59051.016799/2022-17
AL	Rio Largo	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	029	02/07/2022	59051.016718/2022-89
AM	São Paulo de Olivença	Inundações - 1.2.1.0.0	089	27/05/2022	59051.016502/2022-13
AM	Tonantins	Inundações - 1.2.1.0.0	053	10/05/2022	59051.016437/2022-26
BA	Caraíbas	Estiagem - 1.4.1.1.0	22	31/05/2022	59051.016196/2022-15
PE	Brejão	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	024	02/07/2022	59051.016660/2022-73
PA	Porto de Moz	Inundações - 1.2.1.0.0	034	22/06/2022	59051.016676/2022-86
PE	Maraial	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	16	02/07/2022	59051.016714/2022-09
PE	Saloá	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	026	04/07/2022	59051.016715/2022-45
PE	São Benedito do Sul	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	022	04/07/2022	59051.016711/2022-67
RN	Pedro Velho	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	160	11/07/2022	59051.016797/2022-28
RN	Santa Cruz	Estiagem - 1.4.1.1.0	1.986	23/06/2022	59051.016779/2022-46
RN	São Pedro	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	020	04/07/2022	59051.016713/2022-56
RN	Tibau do Sul	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	31.671	08/07/2022	59051.016796/2022-83
SC	Alfredo Wagner	Enxurradas - 1.2.2.0.0	4790	05/05/2022	59051.016539/2022-41

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.273, DE 13 DE JULHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Murici - AL, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Murici - AL, no valor de R$ 272.396,80 (duzentos e setenta e dois mil trezentos e noventa e seis reais e oitenta centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.010720/2022-34.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.274, DE 13 DE JULHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de São José da Laje - AL, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de São José da Laje - AL, no valor de R$ 1.496.200,00 (um milhão, quatrocentos e noventa e seis mil e duzentos reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.010738/2022-36.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.275, DE 13 DE JULHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Limoeiro de Anadia - AL, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Limoeiro de Anadia - AL, no valor de R$ 117.355,40 (cento e dezessete mil trezentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.010719/2022-18.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.277, DE 14 DE JULHO DE 2022

Autoriza a transferência de recursos ao Município de São Pedro dos Ferros - MG, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de São Pedro dos Ferros - MG, no valor de R$ 297.195,78 (duzentos e noventa e sete mil cento e noventa e cinco reais e setenta e oito centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.006372/2022-91.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2022NE000754, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.278, DE 14 DE JULHO DE 2022

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Rio do Prado - MG, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Rio do Prado - MG, no valor de R$ 154.277,04 (cento e cinquenta e quatro mil duzentos e setenta e sete reais e quatro centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.005971/2022-97.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2022NE000027, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.280, DE 14 DE JULHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Satuba - AL, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Satuba - AL, no valor de R$ 334.024,00 (trezentos e trinta e quatro mil vinte e quatro reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.010701/2022-16.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.281, DE 14 DE JULHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Manaquiri - AM, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Manaquiri - AM, no valor de R$ 1.343.200,00 (um milhão, trezentos e quarenta e três mil e duzentos reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.010619/2022-83.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.283, DE 14 DE JULHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Porto de Moz - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Porto de Moz - PA, no valor de R$ 136.550,00 (cento e trinta e seis mil quinhentos e cinquenta reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.010541/2022-05.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.284, DE 14 DE JULHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Patos de Minas - MG, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Patos de Minas - MG, no valor de R$ 67.838,20 (sessenta e sete mil oitocentos e trinta e oito reais e vinte centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.009864/2022-48.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.285, DE 14 DE JULHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Patos de Minas - MG, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Patos de Minas - MG, no valor de R$ 184.242,80 (cento e oitenta e quatro mil duzentos e quarenta e dois reais e oitenta centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.009542/2022-07.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

RESOLUÇÃO SUDECO Nº 104, DE 13 DE JULHO DE 2022

Aprova a participação do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO no projeto de titularidade da empresa Rumo S.A., CNPJ nº 02.387.241/0001-60, que tem como objetivo integrar o médio norte do Estado do Mato Grosso com a Malha Norte ao maior mercado consumidor do país. O valor a ser financiado pelo FDCO engloba a execução do trajeto que vai de Rondonópolis (MT) até Santa Elvira (MT). De acordo com o cronograma de implantação este trajeto compreende um percurso de execução de 87,4 km e 4 (quatro) pátios, a serem implantados nos anos de 2022 e 2023.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - SUDECO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 13 do Anexo I ao Decreto n.º 11.057, de 29 de abril de 2022, torna público que, em sessão da 102ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de julho de 2022, a Diretoria Colegiada desta Superintendência, resolveu:

Art. 1º - Aprovar, observado o disposto no caput, nos §§ 1° e 4º do art. 10 do Anexo à Resolução Condel/Sudeco n.º 114, de 09 de novembro de 2021, que aprova o Regulamento que dispõe sobre a participação do FDCO nos projetos de investimento, o projeto da empresa Rumo S.A., que tem como objetivo integrar o médio norte do Estado do Mato Grosso com a Malha Norte ao maior mercado consumidor do país. O valor a ser financiado pelo FDCO engloba a execução do trajeto que vai de Rondonópolis (MT) até Santa Elvira (MT). De acordo com o cronograma de implantação este trajeto compreende um percurso de execução de 87,4 km, mais 4 (quatro) pátios, a serem implantados nos anos de 2022 e 2023, com a participação de recursos do FDCO no valor de R$ 467.265.369,00 (quatrocentos e sessenta e sete milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, trezentos e sessenta e nove reais), sendo que o investimento total do empreendimento está estimado em R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

Art. 2º - Esclarecer que o referido projeto integra-se aos objetivos de promoção do desenvolvimento e integração da área de atuação da SUDECO, e enquadra-se nas diretrizes, orientações gerais e prioridades espaciais e setoriais para a aplicação dos recursos do FDCO.

Art. 3º - Informar que o Fundo, nesta data, demonstra capacidade de aportar os recursos de acordo com o cronograma físico-financeiro referente ao projeto ora aprovado, conforme Atestado de Disponibilidade Financeira - ADF, requerido pelo caput do art. 10 do Anexo à Resolução Condel/Sudeco n.º 114/2021.

Art. 4º - Ressaltar que o Agente Operador aprovou sua participação no financiamento do projeto apresentado pela empresa Rumo S.A.

Art. 5º - Condicionar a participação do FDCO no Financiamento do Empreendimento à:

a) Regularidade Fiscal/Tributária e Cadin: o Agente Operador deverá comprovar a situação de normalidade da proponente, acionistas, dirigentes e das demais empresas integrantes do grupo econômico antes da celebração do contrato com a empresa titular do projeto.

Art. 6º - Comunicar que a empresa beneficiária deverá apresentar ao agente operador as informações e os documentos necessários ao atendimento das condicionantes à celebração do contrato, no prazo estabelecido pelo art. 11 do Anexo à Resolução Condel/Sudeco n.º 114/2021.

Art. 7º - Determinar, observado o disposto no § 4º do art. 10 do Anexo à Resolução Condel/Sudeco n.º 114/2021, a publicação desta Resolução no Diário Oficial da União e a sua disponibilização em meio eletrônico de amplo acesso, para consulta pública.

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON VIEIRA FRAGA FILHO

RESOLUÇÃO SUDECO Nº 105, DE 13 DE JULHO DE 2022

Aprova a participação do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO no projeto de titularidade da empresa Rio do Cedro Energia S.A., CNPJ nº 09.305.462/0001-91, que tem como objetivo a implantação da Pequena Central Hidrelétrica - PCH, com capacidade instalada de 24 MW, bem como a implantação das instalações de transmissão necessárias à interligação aos sistemas elétricos da ENERGISA Mato Grosso no município de Lucas do Rio Verde - MT, pelo seccionamento da Linha de distribuição de Alta tensão (LDAT) 138 kV que interliga a subestação Lucas do Rio Verde à subestação Tapurah.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - SUDECO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 13 do Anexo I ao Decreto n.º 11.057, de 29 de abril de 2022, torna público que, em sessão da 102ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de junho de 2022, a Diretoria Colegiada desta Superintendência, resolveu:

Art. 1º - Aprovar, observado o disposto no caput, nos §§ 1° e 4º do art. 10 do Anexo à Resolução Condel/Sudeco n.º 114, de 09 de novembro de 2021, que aprova o Regulamento que dispõe sobre a participação do FDCO nos projetos de investimento, o projeto da empresa Rio do Cedro Energia S.A., que tem como objetivo a implantação da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Foz do Cedro na qualidade de Produtor Independente de Energia Elétrica - PIE, com capacidade instalada de 24 MW, bem como a implantação das instalações de transmissão de interesse restrito, necessárias à interligação aos sistemas elétricos da ENERGISA Mato Grosso no município de Lucas do Rio Verde - MT, pelo seccionamento da Linha de distribuição de Alta tensão (LDAT) 138 kV que interliga a subestação Lucas do Rio Verde à subestação Tapurah, com a participação de recursos do FDCO no valor de R$ 64.046.000,00 (Sessenta e quatro milhões, quarenta e seis mil reais), sendo que o investimento total do empreendimento está estimado em R$ 198.877.000,00 (Cento e noventa e oito milhões, oitocentos e setenta e sete mil reais).

Art. 2º - Esclarecer que o referido projeto integra-se aos objetivos de promoção do desenvolvimento includente e sustentável da área de atuação da SUDECO, e enquadra-se nas diretrizes, orientações gerais e prioridades espaciais e setoriais para a aplicação dos recursos do FDCO.

Art. 3º - Informar que o Fundo, nesta data, demonstra capacidade de aportar os recursos de acordo com o cronograma físico-financeiro referente ao projeto ora aprovado, conforme Atestado de Disponibilidade Financeira - ADF, requerido pelo caput do art. 10 do Anexo à Resolução Condel/Sudeco n.º 114/2021.

Art. 4º - Ressaltar que o Agente Operador aprovou sua participação no financiamento do projeto apresentado pela empresa Rio do Cedro Energia S.A.

Art. 5º - Condicionar a participação do FDCO no Financiamento do Empreendimento à:

a) Regularidade Fiscal/Tributária e Cadin: o Agente Operador deverá comprovar a situação de normalidade da proponente, acionistas, dirigentes e das demais empresas integrantes do grupo econômico antes da celebração do contrato com a empresa titular do projeto.

Art. 6º - Comunicar que a empresa beneficiária deverá apresentar ao agente operador as informações e os documentos necessários ao atendimento das condicionantes à celebração do contrato, no prazo estabelecido pelo art. 11 do Anexo à Resolução Condel/Sudeco n.º 114/2021.

Art. 7º - Determinar, observado o disposto no § 4º do art. 10 do Anexo à Resolução Condel/Sudeco n.º 114/2021, a publicação desta Resolução no Diário Oficial da União e a sua disponibilização em meio eletrônico de amplo acesso, para consulta pública.

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON VIEIRA FRAGA FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

PORTARIA Nº 158, DE 14 DE JULHO DE 2022

Institui a Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - ETIR.Sudene.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 11, § 1º, da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, e no art. 16, inciso IV, do Anexo I ao Decreto nº 11.056, de 29 de abril de 2022, e, ainda,

Considerando a Resolução DC/Sudene nº 686, de 27 de janeiro de 2022, que Institui o Comitê de Governança Digital e o Comitê Gestor de Segurança da Informação no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste;

Considerando as atribuições previstas no Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018;

Considerando a Instrução Normativa nº 01 do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, de 13 de junho de 2008, que disciplina a gestão de segurança da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública Federal;

Considerando a Norma Complementar nº 05 à Instrução Normativa nº 01 do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, de 04 agosto de 2009, que disciplina a criação de Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais -ETIR nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta - APF;

Considerando a Norma Complementar nº 08 à Instrução Normativa Nº 01 do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, de 19 agosto de 2010, que disciplina o gerenciamento de Incidentes de Segurança em Redes de Computadores realizado pelas Equipes de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança em Redes Computacionais - ETIR dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta - APF, e

Considerando as atribuições previstas no Decreto 10.748, de 16 de julho de 2021. resolve:

Art. 1º Constituir a Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - ETIR.Sudene.

Art. 2º A ETIR.Sudene tem como missão coordenar e realizar a prevenção, o tratamento e a resposta a incidentes cibernéticos e de segurança no âmbito da Rede Computacional da Sudene, visando assegurar a continuidade dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para o alcance dos objetivos institucionais.

Parágrafo único. Por Rede Computacional da Sudene, entende-se a rede de dados, voz e imagem gerenciada pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI da Diretoria de Administração - DAD da Sudene.

Art. 3º A ETIR.Sudene é a equipe responsável pela Gestão de Incidentes Cibernéticos no âmbito da Rede Computacional da Sudene, gerenciada pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI da Diretoria de Administração - DAD da Sudene atendendo aos órgãos que utilizam seus produtos e serviços.

Art. 4º A ETIR.Sudene manterá relacionamento com as Equipes de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos da Administração Pública Federal, com o Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo - CTIR Gov, e com o Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil - CERT.br.

Art. 5º A ETIR.Sudene obedecerá ao Modelo 1 da Norma Complementar nº 05/IN01/DSIC/GSIPR - que utiliza a própria equipe de Tecnologia da Informação - TI do órgão, não havendo um grupo dedicado exclusivamente às funções de tratamento e resposta a incidentes cibernéticos.

Art. 6º A ETIR.Sudene está subordinada ao Comitê Gestor de Segurança da Informação - CGSI da Sudene.

Art. 7º A ETIR.Sudene será composta por:
I - Chefe do Serviço de Segurança da Informação e Comunicações;
II - Gestor de Segurança da Informação da Sudene;
III - Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação; e
IV - opcionalmente, por outros membros designados por portaria do Superintendente da Sudene.
§ 1º Os membros da ETIR.Sudene de que tratam os incisos I, II e III do caput serão substituídos, em seus afastamentos, impedimentos legais e regulamentares e na vacância do cargo, pelo correspondente substituto legal do cargo.
§ 2º Os membros da ETIR.Sudene de que trata o inciso IV do caput, e seus respectivos suplentes, serão designados por portaria do Superintendente da Sudene.
§ 3º Os membros da ETIR.Sudene de que trata o inciso IV do caput serão substituídos, em seus afastamentos, impedimentos legais e regulamentares ou exoneração do cargo que ocupa, pelos respectivos suplentes designados.
Art. 8º O Agente Responsável pela ETIR.Sudene é o servidor designado Chefe do Serviço de Segurança da Informação e Comunicações - SSI da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI, que responderá pela gestão das atividades da equipe, incluindo o relacionamento com entidades afins, principalmente o CTIR Gov e o CERT.br.
Art. 9º A ETIR.Sudene atuará com autonomia completa.
Art. 10º Os serviços de gestão de incidentes de segurança em rede nos termos desta Portaria compreendem:
I - análise de suspeitas de incidentes cibernéticos;
II - tratamento de incidentes cibernéticos e vulnerabilidades;
III - emissão de alertas e advertências;
IV - disseminação de experiências e informações relacionadas à segurança;
V - prospecção e monitoramento de novas tecnologias;
VI - detecção de intrusão em redes de computadores; e
VII - proposição de normativos ou novos requisitos de infraestrutura ou procedimentos internos relacionados à segurança da informação e prevenção a incidentes cibernéticos.
Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

General CARLOS CESAR ARAÚJO LIMA

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 14 DE JULHO DE 2022

Processo nº 12100.103448/2021-78.
Interessado: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU-SP.
Assunto: Minuta de contrato da primeira novação de dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU-SP, no valor líquido de R$ 193.268.445,81 (cento e noventa e três milhões, duzentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e um centavos), posição em 1º de maio de 2020, o qual será, ao final do procedimento, convertido em títulos que serão utilizados, em parte, na amortização da dívida que a CDHU-SP possui junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e o restante registrado em favor da própria credora.
Considerando que compete à Caixa Econômica Federal manifestar-se quanto à titularidade, ao montante, à liquidez e à certeza da dívida junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, e tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, atestando, dentre outros atributos, a vantajosidade da novação, e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, afirmando o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis à matéria, reconheço a oportunidade e conveniência da novação e AUTORIZO a contratação, nos termos e nos limites do disposto no § 2º do art. 3º-A da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, observadas as demais normas e formalidades legais e regulamentares pertinentes.

PAULO GUEDES
Ministro

PORTARIA ME Nº 6.225, DE 14 DE JULHO DE 2022

Fixa valores para a concessão de suprimento de fundos para atendimento de despesas de pronto pagamento referentes aos trabalhos do Censo Demográfico 2022.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no inciso I do art. 45 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e no § 3º do art. 1º da Portaria nº 95, de 19 de abril de 2002, do extinto Ministério da Fazenda, resolve:
Art. 1º Fica autorizado o Presidente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE a liberar aumento do limite por nota fiscal nas despesas do suprimento de fundos, no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), para atendimento de despesas de pronto pagamento referentes aos trabalhos do Censo Demográfico 2022, sem prejuízo dos procedimentos previstos na legislação específica para aplicação e prestação de contas de suprimento de fundos.
Art. 2º Os portadores do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, no IBGE, poderão permanecer de posse do saldo do saque até o valor de R$ 300,00 (trezentos reais), por até cinco dias úteis, contado da data do saque, sem a necessidade de justificativa, observado o disposto no inciso II do § 6º do art. 45 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.
Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 147, de 31 de março de 2010, do extinto Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 1º de agosto de 2022.
Parágrafo único. As autorizações de que trata esta Portaria têm vigência até 31 de dezembro de 2022.

PAULO GUEDES

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

EXTRATO DE ATA Nº 1.189ª DA SESSÃO CMN, EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2022

Às quinze horas do dia dez de maio de dois mil e vinte e dois, por meio eletrônico, teve início a milésima centésima octogésima nona sessão, extraordinária, do Conselho Monetário Nacional, sob a presidência do Ministro da Economia, Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, e com a participação dos Srs. Otávio Ribeiro Damaso, Presidente do Banco Central do Brasil, substituto, e Esteves Pedro Colnago Júnior, Secretário Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia.
Assunto apreciado:
Voto 50/2022-CMN - Eleva para até dois anos o prazo de reembolso do crédito rural de custeio destinado à atividade de suinocultura não explorada sob regime de integração. Decisão: aprovado.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

PAUTA DA 301ª SESSÃO DE JULGAMENTO

A ser realizada nas datas a seguir mencionadas, nos termos art. 24-C, inc, II, da Portaria nº 212, de 13 de maio de 2020, na modalidade de videoconferência.
EM 27 DE JULHO DE 2022, ÀS 09H30MIN E EM 28 DE JULHO DE 2022, ÀS 09H30MIN, CASO OS TRABALHOS NÃO SEJAM FINALIZADOS NO PRIMEIRO DIA.
Relator: Irapuã Gonçalves de Lima Beltrão
001) 15414.627025/2017-17 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia
Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Sabemi Seguradora S.A. (87.163.234/0001-38) (Recorrente) e João Marcelo Máximo Ricardo dos Santos (OAB/SP 260.454) (Advogado).
002) 15414.605054/2017-28 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação
Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S.A. (15.517.074/0001-77) (Recorrente).
003) 15414.002714/2012-18 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia
Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Bradesco Vida e Previdência S/A (61.074.175/0001-38) (Recorrente), Jair de Almeida Lacerda Junior (Recorrente) e Anna Gabrielle Garcia Veloso (OAB/RJ 185.071) (Advogada).
004) 15414.626587/2019-13 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação
Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), American Life Companhia de Seguros S.A. (67.865.360/0001-27) (Recorrente) e Marco Antonio de Almeida Lima (OAB/RJ 209.969) (Advogado).
005) 15414.618931/2018-10 - Apensos 15414.618930/2018-67 e 15414.618934/2018-45 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação
Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT (34.028.316/0001-03) (Recorrente) e Raphael Ribeiro Bertoni (OAB/SP 259.898) (Advogado).
Relator: Neival Rodrigues Freitas
006) 15414.616485/2017-10 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação
Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Icatu Seguros S.A (42.283.770/0001-39) (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).
007) 15414.601377/2021-29 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação
Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Bradesco Vida e Previdência S/A (61.074.175/0001-38) (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).
008) 15414.606676/2016-92 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação
Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Rio Grande Seguros e Previdência S.A (01.582.075/0001-90) (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).
009) 15414.630612/2019-55 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação
Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), IRB Brasil Resseguros S.A. (33.376.989/0001-91) (Recorrente) e Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha (OAB/RJ 24.628) (Advogada).
010) 15414.620315/2018-11 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Auto de Infração
Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), AIG Seguros Brasil S.A. (33.040.981/0001-50) (Recorrente), Marcelo Farat Milani (Recorrente) e Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha (OAB/RJ 24.628) (Advogada).
Relatora: Vivien Lys Porto Ferreira da Silva
011) 15414.626921/2019-21 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação
Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Seguros Sura S.A (Antiga Royal & Sunalliance Seguros Brasil S.A) (33.065.699/0001-27) (Recorrente) e Daniela de Matos Silva Rodrigues (OAB/RJ 97.678) (Advogada).
012) 15414.616530/2017-36 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação
Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Caixa Seguradora S/A (34.020.354/0001-10) (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).
013) 15414.606694/2017-55 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia
Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Bradesco Vida e Previdência S.A. (51.990.695/0001-37) (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).
014) 15414.628181/2017-03 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia
Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Mapfre Seguros Gerais S.A (61.074.175/0001-38) (Recorrente) e Daniela de Matos Silva Rodrigues (OAB/RJ 97.678) (Advogada).
015) 15414.633084/2017-24 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação
Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (01.704.513/0001-46) (Recorrente) e Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha (OAB/RJ 24.628) (Advogada).
016) 15414.618939/2017-97 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação
Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Brasilprev Seguros e Previdência S.A. (27.665.207/0001-31) (Recorrente) e Daniela de Matos Silva Rodrigues (OAB/RJ 97.678) (Advogada).
Relator: José Antônio Maia Piñeiro
017) 15414.618712/2020-47 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia
Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Bradesco Vida e Previdência S.A. (51.990.695/0001-37) (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).
018) 15414.615019/2020-12 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia
Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Capemisa Seguro de Vida e Previdência S.A. (08.602.745/0001-32) (Recorrente) e Terezinha Delesporte dos Santos Tunala (OAB/RJ 156.850) (Advogado).
019) 15414.605303/2019-47 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia
Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Caixa Seguradora S/A (34.020.354/0001-10) (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).
020) 15414.631491/2018-88 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia
Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL (92.751.213/0001-73) (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).
021) 15414.618094/2019-00 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação
Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Aplub Capitalização S.A. (Em Intervenção Judicial - Interventor Substituto: Maristela Iparraguirre de Oliveira Bravo - Por. Susep nº 7.088, de 23.03.2018) (88.076.302/0001-94) (Recorrente) e Leonardo Bica de Freitas Rezende (OAB/RS 47.165) (Advogado).
Relatora: Carmen Diva Beltrão Monteiro
022) 15414.609997/2016-49 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação
Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Mapfre Seguros Gerais S.A. (Antiga Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A.) (61.074.175/0001-38) (Recorrente) e Daniela de Matos Silva Rodrigues (OAB/RJ 97.678) (Advogada).
023) 15414.628218/2019-57 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia
Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Comprev Vida e Previdência S.A (atual denominação de União Previdenciária Cometa do Brasil S.A) (33.634.999/0001-80) (Recorrente) e Rodrigo José de Kuhl e Carvalho (OAB/RJ 74.645) (Advogado).
024) 15414.629556/2017-44 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação
Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), LLOYD'S Escritório de Representação no Brasil Ltda (09.441.438/0001-80) (Recorrente) e Livia Lapoente Peixoto (OAB/RJ 167.876) (Advogada).
025) 15414.632048/2017-43 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação
Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Osvaldo do Nascimento (Recorrente) e Allan Barreto Chammas Sanclear da Silva (OAB/RJ 184.343) (Advogado).
026) 15414.630015/2018-40 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido) e ARC Previdência Privada (33.642.497/0001-09) (Recorrente).

Relatora: Simone Pereira Negrão

027) 15414.613765/2020-71 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Zurich Insurance Public Limited Company (05.617.056/0001-03) (Recorrente) e Eduardo Augusto Seiscentos (OAB/SP 269.862) (Advogado).

028) 15414.601233/2018-77 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido) e Comercial de Frutas Lima Fortes (04.906.246/0001-88) (Recorrente).

029) 15414.601763/2020-30 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Bradesco Vida e Previdência S.A. (51.990.695/0001-37) (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

030) 15414.608917/2020-14 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), DNS - Auditoria e Consultoria EPP (35.811.702/0001-30) (Recorrente), Delson Nei Santana (Recorrente) e Luiz Eduardo Fidalgo (OAB/RJ 64.806) (Advogado).

031) 15414.604513/2019-18 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Bradesco Vida e Previdência S/A (51.990.695/0001-37) (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

032) 15414.617917/2020-13 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros (92.682.038/0001-00) (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

Relator: José Carlos Gomes Mota

033) 15414.617545/2020-17 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Mapfre Seguros Gerais S.A. (Antiga Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A.) (61.074.175/0001-38) (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

034) 15414.603534/2020-50 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Icatú Capitalização S/A (74.267.170/0001-73) (Recorrente), Márcio Santiago Câmara (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

035) 15414.614852/2020-46 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Associação Assistencial Família Bandeirante (Atual denominação da Família Bandeirante Previdência Privada) (62.874.219/0001-77) (Recorrente) e Terezinha Delesporte dos Santos Tunala (OAB/RJ 156.850) (Advogada).

036) 15414.602304/2020-73 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Chubb Seguros Brasil S.A (03.502.099/0001-18) (Recorrente), Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha (OAB/RJ 24.628) (Advogada) e Euds Pereira Furtado (OAB/RJ 31.844) (Advogado).

037) 15414.601401/2018-24 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), APV Mútua - Associação de Proteção de Veículos Automotores por Mutualismo (09.496.635/0001-04) (Recorrente) e Rodrigo Dumont de Miranda (OAB/MG 106.639) (Advogado).

Relator: Ricardo da Silva Santana

038) 15414.600698/2017-20 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Brasilveículos Companhia de Seguros (Incorporada pela Mapfre Seguros Gerais S.A.) (01.356.570/0001-81) (Recorrente) e Daniela de Matos Silva Rodrigues (OAB/RJ 97.678) (Advogada).

039) 15414.611406/2017-84 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Mapfre Vida S/A(Antiga Mapfre Vera Cruz Vida e Previdência S/A) (64.484.753/0001-49) (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

040) 15414.617256/2020-18 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (01.704.513/0001-46) (Recorrente) e Terezinha Delesporte dos Santos Tunala (OAB/RJ 156.850) (Advogada)

041) 15414.620662/2017-62 - Embargos de Declaração

Partes: Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização (Embargado), Sérgio Ricardo Miranda Nazaré (Embargante), Daniela de Matos Silva Rodrigues (OAB/RJ 97.678) (Advogada) e Rodolfo dos Santos Braun (OAB/SP 345.153) (Advogado).

042) 15414.618361/2017-79 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Generali Brasil Seguros S/A (33.072.307/0001-57) (Recorrente) e Renato Barcellos Santos (OAB/RJ 113.695) (Advogado).

Relator: Thompson da Gama Moret Santos

043) 15414.607704/2017-70 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. (09.248.608/0001-04) (Recorrente) e Jamille Braga Marques (OAB/RJ 210.059) (Advogado).

044) 15414.615381/2019-50 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Austral Resseguradora S.A. (11.536.561/0001-26) (Recorrente) e João Marcelo Máximo Ricardo dos Santos (OAB/SP 260.454) (Advogado).

045) 15414.626927/2019-06 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Pecúlio União Previdência Privada (29.961.505/0001-02) (Recorrente) e Ana Paula Bonilha de Toledo Costa (OAB/SP 314.189) (Advogada).

046) 15414.601286/2016-26 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S/A (87.376.109/0001-06) (Recorrente) e Euds Pereira Furtado (OAB/RJ 31.844) (Advogado).

047) 15414.601873/2018-87 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Banco Cetelem S/A (00.558.456/0001-71) (Recorrente) e Bárbara Bassani de Souza (OAB/SP 292.160) (Advogada).

048) 15414.608920/2020-38 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), AON Brasil Corretora de Resseguros Ltda (02.757.429/0001-53) (Recorrente) e João Marcelo Máximo Ricardo dos Santos (OAB/SP 260.454) (Advogado).

049) 15414.609048/2020-45 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Icatu Seguros S.A (42.283.770/0001-39) (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

Relator: Daniel Barreto Curi

050) 15414.628735/2017-64 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. (09.248.608/0001-04) (Recorrente) e Leila Márcia Nogueira da Costa Caires (OAB/RJ 125.974) (Advogada).

051) 15414.612582/2016-52 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. (09.248.608/0001-04) (Recorrente) e Paloma Gomes Mendes (OAB/RJ 142.873) (Advogada).

052) 15414.604214/2019-83 - Apensos 15414.612581/2016-16, 15414.612583/2016-05, 15414.612580/2016-63, 15414.601167/2017-54, 15414.601169/2017-43, 15414.635068/2017-76, 15414.601173/2017-10, 15414.605169/2019-84 e 15414.604491/2019-96 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. (09.248.608/0001-04) (Recorrente) e Euds Pereira Furtado (OAB/RJ 31.844) (Advogado).

053) 15414.617599/2017-87 - Apenso 15414.635064/2017-98 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S/A (09.248.608/0001-04) (Recorrente) e Paloma Gomes Mendes (OAB/RJ 142.873) (Advogada).

054) 15414.602024/2016-89 - Apensos 15414.612585/2016-96 e 15.414.600169/2018-15 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. (09.248.608/0001-04) (Recorrente), Leila Marcia Nogueira da Costa Caires (OAB/RJ 125.974) (Advogada).

055) 15414.635078/2017-10 - Apensos 15414.603868/2019-90, 15414.600948/2018-11, 15414.635148/2017-21, 15414.601172/2017-67, 15414.600388/2018-96, 15414.6604488/2019-72, 15414.600051/2018-89 e 15414.604820/2019-07 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. (09.248.608/0001-04) (Recorrente) e Paloma Gomes Mendes (OAB/RJ 142.873) (Advogada).

056) 15414.605115/2019-19 - Apensos 15414.600226/2018-58, 15414.600947/2018-68 e 15414.606015/2019-18 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. (09.248.608/0001-04) (Recorrente) e Paloma Gomes Mendes (OAB/RJ 142.873) (Advogada).

057) 15414.635206/2017-17 - Apensos 15414.600950/2018-81 e 15414.635146/2017-32 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. (09.248.608/0001-04) (Recorrente) e Paloma Gomes Mendes (OAB/RJ 142.873) (Advogada).

058) 15414.612578/2016-94 - Apensos 15414.601666/2018-22, 15414.601166/2017-18, 15414.635147/2017-87, 15414.634976/2017-42, 15414.605811/2019-25, 15414.601168/2017-07, 15414.601174/2017-56, 15414.602038/2016-01, 15414.602051/2016-51, 15414.602111/2016-36, 15414.600159/2018-71, 15414.602052/2016-04, 15414.603167/2019-51, 15414.635223/2017-54, 15414.605855/2019-55, 15414.628740/2017-77, 15414.601016/2018-87, 15414.600061/2018-14, 15414.606203/2019-38, 15414.600952/2018-71, 15414.601663/2018-99, 15414.601170/2017-78, 15414.602081/2016-68, 15414.612584/2016-41, 15414.602017/2016-87, 15414.602036/2016-11 e 15414.602107/2016-78 CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. (09.248.608/0001-04) (Recorrente) e Euds Pereira Furtado (OAB/RJ 31.844) (Advogada).

059) 15414.608136/2019-96 - Apenso 15414.600054/2018-12 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. (09.248.608/0001-04) (Recorrente) e Paloma Gomes Mendes (OAB/RJ 142.873) (Advogada).

060) 15414.628749/2017-88 - Apensos 15414.628512/201-05, 15414.628496/2017-42, 15414.628521/2017-98, 15414.628701/2017-70, 15414.628705/2017-58, 15414.628753/2017-46 e 15414.628814/2017-75 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. (09.248.608/0001-04) (Recorrente) e Paloma Gomes Mendes (OAB/RJ 142.873) (Advogada).

061) 15414.601531/2017-86 - Apensos 15414.606199/2016-65, 15414.606600/2016-67, 15414.606769/2016-17, 15414.606800/2016-10, 15414.611041/2016-15, 15414.612173/2016-56, 15414.613134/2016-76, 15414.600554/2017-73, 15414.602553/2017-63, 15414.606176/2017-31, 15414.628505/2017-03, 15414.628506/2017-40, 15414.628514/2017-96, 15414.6285182017-03, 15414.628710/2017-61, 15414.628761/2017-92, 15414.628806/2017-29, 15414.601053/2017-12, 15414.629613/2017-95, 15414.634904/2017-03, 15414.604700/2018-11 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. (09.248.608/0001-04) (Recorrente) e Paloma Gomes Mendes (OAB/RJ 142.873) (Advogado).

062) 15414.628508/2017-39 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Seguradora Lider do Consorcio do Seguro DPVAT S.A (09.248.608/0001-04) (Recorrente) e Paloma Gomes Mendes (OAB/RJ 142.873) (Advogada).

063) 15414.628159/2017-55 - Apenso 15414.628499/2017-86 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. (09.248.608/0001-04) (Recorrente) e Euds Pereira Furtado (OAB/RJ 31.844) (Advogado).

064) 15414.628714/2017-49 - Apensos 15414.610260/2017-50 e 15414.628501/2017-17 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. (09.248.608/0001-04) (Recorrente) e Paloma Gomes Mendes (OAB/RJ 142.873) (Advogada).

065) 15414.628797/2017-76 - Apensos 15414.628507/2017-94, 15414.628515/2017-31, 15414.628726/2017-73, 15414.628498/2017-31, 15414.628719/2017-71, 15414.628746/2017-44, 15414.628488/2017-04 e 15414.628511/2017-52 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. (09.248.608/0001-04) (Recorrente) e Leila Márcia Nogueira da Costa Caires (OAB/RJ 125.974) (Advogada).

066) 15414.628493/2017-17 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. (09.248.608/0001-04) (Recorrente) e Paloma Gomes Mendes (OAB/RJ 142.873) (Advogada).

Relatora: Marcia Gomes Lencastre

067) 15414.609331/2020-77 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), A.B.B.E.M. Protege Mais - Associação Baiana de Benefícios Mútuos (13.950.614/0001-86) (Recorrente), Rogério Sales Santos (Recorrente) e Renato de Assis Pinheiro (OAB/MG 108.900) (Advogado).

068) 15414.619547/2018-26 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Indiana Seguros S.A. (61.100.145/0001-59) (Recorrente) e Tatiane Andreu Bendazzolli (OAB/SP 211.967) (Advogada).

069) 15414.628140/2019-71 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Generali Brasil Seguros S.A (33.072.307/0001-57) (Recorrente) e Renato Barcellos Santos (OAB/RJ 113.695) (Advogado).

070) 15414.600558/2017-51 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Brasilseg Companhia de Seguros(Atual denominação da Companhia de Seguros Aliança do Brasil) (28.196.889/0001-43) (Recorrente) e Daniela de Matos Silva Rodrigues (OAB/RJ 97.678) (Advogada).

Processos com pedido de vista:

Relatora: Beatriz de Moura Campos Mello Almada

071) 15414.609028/2017-79 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. (02.102.498/0001-29) (Recorrente) e Ramane Pereira da Silva Passos (OAB/RJ 186.087) (Advogada).

Julgamento adiado por pedido de vista do Conselheiro José Carlos Gomes Mota, na 297ª Sessão.

Relator: Thompson da Gama Moret Santos

072) 15414.603714/2017-36 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Junto Seguros S.A. (Atual denominação da J. Malucelli Seguradora S.A.) (84.948.157/0001-33) (Recorrente) e Fábio José Passamai (OAB/PR 21.631) (Advogado).

Julgamento adiado por pedido de vista da Presidente Adriana Teixeira de Toledo, na 297ª Sessão.

Relatora: Simone Pereira Negrão

073) 15414.607996/2017-41 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Aplicap Capitalização S/A (13.122.801/0001-71) (Recorrente) e Joyce de Miranda Bechelli (OAB/RS 93.372) (Advogada).

Julgamento adiado por pedido de vista da Conselheira Marcia Gomes Lencastre, na 290ª Sessão.

a) Total de processos: 73 (setenta e três)

b) Aditamento ou retiradas de pauta: Recomenda-se consulta sistemática ao Diário Oficial da União e ao sítio eletrônico do CRSNSP, página "Pautas de Julgamento" (https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/orgaos-colegiados/conselho-de-recursos-do-sistema-nacional-de-seguros-privados-de-previdencia-aberta-e-de-capitalizacao/servicos/sessoes-de-julgamento), para verificar se foi eventualmente publicado aditamento à pauta desta sessão no prazo regimental ou se restou efetuada anotação sobre processos retirados de pauta, até o dia útil imediatamente anterior à data da sessão, os quais serão objeto de julgamento em data futura.

c) Suspensão dos trabalhos: Salientamos o disposto no § 3º do art. 19 do Regimento Interno do CRSNSP, aprovado pela Portaria MF nº 38, de 10 de fevereiro de 2016: "Nos casos em que se tornar impossível julgar todos os processos da pauta, fica facultado ao Presidente suspender a sessão e reiniciá-la no dia útil subsequente, independentemente de nova convocação e publicação".

d) ACOMPANHAMENTO DA SESSÃO E PEDIDOS DE SUSTENTAÇÃO ORAL E/OU DE PREFERÊNCIA NA ORDEM DE JULGAMENTO - Nos termos do art. 24-C, §3º, advogados habilitados e demais legitimados que desejarem realizar sustentação oral por videoconferência e os interessados em acompanhar a sessão do CRSNSP na condição exclusiva de ouvinte deverão providenciar sua inscrição pelo formulário eletrônico disponibilizado na página do CRSNSP na internet, até 48 horas antes do dia da sessão (link para sustentação oral: https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/orgaos-colegiados/conselho-de-recursos-do-sistema-nacional-de-seguros-privados-de-previdencia-aberta-e-de-capitalizacao/servicos/pedido-de-sustentacao-oral-e-de-preferencia) (link para acompanhamento da Sessão: https://www.youtube.com/mpstreaming). Na medida do possível, os pedidos de sustentação oral enviados pelo portal do CRSNSP serão considerados na ordem de julgamento.

As instruções para acesso à videoconferência serão enviadas aos solicitantes pela Secretaria Executiva do CRSNSP, por correspondência eletrônica, até 2 horas antes do horário previsto para o início da sessão.

Nos termos do art. 24-C, §7º da Portaria GME n. 212/2020, "§ 7º. Não será admitido destaque para julgamento presencial quando existirem medidas de restrição de ordem pública que impeçam a realização de sessões presenciais."

e) Envio de memoriais: Para o envio de memoriais, favor utilizar-se do formulário eletrônico disponível no sítio eletrônico do CRSNSP (https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/orgaos-colegiados/conselho-de-recursos-do-sistema-nacional-de-seguros-privados-de-previdencia-aberta-e-de-capitalizacao/servicos/envio-de-memorial).

Brasília-DF, 14 de julho de 2022.
ANDRÉ WILSON MARTINS DE LIMA
Secretário-Geral do CRSNSP

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PORTARIA PGFN Nº 6.282, DE 14 DE JULHO DE 2022

Altera a Portaria PGFN nº 25.541, de 29 de dezembro de 2020, que delega ou subdelega competências do Procurador-Geral da Fazenda Nacional relativas a atos de pessoal, diárias e passagens, atos de gestão e recebimento de mandados judiciais.

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 179 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e, tendo em vista o disposto no art. 82 do Anexo da Portaria MF nº 36, de 24 de janeiro de 2014, e na Portaria ME nº 406, de 08 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º A Portaria PGFN nº 25.541, de 29 de dezembro de 2020, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 7º .....

I - designar, nomear, empossar, dispensar e exonerar Procuradores da Fazenda Nacional para o exercício e provimento de Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE e de Cargo de Direção e Assessoramento Superior - DAS, ambos de níveis 1 a 3, integrantes da estrutura da respectiva Regional;

....." (NR)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO SORIANO DE ALENCAR

SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

SECRETARIA DE ASSUNTOS ECONÔMICOS INTERNACIONAIS

SUBSECRETARIA DE FINANCIAMENTO AO DESENVOLVIMENTO E MERCADOS INTERNACIONAIS

COORDENAÇÃO-GERAL DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS

RESOLUÇÃO Nº 29, DE 11 DE JULHO DE 2022

162ª REUNIÃO

O Presidente da COFIEX, no uso de suas atribuições conferidas pelo Parágrafo Único do art. 7º do Decreto nº 9.075, de 6 de junho de 2017 e com o amparo da Resolução Cofiex nº 1, de 21 de janeiro de 2022, resolve,

Autorizar, com as ressalvas estipuladas, a preparação do Programa, nos seguintes termos:

1. Nome: Programa de Requalificação e Resiliência Urbana em Áreas de Vulnerabilidade Socioambiental - ProMorar Recife
2. Mutuário: Município de Recife - PE
3. Garantidor: República Federativa do Brasil
4. Entidade Financiadora: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
5. Valor do Empréstimo: até USD 260.000.000,00
6. Valor da Contrapartida: no mínimo 20% do total do Programa

Ressalvas:

a) A contratação da operação de crédito externo e a concessão de garantia da União estão condicionadas à apresentação, por parte do Mutuário, de pleito ao Ministério da Economia para análise de sua capacidade de pagamento e oferecimento de contragarantia suficiente, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Economia, além de demonstração do cumprimento dos requisitos da Constituição, da Lei de Responsabilidade Fiscal, das Resoluções do Senado e demais normas aplicáveis à operação de crédito e concessão de garantia da União, visando às autorizações do Senado Federal e do Ministro da Economia; e

b) A contrapartida à operação de crédito externo deverá ser assegurada pelo Mutuário, observando o disposto na Resolução COFIEX nº 3. de 29 de maio de 2019.

CARLOS EDUARDO LAMPERT COSTA
Secretário-Executivo da COFIEX
Substituto

ROBERTO FENDT JUNIOR
Secretário Especial de Comércio Exterior
e Assuntos Internacionais

RESOLUÇÃO Nº 30, DE 12 DE JULHO DE 2022

O Presidente da COFIEX, no uso de suas atribuições conferidas pelo Parágrafo Único do art. 7º do Decreto nº 9.075, de 6 de junho de 2017, bem como pelo art. 7º, da Resolução nº 1, de 10 de fevereiro de 2021, resolve,

Autorizar, com a ressalva estipulada, a obtenção de cooperação financeira não-reembolsável, nos seguintes termos:

1. Nome: Projeto de Curso de Especialização em Neurogenética do HCPA
2. Donatário: Hospital de Clínicas de Porto Alegre - RS
3. Entidade Doadora: BIOGEN MA Inc
4. Valor da Doação: pelo equivalente a até USD 7.487,28

Ressalvas:

A obtenção da referida cooperação não implica compromisso da Comissão em aprovar projeto ou programa com financiamento externo dela resultante.

CARLOS EDUARDO LAMPERT COSTA
Secretário-Executivo da COFIEX
Substituto

ROBERTO FENDT JUNIOR
Secretário Especial de Comércio Exterior
e Assuntos Internacionais

RESOLUÇÃO Nº 31, DE 12 DE JULHO DE 2022

O Presidente da COFIEX, no uso de suas atribuições conferidas pelo Parágrafo Único do art. 7º do Decreto nº 9.075, de 6 de junho de 2017, bem como pelo art. 8º da Resolução nº 1, de 10 de fevereiro de 2021, resolve,

Alterar a Recomendação da COFIEX nº 1.279, de 11 de novembro de 2011, referente ao "PROCIDADES - Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal - ADEs" de interesse do Distrito Federal, no que diz respeito à contrapartida, onde se lê "no mínimo de US$ 21.430.000,00", alterar para "no mínimo de 20% do total do Programa", sem prejuízo dos demais termos da referida Recomendação.

CARLOS EDUARDO LAMPERT COSTA
Secretário-Executivo da COFIEX
Substituto

ROBERTO FENDT JUNIOR
Secretário Especial de Comércio Exterior
e Assuntos Internacionais

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 32, DE 17 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Art. VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994 e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no § 5º do art. 65 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e do art. 6º da Portaria SECEX nº 13, de 29 de janeiro de 2020, e tendo em vista o que consta dos Processos de Defesa Comercial SEI/ME nºs 19972.101590/2021-61 restrito e 19972.101591/2021-13 confidencial e dos Processos de Interesse Público SEI/ME nºs 19972.102433/2021-72 público e 19972.102434/2021-17 confidencial e do Parecer SEI nº 10657/2022/ME, de 13 de julho de 2022 da Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público - SDCOM desta Secretaria, referentes à revisão da medida antidumping instituída pela Resolução CAMEX nº 127, de 22 de dezembro de 2016, publicada em 23 de dezembro de 2016, aplicada às importações brasileiras de N - Butanol, comumente classificado no subitem 2905.13.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da África do Sul e da Rússia, decide:

1. Tornar públicos os prazos que servirão de parâmetro para o restante da referida revisão, iniciada pela Circular SECEX nº 85, de 22 de dezembro de 2021:

Disposição legal - Decreto nº 8.058, de 2013	Prazos	Datas previstas
art.59	Encerramento da fase probatória da revisão	1 de setembro de 2022
art. 60	Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos	21 de setembro de 2022
art. 61	Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final	20 de outubro de 2022
art. 62	Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e Encerramento da fase de instrução do processo	9 de novembro de 2022
art. 63	Expedição, pela SDCOM, do parecer de determinação final	29 de novembro de 2022

2. Prorrogar por até dois meses, a partir de 23 de outubro de 2022, o prazo para conclusão da revisão mencionada no caput, iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 85, de 22 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 23 de dezembro de 2021, nos termos dos arts. 5º e 112 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013. De acordo com o contido no § 2º do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, as medidas antidumping de que trata a Resolução CAMEX nº 127, de 22 de dezembro de 2016, permanecerão em vigor, no curso desta revisão.

3. Iniciar com base em Questionário de Interesse Público recebido, avaliação de interesse público em relação à referida medida antidumping definitiva aplicada, nos termos do art. 6º da Portaria SECEX nº 13, de 29 de janeiro de 2020, e conforme Anexo I.

LUCAS FERRAZ

ANEXO I

O processo de avaliação de interesse público referente à possibilidade de suspensão das medidas antidumping aplicadas sobre as importações brasileiras de n-butanol, comumente classificados no subitem 2905.13.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), originárias da África do Sul e Rússia, foi conduzido em conformidade com a Portaria Secex nº 13, de 29 de janeiro de 2020. Os documentos relativos ao procedimento administrativo foram acostados nos autos eletrônicos dos Processos SEI/ME 19972.102433/2021-72 (público) e 19972.102434/2021-17 (confidencial).

1. RELATÓRIO

1. O presente documento apresenta as conclusões preliminares da Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (SDCOM) advindas do processo de avaliação de interesse público referente à possibilidade de suspensão das medidas antidumping aplicadas sobre as importações brasileiras de n-butanol, comumente classificados no subitem 2905.13.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), originárias da África do Sul e Rússia.

2. Tal avaliação é feita no âmbito dos processos nº 19972.102433/2021-72 (público) e 19972.102434/2021-17 (confidencial), em curso no Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia (SEI ME), instaurados em 23 de dezembro de 2021, por meio da Circular SECEX nº 85, a qual também determinou o início da revisão de medida antidumping instituído pela Resolução CAMEX nº 127, de 22 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 23 de dezembro de 2016. Nos termos do art. 6º da Portaria SECEX nº 13/2020, a avaliação de interesse público é facultativa nos casos de revisão de final de período de dumping ou de subsídios, podendo ser iniciada por meio de Questionário de Interesse Público apresentado por parte interessada ou ex officio, a critério da SDCOM.

3. Especificamente, busca-se com a avaliação de interesse público responder a seguinte pergunta: a imposição da medida de defesa comercial impacta a oferta do produto sob análise no mercado interno (oriunda tanto de produtores nacionais quanto de importações), de modo a prejudicar significativamente a dinâmica do mercado nacional (incluindo os elos a montante, a jusante e a própria indústria), em termos de preço, quantidade, qualidade e variedade, entre outros?

4. Importante mencionar que os Decretos nº 9.679, de 2 de janeiro de 2019, e nº 9.745/2019, de 8 de abril de 2019, alteraram a estrutura regimental do Ministério da Economia, atribuindo competência à SDCOM para exercer as atividades de Secretaria do Grupo de Interesse Público (GTIP), até então exercidas pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN). Mais especificamente, o art. 96, XVIII, do Decreto nº 9.745/2019 prevê, como competência da SDCOM, propor a suspensão ou alteração de aplicação de medidas antidumping ou compensatórias em razão de interesse público.

1.1. Instrução processual

5. Em 23 de dezembro de 2021, a SDCOM enviou o Ofício circular nº 5029, convidando o Gabinete do Ministro da Economia, a Presidência da República, a Secretaria-Geral das Relações Exteriores, a Secretaria-Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, a Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, a Secretaria Especial da Receita Federal, a Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, a Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior e a Presidência da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos a participarem da avaliação de interesse público, fornecendo informações relacionadas a sua esfera de atuação.

6. Não houve manifestação desses órgãos dentro do prazo para consideração nas conclusões preliminares da Avaliação de Interesse Público.

7. A empresa BASF apresentou pedido de habilitação no processo 19972.102433/2021-72 em 17 de janeiro de 2022 e na data de 1º de fevereiro de 2022 solicitou prorrogação de prazo para apresentação de Questionário de Interesse Público. Em 2 de fevereiro de 2022 foi concedida, por meio de despacho, a prorrogação para a data de 11 de março de 2022. Em 08 de fevereiro de 2022, a Elekeiroz solicitou prorrogação de prazo para apresentação de Questionário de Interesse Público - QIP, concedida na mesma data. Os QIPs de BASF e Elekeiroz foram apresentados tempestivamente em 11 de março de 2022.

1.2. Questionários de Interesse Público

8. Foram apresentadas tempestivamente respostas aos Questionários de Interesse Público pelas empresas BASF e Elekeiroz em 11 de março de 2022.

9. A seguir, são descritos os principais argumentos trazidos nos QIPs das partes em tela. Não obstante, demais pontos das manifestações serão resumidos neste documento respeitando-se a sua distribuição temática ao longo da análise de cada critério na presente avaliação preliminar.

1.2.1. Questionário de Interesse Público da BASF S.A.

10. A BASF, indústria de transformação, forneceu, em resumo, os seguintes argumentos nos autos:

- Não existiriam substitutos para o n-butanol na produção de acrilato de butila, que serviria à fabricação de resinas acrílicas (à base de solvente) ou emulsões (à base de água) e corresponderia a percentual elevado dos custos finais de sua produção.
- O mercado de n-butanol seria caracterizado por alta concentração e presença relevante de importações.
- Inexistência de origens alternativas viáveis e vantajosas com excedente de exportação. Os preços médios de Arábia Saudita e Alemanha, além de Estados Unidos (origem gravada) seriam muito superiores aos das origens investigadas.
- Haveria risco de desabastecimento com a modificação da planta da Elekeiroz na produção de octanol, devendo-se ser analisada a capacidade produtiva do n-butanol conjuntamente com a demanda de octanol. Alega-se que se não tivesse havido redução da demanda por octanol, a utilização da capacidade produtiva de n-butanol seria quase plena. [CONFIDENCIAL].
- Haveria uma aparente ausência de investimentos da Elekeiroz em melhorias na linha de produção de n-butanol.
- Alega a falta de capacidade de Elekeiroz para garantir o abastecimento do mercado brasileiro de forma estável.

1.2.2. Questionário de Interesse Público da Elekeiroz S.A.

11. A Elekeiroz, empresa produtora nacional, forneceu, em resumo, os seguintes argumentos nos autos:

- Haveria origens alternativas de importação do n-butanol e citou origens não gravadas como Arábia Saudita, Alemanha, China, França, Singapura, Taipé Chinês e Malásia.
- Não haveria poder de mercado a ser exercido por ela dado que os preços do produto seriam definidos pelo mercado global.
- Defendeu que o mercado de n-butanol seria um mercado estratégico e que o seu consumo de propeno e gás natural favoreceria outros elos a montante na cadeia.
- Afirma que teria realizado investimentos de monta e que seria capaz de atender à demanda nacional de forma rápida e vantajosa, o que mitigaria eventuais custos e riscos para o mercado a jusante.

1.3. Histórico de investigações de defesa comercial e interesse público

1.3.1. Da investigação original - Estados Unidos (2011)

12. Em 26 de abril de 2010, a Elekeiroz protocolou petição de início de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de n-butanol, comumente classificadas no subitem 2905.13.00 da NCM, originárias dos Estados Unidos, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

13. A referida investigação foi iniciada por meio da Circular SECEX nº 28, de 13 de julho de 2010, publicada no DOU de 14 de julho de 2010, e foi encerrada por meio da Resolução CAMEX nº 76, de 05 de outubro de 2011, publicada no DOU de 06 de outubro de 2011, com a aplicação do direito antidumping definitivo. A tabela a seguir especifica os valores aplicados da medida.

Direito Antidumping aplicado por meio da Resolução CAMEX nº 76 de 2011

PRODUTOR/EXPORTADOR	DIREITO ANTIDUMPING (dólares/tonelada)	Alíquota Ad Valorem (%)
The Dow Chemical Company (TDCC)	272,12	25,9%
Basf Corporation	260,14	25,9%
Oxea Corporation	102,67	9,8%
Eastman Chemical Company	127,21	12,1%
Outros Produtores/Exportadores	272,12	25,9%

Fonte: Processo SECEX nº 19972.101590/2021-61
Elaboração: SDCOM.

14. A Resolução CAMEX nº 48, de 03 de julho de 2014 alterou a Resolução CAMEX nº 76 para que constasse alíquota específica a ser aplicada também à subsidiária da DOW Chemical, a empresa Union Carbide, nos mesmos montantes.

1.3.2. Da primeira revisão de final de período - Estados Unidos (2016/2017)

15. Por meio da Circular SECEX nº 60, de 05 de outubro de 2016, publicada no DOU de 06 de outubro de 2016, foi iniciada a revisão de final de período em relação ao direito antidumping aplicado sobre as importações brasileiras de n-butanol originárias dos Estados Unidos. Em 01 de setembro de 2017 foi publicada a Resolução CAMEX nº 71, de 31 de agosto de 2017, prorrogando o direito antidumping definitivo por até cinco anos nos montantes a seguir descritos.

Direito Antidumping aplicado por meio da Resolução CAMEX nº 71 de 2017

PRODUTOR/EXPORTADOR	Alíquota Ad Valorem (%CIF)
The Dow Chemical Company (TDCC)	28,4
Union Carbide Corporation	28,4
Basf Corporation	24,7
Oxea Corporation	9,8

Fonte: Processo SECEX nº 19972.101590/2021-61
Elaboração: SDCOM.

1.3.3. Da investigação original - África do Sul e Rússia (2015/2016)

16. Em 28 de outubro de 2015, a Elekeiroz S.A, protocolou petição de início de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de n-butanol originárias da África do Sul e da Rússia e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

17. Com base no Parecer DECOM nº 3, de 08 de janeiro de 2016, a Circular SECEX nº 2, de 08 de janeiro de 2016, publicada no DOU de 11 de janeiro de 2016 e foi encerrada por meio da Resolução CAMEX nº 127, de 22 de dezembro de 2016, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2016, com a aplicação do direito antidumping por um prazo de até 5 anos conforme a tabela a seguir:

Direito Antidumping aplicado por meio da Resolução CAMEX nº 127 de 2016

PRODUTOR/EXPORTADOR	DIREITO ANTIDUMPING (dólares/tonelada)	Alíquota Ad Valorem (%)
Sasol South Africa (Proprietary) Limited	328,23	28,1%
Demais empresas sul-africanas Corporation	782,76	67%
Empresas Russas	979,87	80,6%

Fonte: Processo SECEX nº 19972.101590/2021-61
Elaboração: SDCOM.

1.3.4. Da primeira revisão de final de período - África do Sul e Rússia (2020/2022)

18. A Circular SECEX nº 80, de 03 de dezembro de 2020 notificou que o prazo de vigência do direito antidumping terminaria no dia 23 de dezembro de 2021 e, na data de 30 de julho de 2021, a Elekeiroz protocolou petição de início de revisão de final de período para prorrogação do direito antidumping sobre n-butanol proveniente da África do Sul e Rússia. O parecer SEI nº 20568 de 22 de dezembro de 2021 recomendou o início da revisão com manutenção dos direitos antidumping.

19. Em 23 de dezembro de 2021 foi publicada a Circular nº 85, de 22 de dezembro de 2021, dando início à revisão do direito antidumping instituído pela Resolução CAMEX nº 127, de 22 de dezembro de 2016, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2016.

1.4. Histórico de avaliações de interesse público

1.4.1. Da avaliação de interesse público - Estados Unidos, África do Sul e Rússia (2016-2017)

20. Em 06 de outubro de 2016, a Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio, protocolou petição com pedido de início de avaliação de interesse público para suspensão das medidas antidumping contra os Estados Unidos e das eventuais medidas a serem aplicadas contra África do Sul e Rússia ou alternativamente, alteração de forma de aplicação de alíquota específica para alíquota ad valorem.

21. Em 07 de julho de 2017 foi publicada no DOU a Resolução CAMEX nº 48, de 5 de julho de 2017, encerrando a avaliação de interesse público sem suspensão, mas com alteração da forma de aplicação do direito antidumping de que tratam as Resoluções CAMEX nº 48 e 127. O direito antidumping passou a ser aplicado conforme descrito na tabela a seguir:

Direito Antidumping aplicado por meio da Resolução CAMEX nº 48 de 2017

País exportador	PRODUTOR/EXPORTADOR	Alíquota Ad Valorem (%CIF)
EUA	The Dow Chemical Company (TDCC)	28,4
	Union Carbide Corporation	28,4
	Basf Corporation	24,7
	Oxea Corporation	9,8
	Eastman Chemical Company	14,1
	Outros Produtores/Exportadores	28,4
África do Sul	Sasol South Africa (Proprietary) LImited	29,6
	Outros Produtores/Exportadores	67,1
Rússia	Angarsk Petrochemical JSC	80,7
	Gazprom Neftekhim Salavat JSC	80,7
	Nivinnomyssky Azot JSC	80,7
	Sibur-Khimprom CJSC	80,7
	Outros Produtores/Exportadores	80,7

22. A seguir é resumido o quadro consolidado com as investigações de defesa comercial, os direitos antidumping vigentes e igualmente os atos normativos correspondentes ao longo do tempo.

1.5. Quadro consolidado das investigações de defesa comercial

Evolução dos Direitos antidumping sobre as importações brasileiras de n-butanol

Origem	Vigência		Tipo de Medida	Alíquota específica	Ad valorem (%)	Ato normativo
EUA	2011	2016	AD	US$ 272,12/t para The Dow Chemical Company (TDCC)	25,9	Resolução CAMEX nº 76, de 5 de outubro de 2011
	2011	2016	AD	US$ 260,14/t para Basf Corporation	25,9	
	2011	2016	AD	US$ 102,67/t para Oxea Corporation	9,8	
	2011	2016	AD	US$ 127,21/t para Eastman Chemical Company	12,1	
	2011	2016	AD	US$ 272,12/t para outros produtores/exportadores	25,9	
	2014	2016	AD	US$ 272,12/t para The Dow Chemical Company (TDCC)	28,4	Resolução CAMEX no 48, de 3 de julho de 2014
	2014	2016	AD	US$ 272,12/t para Union Carbide Corporation	28,4	
	2014	2016	AD	US$ 260,14/t para Basf Corporation	24,7	
	2014	2016	AD	US$ 102,67/t para Oxea Corporation	9,8	
	2014	2016	AD	US$ 127,21/t para Eastman Chemical Company	14,1	
	2014	2016	AD	US$ 272,12/t para outros produtores/exportadores	28,4	
África do Sul	2016	2020	AD	US$ 328,23/t para Sasol South Africa (Proprietary)	29,6	Resolução CAMEX nº 127, de 22 de dezembro de 2016
	2016	2020	AD	US$ 782,76/t para outros produtores/exportadores	67,1	
Rússia	2016	2020	AD	US$ 979,87/t para todos os produtores/exportadores	80,7	
EUA	2017	2020	AD	US$ 272,12/t para The Dow Chemical Company (TDCC)	28,4	Resolução CAMEX n. 48, de 5 de julho de 2017
	2017	2020	AD	US$ 272,12/t para Union Carbide Corporation	28,4	
	2017	2020	AD	US$ 260,14/t para Basf Corporation	24,7	
	2017	2020	AD	US$ 102,67/t para Oxea Corporation	9,8	
	2017	2020	AD	US$ 127,21/t para Eastman Chemical Company	14,1	
	2017	2020	AD	US$ 272,12/t para outros produtores/exportadores	28,4	
África do Sul	2017	2020	AD	US$ 328,23/t para Sasol South Africa (Proprietary)	29,6	Resolução CAMEX n. 48, de 5 de julho de 2017
	2017	2020	AD	US$ 782,76/t para outros produtores/exportadores	67,1	
Rússia	2017	2020	AD	US$ 979,87/t para todos os produtores/exportadores	80,7	
EUA	2017	2022	AD	US$ 272,12/t para The Dow Chemical Company (TDCC)	28,4	Resolução Camex nº 71, de 31 de agosto de 2017
	2017	2022		US$ 272,12/t para Union Carbide Corporation	28,4	
	2017	2022		US$ 260,14/t para Basf Corporation	24,7	
	2017	2022		US$ 102,67/t para Oxea Corporation	9,8	

Fonte: Resolução Camex nº 71, de 31 de agosto de 2017, Resolução CAMEX nº 48, de 5 de julho de 2017, Resolução CAMEX nº 127, de 2016 e Resolução CAMEX nº 48, de 2014.
Elaboração: SDCOM.

1.6. Prazos como referência para presente avalição de interesse público

23. Os prazos que servirão como base para a instrução da presente avaliação de interesse público serão:

Prazos	Datas previstas
Encerramento da fase probatória e eventual resposta ao QIP (Art 6º, § 4º - Portaria SECEX nº13/20)	60 dias da data de publicação da Circular Secex -
Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e Encerramento da fase de instrução do processo	09/11/2022
Expedição, pela SDCOM, do parecer de conclusões finais	29/11/2022

Elaboração: SDCOM

2. CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO PRELIMINAR DE INTERESSE PÚBLICO

24. Na avaliação preliminar de interesse público em defesa comercial, serão considerados os seguintes elementos: 1) características do produto, cadeia produtiva e mercado do produto sob análise; 2) oferta internacional do produto sob análise; e 3) oferta nacional do produto sob análise.

25. Para fins de interesse público, buscou-se estender temporalmente a análise no intuito de comparar o cenário recente de oferta nacional e internacional vigente ao longo das investigações de defesa comercial, conforme a tabela a seguir:

Referência Temporal da Avaliação de Interesse Público

Períodos (Defesa Comercial)		Períodos	Períodos (Interesse Público)
P1	Original	julho de 2010 a junho de 2011	T1
P2		julho de 2011 a junho de 2012	T2
P3		julho de 2012 a junho de 2013	T3
P4		julho de 2013 a junho de 2014	T4
P5		julho de 2014 a junho de 2015	T5
P1	Revisão	abril de 2016 a março de 2017	T6
P2		abril de 2017 a março de 2018	T7
P3		abril de 2018 a março de 2019	T8
P4		abril de 2019 a março de 2020	T9
P5		abril de 2020 a março de 2021	T10

Fonte: Parecer DECOM nº 56/2016 e Parecer SEI nº 20568/2021/ME
Elaboração: SDCOM.

2.1. Características do produto, da cadeia produtiva e do mercado de produto sob análise

2.1.1. Características do produto sob análise

26. O produto objeto desta avaliação é o n-butanol (também chamado de normal butanol, 1-butanol, álcool normal butílico, 1-hidroxibutano, propil-carbidol ou NBA), um álcool com a fórmula molecular C4H10O formado por cadeia linear de quatro átomos de carbono. As principais matérias-primas para sua produção são o propileno e o gás natural. O produto é um solvente orgânico miscível em quase todos os solventes orgânicos e com relativa solubilidade em água.

27. A Elekeiroz, em seu Questionário de Interesse Público, indicou que o produto é utilizado na produção de plastificantes, indústria de tintas e vernizes, acetatos e acrilatos, além da produção de éteres glicólicos, perfumes, intermediários para detergentes e antibióticos.

28. A BASF, em seu Questionário de Interesse Público informa que, além dos usos acima, seria utilizado na extração de drogas, hormônios e vitaminas, como aditivo em polidores e limpadores e na produção de agentes de flotação e butilaminas.

29. Nos termos do Processo SECEX nº 19972.101590/2021-61, o produto objeto da medida antidumping, a despeito de diferenças no processo produtivo, não apresenta diferenças em sua composição sendo um álcool com a fórmula molecular C4H1OO, formado por cadeia linear de quatro átomos de carbono; as principais matérias-primas para sua composição são o propileno e o gás natural sendo um solvente orgânico miscível em quase todos os solventes orgânicos e com relativa solubilidade em água.

30. Sendo assim, para fins de avaliação preliminar de interesse público, o produto sob análise é considerado como insumo, com aplicação para o setor de plastificantes, tintas e vernizes, perfumes, antibióticos, hormônios, vitaminas polidores e limpadores e produção de agentes de flotação e butilaminas.

2.1.2. Cadeia produtiva do produto sob análise

31. Com relação à cadeia produtiva, o n-butanol não está sujeito a normas e regulamentos técnicos sendo comercializado diretamente pelo produtor/exportador ao seu cliente consumidor.

32. O processo de produção consiste na reação de hidroformilação de propileno, gerando aldeídos que sofrem condensação aldólica e hidrogenação ou apenas hidrogenação para produzir os alcóois. Apesar de pequenas diferenças nos processos produtivos nos diversos países, não houve manifestação sobre diferenças no produto final, no n-butanol fabricado no Brasil e nos outros países produtores.

Apesar de pequenas diferenças nos processos produtivos nos diversos países, não houve manifestação sobre diferenças no produto final, no n-butanol fabricado no Brasil e nos outros países produtores.

33. A BASF, em seu Questionário de Interesse Público, descreve o mercado de n-butanol como altamente concentrado e com presença relevante das importações. Na cadeia a montante, haveria o propeno (cadeia petroquímica de primeira geração), produzido exclusivamente pela Braskem. Por sua vez, o propeno é subproduto do nafta, que teria como fornecedores 38% de importações, além da Petrobrás. Na cadeia a jusante, haveria o acrilato de butila (para resinas acrílicas ou emulsões, esmaltes, complementos sintéticos e vernizes), o acetato de butila (para tintas automotivas e acabamento de latas, tintas para embalagens, detergentes domésticos, solventes e plastificantes).

34. A Elekeiroz, em seu Questionário de Interesse Público, descreve que a diferença entre a produção de n-butanol nos diversos países é que tanto na África do Sul como no Brasil, utiliza-se como catalisador na etapa de hidroformilação o Rádio, enquanto na Rússia o Cobalto é o catalisador utilizado. A Elekeiroz afirma que na cadeia a montante, utiliza-se o propeno [CONFIDENCIAL] e gás natural da [CONFIDENCIAL]. Na cadeia a jusante, importante o uso do n-butanol nos setores de química industrial (aditivos para lubrificantes), cuidados pessoais e domésticos (tensoativos, detergentes, cosméticos, aromas e fragrâncias), agroquímica (defensivos, fungicidas, inseticidas), vestuário e calçados (plastificantes para couro sintético vinílico e laminados) e tintas e revestimentos (solventes, acrilatos, acetatos, éteres, tintas e vernizes). Sobre as práticas comerciais nessa cadeia produtiva, a Elekeiroz destaca que realiza vendas [CONFIDENCIAL].

35. Sendo assim, para fins de avaliação preliminar de interesse público, o produto sob análise é considerado como insumo, sendo que a montante utiliza-se o propeno e gás natural na sua produção e a jusante, temos como derivados os plastificantes, tintas e vernizes, perfumes, antibióticos, hormônios, vitaminas polidores e limpadores e produção de agentes de flotação e butilaminas.

2.1.3. Substitutibilidade do produto sob análise

36. Nesta seção, são averiguadas as informações acerca da existência de produtos substitutos ao produto sob análise tanto pelo lado da oferta quanto pelo lado da demanda.

37. Relativamente à similaridade, ou seja, a comparação entre o produto importado e o nacional, ambas BASF e Elekeiroz afirmam que o n-butanol seria o mesmo, podendo ser intercambiáveis no seu uso, variando somente o processo de produção e não o produto final.

38. Quanto à substitutibilidade do produto, a BASF, em seu Questionário de Interesse Público, afirmou que não dispunha de informações sobre substitutibilidade pela ótica da oferta; já, pela ótica da demanda, afirmou que não haveria substituto para o n-butanol na produção de acrilato de butila e que aquele representaria [CONFIDENCIAL] % dos custos finais para a produção do acrilato de butila.

39. A Elekeiroz, em seu Questionário de Interesse Público, afirmou desconhecer a existência de produtos substitutos ao n-butanol, tanto pela ótica da oferta como da demanda.

40. Portanto, com base nos elementos coletados, para fins preliminares de avaliação final de interesse público, não foram encontrados elementos que indicassem possível substituição para o n-butanol.

2.1.4. Concentração de mercado do produto sob análise

41. Nesta seção, busca-se analisar a estrutura de mercado, de forma a avaliar em que medida a aplicação da medida de defesa comercial pode ter influenciado a concorrência, a rivalidade e eventual poder de mercado da indústria doméstica.

42. Com relação à concentração de mercado do produto, a BASF, em seu Questionário de Interesse Público, relatou que a alta concentração do mercado demonstraria a necessidade das importações para garantir uma variedade de fornecedores no Brasil. Nesse sentido, indicou que a então Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, no âmbito da avaliação de interesse público na aplicação de medidas antidumping sobre as importações no Brasil de n-butanol originárias dos Estados Unidos, da África do Sul e da Rússia, conduzida em 2017, apurou que diversos usuários de n-butanol no Brasil expressaram preocupações sobre depender de um único fornecedor nacional - a Elekeiroz -, o que reduziria o poder de barganha.

43. No tocante às barreiras à entrada, a BASF afirmou que o mercado de n-butanol seria caracterizado pela existência de economias de escala e de escopo, o que favorece a presença de players de grande porte, com elevadas capacidades de produção em suas bases produtivas. Nesse sentido, uma empresa entrante necessitaria realizar vultosos investimentos para a instalação de plantas produtivas capazes de alcançar uma capacidade produtiva competitiva. Assim, a Basf entende que a entrada de novos players no mercado de n-butanol em um curto período de tempo seria improvável.

44. Quanto aos atos de concentração, a BASF descreveu o Ato de Concentração nº 08700.008623/2013-78, entre Rhodia Poliamida e Especialidades Ltda. e Granbio Investimentos S.A., envolvendo a fabricação de produtos químicos orgânicos, entre eles o mercado de bio n-butanol; aprovado sem restrições pelo CADE em 07/02/2014 e também o Ato de Concentração nº 08700.005535/2014-03, entre Rhodia Poliamida e Especialidades Ltda. e Granbio Investimentos S.A., envolvendo a fabricação de produtos químicos orgânicos, entre eles o mercado de produção e comercialização de n-butanol e acetato de n-butila; aprovado sem restrições em 05/08/2014 .

45. A Elekeiroz, em seu Questionário de Interesse Público, afirmou que a análise de indicadores de concentração de mercado local se tornaria secundária, uma vez que o n-butanol seria uma commodity química e a localização dos fornecedores seria irrelevante ("trata-se de um mercado global, ou à distância, no qual os vendedores podem, por meio de uma logística de distribuição, ofertar seus produtos na localidade dos consumidores"), de forma que o elo a jusante disporia de diversas opções de fornecimento localizadas ao redor de todo o globo com capacidade disponível para o atendimento da demanda no Brasil. Dessa forma, a competição entre os diversos fornecedores globais do produto, que ocorreria principalmente via preço, limitaria significativamente o exercício de poder de mercado em um determinado país ou região.

46. Sobre as barreiras à entrada, a Elekeiroz alegou que o fornecimento estrangeiro do produto em questão já é realizado por diversas origens, tais como Arábia Saudita, Alemanha, China, França, Singapura, Taipé Chinês e Malásia, nenhuma delas objeto de medida antidumping. Esses países estão localizados em distintas regiões do globo, o que denotaria a ausência de barreiras significativas à entrada de novos players, especialmente com relação a preços, existência de rotas internacionais de fornecimento e prazos de entrega. Dessa forma, o que influenciaria a entrada de novos players internacionais no mercado seria unicamente o preço. Nesse sentido, conforme a Elekeiroz relatou, observou-se a alternância entre o volume importado das diversas origens ao longo do período analisado, "priorizando sempre aquelas com preços mais atrativos".

47. Conforme o Processo SECEX nº 19972.101590/2021-61, a indústria doméstica (ID) foi definida como a linha de produção de n-butanol da única produtora nacional, ou seja, a empresa Elekeiroz S.A., a qual representa, a totalidade da produção de n-butanol no Brasil.

48. Passa-se ao cálculo do Índice Herfindahl-Hirschman (HHI), utilizado para avaliar o grau de concentração dos mercados. Esse índice é obtido pelo somatório do quadrado das participações de mercado (market share) de todas as empresas de um dado mercado. O HHI pode chegar até 10.000 pontos, valor no qual há um monopólio, ou seja, há uma única empresa com 100% do mercado.

49. De acordo com o Guia de Análise de Atos de Concentração Horizontal, emitido pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), os mercados são classificados da seguinte forma:

a) Não concentrados: HHI abaixo de 1500 pontos;

b) Moderadamente concentrados: HHI entre 1.500 e 2.500 pontos; e

c) Altamente concentrados: HHI acima de 2.500 pontos.

50. A análise da composição do mercado brasileiro do produto e o cálculo do HHI estão apresentados abaixo.

Participação (%) no mercado brasileiro de n-butanol e índice HHI

Períodos	Vendas ID	Origens sob análise		Outras origens									HHI
		África do Sul	Rússia	Alemanha	EUA	Malásia	Arábia Saudita	China	França	Singapura	Taipé Chinês	Demais	
T1	30-40	0-10	0-10	20-30	30-40	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	3.289
T2	30-40	0-10	0-10	40-50	10-20	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	3.476
T3	30-40	0-10	0-10	30-40	10-20	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	3.260
T4	50-60	10-20	0-10	20-30	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	3.420
T5	60-70	10-20	0-10	10-20	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	4.200
T6	70-80	10-20	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	5.517
T7	70-80	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	5.325
T8	80-90	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	6.738
T9	70-80	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	5.554
T10	70-80	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	10-20	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	6.160

Fonte: Parecer DECOM nº 56/2016 e Parecer SEI nº 20568/2021/ME
Elaboração: SDCOM.

51. Durante todo o período sob análise, o mercado brasileiro se manteve altamente concentrado (índice HHI acima de 2.500 pontos). Em T6 - logo após a imposição do direito antidumping às importações de n-butanol originárias da África do Sul e da Rússia - o índice HHI superou o patamar de 5 mil pontos e seguiu oscilando acima desse patamar até T10. Em T8, registrou-se o maior nível de concentração do mercado ao longo de toda a série, quando o HHI atingiu 6.738 pontos.

52. Entre T1 e T5, a participação média da ID no mercado brasileiro de n-butanol foi de [CONFIDENCIAL] 40-50%. De T6 a T10, essa participação média saltou para [CONFIDENCIAL] 70-80%, evidenciando um aumento na concentração de mercado;

53. Por outro lado, a participação média do n-butanol importado das origens sob análise foi de [CONFIDENCIAL] 10-20% entre T1 e T5. Após a imposição do direito antidumping, essa participação caiu para [CONFIDENCIAL] 0-10%. Ressalte-se que, entre T1 e T5, a África do Sul foi a principal origem exportadora do referido produto para o Brasil, chegando a atingir, sozinha, [CONFIDENCIAL] 10-20% de participação em T4. Somente em T5, a Rússia foi capaz de rivalizar com a África do Sul, quando alcançou [CONFIDENCIAL] 0-10% de participação no mercado brasileiro. Destaque-se ainda, que, de T7 até T10, as importações brasileiras de n-butanol das origens sob análise foram ora [CONFIDENCIAL] ora [CONFIDENCIAL].

54. Dentre as origens que não se encontram sob análise, Alemanha (origem não gravada) e EUA (origem gravada desde T2) se revelaram exportadores relevantes para o mercado brasileiro entre T1 e T5. Com efeito, essas origens tiveram uma participação média de [CONFIDENCIAL] 40-50% entre T1 e T5, chegando a atingir o máximo de [CONFIDENCIAL] 60-70% em T1. Vale destacar aqui a imposição do direito antidumping ao produto estadunidense a partir de T2, o que contribuiu para uma queda relevante da participação das vendas do n-butanol importado dessa origem no mercado brasileiro. Com efeito, observou-se que a participação do produto importado dessas origens declinou de T1 até T9, período após período e especialmente a partir de T5. Somente entre T9 e T10 é que se registrou um novo incremento, quando a participação dessas origens chegou a [CONFIDENCIAL] 0-10%. Entre T6 e T10, participação média do n-butanol importado de Alemanha e EUA foi de [CONFIDENCIAL] 0-10%.

55. Destaque-se, também, as importações de n-butanol originárias da Arábia Saudita entre T6 e T10. Antes inexistentes, essas importações saltaram de [CONFIDENCIAL] 0-10% em T6 para [CONFIDENCIAL] 0-10% em T10. Durante esse período, a participação média do n-butanol saudita no mercado brasileiro foi de [CONFIDENCIAL] 0-10%.

56. Em termos de flutuação das vendas dessas origens ao longo do período de T1 a T10, é possível concluir que a participação da ID no mercado brasileiro ganhou espaço e cresceu [CONFIDENCIAL]. Quanto à participação das vendas de n-butanol importado das origens sob análise, observou-se que estas decresceram fortemente, a ponto de se tornarem [CONFIDENCIAL] após a aplicação do direito antidumping. Além disso, as participações do n-butanol originário da Alemanha e dos EUA também perderam espaço no mercado brasileiro, especialmente o produto estadunidense após sofrer imposição do direito antidumping em T2.

57. Há de se destacar, por outro lado, a participação do n-butanol originário da Arábia Saudita, que ganhou espaço entre T6 e T10, chegando a atingir [CONFIDENCIAL] 10-20% do mercado brasileiro no último período da série histórica.

58. Sobre outras origens, nota-se um decréscimo na sua participação de [CONFIDENCIAL] 60-70% em T1 para [CONFIDENCIAL] 10-20% em T5. Com a aplicação do direito antidumping, esse percentual variou de [CONFIDENCIAL] 10-20% em T6 para [CONFIDENCIAL] 20-30% em T10 tendo como ápice a participação em T7, de [CONFIDENCIAL] 20-30%.

59. Sendo assim, para fins de avaliação preliminar de interesse público, observa-se que o mercado brasileiro se manteve altamente concentrado durante todo período em análise. É importante salientar, que após a aplicação da medida antidumping em T6, o nível de concentração mudou de patamar, saindo da faixa de 3 mil pontos em T1 e superando os 6 mil pontos em T10.

2.2. Oferta internacional do produto sob análise

60. A análise da oferta internacional busca verificar a disponibilidade de produtos similares ao produto objeto da investigação. Para tanto, verifica-se a existência de fornecedores do produto igual ou substituto em outras origens não investigadas pela prática de dumping. Nesse sentido, é necessário considerar também os custos de internação e a existência de barreiras à importação dessas origens, como barreiras técnicas.

61. Convém destacar que mesmo origens gravadas podem continuar a ser ofertantes do produto. Contudo, dependendo das características de mercado e do produto, é possível que existam desvios de comércio com a aplicação de medidas de defesa comercial e que outras origens passem a ganhar relevância nas importações do produto.

2.2.1. Origens alternativas do produto sob análise

2.2.1.1. Produção mundial do produto sob análise

62. Um dos indicadores para avaliar a disponibilidade de oferta de n-butanol no mundo é o nível de produção mundial desse produto.

63. Sobre a produção mundial, a BASF descreveu, em seu QIP, que entre os maiores produtores mundiais de n-butanol estão os grupos "The DOW Chemical Company" e Eastman americanos; Sasol da África do Sul; BASF Petronas, da Malásia; BASF e OQ Chemicals, da Alemanha; PetroChina e Sinopec, da China; e Mitsubishi Chemical Company e KH Neochen, do Japão. Ainda, que em 2020 os 5 maiores países exportadores de n-butanol são Bélgica, Taipé Chinês, África do Sul, Estados Unidos e Malásia.

64. Já a Elekeiroz, em seu QIP, afirmou que regiões como a Europa Ocidental, Oriente Médio e Sudeste Asiático concentrariam cerca de 20% da capacidade de produção mundial de n-butanol e que a capacidade instalada na América do Sul corresponderia a menos de 1% do total global. 75% da capacidade instalada mundial não teria medidas de defesa comercial para exportar ao Brasil. Afirma que a China seria o país que possuiria maior capacidade instalada com mais de 45% da capacidade global e que a o grau de ocupação seria de 60% nesse país existindo grande capacidade ociosa e possibilidade de aumento das exportações.

65. A Elekeiroz apresentou dados de capacidade extraídos da publicação IHS Markit, conforme a seguir:

Capacidade produtiva de n-butanol por origem (mil toneladas) [CONFIDENCIAL]

Origem	2022	2023	2024	2025	2026
China continental	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
EUA	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Alemanha	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Arábia Saudita	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Rússia	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Índia	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Malásia	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Japão	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Taipé Chinês	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
África do Sul	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
França	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Coreia do Sul	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Singapura	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Brasil	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Indonésia	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Polônia	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Romênia	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Irã	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Vietnã	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Total Geral	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]

Fonte: IHS Markit
Elaboração: SDCOM

66. A partir desses dados, verifica-se que as origens sob análise representam, em 2022, [CONFIDENCIAL] % da capacidade produtiva mundial de n-butanol. Já a origem gravada EUA responde por [CONFIDENCIAL] % dessa capacidade. Assim, as medidas de defesa comercial aplicadas pelo Brasil atingem cerca de [CONFIDENCIAL] da capacidade produtiva mundial. Por outro lado, a China, origem não gravada, é responsável por [CONFIDENCIAL] % de toda a capacidade produtiva disponível global.

2.2.1.2. Exportações mundiais do produto sob análise

67. Como forma de compreender as alegações interpostas, buscou-se, primeiramente, identificar os maiores exportadores mundiais do produto classificado no código 290513 do Sistema Harmonizado (SH).

Exportações SH 290513 em 2020

	Exportadores	Valor exportado (mil USD)	Quantidade exportada (t)	Participação nas exportações mundiais (%)
1	África do Sul	87.220,00	161.580	22,0%
2	Taipé Chinês	107.927,00	154.255	21,0%
3	Bélgica	110.957,00	147.051	20,0%
4	Malásia	60.371,00	94.308	12,8%
5	EUA	64.517,00	92.696	12,6%
6	Alemanha	22.101,00	26.154	3,6%
7	Singapura	14.060,00	21.799	3,0%
8	Rússia	11.603,00	19.534	2,7%
9	Emirados Árabes Unidos	6.842,00	8.070	1,1%
	Demais países	9.447,00	10.185	1,4%
	TOTAL	495.045,00	735.632	100,0

Fonte: Trademap
Elaboração: SDCOM

68. As origens sob análise são responsáveis por 24,7% das exportações mundiais em termos de volume, ou seja, quase ¼ de toda a oferta global. Destaca-se a origem gravada África do Sul, maior exportadora mundial e responsável por 22% da oferta global. Por outro lado, a origem gravada Rússia figura na oitava posição do ranking, participando com apenas 2,7% do mercado mundial.

69. Dentre as origens que não se encontram sob análise e não são gravadas, destacam-se Taipé Chinês (21% das exportações globais, em segundo lugar) e Bélgica (20% das exportações globais, em terceiro lugar). Nesse contexto, vale ainda destacar que a China não figura dentre as 10 (dez) maiores exportadoras, a despeito de ser a principal origem em termos de capacidade instalada.

70. Ressalte-se que, apesar de não se encontrarem sob análise na presente avaliação, as importações brasileiras de n-butanol originárias dos EUA são gravadas desde T2. Nada obstante, essa origem aparece em quinto lugar entre os maiores exportadores do produto, sendo responsável por 12,6% das exportações globais.

71. Segundo a BASF, em seu QIP, dentre os maiores produtores mundiais de n-butanol estariam os grupos The DOW Chemical Company e Eastman, dos Estados Unidos, Sasol, da África do Sul, BASF Petronas, da Malásia, BASF e OQ Chemicals, da Alemanha, PetroChina e Sinopec, da China, e Mitsubishi Chemical Company e KH Neochem, do Japão. A BASF descreve que África do Sul e Rússia teriam preços mais competitivos e vantagens logísticas sobre outras origens substitutas e que a Alemanha, apesar da logística ser favorável, não seria exportadora líquida e possuiria preços superiores aos das origens gravadas. Além disso, a Arábia Saudita teria tempo de trânsito superior ao da África do Sul, não podendo substituir essa origem.

72. Segundo a Elekeiroz, em seu Questionário de Interesse Público, o mercado de n-butanol possui players localizados em todos os continentes, sendo que a China possui a maior capacidade instalada. Destacou, ademais, como origens alternativas: Japão, Coreia do Sul, Taipé Chinês e Alemanha - dados do Trade Map.

73. Conforme descrito pela Elekeiroz, Taipé Chinês, Bélgica e Malásia - origens sobre as quais não há cobrança de direitos antidumping- representam mais de 50% em valor e volume das exportações mundiais de n-butanol. Destacou, ainda, que o preço praticado por essas origens estaria em linha com os preços da África do Sul, Rússia e Estados Unidos. No caso da Bélgica, as exportações "muito provavelmente se referem a produtos de origem alemã, uma vez que não há capacidade instalada para a produção de n-butanol naquela origem". No caso da China e da Alemanha, apesar de praticarem preços mais elevados, as origens seriam alternativas viáveis para as importações brasileiras "a preços competitivos".

74. Depreende-se das informações acima relatadas que existem outras origens com capacidade exportadora relevante, sendo que do segundo ao sétimo maiores exportadores, com exceção da Bélgica, todos figuraram como origens que exportaram para o Brasil, em alguma medida, nos períodos de T6 a T10, como será mostrado adiante no subitem sobre importações.

2.2.1.3. Fluxo de comércio (exportações - importações) do produto sob análise

75. Com o intuito de avaliar o perfil dos maiores exportadores listados acima, buscou-se também referenciar tais origens com base em suas exportações líquidas (saldo das exportações menos importações) do produto, classificado no código 2905.13 do Sistema Harmonizado (SH), conforme tabela a seguir.

Saldo da Balança Comercial do n-butanol em 2021 (mil dólares)

	Exportadores	Saldo (mil dólares)
1	África do Sul	164.947
2	Taipé Chinês	131.322
3	Malásia	119.900
4	Bélgica	-74.184
5	Alemanha	-89.503
6	EUA	29.235
7	China	-135.669
8	Rússia	24.583
9	Singapura	-29.024
10	Arábia Saudita	9.938
11	Emirados Árabes Unidos	-4.439
	Demais países	-82.147

Fonte: Trademap

76. Em termos de fluxo de comércio por origem, observa-se que a origem gravada EUA e as origens investigadas África do Sul e Rússia são superavitárias. Alemanha, origem alternativa, como China, Bélgica, Singapura e Emirados Árabes Unidos, deficitárias, indicam menor propensão a desviar a produção para novos parceiros comerciais. Por outro lado, reforça-se a capacidade exportadora de origens alternativas como Arábia Saudita, Malásia e Taipé Chinês.

2.2.1.4. Importações brasileiras de n-butanol

77. Uma vez verificadas a produção e as exportações mundiais no exame de possíveis fontes alternativas, passa-se à análise do perfil das importações brasileiras de n-butanol.

Importações brasileiras de n-butanol em toneladas [CONFIDENCIAL]

Períodos	T1	T2	T3	T4	T5	T6	T7	T8	T9	T10
África do Sul	100,0	527,3	510,1	973,8	818,5	860,9	-	-	-	-
Rússia	-	100,0	50,1	3.910,1	11.317,7	1.600,2	97,3	-	48,6	1,1
Total origens sob análise	100,0	533,4	513,1	1.211,4	1.506,1	958,1	5,9	-	3,0	0,1
Alemanha	100,0	147,0	132,6	76,1	43,5	32,7	38,8	23,9	12,5	11,6
EUA	100,0	30,9	42,7	19,2	6,0	11,3	5,4	2,1	0,0	14,6
Malásia	-	-	-	-	-	-	-	100,0	-	-
Arábia Saudita	-	-	-	-	-	100,0	499,0	217,5	339,3	535,7
China	-	-	-	-	-	100,0	20.852,1	-	-	10.299,0
França	-	-	-	-	-	100,0	200,0	100,0	3.111.500,0	28.900,0
Singapura	-	-	-	-	-	-	-	-	100,0	-
Taipé Chinês	-	-	-	-	-	-	100,0	50,9	53,9	-
Demais países	100,0	-	9,1	1.118,2	37.527,3	-	-	100,0	1.018,2	-
Total Geral	100,0	89,8	89,9	66,7	52,5	41,8	48,6	27,6	35,8	30,7

Fonte: Parecer DECOM nº 56/2016 e Parecer SEI Nº 20568/2021/ME
Elaboração: SDCOM

Participação nas importações totais (%) [CONFIDENCIAL]

Períodos	T1	T2	T3	T4	T5	T6	T7	T8	T9	T10
África do Sul	0-10	10-20	10-20	20-30	30-40	40-50	0-10	0-10	0-10	0-10
Rússia	0-10	0-10	0-10	0-10	20-30	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10
Total origens sob análise	0-10	10-20	10-20	30-40	50-60	40-50	0-10	0-10	0-10	0-10
Alemanha	40-50	60-70	60-70	40-50	30-40	30-40	30-40	30-40	10-20	10-20
EUA	50-60	10-20	20-30	10-20	0-10	10-20	0-10	0-10	0-10	20-30
Malásia	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	10-20	0-10	0-10
Arábia Saudita	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	20-30	20-30	20-30	40-50
China	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	10-20	0-10	0-10	0-10
França	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	20-30	0-10
Singapura	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	20-30	0-10
Taipé Chinês	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	20-30	10-20	10-20	0-10
Demais países	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10
Total Geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Parecer DECOM nº 56/2016 e Parecer SEI Nº 20568/2021/ME
Elaboração: SDCOM

78. De acordo com os dados apresentados, as importações totais sofreram queda de 47,5% entre T1 e T5, principalmente devido à redução das importações dos EUA, após aplicação da medida antidumping sobre essa origem em T2. No período associado à revisão, T6 a T10, as importações totais seguiram a trajetória de queda, tendo reduzido 26,6%. Isso indica que o desvio de comércio ocorrido após a aplicação das medidas de defesa comercial não foi capaz de compensar a queda nas transações com as origens gravadas. Assim, de T1 a T10, o total importado diminuiu 69,3%.

79. De T1 a T5, a participação relativa da África do Sul e da Rússia no total das importações brasileiras de n-butanol cresceu sistematicamente, passando de [CONFIDENCIAL] 0-10% em T1 para [CONFIDENCIAL] 50-60% em T5. Após a imposição do direito antidumping ao produto importado dessas origens, suas participações caíram bruscamente a partir de T7, chegando a [CONFIDENCIAL] em T8 e T10 e a alcançar montantes [CONFIDENCIAL] em T7 e T9.

80. Dentre as outras origens, destacam-se as importações brasileiras de n-butanol oriundas da Alemanha (origem não gravada e que não se encontra sob análise). Durante praticamente toda a série histórica, essas importações se demonstraram relevantes, à exceção dos períodos T9 e T10. Vale ressaltar também as importações de n-butanol originárias da Arábia Saudita (outra origem não gravada e que não se encontra sob análise), cuja participação nas importações totais saltou de [CONFIDENCIAL]0-10% em T6 para [CONFIDENCIAL] 40-50% em T10.

81. Por fim, faz-se necessário ressaltar a evolução das importações brasileiras de n-butanol originárias dos EUA. Ainda que não estejam sob análise, essas importações estão gravadas desde T2. Em T1, a participação relativa das importações brasileiras do produto estadunidense atingiu [CONFIDENCIAL] 50-60% das importações totais. Com a imposição do direito antidumping em T2, essa participação caiu bruscamente e oscilou bastante ao longo de toda a série histórica. Nada obstante, as importações brasileiras do n-butanol estadunidense responderam por [CONFIDENCIAL] 20-30% das importações totais em T10, a despeito da existência de medida vigente.

Participação das importações de n-butanol no mercado brasileiro (%) [CONFIDENCIAL]

Período	Origens sob análise		Outras origens							Total Geral		
	África do Sul	Rússia	Alemanha	EUA	Malásia	Arábia Saudita	China	França	Singapura	Taipé Chinês	Demais	
T1	0-10	0-10	20-30	30-40	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	60-70
T2	0-10	0-10	40-50	10-20	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	60-70
T3	0-10	0-10	30-40	10-20	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	60-70
T4	10-20	0-10	20-30	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	10-20	0-10	40-50
T5	10-20	0-10	10-20	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	10-20	0-10	30-40
T6	10-20	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	10-20	0-10	20-30
T7	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	20-30
T8	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	10-20
T9	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	20-30
T10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	10-20	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	20-30

Fonte: Parecer DECOM nº 56/2016 e Parecer SEI Nº 20568/2021/ME
Elaboração: SDCOM

82. Observa-se que o mercado brasileiro de n-butanol decresceu 9% entre T1 e T10, e as importações brasileiras desse produto caíram expressivos 69,3 % no mesmo período.

83. Conforme os dados apresentados, verifica-se que, entre T1 e T5, a participação média das importações de n-butanol originárias da África do Sul e da Rússia no mercado brasileiro foi de aproximadamente CONFIDENCIAL] 10-20%, chegando a atingir o máximo de [CONFIDENCIAL] 20-30% desse mercado em T5. A partir de T6, a participação das duas origens gravadas caiu bruscamente para cerca de [CONFIDENCIAL] 10-20% e oscilou em torno de [CONFIDENCIAL]0-10% até T10.

84. Da mesma forma, as importações provenientes de outras origens também registraram quedas sistemáticas entre T1 e T6, voltando a subir ligeiramente em T7 e T8 e registrando aumentos discretos em T9 e T10. Com efeito, entre T1 e T5, a participação média do produto importado de outras origens foi de [CONFIDENCIAL] 50-60% e, entre T6 e T10, caiu para cerca de [CONFIDENCIAL] 20-30%.

85. Dentre as origens que não se encontram sob análise na presente avaliação, vale notar que Alemanha (participação média de [CONFIDENCIAL] 20-30%), EUA (participação média de [CONFIDENCIAL] 10-20%) e Taipé Chinês (participação média de [CONFIDENCIAL] 0-10%) se revelaram exportadores importantes de n-butanol para o Brasil entre T1 e T5. Já entre T6 e T10, vale destacar a penetração no mercado brasileiro do produto originário da Arábia Saudita, cuja participação média nesse período foi de [CONFIDENCIAL] 0-10%, chegando a rivalizar com a origem Alemanha, com participação média de [CONFIDENCIAL] 0-10%.

86. A Elekeiroz afirma, em seu Questionário de Interesse Público, que as importações das origens sob análise teriam sido substituídas por origens alternativas após a aplicação das medidas antidumping. As importações da Arábia Saudita e da Alemanha teriam se mantido em patamares significativos ao longo do período analisado, o que demonstraria a viabilidade desses países como origens alternativas para o abastecimento do mercado interno, "em concorrência direta com o produto similar fabricado pela indústria doméstica". A empresa também ressaltou a presença de importações de origens chinesas em volume significativo em P1, P2 e P5. A queda no volume total das importações nos períodos posteriores a P2 seria explicada "principalmente pela retração do mercado brasileiro nesse intervalo".

87. A BASF, por sua vez, apresentou os dados de importações brasileiras de n-butanol, em termos de valor e de volume, obtidos a partir do Comex Stat, sem fazer considerações adicionais.

88. Em resumo, pode-se observar que houve queda expressiva nas importações brasileiras de n-butanol, movimento que pode ter sido intensificado pela aplicação das medidas de defesa comercial sobre EUA e sobre as origens sob análise, África do Sul e Rússia. No cenário mais recente, destacaram-se, em termos de participação nas importações totais, Alemanha, EUA e Arábia Saudita, apesar de não atenderem a totalidade da demanda anteriormente destinada às origens gravadas.

2.2.1.5. Preço das importações brasileiras do produto sob análise

89. Para aprofundar o exame da existência de possíveis fontes alternativas do produto, também é válido verificar a evolução de preços cobrados por origens gravadas e não gravadas para caracterizar a viabilidade das importações não somente em termos de volume como também em preço, conforme tabela (resumo dos principais exportadores) a seguir:

Preço das Importações brasileiras de n-butanol (preço CIF/t) [CONFIDENCIAL]

Períodos	África do Sul	Rússia	Arábia Saudita	EUA	Alemanha	Demais países*	Outras Origens	Total Geral
T1	100,00	-	-	87,44	100,24	98,29	85,57	63,73
T2	100,00	141,81	-	103,42	114,05	118,76	105,03	67,29
T3	100,00	133,02	-	91,08	103,89	83,19	92,75	56,23
T4	100,00	106,04	-	112,48	118,27	89,03	104,62	66,11
T5	100,00	104,15	-	137,10	120,69	202,88	150,08	75,86
T6	100,00	12,31	20,11	43,45	103,09	66,19	17,95	17,68
T7	-	100,00	11.079,44	2.542,31	15.515,28	3.721,95	1.246,24	1.437,44

T8	-		100,00	23,45	195,99	127,33	25,31	27,46
T9	-	100,00	11.080,06	155,18	7.969,22	12.714,74	2.463,25	2.543,56
T10	-	100,00	436.351,49	260.470,30	154.830,69	417.396,16	82.361,39	80.685,15

*Afeganistão, Antígua e Barbuda, Belize, Canadá, Chile, Colômbia Cingapura, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Costa Rica, Dinamarca, Espanha Eslováquia, EUA, França, Hong Kong, Finlândia, Hungria, Índia, Indonésia, Israel, Itália, Japão Noruega, Panamá, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Suécia, Singapura, Suíça, Tailândia, e Vietnã. Fonte: Parecer DECOM nº 56/2016 e Parecer SEI Nº 20568/2021/ME
Elaboração: SDCOM

90. Ao analisar os dados, verifica-se que as origens mais relevantes em termos de volume no período da revisão, de T6 a T10, Alemanha, Arábia Saudita e EUA, praticaram preços mais elevados que o preço médio das importações totais. Com efeito, os preços médios praticados por Alemanha, Arábia Saudita e EUA, entre T6 e T10, superaram o preço médio geral em [CONFIDENCIAL] %, [CONFIDENCIAL] % e [CONFIDENCIAL]%, respectivamente.

91. A Elekeiroz, em seu QIP, observou que os preços praticados por Taipé Chinês, Bélgica e Malásia estão em linha com os preços de África do Sul, Rússia e Estados Unidos e que isso corroboraria a viabilidade dessas origens. A Elekeiroz afirma que, apesar de os preços chineses serem mais elevados, essa origem disporia de grande capacidade instalada com baixo grau de ocupação o que poderia também revelar uma origem viável para substituir as origens investigadas.

92. A BASF, em sua petição de encaminhamento do Questionário de Interesse Público, afirmou que os preços médios praticados por Arábia Saudita, Estados Unidos e Alemanha foram muito superiores aos praticados pelas origens investigadas em P1, salientando assim, o argumento de ausência de origens alternativas viáveis e mais vantajosas.

2.2.1.6. Conclusão sobre origens alternativas

93. Em sede da avaliação preliminar de interesse público, considerando o quanto exposto, é possível inferir que:

a. as medidas de defesa comercial aplicadas pelo Brasil atingem quase [CONFIDENCIAL] da capacidade produtiva mundial. Por outro lado, a China, origem não gravada, é responsável por [CONFIDENCIAL]% de toda a capacidade produtiva disponível global;

b. em relação aos dados de exportações mundiais em 2020, o principal exportador mundial é a origem sob análise África do Sul com 22% das exportações mundiais, seguido das origens não gravadas Taipé Chinês, com 21%, Bélgica, com 20% e Malásia com 12,8%. Essas origens são seguidas pela origem gravada Estados Unidos, com 12,6% das exportações mundiais. A Rússia, origem sob análise, vem em 8º lugar com 2,7% das exportações mundiais. Assim, as origens sob análise na presente avaliação possuem a participação de 24,7% das exportações mundiais do n-butanol. Já a China, apesar da capacidade instalada, não figura dentre os principais exportadores mundiais;

c. em termos de fluxo de comércio por origem, observa-se que as origens Taipé Chinês, Malásia e Arábia Saudita possuem a balança comercial de n-butanol positiva sendo que as duas primeiras representam 33,8% das exportações mundiais;

d. as importações brasileiras totais sofreram queda de 47,5% entre T1 e T5, principalmente devido à redução das importações dos EUA, após aplicação da medida antidumping sobre essa origem em T2. No período associado à revisão, T6 a T10, as importações totais seguiram a trajetória de queda, tendo reduzido 26,6%. Isso indica que o desvio de comércio ocorrido após a aplicação das medidas de defesa comercial não foi capaz de compensar a queda nas transações com as origens gravadas. Assim, de T1 a T10, o total importado diminuiu 69,3%; e

e. verifica-se que as origens mais relevantes em termos de volume no período da revisão, de T6 a T10, Alemanha, Arábia Saudita e EUA, praticaram preços mais elevados que o preço médio das importações totais. Com efeito, os preços médios praticados por Alemanha, Arábia Saudita e EUA, entre T6 e T10, superaram o preço médio geral em [CONFIDENCIAL]%, [CONFIDENCIAL]% e [CONFIDENCIAL]%, respectivamente.

94. Assim, para fins de avaliação preliminar de interesse público, observa-se que, existem, a princípio, origens com capacidade instalada e potencial exportador de n-butanol que poderiam abastecer o mercado brasileiro.

95. Não obstante, o que se observou ao longo dos 10 (dez) períodos analisados foi uma queda expressiva nas importações das origens gravadas e um desvio de comércio de menor magnitude para origens como Alemanha e Arábia Saudita. Essas origens, juntamente com os EUA, origem gravada, passaram a ser as mais relevantes para as importações brasileiras, ainda que com volumes reduzidos. Em relação às importações alemãs e sauditas, o volume reduzido pode estar associado ao preço mais elevado praticado por essas origens.

96. Espera-se que, a partir das evidências trazidas pelas partes interessadas, possam ser aprofundadas a questão de ofertantes internacionais disponíveis neste mercado em termos de preço e de volume.

2.2.2. Barreiras tarifárias e não tarifárias ao produto sob análise

2.2.2.1. Medidas de defesa comercial aplicadas ao produto pelo Brasil e por outros países

97. Em pesquisa ao sítio eletrônico do Portal Integrado de Inteligência Comercial (Integrated Trade Intelligence Portal - I-TIP) da Organização Mundial do Comércio - OMC, verificou-se que, em 31 de dezembro de 2021, as seguintes medidas de defesa comercial estariam em vigor, além das medidas aplicadas pelo Brasil:

Medidas de defesa comercial aplicadas pelo mundo

País que aplicou / manteve medida	Tipo de medida	Origem afetada	Início da vigência
Índia	Antidumping	União Europeia	13/04/2016
		EUA	
		Singapura	
		África do Sul	
		Malásia	
		Vietnã	
China	Antidumping	Taipé Chinês	29/12/2018
		Malásia	
		EUA	
Islândia	Quotas tarifárias	Resto do mundo	

Fonte: I-tip (OMC)
Elaboração: SDCOM

98. Vale destacar que as medidas antidumping aplicadas pela Índia contra as importações provenientes da União Europeia, EUA, Singapura, Malásia, África do Sul e Vietnã estão em vigor desde abril de 2016.

2.2.2.2. Tarifa de importação

99. Para avaliar as condições tarifárias do país no nível do produto frente à concorrência internacional, compara-se a tarifa de importação brasileira com as tarifas médias de outros países.

100. A esse respeito, a Elekeiroz indicou, em seu QIP, que a Resolução Gecex nº 269/2022 reduziu para 10,8% o imposto de importação sobre o código referente ao n-butanol até 31 de dezembro de 2022. Segundo a empresa, essa alíquota seria superior à média dos demais países membros da OMC em 2021 (3,2%), o que também seria o caso de outros países produtores, como a China (5,5%) e os Estados Unidos (5,5%).

101. Nesse contexto, afirmou que o II não seria um impeditivo para a entrada de novos players no mercado, pois o Brasil já importaria n-butanol de diversas origens além de África do Sul e Rússia, como a Arábia Saudita e a Alemanha. Além disso, o Brasil teria acordo comercial avançado com a União Europeia, "a terceira maior região produtora de n-butanol no mundo".

102. Já a BASF argumentou que o II aplicado pelo Brasil seria superior às tarifas adotadas por Bélgica, Taipé Chinês, África do Sul, EUA e Malásia. Acrescentou que a tarifa MFN média aplicada por todos os países membros da OMC seria 4%, valor inferior ao praticado pelo Brasil. Assim, alegou que o Imposto de Importação exerceria um papel de desincentivo às importações brasileiras de n-butanol, dada sua magnitude.

103. Passando à análise da SDCOM, registra-se que o produto sob análise é comumente classificado no subitem 2905.13 da NCM/SH. A alíquota do Imposto de Importação desse item tarifário manteve-se em 12% durante todo o período de revisão. Assim, como essa foi a tarifa vigente durante o período de revisão e como a avaliação de interesse público se refere à vigência da medida pelos próximos 5(cinco) anos, o percentual de 12% será considerado para a presente análise, desconsiderando-se reduções temporárias de tarifas.

104. Isso posto, salienta-se que a tarifa de 12% é mais alta que a tarifa de 94% dos países que reportaram alíquotas do SH6 (2905.13) à OMC.

105. Ademais, a tarifa brasileira é 7,9 p.p. mais alta que a média mundial, que é de 4,1%. Na comparação com os maiores exportadores do produto, o imposto de importação brasileiro é maior que as tarifas de importação praticadas pela África do Sul (0%), Taipé Chinês (1%), Bélgica (5,5%), Malásia (0%) e EUA (5,5%).

2.2.2.3. Preferências tarifárias

106. O produto em tela é objeto das seguintes preferências tarifárias nas importações brasileiras de produto similar:

Preferências Tarifárias subitem 2905.13.00 da NCM

País	Base Legal	Preferência
Argentina	ACE 18 - Mercosul	100%
Bolívia	ACE 36 - Mercosul - Bolívia	100%
Chile	ACE 35 - Mercosul - Chile	100%
Colômbia	ACE 72 - Mercosul - Colômbia	100%
Cuba	APTR 04	28%
Egito	ALC Mercosul - Egito	62,5%
Equador	ACE 59 - Mercosul - Equador	100%
Israel	ALC Mercosul - Israel	100%
México	APTR 04	20%
Panamá	APTR 04	28%
Paraguai	ACE 18 - Mercosul	100%
Peru	ACE 58 - Mercosul - Peru	100%
Uruguai	ACE 18 - Mercosul	100%
Venezuela	ACE 69 - Mercosul - Venezuela	100%

Fonte: Siscomex - Preferências Tarifárias
Elaboração: SDCOM

107. Dentre os países aos quais foram concedidas preferências tarifárias, nenhum deles exporta volumes significativos de n-butanol, de forma que também não foram identificadas, nessa lista, origens relevantes para o abastecimento do mercado brasileiro.

2.2.2.4. Temporalidade das medidas de defesa comercial

108. O produto sob análise está gravado por direito antidumping desde outubro de 2011 para os EUA, com base na Resolução CAMEX nº 76/2011 e desde dezembro de 2016 para a África do Sul e Rússia, com base na Resolução CAMEX nº 127/2016. Portanto, o direito antidumping está em vigor há 10 (dez) anos e 3 (três) meses para o produto estadunidense e há 5 (cinco) anos para o produto originário da África do Sul e da Rússia.

2.2.2.5. Outras barreiras não tarifárias

109. Em consulta à base de dados i-tip/wto, não foram encontradas possíveis barreiras não tarifárias impostas pelo Brasil a outros países relacionadas ao código 2905.13.00 do Sistema Harmonizado na comparação mundial, conforme código 2905.13 do SH.

110. A BASF e a Elekeiroz informaram, em seus Questionários de Interesse Público, desconhecerem a existência de barreiras não tarifárias a importação de n-butanol.

2.3. Oferta nacional do produto sob análise

2.3.1. Consumo nacional aparente do produto sob análise

111. Com o intuito de avaliar o mercado brasileiro de n-butanol, deve-se compreender o comportamento das vendas da indústria doméstica, das importações das origens sob análise e das importações de outras origens. A importância dessa análise é verificar o quanto as vendas da indústria doméstica e as importações representam do mercado brasileiro do produto.

112. A esse respeito, a Elekeiroz argumentou que teria sido capaz de ajustar a produção de n-butanol de acordo com a demanda do mercado brasileiro, tendo registrado o maior grau de ocupação de sua planta em T7, quando também registrou-se o pico da demanda. Segundo ela, a empresa teria enfrentado, em todos os períodos, a concorrência das importações de n-butanol. Nesse sentido, destacou que nesse mesmo período, T7, em que o mercado brasileiro registrou seu maior volume, as importações de origens alternativas, como Arábia Saudita, Alemanha, Taipé Chinês e China, teriam registrado volumes expressivos e impedido que a Elekeiroz ampliasse sua participação de mercado.

113. Já a BASF afirmou que, após a imposição de medidas antidumping sobre as importações de n-butanol originárias da África do Sul e Rússia, essas origens investigadas teriam praticamente cessado suas exportações para o Brasil, de modo que suas participações de mercado foram parcialmente substituídas por importações de outras origens ([CONFIDENCIAL] p.p.) e pela indústria doméstica ([CONFIDENCIAL] p.p.).

114. Passando à análise dos dados disponíveis, registre-se que foi definida como indústria doméstica a linha de produção de n-butanol da empresa Elekeiroz S.A., a qual representa, a totalidade da produção nacional do produto similar doméstico. Destaque-se que, até T5, havia consumo cativo por parte da indústria doméstica. Já no período da revisão, como não houve consumo cativo, o consumo nacional aparente (CNA) e o mercado brasileiro de n-butanol se equivaleram.

115. Para dimensionar o mercado brasileiro de n-butanol foram consideradas as quantidades vendidas, de fabricação própria, no mercado interno pela indústria doméstica, líquidas de devoluções e reportadas pela peticionária, bem como as quantidades importadas apuradas com base nos dados de importação fornecidos pela RFB. Os dados são apresentados a seguir:

Consumo Nacional Aparente e Mercado Brasileiro em toneladas [CONFIDENCIAL]

Período	Vendas da ID	Consumo cativo	Importações das origens sob análise	Demais importações	Mercado brasileiro	CNA
T1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
T2	113,4	110,4	533,4	80,9	97,6	97,7
T3	114,7	92,1	513,1	81,4	98,1	98,0
T4	141,1	141,7	1.211,4	43,7	91,2	91,7
T5	170,6	90,0	1.506,1	23,2	91,3	91,3
T6	228,1	-	958,1	23,4	103,0	102,0
T7	250,0	-	5,9	49,5	114,8	113,6
T8	249,3	-	-	28,1	100,4	99,4
T9	203,5	-	3,0	36,5	90,9	90,0
T10	214,3	-	0,1	31,3	91,0	90,1

Fonte: Parecer DECOM nº 56/2016 e Parecer SEI Nº 20568/2021/ME
Elaboração: SDCOM

116. Entre T1 e T5, observaram-se variações no consumo nacional aparente (CNA) de n-butanol entre [CONFIDENCIAL]. Vale destacar que durante esse período, o CNA de n-butanol acompanhou a retração do mercado brasileiro e caiu 8,7%.

117. Entre T6 e T10, não se registrou consumo cativo, de maneira que o CNA se igualou ao mercado brasileiro. Com efeito, verificou-se que o CNA cresceu 11,4% de T6 para T7, caiu 12,5% de T7 para T8, decresceu mais 9,5% entre T8 e T9 e sofreu um ligeiro acréscimo de 0,1% entre T9 e T10. Ao se considerar todo o período de T6 a T10, o indicador de consumo nacional aparente brasileiro de n-butanol revelou variação negativa de 11,7%.

118. De T1 a T5, houve crescimento das vendas da indústria doméstica em 70,6%, enquanto o consumo cativo caiu 8,7%. Nesse período as importações sob análise aumentaram 1.406,1% enquanto as importações de outras origens decresceram 76,8%. As importações totais de T1 a T5 decresceram 47,5% enquanto o mercado brasileiro caiu 8,7%.

119. De T6 a T10 as vendas da indústria doméstica caíram 6,1% e o consumo cativo cessou. As importações das origens sob análise decresceram 100% e as importações de outras origens cresceram 33,9%. As importações totais decresceram 26,6% enquanto o mercado brasileiro caiu 11,7%.

120. Com esses movimentos, as participações de mercado variaram conforme mostra a seguinte tabela:

Mercado brasileiro (%) [CONFIDENCIAL]

Período	Vendas da ID	Importações das origens sob análise	Demais importações	Mercado brasileiro
T1	30-40	0-10	60-70	100,0
T2	30-40	0-10	50-60	100,0
T3	30-40	0-10	50-60	100,0
T4	50-60	10-20	30-40	100,0
T5	60-70	20-30	10-20	100,0
T6	70-80	10-20	10-20	100,0
T7	70-80	0-10	20-30	100,0
T8	80-90	0-10	10-20	100,0
T9	70-80	0-10	20-30	100,0
T10	70-80	0-10	20-30	100,0

Fonte: Parecer DECOM nº 56/2016 e Parecer SEI Nº 20568/2021/ME
Elaboração: SDCOM

121. Assim, observa-se que, no período da investigação original, a indústria doméstica ganhou [CONFIDENCIAL]p.p. de fatia de mercado e mais [CONFIDENCIAL]p.p., entre T5 e T6, período da aplicação das medidas antidumping em análise. Em seguida, no período da revisão, aumentou mais sua participação chegando a [CONFIDENCIAL] 70-80% do mercado em T10. Isso representa um ganho de [CONFIDENCIAL] p.p. de T1 a T10.

2.3.2. Risco de desabastecimento e de interrupção do fornecimento em termos quantitativos

122. Quanto aos riscos de desabastecimento ou interrupção da produção, a Elekeiroz afirma que a capacidade instalada efetiva da indústria doméstica foi superior ao mercado brasileiro em todos os períodos analisados e que não prioriza vendas para o mercado externo nem realiza vendas de produto similar entre partes relacionadas. Além disso, afirmou desconhecer a existência de discriminação entre clientes no mercado brasileiro.

123. Já, a BASF afirmou em seu QIP que não houve expansão da capacidade instalada da Elekeiroz e que [CONFIDENCIAL]. Além disso, afirma que a Elekeiroz [CONFIDENCIAL]. A BASF afirma que dificuldades estruturais e operacionais impediriam o abastecimento estável do mercado brasileiro de n-butanol.

Capacidade instalada, produção, vendas da indústria doméstica e mercado brasileiro em toneladas [CONFIDENCIAL]

Período	Capacidade instalada efetiva	Mercado Brasileiro	Produção produto sob análise	Vendas ID Mercado Interno	Vendas ID Mercado Externo	Consumo cativo
T1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
T2	123,5	97,6	93,1	113,4	52,8	110,4
T3	113,9	98,1	95,3	114,7	16,9	92,1
T4	135,0	91,2	130,4	141,1	22,7	141,7
T5	151,5	91,3	135,8	170,6	18,2	90,0
T6	212,6	103,0	188,8	228,1	0,0	0,0
T7	212,6	114,8	214,1	250,0	5,2	0,0
T8	189,3	100,4	200,7	249,3	1,0	0,0
T9	212,6	90,9	174,4	203,5	1,0	0,0
T10	200,9	91,0	168,8	214,3	3,1	0,0

Fonte: Parecer DECOM nº 56/2016 e Parecer SEI Nº 20568/2021/ME
Elaboração: SDCOM

124. De T1 a T5, houve crescimento da capacidade instalada em 51,5%, enquanto o mercado brasileiro caiu 8,7%. Nesse período a produção do produto sob análise aumentou 35,8% enquanto as vendas da indústria doméstica no mercado interno cresceram 70,6%. As vendas da indústria doméstica no mercado externo caíram 81,8% enquanto o consumo cativo caiu 10%.

125. De T6 a T10 houve queda da capacidade instalada em 5,5%, enquanto o mercado brasileiro caiu 11,7%. Nesse período a produção do produto sob análise caiu 10,6% enquanto as vendas da indústria doméstica no mercado interno caíram 6,1%. As vendas da indústria doméstica no mercado externo caíram 39,8% enquanto o consumo cativo cessou.

126. Segundo a BASF, em seu Questionário de Interesse Público, a capacidade instalada da indústria doméstica se manteve constante entre 2011 e 2015 (período analisado pela SAIN) e ao longo do período da presente análise. Ademais, afirmou que, ainda que Elekeiroz pudesse alegar que a sua capacidade instalada pudesse ser expandida, dado que a planta produtiva é multipropósito, a expansão da capacidade instalada para produção do n-butanol ficaria condicionada à redução da capacidade produtiva do octanol, conforme observado pela d. SAIN na Nota Técnica nº 11/2017/SAN/MF-DF, pág. 29. A BASF afirmou, conforme a Nota Técnica, que, caso a demanda por Octanol fosse estável, a Elekeiroz praticamente não teria capacidade ociosa, não tendo condições de atender o mercado nacional.

127. Foi relatado que a BASF aumentou a necessidade de n-butanol após investimento em sua fábrica para a produção de acrilato de butila, aumentando sua capacidade instalada de [CONFIDENCIAL]. Ainda, a empresa fez investimento para inaugurar uma nova produção de acrilato de 2 etil hexila, que utiliza como insumo o octanol, atingindo uma capacidade instalada de [CONFIDENCIAL]. Em 2021, a BASF teria incrementado consideravelmente a necessidade de importação de material para abastecer o mercado de Acrilato de Butila. Segundo a empresa, tal incremento vinculou-se a dificuldades estruturais e operacionais de Elekeiroz na garantia do abastecimento estável do mercado brasileiro.

128. [CONFIDENCIAL].

129. Tais relatos são exemplificados por meio dos elementos de prova apresentados a seguir: [CONFIDENCIAL]

130. A Elekeiroz, por sua vez, alegou que foi capaz de ajustar a produção de n-butanol de acordo com a demanda do mercado brasileiro, possuindo capacidade instalada para atender o mercado brasileiro.

131. Em resumo, por um lado, a capacidade instalada da indústria doméstica seria capaz de atender o mercado brasileiro em todos os períodos sob análise, devido principalmente à sua ampliação entre T5 e T6. Por outro lado, a produção foi sempre inferior ao mercado brasileiro e há elementos que indicam dificuldades por parte da Elekeiroz em atender à demanda nacional.

132. Espera-se aprofundar sobre a possível dificuldade de abastecimento relatada pelo consumidor do produto em tela, com base nas evidências a serem trazidas pela indústria doméstica ao longo da fase probatória listada.

2.3.3. Risco de restrições à oferta nacional em termos de preço, qualidade e variedade

133. Em sede de avaliação preliminar, analisa-se o risco de restrições à oferta nacional em uma eventual imposição da medida antidumping, em termo de preço, qualidade e variedade de produtos.

2.3.3.1. Riscos de restrições à oferta nacional em termos de preço

134. Inicialmente, a análise do presente documento se concentra na evolução do preço de n-butanol ao longo do período considerado. Na tabela a seguir, expõe-se a evolução da relação entre o preço médio praticado pela indústria doméstica no mercado interno e seu custo de produção, em reais correntes por tonelada de T1 a T10.

Evolução de Preço e Custo de Produção (R$/ton - base em T10) [CONFIDENCIAL]

Período	Custo de Produção (A) (R$/t)	Preço no Mercado Interno (B) (R$/t)	(A) / (B) (%) [CONFIDENCIAL]
T1	100,0	100,0	[CONF.]
T2	108,6	102,2	[CONF.]
T3	98,1	104,3	[CONF.]
T4	103,8	110,4	[CONF.]
T5	103,7	102,9	[CONF.]
T6	128,0	134,4	[CONF.]
T7	124,2	148,8	[CONF.]
T8	147,9	166,0	[CONF.]
T9	139,1	148,1	[CONF.]
T10	137,4	144,5	[CONF.]

Fonte: Parecer DECOM nº 56/2016 e Parecer SEI Nº 20568/2021/ME
Elaboração: SDCOM

135. À exceção de T2, em todos os períodos da série histórica o custo de produção se manteve abaixo - mas muito próximo - do preço de venda do n-butanol no mercado interno. Em T7 e T8, o custo de produção descolou-se ligeiramente do preço de venda, tendo voltado a se aproximar em T9 e T10. Assim, o comportamento dos preços praticados pela indústria doméstica em relação aos custos não revelou uma restrição à oferta, uma vez que a evolução de preços seguiu, em larga medida, a tendência dos custos de produção.

136. Entre T1 e T5, os preços praticados pela ID cresceram 2,9%. De T6 a T10, os preços da ID cresceram 7,5%. Ao longo de toda a série de T1 a T10, os preços da ID subiram 41,4%.

137. Dentre as origens sob análise, verifica-se que, entre T1 a T5, o preço do n-butanol importado da África do Sul cresceu 9,2%. Já o preço do produto russo caiu 15,4% entre T2 e T5. Entre T7 e T10 não houve registro de importações originárias da África do Sul. Por outro lado, o preço do produto originário da Rússia entre T6 e T10 cresceu expressivos 291,7%. Ao longo de T1 a T10, os preços do n-butanol russo cresceram 162,8%.

138. Em relação às origens que não se encontram sob análise, verifica-se que o preço do produto originário dos EUA cresceu 71,2% entre T1 e T5 e o preço do produto alemão cresceu 31,4% no mesmo período. Entre T6 e T10, o preço do produto estadunidense cresceu 45,8% e o preço do produto originário da Alemanha cresceu 32,7%. Já o preço do produto saudita cresceu 27,5%. Considerando todo período de T1 a T10, os preços dos produtos estadunidense e alemão cresceram 44,2% e 28,7%, respectivamente.

139. Pelo exposto acima, é possível inferir preliminarmente que:

a) Os preços praticados pela ID cresceram menos que os preços do n-butanol estadunidense, mas se mantiveram acima destes praticamente em todo o período analisado, à exceção do valor bastante atípico do produto originário dos EUA em T9 e de T5 a T6. Os preços do produto doméstico também cresceram menos que os preços do produto russo, muito embora os preços do n-butanol brasileiro tenham permanecido acima dos preços do produto russo em quase todos os períodos, com exceção de T2 e T3, assim como de T10, quando o produto russo registrou um preço bastante atípico;

b) Na comparação entre os preços do n-butanol sul africano e os preços do n-butanol doméstico, percebe-se que os primeiros estiveram sempre abaixo dos segundos ao longo do período compreendido entre T1 e T6. Ressalte-se que não foram registradas importações brasileiras de n-butanol originárias da África do Sul entre T7 e T10;

c) Quando se comparam os preços praticados pela ID e aqueles praticados pelas Alemanha, é possível concluir que os preços do n-butanol nacional estiveram acima dos preços do produto alemão praticamente em todos os períodos analisados, à exceção de T5.

140. Em resumo, o comportamento dos preços praticados pela indústria doméstica em relação aos preços de importações das origens sob análise e também em relação àquelas que não se encontram sob análise, revelou uma possível restrição à oferta nacional. Com efeito, o preço de venda da indústria doméstica foi superior ao preço do produto importado de quase todas as origens e em quase todos os períodos, com algumas poucas exceções (EUA e Alemanha em T5, EUA em T9 e Rússia em T10).

141. Ao comparar os preços nominais praticados pela indústria doméstica ao IPA-OG-Produtos Industriais, observa-se, de T1 a T5, que os preços praticados pela ID cresceram acima e muito próximos do índice IPA-OG-DI. A partir de T6 e até o final da série em T10, essa dinâmica se alterou, com os preços da indústria doméstica crescendo de forma mais acelerada. Ao longo de toda a série, os preços da ID cresceram 74,4%, enquanto o índice IPA-OG-DI aumentou 20,7%.

142. Assim, conclui-se preliminarmente que o comportamento dos preços praticados pela indústria doméstica em relação ao índice de preços também pode revelar uma possível restrição à oferta nacional.

143. Em seu Questionário de Interesse Público, a BASF afirmou que, após a Resolução Camex nº 48/2017, que alterou a forma de cálculo do direito antidumping aplicado sobre as importações de n-butanol originárias da África do Sul e Rússia, houve um bloqueio completo das importações investigadas no Brasil, o que seria um indício de que a cadeia produtiva a jusante não teria conseguido absorver os novos custos das importações da África do Sul e da Rússia, depois de acrescidos os valores referentes às medidas comerciais aplicadas. Assim, a empresa indicou que as importações dessas origens para o Brasil se tornaram inviáveis.

144. Em 2021, conforme afirmação da BASF, notou-se uma mudança no balanço de oferta e demanda global, em que a disponibilidade de produto foi reduzida, no contexto da pandemia da COVID-19 e os impactos logísticos, levando os preços spot internacionais a patamares elevados. [CONFIDENCIAL]. O produto se caracterizaria como uma commodity, sendo o principal ponto de concorrência o preço. A empresa alegou que a manutenção da medida antidumping poderia resultar em eventuais restrições à oferta em termos de preços.

145. Já a Elekeiroz, em seu Questionário de Interesse Público, afirma que a recuperação da relação custo/preço entre T6 e T7, após a aplicação das medidas antidumping, não teria se sustentado nos períodos subsequentes, em função da pressão provocada sobre os preços da indústria doméstica pelas importações de outras origens e, principalmente, pela queda da demanda, o que corroboraria a "ausência de concentração de poder de mercado pela indústria doméstica".

146. Ante todo exposto, espera-se que as questões levantadas sobre o movimento de preço do produto (relação custo/preço, comparação com preços internacionais e índices setoriais) sejam detalhadas em sede da fase probatória ao longo da presente avaliação de interesse público com vistas a compreender possíveis restrições à oferta nacional, em termos de preço de n-butanol.

2.3.3.2. Riscos de restrições à oferta nacional em termos de qualidade e variedade

147. A Elekeiroz afirmou que utilizaria processo produtivo com tecnologia em linha com os principais players do mercado global. Segundo a empresa, os produtos importados e o similar nacional seriam produzidos a partir de processos e tecnologias semelhantes.

148. Seguindo a mesma linha, a BASF indicou que o n-butanol se enquadraria na categoria das commodities, produtos caracterizados pelos altos volumes de consumo e baixo grau de diferenciação. Assim, como neste tipo de mercado a diferenciação entre fornecedores se daria principalmente através de condições comerciais, a BASF entende que eventuais restrições resultantes da prorrogação de medidas antidumping não se dariam em termos de qualidade e variedade, mas sim de preço.

149. Neste sentido, não foram encontradas evidências preliminares de restrições à oferta em termos de variedade e qualidade, dada a característica de homogeneidade e baixo grau de diferenciação.

2.3.4 Conclusões sobre oferta nacional do produto sob análise

150. Dessa forma, com relação à oferta nacional do produto sob análise, conclui-se, preliminarmente, que:

a) Em termos de mercado brasileiro, a indústria doméstica ganhou [CONFIDENCIAL] p.p. de fatia de mercado e mais [CONFIDENCIAL]p.p., entre T5 e T6, período da aplicação das medidas antidumping em análise. Em seguida, no período da revisão, aumentou mais sua participação chegando a [CONFIDENCIAL] 70-80% do mercado em T10. Isso representa um ganho de [CONFIDENCIAL] p.p. de T1 a T10.

b) Em relação a eventual risco de desabastecimento, a capacidade instalada da indústria doméstica seria capaz de atender o mercado brasileiro em todos os períodos sob análise, devido principalmente à sua ampliação entre T5 e T6. Por outro lado, a produção foi sempre inferior ao mercado brasileiro e há elementos preliminares que indicam dificuldades por parte da Elekeiroz em atender à demanda nacional.

c) Em termos de preço, o comportamento dos preços praticados pela indústria doméstica, em relação aos preços de importações das origens sob análise e também em relação àquelas que não se encontram sob análise, revelou uma possível restrição à oferta nacional em sede preliminar, principalmente quando se toma em conta que o preço de venda da indústria doméstica foi superior ao preço do produto importado de quase todas as origens e em quase todos os períodos, com algumas poucas exceções (EUA e Alemanha em T5, EUA em T9 e Rússia em T10).

d) Ao longo de toda a série, os preços da ID cresceram 74,4%, enquanto o índice IPA-OG-DI aumentou 20,7%, o que indica que o comportamento dos preços praticados pela indústria doméstica em relação ao índice de preços também poderia revelar uma possível restrição à oferta nacional.

e) Por outro lado, o comportamento dos preços praticados pela indústria doméstica em relação aos custos não revelou uma restrição à oferta, uma vez que a evolução de preços seguiu, em larga medida, a tendência dos custos de produção.

f) Não foram encontradas evidências preliminares de restrições à oferta em termos de variedade e qualidade, dada a característica de homogeneidade e baixo grau de diferenciação.

151. Ante o exposto, em termos preliminares sobre a oferta nacional, espera-se aprofundar sobre a possível dificuldade de abastecimento relatada com base em QIP trazido pelo consumidor BASF, mesmo que objetivamente a indústria doméstica tenha capacidade produtiva, em termos quantitativos, para abastecimento do mercado brasileiro. Da mesma maneira, espera-se esclarecer e aprofundar o entendimento acerca do movimento de preços observado neste produto em relação à eventual restrição em termos de preço.

2.4 Impactos da medida de defesa comercial na dinâmica do mercado brasileiro

152. Na avaliação final de interesse público em medidas de defesa comercial, serão avaliados os impactos da medida de defesa comercial na dinâmica do mercado nacional. No presente caso, será necessário analisar os possíveis efeitos decorrentes da eventual retirada/alteração da medida antidumping sobre a dinâmica de mercado do produto.

153. Como uma das formas de estimar os efeitos da medida de defesa comercial, utiliza-se uma simulação com base em Modelo de Equilíbrio Parcial. Tal modelo de equilíbrio parcial parte da estrutura de Armington, na qual os produtos das diferentes origens são tratados como substitutos imperfeitos e, dada a estrutura de elasticidade de substituição constante (CES), a substitutibilidade entre os produtos pode ser governada pela elasticidade de substituição (σ), conhecida como elasticidade de Armington. A estrutura do modelo apresentado seguiu o trabalho de Francois (2009), com a única diferença de ter considerado a ótica de um único país, enquanto Francois considera um modelo global com "n" países importando e exportando.

154. Nesse contexto, espera-se que as partes apresentem, ao longo da instrução processual, estimativas da elasticidade-preço da oferta, elasticidade-preço da demanda e elasticidade de substituição no mercado internacional. A elasticidade-preço da oferta, em linhas gerais, se refere ao excesso de capacidade ociosa, a facilidade com que os produtores podem alterar a sua capacidade produtiva, a capacidade dos produtores de adaptar sua produção, a existência de estoques e a disponibilidade de mercados alternativos para produtos produzidos no mercado nacional. Por sua vez, a elasticidade-preço da demanda se relaciona à existência, à disponibilidade e viabilidade comercial de produtos substitutos, bem como se refere à participação do produto em cadeias a jusante. Por fim, a elasticidade de substituição depende da extensão da diferenciação do produto entre os produtos nacionais e importados. A diferenciação do produto, entre outros fatores, depende de fatores como qualidade (por exemplo, química, forma, aparência, certificação) e condições de venda (por exemplo, disponibilidade, termos de vendas/descontos/promoções).

155. Recorda-se, ainda, que podem ser apresentados outros tipos de contribuições que possam auxiliar na avaliação de impacto da eventual manutenção/retirada ou alteração da medida antidumping na dinâmica do mercado nacional de n-butanol.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DA AVALIAÇÃO PRELIMINAR DE INTERESSE PÚBLICO

156. Após a análise dos elementos apresentados ao longo das conclusões preliminares sobre a avaliação de interesse público feita no âmbito do processo de revisão de final de período acerca de medida antidumping aplicada sobre as importações de n-butanol, nota-se que:

a) o produto sob análise é considerado como insumo, com aplicação para o setor de plastificantes, tintas e vernizes, perfumes, antibióticos, hormônios, vitaminas polidores e limpadores e produção de agentes de flotação e butilaminas;

b) não foram encontrados elementos que indicassem possível substituição para o n-butanol;

c) verificou-se um aumento relevante da concentração do mercado brasileiro, o qual se encontra em patamar altamente concentrado desde o início da série histórica;

d) em termos de oferta internacional, as medidas de defesa comercial aplicadas pelo Brasil atingem quase [CONFIDENCIAL] da capacidade produtiva mundial. Por outro lado, a China, origem não gravada, é responsável por [CONFIDENCIAL] % de toda a capacidade produtiva disponível global. O país não figura, entretanto, dentre os principais exportadores mundiais do produto;

e) em relação aos dados de exportações mundiais em 2020, o principal exportador mundial é a origem sob análise África do Sul com 22% das exportações mundiais, seguido das origens não gravadas Taipé Chinês, com 21%, Bélgica, com 20% e Malásia com 12,8%. Assim, as origens sob análise na presente avaliação possuem a participação de 24,7% das exportações mundiais do n-butanol. Em termos de fluxo de comércio por origem, observa-se que as origens Taipé Chinês, Malásia e Arábia Saudita possuem a balança comercial de n-butanol positiva sendo que as duas primeiras representam 33,8% das exportações mundiais;

f) as importações brasileiras totais sofreram queda de 47,5% entre T1 e T5, principalmente devido à redução das importações dos EUA, após aplicação da medida antidumping sobre essa origem em T2. No período associado à revisão, T6 a T10, as importações totais seguiram a trajetória de queda, tendo reduzido 26,6%. Isso indica que o desvio de comércio ocorrido após a aplicação das medidas de defesa comercial não foi capaz de compensar a queda nas transações com as origens gravadas. Assim, de T1 a T10, o total importado diminuiu 69,3%;

g) verifica-se que as origens mais relevantes em termos de volume no período da revisão, de T6 a T10, Alemanha, Arábia Saudita e EUA, praticaram preços mais elevados que o preço médio das importações totais. Com efeito, os preços médios praticados por Alemanha, Arábia Saudita e EUA, entre T6 e T10, superaram o preço médio geral em [CONFIDENCIAL] %, [CONFIDENCIAL]% e [CONFIDENCIAL]%, respectivamente;

h) o II de 12% é mais alto que a tarifa de 94% dos países que reportaram alíquotas do SH6 (2905.13) à OMC. Na comparação com os maiores exportadores do produto, o imposto de importação brasileiro é maior que as tarifas de importação praticadas pela África do Sul (0%), Taipé Chinês (1%), Bélgica (5,5%), Malásia (0%) e EUA (5,5%);

i) dentre os países aos quais foram concedidas preferências tarifárias, nenhum deles exporta volumes significativos de n-butanol, de forma que também não foram identificadas origens relevantes para o abastecimento do mercado brasileiro;

j) verificaram-se 10 (dez) medidas de defesa comercial aplicadas por Índia, China e Islândia à União Europeia, EUA, África Sul, Singapura, Vietnã, Malásia e Taipé chinês;

k) o direito antidumping está em vigor há 10 (dez) anos e 3 (três) meses para o produto estadunidense e há 5 (cinco) anos para o produto originário da África do Sul e da Rússia;

l) Não foram encontradas barreiras não-tarifárias em relação ao produto em análise;

m) em termos de oferta nacional, a capacidade instalada foi capaz de atender o mercado brasileiro em todos os períodos sob análise, devido principalmente à sua ampliação entre T5 e T6 e às quedas registradas na produção entre T7 e T10, nas vendas da indústria doméstica para os mercados interno e externo e no consumo cativo, especialmente a partir de T6. Por outro lado, foram apresentados indícios de problemas de fornecimento do produto no mercado interno pela ID, com base no QIP apresentado pela BASF;

n) em relação a preços, o comportamento dos preços praticados pela indústria doméstica em relação aos custos não revelou uma restrição à oferta, uma vez que a evolução de preços seguiu, em grande medida, a tendência de custos de produção. No entanto, o comportamento dos preços praticados pela indústria doméstica em relação ao índice de preços revelou uma possível restrição à oferta nacional.

o) da mesma forma, o comportamento dos preços praticados pela indústria doméstica em relação aos preços de importações das origens sob análise e também em relação àquelas que não se encontram sob análise, revelou uma possível restrição à oferta nacional; e

p) não foram encontradas evidências preliminares de restrições à oferta em termos de variedade e qualidade, dada a característica de homogeneidade e baixo grau de diferenciação.

157. Em conclusão, entende-se que foram encontrados elementos suficientes de interesse público para a abertura da avaliação de interesse público com vistas ao aprofundamento principalmente das condições da oferta internacional e nacional deste produto.

158. Nesse sentido, é necessário aprofundar a análise acerca da existência de origens alternativas, uma vez que, por mais que se apontem origens com capacidade instalada e potencial exportador de n-butanol que poderiam abastecer o mercado brasileiro, foi observada ao longo dos 10 (dez) períodos analisados uma queda expressiva nas importações das origens gravadas e um desvio de comércio de menor magnitude para origens como Alemanha e Arabia Saudita. Essas origens, juntamente com os EUA, origem gravada, passaram a ser as mais relevantes para as importações brasileiras, ainda que com volumes reduzidos. Em relação às importações alemãs e sauditas, o volume reduzido pode estar associado ao preço mais elevado praticado por essas origens.

159. Deve-se observar também que, após a aplicação da medida antidumping em T6, o nível de concentração mudou de patamar, saindo da faixa de 3 mil pontos em T1 e superando os 6 mil pontos em T10.

160. Do ponto de vista da oferta nacional, em que pese a existência de capacidade produtiva efetiva para atendimento do mercado brasileiro pela indústria doméstica, em termos quantitativos, foram observadas preliminarmente dificuldades de atendimento da demanda nacional, com base nas informações coletadas em QIP. Ademais, observaram-se períodos com a produção doméstica inferior ao mercado brasileiro. Ainda nesse sentido, merecem ainda aprofundamento as questões relacionadas ao movimento de preços da indústria doméstica vis-à-vis a comparação com preços internacionais, como também em relação à evolução frente ao índice industrial para esclarecer possíveis restrições à oferta nacional em termos de preço.

161. Por fim, para fins da avaliação final de interesse público, espera-se que as partes interessadas se manifestem, ao longo da fase probatória, sobre os elementos da análise preliminar em relação aos quais ainda restam necessários aprofundamentos, nos termos deste documento, e sobre os elementos da análise final, relativos a impactos da continuidade das medidas de defesa comercial na dinâmica do mercado nacional de n-butanol.

162. Pelo acima exposto, e, nos termos do artigo 6º da Portaria SECEX nº 13/2020, entende-se que existem elementos para abertura da avaliação de interesse público a respeito da continuidade da aplicação de medidas antidumping sobre as importações de n-butanol, originárias da África do Sul e da Rússia.

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SECRETARIA DE GESTÃO

PORTARIA SEGES/ME Nº 6.305, DE 14 DE JULHO DE 2022

Altera o Anexo da Portaria nº 252, de 2 de agosto de 2017.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO SUBSTITUTA DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 127 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, resolve:

Art. 1º O Anexo à Portaria nº 252, de 2 de agosto de 2017, passa a vigorar na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 1º de julho de 2022.

ELISE SUELI PEREIRA GONÇALVES

ANEXO

Quadro Demonstrativo das GSISTE distribuídas aos órgãos centrais, setoriais e seccionais do Sistema de Serviços Gerais - SISG:

ÓRGÃO	QUANTITATIVO DE GSISTE		
	NÍVEL SUPERIOR	NÍVEL INTERMEDIÁRIO	TOTAL
1. Órgão Central*	82	29	111
2. Órgãos Setoriais e Seccionais			
2.1. Advocacia Geral da União	38	16	54
2.2. Casa Civil/Presidência da República	49	18	67
2.3. Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária	12	6	18
2.4. Fundação Nacional da Saúde	3	0	3
2.5. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	44	18	62
2.6. Ministério da Cidadania	47	12	59
2.7. Instituto Brasileiro de Museus	5	1	6
2.8. Fundação Biblioteca Nacional	5	1	6
2.9. Fundação Cultural Palmares	6	1	7
2.10. Fundação Casa de Rui Barbosa	3	0	3
2.11. Fundação Nacional de Artes	5	1	6
2.12. Instituto do Patrimônio Hist. e Art. Nacional	11	1	12
2.13. Ministério da Defesa	12	7	19
2.14. Comando da Aeronáutica	9	3	12
2.15. Comando do Exército	9	3	12
2.16. Comando da Marinha	9	3	12
2.17. Ministério da Economia	157	83	240
2.18. Ministério da Educação	41	15	56
2.19. Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste	3	0	3
2.20. Ministério da Justiça e Segurança Pública	48	20	68
2.21. Ministério da Saúde	48	18	66
2.22. Ministério das Relações Exteriores	17	8	25
2.23. Fundação Alexandre de Gusmão	12	3	15
2.24. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	46	15	61
2.25. Ministério das Comunicações	15	5	20
2.26. Ministério de Minas e Energia	15	17	32
2.27 Ministério do Desenvolvimento Regional	45	15	60
2.28. Ministério do Meio Ambiente	26	12	38
2.29. Ministério do Turismo	23	18	41
2.30. Ministério da Infraestrutura	33	14	47
2.31. Superintendência de Previdência Complementar	2	2	4
2.32. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	0	7	7
2.33. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	0	12	12
2.3.4. Ministério do Trabalho e Previdência	32	16	48
TOTAL	912	400	1312

SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL

PORTARIA SGD/ME Nº 5.889, DE 13 DE JULHO DE 2022

Declara o exaurimento de atos no âmbito do Órgão Central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP.

O SECRETÁRIO DE GOVERNO DIGITAL SUBSTITUTO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XII do art. 132 do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e os incisos I e V do art. 4º do Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, bem como o disposto no art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Ficam declarados exauridos os atos constantes do Anexo desta Portaria, editados no âmbito do Órgão Central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP.

Art. 2º Os atos de que trata o art. 1º serão considerados não vigentes e ficarão disponíveis para fins de consulta na página de legislação geral do SISP, disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/legislacao/geral.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor no dia 1º de agosto de 2022.

ULYSSES CESAR AMARO DE MELO

ANEXO

Espécie	Número do Ato
Portaria	Nº 11, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2008
Resolução	Nº 1, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2010
Resolução	Nº 7, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010
Resolução	Nº 1, DE 23 DE OUTUBRO DE 2012

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PORTARIA RFB Nº 199, DE 13 DE JULHO DE 2022

Altera a Portaria RFB nº 1.750, de 12 de novembro de 2018, que dispõe sobre representação fiscal para fins penais referente a crimes contra a ordem tributária, contra a Previdência Social, e de contrabando ou descaminho, sobre representação para fins penais referente a crimes contra a Administração Pública Federal, em detrimento da Fazenda Nacional ou contra administração pública estrangeira, de falsidade de títulos, papéis e documentos públicos e de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, e sobre representação referente a atos de improbidade administrativa.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no inciso I do art. 66 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, no inciso I do § 3º do art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, no art. 83 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e nos arts. 47 a 51 do Decreto nº 7.574, de 29 de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º A Portaria RFB nº 1.750, de 12 de novembro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º Somente será formalizada representação fiscal para fins penais decorrente de procedimento fiscal executado unicamente com fundamento nos dados disponíveis nas bases de dados da RFB se devidamente comprovada a ocorrência dos fatos que configuram, em tese, os crimes previstos no art. 2º e que afastem a alegação de mero erro na transmissão das informações à base de dados da RFB." (NR)

"Art. 15. As representações fiscais para fins penais serão encaminhadas ao órgão do MPF competente para promover a ação penal, mediante ofício do titular da unidade responsável pelo controle do processo administrativo fiscal, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data:

....." (NR)

"Art. 17. .....

§ 1º A representação para fins penais de que trata o caput deverá ser encaminhada pelo titular da unidade responsável pela formalização da representação ao órgão do MPF competente para promover a ação penal no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de sua protocolização.

....." (NR)

Art. 2º Ficam revogados os incisos I e II do caput do art. 6º da Portaria RFB nº 1.750, de 12 de novembro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor no dia 1º de agosto de 2022.

JULIO CESAR VIEIRA GOMES

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 71, DE 13 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre o cancelamento do registro especial de fabricante de cigarros da empresa Congo Indústria e Comércio de Cigarros, Importação e Exportação Ltda., CNPJ nº 12.011.627/0001-27.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo § 3º do art. 2º do Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e pelo § 2º do art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, declara:

Art. 1º Fica CANCELADO o Registro Especial de Fabricante de Cigarros nº 33-01/2013, da sociedade empresarial CONGO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIGARROS, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 12.011.627/0001-27, concedido pelo Ato Declaratório Executivo Cofis nº 56, de 17 de julho de 2013, por descumprimento do requisito previsto no inciso II do art. 2º do Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, segundo consta do Processo Administrativo nº 13136.720206/2022-80.

Art. 2º Fica CANCELADO o Ato Declaratório COFIS nº 44, de 31 de maio de 2022, publicado na página 60 da Seção I da edição do Diário Oficial da União nº 109, de 9 de junho de 2022.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO EDUARDO NUNES VERÇOSA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS
AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TABATINGA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO IRFTAB Nº 9, DE 14 DE JULHO DE 2022

Habilita pessoa jurídica para utilização do Regime Especial Fronteiriço de Tabatinga (Refront).

O INSPETOR-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TABATINGA/AM, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo único do artigo 5º da Instrução Normativa RFB nº 1798, de 15 de março de 2018 e tendo em vista o que consta do processo nº 13042.077482/2022-65, declara:

Art. 1º Habilitada, por prazo indeterminado, para utilização do Regime Especial Fronteiriço de Tabatinga (Refront), a pessoa jurídica C. E. DE VEIGA PATINO LTDA, CNPJ 46.474.487/0001-45

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SÉRGIO CARNEIRO GUIMARÃES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 11 DE JULHO DE 2022

Concessão de REGISTRO ESPECIAL a que estão obrigados os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcoólicas, RE nº 04201/028. Base legal: artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.593/77 e IN RFB nº 1.432/2013

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL-RN, no uso da atribuição que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n º 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, bem como o disposto nos artigos 284, 322, 331 e 336 do Decreto nº 7.212, de 15/06/2010, e no artigo 3º da IN RFB nº 1.432, de 26/12/2013, e, finalmente, o que consta do dossiê eletrônico nº 13083.044.410/2022-55, resolve:

Art. 1o Conceder à EXTREMA BEBIDAS ARTESANAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 39.937.881/0001-07, situada na Fazenda Jardim S/N, Distrito Jardim, Zona Rural, Pureza/RN, CEP 59.582-000, o REGISTRO ESPECIAL instituído pelo artigo 1º do decreto-lei nº 1.593/77, com redação dada pela medida Provisória nº 1.991-15/2000, convalidada pela Medida Provisória nº 2.158-35/2001, como estabelecimento PRODUTOR de bebidas alcoólicas, nº 04201/028.

Art. 2º Este ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WYLLO MARQUES FERREITA JÚNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 11 DE JULHO DE 2022

Concessão de REGISTRO ESPECIAL a que estão obrigados os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcoólicas, RE nº 04201/029. Base legal: artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.593/77 e IN RFB nº 1.432/2013

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL-RN, no uso da atribuição que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n º 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, bem como o disposto nos artigos 284, 322, 331 e 336 do Decreto nº 7.212, de 15/06/2010, e no artigo 3º da IN RFB nº 1.432, de 26/12/2013, e, finalmente, o que consta do dossiê eletrônico nº 13083.044.410/2022-55, resolve:

Art. 1o Conceder à EXTREMA BEBIDAS ARTESANAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 39.937.881/0001-07, situada na Fazenda Jardim S/N, Distrito Jardim, Zona Rural, Pureza/RN, CEP 59.582-000, o REGISTRO ESPECIAL instituído pelo artigo 1º do decreto-lei nº 1.593/77, com redação dada pela medida Provisória nº 1.991-15/2000, convalidada pela Medida Provisória nº 2.158-35/2001, como estabelecimento ENGARRAFADOR de bebidas alcoólicas, nº 04201/029.

Art. 2º Este ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WYLLO MARQUES FERREITA JÚNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/DEVAT/SRRF04/RFB Nº 77, DE 28 DE JUNHO DE 2022

Habilitar a Pessoa Jurídica que menciona a operar no regime de redução do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL (RN), no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 4.213, de 2002; no que disciplina: o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2020; a Portaria SRRF04 nº 50, de 21 de maio de 2021, considerando o disposto na Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, nos Decretos nº 4.213, de 2002 e no Decreto nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 19614.732241/2021-64, formalizado em 02/12/2021, e seu Despacho Decisório nº 2.178/2022 - EBEN/SRRF/04, de 28/06/2022, declara:

Art. 1º - HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a pessoa jurídica SALINA DIAMANTE BRANCO LTDA, CNPJ nº 01.464.886/0004-30, em razão da condição onerosa de Modernização Total de Empreendimento na área de atuação da SUDENE, na forma do artigo 3º do Decreto nº 4.213/2002 e conforme Laudo Constitutivo nº 0193/2021, emitido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio da SUDENE, e de acordo com o que consta do mencionado processo administrativo nº 19614.732241/2021-64.

Art. 2º - Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido exclusivamente ao estabelecimento FILIAL da Pessoa Jurídica SALINA DIAMANTE BRANCO LTDA, CNPJ nº 01.464.886/0002-78, localizado na Loc Ilha do Amarra Negra, s/nº, Litoral, Município de Galinhos, Estado do Rio Grande do Norte - CEP 59596-000, que versa sobre a condição onerosa de Modernização Total de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE do Ministério do Desenvolvimento Regional, cuja atividade incentivada a ser contemplada é a Extração e Beneficiamento de Sal Marinho, conforme Laudo Constitutivo nº 0193/2021 e anexos I e II, enquadrada, pela SUDENE, no setor prioritário de Indústria de Transformação - Alimentos, na forma do art. 2º, inciso VI, alínea "i", do Decreto nº 4.213, de 26/04/2002, com o início de fruição em 01/01/2021 e término em 31/12/2030, ficando excluídas do benefício as demais atividades objetos da empresa em questão.

Art. 3º - Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0193/2021, seus Anexos I e II, bem como na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JÚNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/DEVAT/SRRF04/RFB Nº 78, DE 28 DE JUNHO DE 2022

Habilitar a Pessoa Jurídica que menciona a operar no regime de redução do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL (RN), no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 4.213, de 2002; no que disciplina: o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2020; a Portaria SRRF04 nº 50, de 21 de maio de 2021, considerando o disposto na Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, nos Decretos nº 4.213, de 2002 e no Decreto nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 13408.720061/2021-99, formalizado em 30/12/2021, e seu Despacho Decisório nº 2.179/2022 - EBEN/SRRF/04, de 28/06/2022, declara:

Art. 1º - HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a pessoa jurídica FLOMIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 11.616.865/0001-01, em razão da condição onerosa de INSTALAÇÃO de Empreendimento na área de atuação da SUDENE, na forma do artigo 3º do Decreto nº 4.213/2002 e conforme Laudo Constitutivo nº 0234/2021, emitido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio da SUDENE, e de acordo com o que consta do mencionado processo administrativo nº 13408.720061/2021-99.

Art. 2º - Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido exclusivamente ao estabelecimento MATRIZ da Pessoa Jurídica FLOMIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 11.616.865/0001-01, localizado na Rodovia BR 423, Km 64, s/nº, Zona Rural, Município de Lajedo, Estado de Pernambuco - CEP 55.385-000, que versa sobre a condição onerosa de Instalação de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE do Ministério do Desenvolvimento Regional, cuja atividade incentivada a ser contemplada é a Fabricação de Farinha de Milho e Derivados, conforme Laudo Constitutivo nº 0234/2021 e anexos I e II, enquadrada, pela SUDENE, no setor prioritário de Indústria de Transformação - Alimentos, na forma do art. 2º, inciso VI, alínea "i", do Decreto nº 4.213, de 26/04/2002, com o início de fruição em 01/01/2021 e término em 31/12/2030, ficando excluídas do benefício as demais atividades objetos da empresa em questão.

Art. 3º - Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0234/2021, seus Anexos I e II, bem como na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JÚNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/DEVAT/SRRF04/RFB Nº 79, DE 28 DE JUNHO DE 2022

Habilitar a Pessoa Jurídica que menciona a operar no regime de redução do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL (RN), no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 4.213, de 2002; no que disciplina: o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2020; a Portaria SRRF04 nº 50, de 21 de maio de 2021, considerando o disposto na Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, nos Decretos nº 4.213, de 2002 e no Decreto nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 13408.720062/2021-33, formalizado em 30/12/2021, e seu Despacho Decisório nº 2.180/2022 - EBEN/SRRF/04, de 28/06/2022, declara:

Art. 1º - HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a pessoa jurídica NUTRANE NUTRIÇÃO ANIMAL LTDA, CNPJ nº 04.591.114/0001-04, em razão da condição onerosa de Instalação de Empreendimento na área de atuação da SUDENE, na forma do artigo 3º do Decreto nº 4.213/2002 e conforme Laudo Constitutivo nº 0120/2021, emitido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio da SUDENE, e de acordo com o que consta do mencionado processo administrativo nº 13408.720062/2021-33.

Art. 2º - Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido exclusivamente ao estabelecimento Filial da Pessoa Jurídica NUTRANE NUTRIÇÃO ANIMAL LTDA, CNPJ nº 04.591.114/0007-08, localizado na Rodovia BA 493, Km 10, s/nº, Zona Rural, Município de Castro Alves, Estado da Bahia - CEP 44500-000, que versa sobre a condição onerosa de Instalação de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE do Ministério do Desenvolvimento Regional, cuja atividade incentivada a ser contemplada é a Fabricação de Produtos Alimentícios, conforme Laudo Constitutivo nº 0120/2021 e anexos I e II, enquadrada, pela SUDENE, no setor prioritário de Indústria de Transformação - Alimentos, na forma do art. 2º, inciso VI, alínea "i", do Decreto nº 4.213, de 26/04/2002, com o início de fruição em 01/01/2020 e término em 31/12/2025, ficando excluídas do benefício as demais atividades objetos da empresa em questão.

Art. 3º - Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0120/2021, seus Anexos I e II, bem como na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JÚNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/DEVAT/SRRF04/RFB Nº 80, DE 28 DE JUNHO DE 2022

Habilitar a Pessoa Jurídica que menciona a operar no regime de redução do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL (RN), no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 4.213, de 2002; no que disciplina: o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2020; a Portaria SRRF04 nº 50, de 21 de maio de 2021, considerando o disposto na Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, nos Decretos nº 4.213, de 2002 e no Decreto nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 13408.720183/2018-80, formalizado em 21/11/2018, e seu Despacho Decisório nº 2.181/2022 - EBEN/SRRF/04, de 28/06/2022, declara:

Art. 1º - HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a pessoa jurídica NUTRANE NUTRIÇÃO ANIMAL LTDA, CNPJ nº 04.591.114/0001-04, em razão da condição onerosa de Modernização Total de Empreendimento na área de atuação da SUDENE, na forma do artigo 3º do Decreto nº 4.213/2002 e conforme Laudo Constitutivo nº 0153/2018, emitido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio da SUDENE, e de acordo com o que consta do mencionado processo administrativo nº 13408.720183/2018-80.

Art. 2º - Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido exclusivamente ao estabelecimento Filial da Pessoa Jurídica NUTRANE NUTRIÇÃO ANIMAL LTDA, CNPJ nº 04.591.114/0004-57, localizado na Rodovia PE 090, Km 01, s/nº, Zona Rural, Município de Carpina, Estado de Pernambuco - CEP 55813-530, que versa sobre a condição onerosa de Modernização Total de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE do Ministério do Desenvolvimento Regional, cuja atividade incentivada a ser contemplada é a Rações Balanceadas e Concentrados para Animais, conforme Laudo Constitutivo nº 0153/2018 e anexos I e II, enquadrada, pela SUDENE, no setor prioritário de Indústria de Transformação - Alimentos, na forma do art. 2º, inciso VI, alínea "i", do Decreto nº 4.213, de 26/04/2002, com o início de fruição em 01/01/2017 e término em 31/12/2025, ficando excluídas do benefício as demais atividades objetos da empresa em questão.

Art. 3º - Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0153/2018, seus Anexos I e II, bem como na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JÚNIOR

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.008 - SRRF04/DISIT, DE 13 DE JULHO DE 2022

Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF

Ementa: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AUXILIARES AO TRANSPORTE AÉREO. RETENÇÃO DO IMPOSTO. OBRIGATORIEDADE. As importâncias pagas ou creditadas a pessoa jurídica pela prestação de serviços auxiliares ao transporte aéreo, disciplinados pela Resolução Anac nº 116, de 2009, estão sujeitas à incidência do Imposto sobre a Renda na fonte à alíquota de 1% (um por cento).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 78, DE 2016, COM EMENTA REPUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE SETEMBRO DE 2016.

Dispositivos Legais: Decreto nº 9.580, de 2018 (Regulamento do Imposto de Renda - RIR/2018), art. 716; Resolução Anac nº 116, de 2009, arts. 1º e 2º, III, e Anexo.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

Ementa: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AUXILIARES AO TRANSPORTE AÉREO. RETENÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO. OBRIGATORIEDADE. Os pagamentos efetuados por pessoa jurídica a outra pessoa jurídica de direito privado pela prestação de serviços auxiliares ao transporte aéreo, disciplinados pela Resolução Anac nº 116, de 2009, estão sujeitos à retenção na fonte da CSLL à alíquota de 1% (um por cento).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 78, DE 2016, COM EMENTA REPUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE SETEMBRO DE 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, arts. 30 e 31; Resolução Anac nº 116, de 2009, arts. 1º e 2º, III, e Anexo.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Ementa: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AUXILIARES AO TRANSPORTE AÉREO. RETENÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO. OBRIGATORIEDADE. Os pagamentos efetuados por pessoa jurídica a outra pessoa jurídica de direito privado pela prestação de serviços auxiliares ao transporte aéreo, disciplinados pela Resolução Anac nº 116, de 2009, estão sujeitos à retenção na fonte da Contribuição para o PIS/Pasep à alíquota de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 78, DE 2016, COM EMENTA REPUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE SETEMBRO DE 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, arts. 30 e 31; Resolução Anac nº 116, de 2009, arts. 1º e 2º, III, e Anexo.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

Ementa: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AUXILIARES AO TRANSPORTE AÉREO. RETENÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO. OBRIGATORIEDADE. Os pagamentos efetuados por pessoa jurídica a outra pessoa jurídica de direito privado pela prestação de serviços auxiliares ao transporte aéreo, disciplinados pela Resolução Anac nº 116, de 2009, estão sujeitos à retenção na fonte da Cofins à alíquota de 3% (três por cento).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 78, DE 2016, COM EMENTA REPUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE SETEMBRO DE 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, arts. 30 e 31; Resolução Anac nº 116, de 2009, arts. 1º e 2º, III, e Anexo.

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

Ementa: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AUXILIARES AO TRANSPORTE AÉREO. RETENÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO. DISPENSA. Os serviços auxiliares ao transporte aéreo, disciplinados pela Resolução Anac nº 116, de 2009, não se sujeitam à retenção de que trata o art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 78, DE 2016, COM EMENTA REPUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE SETEMBRO DE 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 7.565, de 1986, arts. 102, I, e 104; Resolução Anac nº 116, de 2009, arts. 1º e 2º, III, e Anexo; Lei 8.212, de 1991, art. 31; Decreto nº 3.048, de 1999, art. 219; Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, arts. 117 e 118.

ROBERTO PETRÚCIO HERCULANO DE ALENCAR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA SRRF06 Nº 54, DE 14 DE JULHO DE 2022

Altera a Portaria SRRF06 nº 37, de 23 de dezembro de 2021, que disciplina o atendimento realizado por meio do Chat RFB na 6ª região Fiscal, nos termos da Portaria RFB nº 90, de 6 de dezembro de 2021.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 6ª REGIÃO FISCAL, no uso da(s) atribuição(ões) que lhe confere(m) o(s) inciso(s) I e III do art. 243 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto na Portaria RFB nº 90, de 6 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º O Anexo Único da Portaria SRRF06 nº 37, de 23 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 24 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a redação do Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria será publicada no DOU e entrará em vigor em 1º de agosto de 2022.

MÁRIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

ANEXO ÚNICO

Serviço	Horário de Atendimento
Converter processo eletrônico em digital	07:30 às 18:30
Discordar de compensação de ofício	07:30 às 18:00
Emitir GPS de débito confessado em GFIP (DCG/LDCG)	07:30 às 18:00
Obter cópia de declaração	07:30 às 18:00
Protocolar processo	07:00 às 19:00
Regularizar cadastro de pessoa jurídica (CNPJ)	07:30 às 18:00
Regularizar cadastro previdenciário	07:30 às 18:00
Regularizar débitos de imposto de renda (IRPF)	07:30 às 18:30
Regularizar débitos de imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR)	07:30 às 18:00
Regularizar débitos de obra (Sero)	07:30 às 18:00
Regularizar débitos declarados em DCTFWEB	07:30 às 18:00
Regularizar débitos declarados em GFIP	07:30 às 18:00
Regularizar débitos do Empregador Doméstico (eSocial)	07:30 às 18:00
Regularizar débitos do Simples Nacional e MEI	07:30 às 18:00
Regularizar débitos objeto de Declaração de Compensação	07:30 às 18:00
Regularizar demais débitos tributários (DCTF e Autos de Infração)	07:30 às 18:00
Regularizar Parcelamento de débitos declarados em GFIP	07:30 às 18:00
Regularizar Parcelamento demais débitos	07:30 às 18:00

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 84, DE 13 DE JULHO DE 2022

Atualiza as marcas comerciais relativos aos Registros Especiais nº 06104/163 e 06104/164.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do art. 360 e o inciso III do §1º do Art. 299 do Regimento Interno da Secretária da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e, ainda, o que consta no processo administrativo nº 13643.720437/2012-91, declara:

Art.1º.- O estabelecimento da empresa MWBX AGRONEGÓCIOS LTDA - EPP, CNPJ 11.288.832/0001-71, situada na Estrada Velha de Porto Firme a Viçosa, km 06, Distrito Sede, Porto Firme-MG, está inscrito no Registro Especial sob o nº 06104/163 e 06104/164, como produtor e engarrafador, conforme Ato Declaratório Executivo nº 31 e 32, ambos de 25 de setembro de 2012, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora - MG.

Art. 2º.- O estabelecimento supracitado está autorizado a produzir, engarrafar e comercializar os produtos abaixo discriminados:

NCM	PRODUTO	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE RECIP. (ml)	REGISTRO NO MAPA
22084000	Cachaça	Velha Aroeira (Carvalho)	50,160,300,500 e 670	MG 05068-00001-8
22084000	Cachaça	Aroeirinha	50,160,300,500 e 670	MG 05068-00002-6
22084000	Cachaça	Confraria Chico Mineiro Ouro (Carvalho)	160,300 e 670	MG 05068-00003-4
22084000	Cachaça	Si Sobrá Nois Vendi	600	MG 05068-00004-2
22084000	Cachaça	Arrumação Ouro (Carvalho)	50,160,300 e 670	MG 05068-00005-1
22084000	Cachaça	Arrumação Prata	50,160,300 e 670	MG 05068-00006-9
22084000	Cachaça	Armazém do Mineiro Ouro (Carvalho)	160,300 e 600	MG 05068-00007-7
22084000	Cachaça	Armazém do Mineiro Prata	160,300 e 600	MG 05068-00008-5
22084000	Cachaça	Confraria Chico Mineiro Prata	160,300 e 670	MG 05068-00009-3
22085000	Gin	JAAR58	750	MG 000874-5.000004

Art. 3º - A presente autorização poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do Registro Especial.

Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS ADRIANO AMORIM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JFA/MG Nº 85, DE 13 DE JULHO DE 2022

Declara a inscrição de Pessoa Jurídica no Registro Especial para engarrafador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo art. 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020 e pelo art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º - Inscrita no Registro Especial, sob o nº 06104/238 a empresa Bebidas Atual Ltda, CNPJ nº 40.385.002/0001-60, estabelecida na Rodovia Deputado José Pires da Luz, nº2960, Galpão 04, bairro Vale do Ouro, CEP: 36.512-000, município de Tocantins/MG; não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da empresa.

Art. 2º - O estabelecimento supracitado exerce a atividade de ENGARRAFADOR de bebidas alcoólicas das marcas comerciais e em recipientes abaixo discriminados, conforme requerimento e demais informações constantes do Dossiê Digital de Atendimento nº 13031.846721/2021-86.

NCM	Produto	Marca Comercial	Recipiente	Cap. (ml)	Registro no MAPA
2208.40.00	Cachaça	Miógtem Prata	Garrafa Pet	500	MG 002388-4.000001
2208.40.00	Cachaça	Dutonel Prata	Garrafa Pet	500	MG 002388-4.000001
2208.40.00	Cachaça	SF Prata	Garrafa Pet	500	MG 002388-4.000001
2208.40.00	Cachaça	Miógtem Ouro	Garrafa Pet	500	MG 002388-4.000002
2208.40.00	Cachaça	Dutonel Ouro	Garrafa Pet	500	MG 002388-4.000002
2208.40.00	Cachaça	SF Ouro	Garrafa Pet	500	MG 002388-4.000002

Art. 3º - O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e suas alterações posteriores, bem como observar os demais atos legais e normativos, sob pena de ter este registro especial cancelado.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ADRIANO AMORIM

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VAR/MG Nº 82, DE 13 DE JULHO DE 2022

Declara a inscrição de Pessoa Jurídica no Registro Especial para produtor de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo art. 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020 e pelo art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º - Inscrita no Registro Especial, sob o nº 06106/210 a empresa Destilaria Campo Belo Ltda, CNPJ nº 41.314.219/0001-42, estabelecida na Avenida Carlos Claret Ferreira nº 48, bairro Arnaldos, CEP: 37.270-000, município de Campo Belo/MG; não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da empresa.

Art. 2º - O estabelecimento supracitado exerce a atividade de PRODUTOR de bebidas alcoólicas das marcas comerciais e em recipientes abaixo discriminados, conforme requerimento e demais informações constantes do Dossiê Digital de Atendimento nº 13031.205299/2022-95.

NCM	Produto	Marca Comercial	Recipiente	Cap. (ml)	Registro no MAPA
2208.50.00	Gim	Âmbroz	Vidro	750	MG 002698-0.000001

Art. 3º - O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e suas alterações posteriores, bem como observar os demais atos legais e normativos, sob pena de ter este registro especial cancelado.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE VIEGAS CUNHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VAR/MG Nº 83, DE 13 DE JULHO DE 2022

Declara a inscrição de Pessoa Jurídica no Registro Especial para engarrafador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo art. 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020 e pelo art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º - Inscrita no Registro Especial, sob o nº 06106/211 a empresa Destilaria Campo Belo Ltda, CNPJ nº 41.314.219/0001-42, estabelecida na Avenida Carlos Claret Ferreira nº 48, bairro Arnaldos, CEP: 37.270-000, município de Campo Belo/MG; não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da empresa.

Art. 2º - O estabelecimento supracitado exerce a atividade de ENGARRAFADOR de bebidas alcoólicas das marcas comerciais e em recipientes abaixo discriminados, conforme requerimento e demais informações constantes do Dossiê Digital de Atendimento nº 13031.205299/2022-95.

NCM	Produto	Marca Comercial	Recipiente	Cap. (ml)	Registro no MAPA
2208.50.00	Gim	Âmbroz	Vidro	750	MG 002698-0.000001

Art. 3º - O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e suas alterações posteriores, bem como observar os demais atos legais e normativos, sob pena de ter este registro especial cancelado.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE VIEGAS CUNHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX Nº 72, DE 28 DE JUNHO DE 2022

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro), na modalidade Repetro-Sped, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.165020/2022-13, e em conformidade com a decisão exarada pelo Sr. Superintendente da 7ª Região Fiscal da Receita Federal do Brasil em julgado de Recurso Hierárquico de caso semelhante, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do Decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, em reverência ao Princípio da Autonomia dos Estabelecimentos, a pessoa jurídica 3R AREIA BRANCA S.A., CNPJ nº 52.127.214/0001-27 para atuar como operadora, até o termo final, consignado no Anexo, na seguinte forma: a matriz, CNPJ nº 52.127.214/0001-27 e o estabelecimento de CNPJ nº 52.127.214/0004-70 , somente no tratamento aduaneiro/tributário de admissão temporária para utilização econômica com dispensa do pagamento dos tributos federais, com base no artigo 2º, IV, da IN RFB nº 1781/17, e o estabelecimento de CNPJ nº 52.127.214/0003-99 em ambos os tratamentos aduaneiros/tributários, admissão temporária para utilização econômica com dispensa do pagamento dos tributos federais e importação de bens para permanência definitiva no país com suspensão do pagamento dos tributos federais incidentes na importação, com fulcro no artigo 2º, III e IV, da IN RFB nº 1781/17.

Art. 2º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ANEXO

Processo Digital nº 13113.165020/2022-13			
Nome do Bloco ou Campo	Localização	Número do Contrato	TERMO FINAL
PONTAL DO MEL	BACIA POTIGUAR - RIO GRANDE DO NORTE	48000.003816/97-91	06/08/2025
REDONDA	BACIA POTIGUAR - RIO GRANDE DO NORTE	48000.003818/97-16	06/08/2025

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX Nº 73, DE 5 DE JULHO DE 2022

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro), na modalidade Repetro-Sped, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.174627/2022-94, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do Decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, nos termos dos artigos 2º, incisos III e IV, 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para prestação de serviços PXGEO DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 10.398.615/0001-71 e o estabelecimento de CNPJ nº 10.398.615/0002-52, até 26/10/2023.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, CNPJ nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo Decex nº 23 de 15/03/2021, publicado no Diário Oficial da União de 18/03/2021.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 74, DE 5 DE JULHO DE 2022

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural - Repetro, na modalidade Repetro-Sped, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.176854/2022-54, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do Decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, com fulcro no artigo 2º, incisos III e IV, artigo 4º, § 1º, inciso II, alínea "b", artigo 5º e artigo 6º, caput e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica subcontratada para a prestação de serviços e navegação de apoio marítimo FARSTAD SHIPPING LTDA, CNPJ nº 02.873.539/0001-80 até 20/08/2022, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º A pessoa jurídica contratante é Zemax Serviços Marítimos Ltda, CNPJ nº 29.764.518/0001-83 e a operadora é Karoon Petróleo & Gás Ltda, CNPJ nº 09.347.916/0001-97.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX Nº 75, DE 5 DE JULHO DE 2022

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro), na modalidade Repetro-Sped, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.177095/2022-47, e em conformidade com a decisão exarada pelo Sr. Superintendente da 7ª Região Fiscal da Receita Federal do Brasil em julgado de Recurso Hierárquico de caso semelhante, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do Decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, em reverência ao Princípio da Autonomia dos Estabelecimentos, a pessoa jurídica 3R CANDEIAS S.A., CNPJ nº 23.018.639/0001-08 para atuar como operadora, até o termo final, consignado no Anexo, na seguinte forma: a matriz, CNPJ nº 23.018.639/0001-08 somente no tratamento aduaneiro/tributário de admissão temporária para utilização econômica com dispensa do pagamento dos tributos federais, com base no artigo 2º, IV, da IN RFB nº 1781/17, e o estabelecimento de CNPJ nº 23.018.639/0004-42 em ambos os tratamentos aduaneiros/tributários, admissão temporária para utilização econômica com dispensa do pagamento dos tributos federais e importação de bens para permanência definitiva no país com suspensão do pagamento dos tributos federais incidentes na importação, com fulcro no artigo 2º, III e IV, da IN RFB nº 1781/17.

Art. 2º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX Nº 76, DE 11 DE JULHO DE 2022

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro), na modalidade Repetro-Sped, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.190289/2022-38, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do Decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, nos termos dos artigos 2º, incisos III e IV, 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para prestação de serviços PRO OCEANO SERVIÇO OCEANOGRÁFICO E AMBIENTAL LTDA, CNPJ nº 04.001.949/0001-67 até 08/03/2027.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, CNPJ nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 77, DE 12 DE JULHO DE 2022

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural Repetro, na modalidade Repetro-Sped, somente na admissão temporária para utilização econômica com dispensa de tributos federais, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.190898/2022-97, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do Decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, somente na modalidade admissão temporária para utilização econômica com dispensa de tributos federais, com fulcro no artigo 2º, inciso IV, artigo 4º, § 1º, inciso II, alínea "b", artigo 5º e artigo 6º, caput e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica subcontratada para a navegação de apoio marítimo GRAN ENERGIES LTDA, CNPJ (matriz) nº 36.966.298/0001-36 até 09/12/2028, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º A pessoa jurídica contratante é SBM do Brasil Ltda, CNPJ nº 01.662.868/0001-10 e a operadora é Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, CNPJ nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/RJ1 Nº 2, DE 14 DE JULHO DE 2022

Concede o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) para operação destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, exercendo a atribuição contida no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1817, de 20 de julho de 2018, e com fundamento em pedido formalizado no processo administrativo nº 11707.720037/2021-50, declara:

Art. 1º Concedido o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o nº UP-07109/024, para o período de 3 (três) anos, ao estabelecimento STAR COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA LTDA, CNPJ: 39.762.742/0001-90, localizado na Estrada do Engenho da Pedra nº 1481 e 1487, Bairro Olaria, Rio de Janeiro CEP 21.031-485, para a atividade específica de USUÁRIO relativo à operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

Art. 2º A pessoa jurídica fica obrigada a entregar a Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle do Papel Imune (DIF - Papel Imune), de acordo com o disposto nos artigos 15 e 16 mencionada Instrução Normativa.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ANTÔNIO BICAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 198, DE 13 DE JULHO DE 2022

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 229, de 30 de junho de 2022, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.347716/2022-66, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição UP-08190/00165, para atividade de USUÁRIO, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 46.375.531/0001-60
Razão Social: PANROTAS EDITORA LTDA
Endereço: Rua Matias Aires, 404 - conjunto 71 - sala C
CEP: 01309-020 - São Paulo - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 199, DE 13 DE JULHO DE 2022

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 229, de 30 de junho de 2022, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.349936/2022-24, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição UP-08190/01593, para atividade de USUÁRIO, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 07.563.739/0001-50
Razão Social: MENS EDITORA E PARTICIPAÇÕES LTDA
Endereço: Rua Augusta, 101 - conjunto 1017 - Consolação
CEP: 01305-000 - São Paulo - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 200, DE 14 DE JULHO DE 2022

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 229, de 30 de junho de 2022, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.346149/2022-21, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição UP-08190/00227, para atividade de USUÁRIO, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 54.101.829/0001-00
Razão Social: EDITORA MEIO E MENSAGEM LIMITADA
Endereço: Rua Catequese, 227 - 5º andar - Butantã
CEP: 05502-020 - São Paulo - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 201, DE 14 DE JULHO DE 2022

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 229, de 30 de junho de 2022, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.348209/2022-40, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição UP-08190/01311, para atividade de USUÁRIO, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 09.468.874/0001-42
Razão Social: CONECTFARMA PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS LTDA
Endereço: Rua Princesa Isabel, 94 - conjunto 14 - Brooklin Paulista
CEP: 04601-000 - São Paulo - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX Nº 31, DE 14 DE JULHO DE 2022

Exclui temporariamente do Programa de Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O DELEGADO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO no uso das atribuições dos artigos nº 360 e nº 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020 - Edição Extra, tendo em vista a estrutura organizacional na qual se insere a Equipe de Gestão de Operadores Econômicos Autorizados e, considerando o disposto no art. 24 da Instrução Normativa RFB nº 1985 de 29 de outubro de 2020, combinado com o art. 4 da Portaria Coana nº 88 de 23 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º. Excluir temporariamente, pelo prazo de 180 (cento e oitenta dias), do Programa de Operador Econômico Autorizado, na modalidade OEA-Conformidade Nível 2, função Importador, a empresa BASF SA, inscrita no CNPJ sob o nº 48.539.407/0001-18.

Art. 2º. A exclusão é extensiva a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica supracitada.

Art. 3º. Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX Nº 32, DE 14 DE JULHO DE 2022

Exclui do Programa de Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O DELEGADO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO no uso das atribuições dos Artigos nº 360 e nº 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020 - Edição Extra, tendo em vista a estrutura organizacional na qual se insere a Equipe de Gestão de Operadores Econômicos Autorizados e, considerando o disposto no art. 24 da Instrução Normativa RFB nº 1985 de 29 de outubro de 2020, combinado com o art. 4°da Portaria Coana nº 88 de 23 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º. Excluir do Programa de Operador Econômico Autorizado, na modalidade OEA - Segurança como Agente de Carga, a empresa YAMANECO YACON CARGA AEREA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 59.583.427/0001-02.

Art. 2º. A exclusão é extensiva a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica supracitada.

Art. 3º. Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUILHERME BIBIANI NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRRF09 Nº 26, DE 12 DE JULHO DE 2022

Concede a primeira alteração do regime especial de emissão de documentos e escrituração de livros fiscais referentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) concedido originalmente pelo Ato Declaratório Executivo (ADE) SRRF09 nº 19, de 16/08/2018.

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VI do art. 359 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 15 da Instrução Normativa SRF nº 85, de 11 de outubro de 2001, o que consta no processo nº 16.902.730-7 encaminhado pela Receita Estadual do Paraná, e o que consta no processo nº 10904.720023/2016-80, declara:

1. O item 13 do regime especial de emissão de documentos e escrituração de livros fiscais referentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) concedido originalmente pelo Ato Declaratório Executivo (ADE) SRRF09 nº 19, de 16/08/2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"13 Este regime especial entrará em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial da União e seu término será em 30/09/2025."

2. Permanecem em vigor as demais disposições do ADE SRRF09 nº 19, de 16/08/2018.

3. Ficam convalidados os procedimentos praticados após 30/09/2020 que estejam em conformidade com os procedimentos autorizados neste regime especial.

4. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLÁUDIA REGINA LEÃO DO NASCIMENTO THOMAZ

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA SRRF10 Nº 116, DE 13 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a criação de equipe regional para atuação em processos administrativos aduaneiros, no âmbito da 10ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 359, caput, e 364, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e considerando o disposto no art. 9º da Portaria RFB nº 1.215, de 23 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º As atividades de elaboração de pareceres, minutas de despachos decisórios e de despachos de reconhecimento do direito creditório, em processos administrativos aduaneiros na 10ª Região Fiscal, observarão o disposto nesta Portaria e serão executadas por equipe de trabalho sob responsabilidade da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre (ALF/POA).

Parágrafo único. As atividades de que trata o caput compreendem os procedimentos relativos a:

I - elaboração de parecer e de minuta de Despacho Decisório relativos a processos administrativos fiscais de:

a) aplicação da pena de perdimento de bens, veículos e/ou moedas;

b) aplicação das penalidades administrativas relativas aos intervenientes do comércio exterior, previstas no art. 76, da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003;

c) aplicação de penalidade relativa às infrações previstas no art. 37 da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010;

d) apreciação do recurso previsto no § 3º, do art. 75, da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

II - decisão sobre pedido de restituição de tributos do comércio exterior;

III - declaração da revelia do interessado na hipótese de não apresentação, ou de apresentação intempestiva, de petição ou defesa, relacionados aos processos de competência da EJULG; e

IV - elaboração de parecer em pedidos de relevação e de conversão de penalidade de perdimento por abandono de mercadorias.

Art. 2º A equipe regional de trabalho de que trata esta Portaria será constituída por ato do Superintendente da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal (SRRF10), que estabelecerá a sua composição e o seu funcionamento.

Art. 3º Esta Portaria será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor em 18 de julho de 2022.

ALTEMIR LINHARES DE MELO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS

PORTARIA DRF/PEL Nº 88, DE 14 DE JULHO DE 2022

Delega competências no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Pelotas (DRF/PEL), e das unidades jurisdicionadas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS/RS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e considerando o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Delegado-Adjunto da DRF/PEL para:

I - autorizar a instauração de perícias;

II - autorizar a realização de procedimentos fiscais relativos a tributos e períodos anteriormente auditados;

III - expedir súmulas e publicar atos declaratórios relativos à inidoneidade de documentos ou à situação cadastral e fiscal de pessoas físicas e jurídicas;

IV - gerenciar as mercadorias apreendidas;

V - aplicar a legislação de pessoal, ressalvadas as competências previstas em legislação específica, aos servidores diretamente subordinados ao Delegado da DRF/PEL;

VI - dar posse e exercício a servidores subordinados ao Delegado da DRF/PEL nomeados para cargo efetivo ou em comissão, ou designados para função de confiança, além de localizá-los nas unidades da respectiva jurisdição;

VII - promover ações de comunicação institucional e de cidadania fiscal;

VIII - gerenciar e executar a programação e execução orçamentária e financeira;

IX - administrar os recursos patrimoniais;

X - aprovar os planos de trabalho e documentos exigidos no planejamento das contratações, autorizar a realização de licitações, designar pregoeiros, equipes de apoio, membros de comissões de licitações, gestores e fiscais da execução dos contratos, ratificar

os atos de dispensa e os de reconhecimento de situação de inexigibilidade de licitação e aprovar e controlar contratos, convênios, acordos e ajustes celebrados na unidade; e

XI - conceder diárias ao pessoal diretamente subordinado ao Delegado da DRF/PEL, ao pessoal de Unidades Administrativas subordinadas e aos colaboradores eventuais.

Art. 2º Subdelegar competência ao Delegado-Adjunto da DRF/PEL para:

I - decidir sobre a concessão de indenização de transporte de que trata o Decreto nº 3.184, de 27 de setembro de 1999;

II - decidir sobre a concessão de indenização de localidade estratégica prevista na Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 9.227, de 6 de dezembro de 2017;

III - autorizar a interrupção de férias por necessidade do serviço de que trata o artigo 80 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e

IV - autorizar os servidores subordinados a dirigir veículos oficiais ou apreendidos, em atividades vinculadas ao exercício das respectivas atribuições, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de Motorista Oficial, ou no interesse do serviço, atendendo o disposto na Portaria SRRF10 nº 17, de 12 de março de 2021.

Art. 3º Delegar competência aos chefes subordinados ao Delegado da DRF/PEL, bem como aos respectivos substitutos eventuais, para assinar e expedir ofícios e editais relativos a assuntos afetos à sua área de atuação específica, inclusive em atendimento a requisições, intimações e pedidos de informações em geral, internos ou externos, observadas as limitações impostas pela legislação vigente e normas sobre o sigilo fiscal, conforme disposto na Portaria RFB nº 20, de 5 de abril de 2021.

Art. 4º Delegar competência ao chefe da Seção de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho (Sarep), bem como ao respectivo substituto eventual, para emitir as Ordens de Vigilância e Repressão (OVR) previstas no artigo 16 da Portaria Coana nº 35, de 22 de dezembro de 2011.

Art. 5º Delegar competência aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em exercício na DRF/PEL, IRF/BAG, e IRF/JAG, em relação aos processos administrativos e às ações fiscais sob sua responsabilidade, para praticarem os seguintes atos:

I - credenciar prestadores de serviço de perícia para identificação e quantificação de mercadoria importada ou a exportar, e emissão de laudos periciais sobre o estado e o valor residual de bens, conforme disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.800, de 21 de março de 2018;

II - declarar inidôneo para assinar peças ou documentos, contábeis ou não, sujeitos à apreciação da RFB, o profissional que incorrer em fraude de escrituração ou falsidade de documentos;

III - assinar e expedir ofícios e editais, inclusive em atendimento a requisições, intimações e pedidos de informações em geral, internos ou externos, observadas as limitações impostas pela legislação vigente e normas sobre o sigilo fiscal, conforme disposto na Portaria RFB nº 20, de 5 de abril de 2021;

IV - decidir sobre a concessão de regimes aduaneiros especiais, bem como as saídas, trocas de regime, extinções e prorrogações de prazo requeridas na vigência dos regimes;

V - excluir do sistema trânsito aduaneiro, mediante justificativa, ocorrências graves ou agravadas, de acordo com a Instrução Normativa SRF nº 248, de 25 de novembro de 2002;

VI - autorizar, à vista de requerimento fundamentado do importador, o cancelamento de Declaração de Importação Simplificada, de acordo com a Instrução Normativa SRF nº 611, de 18 de janeiro de 2006;

VII - aplicar pena de perdimento de mercadorias e valores, nos casos de revelia ou abandono;

VIII - prorrogar o prazo de vigência do regime aduaneiro especial de exportação temporária por período não superior a 5 (cinco) anos, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.600, de 14 de dezembro de 2015, e Portaria SRF nº 1.703, de 29 de julho de 1998;

IX - autorizar, para a extinção da aplicação do regime aduaneiro especial de admissão temporária, a entrega dos bens importados à RFB, livres de quaisquer despesas, conforme disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.600, de 14 de dezembro de 2015;

X - autorizar, para a extinção da aplicação do regime aduaneiro especial de admissão temporária ao amparo do Carnê ATA, a entrega dos bens importados à RFB, livres de quaisquer despesas, conforme disposto na Instrução Normativa RFB nº 2.036, de 24 de junho de 2021; e

XI - prorrogar o prazo de vigência, por período não superior a 5 (cinco) anos, do regime aduaneiro especial de exportação temporária de bens ao amparo do Carnê ATA, conforme disposto na Instrução Normativa RFB nº 2.036, de 24 de junho de 2021.

Art. 6º Os atos praticados no exercício das delegações de competência previstas nesta Portaria deverão mencioná-la expressamente, abaixo da respectiva assinatura.

Art. 7º As competências delegadas por esta Portaria podem ser exercidas pela autoridade delegante a qualquer tempo e a seu critério, independentemente de avocação expressa, sem que isso implique revogação total ou parcial da delegação.

Art. 8º É vedada a subdelegação das competências de que trata esta Portaria.

Art. 9º Ficam convalidados todos os atos praticados pelas autoridades designadas até a entrada em vigor desta Portaria, que tenham apresentado exclusivamente vício de competência em sua expedição.

Art. 10 Ficam revogadas as Portarias DRF/PEL nº 114, de 11 de setembro de 2012, nº 62, de 3 de agosto de 2017, e nº 41, de 5 de julho de 2021.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JULIANO RIGATTI CAMPEOL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 59, DE 4 DE JULHO DE 2022

Concede habilitação definitiva ao Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADO EM SANTO ÂNGELO/RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela alínea "b" do inciso I do artigo 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o §7º, art. 640 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, considerando o disposto no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, considerando o art. 4º da Portaria RFB nº 114/2022, de 27 de janeiro de 2022, e o que consta no processo administrativo nº 13033.093628/2022-29, declara:

Art. 1º Conceder Habilitação Definitiva ao "Programa Mais Leite Saudável" à pessoa jurídica Indústria de Nova Alemanha Eireli, CNPJ nº 07.166.286/0001-29, vinculada ao Edital de Aprovação de Projeto de Investimento emitido pela Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento do Rio Grande do Sul, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 67, de 07 de abril de 2022, seção 3, página 2, com período de execução de 31/03/2022 a 29/03/2025.

Art. 2° A empresa habilitada fica obrigada a cumprir todos os requisitos estabelecidos na legislação que rege a matéria, sob pena de cancelamento da habilitação.

Art. 3° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MATHEUS CERETTA DAMIÃO

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

PORTARIA SETO/ME Nº 6.175, DE 11 DE JULHO DE 2022 (*)

Consolida atos normativos editados pela Secretaria do Tesouro Nacional que dispõem sobre o Regulamento do Programa Tesouro Direto.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, com base no Decreto nº 9.292, de 23 de fevereiro de 2018 e no art. 35, I e II, "b" e "c", do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, resolve:

Art. 1º Esta Portaria, consolida, na forma de seu anexo, os atos normativos editados pela Secretaria do Tesouro Nacional que dispõem sobre o Regulamento do Programa Tesouro Direto, o programa de oferta pública de títulos a pessoas físicas pela Internet:

I - o Glossário, os Capítulos I (Regras Gerais), II (Procedimentos Operacionais), III (Direitos e Deveres da STN), IV (Direitos e Deveres da B3), V (Direitos e Deveres do Agente de Custódia), VI (Direitos e Deveres do Investidor), VII (Limites das Responsabilidades da STN e da B3), VIII (Penalidades), IX (Medidas de Emergência) e X (Disposições Gerais).

Art. 2º Ficam revogados os seguintes atos normativos:

I - Portaria nº 554, de 12 de dezembro de 2001;
II - Portaria nº 7, de 04 de janeiro de 2002;
III - Portaria nº 44, de 23 de janeiro de 2002;
IV - Portaria nº 620, de 30 de novembro de 2003;
V - Portaria 525, de 05 de outubro de 2004;
VI - Portaria nº 689, de 21 de dezembro de 2004;
VII - Portaria nº 197, de 30 de março de 2011;
VIII - Portaria 124, de 06 de março de 2015; e
IX - Portaria 820, de 03 de outubro de 2017.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

JULIO ALEXANDRE MENEZES DA SILVA

ANEXO

REGULAMENTO DO TESOURO DIRETO

GLOSSÁRIO

Para os efeitos deste Regulamento serão consideradas as seguintes definições, em sua forma singular ou plural:

Agente de Custódia - instituição responsável, perante os Investidores e perante a B3, pela administração de Contas de Custódia dos referidos Investidores junto à B3.

Bloqueio de Títulos em Garantia - processo em que os Títulos disponíveis do Investidor no Tesouro Direto são bloqueados uma vez entregues em garantia para assegurar operações do próprio Investidor compensadas e liquidadas nas Câmaras da B3, com o adequado registro do bloqueio na Conta de Custódia do Investidor, mantendo-se a titularidade original do Investidor, sendo realizada a respectiva movimentação dos Títulos da Conta da B3 no SELIC para a Conta de Garantias da B3 no SELIC.

B3 - B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, entidade administradora de mercados organizados de valores mobiliários que, entre outras funções, é responsável pela operacionalização dos sistemas do Tesouro Direto.

Câmaras da B3 - a B3 na prestação, em caráter principal, dos serviços relacionados à aceitação, compensação, liquidação e administração de risco de operações, bem como outras atividades relacionadas.

Conta da B3 no SELIC - conta onde se encontram custodiados, de forma escritural, os Títulos mantidos pelos Investidores no ambiente Tesouro Direto.

Conta de Garantia da B3 no SELIC - contas destinadas para a custódia de Títulos mantidos pelos Investidores no ambiente Tesouro Direto utilizados para garantir operações dos próprios Investidores realizadas nas Câmaras da B3.

Conta de Custódia - conta individualizada em nome do Investidor na B3, sob responsabilidade de um Agente de Custódia, onde se encontram registrados, de forma escritural, os Títulos custodiados na Conta da B3 no SELIC.

Depósito - entrada de Títulos no ambiente Tesouro Direto, mediante crédito destes Títulos na Conta da B3 no SELIC e consequente registro em Conta de Custódia.

Desbloqueio de Títulos em Garantia - processo em que os Títulos do Investidor utilizados em garantias de operações do próprio Investidor compensadas e liquidadas nas Câmaras da B3 são disponibilizados na Conta de Custódia do Investidor, mantendo-se a titularidade original do Investidor, sendo realizada a respectiva movimentação dos Títulos da Conta de Garantias da B3 no SELIC para a Conta da B3 no SELIC. Evento de Custódia - atos da STN relativos ao resgate do principal, juros e amortizações dos Títulos por ela emitidos.

Fator de Divisibilidade - menor fração do Título admitida para compra ou venda no Tesouro Direto.

Investidor - pessoa física, cliente de um Agente de Custódia, habilitada a acessar a área exclusiva do Tesouro Direto para realizar compras, vendas ou consultas de Títulos.

Limites - limites máximo e mínimo, expressos em Reais (R$) ou na unidade monetária em vigor, de compra e venda de Títulos no Tesouro Direto estabelecidos pela STN para os Investidores e controlados por CPF.

Movimentação de Títulos - Depósito, Bloqueio de Títulos em Garantia e Desbloqueio de Títulos em Garantia, e Transferência de Títulos no Tesouro Direto.

Retirada - saída de títulos do ambiente Tesouro Direto, mediante débito destes Títulos na Conta da B3 no SELIC e baixa do registro em Conta de Custódia.

SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, administrado pelo Banco Central do Brasil.

Senha Master - senha do Agente de Custódia que permite a realização de compras e vendas de Títulos no Tesouro Direto em nome dos Investidores, seus clientes.

STN - Secretaria do Tesouro Nacional, representante da União e responsável pela emissão dos Títulos por ela ofertados no Tesouro Direto.

Tesouro Direto - ambiente integrado de compra, venda, liquidação e custódia de Títulos, acessível somente através da Internet, desenvolvido em parceria pela STN e B3.

Títulos - títulos representativos da dívida pública federal emitidos pela STN e por ela ofertados aos Investidores por meio do Tesouro Direto, quais sejam: Tesouro Selic (LTF), Tesouro Prefixado (LTN), Tesouro Prefixado com juros semestrais (NTN-F), Tesouro IPCA+ (NTN-B Principal) e Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B).

Transferência - movimentação de Títulos entre Contas de Custódia de mesma titularidade na B3.

Web Services - meio de a comunicação e troca de dados entre os sistemas do Tesouro Direto e do Agente de Custódia.

1 CAPÍTULO I - REGRAS GERAIS

1. O presente Regulamento tem por objeto disciplinar as atividades da B3, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), dos Agentes de Custódia e dos Investidores relacionadas à compra, venda, liquidação e custódia de títulos públicos federais no Tesouro Direto.

2. Qualquer alteração será comunicada aos Agentes de Custódia e disponibilizada no site do Tesouro Direto aos Investidores. Os Agentes de Custódia e os Investidores estarão sujeitos às novas regras.

3. Os Agentes de Custódia da B3 habilitados no Tesouro Direto deverão cumprir as normas e os procedimentos estabelecidos neste Regulamento, e em quaisquer outras normas editadas pela B3 que se refiram à operacionalização dos sistemas do Tesouro Direto.

2 CAPÍTULO II - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

2.1 CADASTRO

2.1.1 Aspectos Gerais

4. As instituições financeiras interessadas em oferecer os produtos do Tesouro Direto aos Investidores, seus clientes, devem se cadastrar como Agentes de Custódia na B3 e a ela solicitar sua habilitação para participar do Tesouro Direto.

5. O cadastro dos Investidores e sua habilitação no Tesouro Direto são realizados pelos Agentes de Custódia no sistema de cadastro de Investidor disponibilizado pela B3.

2.1.2 Cadastro de Agentes de Custódia

6. O cadastro dos Agentes de Custódia é realizado pela B3, mediante apresentação de documentação específica, assinatura de Contrato de Prestação de Serviço de Custódia de Ativos e adesão aos Regulamentos editados pela B3 que se refiram à operacionalização dos sistemas do Tesouro Direto. A relação dos documentos exigidos é fornecida pela B3 no ato da solicitação de cadastro do Agente de Custódia interessado.

7. Podem habilitar-se como Agentes de Custódia as seguintes instituições: sociedades corretoras, distribuidoras e bancos comerciais, múltiplos ou de investimento.

8. O Agente de Custódia é inteiramente responsável perante a B3 pela autenticidade da documentação exigida, devendo mantê-la sempre atualizada. As informações cadastrais dos Agentes de Custódia apenas podem ser alteradas pela própria B3, mediante apresentação de documentação específica relativa à alteração em questão.

9. A solicitação do Agente de Custódia para participação no Tesouro Direto deve ser formalizada à B3, mediante assinatura do Termo de Adesão ao Regulamento do Tesouro Direto (Anexo 1), fornecimento do endereço eletrônico do funcionário do Agente de Custódia responsável pelas atividades relacionadas ao Tesouro Direto e indicação do banco, agência e conta corrente em que receberá os recursos financeiros referentes às suas atividades no Tesouro Direto.

2.1.3 Cadastro de Investidores

10. O cadastro do Investidor é feito pelo Agente de Custódia no sistema de cadastro de Investidor disponibilizado pela B3, mediante o registro de todas as informações necessárias à identificação do Investidor. O cadastro deve ser feito com base em ficha cadastral mantida pelo Agente de Custódia e documentação de acordo com as disposições legais vigentes.

11. O Agente de Custódia poderá vincular somente uma conta de custódia ao CPF do Investidor. Após o cadastramento e vinculação, o Agente de Custódia deve habilitar o Investidor no Tesouro Direto, indicando o endereço eletrônico do Investidor, caso este ainda não possua endereço eletrônico cadastrado na B3. O Agente de Custódia também deve informar no Tesouro Direto a taxa a ser cobrada e se o Investidor o autorizou a realizar compras e vendas de Títulos em seu nome por meio de Senha Master.

12. O Agente de Custódia é inteiramente responsável perante a B3 pela autenticidade das informações cadastrais do Investidor, devendo manter em seus arquivos documentação e ficha cadastral sempre atualizadas, sob pena da aplicação das penalidades previstas neste Regulamento e nas demais normas da B3. As informações cadastrais dos Investidores podem ser alteradas pelos Agentes de Custódia responsáveis, mediante apresentação, pelo Investidor, de documentação específica relativa à alteração em questão. Os dados relativos à identificação do Investidor só podem ser alterados pela B3, mediante apresentação, pelo Agente de Custódia, de documentação específica relativa à alteração em questão.

13. Os Agentes de Custódia devem fornecer à B3, sempre que solicitada, documentação comprobatória das informações cadastrais dos Investidores.

2.2 ACESSO

2.2.1 Acesso do Investidor

14. O acesso do Investidor à área exclusiva do Tesouro Direto será realizado via Internet, diretamente no site oficial do Tesouro Direto, mediante preenchimento de seu CPF e senha ou no site do Agente de Custódia no caso deste possuir integração com o sistema da B3.

15. O Investidor, ao ser habilitado pela primeira vez por um Agente de Custódia a acessar o Tesouro Direto, receberá da B3, em seu endereço eletrônico, uma senha provisória para acesso ao Tesouro Direto. Esta senha possui um prazo de validade predefinido e deverá ser alterada, pelo Investidor, em seu primeiro acesso ao Tesouro Direto.

16. A senha será única por Investidor, sendo este integralmente responsável pelo seu uso e pela manutenção de seu sigilo. O Investidor utilizará uma única senha para acessar o Tesouro Direto, independentemente do número de Agentes de Custódia que o habilitaram.

17. A B3 bloqueará o acesso do Investidor à área exclusiva do Tesouro Direto após a quinta tentativa de utilização de uma senha incorreta. O Investidor que tiver seu acesso bloqueado ou esquecer sua senha deverá solicitar a qualquer um de seus Agentes de Custódia o envio de nova senha provisória pela B3, ou realizar a solicitação diretamente na área de acesso exclusivo do Tesouro Direto.

18. O Investidor que desejar alterar sua senha ou seu endereço eletrônico poderá fazê-lo diretamente na área de acesso exclusivo do Tesouro Direto.

2.2.2 Acesso do Agente de Custódia

19. O acesso do Agente de Custódia à área exclusiva do Tesouro Direto poderá ser realizado via Internet, diretamente no site oficial do Tesouro Direto, ou por meio de Web Services.

20. Para acesso à área exclusiva do Tesouro Direto via Internet, o Agente de Custódia habilitado receberá uma senha de acesso no endereço eletrônico do funcionário privilegiado responsável pelas atividades relacionadas ao Tesouro Direto. Essa senha possibilitará ao Agente de Custódia executar as atividades inerentes à prestação de seus serviços de custódia e efetuar, mediante prévia autorização dos Investidores, compras e vendas de Títulos em nome destes no Tesouro Direto.

21. A senha de acesso à área exclusiva do Tesouro Direto será única por funcionário privilegiado do Agente de Custódia, sendo este integralmente responsável pelo seu uso e pela manutenção de seu sigilo. O funcionário privilegiado poderá habilitar outros funcionários para acessar a área exclusiva do Tesouro Direto, que também serão responsáveis pelo seu uso e pela manutenção de seu sigilo.

22. Para acesso por meio de Web Services, o Agente de Custódia deverá formalizar à B3 sua integração ao site do Tesouro Direto, mediante assinatura do Termo de Compromisso (Anexo 2).

23. Para acesso à área exclusiva do Tesouro Direto por meio de Web Services, o funcionário privilegiado do Agente de Custódia deverá retirar, na sede da B3, conforme instruções desta, a chave de criptografia e a senha da chave de criptografia.

24. Adicionalmente, o funcionário privilegiado deverá criar, no sistema Tesouro Direto, um usuário Web Services, atribuindo-lhe uma senha Web Services.

25. A chave de criptografia, a senha da chave de criptografia e a senha Web Services serão únicas por Agente de Custódia, sendo este integralmente responsável pelo seu uso e pela manutenção de seu sigilo.

2.3 COMPRA E VENDA DE TÍTULOS

2.3.1 Compra de Títulos

26. As solicitações de compra de Títulos feitas no Tesouro Direto são aceitas, desde que respeitados os seguintes critérios e requisitos:

- o Título tenha sido previamente disponibilizado para compra pela STN no Tesouro Direto;

- a quantidade de Títulos disponíveis para compra no Tesouro Direto seja maior ou igual à quantidade que o Investidor pretende adquirir;

- o valor da compra somado ao valor das outras compras realizadas no mês não supere o Limite máximo mensal de compra para o Investidor, conforme estabelecido e divulgado pela STN no site do Tesouro Direto;

- a compra não seja inferior ao Limite mínimo de compra conforme estabelecido e divulgado pela STN no site do Tesouro Direto;

- a quantidade adquirida seja múltipla do Fator de Divisibilidade do Título, a ser previamente definido pela STN e disponibilizado no Tesouro Direto;

- o Investidor satisfaça todas as condições de habilitação perante o Agente de Custódia, estabelecidas neste Regulamento;

- o Investidor não possua débitos perante a B3;

- o Investidor não possua registros impeditivos decorrentes da ausência de recursos suficientes para a compra junto ao Agente de Custódia. Os referidos registros impeditivos serão caracterizados da seguinte forma:

-- no caso de uma ocorrência de não pagamento, o Investidor receberá uma advertência por meio de e-mail alertando-o quanto às penalidades previstas em caso de reincidência;

-- na hipótese de uma segunda ocorrência de não pagamento, o Investidor receberá um e-mail informando que ele estará impedido de efetuar novas compras no Tesouro Direto por 15 (quinze) dias a partir da data do segundo não pagamento;

-- na hipótese de uma terceira ocorrência de não pagamento, o Investidor receberá um e-mail informando que ele estará impedido de efetuar novas compras no Tesouro Direto por 30 (trinta) dias a partir da data do terceiro não pagamento;

-- havendo quatro ou mais ocorrências de não pagamento, o Investidor receberá um e-mail informando que ele estará impedido de efetuar novas compras no Tesouro Direto por 60 (sessenta) dias a partir do último não pagamento;

-- caso o Investidor, após a advertência ou o término da suspensão, permaneça 60 (sessenta) dias sem ocorrência de não pagamento, passa a ser considerado como se não houvesse quaisquer ocorrências de não pagamento;

-- o não recebimento do e-mail de alerta em virtude de eventos alheios à B3 e à STN não isenta o investidor das penalidades aqui previstas, haja vista ser responsabilidade do investidor verificar a efetivação da compra.

27. O Investidor que estiver impedido de realizar novas compras no Tesouro Direto poderá apenas efetuar consultas e solicitar, a seu Agente de Custódia, Movimentações de seus Títulos em custódia.

28. O Limite máximo mensal de compra do Investidor corresponde ao limite máximo de compra por CPF estabelecido pela STN somado, na data de sua ocorrência, aos resgates, juros e amortizações de Títulos do Investidor no Tesouro Direto. O Limite máximo mensal de compra do Investidor é válido do primeiro ao último dia do mês.

29. Caso um dos critérios ou requisitos estabelecidos no parágrafo 26 não seja atendido, o Investidor ou o Agente de Custódia, quando for o caso, receberá a informação sobre o motivo da não aceitação da solicitação de compra.

30. Os preços e as quantidades de Títulos disponíveis para compra no Tesouro Direto são atualizados diariamente pela STN, segundo critérios por ela definidos e divulgados no site do Tesouro Direto. A STN, a qualquer momento e a seu critério, poderá alterar os preços e as quantidades dos Títulos disponíveis para compra, os Limites de compra e o Fator de Divisibilidade dos Títulos.

31. As operações de compra são efetuadas somente na área exclusiva do Tesouro Direto ou no site do Agente de Custódia no caso deste possuir integração com o sistema da B3. As compras podem ser realizadas de duas maneiras distintas:

- diretamente pelo Investidor no Tesouro Direto; ou

- através de um Agente de Custódia, mediante autorização formal do Investidor.

2.3.2 Compra direta de Títulos pelo Investidor

32. O Investidor, ao acessar a área exclusiva do Tesouro Direto, deve escolher, entre os Agentes de Custódia por ele contratados, aquele que será responsável pela custódia dos Títulos que serão adquiridos em sua compra.

33. O Investidor deve preencher, na tela de compra, a quantidade ou valor financeiro de cada Título que pretende adquirir, dentre os Títulos disponíveis para compra. No caso do Investidor informar o valor financeiro, o sistema ajustará esse valor levando em consideração o Fator de Divisibilidade dos Títulos. Após a escolha de todos os Títulos, a B3 confere os parâmetros de limite mensal de compra por CPF, verifica eventuais alterações de preços e de quantidades disponíveis dos Títulos escolhidos e solicita confirmação da compra ao Investidor.

34. O protocolo com o número da compra solicitada é disponibilizado ao Investidor para visualização e impressão, por meio da Internet. O valor total da operação inclui as taxas previstas neste Regulamento e disponibilizadas para consulta no Tesouro Direto.

35. O pagamento das compras será efetuado pelo Agente de Custódia e para isso, o Investidor deverá possuir recursos suficientes, no valor total da operação, junto ao Agente de Custódia, de acordo com os prazos e regras definidos por estes últimos e comunicados previamente ao Investidor.

36. Caso as condições previstas no parágrafo anterior não sejam respeitadas, a compra de títulos não será liquidada e o Investidor se tornará inadimplente perante o Tesouro Direto, estando sujeito às regras de suspensão previstas neste Regulamento.

37. Os Títulos estarão disponíveis na Conta de Custódia do Investidor na B3 após confirmados:

- o crédito dos Títulos na Conta de Custódia da B3 no SELIC, instruído pela STN; e

- o recebimento dos recursos financeiros, disponíveis para saque, referentes ao pagamento efetuado pelo Investidor.

2.3.3 Compra de Títulos através de um Agente de Custódia

38. O Investidor que desejar realizar compras de Títulos por meio de seu Agente de Custódia deverá autorizá-lo formalmente. Esta autorização é válida tanto para compras como para vendas de Títulos. O Investidor que optar por esta modalidade de compra poderá acessar diretamente a área de acesso exclusivo do Tesouro Direto somente para efetuar consultas.

39. O Agente de Custódia, ao acessar a área exclusiva do Tesouro Direto com a Senha Master, deve indicar em nome de qual Investidor irá realizar a compra. O Agente de Custódia deve preencher, na tela de compra, a quantidade ou valor financeiro de cada Título que pretende adquirir para seu cliente, dentre os Títulos disponíveis para compra.

40. No caso do Agente de Custódia informar o valor financeiro, o sistema ajustará esse valor levando em consideração o Fator de Divisibilidade dos Títulos. Após a escolha de todos os Títulos, a B3 confere os parâmetros de Limite mensal de compra por CPF, verifica eventuais alterações de preços e de quantidades disponíveis dos Títulos escolhidos e solicita confirmação da compra ao Agente de Custódia.

41. O protocolo com o número da compra é disponibilizado ao Agente de Custódia para visualização e impressão, por meio da Internet. O valor total da operação inclui as taxas previstas neste Regulamento e disponibilizadas para consulta no Tesouro Direto.

42. O pagamento das compras será efetuado pelo Agente de Custódia e para isso, o Investidor deverá possuir recursos suficientes, no valor total da operação, junto ao Agente de Custódia de acordo com os prazos e regras definidos por estes últimos e comunicados previamente ao Investidor.

43. Caso as condições previstas no parágrafo anterior não sejam respeitadas, a compra de títulos não será liquidada e o Investidor se tornará inadimplente perante o Tesouro Direto, estando sujeito às regras de suspensão prevista neste Regulamento.

44. Os Títulos estarão disponíveis na Conta de Custódia do Investidor na B3 após confirmados:

- crédito dos Títulos na Conta de Custódia da B3 no SELIC, instruído pela STN; e

- o recebimento dos recursos financeiros, disponíveis para saque, referentes ao pagamento efetuado pelo Agente de Custódia em nome do Investidor.

2.3.4 Venda de Títulos à STN

45. As solicitações de venda à STN feitas no Tesouro Direto são aceitas, desde que respeitados os seguintes critérios:

- o Título esteja na lista de Títulos aceitos para venda à STN no Tesouro Direto;

- a quantidade de Títulos que o Investidor pretende vender seja menor ou igual à quantidade remanescente que a STN está disposta a adquirir;

- o Investidor possua no Tesouro Direto a quantidade de Títulos que pretende vender à STN;

- o Investidor tenha adquirido no Tesouro Direto a quantidade de Títulos que pretende vender; e

- a quantidade a ser vendida seja múltipla do Fator de Divisibilidade do Título. O referido Fator de Divisibilidade será previamente definido pela STN e disponibilizado no Tesouro Direto.

46. Caso um dos critérios não seja atendido, o Investidor ou o Agente de Custódia, quando for o caso, receberá a informação sobre o motivo da não aceitação da solicitação de venda. Informações sobre os critérios de aceitação de vendas estarão disponíveis para consulta no Tesouro Direto.

47. Os preços e as quantidades de Títulos disponíveis para venda no Tesouro Direto são atualizados diariamente pela STN, segundo critérios por ela definidos e divulgados no site do Tesouro Direto. A STN, a qualquer momento e a seu critério, poderá alterar os preços e as quantidades dos Títulos disponíveis para venda e o Fator de Divisibilidade dos Títulos.

48. As vendas de Títulos são efetuadas somente na área exclusiva do Tesouro Direto ou no site do Agente de Custódia no caso deste possuir integração com o sistema da B3. As vendas podem ser realizadas de duas maneiras distintas:

- diretamente pelo Investidor no Tesouro Direto; ou
- através de um Agente de Custódia, mediante autorização formal do Investidor.

2.3.5 Venda direta de Títulos pelo Investidor

49. O Investidor, ao acessar a área exclusiva do Tesouro Direto, deve escolher, entre os Agentes de Custódia em que está habilitado, aquele que é responsável pela custódia dos Títulos que pretende vender.

50. O Investidor deve preencher, na tela de venda, a quantidade ou valor financeiro de cada Título que pretende vender, dentre os Títulos constantes na lista de Títulos aceitos para venda. No caso do Investidor informar o valor financeiro, o sistema ajustará esse valor levando em consideração o Fator de Divisibilidade dos Títulos. Após a escolha de todos os Títulos, a B3 confere se o Investidor possui a quantidade de Títulos que pretende vender, verifica eventuais alterações de preços e de quantidades aceitas para venda dos Títulos escolhidos e solicita confirmação da venda ao Investidor.

51. O protocolo com o número da venda solicitada é disponibilizado ao Investidor para visualização e impressão e os Títulos confirmados para venda à STN são bloqueados no ato da confirmação da solicitação da venda. Os Títulos são debitados da Conta de Custódia do Investidor vendedor quando do repasse, aos Agentes de Custódia, dos recursos financeiros referentes às vendas solicitadas.

52. Os Agentes de Custódia são responsáveis pelo recolhimento de impostos e pelo repasse, em tempo hábil, dos recursos líquidos aos Investidores que venderam seus Títulos.

2.3.6 Vendas de Títulos através de um Agente de Custódia

53. O Investidor que desejar realizar vendas de Títulos por meio de seu Agente de Custódia deverá autorizá-lo formalmente. Esta autorização é válida tanto para vendas como para compras de Títulos. O Investidor que optar por esta modalidade de venda poderá acessar diretamente a área de acesso exclusivo do Tesouro Direto somente para efetuar consultas.

54. O Agente de Custódia, ao acessar a área exclusiva do Tesouro Direto com a Senha Master, deve indicar em nome de qual Investidor irá realizar a venda.

55. O Agente de Custódia deve preencher, na tela de venda, a quantidade ou valor financeiro de cada Título que pretende vender, dentre os Títulos constantes na lista de Títulos aceitos para venda. No caso do Agente de Custódia informar o valor financeiro, o sistema ajustará esse valor levando em consideração o Fator de Divisibilidade dos Títulos. Após a escolha de todos os Títulos, a B3 confere se o Investidor possui a quantidade de Títulos que pretende vender, verifica eventuais alterações de preços e de quantidades aceitas para venda dos Títulos escolhidos e solicita confirmação da venda ao Agente de Custódia.

56. O protocolo com o número da venda solicitada é disponibilizado ao Agente de Custódia para visualização e impressão e os Títulos confirmados para venda à STN são bloqueados no ato da confirmação da solicitação da venda. Os Títulos são debitados da Conta de Custódia do Investidor vendedor quando do repasse, aos Agentes de Custódia, dos recursos financeiros referentes às vendas solicitadas.

57. Os Agentes de Custódia são responsáveis pelo recolhimento de impostos e pelo repasse, em tempo hábil, dos recursos líquidos aos Investidores que venderam seus Títulos.

2.4 CUSTÓDIA DE TÍTULOS

58. A B3 possui contas específicas no SELIC, onde encontram-se custodiados, de forma escritural, os Títulos registrados no Tesouro Direto.

59. A B3 mantém, no Tesouro Direto, estrutura de Contas de Custódia individualizadas, sob responsabilidade dos Agentes de Custódia, observando regras operacionais que permitam, entre outros procedimentos:

- o controle da titularidade dos Títulos registrados no Tesouro Direto;
- a conciliação das posições mantidas nas Contas de Custódia com a posição dos Títulos custodiados na Conta da B3 no SELIC e nas Contas de Garantias da B3 no SELIC;
- o repasse do pagamento de juros, resgates e amortizações dos Títulos;
- a realização de Depósitos, Bloqueio de Títulos em Garantia, Desbloqueio de Títulos em Garantia e Transferências de Títulos em conformidade com as instruções de Movimentação de Títulos efetuadas pelos Agentes de Custódia; e
- a conservação do sigilo a respeito das características e quantidades dos Títulos mantidos em Contas de Custódia.

2.5 MOVIMENTAÇÃO DE TÍTULOS

60. As Movimentações de Títulos no Tesouro Direto devem ser realizadas pelos Agentes de Custódia mediante solicitação dos Investidores titulares dos Títulos. A B3 mantém histórico de todas as Movimentações de Títulos realizadas nas Contas de Custódia dos Investidores.

61. A B3 pode, mediante determinação do Poder Judiciário, da STN ou dos órgãos reguladores do mercado, ou ainda por solicitação justificada do Agente de Custódia, tornar os Títulos indisponíveis para qualquer tipo de movimentação, bem como impedir a entrada de novos Títulos na respectiva Conta de Custódia.

2.5.1 Depósitos de Títulos

62. A solicitação de Depósito de Títulos no Tesouro Direto é realizada, via Internet, pelos Agentes de Custódia, mediante instrução dos Investidores, seus clientes. Em casos especiais ou por motivos de força maior, a solicitação deve ser feita mediante preenchimento de formulário próprio e apresentação da documentação exigida na B3. Somente serão aceitas quantidades inteiras de Títulos para Depósito junto à B3.

63. Os Títulos objeto de Depósito tornam-se disponíveis para movimentação na Conta de Custódia do Investidor após o crédito dos respectivos Títulos na Conta da B3 no SELIC.

2.5.2 Transferências de Títulos

64. A solicitação de Transferência de Títulos entre Contas de Custódia de mesma titularidade no Tesouro Direto é realizada, via Internet, pelo Agente de Custódia cedente, mediante instrução do Investidor, e confirmada pelo Agente de Custódia cessionário. Em casos especiais ou por motivos de força maior, a solicitação deve ser feita mediante preenchimento de formulário próprio e apresentação da documentação exigida nos escritórios da B3.

65. Após a solicitação, os Títulos objeto de Transferência permanecerão bloqueados na Conta de Custódia do Investidor no Agente de Custódia cedente até a confirmação do Agente de Custódia cessionário. Após a confirmação da Transferência, os Títulos tornam-se disponíveis na Conta de Custódia do Investidor no Agente de Custódia cessionário.

66. A B3 rejeita a efetivação da Transferência de Títulos nas seguintes situações:

- na ausência da confirmação ou na rejeição da Transferência pelo Agente de Custódia cessionário dentro dos prazos estabelecidos pela B3 no site Tesouro Direto;
- quando os Títulos a serem transferidos estiverem indisponíveis para Transferência;
- em outras situações específicas a critério da B3.

67. A ausência de confirmação ou a rejeição da Transferência implicam o desbloqueio automático dos Títulos na Conta de Custódia do Investidor no Agente de Custódia cedente.

2.5.3 Bloqueio de Títulos em Garantia em favor das Câmaras da B3

68. A solicitação de Bloqueio de Títulos em Garantia em favor das Câmaras da B3 é realizada pelo Agente de Custódia mediante instrução do Investidor, seu cliente, por meio do ambiente do Tesouro Direto. Em casos especiais ou por motivos de força maior, a solicitação deve ser feita mediante preenchimento de formulário próprio e apresentação da documentação exigida na B3. Somente serão aceitas quantidades inteiras de Títulos para Bloqueio de Títulos em Garantia.

69. O Investidor por meio de seu Agente de Custódia deverá, observando os requisitos e condições estabelecidos em Regulamento ou quaisquer outros normativos editados pela B3, adotar procedimentos específicos para requisitar o depósito ou bloqueio dos Títulos em garantia diretamente nos sistemas de administração de garantias das Câmaras da B3.

70. O Bloqueio de Títulos em Garantia resulta em uma transferência de Títulos da conta da B3 no SELIC para a Conta de Garantias da B3 no SELIC, onde o Título permanece sob responsabilidade da B3. O Agente de Custódia que solicitou o bloqueio é o único responsável:

- pela manutenção de documentação que comprove a solicitação do Investidor para o Bloqueio dos Títulos em Garantia; e
- por instruir, diretamente nos sistemas de administração de garantias das Câmaras da B3, realizar o depósito ou bloqueio dos Títulos em Garantia.

71. A B3 é a responsável:

- por realizar o crédito dos Títulos na Conta de Garantias da B3 no SELIC; e
- por bloquear os Títulos entregues em garantia no Tesouro Direto e os manter sob a titularidade do Investidor que solicitou o bloqueio.

72. Os Títulos objeto de bloqueio em garantias, após a solicitação do Agente de Custódia por meio de instrução do Investidor, permanecerão registrados na conta do Investidor, sendo bloqueados para negociação e movimentação.

73. A B3 rejeita a efetivação do Bloqueio de Títulos em Garantia nas seguintes situações:

- na constatação de divergências entre as informações fornecidas pelo Agente de Custódia ao SELIC e à B3;
- na ausência de confirmação do depósito ou bloqueio dos Títulos em Garantia pelo Agente de Custódia nos sistemas de administração de garantias das Câmaras da B3, dentro dos prazos determinados;
- na indisponibilidade dos Títulos a serem bloqueados; ou
- em outras situações específicas a critério da B3.

74. A rejeição da solicitação de Bloqueio de Títulos em Garantia implica na manutenção da disponibilidade dos Títulos.

2.5.4 Desbloqueio de Títulos em Garantia

75. A solicitação de Desbloqueio de Títulos em Garantia em favor das Câmaras da B3 é realizada pelo Agente de Custódia mediante instrução do Investidor, seu cliente, por meio do ambiente do Tesouro Direto. Em casos especiais ou por motivos de força maior, a solicitação deve ser feita mediante preenchimento de formulário próprio e apresentação da documentação exigida na B3. Somente serão aceitas quantidades inteiras de Títulos para Desbloqueio de Títulos em Garantia.

76. O Investidor por meio de seu Agente de Custódia deverá, observando os requisitos e condições estabelecidos em Regulamento ou quaisquer outros normativos editados pela B3, adotar procedimentos específicos para requisitar a retirada ou desbloqueio dos Títulos em garantia diretamente nos sistemas de administração de garantias das Câmaras da B3.

77. O Desbloqueio de Títulos em Garantia resulta em uma transferência de Títulos da Conta de Garantias da B3 no SELIC para a Conta da B3 no SELIC, onde o Título, caso não haja nenhuma outra restrição, permanece disponível na Conta de Custódia do Investidor no ambiente do Tesouro Direto. O Agente de Custódia que solicitou o desbloqueio é o único responsável:

- pela manutenção de documentação que comprove a solicitação do Investidor para o Desbloqueio dos Títulos em Garantia; e
- por instruir, diretamente nos sistemas de administração de garantias das Câmaras da B3, a retirada ou desbloqueio dos Títulos em Garantia.

78. A B3 é a responsável:

- por realizar o crédito dos Títulos na Conta da B3 no SELIC; e
- por desbloquear os Títulos no Tesouro Direto e os manter sob a titularidade do Investidor que solicitou o desbloqueio.

79. Os Títulos objeto de desbloqueio em garantias, após a solicitação do Agente de Custódia por meio de instrução do Investidor, permanecerão registrados na conta do Investidor, sendo disponíveis para negociação e movimentação.

80. A B3 rejeita a efetivação do Desbloqueio de Títulos em Garantia nas seguintes situações:

- na constatação de divergências entre as informações fornecidas pelo Agente de Custódia ao SELIC e à B3;
- na ausência de instrução de retirada ou desbloqueio dos Títulos em Garantia pelo Agente de Custódia nos sistemas de administração de garantias das Câmaras da B3, dentro dos prazos determinados;
- na ausência de autorização das Câmaras da B3;
- quando os Títulos a serem desbloqueados estiverem apropriados em garantias de operações do próprio Investidor compensadas e liquidadas nas Câmaras da B3; ou
- em outras situações específicas a critério da B3.

81. A rejeição da solicitação de Desbloqueio de Títulos em Garantia implica na manutenção do Bloqueio de Títulos em Garantia.

2.5.5 Bloqueio de Movimentação de Títulos

82. A B3 pode, mediante determinação do Poder Judiciário, da STN, dos Agentes de Custódia, dos demais órgãos reguladores e supervisores ou da própria B3, bloquear a Movimentação de títulos no Tesouro Direto, bem como a compra e venda, desde que o bloqueio seja devidamente circunstanciado e justificado.

83. O bloqueio poderá ser efetuado para as seguintes transações:

- Compra / Venda;
- Depósito;
- Transferência a crédito e/ou a débito;
- Bloqueio de Títulos em Garantia / Desbloqueio de Títulos em Garantia.

2.6 TRATAMENTO DE EVENTOS DE CUSTÓDIA

84. O tratamento de Eventos de Custódia consiste no cálculo e repasse dos recursos financeiros relativos aos juros, resgates e amortizações dos Títulos mantidos no Tesouro Direto.

85. A B3 considera que terão direito ao recebimento dos recursos financeiros correspondentes aos Eventos de Custódia os Investidores que possuírem o Título disponível em sua Conta de Custódia na manhã do dia do pagamento dos Eventos de Custódia e antes da realização de qualquer Depósito ou Transferência de Títulos no Tesouro Direto.

86. A STN deve informar à B3, no dia do pagamento do evento e nos prazos estabelecidos pela B3 e STN, o valor do evento do Título.

87. Os Agentes de Custódia receberão, em tempo hábil, os recursos financeiros referentes ao pagamento de resgates, juros e amortizações de Títulos. Os Agentes de Custódia são responsáveis por repassar estes recursos, em tempo hábil, aos Investidores detentores dos Títulos. O recolhimento dos impostos referentes ao pagamento de eventos é de responsabilidade exclusiva do Agente de Custódia.

88. A B3 não responde pelo cumprimento das obrigações originárias da STN de pagamento de resgates, juros e amortizações dos Títulos registrados no Tesouro Direto. A B3 e a STN não se responsabilizam pelo repasse dos recursos financeiros pelos Agentes de Custódia aos Investidores.

2.7 INFORMAÇÕES

89. A B3 fornece informações sobre as posições de Títulos, Movimentações de Títulos e Eventos de Custódia para a STN, os Agentes de Custódia ou os Investidores, de acordo com as respectivas atividades.

2.7.1 Informações aos Agentes de Custódia

90. A B3 disponibiliza ao Agente de Custódia informações relativas aos saldos em custódia, a todas as Movimentações de Títulos e aos Eventos de Custódia ocorridos nas contas de Investidores sob sua responsabilidade, por meio de consultas via Internet.

91. Os Agentes de Custódia poderão consultar as informações relativas aos preços de compra e venda de Títulos dos Investidores, seus clientes, no Tesouro Direto, para fins de recolhimento de impostos. O critério adotado pela B3 para informar o preço de compra do Título vendido seguirá a ordem cronológica de aquisição, pelo Investidor, no Tesouro Direto, de títulos de mesmas características e código de identificação. Dessa forma, o preço de compra informado é o referente ao Título que há mais tempo encontra-se em poder do Investidor.

92. A B3 não se responsabiliza pela utilização, por parte do Agente de Custódia, do critério indicado no parágrafo 91 ou de outro critério para o cálculo dos impostos devidos pelo Investidor.

2.7.2 Informações aos Investidores

93. A B3 disponibilizará via Internet, informações relativas aos saldos, Movimentações de Títulos e Eventos de Custódia ocorridos na Conta de Custódia do Investidor.

94. A B3 enviará ao Investidor, para o endereço eletrônico cadastrado, link para o Extrato Mensal contendo os saldos, Movimentações de Títulos e os Eventos de Custódia.

95. A B3 enviará para o correio eletrônico do Investidor confirmações de Liquidação de compras e vendas e de Movimentações de Títulos.

2.8 TAXAS

96. Sobre as operações realizadas por meio do Tesouro Direto incidem taxas de negociação e de custódia da B3, e taxa do Agente de Custódia.

97. A taxa de negociação incide sobre o valor da compra dos Títulos e a taxa de custódia é proporcional ao período que o Investidor mantiver os Títulos custodiados na B3.

98. A taxa de negociação é cobrada no ato da compra do Título.

99. A taxa de custódia é cobrada semestralmente, no primeiro dia útil de janeiro ou de julho, ou no pagamento de juros, ou na venda, ou no encerramento da posição do Investidor, o que ocorrer primeiro. O valor base para cálculo da taxa de custódia e da taxa de negociação será divulgado no site Tesouro Direto.

100. No caso em que, no semestre, a soma do valor da taxa de custódia da B3 e da taxa do Agente de Custódia for inferior a R$10,00, o valor das taxas será acumulado para a cobrança no semestre seguinte, no primeiro dia útil de janeiro ou de julho, ou no pagamento de juros, ou na venda, ou no encerramento da posição do Investidor, o que ocorrer primeiro.

101. No ato da compra, será cobrada a taxa do Agente de Custódia referente a um ano. Na hipótese do Título adquirido ter prazo de vencimento inferior a um ano, a taxa do Agente de Custódia será proporcional ao prazo de vencimento do Título.

102. Caso o Investidor venda o Título antes de completar um ano de sua aquisição, ou antes do vencimento do Título no caso de aquisição do Título ter prazo de vencimento inferior a um ano, a taxa do Agente de Custódia, cobrada no ato da compra, não será devolvida.

103. A taxa do Agente de Custódia relativa aos demais anos será proporcional ao período que o Investidor mantiver os Títulos custodiados na B3, e será cobrada semestralmente, no primeiro dia útil de janeiro ou de julho, ou no pagamento de juros, ou na venda, ou no encerramento da posição do Investidor, o que ocorrer primeiro, em conjunto com a taxa de custódia da B3.

104. A taxa do Agente de Custódia é livremente pactuada com os Investidores e a B3 somente operacionaliza seu recolhimento e repasse.

3 CAPÍTULO III - DIREITOS E DEVERES DA STN

3.1 DIREITOS DA STN

105. Configuram direitos da STN:

- definir os preços, os prazos de vencimento, as quantidades e as demais características dos Títulos a serem comprados e vendidos no Tesouro Direto;

- determinar, em conjunto com a B3, os meios de pagamentos aceitos nas compras dos Títulos pelos Investidores;

- estabelecer Limites máximo e mínimo de compra e venda de Títulos por CPF;

- receber da B3, em tempo hábil, os recursos financeiros provenientes dos pagamentos efetuados pelos Investidores;

- receber da B3, em tempo hábil, os Títulos vendidos pelos Investidores à STN no Tesouro Direto;

- efetuar consultas e obter informações relevantes para suas atividades, tais como compras e vendas realizadas no Tesouro Direto, Movimentações de Custódia, saldo médio das Contas de Custódia, número de Investidores e valores financeiros a repassar e a receber da B3; e

- suspender a qualquer momento e a seu critério as compras e vendas de Títulos no Tesouro Direto.

3.2 DEVERES DA STN

106. Configuram deveres da STN:

- disponibilizar à B3, em tempo hábil, os Títulos por ela ofertados via Internet, de forma a viabilizar a entrega dos Títulos aos Investidores;

- repassar à B3, em tempo hábil, os recursos financeiros relativos aos Eventos de Custódia dos Títulos de propriedade dos Investidores e registrados no Tesouro Direto;

- repassar à B3, em tempo hábil, os recursos financeiros relativos ao pagamento dos Títulos vendidos pelos Investidores à STN;

- deliberar sobre o conteúdo das informações a serem disponibilizadas na área de livre acesso do Tesouro Direto;

- manter a infraestrutura tecnológica necessária para o funcionamento da área de livre acesso do Tesouro Direto, bem como manter atualizadas as informações disponibilizadas nessa área;

- atualizar na área de livre acesso do Tesouro Direto, em tempo hábil, a lista de Agentes de Custódia habilitados no Tesouro Direto, conforme informações fornecidas pela B3;

- fornecer à B3, para atualização da área de acesso exclusivo, os preços, os prazos de vencimento, as quantidades e as demais características dos Títulos a serem oferecidos para a compra e venda no Tesouro Direto; e

- definir, em conjunto com a B3, o valor, a forma e prazo do pagamento das taxas relativas às atividades desempenhadas pela B3 no âmbito do Tesouro Direto.

4 CAPÍTULO IV - DIREITOS E DEVERES DA B3

4.1 DIREITOS DA B3

107. Configuram direitos da B3, quanto à autorregulação de suas atividades:

- admitir Agentes de Custódia, observando os requisitos e condições estabelecidos em Regulamento ou quaisquer outras normas editadas pela B3 que se refiram à operacionalização dos sistemas do Tesouro Direto, e demais normas aplicáveis;

- descredenciar os Agentes de Custódia nas hipóteses estabelecidas no seu Regulamento ou quaisquer outras normas editadas pela B3 que se refiram à operacionalização dos sistemas do Tesouro Direto, e demais normas aplicáveis, e, ainda, nas situações em que tal providência seja necessária para preservar o normal funcionamento das suas atividades;

- exigir o cumprimento de padrões adequados de idoneidade e de ética profissional, bem como julgar e punir seu desrespeito por parte de Agentes de Custódia e de seus administradores e prepostos;

- exigir, nos prazos que fixar, a prestação de informações e esclarecimentos por parte do Agente de Custódia, em particular no que tange à manutenção e atualização de seus próprios dados cadastrais, de seus funcionários, empregados, prepostos credenciados e dos Investidores, seus clientes;

- fiscalizar as atividades dos Agentes de Custódia e de seus administradores e prepostos, bem como auditar, sempre que necessário, os sistemas e procedimentos dos Agentes de Custódia relacionados às atividades vinculadas ao Tesouro Direto;

- ser comunicada, imediatamente, na pessoa de seus Diretores, pelos Agentes de Custódia, sobre indícios de irregularidades ou sobre a ocorrência de fatos que possam afetar ou tenham afetado suas atividades relacionadas ao Tesouro Direto;

- suspender as atividades do Agente de Custódia no âmbito de sua atuação no Tesouro Direto, quando a segurança das atividades da B3 assim o exigir, comunicando o fato à Secretaria do Tesouro Nacional e aos órgãos reguladores do mercado, quando for o caso; e

- reverter a suspensão do Agente de Custódia punido quando ocorrer a extinção do fato gerador, acrescendo-se ao valor por ele devido, se for o caso, os juros praticados no mercado, as multas cabíveis e as demais cominações legais ou contratuais incidentes.

108. Configuram direitos da B3, quanto às suas atividades no âmbito do Tesouro Direto:

- receber da STN, em tempo hábil, os Títulos vendidos pela STN via Internet, de forma a viabilizar a entrega dos Títulos aos Investidores nos prazos pré-definidos;

- receber da STN, em tempo hábil, os recursos financeiros relativos aos Eventos de Custódia dos Títulos de propriedade dos Investidores e registrados no Tesouro Direto;

- receber da STN, em tempo hábil, os recursos financeiros relativos ao pagamento dos Títulos vendidos pelos Investidores à STN;

- receber dos Investidores, nos prazos definidos, os recursos financeiros relativos ao pagamento dos Títulos comprados no Tesouro Direto;

- receber dos Agentes de Custódia que efetuaram compras em nome dos Investidores, nos prazos definidos, os recursos financeiros relativos ao pagamento dos Títulos comprados no Tesouro Direto;

- aceitar, em casos especiais, a Retirada de Títulos das Contas de Custódia dos Investidores no Tesouro Direto, mediante análise e autorização prévia da B3. Para tanto, a solicitação deverá ser feita mediante preenchimento de formulário próprio e apresentação da documentação exigida na B3. Somente serão aceitas quantidades inteiras de Títulos para Retirada junto à B3.

- recusar qualquer compra ou venda de Títulos que eventualmente possa se enquadrar nos ilícitos previstos na legislação em vigor, obrigando-se a comunicar imediatamente o fato às autoridades competentes e à STN;

- suspender ou rejeitar a liquidação de compras e vendas de Títulos quando existirem indícios que possam configurar infrações às normas legais e regulamentares da B3 ou da STN ou consubstanciar práticas não equitativas ou modalidades de fraude, podendo exigir dos Agentes de Custódia, neste caso, documentos comprobatórios da outorga de poderes para que estes atuem por conta e ordem de seus clientes perante a B3;

- ter assegurada, pelo Agente de Custódia, a autenticidade dos endossos e de quaisquer documentos apresentados para instruir as Movimentações de Títulos dos Investidores, seus clientes;

- estabelecer o valor, a forma e prazo do pagamento das taxas relativas às suas atividades no âmbito do Tesouro Direto; e

- exigir o pagamento das taxas relativas às suas atividades no âmbito do Tesouro Direto.

4.2 DEVERES DA B3

109. Configuram deveres da B3, quanto às suas atividades no âmbito do Tesouro Direto:

- responsabilizar-se por monitorar permanentemente a utilização dos Limites por CPF;

- oferecer condições para a realização de custódia e controle individualizados por CPF;

- atender às consultas realizadas pela STN na elucidação de questões relativas à sistemática e ao funcionamento operacional dos sistemas, no tocante à criação e/ou ao registro de novos Títulos, assim como sobre quaisquer dúvidas inerentes aos sistemas;

- efetuar a conciliação dos pagamentos realizados pelos Investidores e das operações validadas para Liquidação;

- comunicar à STN casos de Inadimplência e adotar os procedimentos estabelecidos em conjunto com a STN;

- fazer o repasse dos recursos financeiros à STN e a respectiva distribuição dos Títulos nas Contas de Custódia dos Investidores, nos casos de compras efetuadas pelos Investidores no Tesouro Direto;

- fazer o repasse dos Títulos comprados pela STN para a sua conta no ambiente SELIC, nos casos de vendas efetuadas pelos Investidores no Tesouro Direto;

- suspender imediatamente as compras e vendas de Títulos no Tesouro Direto, quando determinado pela STN;

- zelar e responsabilizar-se pela segurança e bom funcionamento dos sistemas envolvidos na área de acesso exclusivo do Tesouro Direto;

- manter a infraestrutura tecnológica necessária para o funcionamento da área de acesso exclusivo do Tesouro Direto, bem como manter atualizadas as informações disponibilizadas nessa área; e

- fornecer à STN lista atualizada dos Agentes de Custódia habilitados no Tesouro Direto para atualização dessas informações na área de livre acesso.

110. Configuram deveres da B3, perante o Agente de Custódia:

- assegurar a integridade dos Títulos custodiados e conservar sigilo a respeito de suas características e quantidades, exceto nos casos de fornecimento de informações para órgãos reguladores do mercado, STN e outras instituições autorizadas por lei;

- assegurar que os Depósitos, os Bloqueios de Títulos em Garantia, os Desbloqueios de Títulos em Garantia e as Transferências entre Contas de Custódia somente serão efetuados mediante comando ou solicitação do Agente de Custódia;

- efetuar o repasse, ao Agente de Custódia, de recursos financeiros referentes aos Eventos de Custódia dos Títulos disponíveis registrados no Tesouro Direto e às vendas de Títulos realizadas à STN pelo Investidor; e

- disponibilizar consulta de saldos e Movimentações de Títulos dos Investidores, clientes do Agente de Custódia, no Tesouro Direto.

111. Configuram deveres da B3, perante o Investidor:

- manter sigilo sobre qualquer informação a que tenha acesso, somente revelando-as nas hipóteses e condições previstas na legislação em vigor ou autorizadas pelos órgãos reguladores do mercado;

- disponibilizar, via Internet, os saldos e movimentações de Títulos; e

- disponibilizar, via Internet, os Limites e suas eventuais alterações.

5 CAPÍTULO V - DIREITOS E DEVERES DO AGENTE DE CUSTÓDIA

5.1 DIREITOS DO AGENTE DE CUSTÓDIA

112. Configuram direitos do Agente de Custódia, perante a B3:

- Depositar Títulos, solicitar o Bloqueio de Títulos em Garantia e o Desbloqueio de Títulos em Garantia, bem como transferir os Títulos custodiados em Contas de Custódia sob sua responsabilidade, desde que mantida a mesma titularidade;

- efetuar consultas e obter informações sobre saldos das Contas de Custódia de seus clientes; e

- receber informações necessárias ao exercício de suas funções previstas neste Regulamento.

113. Configuram direitos do Agente de Custódia, perante os Investidores, seus clientes:

- receber as informações necessárias ao exercício de suas funções previstas neste Regulamento;

- receber, em tempo hábil, os recursos financeiros relativos às compras de Títulos efetuadas em nome dos Investidores, seus clientes, por meio da Senha Master;

- receber, em tempo hábil, os recursos financeiros suficientes para a liquidação das compras de Títulos efetuadas pelos Investidores; e

- receber o valor financeiro referente às taxas cobradas pela prestação dos seus serviços.

5.2 DEVERES DO AGENTE DE CUSTÓDIA

114. Configuram deveres do Agente de Custódia perante a B3:

- celebrar Contrato de Prestação de Serviço de Custódia de Ativos e assinar Termo de Adesão ao Regulamento do Tesouro Direto (Anexo 1);

- cadastrar os Investidores, seus clientes, conforme as exigências da legislação em vigor e do Banco Central do Brasil;

- habilitar os Investidores, seus clientes, no Tesouro Direto;

- manter o controle dos Títulos depositados sob sua responsabilidade, bem como o registro de autorizações ou solicitações que motivem a movimentação dos mesmos, de acordo com as exigências regulamentares e legais;

- responsabilizar-se pela origem, legitimidade e veracidade dos endossos e de quaisquer documentos apresentados e informações prestadas para instruir suas ações com relação aos Títulos dos Investidores;

- manter permanentemente atualizados, em seus sistemas e nos da B3, os seus dados cadastrais e os dados cadastrais dos Investidores, seus clientes;

- fornecer à B3 documentos que comprovem a autenticidade e a veracidade de suas informações cadastrais e, quando solicitado, das informações cadastrais dos Investidores, seus clientes;

- comunicar à B3 a ocorrência de fatos irregulares que possam afetar ou tenham afetado suas atividades;

- firmar instrumento próprio de prestação de serviços com os Investidores, seus clientes, inserindo neste documento as cláusulas mínimas estabelecidas pela B3;

- obter autorização formal do Investidor, seus clientes, para Movimentação de Títulos e execução de compras e vendas no Tesouro Direto;

- repassar para a B3 os recursos financeiros referentes às compras por ele efetuadas em nome de Investidores, seus clientes, por meio da Senha Master;

- repassar para a B3 os recursos financeiros recebidos dos Investidores, seus clientes, referentes ao pagamento das compras efetuadas pelos Investidores;

- obter autorização formal da B3 e da STN para menção ou referência ao Tesouro Direto, bem como utilização e divulgação da marca e da expressão do Tesouro Direto e do seu logotipo em sites de Internet, material publicitário, domínios de Internet, endereços de correio eletrônico e qualquer outra forma de divulgação;

- informar à B3 e à STN o prazo de repasse dos recursos líquidos aos Investidores relativos às vendas de Títulos e aos Eventos de Custódia; e

- informar à B3 e à STN as taxas cobradas pela prestação dos seus serviços, assim como quaisquer mudanças que nelas ocorram, previamente à alteração.

115. Configuram deveres do Agente de Custódia, perante os Investidores, seus clientes:

- assegurar a integridade dos Títulos custodiados e manter sigilo acerca de suas características e quantidades;

- manter os Títulos pertencentes aos Investidores, seus clientes, depositados em Contas de Custódia individualizadas, sempre em nome do Investidor, sendo o Agente de Custódia o único responsável pelas movimentações efetuadas em Contas de Custódia;

- efetuar Depósito, Bloqueio de Títulos em Garantia e Desbloqueio de Títulos em Garantia, bem como a Transferência de Títulos exclusivamente com base em instrução do Investidor, seu cliente;

- realizar a liquidação das compras realizadas pelo Investidor, utilizando os recursos financeiros transferidos pelo mesmo para o Agente de Custódia.

- repassar ao Investidor os recursos financeiros referentes aos Eventos de Custódia tratados pela B3, recolher os impostos devidos e responsabilizar-se pelas obrigações acessórias com a Secretaria da Receita Federal;

- repassar ao Investidor os recursos financeiros referentes às vendas de Títulos realizadas pelos seus clientes à STN, recolher os impostos devidos e responsabilizar-se pelas obrigações acessórias com a Secretaria da Receita Federal;

- repassar os recursos líquidos aos Investidores que venderam seus Títulos no prazo máximo de um dia útil, quando realizada entre as 13:00 horas e as 18:00 horas;

- repassar os recursos líquidos aos Investidores que venderam seus títulos entre as 9:30 horas e as 13:00 horas no mesmo dia útil da venda, desde que os preços/taxas dos respectivos Títulos sejam disponibilizados no Tesouro Direto antes das 13:00 horas do mesmo dia útil;

repassar os recursos líquidos aos Investidores que venderam seus Títulos por meio de agendamento entre as 18:01 horas e as 23:59 horas, no máximo no dia útil posterior à venda, desde que os preços/taxas dos respectivos Títulos sejam disponibilizados no Tesouro Direto antes das 13:00 horas do referido dia útil; no caso de disponibilização dos preços/taxas após às 13hs, o repasse dos recursos líquidos aos Investidores ocorrerá no segundo dia útil posterior à venda;

- repassar os recursos líquidos aos Investidores que venderam seus Títulos por meio de agendamento entre as 00:00 hora e as 5:00 horas no mesmo dia útil da venda, desde que os preços/taxas dos respectivos Títulos sejam disponibilizados no Tesouro Direto antes das 13:00 horas do mesmo dia útil; no caso de disponibilização dos preços/taxas após às 13:00hs, o repasse dos recursos líquidos aos Investidores ocorrerá no primeiro dia útil posterior à venda;

- repassar os recursos líquidos referentes ao vencimento dos títulos e do pagamento dos juros semestrais (cupons) na respectiva data do evento, se dia útil, quando não, no primeiro dia útil subsequente;

- informar aos Investidores o prazo de repasse dos recursos líquidos relativos às vendas de Títulos e aos Eventos de Custódia.

fornecer aos Investidores informe de rendimentos, conforme disposto na legislação vigente;

- informar aos Investidores as taxas cobradas pela prestação dos seus serviços, assim como quaisquer mudanças que nelas ocorram, previamente à alteração.

- informar aos Investidores a metodologia de cobrança da taxa de negociação, da taxa de custódia e da taxa do Agente de Custódia;

- formalizar instrumento próprio de prestação de serviços com os Investidores, seus clientes, no qual constarão, no mínimo, as seguintes disposições:

-- cláusula em que o cliente se responsabiliza integralmente pela decisão de contratar os serviços do Agente de Custódia;

-- cláusula exonerando a B3 de qualquer responsabilidade caso o Agente de Custódia deixe de cumprir as obrigações contraídas com o cliente, não importando as razões do descumprimento;

-- cláusula em que o cliente declara conhecer e concordar com o inteiro teor do presente Regulamento, aderindo integralmente a todas as disposições do mesmo;

-- cláusula em que o cliente declara conhecer o inteiro teor do contrato firmado entre a B3 e os Agentes de Custódia.

-- cláusula em que o cliente declara o conhecimento de todas as atribuições de seu Agente de Custódia, especialmente com relação aos Depósitos, Bloqueios de Títulos em Garantia e Desbloqueios de Títulos em Garantia, bem como as Transferências de Títulos em sua Conta de Custódia no Tesouro Direto;

-- cláusula em que o Agente de Custódia se obriga a notificar o cliente de sua intenção de cessar o exercício da atividade de Agente de Custódia ou de cessar a prestação dos serviços para o cliente;

-- cláusula prevendo a possibilidade de extensão, ao cliente, das medidas que lhe tiverem sido aplicadas pela B3 em decorrência dos atos praticados pelo Investidor, seu cliente;

-- cláusula em que o Agente de Custódia e o Investidor declaram que têm ciência de que as operações de compra e venda de Títulos no Tesouro Direto serão executadas e formalizadas através da Internet, razão pela qual eles concordam e reconhecem que as compras e vendas de Títulos efetivadas pela Internet serão plenamente válidas.

-- cláusula em que conste a data de início de prestação de serviços.

-- cláusula declarando que o Regulamento do Tesouro Direto é parte integrante do contrato ou do instrumento jurídico formalizado entre o Agente de Custódia e o Investidor.

6 CAPÍTULO VI - DIREITOS E DEVERES DO INVESTIDOR

6.1 DIREITOS DO INVESTIDOR

116. Configuram direitos do Investidor, perante a B3:

- consultar informações atualizadas sobre seus Títulos e Limites no Tesouro Direto; e

- ter mantido o sigilo sobre as informações referentes aos seus Títulos custodiados, exceto nas hipóteses e condições previstas neste Regulamento, na legislação em vigor ou quando solicitadas pela STN ou órgãos reguladores do mercado.

117. Configuram direitos do Investidor, perante o Agente de Custódia:

- ter os seus Títulos depositados em Contas de Custódia individualizadas sempre em seu nome, sendo o Agente de Custódia o único responsável pelas movimentações efetuadas em Conta de Custódia;

- ter efetuados, pelo Agente de Custódia, os Depósitos, Bloqueios de Títulos em Garantia e Desbloqueios de Títulos em Garantia, bem como as Transferências de Títulos que solicitar;

- ter realizado, pelo Agente de Custódia, o pagamento das compras realizadas pelo Investidor, utilizando os recursos transferidos pelo mesmo para o Agente de Custódia dentro das regras e prazos previamente estabelecidos.

- receber os recursos financeiros resultantes dos Eventos de Custódia e das vendas de Títulos realizadas em seu nome dentro dos prazos previamente acordados entre o Investidor e o Agente de Custódia;

- receber informações atualizadas sobre seus Títulos custodiados junto ao Tesouro Direto;

- ter o sigilo mantido sobre os seus dados cadastrais e Títulos custodiados;

- receber informações sobre o imposto de renda retido em função dos rendimentos auferidos nas vendas dos Títulos e no pagamento dos Eventos de Custódia; e

- receber informações sobre as compras e vendas realizadas em seu nome por meio da Senha Master.

6.2 DEVERES DO INVESTIDOR

118. Configuram deveres do Investidor, perante a B3:

- manter os recursos necessários junto ao Agente de Custódia para o pagamento das taxas relativas às atividades da B3 no Tesouro Direto, por ela previamente divulgadas, conforme parágrafo 99 e seguintes deste Regulamento.

119. Configuram deveres do Investidor, perante o Agente de Custódia:

- manter atualizados os seus dados cadastrais, bem como fornecer os documentos que comprovem a autenticidade das suas informações cadastrais;

- possuir recursos suficientes junto ao Agente de Custódia para o pagamento relativo às compras dos Títulos por ele realizadas diretamente no Tesouro Direto; e

- manter os recursos necessários junto ao Agente de Custódia para o pagamento das taxas cobradas.

7 CAPÍTULO VII - LIMITES DAS RESPONSABILIDADES DA STN E B3

120. A B3 e a STN estão isentas de responsabilidade nas situações em que:

- o Investidor não cumpra suas obrigações perante o Agente de Custódia, não importando as razões do descumprimento;

- o Agente de Custódia não cumpra suas obrigações perante os Investidores, seus clientes, não importando as razões do descumprimento;

- ocorra indevida Movimentação de Títulos custodiados em nome do Investidor realizada pelo seu Agente de Custódia; e

- ocorra uso indevido da senha por parte do Investidor, do Agente de Custódia ou de terceiros.

121. A B3 e a STN não se responsabilizam:

- por atos de terceiros externos ao âmbito das atividades da B3 e da STN previstas neste Regulamento;

- pelo descumprimento dos deveres, não importando as razões do descumprimento, ou pela infração às disposições constantes deste Regulamento, ou de quaisquer outras normas legais, por parte dos Agentes de Custódia ou Investidores;

- por indenizar os Investidores ou os Agentes de Custódia por prejuízos decorrentes de utilização ou movimentação indevida de Títulos efetuadas por Agentes de Custódia; e

- por indenizar os Investidores ou os Agentes de Custódia por prejuízos decorrentes de infração às normas legais e deste Regulamento, uns para com os outros, e na hipótese de caso fortuito ou força maior que impossibilitem a execução das atividades por ela assumidas nos termos deste Regulamento.

122. A B3 não se responsabiliza:

- por garantir que, em casos especiais, a titularidade dos Títulos retirados do Tesouro Direto seja mantida no momento da transferência dos Títulos para a conta de clientes do Agente de Custódia no SELIC;

- pelas informações prestadas pela STN; e

- pelo descumprimento das obrigações originárias da STN de resgatar o principal, juros e amortizações dos Títulos de sua emissão.

123. A STN não se responsabiliza:

- pelo descumprimento dos deveres da B3 descritos neste Regulamento;

- pelo sigilo das informações que não estejam em sua posse e movimentações que não sejam sua obrigação;

- pelo correto funcionamento dos sistemas do Tesouro Direto operacionalizados pela B3.

8 CAPÍTULO VIII - PENALIDADES

124. Sem prejuízo das disposições contidas em Regulamento editado pela B3, as infrações às disposições deste Regulamento e de quaisquer outras normas aprovadas pela B3 e pela STN relativas ao Tesouro Direto, bem como a reincidência de infrações, sujeitam os Agentes de Custódia às seguintes penalidades:

- advertência;

- multa;

- encerramento compulsório de Conta de Custódia;

- suspensão de atividades, exclusão ou descredenciamento e imediata comunicação do fato à STN e aos órgãos reguladores do mercado, de acordo com as respectivas competências; e

- suspensão, impedimento ou rejeição da liquidação de operações, nos casos onde haja indícios de fraude.

125. A aplicação das penalidades é de competência da Diretoria da B3, que embasará sua decisão na análise circunstanciada dos fatos geradores da infração.

126. Da decisão que aplicar penalidade cabe recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho de Administração da B3, no prazo de 15 (quinze) dias da ciência da decisão.

9 CAPÍTULO IX - MEDIDAS DE EMERGÊNCIA

127. A B3 e a STN, com o objetivo de assegurar o funcionamento eficiente e regular das suas atividades poderão, quando necessário, adotar medidas de emergência.

128. As medidas de emergência poderão ser aplicadas quando da ocorrência das seguintes situações:

- decretação de estado de defesa, estado de sítio ou estado de calamidade pública;

- guerra, comoção interna ou greve;

- acontecimentos de qualquer natureza, inclusive aqueles decorrentes de caso fortuito ou de força maior, que venham a afetar ou coloquem em risco o seu funcionamento regular podendo acarretar prejuízo ou descontinuidade das suas atividades; e

- interrupção da comunicação com os sistemas do Banco Central e do SELIC por falha operacional, queda de energia ou qualquer outro fator que afete a recepção, transmissão e envio de informações e que estejam fora do alcance dos procedimentos de contingência da B3.

129. São as seguintes as medidas de emergência que poderão ser aplicadas:

- alteração temporária das normas e procedimentos referentes às suas atividades, inclusive prazos e horários;

- suspensão das atividades dos Agentes de Custódia e do funcionamento de qualquer serviço do Tesouro Direto;

- suspensão da Liquidação de compras e vendas realizadas no Tesouro Direto; e

- decretação de recesso da B3.

130. A aplicação de qualquer medida de emergência não dispensa ou exonera os Agentes de Custódia e Investidores do cumprimento de qualquer obrigação contraída no âmbito do Tesouro Direto.

10 CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES GERAIS

131. As atividades da B3 ficam sujeitas à cobrança de taxas, a serem por ela fixadas, aprovadas pela STN e disponibilizadas aos Investidores e Agentes de Custódia no site do Tesouro Direto. O Investidor que possuir registro impeditivo decorrente do não pagamento das taxas devidas à B3 nos termos do presente Regulamento não poderá efetuar Movimentação de Títulos até a regularização de suas obrigações. A referida indisponibilidade recairá tão somente sobre a quantidade de Títulos, cujo valor total seja correspondente ao total das taxas devidas à B3.

132. O Agente de Custódia e o Investidor têm ciência de que as operações de compra e venda de Títulos no Tesouro Direto serão executadas e formalizadas através da Internet, razão pela qual eles concordam e reconhecem que todas as compras e vendas de Títulos efetivadas pela Internet serão plenamente válidas.

133. O Agente de Custódia que rescindir contrato com a B3 deve notificar formalmente o fato aos seus clientes, por meio de documento escrito, em prazo hábil para que os Investidores possam contratar os serviços de outro Agente de Custódia.

134. Se o Agente de Custódia interromper suas atividades, a B3 fica autorizada a manter a custódia em nome de outro Agente de Custódia designado pelo Investidor ou, a pedido deste, a proceder à Retirada dos Títulos depositados no Tesouro Direto, observadas as formalidades legais cabíveis.

135. O Agente de Custódia deve obter de seus Investidores mandatos específicos em favor da B3, a fim de possibilitar a prestação de serviços no âmbito do Tesouro Direto.

136. Quaisquer solicitações formais da B3 relativas ao descumprimento do disposto neste Regulamento são feitas por meio de memorandos de exigências ou outros comunicados, estabelecendo prazos, condições para seu atendimento e penalidades cabíveis.

137. Quaisquer reclamações formais dos Agentes de Custódia relativas a erros ou imperfeições constatados devem ser feitas à B3, nos prazos previstos em Regulamentos editados pela B3.

138. Os dispositivos constantes deste Regulamento obrigam, para todos os fins de direito, as instituições e Investidores nele mencionados.

139. Este Regulamento deverá ser parte integrante dos contratos ou instrumentos jurídicos formalizados entre os Agentes de Custódia e os Investidores.

140. Observadas as disposições contidas em Regulamento editados pela B3, e neste Regulamento, a B3 poderá suspender ou cancelar uma operação de compra ou venda de Títulos no Tesouro Direto, considerando suas atividades de supervisão, quando determinada pela STN, pelos órgãos reguladores do mercado ou pela própria B3, no exercício de suas atividades de supervisão, cada qual na sua esfera de atuação.

141. Integram o presente Regulamento as normas complementares que forem estabelecidas pela B3 em conjunto com a STN para a compra e venda de Títulos no Tesouro Direto. Havendo conflito entre as disposições contidas nas regras e procedimentos emanados da B3 e da STN e nas regras estabelecidas neste Regulamento, este deverá prevalecer.

142. Os casos omissos serão resolvidos pela B3 ou pelo Secretário do Tesouro Nacional, observadas as respectivas competências.

(*) Republicada por ter saído, no DOU de 14/07/2022, Seção 1, pág. 17, com incorreção no original.

PORTARIA SETO/ME Nº 6.267, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SUBSTITUTO, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso V, do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022; e

Considerando a publicação da Portaria SETO/ME nº 6.005, de 5 de julho de 2022, que remanejou dotações orçamentárias no âmbito de diversos Órgãos do Poder Executivo, e a necessidade de compatibilização entre os limites de movimentação e empenho estabelecidos no Anexo I do Decreto nº 10.961, de 2022, e alterações posteriores, e a dotação atualizada (LOA + Créditos), resolve:

Art. 1º Adequar os limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, na forma dos Anexos desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO ALEXANDRE MENEZES DA SILVA

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(Anexo I ao Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022)
R$ 1,00

Órgãos/Unidades Orçamentárias		Despesas Primárias Discricionárias			
		Emendas Impositivas		Demais	TOTAL
		Individuais	Bancada		
26000	Ministério da Educação	0	0	4.000.000	4.000.000
39000	Ministério da Infraestrutura	0	0	20.000.000	20.000.000
53000	Ministério do Desenvolvimento Regional	0	0	11.000.000	11.000.000
TOTAL		0	0	35.000.000	35.000.000

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(Anexo I ao Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022)
R$ 1,00

Órgãos/Unidades Orçamentárias		Despesas Primárias Discricionárias			
		Emendas Impositivas		Demais	TOTAL
		Individuais	Bancada		
52000	Ministério da Defesa	0	0	35.000.000	35.000.000
TOTAL		0	0	35.000.000	35.000.000

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 23, DE 14 DE JULHO DE 2022

Ratifica Convênios ICMS aprovados na 357ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 11.07.2022 e publicados no DOU em 12.07.2022.

O Diretor da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, com fulcro no art. 5º da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X do art. 5° e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho,

CONSIDERANDO a urgência requerida pelos Secretários de Fazenda dos Estados de Alagoas e Ceará;

CONSIDERANDO que, após consulta realizada por meio dos Ofícios Circulares SEI nº 3027/2022/ME e nº 3043/2022/ME, as Unidades Federadas aprovaram, por unanimidade, a ratificação antecipada, declara ratificados os convênios ICMS a seguir identificados, celebrados na 357ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 11 de julho de 2022:

Convênio ICMS nº 112/22 - Autoriza o Estado de Alagoas a conceder remissão, anistia, moratória, e crédito presumido, relativamente ao ICMS, para os contribuintes, em decorrência das enchentes, temporais e inundações ocorridas nos meses de junho e julho de 2022, na forma que especifica;

Convênio ICMS nº 113/22 - Autoriza o Estado de Alagoas a reduzir juros, multas e demais acréscimos legais, em relação a débitos fiscais referentes ao ICM e ICMS;

Convênio ICMS nº 115/22 - Altera o Anexo Único do Convênio ICMS nº 19/18, que autoriza as unidades federadas que menciona a conceder redução na base de cálculo do ICMS nas prestações de serviços de comunicação.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO COTEPE/ICMS Nº 58, DE 14 DE JULHO DE 2022

Divulga o valor de referência para produtos alimentícios, conforme prevê a cláusula segunda do Protocolo ICMS nº 53/17 e revoga o Ato COTEPE/ICMS nº 36/19.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, com base na cláusula segunda do Protocolo/ICMS nº 53, de 29 de dezembro de 2017,

CONSIDERANDO os valores de referência encaminhados pela Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará, constantes no processo SEI nº 12004.100614/2022-53, e a concordância das demais unidades federadas signatárias do Protocolo ICMS nº 53/17, torna público:

Art. 1º Ficam divulgados, na forma do Anexo Único deste ato, os valores de referência para os produtos alimentícios relacionados no Anexo XVII do Convênio ICMS nº 142, de 14 de dezembro de 2018, a serem adotados pelas unidades federadas signatárias do Protocolo ICMS nº 53, de 29 de dezembro de 2017.

Art. 2º O Ato COTEPE/ICMS nº 36, de 22 de julho de 2019, fica revogado.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de agosto de 2022.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ANEXO ÚNICO

Item	CEST	NCM	Descrição CEST	Descrição PRODUTO	Referência (Kg)
1	17.031.01	1905.90.90	Salgadinhos diversos, derivados de farinha de trigo		R$ 18,05
2	17.047.01	1902.30.00	Massas alimentícias tipo instantânea, derivadas de farinha de trigo	MACARRÃO INSTANTÂNEO	R$ 13,70
3	17.048.00	1902	Massas alimentícias, cozidas ou recheadas (de carne ou de outras substâncias) ou preparadas de outro modo, exceto as descritas no CEST 17.047.00, 17.048.01 e 17.048.02	MASSAS COZIDAS NÃO RECHEADAS (para pastel, pães, pizza, panqueca, lasanha, folhadas e semelhantes)	R$ 15,81
4	17.049.02	1902.11.00	Massas alimentícias do tipo grano duro, não cozidas, nem recheadas, nem preparadas de outro modo, que contenham ovos		R$ 14,59
5	17.049.03	1902.19.00	Outras massas alimentícias do tipo comum, não cozidas, nem recheadas, nem preparadas de outro modo, que não contenham ovos, derivadas de farinha de trigo		R$ 4,87
6	17.049.04	1902.19.00	Outras massas alimentícias do tipo sêmola, não cozidas, nem recheadas, nem preparadas de outro modo, que não contenham ovos, derivadas de trigo		R$ 6,76
7	17.049.05	1902.19.00	Outras massas alimentícias do tipo grano duro, não cozidas, nem recheadas, nem preparadas de outro modo, que não contenham ovos		R$ 13,57
8	17.049.06	1902.11.00	Massas alimentícias do tipo comum, não cozidas, nem recheadas, nem preparadas de outro modo, que contenham ovos, derivadas de farinha de trigo		R$ 5,55
9	17.049.07	1902.11.00	Massas alimentícias do tipo sêmola, não cozidas, nem recheadas, nem preparadas de outro modo, que contenham ovos, derivadas do trigo		R$ 8,06
10	17.050.00	1905.20	Pães industrializados, inclusive de especiarias, exceto panetones e bolo de forma		R$ 17,16
11	17.051.00	1905.20.90	Bolo de forma, inclusive de especiarias		R$ 25,60
12	17.052.00	1905.20.10	Panetones		R$ 24,95
13	17.053.00	1905.31.00	Biscoitos e bolachas derivados de farinha de trigo; (exceto dos tipos "cream cracker", "água e sal", "maisena", "maria" e outros de consumo popular que não sejam adicionados de cacau, nem recheados, cobertos ou amanteigados, independentemente de sua denominação comercial)	AMANTEIGADOS	R$ 11,70

				BISCOITO MARIA, MAISENA e ROSQUINHA, todos com CACAU	R$ 9,16
				BISCOITO DOCE tipo COOKIES	R$ 25,94
				BISCOITO DOCE	R$ 9,50
				BISCOITO SALGADO tipo SALT (embalagem inferior a 300g)	R$ 14,48
				BISCOITO SALGADO tipo SALT (embalagem maior ou igual 300g)	R$ 9,97
				BISCOITO SALGADO	R$ 13,78
				BISCOITO INTEGRAL / CACAU / CEREAL	R$ 16,23
				RECHEADOS E TORTINHAS	R$ 13,68
14	17.053.01	1905.31.00	Biscoitos e bolachas derivados de farinha de trigo dos tipos "maisena" e "maria" e outros de consumo popular que não sejam adicionados de cacau, nem recheados, cobertos ou amanteigados, independentemente de sua denominação comercial, exceto o CEST 17.053.	MARIA / MAISENA / ROSQUINHA	R$ 9,02
				INTEGRAL	R$ 10,78
				AO LEITE	R$ 10,64
				OUTROS DE CONSUMO POPULAR (embalagem inferior a 400g)	R$ 9,14
				OUTROS DE CONSUMO POPULAR (embalagem maior ou igual a 400g)	R$ 8,60
15	17.053.02	1905.31.00	Biscoitos e bolachas derivados de farinha de trigo dos tipos "cream cracker" e "água e sal" de consumo popular	CREAM CRACKER (inclusive CRAKER MINI e PETIT)	R$ 8,42
				ÁGUA E SAL	R$ 9,53
				CRAKER COCKTAIL (aperitivos)	R$ 23,46
				CRAKER AMANTEIGADO	R$ 10,96
				CRAKER INTEGRAL	R$ 11,50
16	17.056.00	1905.90.20	Biscoitos e bolachas derivados de farinha de trigo dos tipos "cream cracker" e "água e sal"		R$ 11,04
17	17.056.02	1905.90.20	Outras bolachas, exceto casquinhas para sorvete e os biscoitos e bolachas relacionados nos CEST 17.056.00 e 17.056.01		R$ 21,17
18	17.057.00	1905.32.00	"Waffles" e "wafers" - sem cobertura		R$ 14,24
19	17.058.00	1905.32.00	"Waffles" e "wafers" - com cobertura		R$ 34,84
20	17.059.00	1905.40.00	Torradas, pão torrado e produtos semelhantes torrados		R$ 20,77
21	17.060.00	1905.90.10	Outros pães de forma		R$ 14,12
22	17.062.00	1905.90.90	Outros pães, exceto o classificado no CEST 17.062.03		R$ 16,99
23	17.062.01	1905.90.90	Outros bolos industrializados e produtos de panificação não especificados anteriormente, incluindo as pizzas; exceto os classificados nos CEST 17.062.02 e 17.062.03	OUTROS BOLOS INDUSTRIALIZADOS	R$ 20,42
				PIZZA	R$ 21,49
				FARINHA DE ROSCA	R$ 10,09
				DEMAIS PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO NÃO ESPECIFICADOS	R$ 23,58
24	17.062.02	1905.90.20 1905.90.90	Casquinhas para sorvete		R$ 10,77
25	17.062.03	1905.90.90	Pão francês até 200g		R$ 10,38
26	17.063.00	1905.10.00	Pão denominado knackebrot		R$ 14,13
27	17.064.00	1905.90	Demais pães industrializados		R$ 15,65

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 1.482, DE 7 DE JULHO DE 2022

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a portaria SETO/ME nº 3.473, de 19 de abril de 2022, e a portaria STN nº 1.339, de 13 de maio de 2022, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na portaria SETO/ME nº 3.599, de 25 de abril de 2022, resolve:

Art. 1º Homologar os resultados das ofertas de títulos públicos federais realizados no decorrer do mês de junho de 2022:

Portaria núm.	Data do leilão	Tipo de leilão	Título	Título venc.	Volta	Data de liquid.	Aceit. taxa (%aa)	Aceit. quant.	Aceit. fin. (R$)	(BC) Aceit. quant.	(BC) Aceit. fin. (R$)
1427	02/06/2022	Venda	LTN	01/10/2022	1	03/06/2022	13,2763	1.000.000	959.301.814,29	0	0,00
1427	02/06/2022	Venda	LTN	01/10/2022	2	06/06/2022	13,2750	0	0,00	0	0,00
1427	02/06/2022	Venda	LTN	01/04/2024	1	03/06/2022	13,0390	5.000.000	4.005.796.474,38	0	0,00
1427	02/06/2022	Venda	LTN	01/04/2024	2	06/06/2022	13,0337	895.000	717.386.395,26	0	0,00
1427	02/06/2022	Venda	LTN	01/07/2025	1	03/06/2022	12,5491	3.500.000	2.438.111.121,02	0	0,00
1427	02/06/2022	Venda	LTN	01/07/2025	2	06/06/2022	12,5433	533.248	371.637.223,94	0	0,00
1428	02/06/2022	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	03/06/2022	0,0000	0	0,00	0	0,00
1428	02/06/2022	Venda	NTN-F	01/01/2033	1	03/06/2022	12,8039	120.000	106.667.275,76	0	0,00
1428	02/06/2022	Venda	NTN-F	01/01/2033	2	06/06/2022	12,7997	30.149	26.812.124,47	0	0,00
1431	07/06/2022	Venda	NTN-B	15/05/2027	1	08/06/2022	5,6350	50.000	202.455.526,38	0	0,00
1431	07/06/2022	Venda	NTN-B	15/05/2027	2	08/06/2022	5,6350	2.881	11.665.487,41	0	0,00
1432	07/06/2022	Venda	NTN-B	15/05/2035	1	08/06/2022	5,7850	20.600	83.811.223,18	0	0,00
1432	07/06/2022	Venda	NTN-B	15/08/2060	1	08/06/2022	5,9499	50.000	204.212.395,37	0	0,00
1432	07/06/2022	Venda	NTN-B	15/08/2060	2	09/06/2022	5,9499	10.300	42.085.392,14	0	0,00
1433	07/06/2022	Venda	LFT	01/09/2028	1	08/06/2022	0,1700	376.500	4.378.861.722,07	0	0,00
1433	07/06/2022	Venda	LFT	01/09/2028	2	08/06/2022	0,1700	0	0,00	0	0,00
1435	09/06/2022	Venda	LTN	01/04/2023	1	10/06/2022	13,4980	1.000.000	902.585.600,57	0	0,00
1435	09/06/2022	Venda	LTN	01/04/2023	2	13/06/2022	13,4971	238.000	214.923.385,95	0	0,00
1435	09/06/2022	Venda	LTN	01/04/2024	1	10/06/2022	13,0840	4.000.000	3.210.004.068,19	0	0,00
1435	09/06/2022	Venda	LTN	01/04/2024	2	13/06/2022	13,0815	999.998	802.891.866,13	0	0,00
1435	09/06/2022	Venda	LTN	01/07/2025	1	10/06/2022	12,6780	4.950.000	3.444.072.986,30	0	0,00
1435	09/06/2022	Venda	LTN	01/07/2025	2	13/06/2022	12,6744	1.249.997	870.126.321,65	0	0,00
1436	09/06/2022	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	10/06/2022	0,0000	0	0,00	0	0,00
1436	09/06/2022	Venda	NTN-F	01/01/2033	1	10/06/2022	12,8949	300.000	265.935.860,75	0	0,00
1436	09/06/2022	Venda	NTN-F	01/01/2033	2	13/06/2022	12,8942	53.100	47.093.398,99	0	0,00
1441	14/06/2022	Venda	NTN-B	15/05/2025	1	15/06/2022	5,8415	50.000	200.530.092,63	0	0,00
1441	14/06/2022	Venda	NTN-B	15/05/2025	2	15/06/2022	5,8415	0	0,00	0	0,00
1442	14/06/2022	Venda	NTN-B	15/08/2032	1	15/06/2022	5,7240	50.000	206.771.909,03	0	0,00
1442	14/06/2022	Venda	NTN-B	15/08/2032	2	17/06/2022	5,7240	11.300	46.760.657,33	0	0,00
1442	14/06/2022	Venda	NTN-B	15/05/2045	1	15/06/2022	5,9000	28.050	113.578.483,39	0	0,00
1442	14/06/2022	Venda	NTN-B	15/05/2045	2	17/06/2022	5,9000	10.800	43.759.311,73	0	0,00
1443	14/06/2022	Venda	LFT	01/09/2028	1	15/06/2022	0,1700	311.050	3.626.333.873,01	0	0,00
1443	14/06/2022	Venda	LFT	01/09/2028	2	15/06/2022	0,1700	0	0,00	0	0,00
1451	15/06/2022	Venda	LTN	01/10/2022	1	17/06/2022	13,4366	1.000.000	963.173.576,48	0	0,00
1451	15/06/2022	Venda	LTN	01/10/2022	2	20/06/2022	13,4364	238.000	229.350.061,36	0	0,00
1451	15/06/2022	Venda	LTN	01/04/2024	1	17/06/2022	13,4738	1.000.000	799.162.700,10	0	0,00
1451	15/06/2022	Venda	LTN	01/04/2024	2	20/06/2022	13,4723	238.000	190.296.421,42	0	0,00
1451	15/06/2022	Venda	LTN	01/07/2025	1	17/06/2022	12,9630	1.000.000	691.835.874,06	0	0,00
1451	15/06/2022	Venda	LTN	01/07/2025	2	20/06/2022	12,9567	250.000	173.043.056,92	0	0,00

Portaria núm.	Data do leilão	Tipo de leilão	Título	Título venc.	Volta	Data de liquid.	Aceit. taxa (%aa)	Aceit. quant.	Aceit. fin. (R$)	(BC) Aceit. quant.	(BC) Aceit. fin. (R$)
1452	15/06/2022	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	17/06/2022	0,0000	0	0,00	0	0,00
1452	15/06/2022	Venda	NTN-F	01/01/2033	1	17/06/2022	0,0000	0	0,00	0	0,00
1454	21/06/2022	Venda	NTN-B	15/05/2027	1	22/06/2022	5,6140	1.500.000	6.100.663.139,99	0	0,00
1454	21/06/2022	Venda	NTN-B	15/05/2027	2	22/06/2022	5,6140	0	0,00	0	0,00
1455	21/06/2022	Venda	NTN-B	15/05/2035	1	22/06/2022	5,7500	62.750	257.005.941,68	0	0,00
1455	21/06/2022	Venda	NTN-B	15/08/2060	1	22/06/2022	5,9700	69.950	285.919.950,97	0	0,00
1456	21/06/2022	Venda	LFT	01/09/2028	1	22/06/2022	0,1668	500.000	5.841.831.535,98	0	0,00
1456	21/06/2022	Venda	LFT	01/09/2028	2	22/06/2022	0,1668	94.012	1.098.404.532,69	0	0,00
1461	23/06/2022	Venda	LTN	01/04/2023	1	24/06/2022	13,6163	1.000.000	905.940.697,20	0	0,00
1461	23/06/2022	Venda	LTN	01/04/2023	2	27/06/2022	13,6162	0	0,00	0	0,00
1461	23/06/2022	Venda	LTN	01/04/2024	1	24/06/2022	12,9298	3.000.000	2.424.237.810,20	0	0,00
1461	23/06/2022	Venda	LTN	01/04/2024	2	27/06/2022	12,9181	0	0,00	0	0,00
1461	23/06/2022	Venda	LTN	01/07/2025	1	24/06/2022	12,3494	6.000.000	4.230.496.803,90	0	0,00
1461	23/06/2022	Venda	LTN	01/07/2025	2	27/06/2022	12,3362	0	0,00	0	0,00
1462	23/06/2022	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	24/06/2022	12,6650	150.000	140.580.502,95	0	0,00
1462	23/06/2022	Venda	NTN-F	01/01/2029	2	27/06/2022	12,6650	0	0,00	0	0,00
1462	23/06/2022	Venda	NTN-F	01/01/2033	1	24/06/2022	12,7889	300.000	268.646.049,82	0	0,00
1462	23/06/2022	Venda	NTN-F	01/01/2033	2	27/06/2022	12,7868	0	0,00	0	0,00
1465	28/06/2022	Venda	NTN-B	15/05/2025	1	29/06/2022	5,8750	277.000	1.116.036.457,77	0	0,00
1465	28/06/2022	Venda	NTN-B	15/05/2025	2	29/06/2022	5,8750	0	0,00	0	0,00
1466	28/06/2022	Venda	NTN-B	15/08/2032	1	29/06/2022	5,8390	150.000	618.526.653,26	0	0,00
1466	28/06/2022	Venda	NTN-B	15/08/2032	2	30/06/2022	5,8390	0	0,00	0	0,00
1466	28/06/2022	Venda	NTN-B	15/05/2045	1	29/06/2022	5,9800	28.550	115.120.581,32	0	0,00
1467	28/06/2022	Venda	LFT	01/09/2028	1	29/06/2022	0,1611	227.450	2.664.994.026,79	0	0,00
1471	30/06/2022	Venda	LTN	01/10/2022	1	01/07/2022	13,4798	1.000.000	967.914.524,40	0	0,00
1471	30/06/2022	Venda	LTN	01/10/2022	2	04/07/2022	13,4772	24.500	23.725.809,55	0	0,00
1471	30/06/2022	Venda	LTN	01/04/2024	1	01/07/2022	13,4400	1.500.000	1.205.423.123,82	0	0,00
1471	30/06/2022	Venda	LTN	01/04/2024	2	04/07/2022	13,4370	356.998	287.032.718,61	0	0,00
1471	30/06/2022	Venda	LTN	01/07/2025	1	01/07/2022	12,8329	3.000.000	2.092.674.244,19	0	0,00
1471	30/06/2022	Venda	LTN	01/07/2025	2	04/07/2022	12,8280	713.997	498.294.088,06	0	0,00
1472	30/06/2022	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	01/07/2022	13,0950	150.000	131.192.477,02	0	0,00
1472	30/06/2022	Venda	NTN-F	01/01/2029	2	04/07/2022	13,0882	35.699	31.238.212,61	0	0,00
1472	30/06/2022	Venda	NTN-F	01/01/2033	1	01/07/2022	13,1380	88.500	73.704.577,11	0	0,00
1472	30/06/2022	Venda	NTN-F	01/01/2033	2	04/07/2022	13,1216	35.699	29.745.449,45	0	0,00

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

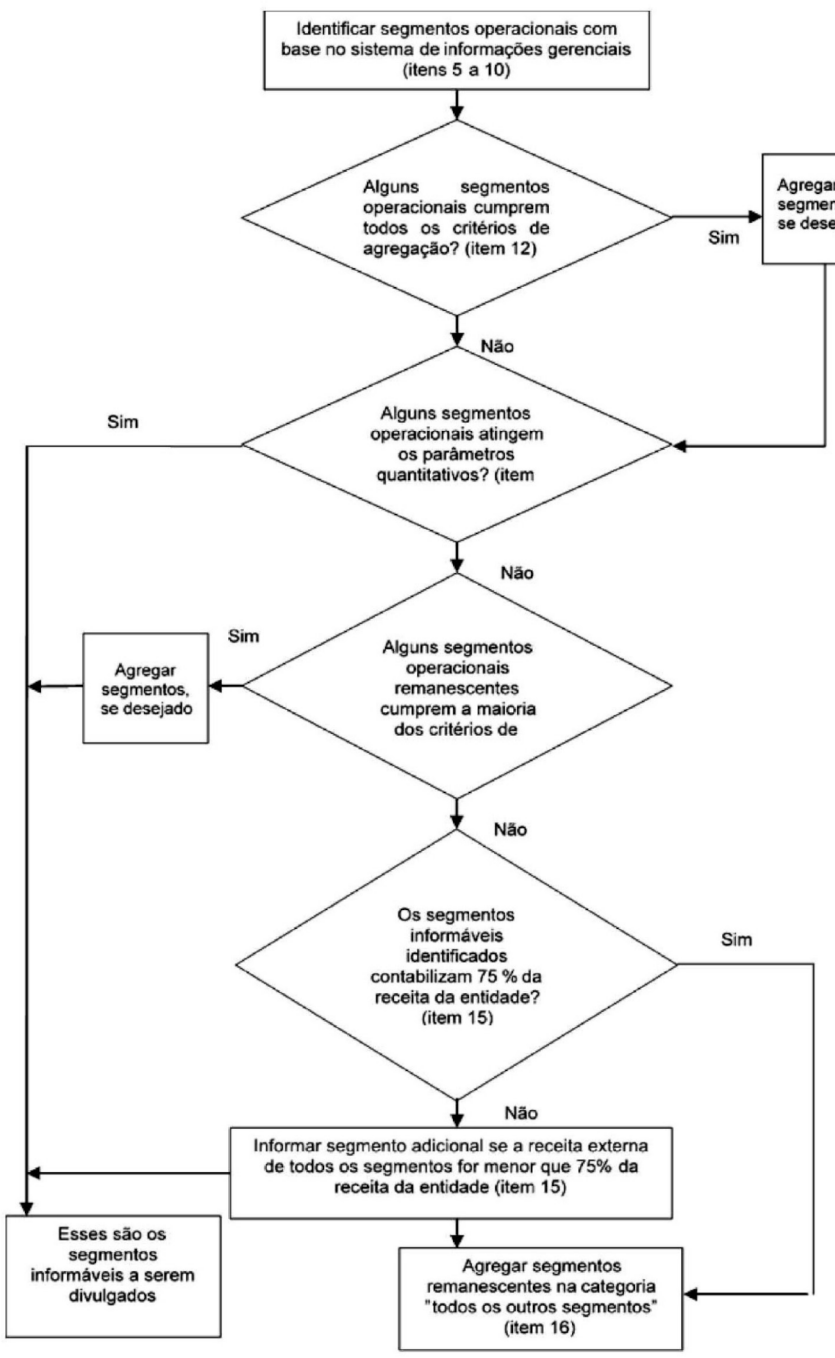
RETIFICAÇÃO (*)

Na Resolução CVM nº 103, publicada no DOU Nº 96, de 23 de maio de 2022, Seção 1, páginas 122 a 125, realizar as seguintes retificações:

(i) onde se lê: "RESOLUÇÃO CVM Nº 103, DE 22 DE MAIO DE 2022"; leia-se: "RESOLUÇÃO CVM Nº 103, DE 20 DE MAIO DE 2022"; e

(ii) no diagrama constante do Apêndice A, item A7, onde se lê:

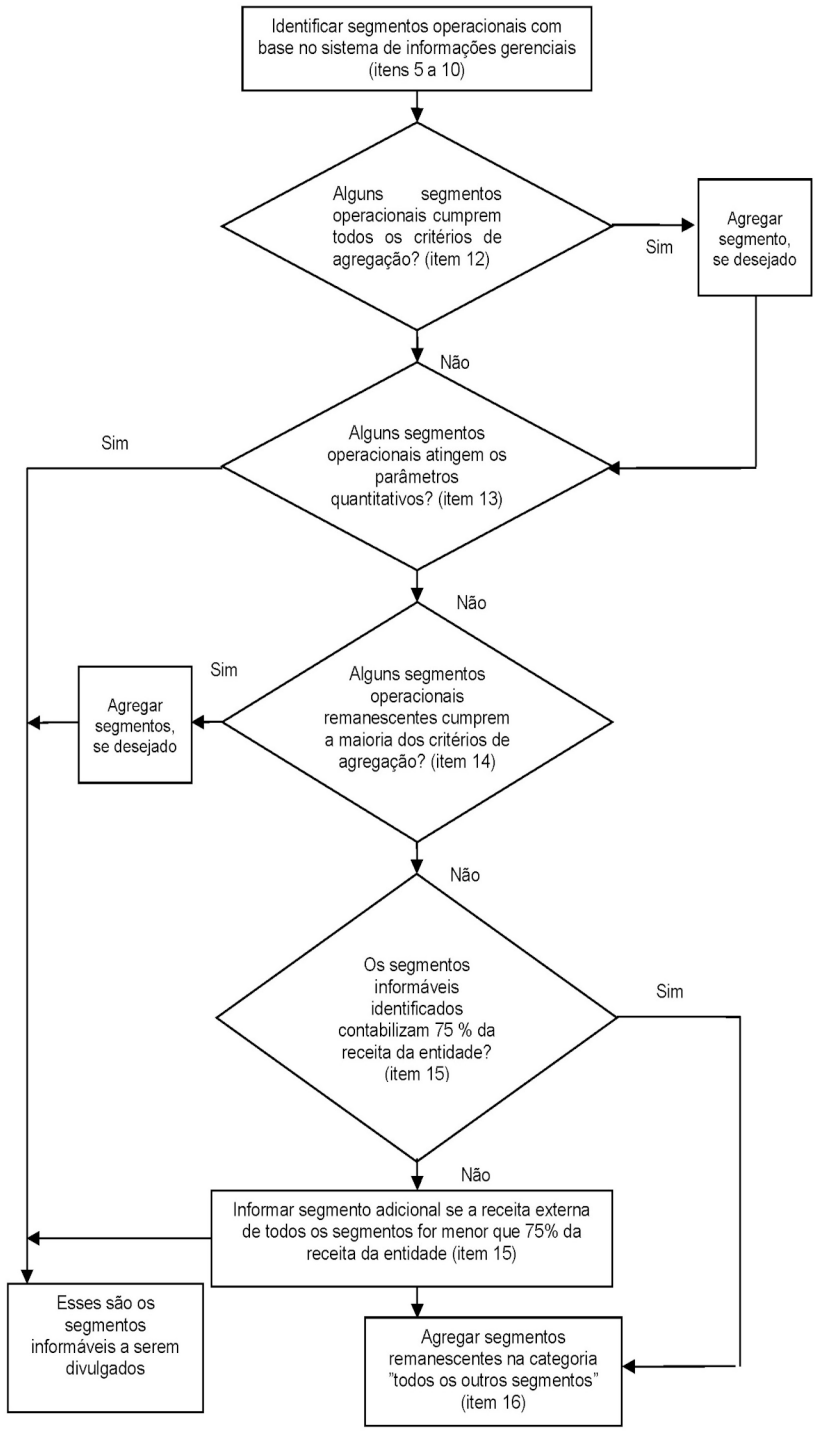
Diagrama para identificação de segmentos reportáveis



OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS

leia-se:

Diagrama para identificação de segmentos reportáveis



(*) N. da Coejo: Republicada por ter saído com incorreção no DOU, Seção 1, de 11/7/2022, pág. 40.

RETIFICAÇÃO (*)

Na Resolução CVM nº 122, de 3 de junho de 2022, publicada no DOU Nº 106, de 6 de junho de 2022, Seção 1, páginas 115 a 120, realizar as seguintes retificações:
(i) no Anexo "A", Exemplos Ilustrativos, item EI5, onde se lê:

Tabela 1.2 - Valores justos da contraprestação recebida ou a receber

	Valor justo		
Serviços de construção	Custo projetado	+	5%
Serviços de operação		+	20%
Recapeamento da estrada		+	10%
Taxa efetiva de juros	6,18% ao ano		

Leia-se:

Tabela 1.2 – Valores justos da contraprestação recebida ou a receber

	Valor justo		
Serviços de construção	Custo projetado	+	5%
Serviços de operação	” ”	+	20%
Recapeamento da estrada	” ”	+	10%
Taxa efetiva de juros	6,18% ao ano		

; e
(ii) no Anexo "A", Exemplos Ilustrativos, item EI9, onde se lê:

Tabela 1.4 - Fluxos de caixa

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
Recebimentos	-	-	200	200	200	200	200	200	200	200	1.600
Custos do contrato*	(500)	(500)	(10)	(10)	(10)	(10)	(10)	(110)	(10)	(10)	(1.180)
Custos do empréstimo	-	(34)	(69)	(61)	(53)	(43)	(33)	(23)	(19)	(7)	(342)
Entrada/ (saída) líquida	(500)	(534)	121	129	137	147	157	67	171	183	78

* Tabela 1.1
Dívida no início do ano (tabela 1.6) × 6,7%
Tabela 1.5 - Demonstração do resultado abrangente

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
Receita	525	525	12	12	12	12	12	122	12	12	1.256
Custos do contrato*	(500)	(500)	(10)	(10)	(10)	(10)	(10)	(110)	(10)	(10)	(1.180)
Receita financeira	-	32	67	59	51	43	34	25	22	11	344
Custos do empréstimo	-	(34)	(69)	(61)	(53)	(43)	(33)	(23)	(19)	(7)	(342)
Lucro líquido	25	23	-	-	-	2	3	14	5	6	78

* Valor devido pelo concedente no início do ano (tabela 1.6) × 6,18%
Caixa/(dívida) (tabela 1.6) × 6,7%
Tabela 1.6 - Balanço patrimonial

Final do ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Valor devido pelo concedente*	525	1.082	961	832	695	550	396	343	177	-
Caixa/(dívida)	(500)	(1.034)	(913)	(784)	(647)	(500)	(343)	(276)	(105)	78
Ativos líquidos	25	48	48	48	48	50	53	67	72	78

*Valor devido pelo concedente no início do ano, mais receita e receita financeira auferida no ano (tabela 1.5), menos recebimentos no ano (tabela 1.4).
Dívida no início do ano mais fluxo de caixa líquido no ano (tabela 1.4).

Leia-se:

Tabela 1.4 - Fluxos de caixa

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
Recebimentos	-	-	200	200	200	200	200	200	200	200	1.600
Custos do contrato*	(500)	(500)	(10)	(10)	(10)	(10)	(10)	(110)	(10)	(10)	(1.180)
Custos do empréstimo†	-	(34)	(69)	(61)	(53)	(43)	(33)	(23)	(19)	(7)	(342)
Entrada/ (saída) líquida	(500)	(534)	121	129	137	147	157	67	171	183	78

* Tabela 1.1
† Dívida no início do ano (tabela 1.6) × 6,7%

Tabela 1.5 - Demonstração do resultado abrangente

Ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
Receita	525	525	12	12	12	12	12	122	12	12	1.256
Custos do contrato*	(500)	(500)	(10)	(10)	(10)	(10)	(10)	(110)	(10)	(10)	(1.180)
Receita financeira	-	32	67	59	51	43	34	25	22	11	344
Custos do empréstimo†	-	(34)	(69)	(61)	(53)	(43)	(33)	(23)	(19)	(7)	(342)
Lucro líquido	25	23	-	-	-	2	3	14	5	6	78

* Valor devido pelo concedente no início do ano (tabela 1.6) × 6,18%
† Caixa/(dívida) (tabela 1.6) × 6,7%

Tabela 1.6 - Balanço patrimonial

Final do ano	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Valor devido pelo concedente*	525	1.082	961	832	695	550	396	343	177	-
Caixa/(dívida)†	(500)	(1.034)	(913)	(784)	(647)	(500)	(343)	(276)	(105)	78
Ativos líquidos	25	48	48	48	48	50	53	67	72	78

*Valor devido pelo concedente no início do ano, mais receita e receita financeira auferida no ano (tabela 1.5), menos recebimentos no ano (tabela 1.4).
† Dívida no início do ano mais fluxo de caixa líquido no ano (tabela 1.4).

(*) N. da Coejo: Republicada por ter saído com incorreção no DOU, Seção 1, de 11/7/2022, pág. 40.

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS

ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 19.976, DE 14 DE JULHO DE 2022

O Superintendente Substituto de Relações com o Mercado e Intermediários da Comissão de Valores Mobiliários autoriza, nesta data, a ÓRAMA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., CNPJ: 13.293.225/0001-25, a exercer a atividade de Escriturador de Valores Mobiliários, nos termos do art. 34, §2º, da Lei 6.404/76 e da Resolução CVM nº 33, de 19 de maio de 2021.

CARLOS EDUARDO PEREIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS
GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 14 DE JULHO DE 2022

Nº 19.977 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza CLEITON JÚNIO QUIRINO, CPF nº 106.423.816-58, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.978 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, cancela, a pedido, a autorização concedida a LAUDINEX DA SILVA SOUSA, CPF nº 758.909.762-49, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.979 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza FELIPE SIMONETI ROGADO, CPF nº 394.750.768-24, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.980 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, cancela, a pedido, a autorização concedida a SANDRA BEATRIZ BAIRROS TAVARES, CPF nº 087.933.440-15, para prestar os serviços de Administrador de Carteiras de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 129, DE 23 DE MARÇO DE 2022 (*)

Aprova os Regulamentos Técnicos da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Disjuntores para Instalações Elétricas Fixas Domésticas e Análogas - Consolidado.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, substituto, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos I e IV, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, considerando o que determina o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o que consta no Processo SEI nº 0052600.004007/2021-78, resolve:

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento Consolidado para Disjuntores, na forma do Regulamento Técnico da Qualidade, dos Requisitos de Avaliação da Conformidade e das Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade, fixados, respectivamente, nos Anexos I, II, III, IV e V desta Portaria.

Art. 2º Os Regulamentos Técnicos da Qualidade, estabelecidos nos Anexos I, II e III, determinam os requisitos, de cumprimento obrigatório, referentes à segurança do produto.

Art. 3º Os fornecedores de disjuntores deverão atender integralmente ao disposto no presente Regulamento.

Art. 4º O disjuntor, objeto deste Regulamento deverá ser fabricado, importado, distribuído e comercializado, de forma a não oferecer riscos que comprometam a segurança do usuário, independentemente do atendimento integral aos requisitos ora publicados.

§ 1º Aplica-se o presente Regulamento aos disjuntores utilizados nos quadros de entrada, de medição e de distribuição, residenciais, comumente conhecidos como minidisjuntores, com corrente nominal de até 63 A, com tensão nominal de até 415 V (entre fases), capacidade de curto-circuito nominal de até 10kA, frequência nominal de 60 Hz, destinados às instalações elétricas fixas domésticas e análogas, compreendendo:

I - disjuntores para utilização em corrente alternada;

II - monopolares, bipolares, tripolares ou tetrapolares; e

III - comandados manualmente por pessoas não qualificadas e para não requerer manutenção.

§ 2º Encontram-se excluídos do cumprimento das disposições previstas neste Regulamento:

I - disjuntores destinados à proteção de motores (abrangidos pela ABNT NBR IEC 60947-4-1);

II - disjuntores nos quais o valor de corrente é ajustável por meios acessíveis ao usuário; e

III - disjuntores para utilização em corrente alternada e corrente contínua (abrangidos pela ABNT NBR IEC 60898-2);

IV - disjuntores para utilização em corrente contínua (abrangidos pela ABNT NBR IEC 60898-3); e

V - disjuntores com disparador à corrente diferencial residual incorporado (abrangidos pela IEC 61009-1 IEC 61009-2-1).

Art. 5º A cadeia produtiva de disjuntores fica sujeita às seguintes obrigações e responsabilidades:

I - o fabricante nacional deve fabricar e disponibilizar, a título gratuito ou oneroso, disjuntores conforme o disposto neste Regulamento;

II - o importador deve importar e disponibilizar, a título gratuito ou oneroso, disjuntores conforme o disposto neste Regulamento;

III - os demais entes da cadeia produtiva e de fornecimento de disjuntores, incluindo o comércio em estabelecimentos físicos ou virtuais, devem manter a integridade do produto, das suas marcações obrigatórias, preservando o atendimento aos requisitos deste Regulamento.

Parágrafo único. Caso um ente exerça mais de uma função na cadeia produtiva e de fornecimento, entre as anteriormente listadas, suas responsabilidades são acumuladas.

Exigências Pré-Mercado

Art. 6º Os disjuntores fabricados, importados, distribuídos e comercializados em território nacional, a título gratuito ou oneroso, devem ser submetidos, compulsoriamente, à avaliação da conformidade, por meio do mecanismo de certificação, observado os termos deste Regulamento.

§ 1º Os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Disjuntores para Instalações Elétricas Fixas Domésticas e Análogas estão fixados no Anexo IV desta Portaria.

§ 2º A certificação não exime o fornecedor da responsabilidade exclusiva pela segurança do produto.

§ 3º A certificação é condicionante para a autorização do uso do Selo de Identificação da Conformidade nos produtos e para sua disponibilização no mercado nacional.

§ 4º O modelo de Selo de Identificação da Conformidade aplicável para disjuntores, encontra-se no Anexo V desta Portaria.

Art. 7º Os disjuntores abrangidos pelo Regulamento ora aprovado, estão sujeitos ao regime de licenciamento de importação não automático, devendo o importador obter anuência no Inmetro, considerando a Portaria Inmetro nº 18, de 14 de janeiro de 2016, ou substitutiva.

Vigilância de Mercado

Art. 8º Os disjuntores, objetos deste Regulamento, estão sujeitos, em todo o território nacional, às ações de vigilância de mercado executadas pelo Inmetro e entidades de direito público a ele vinculadas por convênio de delegação.

Art. 9º Constitui infração a ação ou omissão contrária ao disposto nesta Portaria, podendo ensejar as penalidades previstas na Lei nº 9.933, de 1999.

Art. 10. O fornecedor, quando submetido a ações de vigilância de mercado, deverá prestar ao Inmetro, quando solicitado, as informações requeridas em um prazo máximo de 15 dias.

Prazos e disposições transitórias

Art. 11. A publicação desta Portaria não implica na necessidade de que seja iniciado novo processo de certificação com base nos requisitos ora consolidados.

Parágrafo único. Os certificados já emitidos deverão ser revisados, para referência à Portaria ora publicada, na próxima etapa de avaliação.

Art. 12. Os certificados emitidos com base na Portaria Inmetro nº 348, de 2007, deverão ter sua validade ajustada, nos termos do item 6.1.1.6 do RAC, estabelecido no Anexo IV desta Portaria, tendo por referência a data de concessão.

§ 1º Exclusivamente para efeitos de desmembramento de certificados emitidos com base na Portaria Inmetro nº 348, de 2007, visando o atendimento à definição de família prevista no item 4.1 do Anexo IV desta Portaria, poderão ser aceitos relatórios de ensaio emitidos antes do início do processo de certificação, por laboratórios acreditados pelo Inmetro ou signatário dos acordos de reconhecimento mútuo ILAC ou IAAC, desde que estes relatórios façam parte do processo de certificação da família que deu origem ao desmembramento.

§ 2º O desmembramento referido no caput deverá ser realizado no prazo máximo de 12 (doze) meses, contados da data de vigência desta Portaria.

Art. 13. A partir da data de vigência desta Portaria, os fabricantes e importadores deverão adotar, em novos processos de certificação de disjuntores, as condições e o layout do Selo de Identificação da Conformidade conforme a Figura 1 do Anexo V desta Portaria.

Art. 14. As famílias de disjuntores já certificadas até a data de vigência desta Portaria poderão manter a adoção do Selo de Identificação da Conformidade, aposto no produto, conforme as condições e layout aplicáveis do Selo de Identificação da Conformidade - Figura 2 do Anexo V desta Portaria.

§ 1º Os fabricantes e importadores de famílias de disjuntores já certificados terão 36 (trinta e seis) meses, contados da data de vigência desta Portaria, para adequarem os processos de certificação a fim de atenderem, na embalagem, as condições e o layout aplicáveis do Selo de Identificação da Conformidade - Figura 1 do Anexo V desta Portaria.

§ 2º Até o prazo fixado no § 1º poderá ser mantido o Selo de Identificação da Conformidade conforme condições e layout da Figura 2 do Anexo V desta Portaria.

Cláusula de revogação

Art. 15. Ficam revogadas, na data de vigência desta Portaria, as Portarias Inmetro:

I - nº 243, de 6 de outubro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2006, seção 1, página 101; e

II - nº 348, de 13 de setembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 17 de setembro de 2007, seção 1, página 82.

Vigência

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor em 2 de maio de 2022, conforme determina o art. 4º do Decreto nº 10.139, de 2019.

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

ANEXO I

REGULAMENTO TÉCNICO DA QUALIDADE PARA DISJUNTORES TIPO ABNT NBR 5361

1. OBJETIVO

Este Regulamento Técnico da Qualidade estabelece os requisitos obrigatórios para disjuntores tipo ABNT NBR 5361, em caixa moldada, para circuitos de tensões nominais até 380 V - corrente alternada (entre fases), corrente nominal até 63 A, capacidade de curto-circuito nominal até 10kA (simétrica e eficaz) e frequência nominal 60 Hz, para proteção contra sobrecargas e curto-circuito nos condutores de instalações elétricas de edifícios e aplicações similares, a serem atendidos por toda cadeia fornecedora do produto no mercado nacional.

2. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

As normas relacionadas a seguir contêm disposições que, ao serem citadas nesse texto, constituem prescrições para este Regulamento Técnico da Qualidade. As edições indicadas estavam em vigor no momento desta publicação. Como toda norma está sujeita a revisão, recomenda-se àqueles que realizam acordos com base nesta que verifiquem a conveniência de se usarem as edições mais recentes das normas citadas a seguir. A ABNT possui a informação das normas em vigor em um dado momento.

ABNT NBR 5410:2004 Instalações elétricas de baixa tensão

ABNT NBR 5426:1985 Planos de amostragem e procedimentos na inspeção por atributos - Procedimento

ABNT NBR 5459:1987 Manobra, proteção e regulagem de circuitos - Terminologia

3. DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste Regulamento Técnico da Qualidade, são adotadas as definições da norma ABNT NBR 5459, completados pelas definições de 3.1 a 3.8 a seguir.

3.1 Disjuntor

Dispositivo de manobra (mecânico) e de proteção capaz de estabelecer, conduzir e interromper correntes em condições normais do circuito, assim como estabelecer, conduzir por tempo especificado e interromper correntes em condições anormais especificadas do circuito, tais como as de curto-circuito.

3.2 Disjuntor unipolar

Disjuntor constituído por um único polo.

3.3 Disjuntor multipolar

Disjuntor constituído por dois ou mais polos ligados mecanicamente entre si, de modo a atuarem em conjunto.

Nota: O simples acoplamento das alavancas de manobra de dois ou mais disjuntores não constituirá um disjuntor multipolar.

3.4 Estrutura

Parte do disjuntor quando se excluem os disparadores série e terminais.

3.5 Corrente nominal da estrutura

Maior valor de corrente que uma estrutura pode conduzir, por tempo indeterminado, sem danos ou elevações de temperatura superiores às admissíveis para seus componentes.

3.6 Corrente nominal de um disparador série

Valor da corrente que pode circular pelo disparador série, mantendo suas características nominais, por tempo indeterminado, sem que o disparador opere.

3.7 Corrente nominal do terminal

Valor da corrente, que pode circular pelo terminal por tempo indeterminado, sem exceder os limites de elevação de temperatura admissíveis.

4. REQUISITOS GERAIS

4.1 Condições normais de serviço

4.1.1 Os disjuntores abrangidos por este Regulamento Técnico da Qualidade são previstos para serem instalados em locais com as seguintes condições:

a) altitude não superior a 2000 m;

b) temperatura máxima ambiente de 40°C, com valor médio em um período de 24 h, não excedendo 35°C e temperatura mínima de - 5°C;

c) ar ambiente não poluído por poeiras, fumaça, gases corrosivos ou inflamáveis, vapores e salinidade;

d) umidade relativa não superior a 50%, a uma temperatura máxima de 40°C.

Nota: Umidades relativas mais elevadas podem ser permitidas para temperaturas mais baixas (90% a + 20°C p.e.). Devem ser tomadas precauções para evitar condensações que possam ocorrer com variações de temperatura.

4.1.2 Se os disjuntores forem destinados a uso em condições diferentes das especificadas em 4.1.1 o fabricante deve ser consultado.

4.2 Informações a serem dadas pelo fabricante

Quando solicitadas devem ser fornecidas pelo fabricante as seguintes informações:

a) tipo (modelo) do disjuntor;

b) características nominais:

- tensão nominal em Vc.a.;
- nível de isolamento;
- curvas características (tempo x corrente) do disparador térmico e/ou magnético;
- corrente nominal;
- frequência nominal;
- capacidade de estabelecimento em curto-circuito (kA crista);
- capacidade de interrupção em curto-circuito simétrico (kA eficaz);
- ciclo de operação.

5. CARACTERÍSTICAS NOMINAIS

Os valores recomendados, em ampères, para a corrente nominal, são os seguintes:

5, 10, 15, 20, 25, 30, 35, 40, 50, 60, 63.

Nota: Os valores grifados correspondem aos recomendados para a corrente nominal da estrutura.

5.1 Tensão nominal

5.1.1 Um disjuntor é definido pelas tensões nominais indicadas em 5.1.1 e 5.1.2.

5.1.2 Tensão nominal de um disjuntor é o valor de tensão em que é referida a capacidade de interrupção e estabelecimento e desempenho em curto-circuito. Para circuitos polifásicos a tensão nominal de operação é a tensão entre fases.

Nota: Pode ser dada a um mesmo disjuntor mais de uma tensão nominal de operação associada a cada capacidade de interrupção e estabelecimento e desempenho em curto-circuito.

5.1.3 A tensão de isolamento de um disjuntor é o valor de tensão que designa o disjuntor e na qual são referidos os parâmetros dielétricos e as distâncias de isolação e escoamento. A tensão de isolamento o valor da máxima tensão, a não ser quando afirmado em contrário. Em nenhum caso a máxima tensão de operação deve ser maior que a tensão de isolamento.

5.2 Frequência nominal

A frequência nominal recomendada, para corrente alternada, é de 60 Hz.

5.3 Capacidade de interrupção em curto-circuito

5.3.1 Como valor da capacidade de interrupção em curto-circuito (Icn) de um disjuntor deve ser considerado o valor da corrente presumida de interrupção (valor eficaz da componente periódica), referida à tensão nominal (5.1), à frequência nominal e a um fator de potência.

5.3.2 Em corrente alternada, o disjuntor deve ser capaz de interromper a corrente presumida correspondente à sua capacidade de interrupção em curto-circuito, independente do valor da componente c.c., supondo que a componente c.a. seja constante.

5.3.3 O disjuntor deve ser capaz de interromper todas as correntes iguais ou inferiores ao valor correspondente à sua capacidade de interrupção, sob uma tensão de restabelecimento à frequência industrial igual a 110% da tensão nominal e em c.a. (5.1) para todo fator de potência igual ou superior ao especificado na Tabela 1 deste Anexo. Para as tensões de restabelecimento à frequência industrial superiores a 110% da tensão nominal, nenhuma capacidade de interrupção de curto-circuito é garantida.

Tabela 1 - Relação n entre o valor mínimo exigido para capacidade de estabelecimento em curto-circuito e a capacidade de interrupção em curto-circuito

Capacidade de interrupção em curto-circuito I_{cn} (KA)	Fator de potência	Valor mínimo exigido para a capacidade de estabelecimento em curto-circuito (n x I_{cn})
I_{cn} 10	0,45 - 0,50	1,7 x I_{cn}

5.4 Capacidade de estabelecimento em curto-circuito

5.4.1 Como valor da capacidade de estabelecimento em curto-circuito de um disjuntor deve ser considerado o máximo valor de crista da corrente presumida de estabelecimento referida à tensão nominal, à frequência nominal e a um fator de potência.

5.4.2 A capacidade de estabelecimento em curto-circuito de um disjuntor não pode ser inferior ao produto da capacidade de interrupção nominal em curto-circuito pelo fator n da Tabela 1.

5.4.3 A capacidade de estabelecimento em curto-circuito significa que o disjuntor dever ser capaz de estabelecer a corrente correspondente a esta capacidade sob a tensão de até 105% da tensão nominal.

5.5 Categorias de desempenho sob curto-circuito

A categoria de desempenho (sob curto-circuito) deve ser fixada em função da sequência de operação e da condição do disjuntor após a execução desta com valores de corrente correspondentes às capacidades de estabelecimento e interrupção em curto-circuito. Estas categorias devem ser designadas conforme a Tabela 2 deste Anexo.

Nota: Para um mesmo disjuntor, os valores da capacidade de interrupção em curto-circuito e da capacidade correspondente de estabelecimento em curto-circuito podem ser diferentes para as duas categorias de desempenho sob curto-circuito.

Tabela 2 - Categorias de desempenho sob curto-circuito

Categorias de desempenho sob curto-circuito	Sequência de operação para as capacidades de estabelecimento e interrupção em curto-circuito	Condições após curto-circuito
P - 1	O - t - CO	Deve ser capaz de desempenhar serviço sob condições reduzidas (ver parte referente a ensaios)
P - 2	O - t - CO - t - CO	Deve ser capaz de desempenhar serviço sob condições normais (ver parte referente a ensaios)
Onde: O - representa a operação de interrupção; CO - representa a operação de estabelecimento seguida, após o tempo de abertura apropriado (ou imediatamente, isto é, sem retardo intencional, para o caso de disjuntor não equipado com disparadores de sobrecorrente), de uma operação de interrupção; t - representa o intervalo de tempo de 3 min.		

6. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS

6.1 Elevação de temperatura

6.1.1 Condição geral

As elevações de temperatura das diferentes partes de um disjuntor não podem exceder os valores limites indicados na Tabela 3 abaixo.

Tabela 3 - Limites de elevação de temperatura dos diferentes materiais

Tipo de material (descrição da peça)	Elevação da temperatura (K)
Partes externas sujeitas a serem tocadas durante a operação manual do disjuntor, incluindo meio de operação de material isolante e meio metálico para acoplamento do meio de operação isolante de diversos polos	40
Terminais para ligações externas	65
Meios de operação manuais: - peças metálicas - peças em material isolante	15 25

6.1.2 Temperatura do ar ambiente

Os limites de elevação de temperatura conforme indicados em 6.1.1 são aplicáveis somente se a temperatura do ar ambiente permanecer dentro dos limites indicados em 4.1.1b.

6.1 3 Elevação de temperatura para o circuito principal

O circuito principal de um disjuntor, incluindo os disparadores série que possam estar associados, deve ser capaz de suportar a corrente nominal da estrutura do disjuntor sem que a elevação de temperatura exceda os limites especificados em 6.1.1.

6.2 Propriedades dielétricas

Os disjuntores devem ser capazes de suportar, durante 1 min, uma tensão conforme especificada na Tabela 4 abaixo.

Tabela 4 - Valores para tensões de propriedades dielétricas

Tensão nominal de isolamento (U_i) (V)	Tensão de propriedade dielétrica (V)
U_i 60	1000
60 < U_i 300	2000
300 < U_i 380	2500

6.3 Durabilidade mecânica e durabilidade elétrica

6.3.1 O disjuntor deve ser capaz de efetuar o número de ciclos de operações (fechamento e abertura) conforme a Tabela 5 abaixo.

Tabela 5 - Número de ciclos de operação

Corrente nominal do disjuntor A	Ciclos de operação por minuto	Número de ciclos de operação		
		Com corrente	Sem corrente	Total
50 63	6	6000	4000	10 000

6.3.2 Cada ciclo de operação consiste em uma operação de fechamento seguida de uma operação de abertura (propriedade de durabilidade mecânica) ou em uma operação de estabelecimento seguida de uma operação de interrupção (propriedade de durabilidade elétrica).

6.3.3 A de durabilidade elétrica deve ser avaliada com uma corrente igual à corrente nominal do disjuntor, com um fator de potência de 0,8 ± 0,1.

6.4 Comportamento em sobrecarga

6.4.1 O disjuntor deve ser capaz de efetuar o número de ciclos de operação (fechamento e abertura) prescrito na Tabela 6 abaixo, na seguinte condição:

- para corrente alternada com corrente igual a 6 vezes a corrente nominal do disjuntor e com fator de potência igual a 0,5 ± 0,05;

Tabela 6 - Número de ciclos de operação a efetuar no ensaio de comportamento em sobrecarga

Corrente nominal da estrutura A	Abertura manual[1)]	Abertura por disparador série	Total
I ≤ 63	20	5	25
[1)] Durante cada ciclo de operação, o disjuntor deve permanecer fechado por no máximo 2 s.			

6.4.2 O número de operações por minuto deve ser igual ao valor especificado na coluna 2 da Tabela 5 deste Anexo.

7. CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS

7.1 Abertura livre

Os disjuntores automáticos devem ser de abertura livre, interrompendo o circuito sob condições anormais, mesmo tendo a alavanca de manobra intencionalmente travada.

7.2 Característica dos disparadores série

7.2.1 Abertura sob condições de sobrecarga

Para a abertura sob condições de sobrecarga, por operação a tempo dependente com características inversa, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

a) com cada polo do disjuntor ensaiado em separado, conduzindo corrente igual a 200% da corrente nominal do disparador série, o desligamento não poderá ocorrer em tempo superior ao indicado na Tabela 7 abaixo;

b) com todos os polos do disjuntor ligados em série e conduzindo corrente igual a 135% da corrente nominal do disparador série, o desligamento não poderá ocorrer em tempo superior ao indicado na Tabela 7 abaixo;

c) com todos os polos do disjuntor ligados em série e conduzindo corrente igual a 105% da corrente nominal do disparador série, não poderá ocorrer desligamento em tempo inferior a 1 h.

Tabela 7 - Características de abertura dos disjuntores de tempo dependente com característica inversa

Faixa de corrente nominal do disparador série A	Tempo máximo de desligamento do disjuntor (tempo convencional de atuação) min	
	200% da corrente nominal do disparador série	135% da corrente nominal do disparador série (corrente convencional de atuação)
0 – 30	2	60
31 – 50	4	60
51 – 63	6	120

8. CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS

8.1 Generalidades

8.1.1 Especial atenção deve ser dada para as qualidades de resistência a umidade e a propagação da chama, e a necessidade de proteger certos materiais isolantes contra a umidade.

8.1.2 Nenhuma pressão de contato em ligações fixas deve ser transmitida através dos materiais isolantes, exceto a cerâmica.

8.1.3 Os disjuntores devem ser providos com meios para indicação das suas posições fechado e aberto no local da operação.

8.1.4 Os disjuntores devem ser em caixa moldada.

8.2 Distâncias de isolação e escoamento

As distâncias de isolação e escoamento devem ser as maiores possíveis e os caminhos de escoamento devem, sempre que possível, possuir quinas, de maneira a interromper a continuidade de depósitos condutores que possam ser formados.

8.3 Terminais

8.3.1 Generalidades

8.3.1.1 Os terminais devem ser tais que os condutores possam ser ligados, através de parafusos ou outro meio de ligação, de modo a assegurar que a pressão de contato necessária seja mantida permanentemente.

8.3.1.2 Os terminais devem ser projetados de forma que prendam o condutor entre as partes metálicas, com pressão de contato suficiente, e sem causar danos significativos (redução da seção efetiva) do condutor.

8.3.1.3 Os terminais não podem permitir deslocamento dos condutores ou deles próprios de maneira prejudicial à operação ou isolação (reduzindo as distâncias de isolação ou de escoamento).

8.3.1.4 Os terminais para ligações externas devem ser dispostos de forma a permitir fácil acesso, nas condições de uso indicadas.

8.4 Invólucros

8.4.1 Detalhes mecânicos

As partes móveis do invólucro devem ser firmemente fixadas às partes fixas por dispositivos, de modo que não possam ser acidentalmente desprendidas devido aos efeitos das operações do disjuntor.

9. IDENTIFICAÇÃO

Todo disjuntor deve apresentar uma identificação indelével na qual devem constar no mínimo, as seguintes informações:

a) nome ou marca do fabricante;

b) número de catálogo ou modelo do disjuntor designado pelo fabricante;

c) corrente nominal do disjuntor;

d) frequência nominal;

e) capacidade de interrupção em curto-circuito (simétrica valor eficaz) referida às tensões nominais;

ANEXO II

REGULAMENTO TÉCNICO DA QUALIDADE PARA DISJUNTORES TIPO ABNT NBR NM 60898

1. OBJETIVO

Este Regulamento Técnico da Qualidade estabelece os requisitos obrigatórios para os disjuntores tipo ABNT NBR NM 60898, com tensão nominal até 415 V, corrente nominal até 63A, destinados para a proteção termomagnética contra sobrecorrentes das linhas elétricas das edificações, apropriados para a função de seccionamento, a serem atendidos por toda cadeia fornecedora do produto no mercado nacional.

2. SIGLAS

Eu - Tensão nominal de utilização
Ui - Tensão de isolamento nominal
In - Corrente nominal
Icn - Capacidade de interrupção nominal em curto-circuito
Ics - Curto-circuito em serviço

3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

ABNT NBR NM 60898: 2004 Disjuntores para Proteção de Sobrecorrente para Instalações Domésticas e Similares

4. DEFINIÇÕES

Para fins deste Regulamento, são adotadas as definições da ABNT NBR NM 60898:2004.

5. REQUISITOS TÉCNICOS

5.1 Classificação

Os disjuntores são classificados de acordo com os critérios a seguir.

5.1.1 De acordo com o número de polos:

a) disjuntor unipolar;
b) disjuntor bipolar com um polo protegido;
c) disjuntor bipolar com dois polos protegidos;
d) disjuntor tripolar com três polos protegidos;
e) disjuntor tetrapolar com três polos protegidos;
f) disjuntor tetrapolar com quatro polos protegidos.

Nota 1: Um polo protegido é um polo provido de um disparador de sobrecorrente.

Nota 2: O polo que não for um polo protegido pode ser:
- não protegido, ou
- polo neutro de seccionamento.

5.1.2 De acordo com a proteção contra as influências externas:

a) tipo fechado (não necessita de um invólucro apropriado);
b) tipo aberto (para utilização com um invólucro apropriado).

5.1.3 De acordo com o método de montagem:

a) sobrepor;
b) embutir;
c) em quadros, também chamados de quadros de distribuição.

5.1.3.1 Estes tipos podem ser destinados a serem montados em trilhos.

5.1.4 De acordo com o método de conexão:

a) disjuntores onde as conexões elétricas não são associadas com a montagem mecânica;

b) disjuntores onde as conexões elétricas são associadas com a montagem mecânica;

Exemplos destes tipos, são:
- tipo plugável (tipo "plug-in");
- tipo com conexão por pernos (tipo "bolt-on");
- tipo com conexão por parafuso (tipo "screw-in").

Certos disjuntores podem ser do tipo plugável ou do tipo com conexão por pernos somente no lado da alimentação, sendo os bornes de saída normalmente utilizados para a conexão dos condutores.

5.1.5 De acordo com a corrente de disparo instantâneo (ver Tabela 2 deste Anexo)

a) tipo B;
b) tipo C;
c) tipo D.

Nota A seleção de um tipo específico pode depender das regras de instalação.

5.2 Características dos disjuntores

5.2.1 As características de um disjuntor devem ser declaradas como a seguir:

a) número de polos (ver 5.1.1 deste Anexo);
b) proteção contra as influências externas (ver 5.1.2 deste Anexo);
c) método de montagem (ver 5.1.3 deste Anexo);
d) método de conexão (ver 5.1.4 deste Anexo);
e) valor da tensão nominal de utilização (ver 5.3.1.1 deste Anexo);
f) valor da corrente nominal (ver 5.3.2 deste Anexo);
g) valor da frequência nominal (ver 5.3.3 deste Anexo);
h) faixa da corrente de disparo instantâneo (ver 5.1.5 e 5.6 deste Anexo);
i) valor da capacidade de interrupção nominal em curto-circuito (ver 5.3.4 deste Anexo);
j) característica I2t;

5.3 Características nominais

5.3.1 Tensões nominais

5.3.1.1 Tensão nominal de utilização (Ue)

A tensão nominal de utilização de um disjuntor (daqui em diante chamada de tensão nominal) é o valor da tensão, indicada pelo fabricante, para a qual se refere o seu desempenho (em particular o desempenho em curto-circuito).

Nota: Várias tensões nominais e por consequência várias capacidades de interrupção nominal em curto-circuito podem ser atribuídas ao mesmo disjuntor.

5.3.1.2 Tensão de isolamento nominal (Ui)

A tensão de isolamento nominal de um disjuntor é o valor da tensão, indicada pelo fabricante, para a qual se referem às tensões de isolamento dielétrico e as distâncias de escoamento.

Salvo especificação contrária, a tensão de isolamento nominal é o valor da tensão nominal máxima do disjuntor. Em nenhum caso a tensão nominal máxima deve exceder a tensão de isolamento nominal.

5.3.2 Corrente nominal (In)

Corrente indicada pelo fabricante como a corrente para a qual o disjuntor pode suportar em serviço ininterrupto, a uma temperatura ambiente de referência especificada.

A temperatura ambiente de referência normal é de 30°C. Se for utilizada uma temperatura ambiente de referência diferente para o disjuntor, deve ser levado em consideração o efeito sobre a proteção dos cabos contra as sobrecargas, uma vez que esta também é baseada na temperatura ambiente de referência de 30°C, de acordo com as regras de instalação.

5.3.3 Frequência nominal

A frequência nominal de um disjuntor é a frequência industrial para a qual o disjuntor é projetado e para a qual os valores das outras características correspondem.

Várias frequências nominais podem ser atribuídas a um mesmo disjuntor.

5.3.4 Capacidade de interrupção nominal em curto-circuito (Icn)

A capacidade de interrupção nominal em curto-circuito de um disjuntor é o valor eficaz da capacidade de interrupção máxima em curto-circuito atribuído ao disjuntor pelo fabricante.

Nota: uma capacidade de interrupção nominal em curto-circuito corresponde a uma capacidade de interrupção em curto-circuito em serviço (Ics).

5.4 Valores normalizados e valores preferenciais

5.4.1 Valores preferenciais da tensão nominal

Os valores preferenciais da tensão nominal são indicados na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Valores preferenciais da tensão nominal

Disjuntores	Circuito que alimenta o disjuntor	Tensão nominal dos disjuntores para utilização em sistemas 230 V, 230/400 V, 400 V V	Tensão nominal dos disjuntores para utilização em sistemas 120/240V, 240 V V
Unipolar	Monofásico (fase-neutro ou fase-fase)	230	
	Trifásico – 4 fios	230	
	Monofásico (fase-condutor médio ligado à terra, ou fase-neutro)		120
	Monofásico (fase-neutro) ou Trifásico, (três disjuntores unipolares) (3 fios ou 4 fios)	230/400	
Bipolares	Monofásico (fase-neutro ou fase-fase)	230	
	Monofásico (fase-fase)	400	240
	Monofásico (fase-fase, 3 fios)		120/240
	Trifásico (4 fios)	230	
Tripolares	Trifásico (3 fios ou 4 fios)	400	240
	Monofásico (3 fios)		120/240
Tetrapolares	Trifásico (4 fios)	400	

Nota 1: Na IEC 60038 o valor da tensão da rede 230/400 V foi padronizado. Este valor substituirá progressivamente os valores de 220/380V e 240/415 V.

Nota 2: Onde nesta norma houver referência a 230 V ou 400 V, eles podem ser lidos como 220 V ou 240 V, 380 V ou 415 V, respectivamente.

Nota 3: Onde nesta norma houver referência a 120 V, 240 V ou 120/240 V, eles podem ser lidos como 100 V, 200 V ou 100/200 V, respectivamente.

5.4.2Valores preferenciais da corrente nominal

Os valores preferenciais das correntes nominais são: até 63 A.

5.4.3Valores normalizados da frequência nominal

Os valores normalizados de frequência nominal são: 60 Hz ou 50/60Hz.

5.5Valores nominais da capacidade de interrupção nominal em curto-circuito

5.5.1 Valores normalizados até 10 000 A inclusive

Os valores normalizados da capacidade de interrupção nominal em curto-circuito até 10 000 A inclusive, são: 1 500 A, 3 000 A, 4 500 A, 6 000 A, 10 000 A.

Nota: Os valores de 1 000 A, 2 000 A, 2 500 A, 5 000 A, 7 500 e 9 000 A também são considerados como normalizados.

5.5.2 Faixas normalizadas do disparo instantâneo

As faixas normalizadas de disparo instantâneo são indicadas na Tabela 2 abaixo.

Tabela 2 - Faixas de disparo instantâneo

Tipo	Faixa
B	Superior a 3 In até 5 In inclusive
C	Superior a 5 In até 10 In inclusive
D	Superior a 10 In até 20 In inclusive a
a Em casos especiais, os valores até 50 In podem ser utilizados.	

6. Marcações e outras informações sobre o produto

6.1 Cada disjuntor deve ser marcado de uma maneira indelével, durável, como a seguir:

a) nome do fabricante ou marca comercial;
b) designação do tipo, número de catálogo ou número de série;
c) tensão nominal ou tensões nominais;
d) corrente nominal sem o símbolo "A", precedido do símbolo de disparo instantâneo (B, C ou D), por exemplo B 16;
e) frequência nominal se o disjuntor for projetado somente para uma frequência;
f) capacidade de interrupção nominal em curto-circuito, em ampères;
g) esquema de ligação, quando necessário (por exemplo: para os disjuntores tetrapolares);
h) temperatura ambiente de referência, se diferente de 30 °C;
i) grau de proteção (somente se diferente de IP20); e
j) para os disjuntores do tipo D: a corrente de disparo instantâneo máxima, se superior a 20 In (ver Tabela 2 deste Anexo).

6.2 A marcação definida na alínea 6.1d) deve ser facilmente visível quando o disjuntor estiver instalado. Se, para os dispositivos pequenos, o espaço disponível for insuficiente, as marcações definidas nas alíneas 6.1 a), b), c), e), f), h) e i) podem ser colocadas na parte lateral ou traseira do disjuntor. A marcação g) pode ser colocada no interior de qualquer tampa que tenha que ser removida para a conexão dos cabos de alimentação. Entretanto, esta marcação não pode estar em uma etiqueta livremente afixada ao disjuntor. Qualquer outra informação não marcada deve ser fornecida na documentação do fabricante.

6.3 O fabricante deve disponibilizar, quando solicitado, a característica I2t.

6.4 Para os disjuntores diferentes daqueles manobrados por meio de botões de pressão, a posição aberta deve ser indicada pelo símbolo O (um círculo) conforme a IEC 60417-5008 e a posição fechada pelo símbolo I (uma linha reta vertical curta) conforme a IEC 60417-5007. Símbolos nacionais adicionais para esta indicação são permitidos. Estas indicações devem ser facilmente visíveis quando o disjuntor estiver instalado.

6.5 Para os disjuntores com várias faixas de corrente, o valor máximo deve ser marcado de acordo com a marcação d), e, além disso, o valor para o qual o disjuntor é ajustado deve ser indicado sem ambiguidade.

6.6 Se for necessário fazer a distinção entre os bornes de alimentação e os de carga, o primeiro deve ser indicado por setas apontando para o disjuntor e o último por setas apontando para fora do disjuntor.

6.7 Os bornes destinados exclusivamente para o neutro devem ser indicados pela letra N.

6.8 As marcações devem ser indeléveis e facilmente legíveis, e não podem ser colocadas em parafusos, arruelas ou outras partes removíveis.

7. Condições normalizadas de funcionamento em serviço

As condições normalizadas de funcionamento em serviço dos disjuntores devem atender às especificações da ABNT NBR NM 60898:2004.

8. REQUISITOS TÉCNICOS

8.1 As características dos disjuntores devem ser atender os critérios ABNT NBR NM 60898:2004.

8.2 Os parafusos e conexões do disjuntor devem ser resistentes ao aperto e desaperto sem apresentar danos.

8.3 As conexões não podem afrouxar nem ter suas funções elétricas afetadas.

8.4 Os bornes do disjuntor devem apertar os condutores corretamente sem que escapem.

8.5 As partes condutoras não podem proporcionam choque elétrico ao usuário.

8.6 Os materiais isolantes não podem apresentar danos e a distância entre os contatos devem ser apropriados ao disjuntor.

8.7 O disjuntor não pode apresentar aquecimento acima das especificações e deformações de suas partes isolantes.

8.8 O funcionamento correto do disjuntor com e sem carga nominal durante 28 dias não pode apresentar danos e aquecimento acima das especificações.

8.9 As características de atuação e de não atuação do disjuntor devem atender as especificações de disparo para o qual foi projetado.

8.10 O desempenho do disjuntor aos ciclos de manobras especificados não pode proporcionar desgastes anormais, desaperto das conexões e danos ao seu invólucro.

8.11 O disjuntor deve desempenhar uma série de manobras em curto-circuito. O disjuntor deve suportar a sequência de manobras sem apresentar danos nem arco permanente e deve atender aos ensaios posteriores de rigidez dielétrica e às especificações de atuação e não atuação.

8.12 O disjuntor não pode apresentar danos e partes quebradas que tornam as partes vivas acessíveis ou que afetam o uso posterior do disjuntor.

8.13 O disjuntor não pode apresentar qualquer alteração que prejudique a sua utilização posterior. Não pode ocorrer acesso às partes vivas que não são normalmente acessíveis e, após o ensaio, as marcações devem ainda estar legíveis.

8.14 O material isolante do disjuntor pode ser resistente à inflamabilidade de fio incandescente. Durante a manobra não pode ocorrer chama visível sustentada e as possíveis chamas devem extinguir no tempo especificado.

8.15 As partes metálicas não podem apresentar sinais de ferrugem.

ANEXO III

REGULAMENTO TÉCNICO DA QUALIDADE PARA DISJUNTORES TIPO ABNT NBR IEC 60947-2

1. OBJETIVO

Este Regulamento Técnico da Qualidade estabelece os requisitos obrigatórios para os disjuntores tipo ABNT NBR IEC 60947-2 em caixa moldada, com tensão nominal até 415 V, corrente nominal até 63A, destinados para a proteção termomagnética ou eletrônica de sobrecorrente, a serem atendidos por toda cadeia fornecedora do produto no mercado nacional.

2. SIGLAS

Icm - Capacidade nominal de estabelecimento em curto-circuito
Icu - Capacidade nominal de interrupção máxima em curto-circuito
Ics - Capacidade nominal de interrupção de serviço em curto-circuito
Ith - Corrente térmica convencional ao ar livre
Ithe - Corrente térmica convencional em invólucro
In - Corrente nominal
Iu - Corrente nominal ininterrupta
Icw - Corrente nominal de curta duração admissível
Eu - Tensão nominal de utilização
Ui - Tensão nominal de isolamento
Uimp - Tensão nominal suportável de impulso

3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

ABNT NBR IEC 60947-1: 2013	Dispositivos de Manobra e Comando de Baixa Tensão - Disjuntores
ABNT NBR IEC 60947-2: 2013	Dispositivos de Manobra e Comando de Baixa Tensão - Disjuntores

4. DEFINIÇÕES

Para fins deste Regulamento, são adotadas as definições da ABNT NBR IEC 60947-2:2013.

5. Requisitos técnicos

5.1 Classificação

Os disjuntores devem ser classificados:

5.1.1 De acordo com a categoria de seletividade, A ou B (ver 5.2.7 deste Anexo).

5.1.2 De acordo com seu meio de interrupção:

a) no ar;

Nota Os disjuntor a ar são disjuntores cujos contatos se abrem e se fecham no ar em pressão atmosférica.

5.1.3 De acordo com seu projeto:

a) construção em caixa moldada.

5.1.4 De acordo com o modo de comando do mecanismo de:

a) manobra manual dependente;

b) manobra manual independente;

5.1.5 De acordo com a aptidão ao seccionamento:

a) apto ao seccionamento;

b) não apto ao seccionamento.

5.1.6 De acordo com a previsão para manutenção:

a) disjuntor concebido para não ter manutenção.

De acordo com o modo de instalação:

a) disjuntor fixo;

b) disjuntor tipo plugável.

5.1.8 De acordo com o grau de proteção provido pelo invólucro.

5.2 Definições

5.2.1 Resumo das características

As características de um disjuntor devem ser estabelecidas, quando aplicável, de acordo com:

a) tipo de disjuntor (ver 5.2.2 deste Anexo);

b) valores nominais e valores-limites do circuito principal (ver 5.2.3 deste Anexo);

c) categoria de seletividade (ver 5.2.7 deste Anexo);

5.2.2 Tipo de disjuntor

5.2.2.1 Número de polos

5.2.2.2 Natureza da corrente

Natureza da corrente em corrente alternada, o número de fases e a frequência nominal.

5.2.3 Valores nominais e valores-limites do circuito principal

Os valores nominais estabelecidos para um disjuntor devem ser indicados, de acordo com 5.2.3.1 a 5.2.7 deste Anexo, mas não é necessário estabelecer todos os valores nominais enumerados.

5.2.3.1 Tensões nominais

Um disjuntor é definido pelas seguintes tensões nominais:

5.2.3.1.1 Tensão nominal de utilização (Ue)

A tensão nominal de utilização de um equipamento é um valor de tensão que, combinado com uma corrente nominal de utilização, determinam a utilização do equipamento e se referem às categorias de utilização.

Para disjuntor monopolar, a tensão nominal de utilização é geralmente expressa pela tensão do polo.

Para disjuntor multipolar, ela é geralmente expressa pela tensão entre fases.

5.2.3.1.2 Tensão nominal de isolamento (Ui)

A tensão nominal de isolamento de um equipamento é o valor da tensão para a qual os parâmetros dielétricos e as distâncias de escoamento são referidos.

5.2.3.1.3 Tensão nominal suportável de impulso (Uimp)

É o valor de pico de uma tensão de impulso de forma e de polaridade prescritas que um equipamento é capaz de suportar sem falhas, nas condições especificadas e para o qual os valores de distância de isolação são referidos.

5.2.3.2 Correntes

Um disjuntor é definido pelas correntes seguintes:

5.2.3.2.1 Corrente térmica convencional ao ar livre (Ith)

É o valor máximo da corrente a ser suportada em casos de elevação de temperatura de um equipamento sem invólucro, ao ar livre.

5.2.3.2.2 Corrente térmica convencional em invólucro (Ithe)

É o valor da corrente estabelecido pelo fabricante a ser utilizado como parâmetro para elevação de temperatura de um equipamento quando montado em um invólucro especificado.

5.2.3.2.3 Corrente nominal (In)

Para os disjuntores, a corrente nominal é a corrente nominal ininterrupta (Iu) e é igual à corrente térmica convencional ao ar livre (Ith).

5.2.4 Frequência nominal

É a frequência de alimentação para a qual um equipamento é projetado e para os outros valores característicos correspondentes.

5.2.5 Regime de carga nominal

5.2.5.1 Regime de carga de oito horas

Regime de carga em que os contatos principais de um equipamento permanecem fechados, enquanto conduzem uma corrente estabilizada por tempo suficiente para o equipamento alcançar equilíbrio térmico, mas não por mais de oito horas sem interrupção.

5.2.5.2 Regime de carga contínuo

Regime de carga sem qualquer intervalo de interrupção da carga em que os contatos principais de um equipamento permanecem fechados, durante a condução de uma corrente estabilizada, sem interrupção por períodos de duração superiores a oito horas (semanas, meses ou até anos).

5.2.6 Características de curto-circuito

5.2.6.1 Capacidade nominal de estabelecimento em curto-circuito (Icm)

A capacidade nominal de estabelecimento em curto-circuito de um disjuntor é o valor da capacidade de estabelecimento em curto-circuito declarado para esse disjuntor pelo fabricante, para a tensão nominal de utilização, na frequência nominal e para um fator de potência especificado para corrente alternada. Ela é expressa como o valor de pico da corrente presumida.

5.2.6.2 Capacidades nominais de interrupção em curto-circuito

As capacidades nominais de interrupção em curto-circuito de um disjuntor são os valores da capacidade de interrupção em curto-circuito, declarado pelo fabricante ao disjuntor para a tensão nominal de utilização, sob as condições especificadas.

As capacidades nominais de interrupção em curto-circuito são definidas como:

a) capacidade nominal de interrupção máxima em curto-circuito (Icu);

b) capacidade nominal de interrupção de curto-circuito em serviço (Ics).

5.2.6.2.1 Capacidade nominal de interrupção máxima (última) em curto-circuito (Icu)

A capacidade nominal de interrupção máxima em curto-circuito de um disjuntor é o valor da capacidade de interrupção máxima em curto-circuito, atribuída pelo fabricante ao disjuntor para a tensão nominal de utilização correspondente, nas condições especificadas em 8.3.5 da ABNT NBR IEC 60947-2:2013. Ela é expressa em kA, para o valor da corrente de interrupção presumida (valor eficaz da componente periódica, no caso de corrente alternada).

5.2.6.2.2 Capacidade nominal de interrupção de serviço em curto-circuito (Ics)

A capacidade nominal de interrupção de serviço em curto-circuito de um disjuntor é o valor da capacidade de interrupção de serviço em curto-circuito atribuído pelo fabricante para esse disjuntor, para a tensão nominal de utilização correspondente, nas condições especificadas em 8.3.4 da ABNT NBR IEC 60947-2:2013. Ela é expressa para o valor da corrente de interrupção presumida, em kA ou em % de Icu (por exemplo, Ics = 25 % Icu). Ics deve ser no mínimo igual a 25% de Icu.

5.2.6.3 Corrente nominal de curta duração admissível (Icw)

A corrente nominal de curta duração admissível de um disjuntor é o valor da corrente de curta duração admissível atribuída pelo fabricante ao disjuntor sob as condições especificadas no item 8.3.6.2 da ABNT NBR IEC 60947-2:2013.

5.2.7 Categorias de seletividade

A categoria de seletividade de um disjuntor deve ser declarada, em função de ser ou não especificamente previsto para seletividade em relação a outros disjuntores montados em série no lado da carga, nas condições de curto-circuito, por uma temporização intencional (ver Figura A.3 da ABNT NBR IEC 60947-2:2013).

As categorias de seletividade são definidas na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 – Categorias de seletividade

Categorias de seletividade	Aplicação quanto à seletividade
A	Disjuntores não especificamente indicados para seletividade sob condições de curto-circuito, em relação a outros dispositivos de proteção de curto-circuito em série no lado da carga, isto é, sem retardo intencional de curta duração indicado para seletividade sob condições de curto-circuito e, portanto, sem a corrente nominal de curta duração admissível.
B	Disjuntores especificamente indicados para seletividade sob condições de curto-circuito em relação a outros dispositivos de proteção de curto-circuito em série no lado da carga, isto é, com retardo intencional de curta duração (o qual pode ser ajustável), indicado para seletividade sob condições de curto-circuito. Estes disjuntores possuem a corrente nominal de curta duração admissível.

6. INFORMAÇÕES DO PRODUTO

6.1 Marcação

Cada disjuntor deve estar marcado de forma duradoura:

6.1.1 Os seguintes dados devem ser fornecidos no próprio disjuntor ou através de uma ou mais formas de identificação fixadas no disjuntor e localizadas em uma posição em que sejam visíveis e legíveis quando o disjuntor for instalado;

a) corrente nominal (I_n)
b) aptidão ao seccionamento, se aplicável, com o símbolo ;
c) indicação das posições de abertura e fechamento, respectivamente com e .

6.1.2 Os seguintes dados devem ser também marcados externamente no disjuntor, como especificado na alínea a), exceto que estes não precisam ser visíveis quando o disjuntor for instalado;

a) nome do fabricante ou marca registrada;

b) designação de tipo ou número de série;

c) ABNT NBR IEC 60947-2, se o fabricante declarar a conformidade com esta Norma;

d) categoria de seletividade;

e) tensão nominal de utilização (Ue);

f) tensão nominal de impulso suportável (Uimp);

g) valor (ou faixa) da frequência nominal (por exemplo, 60 Hz);

h) capacidade nominal de interrupção em curto-circuito em serviço (Ics) à tensão nominal correspondente (Ue);

i) capacidade nominal de interrupção máxima em curto-circuito (Icu) à tensão nominal correspondente (Ue);

j) corrente nominal de curta duração admissível (Icw) e curta duração associada, para categoria de seletividade B;

k) bornes de alimentação e de carga, a menos que essa informação seja indiferente;

l) bornes do polo neutro, se aplicável, pela letra N;

m) temperatura de referência para disparadores térmicos não compensados, se diferente de 30 °C.

6.1.3 Os seguintes dados devem também ser marcados no disjuntor como especificado na alínea b), ou devem constar nas informações publicadas pelo fabricante:

a) capacidade nominal de estabelecimento em curto-circuito (Icm), se superior àquela especificada em 5.2.6.1 deste Anexo;

b) tensão nominal de isolamento (Ui), se superior à tensão nominal de utilização máxima;

c) grau de poluição, se diferente de 3;

d) corrente térmica convencional em invólucro (Ithe), se diferente da corrente nominal;

e) código IP, quando aplicável;

f) tamanho mínimo do invólucro e dados de ventilação (se existir), para os quais os valores nominais são aplicáveis;

g) detalhes das distâncias mínimas entre o disjuntor e as partes metálicas aterradas para disjuntores destinados a serem usados sem invólucro;

h) apropriado para ambiente A ou ambiente B, conforme o caso;

i) sensível ao valor eficaz, se aplicável, de acordo com F.4.1.1 da ABNT NBR IEC 60947-2:2013.

j) seção mínima do cabo, se diferente do valor indicado na Tabela 9 da ABNT NBR IEC 60947-1:2013, para as correntes ≤ 20 A em função da capacidade nominal de interrupção máxima em curto-circuito I_{cu}; e

j) seção mínima do cabo, se diferente do valor indicado na Tabela 9 da ABNT NBR IEC 60947-1:2013, para as correntes £ 20 A em função da capacidade nominal de interrupção máxima em curto-circuito Icu; e

k) valores de torque de aperto para os bornes do disjuntor

7. REQUISITOS TÉCNICOS

7.1 O disjuntor não pode apresentar aquecimento acima das especificações e deformações de suas partes isolantes.

7.2 As características de atuação e de não atuação do disparador do disjuntor devem atender as especificações de disparo para o qual foi projetado.

7.3 Os materiais isolantes não podem apresentar danos e a distância entre os contatos devem ser apropriados ao disjuntor.

7.4 O funcionamento do disjuntor e de seus acessórios a uma série de manobras com carga que simule as condições a que é submetido, com e sem corrente, deve atender às especificações das quais o disjuntor foi projetado.

7.5 O funcionamento do disjuntor em condições de sobrecarga deve atender as especificações de disparo para o qual foi projetado.

7.6 O disjuntor deve atender a uma série de manobras em curto-circuito. O disjuntor deve suportar a sequência de manobras sem apresentar danos nem arco permanente e deve atender aos requisitos de rigidez dielétrica e às especificações de atuação e não atuação.

7.7 O disjuntor deve suportar a sequência de manobras de sobrecarga e deve atender aos requisitos de rigidez dielétrica e às especificações de atuação e não atuação.

ANEXO IV

REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA DISJUNTORES

1. OBJETIVO

Estabelecer os critérios e os procedimentos de avaliação da conformidade para disjuntores para instalações domésticas fixas e análogas, com foco na segurança, atendendo aos Regulamentos Técnicos da Qualidade para o objeto, através do mecanismo da Certificação, visando à segurança do usuário e das instalações elétricas.

1.1 Agrupamento para efeito de certificação

Para certificação do objeto deste RAC aplica-se o conceito de família, conforme estabelecido no item 4.1 deste RAC.

2. SIGLAS

SGQ - Sistema de Gestão da Qualidade

RGCP - Requisitos Gerais de Certificação de Produtos

3. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

ABNT NBR 5426: 1985 Errata 1: 1989	Planos de amostragem e procedimentos na inspeção por atributos
ABNT NBR ISO 9001:2015	Sistemas de gestão da qualidade - Requisitos
ABNT NBR NM 60898: 2004	Disjuntores para Proteção de Sobrecorrente para Instalações Domésticas e Similares
ABNT NBR IEC 60947-2: 2013	Dispositivos de Manobra e Comando de Baixa Tensão - Disjuntores
Portaria Inmetro nº 200, de 2021	Aprova os Requisitos Gerais de Certificação de Produtos (RGCP) - Consolidado

4. DEFINIÇÕES

Para fins deste RAC, são adotadas as definições a seguir, complementadas pelas constantes dos documentos citados no item 3.

4.1 Família

Agrupamento de modelos de disjuntores, para um mesmo fim, de um mesmo fabricante, de uma mesma unidade fabril, de um mesmo processo produtivo, que possui a(s) mesma(s) série(s) homogênea(s).

4.2 Série Homogênea

4.2.1 A definição de série homogênea é aplicável aos disjuntores previstos neste RAC desde que preenchidas todas as seguintes condições:

a) tenham o mesmo projeto básico;

b) os polos tenham as mesmas dimensões externas;

c) os materiais, os acabamentos e as dimensões das partes internas que conduzem corrente sejam idênticos, permitida a variação detalhada no subitem 4.2.2 "a" deste RAC;

d) os bornes sejam do mesmo tipo permitida a variação detalhada em 4.2.2 "d" deste RAC;

e) o tamanho, o material, a configuração e o método de fixação dos contatos sejam idênticos;

f) o mecanismo de manobra manual (materiais e características físicas) seja idêntico;

g) os materiais de moldagem e de isolação sejam idênticos;

h) o método, os materiais e a construção utilizados para o dispositivo de extinção do arco sejam idênticos;

i) o projeto básico do dispositivo de disparo por sobrecorrente seja idêntico, permitida a variação detalhada em 4.2.2 "b" deste RAC;

j) o projeto básico do dispositivo de disparo instantâneo seja idêntico, permitida a variação detalhada em 4.2.2 "c" deste RAC;

k) a tensão nominal seja destinada para o mesmo tipo de circuito de alimentação; e

l) os disjuntores multipolares são compostos por disjuntores unipolares ou construídos com os mesmos componentes que os disjuntores unipolares, tendo as mesmas dimensões gerais por polo, com exceção de barreiras externas entre polos.

4.2.2 São permitidas as seguintes variações:

a) seção das partes condutoras internas que conduzem corrente;

b) dimensões e material do dispositivo de disparo por sobrecorrente;

c) número de voltas e seção do enrolamento do dispositivo de disparo instantâneo;

d) dimensões dos bornes.

5. MECANISMO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

O mecanismo de avaliação da conformidade para os disjuntores é a certificação.

6. ETAPAS DA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

Os critérios para as etapas da avaliação da conformidade devem seguir conforme estabelecido no RGCP.

Este RAC estabelece as seguintes opções de modelos de certificação:

a) Modelo de Certificação 5 - Avaliação inicial consistindo de ensaios em amostras retiradas no fabricante, incluindo auditoria do Sistema de Gestão da Qualidade, seguida de avaliação de manutenção periódica através de coleta de amostra do produto no comércio, para realização das atividades de avaliação da conformidade, e auditoria do SGQ;

b) Modelo de Certificação 1b - Ensaio de lote.

6.1 Modelo de certificação 5

6.1.1 Avaliação Inicial

6.1.1.1 Solicitação de certificação

6.1.1.1.1 Os critérios para solicitação de certificação devem seguir conforme estabelecido no RGCP.

6.1.1.1.2 Na solicitação deve constar, além dos documentos estabelecidos no RGCP, a denominação do disjuntor, suas séries homogêneas e informações referentes às curvas I^2t de cada tipo de disjuntor objeto da solicitação de certificação.

6.1.1.2 Análise da solicitação e da Conformidade da documentação

Os critérios para análise da solicitação e da conformidade da documentação devem seguir conforme estabelecido no RGCP.

6.1.1.3 Auditoria Inicial do Sistema de Gestão da Qualidade e Avaliação do Processo Produtivo

6.1.1.3.1 Os critérios de auditoria inicial do sistema de gestão devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP, exceto pelo que está descrito nos subitens a seguir.

6.1.1.3.2 A avaliação do SGQ deve ser feita pelo OCP com base na abrangência do processo de certificação e conforme os requisitos da norma ISO 9001:2015 ou norma ABNT NBR ISO 9001:2015, tendo como requisitos mínimos os definidos na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1: Requisitos mínimos de verificação do SGQ

Requisitos do SGQ	ABNT NBR ISO 9001:2015 ou ISO 9001:2015
Ações para abordar riscos e oportunidades	6.1.1 / 6.1.2
Recursos	7.1.3 / 7.1.4 / 7.1.5
Informação documentada	7.5.2 / 7.5.3
Planejamento e controle operacionais	8.1
Controle de processos, produtos e serviços providos externamente	8.4.2 / 8.4.3
Produção e provisão de serviço	8.5.1 / 8.5.2 / 8.5.4 / 8.5.5
Liberação de produtos e serviços	8.6
Controle de saídas não conformes	8.7
Monitoramento, medição, análise e avaliação	9.1
Não conformidade e ação corretiva	10.2

6.1.1.3.3 O OCP deve assegurar que o fabricante realiza e mantém registros dos seguintes ensaios de rotina, a serem realizados em cada modelo de equipamento elétrico, conforme previstos nas normas ABNT NBR NM 60898:2004 e ABNT NBR IEC 60947-2:2013 e no Anexo A deste RAC.

Os ensaios de rotina são os relacionados a seguir:

a) verificação da calibração (conforme: A.9.2 do Anexo A para os disjuntores tipo ABNT NBR 5361; não aplicável para a ABNT NBR NM 60898:2004 para os disjuntores tipo ABNT NBR IEC 60898 e 8.4.2 da ABNT NBR IEC 60947-2:2013 para os disjuntores tipo ABNT NBR IEC 60947-2);

b) tensão aplicada (conforme: A.9.3 do Anexo A; não aplicável para a ABNT NBR NM 60898:2004 e 8.4.5 da ABNT NBR IEC 60947-2:2013);

c) operação mecânica (conforme: A.6 do Anexo A; não aplicável para a ABNT NBR NM 60898:2004 e 8.4.1 da ABNT NBR IEC 60947-2:2013).

6.1.1.3.4 A apresentação de um certificado do SGQ do fabricante, dentro de sua validade, sendo este emitido por um OCS acreditado pelo Inmetro ou reconhecido pelo IAF, segundo a ISO 9001 ou ABNT NBR ISO 9001 e sendo esta certificação válida para a linha de produção do produto objeto da certificação, pode eximir a empresa solicitante, sob análise e responsabilidade do OCP, da avaliação do SGQ prevista neste RAC, durante a auditoria inicial. Neste caso, a empresa solicitante deve colocar à disposição do OCP todos os registros correspondentes a esta certificação. O OCP deve analisar a documentação pertinente, para assegurar que os requisitos descritos na Tabela 1 e no Anexo A foram atendidos.

6.1.1.4 Plano de Ensaios iniciais

Os critérios para plano de ensaios iniciais devem seguir conforme estabelecido no RGCP.

Na elaboração do Plano de Ensaios o OCP deve considerar que modelos de disjuntores de uma família já certificada e que se enquadram em uma ou mais de uma série homogênea, quando ensaiados, podem compartilhar seus relatórios de ensaios com outra(s) família(s).

6.1.1.4.1 Definição dos ensaios a serem realizados

Os critérios para definição dos ensaios a serem realizados devem seguir conforme estabelecido no RGCP.

6.1.1.4.1.1 Para disjuntores ABNT NBR 5361 e ABNT NBR NM 60898

6.1.1.4.1.1.1 Devem ser realizados os ensaios de tipo estabelecidos na norma ABNT NBR NM 60898:2004, para os disjuntores tipo ABNT NBR NM 60898, e os ensaios de tipo estabelecidos no Anexo I e no Anexo A, para os disjuntores tipo ABNT NBR 5361, para verificar a conformidade do produto aos RTQ definidos nos Anexos I e II. Os ensaios de tipo, por família, em produtos de uma série homogênea e diferentes quantidades de polos são:

a) ensaios descritos nas Tabelas C1, C2, C3 e C4 do Anexo C da ABNT NBR NM 60898:2004;

b) ensaios descritos na Tabela 2 abaixo;

c) ensaios para confirmação da curva I2t para cada uma das correntes nominais; e

d) ensaio para confirmação do nível de proteção, em atendimento ao item 1.3 do Anexo V, devendo obedecer ao subitem 9.10.2 conforme ABNT NBR NM 60898.

Tabela 2 - Ensaios de Tipo conforme ABNT NBR NM 60898:2004

Requisitos do RTQ do Anexo II	Ensaios	Item da ABNT NBR NM 60898:2004
6	Indelebilidade das marcações	9.3
8.2	Confiabilidade dos parafusos, partes condutoras de corrente e conexões	9.4
8.3	Confiabilidade dos bornes para condutores externos	9.5
8.4	Proteção contra os choques elétricos	9.6
8.5	Propriedades dielétricas e aptidão ao seccionamento	9.7
8.6	Elevação de temperatura	9.8
8.7	Ensaio de 28 dias	9.9
8.8	Características de disparo	9.10
8.9	Durabilidade mecânica e elétrica	9.11
8.10	Curto-circuito	9.12
8.12	Resistência aos choques mecânicos e aos impactos	9.13
8.13	Resistência ao calor	9.14
8.14	Resistência ao calor anormal e ao fogo	9.15
8.15	Resistência à ferrugem	9.16

6.1.1.4.1.2 Os ensaios, por família, em disjuntores conforme ABNT NBR NM 60898:2004, de uma série homogênea e diferentes quantidades de polos são os descritos na Tabela 3 abaixo.

6.1.1.4.1.3 Para uma série adicional de disjuntores do mesmo projeto fundamental, mas de uma classificação de atuação instantânea diferente, as sequências de ensaio a serem aplicadas podem ser aquelas dadas na Tabela C.4, sendo o número de amostras dado na Tabela C.3, da norma ABNT NBR NM 60898:2004, para verificar a conformidade do produto ao RTQ definido no Anexo II.

Tabela 3 - Sequências de ensaios conforme ABNT NBR NM 60898

Sequência de ensaios		Seção ou subseção da norma	Ensaio ou inspeção
A		6 8.1.1 8.1.2 9.3 8.1.3 8.1.6 9.4 9.5 9.6 8.1.3 9.14 9.15 9.16	Identificação Generalidades Mecanismo Indelebilidade das marcações Distâncias de isolamento e de escoamento (somente partes externas) Não intercambiabilidade Confiabilidade de parafusos, partes condutoras de corrente e conexões Confiabilidade de terminais para condutores externos Proteção contra choque elétrico Resistência ao calor Distâncias de isolamento e escoamento (somente partes internas) Resistência ao calor anormal e ao fogo Resistência a oxidação
B		9.7 9.8 9.9	Propriedades dielétricas Elevação de temperatura Ensaio de 28 dias
C		9.11 9.12.11.3 9.12.12	Durabilidade elétrica e mecânica Desempenho com correntes de curto-circuito reduzidas Verificação do disjuntor após os ensaios de curto-circuito
D	D0	9.10	Característica de atuação
	D1	9.13 9.12.11.3 9.12.12	Resistência ao choque eao impacto mecânicos Desempenho comcorrente de 1 500 A Verificação do disjuntor após os ensaios de curto-circuito
E	E1	9.12.11.4.2 9.12.12	Capacidade de curto-circuito em serviço (I_{cs}) Verificação do disjuntor após os ensaios de curto-circuito
	E2	9.12.11.4.3 9.12.12	Desempenho da capacidade de curto-circuito nominal (I_{cn}) Verificação do disjuntor após os ensaios de curto-circuito
*) Com o acordo do fabricante as mesmas amostras podem ser usadas para mais de uma sequência de ensaio.			

6.1.1.4.1.2 Ensaios de tipo e sequência de ensaios para disjuntores tipo ABNT NBR IEC 60947-2

6.1.1.4.1.2.1 Os critérios para definição dos ensaios a serem realizados devem seguir conforme estabelecido no RGCP, complementados pelas seguintes condições:

Devem ser realizados os ensaios de tipo estabelecidos na norma ABNT NBR IEC 60947-2:2013, para os disjuntores tipo ABNT NBR IEC 60947-2, para verificar a conformidade do produto ao RTQ definido no Anexo III. Os ensaios de tipo, por família, em produtos de uma série homogênea e diferentes quantidades de polos são:

Os ensaios são:

a) ensaios descritos na Tabela 9 da ABNT NBR IEC 60947-2:2013; e

b) ensaios para confirmação da curva I2t para cada uma das correntes nominais.

As características dos disjuntores devem ser verificadas pelos ensaios de tipo da ABNT NBR IEC 60947-2:2013, apresentados na Tabela 4 abaixo.

Tabela 4 - Ensaios de Tipo conforme ABNT NBR IEC 60947-2:2013

Requisitos do RTQ do Anexo III	Ensaios	Item da ABNT NBR IEC 60947-2:2013
7.1	Elevação de temperatura	8.3.2.5
7.2	Características e limites de disparo	8.3.3.1
7.3	Propriedades dielétricas	8.3.3.2
7.4	Aptidão ao funcionamento em serviço	8.3.3.3
7.5	Funcionamento em sobrecarga (quando aplicável)	8.3.3.4
7.6	Capacidade de interrupção em curto-circuito	8.3.4 e 8.3.5
7.7	Corrente nominal de curta duração admissível (quando aplicável)	8.3.6

6.1.1.4.1.2.2 A aplicabilidade das sequências de ensaios deve ser de acordo com a relação entre as características de curto-circuito, entre Ics, Icu e Icw e de acordo com número de polos.

6.1.1.4.1.2.3 São definidas nas Tabelas 9a, 9b e 9c da norma ABNT NBR IEC 60947-2:2013.

a) ensaios para confirmação da curva I2t para cada uma das correntes nominais;

b) ensaio para confirmação do nível de proteção em atendimento ao item 1.3 do Anexo V deste regulamento, devendo obedecer ao subitem 9.10.2 conforme ABNT NBR NM 60898:2004.

6.1.1.4.1.3 Para todos os disjuntores abrangidos neste Anexo:

6.1.1.4.1.3.1 O fabricante deve disponibilizar os valores referentes a curva I^2t, que deve ser confirmada pelo OCP com ensaios, em laboratório selecionado conforme item 6.1.1.4.3, em no mínimo três pontos da curva, representativos dos disjuntores.

6.1.1.4.1.3.2 Serão considerados aprovados, neste item, os disjuntores cujos resultados obtidos nos ensaios não ultrapassarem 5% (cinco por cento) dos valores declarados pelo fabricante dos pontos da curva I^2t indicados no item 6.1.1.4.1.3.1.

6.1.1.4.1.3.3 Os valores da curva I2t devem ser medidos, segundo os ensaios descritos nos subitens 9.12.11.2, 9.12.11.3 e 9.12.11.4, da ABNT NBR NM 60898:2004, e ao item A.7 do Anexo A; e ao item a) de 6.1.1.4.1.2.1.

6.1.1.4.1.3.4 Para produtos certificados por OCP operando no exterior e considerando a existência de memorando de entendimento entre os OCP, nos termos do item 8 deste RAC, devem ser realizados os seguintes ensaios, independentemente dos ensaios iniciais do item 6.1.1.4.1:

- sequência E2 e ensaios dos subitens 9.10.1 e 9.10.2, para disjuntores fabricados conforme ABNT NBR NM 60898:2004;
- programa Z e requisito do subitem 7.2.1 do Anexo I, para disjuntores fabricados conforme o Anexo I;
- sequência III e ensaio do subitem 7.2.1.2.4 b da norma ABNT NBR 60947-2:2013, para disjuntores tipo ABNT NBR IEC 60947-2;

6.1.1.4.1.3.5 O disjuntor que possui a marcação do símbolo de atuação instantânea (B, C ou D) está isento de conter adicionalmente a marcação do nível de proteção conforme o item 1.3 do Anexo V deste regulamento. A conformidade é verificada ao atendimento do subitem 9.10.1.1 e 9.10.1.2 da ABNT NBR NM 60898:2004.

6.1.1.4.2 Definição da amostragem

6.1.1.4.2.1 Os critérios para definição de amostragem devem seguir conforme estabelecido no RGCP.

6.1.1.4.2.2 Para os disjuntores tipo ABNT NBR NM 60898:2004, a quantidade de amostras a serem ensaiadas deve ser de acordo com as Tabelas C.2 e C.3 da referida norma.

6.1.1.4.2.3 Para os disjuntores tipo ABNT NBR IEC 60947-2:2013, a quantidade de amostras a serem ensaiadas deve ser de acordo com a Tabela 10 da referida norma.

6.1.1.4.2.4 Devem ser coletadas as mesmas quantidades anteriormente estabelecidas para as amostras de contraprova e testemunha. Havendo reprovação na amostra de prova, devem ser realizados nas amostras de contraprova e testemunha apenas o(s) ensaio(s) onde houve reprovação.

6.1.1.4.3 Definição do laboratório

Os critérios para definição de laboratório devem seguir conforme estabelecido no RGCP.

6.1.1.5 Tratamento de não conformidades na etapa de Avaliação Inicial

Os critérios para tratamento de não conformidades na etapa de avaliação Inicial devem seguir conforme estabelecido no RGCP.

6.1.1.6 Emissão do Certificado de Conformidade

6.1.1.6.1 Os critérios para emissão do certificado de conformidade devem seguir conforme estabelecido no RGCP.

6.1.1.6.2 O certificado de conformidade tem validade de 6 (seis) anos, contados da data de sua emissão.

6.1.1.6.3 A notação do(s) modelo(s) da família no certificado deve ser conforme Quadro a seguir:

Marca	Modelo (Designação Comercial do Modelo e Códigos de referência comercial, se existentes).	Descrição (Descrição Técnica do Modelo,) a) seção das partes condutoras internas que conduzem corrente; b) dimensões e material do dispositivo de disparo por sobrecorrente; c) número de voltas e seção do enrolamento do dispositivo de disparo instantâneo; d) dimensões dos bornes.	Código de barras comercial (quando existente) de todas as versões.

6.1.2 Avaliação de Manutenção

Os critérios para avaliação de manutenção devem seguir conforme estabelecido no RGCP. A avaliação de manutenção deve ser concluída 1 (uma) vez a cada 12 (doze) meses, contados a partir da data de emissão do Certificado de Conformidade.

6.1.2.1 Auditoria de Manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade e Avaliação do Processo Produtivo

Os critérios para auditoria de manutenção do sistema de gestão da Qualidade e Avaliação do Processo Produtivo devem seguir conforme estabelecido no RGCP, devendo ser observada a Tabela 1 deste RAC. Deve ser assegurado que o fabricante realiza e mantém registros dos ensaios de rotina conforme subitem 6.1.1.3.3 deste RAC.

6.1.2.2 Plano de ensaios de manutenção

Os critérios para plano de ensaios de manutenção devem seguir conforme estabelecido no RGCP.

6.1.2.2.1 Definição de ensaios de manutenção

6.1.2.2.1.1 Os critérios para definição de ensaios de manutenção devem seguir conforme estabelecido no RGCP. Os ensaios de manutenção devem ser realizados conforme Tabelas 5, 6 e 7 deste RAC:

Tabela 5 - DISJUNTOR ABNT NBR 5361

Periodicidade da manutenção	Item do RTQ do Anexo I	Descrição do ensaio
1º ano	7.2.1	Abertura sob condições de sobrecarga
2º ano	7.2.1	Abertura sob condições de sobrecarga
	10.2.1	Sequencia Y: - calibração 200% a 25°C; - durabilidade elétrica e mecânica; - calibração a 200% a 25°C; - calibração a 135% a 25°C; - tensão suportável à frequência industrial.
3º ano	7.2.1	Abertura sob condições de sobrecarga
	10.2.1	Sequencia Z: - calibração 200% a 25°C; - interrupção.
	16.10	- Condição do disjuntor após os ensaios de estabelecimento e interrupção
4º ano	7.2.1	Abertura sob condições de sobrecarga
	10.2.1	Sequencia X: - calibração 200% a 25°C; - calibração 135% a 25°C; - comportamento em sobrecarga; - elevação de temperatura; - calibração 105% a 25°C; - tensão suportável à frequência industrial.
5º ano	7.2.1	Abertura sob condições de sobrecarga

6.1.2.2.1.2 A quantidade de amostras de disjuntores tipo ABNT NBR 5361 para os ensaios de manutenção deve ser como a seguir:

- Sequência Z: 3 amostras, de qualquer corrente nominal de cada série homogênea;
- Sequência Y: 3 amostras, de qualquer corrente nominal de cada série homogênea;
- Sequência X: 3 amostras, de qualquer corrente nominal de cada série homogênea;
- item 7.2.1 - Anexo I: 1 amostra, de qualquer corrente nominal de cada série homogênea.

Nota: Ao longo das manutenções deverão ter sido ensaiados, ao menos uma vez, todas as configuração de polos.

Tabela 6 - DISJUNTOR ABNT NBR NM 60898

Periodicidade da manutenção	Sequência de ensaios	Seção/Subseção da ABNT NBR NM 60898:2004	Descrição do ensaio
1º ano	D0	9.10.1 e 9.10.2	Característica de atuação
2º ano	D0	9.10.1 e 9.10.2	Característica de atuação
	E1	9. 12.11.4.2 9.12.12	Capacidade de curto-circuito em serviço (I_{cs}) Verificação do disjuntor após os ensaios de curto-circuito
	E2	9.12.11.4.3 9.12.12	Desempenho da capacidade de curto-circuito nominal (I_{cn}) Verificação do disjuntor após os ensaios de curto-circuito
3º ano	D0	9.10.1 e 9.10.2	Característica de atuação
	A	9.15	Resistência ao calor anormal e ao fogo
	B	9.7 9.8 9.9	Propriedades dielétricas Elevação de temperatura Ensaio de 28 dias
4º ano	D0	9.10.1 e 9.10.2	Característica de atuação
	C	9.11 9.12.11.2 9.12.12	Durabilidade elétrica e mecânica Desempenho comcorrentes de curto-circuito reduzidas Verificação do disjuntor após os ensaios de curto-circuito
	D1	9.13 9.12.11.3 9.12.12	Resistência ao choque e ao impacto mecânicos Desempenho com corrente de 1.500 A Verificação do disjuntor após os ensaios de curto-circuito
5º ano	D0	9.10.1 e 9.10.2	Característica de atuação

6.1.2.2.1.3 A quantidade de amostras de disjuntores tipo ABNT NBR NM 60898 para os ensaios de manutenção, deve observar o que segue:

- DO: 1 amostra unipolar de cada corrente nominal. A cada ano deve ser ensaiado um tipo de curva, e no final de seis anos, cada curva deverá ter sido ensaiada pelo menos uma vez;
- E1 e E2: 3 amostras de qualquer corrente nominal e de qualquer curva de cada série homogênea;
- C: 3 amostras, de qualquer corrente nominal e de qualquer curva de cada série homogênea;
- 9.15: 1 amostra unipolar de qualquer corrente nominal e de qualquer curva de cada série homogênea;
- B: 3 amostras de qualquer corrente nominal e de qualquer curva de cada série homogênea;
- D1: 3 amostras da maior corrente nominal e de qualquer curva de cada série homogênea.

Nota: Ao longo das manutenções, deverão ter sido ensaiados ao menos uma vez qualquer configuração de polos.

Tabela 7 - DISJUNTOR ABNT NBR IEC 60947-2

Periodicidade da manutenção	Sequência de ensaios	Seção da ABNT NBR IEC 60947-2:2013	Descrição do ensaio
1º ano	Abertura por disparadores de sobrecorrente	7.2.1.2.4 b)	Abertura por disparadores de sobrecorrente (Abertura sob condições de sobrecarga)
2º ano	Abertura por disparadores de sobrecorrente	7.2.1.2.4 b)	Abertura por disparadores de sobrecorrente (Abertura sob condições de sobrecarga)
	Sequência II- Capacidade nominal de interrupção de curto-circuito em serviço	8.3.4	Capacidade nominal de interrupção de curto-circuito em serviço Aptidão ao funcionamento Verificação da tensão elétrica suportável Verificação da elevação de temperatura Verificação dos disparadores de sobrecarga
3º ano	Abertura por disparadores de sobrecorrente	7.2.1.2.4 b)	Abertura por disparadores de sobrecorrente (Abertura sob condições de sobrecarga)
4º ano	Abertura por disparadores de sobrecorrente	7.2.1.2.4 b)	Abertura por disparadores de sobrecorrente (Abertura sob condições de sobrecarga)
	Sequência I- Características gerais de funcionamento	8.3.3	Características e limites de disparo Propriedades dielétricas Manobra mecânica e aptidão ao funcionamento em serviço Funcionamento em sobrecarga (quando aplicável) Verificação da tensão elétrica suportável Verificação da elevação de temperatura Verificação dos disparadores de sobrecarga Verificação dos disparadores de mínima tensão e dos disparadores de desligamento (quando aplicável) Verificação da posição dos contatos principais (quando aplicável)
5º ano	Abertura por disparadores de sobrecorrente	7.2.1.2.4 b)	Abertura por disparadores de sobrecorrente (Abertura sob condições de sobrecarga)
	Sequência II- Capacidade nominal de interrupção de curto-circuito em serviço ou Sequência III- Capacidade nominal de interrupção máxima em curto-circuito	8.3.4	Capacidade nominal de interrupção de curto-circuito em serviço Aptidão ao funcionamento Verificação da tensão elétrica suportável Verificação da elevação de temperatura Verificação dos disparadores de sobrecarga
		8.3.5	Verificação dos disparadores de sobrecarga Capacidade nominal de interrupção máxima em curto-circuito Verificação da tensão elétrica suportável Verificação dos disparadores de sobrecarga

6.1.2.2.1.4 A quantidade de amostras de disjuntores tipo ABNT NBR IEC 60947-2 para os ensaios de manutenção, deve ser como a seguir:

- conforme Tabela 10 da ABNT NBR IEC 60947-2:2013
- para o subitem 7.2.1.2.4 b da ABNT NBR IEC 60947-2:2013 o ensaio será realizado em uma peça unipolar de cada corrente nominal.

Nota 1: a cada seis anos deverão ter sido ensaiados ao menos uma vez qualquer configuração de polos.

Nota 2: caso haja modificações de materiais ou de projeto durante a manutenção da certificação, devem ser realizados ensaios adicionais relacionados à modificação efetuada, a critério do OCP.

6.1.2.2.2 Definição da amostragem de manutenção

Os critérios para definição da amostragem de manutenção devem seguir conforme estabelecido no RGCP. Deve ser observado o estabelecido nos itens 6.1.2.2.1.1, 6.1.2.2.1.2, 6.1.2.2.1.3 e 6.1.2.2.1.4, para cada um dos tipos de disjuntores.

A quantidade referida nos itens acima refere-se às amostras de prova. Devem ser coletadas mesmo número de amostras para ensaios de contraprova e testemunha. Havendo reprovação na amostra de prova, devem ser realizados nas amostras de contraprova e testemunha apenas o(s) ensaio(s) onde houve reprovação na amostra de prova.

6.1.2.2.3 Definição do laboratório

Os critérios para definição do laboratório devem seguir conforme estabelecido no RGCP.

6.1.2.3 Tratamento de não conformidades na etapa de Avaliação de Manutenção

Os critérios para tratamento de não conformidades na etapa de avaliação de manutenção devem seguir conforme estabelecido no RGCP.

6.1.2.4 Confirmação da Manutenção

Os critérios para confirmação da manutenção devem seguir conforme estabelecido no RGCP.

6.1.3 Avaliação de Recertificação

Os critérios para avaliação de recertificação devem seguir conforme estabelecido no RGCP, devendo a recertificação ser concluída após os ensaios do 5º ano e antes do vencimento da validade do certificado anteriormente emitido.

6.2 Modelo de certificação 1b

6.2.1 Avaliação inicial

6.2.1.1 Solicitação de certificação

Os critérios para solicitação de certificação devem seguir conforme estabelecido no RGCP. Devem ser apresentados ao OCP, os relatórios dos ensaios de rotina conforme subitem 6.1.1.3.3 deste RAC.

6.2.1.2 Análise da solicitação e da conformidade da documentação

Os critérios para análise da solicitação e da conformidade da documentação devem seguir conforme estabelecido no RGCP.

6.2.1.3 Plano de ensaios

Os critérios para plano de ensaios devem seguir conforme o item 6.1.1.4 deste RAC.

6.2.1.3.1 Definição dos ensaios a serem realizados

6.2.1.3.1.1 Os critérios para definição dos ensaios a serem realizados devem seguir conforme estabelecido no RGCP.

6.2.1.3.1.2 Os ensaios de tipo são todos os definidos no item 6.1.1.4.1 deste RAC.

6.2.1.3.1.3 Além dos ensaios de tipo, o OCP deve programar a realização dos seguintes ensaios para análise do lote:

a) Produtos conforme a norma ABNT NBR NM 60898:2004: rigidez dielétrica e calibração, conforme subitens 9.7 e 9.10 da norma;

b) Produtos conforme o RTQ do Anexo I: calibração e tensão suportável, conforme capítulos A.3 e A.8 do Anexo A deste RAC;

c) Produtos conforme a norma ABNT NBR IEC 60947-2:2013: calibração e verificação dielétrica, conforme subitens 8.4.2 e 8.4.3 da norma;

d) Ensaio de resistência do material isolante ao calor anormal e ao fogo, quando previsto em norma.

6.2.1.3.2 Definição da amostragem

6.2.1.3.2.1 Os critérios para definição da amostragem devem seguir conforme estabelecido no RGCP.

6.2.1.3.2.2 Para os ensaios de tipo previstos no subitem 6.2.1.3.1.2, o número de amostras necessárias para a realização dos ensaios de tipo deve ser o definido nas normas técnicas, devendo ser coletadas amostras correspondentes de contraprova e testemunha. Havendo reprovação na amostra de prova, devem ser ensaiadas as demais amostras de contraprova e testemunha.

6.2.1.3.2.3 Para os ensaios definidos no subitem 6.2.1.3.1.3, devem ser coletadas amostras conforme a ABNT NBR 5426:1985, plano de amostragem dupla-normal, nível geral de inspeção I e NQA de 0,25.

6.2.1.3.2.4 Os ensaios para análise do lote devem ser realizados conforme as normas técnicas, utilizando a totalidade das amostras coletadas, divididas em partes iguais para cada uma das verificações. Não são coletadas amostras de contraprova e testemunha.

6.2.1.4 Definição do laboratório

A definição de laboratório deve seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.2.1.5 Emissão do certificado de conformidade

Os critérios para emissão do certificado de conformidade devem seguir os requisitos estabelecidos no item 6.1.1.6 deste RAC, exceto pela validade que é indeterminada.

7. TRATAMENTO DE RECLAMAÇÕES

Os critérios para tratamento de reclamações devem seguir conforme estabelecido no RGCP.

8. ATIVIDADES EXECUTADAS POR OCP ACREDITADO POR MEMBRO DO MLA DO IAF

Os critérios para atividades executadas por OCP acreditado por membro do MLA do IAF devem seguir conforme estabelecido no RGCP.

9. TRANSFERÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO

Os critérios para transferência da certificação devem seguir conforme estabelecido no RGCP.

10. ENCERRAMENTO DA CERTIFICAÇÃO

Os critérios para encerramento da certificação devem seguir conforme estabelecido no RGCP.

11. SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

Os critérios para o Selo de Identificação da Conformidade devem seguir conforme estabelecido no RGCP e o Anexo V.

12. AUTORIZAÇÃO PARA USO DO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

Os critérios para autorização para o uso do selo de identificação da conformidade devem seguir conforme estabelecido no RGCP.

13. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

Os critérios para responsabilidade e obrigações devem seguir conforme definido no RGCP.

14. ACOMPANHAMENTO NO MERCADO

Os critérios para acompanhamento no mercado devem seguir conforme estabelecido no RGCP.

15. PENALIDADES

Os critérios para penalidades devem seguir conforme estabelecido no RGCP.

16. DENÚNCIAS, RECLAMAÇÕES E SUGESTÕES

Os critérios para denúncias, reclamações e sugestões devem seguir conforme estabelecido no RGCP.

ANEXO A - ENSAIOS APLICÁVEIS PARA DISJUNTORES TIPO ABNT NBR 5361

A.1. Ensaios

A.1.1 Generalidades

Os disjuntores tipo ABNT NBR 5361 devem ser avaliados através de ensaios de tipo e de rotina que são definidos em A.1.2 e A.1.3 respectivamente.

Nota: Relatórios dos ensaios de tipo realizados anteriormente pelo fabricante podem dispensar a realização destes ensaios.

Os ensaios devem ser realizados de acordo com as seções A.2 a A.10.

A.1.2 Ensaios de tipo

Os ensaios de tipo devem ser os abaixo relacionados:

a) calibração;
b) comportamento em sobrecarga;
c) elevação de temperatura;
d) durabilidade mecânica e elétrica;
e) repetição da calibração;

f) verificação das capacidades de estabelecimento e de interrupção em curto-circuito;

g) tensão suportável à frequência nominal.

Os ensaios de tipo devem ser realizados conforme estabelecido em A.1.2.1 a A.1.3.

A.1.2.1 Para disjuntores até 63 A, inclusive

Os ensaios de tipo devem ser realizados em uma amostra de nove peças, sendo:

a) três peças submetidas aos ensaios do programa X;
b) três peças submetidas aos ensaios do programa Y;
c) três peças submetidas aos ensaios do programa Z.

A sequência e os ensaios dos programas X, Y e Z são:

a) programa X:
- calibração 200% a 25°C;
- calibração 135% a 25°C;
- comportamento em sobrecarga;
- elevação de temperatura;
- calibração 105% a 25°C;
- tensão suportável à frequência industrial;

b) programa Y:
- calibração 200% a 25°C;
- durabilidade elétrica e mecânica;
- calibração a 200% a 25°C;
- calibração a 135% a 25°C;
- tensão suportável à frequência industrial;

c) programa Z:
- calibração 200% a 25°C;
- interrupção;
- condições após interrupção (ver 16.10).

Nota: Após os ensaios dos programas X e Y todos os componentes, inclusive os contatos, devem estar em condições satisfatórias e não podem mostrar sinais de desgastes excessivos. As partes mecânicas não podem apresentar deformação permanente.

A.1.3 Ensaios de recebimento

Os ensaios de recebimento devem ser realizados conforme estabelecido em A.1.3.1.

A.1.3.1 Para disjuntores até 63 A, inclusive, os critérios para "amostragem" e "aceitação e rejeição" devem estar de acordo com a ABNT NBR 5426, considerando-se os seguintes parâmetros:

a) nível de inspeção II;
b) plano de amostragem dupla normal;
c) N.Q.A entre 0,4 e 1,5.

Nota: Se o comprador não especificar o NQA, este deve ser considerado igual a 1,0.

A.2 Verificação das características dos disjuntores

A.2.1 Para a verificação das características dos disjuntores, devem ser realizados os seguintes ensaios:

a) ensaios de tipo;
b) ensaios de rotina.

A.2.2 Ensaio de tipo

Os ensaios de tipo devem ser realizados, em uma unidade do disjuntor, que deve atender a todos os detalhes essenciais do projeto que representa. No caso de uma família de disjuntores de tamanho físico e construção similar, os ensaios devem ser feitos no disjuntor de máxima corrente nominal.

A.3. Verificação da calibração

A.3.1 Condições gerais

A temperatura do ar ambiente deve ser medida de acordo com A.5.2. O disjuntor deve ser montado aproximadamente como nas condições usuais de serviço e protegido contra aquecimento ou resfriamento externo indevidos. As ligações do disjuntor completo devem ser feitas como para serviço normal, com condutores de seções de acordo com a Tabela A.1

Tabela A.1 – Seção dos condutores de cobre para os ensaios de elevação de temperatura para correntes de ensaio até 400 A.

Valor da corrente nominal do disjuntor[1)] A	Faixa da corrente nominal do disjuntor A	Seção do condutor mm²
6	0 < I ≤ 7,9	1
8 - 10 - 12 - 15	7,9 < I ≤ 15,9	1,5
16 - 20	15,9 < I ≤ 22	2,5
25	22 < I ≤ 30	4
30 - 32 - 35	30 < I ≤ 39	6
40 - 50	39 < I ≤ 54	10
60 - 63 - 70	54 < I ≤ 72	16
80 - 90	72 < I ≤ 93	25
100	93 < I ≤ 117	35
125	117 < I ≤ 147	50
160	147 < I ≤ 180	70
200	180 < I ≤ 216	95
250	216 < I ≤ 250	120
-	250 < I ≤ 287	150
315	287 < I ≤ 334	185
400	334 < I ≤ 400	240

[1)] Estes são os valores de corrente recomendados e são dados apenas para referência.

A.3.2 Calibração para abertura sob condições de curto-circuito

A operação dos disparadores de abertura projetados para proteção contra curto-circuito deve ser verificada a 80% e 120% da corrente de ajuste de curto-circuito do disparador. A corrente de ensaio não pode ter assimetria. Para uma corrente de ensaio com valor igual a 80% da corrente de ajuste de curto-circuito, o disparador não pode operar. Para uma corrente de ensaio tendo valor igual a 120% da corrente de ajuste de curto-circuito o disparador pode operar. A operação de disparadores de abertura multipolares deve ser verificada ligando-se em série todos os polos com a corrente de ensaio.

A.3.3 Calibração para abertura sob condições de sobrecarga

A.3.3.1 Operação instantânea ou temporizada a tempo independente

A operação de disparadores de abertura por sobrecorrentes, instantânea ou temporizada a tempo independente com retardo de tempo definido, projetados para proteção contra sobrecargas, deve ser verificada a 90% e 110% do ajuste da corrente de sobrecargas do mesmo. A corrente de ensaio não pode ter assimetria. Para uma corrente de ensaio tendo um valor igual a 90% da corrente de ajuste de sobrecarga, o disparador não pode operar a uma corrente de ensaio tendo o valor igual a 110% da corrente de ajuste de sobrecarga; o tempo de abertura deve ser menor ou igual ao máximo da faixa declarada pelo fabricante.

A operação de disparadores de abertura multipolares deve ser verificada com todos os polos carregados simultaneamente com a corrente de ensaio.

A.3.3.2 Operação a tempo dependente com característica inversa

As características de operação dos disparadores de sobrecorrente com operação a tempo dependente com característica inversa devem ser verificadas de acordo com o estabelecido no item 7.2.1, do RTQ Anexo I. O ensaio deve ser feito na temperatura ambiente de (25 ± 3)°C.

Em disjuntores do tipo "ambiente compensado" o ensaio deve ser feito também nas temperaturas ambiente limites da faixa de atuação especificada. Um ensaio adicional a um valor de corrente sujeito a acordo entre fabricante e comprador deve ser feito para verificar se as características de tempo x corrente do disparador de abertura por sobrecorrente estão de acordo (dentro de tolerâncias especificadas) com as curvas apresentadas pelo fabricante. Para este ensaio o disjuntor deve ter seus polos ligados em série.

A.4. Ensaio de desempenho em sobrecarga

A.4.1 Este ensaio tem como objetivo verificar se o disjuntor apresenta desempenho satisfatório em condições de sobrecarga.

A.4.2 O disjuntor deve ser capaz de realizar o número de ciclos de operação especificado no item 6.4 do RTQ do Anexo I.

A.4.3 O circuito de ensaio deve atender as características elétricas indicadas na Tabela A.2.

Tabela A.2 - Características do circuito de ensaio para desempenho em sobrecarga

Características	Corrente alternada
Freqüência (Hz)	57-63
Corrente (A)	6 x Ic
Tensão (V)	1,05 x Vmáx.
Fator de potência	0,5 ± 0,05
Onde: Ic = corrente nominal da estrutura; Vmáx. = tensão máxima do disjuntor.	

A.4.4 A corrente presumida de curto-circuito no ponto de ligação dos terminais de linha do disjuntor deve ser pelo menos dez vezes o valor da corrente de ensaio, ou pelo menos 50 kA, qualquer que seja o mais baixo.

A.4.5 A resistência e a reatância do circuito de ensaio devem ser ajustáveis para satisfazer as condições específicas de ensaio. Os reatores devem ser do tipo com núcleo de ar. Eles devem sempre ser ligados em série com os resistores, e seu valor deve ser obtido por acoplamento em série de reatores individuais. Ligação paralela de reatores é permitida somente quando estes reatores tiveram praticamente a mesma constante de tempo. O reator com núcleo de ar em qualquer fase deve ter um resistor ligado em paralelo de valor de acordo com a equação:

$$R = \frac{167E}{I}$$

onde:

— E é a tensão entre os terminais do reator;
— I é a corrente de curto-circuito através do reator.

A.4.6 Deve existir um e somente um ponto do circuito de ensaio diretamente aterrado. Este ponto pode ser o ponto neutro no lado da carga ou da fonte ou qualquer outro ponto conveniente. Em qualquer caso o método de aterramento deverá ser declarado no relatório de ensaio.

A.5. Ensaio de elevação de temperatura

A.5.1 Condições gerais

O disjuntor sob ensaio deve ser montado aproximadamente como nas condições normais de serviço e deve ser protegido contra aquecimento ou resfriamento externos indevidos.

Disjuntores em invólucros e disjuntores para uso exclusivo em invólucros especiais devem ser ensaiados no seu próprio invólucro. Nenhuma abertura do invólucro será permitida.

A.5.2 Temperatura ambiente

Os ensaios de elevação de temperatura devem ser realizados em locais com temperatura ambiente entre 10°C e 40°C. A temperatura ambiente deve ser medida durante o quarto final do período de ensaio por meio de pelo menos dois termômetros ou termoelementos igualmente distribuídos ao redor do disjuntor a aproximadamente metade de sua altura e a uma distância de aproximadamente 1 m do mesmo. Os termômetros ou termoelementos devem ser protegidos contra correntes de ar e radiações térmicas.

A.5.3 Elevação de temperatura no disjuntor

A.5.3.1 Corrente de ensaio

Para o ensaio com c.a. monofásica o valor da corrente de ensaio não pode ser menor que o valor da corrente nominal do disjuntor.

Para os ensaios com correntes polifásicas, a corrente de ensaio deve ser equilibrada, em cada fase, entre ± 5%; a média destas correntes não pode ser menor que a corrente nominal do disjuntor.

A.5.3.2 Alimentação

Ensaios em disjuntores devem ser feitos com alimentação com uma frequência entre 57 Hz a 63 Hz.

A.5.3.3 Procedimentos de ensaios de elevação de temperatura

A.5.3.3.1 As ligações devem ser de fio de cobre com isolamento de PVC com seção de acordo com a Tabela A.9.

A.5.3.3.2 No caso de disjuntores multipolares, o ensaio pode ser realizado com uma corrente monofásica com todos os polos ligados em série, desde que os efeitos magnéticos sejam desprezíveis.

A.5.3.3.3 As ligações de ensaio devem ser ao ar livre e espaçadas da distância existente entre os terminais.

A.5.3.3.4 Para os ensaios monofásicos ou polifásicos, o comprimento mínimo da ligação do terminal do disjuntor a um outro terminal ou a fonte de alimentação deve ser de:

a) 1 m para seções até 35 mm2 inclusive; ou
b) 2 m para seções acima de 35 mm2.

A.5.4 Medição das temperaturas

Para as partes condutoras, a temperatura deve ser medida nas posições acessíveis mais próximas do ponto mais quente.

O ensaio deve durar um tempo suficiente para a estabilização da elevação da temperatura, porém não excedendo 8 h. Na prática esta condição é alcançada quando a variação da elevação de temperatura não exceder 1°C/h.

A.6. Durabilidade elétrica e mecânica

Os ensaios de durabilidade elétrica e mecânica devem ser realizados no mesmo disjuntor, mas a ordem segundo a qual estes ensaios devam ser realizados é opcional.

A.6.1 Ensaio de durabilidade mecânica

O número total de ciclos de operação e de ciclos de operação por minutos a serem realizados são os especificados na Tabela 5 do RTQ do Anexo I. Para garantir que o disjuntor feche em cada ciclo de operação, o mecanismo de abertura deve ser acionado pelo fechamento dos contatos principais. Caso contrário a contagem dos ciclos de operação deve ser realizada por meio de um dispositivo ligado em série com os contatos principais de todos os polos. Os disjuntores de operação manual devem ser operados como em uso normal.

A.6.2 Ensaios de durabilidade elétrica

O método de instalação deve estar de acordo com o estabelecido em A.5.3.

O número total de ciclos de operação e o número de ciclos de operação por minuto devem estar de acordo com a Tabela 5 do Anexo I. O disjuntor deve ser operado de modo a estabelecer ou interromper sua corrente nominal com tensão nominal e fator de potência 0,8 ± 0,1. Os ensaios devem ser feitos a uma frequência entre 57 Hz e 63 Hz. Os disjuntores operados manualmente devem ser operados como em uso normal.

A.7 Ensaio de interrupção

A.7.1 Condições de instalação para o ensaio

O disjuntor a ser ensaiado deve ser montado simulando as condições normais de serviço.

Se o disjuntor será utilizado em invólucros (caixa metálica), o ensaio deverá ser realizado no menor invólucro estabelecido pelo fabricante e os detalhes, incluindo as dimensões, devem ser descritos no relatório.

A.7.2 Ensaios padrões

Os ensaios padrões para verificação das capacidades de estabelecimento e interrupção consistem em uma sequência de operação de estabelecimento e interrupção, apropriada à categoria de desempenho em curto-circuito como especificado anteriormente. O intervalo de tempo t deve ser de 3 min ou igual ao tempo de rearme do disjuntor, qualquer que seja o mais longo. O valor verdadeiro de t deve ser declarado no relatório de ensaio. Os ensaios devem ser realizados com corrente igual ou maior do que a capacidade de interrupção em curto-circuito e da capacidade de estabelecimento em curto-circuito.

Nota: Atenção deve ser dada à necessidade de assegurar que os ensaios em disjuntores monopolares sejam feitos com corrente de estabelecimento com valores de cristas apropriados.

A.7.3 Frequência do circuito de ensaio

Os ensaios devem ser realizados à frequência de 60 Hz com a tolerância de ± 5%.

A.7.4 Circuito de ensaio

As Figuras C.1, C.2 e C.3, do Anexo C deste RAC mostram, respectivamente, os esquemas dos circuitos de ensaios usados relativos a:

a) disjuntor tripolar em sistema trifásico (Figura C.1);

b) disjuntor bipolar em sistema monofásico (Figura C.2);

c) disjuntor monopolar em sistema monofásico (Figura C.3).

Nota: Ensaios monofásicos em um polo de um disjuntor multipolar estão sujeitos a um acordo entre fabricante e usuário.

A resistência e a reatância do circuito de ensaio devem ser ajustáveis para satisfazer as condições especificadas do ensaio. Os reatores devem ser de núcleo de ar. Eles devem ser sempre ligados em série com os resistores R, e os seus valores devem ser obtidos pelo acoplamento em série de reatores individuais; ligação em paralelo dos reatores é permitida somente quando estes reatores tiverem praticamente a mesma constante de tempo.

Uma vez que as características da tensão de restabelecimento transitória dos circuitos de ensaio, incluindo reatores com núcleo de ar, não são representativas para as condições normais de serviço, devem ser ligados em paralelo com os reatores de núcleo de ar, em qualquer fase, resistores de valor de acordo com a equação:

$$R = \frac{167E}{I}$$

onde:

— E é a tensão entre terminais do reator;

— I é a corrente de curto-circuito através do reator.

Em cada circuito de ensaio (ver Figuras C.1, C.2 e C.3), do Anexo C deste RAC, resistores e reatores são inseridos entre a fonte alimentadora S e o disjuntor A sob ensaio. O circuito de ensaio deve estar de acordo com as Figuras C.1, C.2 ou C.3 a menos que um acordo especial tenha sido feito entre o fabricante e o usuário e os detalhes anotados no relatório de ensaio.

Deve existir somente um ponto do circuito de ensaio diretamente aterrado. Este ponto pode ser a ligação de curto-circuito do circuito de ensaio, o neutro da fonte ou qualquer outro ponto conveniente. Em qualquer caso o método de aterramento deve constar no relatório de ensaio.

Todas as partes do disjuntor normalmente aterradas em serviço, inclusive o seu invólucro, devem ser isoladas da terra e ligadas a um ponto, conforme indicado nas Figuras C.1, C.2 e C.3. Esta ligação deve incluir um dispositivo confiável D (tal como um fusível constituído de um fio de cobre 0,1 mm de diâmetro e não menor de 50 mm de comprimento), para a detecção de uma corrente de falta e, se necessário, um resistor para limitar a corrente de falta presumida para cerca de 100 A. Qualquer neutro artificial deve ser substancialmente indutivo e permitir uma corrente de falta presumida de pelo menos 100 A.

As unidades O1 do oscilógrafo são ligadas, no lado curto-circuitado, em série com cada polo do disjuntor. A unidade O2 do oscilógrafo pode ser ligada entre os terminais do lado de linha do disjuntor sob ensaio. A unidade O3 do oscilógrafo é ligada entre os terminais de cada polo. A menos que exista alguma outra declaração no relatório de ensaio, a resistência dos circuitos de medição deve ter ao menos 20 /V por volts da tensão de restabelecimento à frequência nominal.

A.7.5 Fator de potência

A.7.5.1 Fator de potência do circuito de ensaio

O fator de potência de cada fase do circuito de ensaio, pode ser determinado de acordo com o método indicado no Anexo B deste RAC. O fator de potência de um circuito polifásico é considerado como valor médio dos fatores de potência de cada fase. O fator de potência deve estar de acordo com a Tabela 1 do RTQ Anexo I. O valor médio do fator de potência do circuito de ensaio deve constar no relatório de ensaio. As diferenças entre o valor médio e os valores dos fatores de potência das diferentes fases não podem ser superiores a 25% do valor médio.

A.7.6 Tensão de restabelecimento à frequência nominal

Para ensaio da capacidade de interrupção, a média dos valores das tensões de restabelecimento à frequência nominal deve ser igual ao valor correspondente a 110% da tensão nominal do disjuntor sob ensaio, observando o exposto no item 5.1 do RTQ Anexo I.

Nota: Isto pode requerer que a tensão aplicada seja incrementada, mas o valor de crista da corrente de estabelecimento presumida não pode ser excedido sem consentimento do fabricante.

A.7.7 Tolerâncias

As tolerâncias admitidas para os ensaios de interrupção e de estabelecimento em curto-circuito são as seguintes:

a) correntes: + 5%;

b) tensão: ± 5%;

c) fator de potência: - 0,05.

A.7.8 Procedimento do ensaio

A.7.8.1 Calibração do circuito de ensaio

O disjuntor A sob ensaio é substituído pelas ligações temporárias B de impedância desprezível comparada ao circuito de ensaio. Os resistores R e os reatores L devem ser ajustados de modo a obter, com a tensão de ensaio, uma corrente de valor igual à capacidade de interrupção nominal em curto-circuito no instante da separação dos contatos de arco, com fator de potência conforme indicado em A.7.5.1. O circuito de ensaio deve ser energizado simultaneamente em todos os polos e a curva de corrente deve ser registrada com o oscilógrafo O1, durante pelo menos 1 s.

A.7.8.2 Desempenho do ensaio

As ligações provisórias B devem ser substituídas pelo disjuntor sob ensaio. A sequência de ensaio deve estar de acordo com a seção 10. Após a extinção do arco, a tensão de restabelecimento deve ser mantida por um período não inferior a 0,1 s.

A.7.8.3 Determinação da tensão aplicada e da tensão de restabelecimento de frequência nominal

A tensão aplicada e a tensão de restabelecimento de frequência nominal devem ser determinadas a partir dos oscilogramas correspondentes como indicado na Figura C.4. As diferenças entre o valor em cada fase não podem exceder 5% do valor médio.

A.7.8.4 Determinação da corrente de interrupção presumida

Esta determinação deve ser feita comparando-se os oscilogramas de corrente obtidos durante a calibração inicial do circuito com os obtidos durante o ensaio de interrupção do disjuntor. A componente alternada da corrente presumida de interrupção deve ser considerada como sendo igual ao valor eficaz da componente alternada da corrente de calibração no instante da separação dos contatos (valor correspondente a A1 ou A2 da Figura C.4). A corrente de todas as fases, e a corrente presumida em qualquer fase não pode diferir da média em mais de 10%.

A.7.8.5 Determinação do valor de crista da corrente de estabelecimento presumida

O valor de crista da corrente de estabelecimento presumida deve ser determinado a partir dos oscilogramas de calibração e deve ser considerado como sendo igual a A3. No caso de um ensaio trifásico, deve ser considerado como o maior dos três valores de A3 obtidos a partir dos oscilogramas da Figura C.4.

Nota: Para ensaios em disjuntores monopolares deve ser observado o fato de que o valor de crista da corrente de estabelecimento presumida determinado a partir dos oscilogramas de calibração pode diferir do valor de crista da corrente de estabelecimento presumida correspondente ao ensaio, dependendo do instante do estabelecimento.

A.7.9 Desempenho do disjuntor durante os ensaios de estabelecimento e de interrupção

Durante os ensaios dentro dos limites das capacidades de estabelecimento e de interrupção especificados e de acordo com a sequência de operação especificada em A.7.2 (ver Tabela 2 do RTQ Anexo I), o disjuntor não pode mostrar sinais excessivos de desgaste nem colocar em perigo o operador. Durante os ensaios não podem existir arco permanente, descarga entre polos ou entre polos e a estrutura, nem fusão do dispositivo fusível do circuito de aterramento (ver A.7.4).

A.7.10 Condição do disjuntor após os ensaios de estabelecimento e interrupção

Após o ensaio, o disjuntor deve ser capaz, sem manutenção, de suportar uma tensão igual a 2 vezes sua tensão de isolamento nominal e de estabelecer e interromper sua corrente nominal com tensão nominal. As partes mecânicas e os isoladores do disjuntor devem estar substancialmente nas mesmas condições que as anteriores ao ensaio. A operação de disparadores de sobrecorrente projetados para prover proteção contra sobrecarga deve ser verificada com 2,5 vezes o valor da sua corrente de ajuste. Este ensaio pode ser feito a uma tensão reduzida de ajuste, com cada polo do disjuntor ensaiado em separado.

A.7.10.1 Disjuntores de categoria de desempenho P-1

A.7.10.1.1 Um ensaio de elevação de temperatura deve ser realizado com corrente igual à corrente nominal do disjuntor, ou ao máximo valor de corrente que o disjuntor pode conduzir continuamente se o disjuntor abrir com sua corrente nominal, para verificar se os contatos são capazes de suportar esta corrente sem um sensível aumento de temperatura que possa causar danos aos materiais isolantes adjacentes.

Notas:

1: Se o disjuntor abrir com sua corrente nominal, o ensaio deve ser realizado com o máximo valor de corrente que não acione os disparadores série, e este fato deve ser registrado no relatório de ensaio.

2: Este ensaio não pretende calcular a corrente permitida para serviço posterior, mas somente pretende assegurar que não ocorrerão aumentos excessivos de temperatura.

A.7.10.1.2 Quando os disparadores de sobrecorrente forem ensaiados com 2,5 vezes o valor de sua corrente de ajuste, o tempo de operação não poderá exceder o tempo máximo, declarado pelo fabricante, correspondente ao dobro do valor da corrente de ajuste.

A.7.10.2 Disjuntores de categoria de desempenho P-2

A.7.10.2.1 O disjuntor deve, sem manutenção, ser capaz de suportar sua corrente nominal.

Quando existir dúvida com relação à capacidade dos contatos de satisfazer a este requisito, deve ser realizado um ensaio de elevação de temperatura com sua corrente nominal. Neste caso, a elevação de temperatura não pode causar nenhum dano aos materiais isolantes.

A.7.10.2.2 Quando disparadores de sobrecorrente forem ensaiados com 2,5 vezes sua corrente de ajuste, o tempo de operação deverá manter-se dentro das tolerâncias estabelecidas pelo fabricante.

A.8. Ensaio de tensão suportável à frequência industrial

A.8.1 Condição do disjuntor para ensaio

Os ensaios de tensão suportável à frequência industrial devem ser realizados em um disjuntor montado de acordo com as condições usuais de serviço, incluindo a fiação interna. Quando a base do disjuntor for de material isolante, suportes metálicos devem ser colocados em todos os pontos de fixação, de acordo com as condições normais de instalação do disjuntor, e devem ser considerados como partes da estrutura do disjuntor. O disjuntor deve ser coberto por uma folha metálica ligada à estrutura. Se os manipuladores de operação forem metálicos, estes devem ser ligados à estrutura; se forem de material isolante, devem ser cobertos por uma folha metálica ligada à estrutura. Quando a rigidez dielétrica do disjuntor depender do tipo de ligação ou de uso de isolamento especial, tais condições devem ser obedecidas nos ensaios.

A.8.2 Circuito principal

A tensão de ensaio deve ser aplicada durante 1 min em cada uma das seguintes condições:

a) com os contatos principais fechados,

- entre todas as partes vivas de todos os polos ligadas entre si e à estrutura do disjuntor;

- entre cada polo e os demais ligados à estrutura do disjuntor;

b) com os contatos principais abertos,

- entre todas as partes vivas de todos os polos ligados entre si e à estrutura do disjuntor;

- entre os terminais de um mesmo lado ligados entre si e os terminais do outro lado também ligados entre si.

A.8.3 Valor da tensão de ensaio

A tensão do ensaio deve ter uma forma de onda praticamente senoidal, e uma frequência entre 57 Hz e 63 Hz. A fonte de tensão do ensaio deve ser capaz de suprir uma corrente de curto-circuito de pelo menos 0,5 A. A tensão de ensaio deve

ser aplicada durante 1 min, a seco. O valor de tensão do ensaio deve ser de acordo com a Tabela 4 do RTQ do Anexo I.

A.9. Procedimentos de rotina

A.9.1 Operação mecânica

Durante o ensaio nenhum ajuste deve ser feito e a operação deve ser satisfatória. O seguinte ensaio deve ser realizado nos disjuntores de categoria P-2 e, quando aplicável, nos disjuntores de categoria P-1.

A.9.1.1 Em disjuntores operados manualmente, devem ser realizadas cinco operações de fechamento e cinco operações de abertura.

A.9.2 Calibração

Deve ser realizada para verificação da calibração dos disparadores de sobrecorrente a uma temperatura ambiente de (25 ± 3)°C. Em disparadores de sobrecorrente deve ser avaliado com uma corrente igual a 200% da corrente de ajuste de cada unidade, para verificar se o tempo de abertura está de acordo (dentro da tolerância) com as curvas fornecidas pelo fabricante.

A.9.3 Resistência dielétrica

Deve ser avaliada em disjuntores limpos e secos. O valor da tensão deve estar de acordo com A.8.3 e Tabela 4 do RTQ do Anexo I. A duração do ensaio pode ser reduzida para 1 s. A tensão de ensaio deve ser aplicada como segue:

a) entre polos, com disjuntor fechado, para disjuntores polifásicos;

b) entre os polos e a estrutura, com o disjuntor fechado;

c) entre os terminais de cada polo, com o disjuntor aberto.

Não é necessário usar uma folha metálica conforme especificado em A.8.1.

ANEXO B - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE POTÊNCIA E DA CONSTANTE DE TEMPO DURANTE UM CURTO-CIRCUITO

Não há método pelo qual o fator de potência ou a constante de tempo, durante um curto-circuito, possam ser determinados com precisão, mas a determinação do fator de potência ou da constante de tempo pode ser efetuada por um dos seguintes métodos.

B.1 Determinação do fator de potência a partir da componente contínua

O ângulo pode ser determinado a partir da componente contínua de curva de corrente assimétrica entre o instante do início do curto-circuito e o instante da separação dos contatos como se segue:

B.1.1 Determinação de L/R

A equação para a componente contínua é:

id = ido e-Rt/L

onde:

id é o valor da componente contínua no instante t;

ido é o valor da componente contínua no instante tomado como tempo zero; L/R é a constante de tempo do circuito, em segundos;

t é o tempo, em segundos, entre o instante inicial e o instante correspondente ao valor id; e é a base do logaritmo Neperiano.

A constante de tempo L/R pode ser obtida da equação anterior da seguinte maneira:

a) medir o valor de ido no instante do início do curto-circuito e o valor de id em um outro instante t antes da separação dos contatos;

b) determinar o valor de e-Rt/L dividindo id por ido;

c) de uma Tabela de valores de e-x determinar o valor de -x correspondente à relação id /ido;

d) o valor de x obtido representa Rt/L, a partir do qual L/R será obtido.

B.1.2 Determinação do ângulo Ø

O ângulo Ø é determinado a partir da equação:

Ø = arctan w L/R

onde:

w = 2 f, f é a freqüência real;

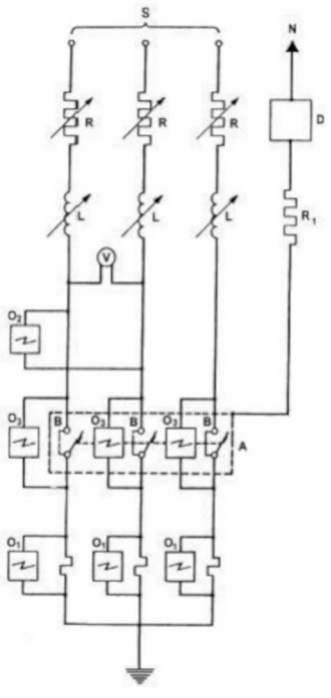
L/R é a constante de tempo do circuito, em segundos.

Este método não pode ser usado quando a corrente for medida através de transformadores de corrente, exceto se as precauções necessárias forem tomadas para eliminar erros devidos a:

a) constante de tempo do transformador e sua carga em relação à do circuito primário;

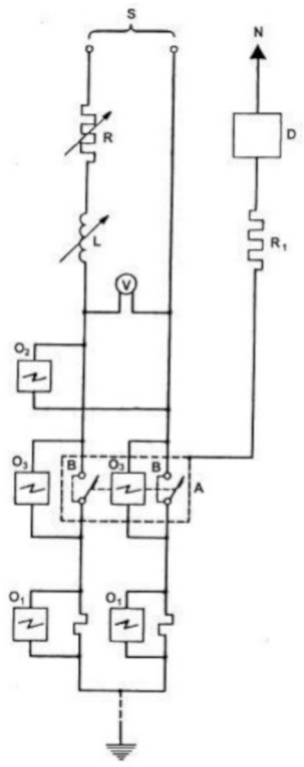
b) saturação do núcleo, que pode ocorrer devido a condições transitórias do fluxo, combinada com possível remanência.

ANEXO C - -FIGURAS



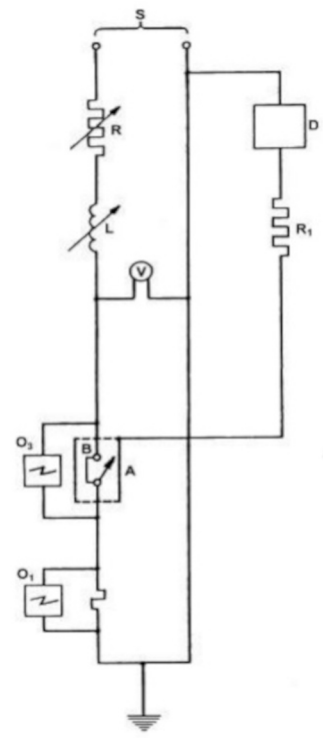
Legenda:
S - fonte
R - resistências ajustáveis
L - reatores ajustáveis
A - disjuntor sob ensaio
B - ligação temporária para calibração
V - voltímetro
O1 - oscilógrafo registrador de corrente
O2 e O3 - oscilógrafo registrador de tensão D - dispositivo destinado a detectar corrente de falta
R1 - resistência que limita a corrente de falta
N - ligar ao neutro da fonte ou ao neutro artificial
Nota: O2 é opcional (ver A.7.4 do RTQ Anexo I).

Figura C.1 - Diagrama do circuito de ensaio para verificação das capacidades de interrupção e de estabelecimento de disjuntores tripolares ensaiados em corrente trifásica.



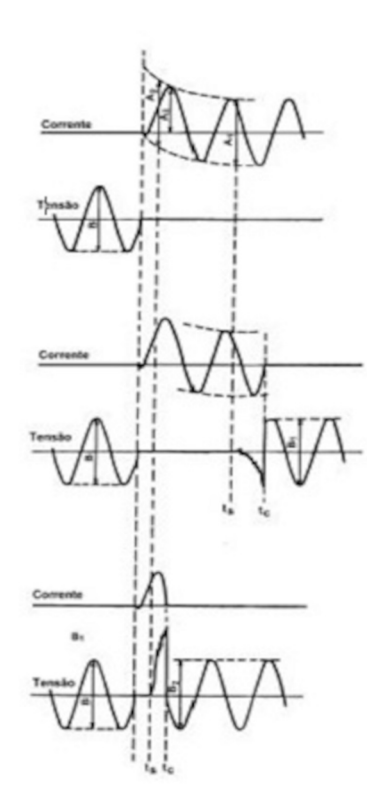
Legenda:
S - fonte
R - resistência ajustável
L - reator ajustável
A - disjuntor sob ensaio
B - ligação temporária para calibração
V - voltímetro
O1 - oscilógrafo registrador de corrente
O2 e O3 - oscilógrafo registrador de tensão D - dispositivo destinado a detectar corrente de falta
R1 - resistência que limita a corrente de falta
N - ligar ao neutro da fonte ou ao neutro artificial
Nota: O2 é opcional (ver A.7.4 do RTQ Anexo I).

Figura C.2 - Diagrama do circuito de ensaio para verificação das capacidades de interrupção e de estabelecimento de disjuntores bipolares ensaiados em corrente alternada monofásica.



Legenda:
S - fonte
R - resistência ajustável
L - reator ajustável
A - disjuntor sob ensaio
B - ligação temporária para calibração
V - voltímetro
O1 - oscilógrafo registrador de corrente
O3 - oscilógrafo registrador de tensão D - dispositivo destinado a detectar corrente de falta
R1 - resistência que limita a corrente de falta

Figura C.3 - Diagrama do circuito de ensaio para verificação das capacidades de interrupção e de estabelecimento de disjuntores monopolares ensaiados em corrente alternada monofásica.



- Valor de crista da corrente de estabelecimento presumida = A_3
- Valor simétrico da corrente de interrupção presumida:

$\frac{A_3}{2\sqrt{2}}$ ou $\frac{A_3}{2\sqrt{2}}$

Figura C.4a - Calibração do circuito

- Capacidade de estabelecimento em curto-circuito: corrente I (crista) = A_3 para uma tensão V (eficaz)

$\frac{B}{2\sqrt{2}}$

- Capacidade de interrupção em curto-circuito: tensão corrente I (eficaz) =

$\frac{A_3}{2\sqrt{2}}$

para uma
tensão V (eficaz) =

$\frac{B_3}{2\sqrt{2}}$

Figura C.4b - Oscilograma correspondente a uma interrupção após a corrente ter atingido o seu valor de crista

- Capacidade de estabelecimento em curto-circuito: corrente I (crista) = A_3 para uma tensão V (eficaz)

$\frac{B}{2\sqrt{2}}$

- Capacidade de interrupção em curto-circuito: corrente I (eficaz) =

$\frac{A_3}{2\sqrt{2}}$

para uma
tensão V (eficaz) =

$\frac{B_3}{2\sqrt{2}}$

Figura C.4c - Oscilograma correspondente a uma interrupção antes que a corrente atinja o seu valor de crista.

Figura C.4 - Verificação da capacidade de interrupção e de estabelecimento em curto-circuito em corrente alternada.

ANEXO V

SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

1. O fornecedor deve apor o Selo de Identificação da Conformidade no produto e na embalagem primária do mesmo, quando houver, conforme descrito a seguir.

1.1 Selo de Identificação da Conformidade na embalagem

1.1.1 Na embalagem, o Selo pode ser impresso ou pode ser usada uma etiqueta, com características de indelebilidade, desde que obedeça às dimensões definidas, podendo-se optar por uma das versões do "Selo completo" estabelecidas no Modelo 1 da Figura 1.

1.1.2 Em embalagens individuais de produtos, deve-se utilizar o modelo de Selo completo. Porém, nos casos em que não houver espaço na embalagem para aplicação do Selo completo ou nos casos em que a aplicação se dê pela impressão direta na embalagem, será admitida a utilização do Selo compacto com a impressão da palavra "Segurança", respeitando-se a dimensão mínima do Selo, de 11 mm de largura.

1.1.3 Em embalagens coletivas de produtos, utilizadas para empacotar as embalagens individuais já adequadamente identificadas, embora deva ser preferencialmente utilizado o Selo "uma cor" (Modelo 1 da Figura 1) ou o "Selo compacto" (Modelo 2 da Figura 1), ou a aplicação de uma frase mencionando "esta embalagem contém produtos certificados".

Figura 1 – Selo de Identificação da Conformidade



1.2 Selo de Identificação da Conformidade no Produto

1.2.1 O Selo a ser aplicado no produto é o da Figura 1. Caso o Selo, quando estampado ou inserido no produto, não caiba na parte frontal, pode ser aposto nas outras partes do disjuntor.

1.2.2 Será admitida no produto a utilização do selo "compacto" com dimensão mínima menor que 11 mm sendo respeitadas as devidas proporções.

1.2.3 Consideradas as demais condições estabelecidas em 1.2, exclusivamente para os disjuntores certificados até a data de vigência deste Regulamento, poderá ser mantido o layout da Figura 2 a seguir, somente para a aplicação do Selo no produto.

Figura 2 - Selo de Identificação da Conformidade para disjuntores certificados até a data de vigência deste Regulamento

1.3 Classificação quanto ao nível de proteção

1.3.1 Nível de proteção

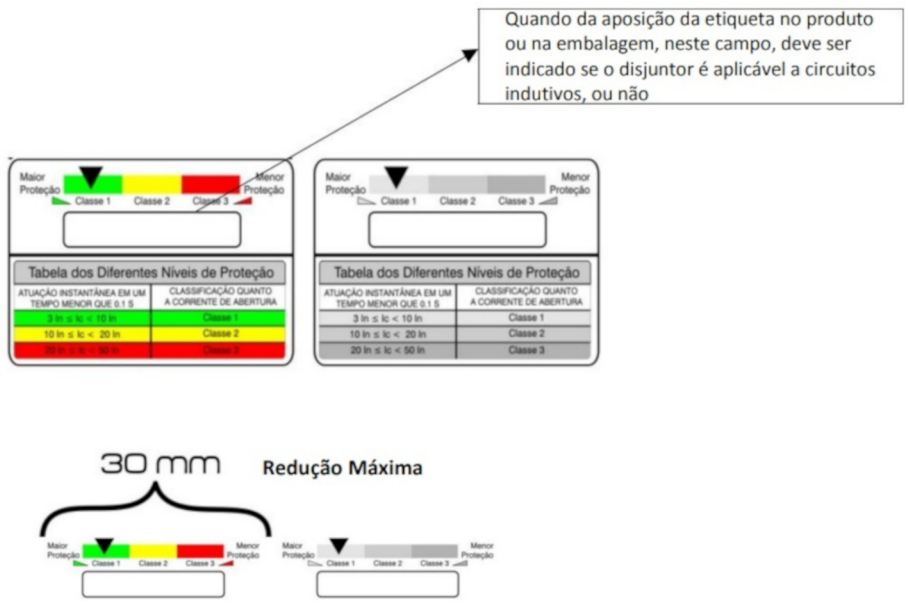
A classificação quanto ao nível de proteção é dada com base na corrente de disparo (Ic) em relação à corrente nominal (In) do disjuntor em um tempo inferior a 0,1 segundos, conforme Tabela abaixo:

Tabela dos Diferentes Níveis de Proteção	
ATUAÇÃO INSTANTÂNEA EM UM TEMPO MENOR QUE 0.1 S	CLASSIFICAÇÃO QUANTO A CORRENTE DE ABERTURA
3 In ≤ Ic < 10 In	Classe 1
10 In ≤ Ic < 20 In	Classe 2
20 In ≤ Ic < 50 In	Classe 3

1.3.2 Etiqueta

Os disjuntores deverão ostentar a etiqueta indicativa da classificação do mesmo, de acordo com a Tabela acima mencionada.

Figura 3 - Etiqueta indicativa da classificação do disjuntor



Na etiqueta deverá constar se o disjuntor se aplica para circuitos indutivos (partida de motores).

1.3.3 Disposição do Selo de Identificação da Conformidade e da etiqueta

1.3.3.1 No produto



1.3.3.1.1 No produto (com novo Selo)



1.3.3.2 Na embalagem



1.3.3.2.1 Na embalagem (com novo Selo)



(*) Republicada por ter saído com incorreções no original publicado no Diário Oficial da União n° 62, de 31 de março de 2022, Seção 1, pág 74.

PORTARIA Nº 295, DE 11 DE JULHO DE 2022

Renovação de bolsa na modalidade Encomenda do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia do Inmetro (Pronametro).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - Inmetro, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e no inciso V do artigo 18, da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, com a redação alterada pelos Decretos nº 7.938, de 19 de fevereiro de 2013, e 8.671, de 16 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Portaria Inmetro nº 174, de 28 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 03 de julho de 2017, seção nº 01, páginas nº 40 e 41, que estabelece as normas gerais do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Pronametro), e considerando o que consta no processo SEI nº 0052600.001175/2021-10; resolve:

Art. 1º Tornar pública a renovação de 01 (uma) bolsa concedida por Encomenda, em consonância com os critérios descritos na Portaria Inmetro nº 244, de 01 de junho de 2021, publicada no DOU de 14/06/2021, seção nº 01, página nº 17, por um período de 12 (doze) meses, a contar de 01/07/2022, conforme quadro abaixo:

Nome do Bolsista	Nível da Bolsa	Unidade Responsável
Francisco José Mello de Carvalho	DCT-3ª 100%	Dimel

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2022.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Inmetro nº 62, de 17 de fevereiro de 2022, publicada no DOU de 24 de fevereiro de 2022, seção 1, páginas 71 a 76:

1) No item 6.1.1.4.1.2 do Anexo II, Tabela 4, na coluna Procedimento de ensaio e os critérios de aceitação,

Onde se lê:

"Cálculo com base no ensaio de Potência da Lâmpada e Fluxo Luminoso, conforme IESNA LM-79-08";

Leia-se:

"Cálculo com base no ensaio de Potência da Luminária e Fluxo Luminoso, conforme IESNA LM-79-08".

2) No item 6.1.1.4.2.3 do Anexo II, alínea "e",

Onde se lê:

"e) Para luminárias que utilizam tecnologia LED, nos ensaios de eficiência energética realizados com 3 (três) corpos de prova, devem ser utilizados os seguintes critérios de aceitação: - A média aritmética obtida entre os 3 (três) corpos de prova ensaiados, quando pertinente, deve estar de acordo com os limites estabelecidos pelo RTQ ou base normativa. - A classificação da distribuição e do controle de distribuição luminosa devem corresponder à categoria obtida pela maioria das unidades";

Leia-se:

"e) Para luminárias que utilizam tecnologia LED, nos ensaios de eficiência energética realizados com 3 (três) corpos de prova, devem ser utilizados os seguintes critérios de aceitação: - A média aritmética obtida entre os 3 (três) corpos de prova ensaiados, quando pertinente, deve estar de acordo com os limites estabelecidos pelo RTQ ou base normativa. - A classificação da distribuição e do controle de distribuição luminosa devem corresponder à categoria obtida pela maioria das unidades.

Nota: No caso da classificação da distribuição, o resultado a ser encontrado na maioria das unidades deve ser o conjunto das duas distribuições avaliadas (Longitudinal e Transversal), ou seja, elas não devem ser consideradas separadamente.".

3) No item 6.1.2.2.1 do Anexo II, Tabelas 7 e 8,

Onde se lê:

"Tabela 7 - Grupo 1 (ênfase em segurança) de ensaios de manutenção para Luminárias com tecnologia LED

Item do RTQ	Ensaios, medições e inspeções	Ano 1	Ano 2	Ano 3
5	Marcação	x	x	x
4.1.1	Condições de operação	x	x	x
4.1.2	Acondicionamento	x	x	x
4.1.9	Interferência eletromagnética e radiofrequência	x		
4.1.7	Corrente de fuga		x	
4.1.8	Proteção contra choque-elétrico		x	
4.1.11	Resistência ao torque dos parafusos e conexões			x
4.1.3	Fiação interna e externa	x	x	x
4.1.4	Tomada para relé fotoelétrico (quando aplicável)	x	x	x
4.1.5	Grau de proteção	x	x	x
4.1.6	Rigidez dielétrica		x	
4.1.6	Resistência de isolamento		x	
4.1.12	Resistência à força do vento		x	
4.1.13	Resistência à vibração		x	
4.1.10	Proteção contra impactos mecânicos externos		x	
4.2.12	Resistência à radiação ultravioleta (UV)		x	

Tabela 8 - Grupo 2 (ênfase em eficiência energética) de ensaios de manutenção para luminárias com tecnologia LED

Item do RTQ	Ensaios, medições e inspeções	Ano 1	Ano 2	Ano 3
4.2.1	Potência	x	x	x
4.2.2	Fator de Potência	x	x	x
4.2.3	Tensão e corrente de saída		x	
4.2.4	Corrente de alimentação		x	
4.2.4	Limite de Harmônicas		x	
4.2.5	Eficiência Energética	x	x	x
4.2.6	Temperatura de cor correlata (TCC)	x	x	x
4.2.7	Índice de reprodução de cor (IRC)	x	x	x
4.2.10	Classificação da distribuição			x
4.2.11	Classificação do controle de distribuição luminosa (CDL)	x	x	x
4.2.8	Manutenção do fluxo luminoso da luminária			x
4.2.9	Durabilidade do dispositivo de controle incorporado			

Leia-se:

"Tabela 7 - Grupo 1 (ênfase em segurança) de ensaios de manutenção para Luminárias com tecnologia LED

Item do RTQ	Ensaios, medições e inspeções	Ano 1	Ano 2	Ano 3
5	Marcação	x	x	x
4.1.1	Condições de operação	x	x	x
4.1.2	Acondicionamento	x	x	x
4.1.9	Interferência eletromagnética e radiofrequência	x		
4.1.7	Corrente de fuga		x	
4.1.8	Proteção contra choque-elétrico		x	
4.1.11	Resistência ao torque dos parafusos e conexões			x
4.1.3	Fiação interna e externa	x	x	x
4.1.4	Tomada para relé fotoelétrico (quando aplicável)	x	x	x
4.1.5	Grau de proteção	x	x	x
4.1.6	Rigidez dielétrica		x	
4.1.6	Resistência de isolamento		x	
4.1.12	Resistência à força do vento		x	
4.1.13	Resistência à vibração		x	
4.1.10	Proteção contra impactos mecânicos externos	x	x	x
4.2.12	Resistência à radiação ultravioleta (UV)		x	

Tabela 8 - Grupo 2 (ênfase em eficiência energética) de ensaios de manutenção para luminárias com tecnologia LED

Item do RTQ	Ensaios, medições e inspeções	Ano 1	Ano 2	Ano 3
4.2.1	Potência	x	x	x
4.2.2	Fator de Potência	x	x	x
4.2.3	Tensão e corrente de saída		x	
4.2.4	Corrente de alimentação		x	
4.2.4	Limite de Harmônicas		x	
4.2.5	Eficiência Energética	x	x	x
4.2.6	Temperatura de cor correlata (TCC)	x	x	x
4.2.7	Índice de reprodução de cor (IRC)	x	x	x
4.2.10	Classificação da distribuição	x	x	x
4.2.11	Classificação do controle de distribuição luminosa (CDL)	x	x	x
4.2.8	Manutenção do fluxo luminoso da luminária			x
4.2.9	Durabilidade do dispositivo de controle incorporado			x

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Inmetro nº 110, de 23 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 25 de março de 2022, páginas 98 a 100, seção 1:

1)No Anexo I - Requisitos de Avaliação da Confirmadade para Componentes Automotivos - Baixo Volume,

Onde se lê:

"6.1.1.3 O Fornecedor deve solicitar ao laboratório de ensaio uma declaração da conformidade ao(s) ensaio(s) previstos no Anexo Específico do produto em sua respectiva Portaria Consolidada.

6.1.1.4 O Relatório de Ensaio deve identificar claramente o valor medido, a incerteza de medição, identificando expressamente o atendimento ou não às especificações da base normativa ou suas partes ("conforme" ou "não conforme"), registrando a regra de decisão utilizada, bem como demais requisitos estabelecidos na ABNT NBR ISO 17025.

6.1.1.5 Deve constar no corpo do relatório de ensaio: a identificação completa do modelo - marca(s), designação comercial do modelo e descrição técnica, nº de série/lote ou data de fabricação do produto, de forma que o relatório de ensaio esteja claramente rastreado à amostra.

6.1.1.6 O laboratório é responsável por avaliar se os dados constantes na especificação do produto ou no memorial descritivo estão em conformidade com a identificação técnica do modelo no relatório de ensaio apresentado.

6.1.1.7 O Fornecedor é responsável por selecionar, lacrar e enviar as amostras do produto ao laboratório de ensaio selecionado de acordo com este RAC. Devem ser amostradas quantidades de unidades do produto suficientes para a realização de todos os ensaios."

Leia-se:

"6.1.1.3 O Relatório de Ensaio deve identificar de forma clara o valor medido.

6.1.1.4 Deve constar no corpo do relatório de ensaio a identificação completa do produto testado.

6.1.1.5 O laboratório é responsável por avaliar se os dados constantes na especificação do produto ou no memorial descritivo estão em conformidade com a identificação técnica do modelo no relatório de ensaio apresentado.

6.1.1.6 O Fornecedor é responsável por selecionar e enviar as amostras do produto ao laboratório de ensaio selecionado de acordo com este RAC. Devem ser amostradas quantidades de unidades do produto suficientes para a realização de todos os ensaios."

2) No item 6.1.3.1,

Onde se lê:

"6.1.3.1 O Fornecedor deve adotar Laboratório de 1ª ou 3ª parte, nacional ou estrangeiro, acreditado pelo Inmetro/Cgcre ou signatário dos acordos de reconhecimento mútuo ILAC ou IAAC."

Leia-se:

"6.1.3.1 O Fornecedor deve adotar Laboratório de 1ª ou 3ª parte, nacional ou estrangeiro."

RETIFICAÇÃO

No parágrafo 7º do Art. 3º da Portaria Inmetro nº 145, de 28 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de março de 2022, páginas 96 a 119, seção 1,

Onde se lê:"VIII - amortecedores destinados a veículos da categoria L, conforme descrição contida na norma ABNT NBT 13776:2021";

Leia-se: VIII - amortecedores e demais componentes automotivos contidos nos Anexos Específicos de A a G, destinados a veículos da categoria L, conforme descrição contida na norma ABNT NBT 13776:2021."

No Anexo específico C, Tabela 1, na coluna Critérios de Aceitação,

Onde se lê: "item 3.3.1 da ABNT NBR 7014:2017";

Leia-se: "item 3.3.1 da ABNT NBR 7014:2017, com variação máxima de 20% em relação ao valor inicial".

Na tabela 2, Anexo J,

Onde se lê: "A dilatação não pode exceder 3% na temperatura de 200°C após 60 min de exposição a esta temperatura, e o crescimento não pode exceder 1,5% em temperatura ambiente.";

Leia-se: "Dilatação e crescimento não podem exceder o limite de 5,5%."

Na tabela 4 do Anexo J, na coluna Ensaio,

Onde se lê: "Compressibilidade a quente, item 9.4 da ABNT NBR ISO 6310:2016";

Leia-se: "Compressibilidade a temperatura ambiente, item 9.2 da ABNT NBR ISO 6310:2016".

Na tabela 4 do Anexo J, na coluna Critério de aceitação,

Onde se lê: "A compressibilidade das pastilhas, não pode exceder 3% da espessura inicial em temperatura a quente (400 ± 10) °C";

Leia-se: "A compressibilidade das pastilhas não pode exceder 2% da espessura inicial em temperatura ambiente (23 ± 5) °C."

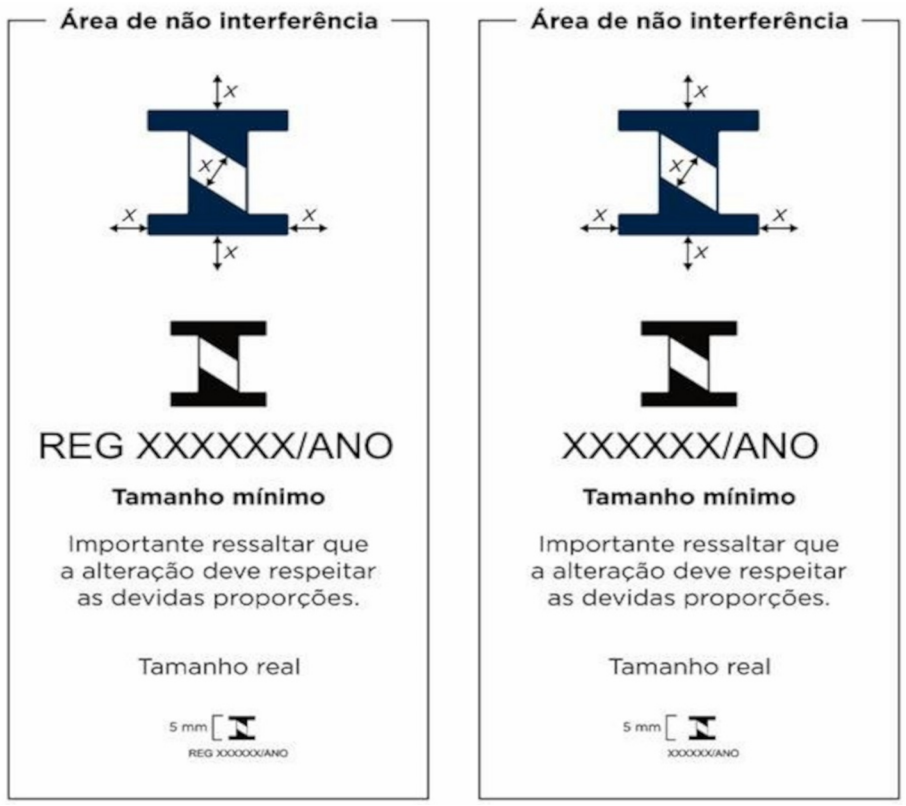
Nos Anexos H, I e J,

Onde se lê: "ANEXO H", "ANEXO I" e "ANEXO J";

Leia-se: "ANEXO ESPECÍFICO H", "ANEXO ESPECÍFICO I" E "ANEXO ESPECÍFICO J".

No Anexo V, da referida portaria, onde se lê:

"Figura A



";

Leia-se:

"Figura A

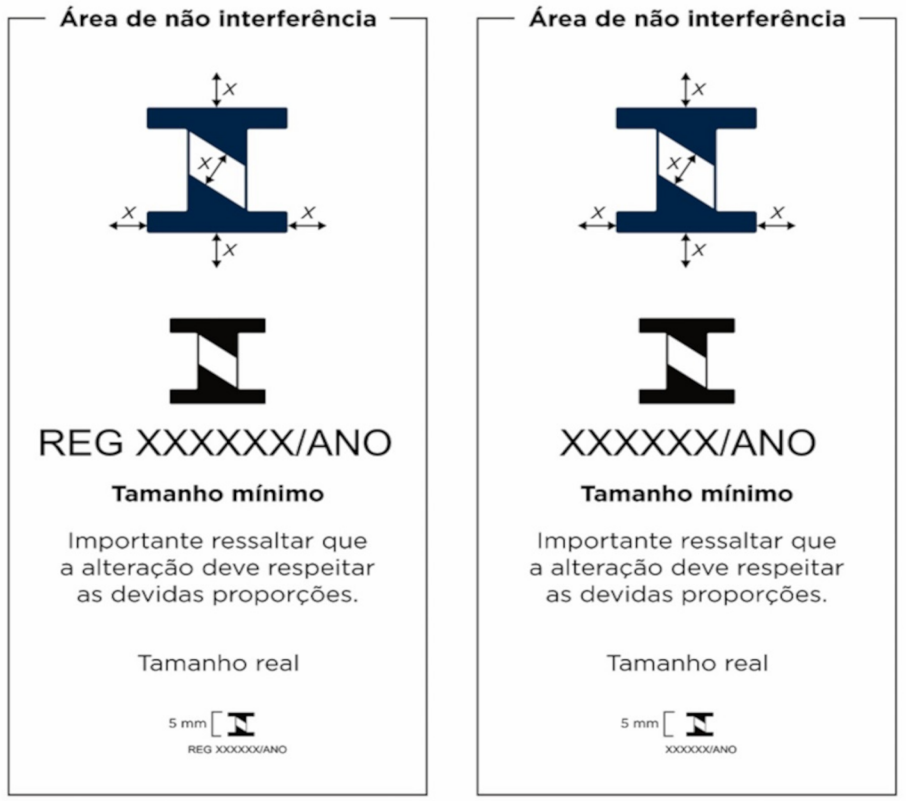


Figura AA



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

INSTRUÇÃO NORMATIVA SUPERINTENDENTE/SUSEP Nº 2, DE 29 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre os procedimentos para concessão de diárias e passagens aos servidores e empregados, no desempenho de suas funções, no âmbito da Susep, bem como, aos colaboradores eventuais.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos V e VIII do art. 45 do Regimento Interno de que trata a Resolução CNSP nº 428, de 12 de novembro de 2021, e com base no Decreto nº 91.800, de 18 de outubro de 1985, no Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, no Decreto nº 6.907, de 21 de julho de 2009, no Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022 e o que consta do Processo SEI nº 15414.605183/2020-11, resolve:

Art. 1º A concessão de diárias e a emissão de passagens aos servidores e empregados, no desempenho de suas funções no âmbito da Susep, bem como, aos colaboradores eventuais, devem obedecer aos procedimentos previstos nesta instrução normativa, observada a legislação em vigor.

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para fins desta instrução normativa, considera-se:

I - Proposto: é a pessoa que realiza viagem a serviço no interesse da Administração Pública, podendo este ser:

a) Servidor: a pessoa legalmente investida em cargo público de provimento efetivo e/ou cargo em comissão em exercício na Susep;

b) Empregado: profissional que passa a integrar o quadro funcional da Susep, com base em Acordo de Cooperação Técnica, movimentado exclusivamente para o exercício de funções compatíveis com as atividades praticadas na sua instituição de origem; ou

c) Colaborador Eventual: qualquer outra pessoa que, sem vínculo com o serviço público federal, seja convidada a prestar colaboração, em caráter excepcional;

II - Gestor Setorial é o responsável por orientar os servidores da Autarquia no processo de concessão de diárias e passagens, na aplicação da legislação pertinente, na boa articulação entre os usuários envolvidos, na disseminação das informações e na capacitação de todos os usuários no âmbito da Susep;

III - Proposta de Concessão de Diárias e Passagens (PCDP): proposta cadastrada no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), onde constam os dados do Proposto, as informações do deslocamento, os documentos comprobatórios da demanda e os dados financeiros;

IV - Solicitante de Viagem: é o responsável pela inclusão no SCDP de todas as informações relativas ao cadastramento da solicitação, da alteração, do cancelamento, da antecipação, da prorrogação, da complementação e da prestação de contas da viagem;

V - Proponente: autoridade responsável pela aprovação da viagem no SCDP e pela aprovação da prestação de contas da viagem realizada;

VI - Ordenador de Despesas: autoridade responsável por autorizar ou rejeitar a emissão de empenho e o pagamento da despesa prevista na PCDP, em conformidade com a legislação e as aprovações superiores; e

VII - Assessor Especial: é o servidor que acompanha o dirigente máximo da Susep em seus afastamentos.

VIII - Cartão de Pagamento do Governo Federal - (CPGF) - Passagem Aérea: meio de pagamento eletrônico, operacionalizado por instituição financeira autorizada, de uso exclusivo para pagamento das despesas relativas à aquisição direta de passagens aéreas; e

IX - Credenciamento: procedimento público para habilitação das empresas de transporte aéreo, visando à aquisição direta de passagens pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

CAPÍTULO II

DO REGISTRO NO SCDP

Art. 3º A concessão de diárias e emissão de passagens será feita, obrigatoriamente, por meio do SCDP.

§ 1º As solicitações de afastamento deverão ser encaminhadas através do SCDP pelo Solicitante de Viagem, Servidor ou Empregado formalmente indicado por cada Unidade Organizacional, que preencherá os dados do Proposto e do deslocamento na Proposta de Concessão de Diárias e Passagens - PCDP.

§ 2º Cada unidade organizacional da Susep deverá informar ao Gestor Setorial, através de e-mail, o nome de dois Solicitantes de Viagens, para que sejam cadastrados e recebam o perfil necessário para atuar junto ao sistema.

§ 3º A operacionalização do SCDP poderá ser realizada por funcionários terceirizados apenas no perfil de solicitantes de viagens, sob a autorização expressa do titular da unidade solicitante.

§ 4º O procedimento previsto no §1º aplica-se mesmo nos casos de afastamento sem ônus ou com ônus limitado.

§ 5º A solicitação de viagem deverá ser realizada de forma a garantir que a reserva dos trechos ou, na impossibilidade, a emissão da passagem ocorra com antecedência mínima de quinze dias, da data prevista de partida.

§ 6º A PCDP deverá ser instruída com todas as informações e respectivos documentos que justificam a viagem.

Art. 4º As diárias e passagens serão concedidas pelo Ordenador de Despesas da Susep.

CAPÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À COTAÇÃO DE PREÇOS, RESERVA DOS VOOS E AUTORIZAÇÃO PARA A EMISSÃO DE PASSAGENS AÉREAS

Art. 5º O Gestor Setorial realizará a pesquisa de preços, a escolha da tarifa, a indicação da reserva e a solicitação de autorização para a emissão dos bilhetes de passagens, por meio do SCDP.

Parágrafo único. Quando a demanda não estiver contemplada pelo credenciamento, quando houver impedimento para emissão junto à empresa credenciada ou em casos emergenciais devidamente justificados no SCDP, a aquisição de passagens aéreas será realizada com a intermediação de agência de turismo, que realizará a pesquisa de preços, providenciará a reserva e a emissão dos bilhetes.

Art. 6º A autorização da emissão do bilhete deverá ser realizada com a maior antecedência possível, considerando o horário e o período de participação do Proposto no evento/trabalho/missão, o tempo de traslado e a otimização do trabalho, visando a garantir condição laborativa produtiva, preferencialmente, observando os seguintes parâmetros:

I - a escolha do voo deve recair prioritariamente em percurso de menor duração, evitando-se, sempre que possível, trechos com escalas e conexões;

II - o embarque e o desembarque deverão estar compreendidos no período entre sete e vinte e uma horas, salvo em casos excepcionais, como de inexistência de voos que atendam a esses horários;

III - em viagens nacionais, deve-se priorizar o horário do desembarque que anteceda em, no mínimo, três horas o início previsto do trabalho, evento ou missão;

IV - em viagens internacionais, em que a soma dos trechos da origem até o destino ultrapasse oito horas, e que sejam realizadas no período noturno, o embarque, prioritariamente, deverá ocorrer com um dia de antecedência; e

V - a escolha da tarifa deve privilegiar o menor preço, prevalecendo, sempre que possível, a tarifa em classe econômica.

Art. 7º A competência geral para autorizar a concessão de diárias e passagens no SCDP ao Proposto é do Superintendente, que poderá delegá-la, em ato específico, a outras autoridades da Susep.

Parágrafo único. Não são delegáveis as autorizações para a concessão de diárias e passagens referentes aos afastamentos:

I - por período superior a cinco dias contínuos;

II - em quantidade superior a trinta diárias, intercalada por pessoa, no ano;

III - de mais de cinco pessoas para o mesmo evento;

IV - solicitados com antecedência inferior a quinze dias da data da partida;

V - que envolvam o pagamento de diárias nos finais de semana; e

VI - para o exterior, em qualquer caso.

Art. 8º Nos seus deslocamentos, o Proposto receberá passagens correspondentes aos trechos autorizados da respectiva viagem, sendo de sua inteira responsabilidade as alterações de percurso ou de datas e horários de deslocamento, quando não autorizados ou determinados pela Susep.

Art. 9º Existindo a necessidade de prorrogação do prazo de afastamento inicialmente estabelecido e autorizado ou alteração da rota, o Proposto deverá apresentar os esclarecimentos necessários, na PCDP, para a autorização pelas autoridades competentes para autorizar a concessão de diárias e passagens no SCDP.

Art. 10. Nos deslocamentos em caráter eventual ou transitório ocorridos no interesse da administração para localidade diversa da unidade de exercício do agente público, o participante do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) fará jus a diárias e passagens e será utilizado como ponto de referência:

I - a localidade, a partir da qual exercer as suas funções remotamente; ou

II - caso implique menor despesa para a administração pública federal, o endereço do órgão ou da entidade de exercício.

Parágrafo único. O servidor ou empregado participante do PGD na modalidade teletrabalho que residir em localidade diversa da unidade em que tem exercício não fará jus a reembolso de qualquer natureza ou a diárias e passagens referentes às despesas decorrentes do comparecimento presencial à unidade de exercício.

CAPÍTULO IV

PAGAMENTO DAS DIÁRIAS

Art. 11. As diárias serão concedidas, por dia de afastamento, e destinam-se a indenizar o Proposto por despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana.

Parágrafo único. O Servidor e o Empregado farão jus somente à metade do valor da diária, nos seguintes casos:

I - nos deslocamentos dentro do território nacional:

a) quando o afastamento não exigir pernoite fora da sede do serviço;

b) no dia do retorno à sede do serviço;

c) quando a União custear, por meio diverso, as despesas de pousada; ou

d) quando a hospedagem se der em imóvel pertencente à União ou que esteja sob administração do Governo ou de suas entidades; e

II - nos descolamentos para o exterior:

a) quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede;

b) no dia da partida do território nacional, quando houver mais de um pernoite fora do país;

c) no dia da chegada em território nacional;

d) quando a União custear, por meio diverso, as despesas de pousada;

e) quando a hospedagem se der em imóvel pertencente à União ou que esteja sob administração do governo brasileiro ou de suas entidades; ou

f) quando o governo estrangeiro no organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere custear as despesas com pousada.

Art. 12. Será concedido adicional, no valor fixado no Anexo II do Decreto nº 6.907, de 21 de julho de 2009, por localidade de destino, nos deslocamentos dentro do território nacional, destinado a cobrir despesas de deslocamento até o local de embarque e do desembarque e até o local de trabalho ou de hospedagem e vice-versa.

Parágrafo único. Nas hipóteses de deslocamento previstas no caput, caso o Proposto venha optar pelo uso do serviço oficial de locomoção da Administração Federal (TaxiGov), não terá direito ao adicional de deslocamento, devendo o Solicitante da Viagem, no ato do registro do afastamento no SCDP, desmarcar o campo que indica a referida opção.

Art. 13. O Assessor Especial, acompanhando o dirigente máximo da Autarquia em seus afastamentos, fará jus ao recebimento de diárias no mesmo valor concedido à autoridade acompanhada.

Art. 14. As diárias serão pagas no prazo de até cinco dias úteis, antes do início da viagem, de uma só vez, exceto nos seguintes casos, a critério do Proponente:

I - situações de urgência, devidamente caracterizadas; e

II - quando o afastamento compreender período superior a quinze dias, caso em que poderá ser efetuado parceladamente.

Art. 15. As diárias recebidas em excesso ou não utilizadas deverão ser restituídas pelo Proposto, no prazo máximo de cinco dias, contados da data do retorno à sede do serviço, ou da data do impedimento do afastamento, conforme o caso.

Art. 16. Os afastamentos que envolvam finais de semana e que contenham o pagamento de diárias devem ser justificados e necessitam de aprovação do Superintendente para a sua realização, antes da autorização de pagamento pelo Ordenador de Despesas.

Art. 17. Quando o afastamento se estender por tempo superior ao previsto, o Proposto fará jus, ainda, às diárias correspondentes ao período prorrogado, desde que autorizada sua prorrogação pelas respectivas autoridades competentes para autorizar a concessão de diárias e passagens no SCDP.

CAPÍTULO V

PEDIDO DE REEMBOLSO

Art. 18. Nos deslocamentos realizados para localidades fora da jurisdição da sede de destino via passagem aérea, que exijam traslados de viagem adicionais aos adquiridos previamente no SCDP, o Proposto terá direito ao reembolso do custo do transporte utilizado, mediante apresentação do respectivo bilhete.

Art. 19. Caso ocorra necessidade de deslocamento a serviço, cujo transporte não possa ser providenciado previamente, o Servidor e o Empregado poderão solicitar o reembolso dos gastos, anexando o(s) comprovante(s), acompanhado(s) de justificativa da autoridade competente por autorizar a concessão de diárias e passagens no SCDP.

§ 1º Em casos excepcionais, poderá ser autorizado o reembolso ao Servidor e ao Empregado que tenham efetuado remarcação de bilhete diretamente com a companhia aérea, por exclusiva necessidade do serviço, sendo devidamente justificado, com apresentação do respectivo comprovante da despesa.

§ 2º O pedido de reembolso deverá ser formalizado através de processo eletrônico, encaminhado à Coordenação-Geral de Planejamento, Gestão de Pessoas e Documentos (CGPED) ou ao ordenador de despesas designado pelo Superintendente.

CAPÍTULO VI

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 20. A prestação de contas do afastamento deverá ser realizada por meio do SCDP, no prazo máximo de cinco dias, contados do retorno da viagem.

Art. 21. Para fins de prestação de contas, o Proposto deverá apresentar ao Solicitante de Viagem que cadastrou o afastamento no SCDP, para instrução na respectiva proposta, os seguintes documentos:

I - os bilhetes ou canhotos dos cartões de embarque, em original ou segunda via, ou recibo do passageiro obtido quando da realização do check in via internet, ou a declaração fornecida pela companhia aérea; e

II - relatório de viagem, devidamente preenchido e assinado, conforme modelo constante do Anexo I desta instrução normativa.

Art. 22. A prestação de contas é devida também na hipótese de cancelamento da viagem, devendo o Proposto prestar as informações necessárias relativas à devolução de diárias.

Parágrafo único. O Solicitante de Viagem deverá anexar à PCDP o comprovante de pagamento da Guia de Recolhimento da União - GRU fornecido pelo Proposto, correspondente ao valor das diárias devolvido em virtude de viagem não realizada.

CAPÍTULO VII

CANCELAMENTO DA VIAGEM

Art. 23. Após emitidas as passagens aéreas, havendo necessidade do cancelamento, o Proposto deverá comunicar, imediatamente, ao Gestor Setorial, através de e-mail, para que seja efetuado o cancelamento dos bilhetes.

Parágrafo único. O Solicitante da Viagem deverá efetuar o cancelamento da PCDP, no SCDP, conforme solicitação do Proposto.

CAPÍTULO VIII

DAS VIAGENS INTERNACIONAIS

Art. 24. As viagens ao exterior a serviço ou com a finalidade de aperfeiçoamento poderão ser de três tipos:

I - com ônus, quando implicarem direito a passagens e diárias, assegurados ao servidor o vencimento ou salário e demais vantagens de cargo, função ou emprego;

II - com ônus limitado, quando implicarem direito apenas ao vencimento ou salário e demais vantagens do cargo, função ou emprego; e

III - sem ônus, quando implicarem perda total do vencimento ou salário e demais vantagens do cargo, função ou emprego, e não acarretarem qualquer despesa para a Administração.

Parágrafo único. O Servidor e o Empregado que realizarem viagem dos tipos com ônus ou com ônus limitado, ficarão obrigados, dentro do prazo de trinta dias, contado da data do término do afastamento do país, a apresentar relatório circunstanciado das atividades exercidas no exterior.

Art. 25. O afastamento do país para aperfeiçoamento, realizado por meio da participação em cursos, seminários, encontros, licença para capacitação ou eventos assemelhados, deverá ser efetivado observando-se as determinações contidas em norma específica.

§ 1º O afastamento do país poderá ser concedido apenas a um Servidor ou Empregado, para cada evento.

§ 2º Em casos excepcionais, justificados pelo Superintendente da Susep, o afastamento poderá ser concedido a mais de um Servidor ou Empregado, para o mesmo evento.

§ 3º O ocupante de cargo em comissão ou de função de confiança somente poderá afastar-se do país pelo período máximo de trinta dias.

Art. 26. Em nenhuma hipótese, o período de afastamento do país poderá exceder a quatro anos consecutivos, mesmo nos casos de prorrogação.

Art. 27. Se a viagem ao exterior tiver por finalidade o cumprimento de missão ou a realização de curso de aperfeiçoamento, após a conclusão, o Servidor e o Empregado somente poderão ausentar-se do país, com a mesma finalidade, depois de decorrido prazo igual ao do seu último afastamento.

Art. 28. O Servidor e o Empregado que viajarem a convite direto de entidade estrangeira de qualquer espécie ou custeado por entidade brasileira sem vínculo com a administração pública terão sua viagem considerada sem ônus.

Art. 29. O afastamento do país fica restrito ao período necessário ao cumprimento do objeto da viagem, acrescido do tempo de trânsito.

Art. 30. A autorização deverá ser publicada no Diário Oficial da União, até a data do início da viagem ou de sua prorrogação, com a indicação do nome do Servidor/Empregado, cargo, órgão de origem, finalidade resumida da missão, país de destino, período e tipo de afastamento.

Art. 31. A solicitação de afastamento do país deverá ser registrada no SCDP com a maior brevidade possível, a fim de a Coordenação-Geral de Planejamento, Gestão de Pessoas e Documentação (CGPED) ou o ordenador de despesas designado pelo Superintendente realize os procedimentos necessários para as devidas autorizações, via sistema, independentemente da publicação do afastamento do servidor no Diário Oficial da União, levando em conta a diretriz de aquisição de bilhetes com o menor custo.

Parágrafo Único. Na hipótese prevista no caput, para a emissão das passagens aéreas, deverá ser observado se o processo eletrônico que trata da viagem ao exterior do Servidor ou Empregado foi devidamente instruído com o documento indicando a aprovação do afastamento pela autoridade competente.

Art. 32. Nos casos em que o afastamento implicar apenas na contratação de seguro viagem, ainda assim, deverá ser cadastrada a viagem no SCDP como ônus limitado.

Art. 33. Os valores das diárias no exterior serão pagos em dólares norte-americanos, ou, no caso de solicitação do Servidor e do Empregado, pelo valor equivalente em moeda nacional.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. Todos os atos de concessão de diárias e passagens serão publicados no Boletim de Pessoal da Susep, observada ainda a necessidade de publicação no Diário Oficial da União prevista no Artigo 30.

Art. 35. Fica revogada a Instrução Susep nº 123, de 21 de janeiro de 2021, e a Instrução Normativa Susep nº 2, de 28 de outubro de 2021.

Art. 36. Esta Instrução Normativa entra em vigor no dia 01 de agosto de 2022.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO

ANEXO I

RELATÓRIO DE VIAGEM NACIONAL
Servidor:
Cargo: Matrícula: DAS: Unidade:
IDENTIFICAÇÃO DO AFASTAMENTO:
Autorização do Afastamento:
Percurso: Meio de Locomoção:
Saída: Chegada: Diárias Recebidas (dias):
DESCRIÇÃO DA VIAGEM:
Data: Atividades:
DADOS DO BILHETE:
Número de Ordem: Transportador: Número do Bilhete:
DOCUMENTOS ANEXADOS (SE NECESSÁRIO):
Data: Assinatura do Servidor:

DIRETORIA TÉCNICA 1

PORTARIA DIR1/SUSEP Nº 98, DE 6 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR DA DIRETORIA TÉCNICA 1 DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência estabelecida no inciso XVIII, do art. 23, do Anexo I, da Resolução CNSP nº 428, de 12 de novembro de 2021, tendo em vista o disposto no inciso II, art. 4º, da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, no inciso II, do art. 5º, e no §5º, do art.35, da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do Processo Susep nº 15414.611068/2021-67, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria DIR1/SUSEP nº 97, de 31 de maio de 2022, que suspendeu o cadastro de GENERAL INSURANCE CORPORATION OF INDIA, sociedade organizada e existente de acordo com as leis da Índia, restabelecendo assim o cadastro como ressegurador admitido, concedido por meio da Portaria SUSEP/DIR1 n.º 17, de 1° de abril de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 812, DE 9 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da SUSEP, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.601571/2022-95, resolve:

Art.1º Homologar a eleição de administrador de ESSOR SEGUROS S.A., CNPJ nº 14.525.684/0001-50, com sede na cidade de Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 19 de janeiro de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 813, DE 9 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da SUSEP, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.603258/2022-91, resolve:

Art.1º Homologar a eleição de administradores de MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 33.608.308/0001-73, com sede na cidade de Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 10 de fevereiro de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 814, DE 9 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base no artigo 128 da Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.612831/2022-58, resolve:

Art.1º Homologar a eleição de membros de comitê de auditoria de BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ nº 03.095.453/0001-37, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de abril de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 815, DE 12 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base na Resolução CNSP nº 381, de 4 de março de 2020, e o que consta do processo Susep nº 15414.611803/2022-13, resolve:

Art.1º Homologar a reforma e consolidação do estatuto social de STONE SEGUROS S.A., CNPJ nº 39.876.083/0001-12, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 29 de abril de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 816, DE 13 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria Susep nº 7.677, de 25 de setembro de 2020, alterada pela 7813, de 2 de julho de 2021 e tendo em vista o disposto no inciso II do art. 4º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, no § 1º e 4º, do artigo 30, combinado com o artigo 44, todos da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.615994/2022-92, resolve:

Art.1º Homologar a nomeação de TÂNIA AMARAL HEYDENREICH ALVES, CPF nº ***.285.318-** como procuradora e representante de MÜNCHENER RÜCKVERSICHERUNGS - GESELLSCHAFT AKTIENGESELLSCHAFT IN MÜNCHEN, sociedade constituída e existente segundo as leis da Alemanha, cadastrada como resseguradora admitida.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 817, DE 13 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.677, de 25 de setembro de 2020, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 4º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, e do inciso II do art. 5º da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.613005/2022-26, resolve:

Art.1º Homologar a nomeação de MARCEL SANTOS FARBELOW, CPF nº ***.229.028-**, como procurador de EULER HERMES NORTH AMERICA INSURANCE COMPANY, sociedade constituída e existente segundo as leis do Estado de Delaware, EUA, cadastrada como resseguradora eventual.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 818, DE 13 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.608790/2022-03, resolve:

Art.1º Homologar a eleição de administrador de AXA SEGUROS S.A., CNPJ nº 19.323.190/0001-06, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 13 de abril de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 819, DE 14 DE JULHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 39 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e o que consta do processo Susep nº 15414.608998/2022-14, resolve:

Art.1º Homologar a eleição de administradores de MBM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, CNPJ nº 92.892.256/0001-79, com sede na cidade de Porto Alegre - RS, conforme deliberado nas reuniões extraordinárias do conselho deliberativo realizadas em 31 de março de 2022 e 14 de junho de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

PORTARIA IPEA Nº 126, DE 30 DE AGOSTO DE 2021 (*)

Declara a revogação de atos normativos e o exaurimento de atos editados no âmbito do Ipea

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 do Decreto nº 7.142, de 29 de março de 2010; e tendo em vista o disposto no art. 14 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Fica declarada a revogação dos atos normativos constantes do Anexo I.

Art. 2º Ficam declarados exauridos os atos constantes do Anexo II.

Art. 3º Os atos de que tratam os art. 1º e 2º serão considerados não vigentes e ficarão disponíveis na base de dados do IPEA como repositórios para fins de consulta, pesquisa e registro histórico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS VON DOELLINGER

ANEXO I

Espécie	Número	Data
Instrução de Serviço DIRAF	023 - 1989	12/09/1989
Instrução de Serviço DIRAF	028 - 1989	13/11/1989
Instrução de Serviço DIRAF	040 - 1989	01/12/1989
Instrução de Serviço DIRAF	041 - 1989	01/12/1989
Instrução Normativa	001 - 1977	28/02/1977
Instrução Normativa	004 - 1977	28/02/1977
Instrução Normativa	005 - 1977	10/03/1977
Instrução Normativa	006 - 1977	10/03/1977
Instrução Normativa	007 - 1977	24/03/1977
Instrução Normativa	012 - 1977	01/08/1977
Instrução Normativa	020 - 1978	02/01/1978
Instrução Normativa	002 - 1978	01/02/1978
Instrução Normativa	004 - 1978	17/03/1978
Instrução Normativa	005 - 1978	17/03/1978
Instrução Normativa	008 - 1978	18/05/1978
Instrução Normativa	016 - 1978	22/08/1978
Instrução Normativa	015 - 1978	22/08/1978
Instrução Normativa	011 - 1978	22/08/1978
Instrução Normativa	019 - 1978	28/09/1978
Instrução Normativa	001 - 1979	26/01/1979
Instrução Normativa	002 - 1979	02/03/1979
Instrução Normativa	003 - 1979	21/03/1979
Instrução Normativa	010 - 1979	03/09/1979
Instrução Normativa	011 - 1979	30/11/1979
Instrução Normativa	002 - 1980	04/03/1980
Instrução Normativa	001 - 1981	15/02/1981
Instrução Normativa	002 - 1981	06/03/1981
Instrução Normativa	005 - 1981	31/08/1981
Instrução Normativa	006 - 1981	30/12/1981
Instrução Normativa	001 - 1982	29/01/1982
Instrução Normativa	003 - 1982	19/04/1982
Instrução Normativa	004 - 1982	20/09/1982
Instrução Normativa	005 - 1982	28/12/1982
Instrução Normativa	001 - 1983	10/03/1983
Instrução Normativa	002 - 1983	29/04/1983
Instrução Normativa	002 - 1984	03/04/1984
Instrução Normativa	003 - 1984	27/04/1984
Instrução Normativa	004 - 1984	27/06/1984
Instrução Normativa	005 - 1984	06/07/1984
Instrução Normativa	002 - 1985	28/02/1985
Instrução Normativa	004 - 1985	30/04/1985
Instrução Normativa	008 - 1985	01/11/1985
Instrução Normativa	010 - 1985	05/12/1985
Instrução Normativa	004 - 1986	12/03/1986
Instrução Normativa	008 - 1986	02/06/1986
Instrução Normativa	010 - 1986	01/09/1986
Instrução Normativa	001 - 1987	26/02/1987
Instrução Normativa	002 - 1987	10/03/1987
Instrução Normativa	003 - 1987	11/03/1987
Instrução Normativa	004 - 1987	01/05/1987
Instrução Normativa	005 - 1987	01/05/1987
Instrução Normativa	009 - 1987	01/09/1987
Instrução Normativa	011 - 1987	01/10/1987
Instrução Normativa	013 - 1987	23/10/1987
Instrução Normativa	015 - 1987	15/12/1987
Instrução Normativa	017 - 1987	22/12/1987
Instrução Normativa	003 - 1988	23/02/1988
Instrução Normativa	005 - 1988	05/04/1988
Instrução Normativa	006 - 1988	21/07/1988
Instrução Normativa	007 - 1988	01/08/1988
Instrução Normativa	008 - 1988	06/09/1988
Instrução Normativa	013 - 1988	26/12/1988
Instrução Normativa	001 - 1989	04/01/1989
Instrução Normativa	003 - 1989	27/02/1989
Instrução Normativa	004 - 1989	27/02/1989
Instrução Normativa	002 - 1989	28/02/1989
Instrução Normativa	008 - 1989	10/04/1989
Instrução Normativa	011 - 1989	09/06/1989
Instrução Normativa	009 - 1989	09/06/1989
Instrução Normativa	012 - 1989	09/06/1989

Instrução Normativa	016 - 1989	26/07/1989
Instrução Normativa	019 - 1989	04/09/1989
Instrução Normativa	021 - 1989	29/11/1989
Instrução Normativa	024 - 1989	01/12/1989
Instrução Normativa	027 - 1989	05/12/1989
Instrução Normativa	001 - 1990	02/02/1990
Instrução Normativa	002 - 1990	12/03/1990
Instrução Normativa	001 - 1991	26/04/1991
Instrução Normativa	001 - 1991	26/04/1991
Instrução Normativa	002 - 1991	30/04/1991
Instrução Normativa	005 - 1991	27/06/1991
Instrução Normativa	004 - 1991	27/06/1991
Instrução Normativa	009 - 1991	11/09/1991
Instrução Normativa	010 - 1991	24/09/1991
Instrução Normativa	011 - 1991	24/09/1991
Instrução Normativa	012 - 1991	30/09/1991
Instrução Normativa	014 - 1991	30/09/1991
Instrução Normativa	017 - 1991	13/12/1991
Instrução Normativa	002 - 1992	22/05/1992
Instrução Normativa	003 - 1992	28/05/1992
Instrução Normativa	005 - 1992	10/06/1992
Instrução Normativa	006 - 1992	01/07/1992
Instrução Normativa	008 - 1992	17/07/1992
Instrução Normativa	009 - 1992	17/08/1992
Instrução Normativa	010 - 1992	01/09/1992
Instrução Normativa	012 - 1992	24/09/1992
Instrução Normativa	013 - 1992	25/09/1992
Instrução Normativa	015 - 1992	30/09/1992
Instrução Normativa	014 - 1992	10/11/1992
Instrução Normativa	016 - 1992	10/12/1992
Instrução Normativa	001 - 1993	19/02/1993
Instrução Normativa	002 - 1993	26/02/1993
Instrução Normativa	003 - 1993	01/04/1993
Instrução Normativa	005 - 1993	04/06/1993
Instrução Normativa	008 - 1993	19/06/1993
Instrução Normativa	006 - 1993	21/06/1993
Instrução Normativa	006 - 1993	21/06/1993
Instrução Normativa	012 - 1993	01/10/1993
Instrução Normativa	001 - 1994	10/01/1994
Instrução Normativa	002 - 1994	01/05/1994
Instrução Normativa	005 - 1994	08/07/1994
Instrução Normativa	006 - 1994	11/07/1994
Instrução Normativa	007 - 1994	11/07/1994
Instrução Normativa	009 - 1994	22/08/1994
Instrução Normativa	010 - 1994	09/09/1994
Instrução Normativa	011 - 1994	31/10/1994
Instrução Normativa	013 - 1994	16/11/1994
Instrução Normativa	015 - 1994	21/12/1994
Instrução Normativa	017 - 1994	31/12/1994
Instrução Normativa	016 - 1994	31/12/1994
Instrução Normativa	001 - 1995	25/05/1995
Instrução Normativa	014 - A - 1997	06/11/1997
Instrução Normativa	021 - 1997	26/11/1997
Instrução Normativa	002 - B - 2002	14/05/2002
Instrução Normativa	026 - 2002	17/12/2002
Instrução Normativa	028 - 2004	18/02/2004
Instrução Normativa	001 - 2004	01/03/2004
Instrução Normativa	004 - 2004	25/06/2004
Instrução Normativa	005 - 2004	26/06/2004
Instrução Normativa	001 - 2005	21/02/2005
Instrução Normativa	002 - 2006	13/11/2006
Instrução Normativa	002 - 2008	16/12/2008
Instrução Normativa	013 - 2008	13/11/2008
Instrução Normativa CGRHU	010 - 1989	09/06/1989
Instrução Normativa CGRHU	012 - 1995	01/01/1995
Instrução Normativa CGRHU	007 - C - 1996	25/07/1996
Instrução Normativa CGRHU	007 - B - 1996	01/08/1996
Instrução Normativa CGRHU	020 - 1997	24/03/1997
Instrução Normativa CGRHU	003 - 1997	19/06/1997
Instrução Normativa CGRHU	004 - A - 1997	30/07/1997
Instrução Normativa CGRHU	019 - A - 1997	06/10/1997
Instrução Normativa CGRHU	007 - D - 1997	09/01/1998
Instrução Normativa CGRHU	007 - E - 1998	01/07/1998
Instrução Normativa CGRHU	007 - F - 1999	01/10/1999
Instrução Normativa CGRHU	004 - B - 2002	08/04/2002
Instrução Normativa CGRHU	08B - 2002	10/05/2002
Instrução Normativa DIRAD	010 - 1995	20/12/1995
Instrução Normativa CGMGI	016 - 1996	13/12/1996
Norma de Procedimento CGRHU	022 - B - 2000	01/12/2000
Norma de Procedimento CGRHU	072 - 2001	05/11/2001
Norma de Procedimento CGRHU	004 - B - 2002	08/04/2002
Norma de Procedimento CMGI	013 - 1995	13/11/1995
Norma de Procedimento COAFI	017 - 1995	16/11/2002
Norma de Procedimento COAFI	025 - F - 2002	18/11/2002
Norma de Procedimento CGOFI	025 - E - 2001	27/11/2001
Norma de Procedimento CODOB	031 - 1996	1996
Norma de Procedimento CODOB	032 - A - 1999	1999
Norma de Procedimento CODOB	033 - 1996	1996
Norma de Procedimento CODOB	034 - 1996	1996
Norma de Procedimento CODOB	035 - 1996	1996
Portaria	140 - 1976	31/12/1976
Portaria	149 - 1989	03/07/1989
Portaria	155 - 1989	19/07/1989
Portaria	166 - 1989	01/08/1989
Portaria	215 - 1989	02/08/1989
Portaria	201 - 1989	01/09/1989
Portaria	241 - 1989	01/11/1989
Portaria	246 - 1989	23/11/1989
Portaria	247 - 1989	23/11/1989
Portaria	254 - 1989	12/12/1989
Portaria	003 - 1990	04/01/1990
Portaria	013 - 1990	02/02/1990
Portaria	022 - 1990	05/03/1990
Portaria	032 - 1990	29/03/1990
Portaria	132 - 1990	28/12/1990
Portaria	077 - 1991	18/03/1991
Portaria	227 - 1991	19/08/1991
Portaria	102 - 1994	06/05/1994
Portaria	006 - 1995	11/01/1995
Portaria	004 - 1995	11/01/1995
Portaria	271 - 1995	30/06/1995
Portaria	264 - 1996	22/08/1996
Portaria	22 - 1997	06/11/1987
Portaria	239 - 1997	18/09/1997
Portaria	22 - 2000	12/02/2000
Portaria	26A - 2001	09/02/2001
Portaria	082 - 2001	05/06/2001
Portaria	108 - 2002	11/09/2002
Portaria	113 - 2002	17/09/2002
Portaria	27 - A - 2004	18/02/2004
Portaria	189 - 2008	28/05/2008
Portaria	190 - 2008	28/05/2008
Portaria	257 - 2008	14/08/2008
Portaria	278 - 2008	02/09/2008
Portaria	420 - 2008	21/11/2008
Portaria	419 - 2008	21/11/2008
Portaria	449 - 2008	19/12/2008
Portaria	147 - 2010	15/04/2010
Portaria	201 - 2010	18/05/2010
Portaria	322 - 2010	21/07/2010
Portaria	323 - 2010	21/07/2010
Portaria	327 - 2010	04/08/2010
Portaria	376 - 2010	28/09/2010
Portaria	433 - 2010	17/11/2010
Portaria	112 - 2010	03/12/2010
Portaria	203 - 2011	06/07/2011
Portaria	188 - 2012	26/06/2012
Portaria	211 - 2012	12/07/2012
Portaria	251 - 2012	22/08/2012
Portaria	252 - 2012	22/08/2012
Portaria	402 - 2012	11/12/2012
Portaria	388 - 2012	29/11/2012
Portaria	029 - 2013	29/01/2013
Portaria	124 - 2013	22/04/2013
Portaria	135 - 2013	15/05/2013
Portaria	145 - 2013	23/05/2013
Portaria	240 - 2013	18/11/2013
Portaria	142 - 2014	13/08/2014
Portaria	128 - 2014	10/09/2014
Portaria	201 - 2014	04/11/2014
Portaria	188 - 2014	30/12/2014
Portaria	189 - 2014	30/12/2014
Portaria	198 - 2014	29/10/2014
Portaria	224 - 2014	18/12/2014
Portaria	030 - 2015	23/02/2015
Portaria	213 - 2015	01/09/2015
Portaria	167 - 2016	31/05/2016
Portaria	435 - 2016	06/12/2016
Portaria	025 - 2017	19/01/2017
Portaria	363 - 2017	08/11/2017
Portaria	374 - 2017	09/11/2017
Portaria	380 - 2017	04/12/2017
Portaria	223 - 2018	26/09/2018
Portaria	217 - 2019	25/06/2019
Portaria	311 - 2019	18/11/2019
Portaria	064 - 2020	22/04/2020
Portaria	123 -2020	29/09/2020
Portaria DIRAF	005 - 1995	11/01/1995
Portaria DIRAF	007 - 1995	11/01/1995
Portaria DIRAF	155 - 1999	31/08/1999
Portaria DIRAF	148 - 2001	19/09/2001
Portaria DIRAF	190 - 2001	31/12/2001
Portaria DIRAF	220 - 2008	01/07/2008
Portaria DIDES	267 - 2012	11/09/2012
Portaria DIDES	010 - 2013	08/02/2013
Portaria DIDES	158 - 2015	22/09/2015
Resolução	004 - 2008	09/10/2008
Resolução	003 - 2008	22/10/2008
Resolução	008 - 2008	18/12/2008
Resolução	001 - 2009	31/03/2009
Resolução	005 - 2009	03/06/2009
Resolução	006 - 2009	17/06/2009
Resolução	001 - 2009	18/06/2009
Resolução	008 - 2009	02/07/2009
Resolução	030 - 2010	28/12/2010
Resolução	021 - 2015	39/04/2015
Resolução Conselho de Administração	004 - 1991	25/04/1991
Resolução Conselho de Administração	005 - 1991	25/04/1991
Resolução DIRAF	001 - 2009	03/11/2009
Resolução PNPD	002 - 2010	14/01/2010
Resolução PNPD	003 - 2010	14/01/2010

ANEXO II

Espécie	Número	Data
Instrução Normativa	004 - 1992	29/05/1992
Portaria	003 - 1995	11/01/1995
Portaria	17 - A - 1997	20/01/1997
Portaria	230 - 2009	07/08/2009
Portaria	260 - 2009	09/09/2009
Portaria	378 - 2009	20/09/2009
Portaria	300 - 2009	15/10/2009
Portaria	282 - 2010	22/06/2010
Portaria	248 - 2011	05/08/2011
Portaria	030 - 2012	31/01/2012
Portaria	263 - 2012	31/08/2012
Portaria	226 - 2013	16/10/2013
Portaria	005 - 2014	29/01/2014
Portaria	183 - 2014	25/09/2014
Portaria	016 - 2015	29/01/2015
Portaria	451 - 2016	21/12/2016
Portaria	392 - 2017	19/12/2017
Portaria	308 - 2018	17/12/2018
Portaria	219 - 2019	25/06/2019
Portaria	262 - 2019	20/08/2019
Portaria	274 - 2019	13/09/2019
Portaria	322 - 2019	23/12/2019
Resolução	002 - 2008	09/10/2008

(*) Republicada por conter incorreção na original, publicada no DOU nº 165, páginas 31 e 32, de 31/08/2021 e na republicada no DOU nº 168, páginas 32 e 33, de 03/09/2021

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 489, DE 14 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, em observância ao Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, considerando o disposto na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, em conformidade com a Portaria nº 572, de 18 de junho de 2018, e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, ambas do Ministério da Educação - MEC, e tendo em vista o Parecer SERES/DIREG/CGCP constante do Processo e-MEC nº 202015004, resolve:

Art. 1º Credenciar a Faculdade Atenas Porto Seguro (cód. e-MEC nº 25222), localizada na Avenida Adno Musser, s/n, Lote 4, bairro Vila Jardim Sede, município de Porto Seguro/BA, mantida pelo Centro Educacional Hyarte ML Ltda. (cód. e-MEC nº 1675), com sede na Rua Euridamas Avelino de Barros, nº 1400, bairro Prado, no município de Paracatu/MG (CNPJ nº 01.428.030/0001-66).

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo de 3 (três) anos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ DE CASTRO BARRETO JÚNIOR

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 748, DE 14 DE JULHO 2022

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017 e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação, na modalidade a distância, constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais nos termos do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, dos cursos neste ato reconhecidos, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC.

Art. 3º Nos termos do art. 10 § 3º do Decreto nº 9.235, de 2017, e dos artigos 37 a 42 da Portaria MEC nº 23, de 2017, o presente ato autorizativo é válido até o final do ciclo avaliativo ao qual cada curso pertence.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MICHELINE SILVEIRA FORTE

ANEXO (Reconhecimento de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201816928	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	400 (quatrocentas)	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA	CENTRO FED DE ED TECNOLOGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA RJ
2	201905015	LOGÍSTICA (Tecnológico)	1000 (uma mil)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE	ASSOCIACAO DE ENSINO CATEDRA
3	201904177	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	400 (quatrocentas)	Centro Universitário de Excelência Eniac	EDVAC SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA
4	201925987	TEOLOGIA (Bacharelado)	640 (seiscentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE RIBEIRÃO PRETO	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO RIBEIRAO PRETO LTDA
5	201926985	LETRAS (Licenciatura)	2000 (duas mil)	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTA	ASSOCIACAO IGREJA ADVENTISTA MISSIONARIA - AIAMIS
6	201927711	GEOGRAFIA (Bacharelado)	1000 (uma mil)	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL	UNINTER EDUCACIONAL S/A
7	201803320	BIOMEDICINA (Bacharelado)	200 (duzentas)	Claretiano - Centro Universitário	ACAO EDUCACIONAL CLARETIANA
8	201927751	QUÍMICA (Licenciatura)	1500 (uma mil, quinhentas)	UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO	SECID - SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SAO PAULO LTDA
9	201926994	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI	FUNDACAO VALE DO TAQUARI DE EDUCACAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FUVATES
10	201801348	GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	3000 (três mil)	Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A

PORTARIA Nº 749, DE 14 DE JULHO 2022

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC n 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta do(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa,

resolve:

Art. 1º Fica(m) autorizado(s) o(s) curso(s) superior(es) na modalidade a distância, relacionado(s) no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos de graduação, ofertados na modalidade a distância, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do art. 16, do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º A(s) instituição(ões) deverá(ão) solicitar o reconhecimento do(s) curso(s), neste ato autorizado(s), nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MICHELINE SILVEIRA FORTE

ANEXO (Autorização de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201820863	PSICOLOGIA (Bacharelado)	2000 (duas mil)	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU	SER EDUCACIONAL S.A.
2	201932126	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	1500 (uma mil, quinhentas)	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA	UNEF UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DE FEIRA DE SANTANA LTDA
3	202124021	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	3000 (três mil)	FACULDADE IMES	INSTITUTO MINEIRO DE EDUCACAO SUPERIOR
4	202124160	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	3000 (três mil)	FACULDADE IMES	INSTITUTO MINEIRO DE EDUCACAO SUPERIOR
5	202121505	MATEMÁTICA (Licenciatura)	1000 (uma mil)	FACULDADE INTEGRADA INSTITUTO SOUZA	INSTITUTO SOUZA LTDA
6	202015256	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	600 (seiscentas)	FACULDADE LABORO	LABORO - CENTRO DE CONSULTORIA QUALIFICAO E POS-GRADUACAO LTDA - EPP
7	202113723	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	1125 (uma mil, cento e vinte e cinco)	FACULDADE MULTIVIX NOVA VENÉCIA	MULTIVIX NOVA VENECIA - ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA
8	201927433	BIOMEDICINA (Bacharelado)	250 (duzentas e cinquenta)	FACULDADE SETE LAGOAS	EDUCACIONAL MARTINS ANDRADE LTDA - EPP
9	202121715	PEDAGOGIA (Licenciatura)	600 (seiscentas)	FACULDADES FAMEP	SOCIEDADE EDUCACIONAL FAMEP LTDA - ME

PORTARIA Nº 763, DE 14 DE JULHO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MICHELINE SILVEIRA FORTE

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201817426	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	100 (cem)	Centro Universitário Anhanguera Pitágoras Unopar de Niterói	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA VISCONDE DO RIO BRANCO, 123, UNIDADE SEDE, CENTRO, NITERÓI/RJ
2	201815864	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO OESTE	UNIDESC LTDA	RODOVIA BR-040, KM 16, S/N, , JARDIM FLAMBOYANT, LUZIÂNIA/GO
3	201816898	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	300 (trezentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO MÓDULO	SOCIEDADE EMPRESARIA DE ENSINO SUPERIOR DO LITORAL NORTE LTDA	RUA MARIA D'ASSUMPÇÃO CARVALHO, 1000, , JARDIM ITAMAR, CARAGUATATUBA/SP
4	201802147	DESIGN GRÁFICO (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SOCIESC	SOCIEDADE DE EDUCACAO SUPERIOR E CULTURA BRASIL S.A.	RUA GOTHARD KAESEMODEL, 833, CAMPUS MARQUÊS DE OLINDA - SEDE, ANITA GARIBALDI, JOINVILLE/SC
5	201815621	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	Centro Universitário Tiradentes de Pernambuco	SOCIEDADE DE EDUCACAO TIRADENTES S.A	AVENIDA MARECHAL MASCARENHAS DE MORAIS, 3905, CAMPUS ZONA SUL, IMBIRIBEIRA, RECIFE/PE
6	201816783	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	60 (sessenta)	Centro Universitário Uniasselvi de Brusque	SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA	AVENIDA GÉTULIO VARGAS, 63, UNIASSELVI BRUSQUE, CENTRO, BRUSQUE/SC
7	201816784	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	Faculdade Anhanguera de Salvador	IUNI EDUCACIONAL - UNIME SALVADOR LTDA	AV. LUIZ VIANA, 3172, , IMBUI, SALVADOR/BA
8	201816931	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE PORTO VELHO	UNIRON - UNIAO DAS ESCOLAS SUPERIORES DE RONDONIA LTDA.	AVENIDA MAMORÉ, 1403, - ATÉ 1403 - LADO ÍMPAR, TRÊS MARIAS, PORTO VELHO/RO
9	201816013	FARMÁCIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE IPORÁ	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE IPORA LTDA - EPP	RUA SERRA CANA BRAVA - QUADRA 02 - LOTE 04, 512, , JARDIM NOVO HORIZONTE II, IPORÁ/GO
10	201901129	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DE SORRISO	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA NOÊMIA TONELLO DALMOLIN - LADO ÍMPAR, 2499, , PARQUE UNIVERSITÁRIO, SORRISO/MT
11	201816859	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL	CETESP CENTRO TECNOLOGICO DE EDUCACAO SUPERIOR E PROFISSIONAL LTDA	RUA PAISSANDU, 1627, , CENTRO, TERESINA/PI
12	201817742	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE TECNOLOGIA FTEC	CENTRO SUPERIOR DE TECNOLOGIA TECBRASIL LTDA	RUA SILVEIRA MARTINS, 780, , CENTRO, NOVO HAMBURGO/RS
13	201816779	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	Faculdade Doctum de Juiz de Fora	INSTITUTO ENSINAR BRASIL	RUA ONOFRE OLIVEIRA SALLES, 12, , SANTA MARIA, JUIZ DE FORA/MG
14	201815378	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	60 (sessenta)	Faculdade Mário Quintana	FAMAQUI EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA OSVALDO ARANHA, 642, FAMAQUI, BOM FIM, PORTO ALEGRE/RS
15	201817123	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	Faculdade Martha Falcão Wyden	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZONIA LTDA	RUA NATAL, 300, FACULDADE MARTHA FALCÃO, ADRIANÓPOLIS, MANAUS/AM
16	201815365	BIOMEDICINA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE MÉTODO DE SÃO PAULO	CENTRO DE ENSINO METODO - EIRELI	AVENIDA JABAQUARA, 1.314, , MIRANDÓPOLIS, SÃO PAULO/SP
17	201817872	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	Faculdade Multivix Serra	MULTIVIX SERRA - ENSINO PESQUISA E EXTENSAO LTDA	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 120, , COLINA DE LARANJEIRAS, SERRA/ES
18	201817716	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PITÁGORAS DE BELO HORIZONTE	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	RUA CABO VALÉRIO SANTOS, 297, , ÁTILA DE PAIVA (BARREIRO), BELO HORIZONTE/MG
19	201815997	FILOSOFIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE SÃO BASÍLIO MAGNO	ASSOCIACAO DE SAO BASILIO MAGNO	RUA CARMELO RANGEL, 1200, SEMINÁRIO, CURITIBA/PR
20	201817560	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADES INTEGRADAS RUI BARBOSA	UNIVERSIDADE BRASIL LTDA.	RUA RODRIGUES ALVES, 756, CENTRO, ANDRADINA/SP
21	201801953	MEDICINA (Bacharelado)	62 (sessenta e duas)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS	RUA CAPITÃO ARAÚJO, 20, CAMPUS PASSO FUNDO, CENTRO, PASSO FUNDO/RS
22	201802522	MEDICINA (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO JOAO DEL-REI	PRAÇA DOM HELVÉCIO, 74, CDB, DOM BOSCO, SÃO JOÃO DEL REI/MG
23	201806173	LETRAS - LIBRAS (Licenciatura)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	AVENIDA BRIGADEIRO TROMPOWSKY, S/N, CIDADE UNIVERSITÁRIA, ILHA DO FUNDÃO, RIO DE JANEIRO/RJ

PORTARIA Nº 764, DE 14 DE JULHO 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 03 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MICHELINE SILVEIRA FORTE

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201929672	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	100	FACULDADE PREMIER	PREMIER EDUCACIONAL LTDA	RUA ARAPONGA, 198, QD. 17, LT. 26/27, JARDIM VILA BOA, GOIÂNIA/GO

PORTARIA Nº 765, DE 14 DE JULHO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195 de 30 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Fica DEFERIDO o requerimento de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da entidade elencada no Anexo para o período de 14/11/2018 e 13/11/2021, conforme análise contida na respectiva Nota Técnica, em cumprimento a decisão judicial exarada nos autos do em cumprimento do comando judicial, proferido nos autos do Mandado de Segurança nº 5019064-21.2020.4.03.6100.

Art. 2º Sem prejuízo do prazo de validade da certificação, as entidades certificadas deverão apresentar ao Ministério da Educação o Relatório Anual previsto no art. 36 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, relativo aos serviços que houverem sido prestados à sociedade.

Art. 3º As entidades certificadas deverão zelar pela manutenção do cumprimento dos requisitos legais que ensejaram o deferimento a certificação, bem como dar ampla publicidade de condição de entidade detentora do CEBAS nos termos estabelecidos nos art. 67 e 68 da Portaria Normativa nº 15/2017, sob pena de cancelamento do certificado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica	Tipo (Concessão/Renovação)	Período de Certificação
1	06.303.115/0001-31	Clube de Mães do Jardim Turquesa	São Paulo/SP	23000.000072/2019-71	670/2022	CONCESSÃO ORIGINÁRIA	14/11/2018 a 13/11/2021

PORTRIA Nº 766, DE 14 DE JULHO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195 de 30 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Ficam DEFERIDOS os requerimentos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo, conforme análise contida nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Sem prejuízo do prazo de validade da certificação, as entidades certificadas deverão apresentar ao Ministério da Educação o Relatório Anual previsto no art. 36 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, relativo aos serviços que houverem sido prestados à sociedade, contendo informações sobre as bolsas de estudo e respectivos demonstrativos contábeis e financeiros.

Art. 3º As entidades certificadas deverão zelar pela manutenção do cumprimento dos requisitos legais que ensejaram o deferimento a certificação, bem como dar ampla publicidade de condição de entidade detentora do CEBAS nos termos estabelecidos nos art. 67 e 68 da Portaria Normativa nº 15/2017, sob pena de cancelamento do certificado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica	Tipo (Concessão/Renovação)	Período de Certificação
1	00.300.881/0001-66	ASSOCIACAO CHANCE INTERNACIONAL	Campinas/SP	23000.028537/2018-77	104/2021	CO N C ES S ÃO	3 (três) anos
2	78.624.202/0001-00	INSTITUTO FILADELFIA DE LONDRINA	Londrina/PR	23000.023951/2015-47	609/2021	CO N C ES S ÃO	3 (três) anos

Ministério da Infraestrutura

SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA (SENATRAN) Nº 876, DE 12 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe conferem os incisos VI e VII do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 886, de 13 de dezembro de 2021, e a Portaria DENATRAN nº 1, de 2 de janeiro de 2017, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.022883/2022-09, resolve:

Art. 1º Esta Portaria concede, por dois anos, a partir da data de sua publicação, nos termos do art. 7º da Portaria DENATRAN nº 1, de 2 de janeiro de 2017, renovação do credenciamento da pessoa jurídica ICE CARTÕES ESPECIAIS LTDA., CNPJ nº 01.175.647/0001-17, situada na Avenida Jornalista Paulo Zingg, nº 417, Jardim Jaraguá, São Paulo/SP, CEP: 05157-030, para produzir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e Permissão Internacional para Dirigir (PID).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA Nº 880, DE 13 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe conferem os incisos I e VI do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 928, de 28 de março de 2022 e a Portaria DENATRAN nº 2.145, de 23 de outubro de 2020, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.017630/2020-43, resolve:

Art. 1º Esta Portaria altera a Portaria DENATRAN nº 97, de 18 de janeiro de 2021, que homologa a plataforma tecnológica e o Curso de Reciclagem para Condutores Infratores, realizado na modalidade de ensino à distância (EAD) pela CNH TREINAMENTO RECICLAGEM LTDA.

Art. 2º A Portaria DENATRAN nº 97, de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Esta Portaria homologa, por cinco anos, a partir da data de sua publicação, a plataforma tecnológica e o Curso de Reciclagem para Condutores Infratores, realizado na modalidade de ensino à distância (EAD) pela CNH TREINAMENTO RECICLAGEM LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 32.879.500/0001-31, sediada na Rua João Pessoa de Mattos nº 505, Sala 601, Edifício Azzurra, Praia da Costa, Vila Velha/ES, CEP: 29101-260.

....." (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA Nº 881, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 922, de 28 de março de 2022, e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.018687/2022-21, resolve:

Art. 1º Esta Portaria concede, por quatro anos, a partir da data de sua publicação, nos termos do § 1º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 922, de 2022, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica GMAP INSPEÇÃO VEICULAR LTDA., inscrita no CNPJ nº 17.650.238/0001-65, situada na Rodovia BR-116, nº 550, Novo Horizonte, Município de Feira de Santana/BA, CEP: 44.036-331, para atuar como Instituição Técnica Licenciada (ITL).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA Nº 882, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 922, de 28 de março de 2022, e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.021612/2022-28, resolve:

Art. 1º Esta Portaria concede, por quatro anos, a partir da data de sua publicação, nos termos do § 1º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 922, de 2022, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica TRÊS RIOS INSPEÇÃO VEICULAR LTDA., inscrita no CNPJ nº 18.179.477/0001-41, situada na Rodovia BR-393, KM 171, Bairro de Nova Niterói, Município de Três Rios/RJ, CEP: 25.802-345, para atuar como Instituição Técnica Licenciada (ITL).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA Nº 884, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 922, de 28 de março de 2022, e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.021284/2022-60, resolve:

Art. 1º Esta Portaria concede, por quatro anos, a partir da data de sua publicação, nos termos do § 1º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 922, de 2022, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica RECREIO INSPEÇÃO DE SEGURANÇA VEICULAR LTDA., inscrita no CNPJ nº 29.723.423/0001-11, situada na Rua Frederico Quartarolli, nº 411, Lote 9, Pal. 45061, Recreio dos Bandeirantes, Município do Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.795-400, para atuar como Instituição Técnica Licenciada (ITL).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA Nº 885, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 922, de 28 de março de 2022, e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.020338/2022-70, resolve:

Art. 1º Esta Portaria concede, por quatro anos, a partir da data de sua publicação, nos termos do § 1º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 922, de 2022, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica ITV INSPEÇÃO TÉCNICA VEICULAR LTDA., inscrita no CNPJ nº 18.180.203/0001-72, situada na ST. STRC/SUL Trecho 02, Conjunto D, Parte Lote 03, SIA, Cidade de Brasília/DF, CEP: 71.225-521, para atuar como Instituição Técnica Licenciada (ITL).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA Nº 886, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 922, de 28 de março de 2022, e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.020239/2022-98, resolve:

Art. 1º Esta Portaria concede, por quatro anos, a partir da data de sua publicação, nos termos do § 1º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 922, de 2022, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica TUBARÃO INSPEÇÕES VEICULARES LTDA., inscrita no CNPJ nº 30.264.892/0001-07, situada na Avenida Expedicionário José Pedro Coelho, nº 2164, Revoredo, Município de Tubarão/SC, CEP: 88.704-762, para atuar como Instituição Técnica Licenciada (ITL).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA Nº 887, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 922, de 28 de março de 2022, e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.019374/2022-91, resolve:

Art. 1º Esta Portaria concede, por quatro anos, a partir da data de sua publicação, nos termos do § 1º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 922, de 2022, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica CAR BRASIL INSPEÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ nº 17.238.475/0001-13, situada na Rua Marechal José Agostinho dos Santos, nº 62, Capão da Imbuia, Município de Curitiba/PR, CEP: 82.810-380, para atuar como Instituição Técnica Licenciada (ITL).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA Nº 889, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a Resolução CONTRAN nº 922, de 28 de março de 2022, e a Portaria DENATRAN nº 27, de 25 de janeiro de 2017, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.017069/2020-01, resolve:

Art. 1º Esta Portaria concede, por quatro anos, a partir da data de sua publicação, nos termos do § 1º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 922, de 2022, licença de funcionamento à pessoa jurídica M. C. VIANA SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 33.164.524/0001-77, situada na Alameda Ione Pacheco Machado, Quadra B, Lote 02, Condomínio Industrial, Município de Casimiro de Abreu/RJ, CEP: 28.860-000, para atuar como Instituição Técnica Licenciada (ITL).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RESOLUÇÃO Nº 685, DE 13 DE JULHO DE 2022

Aprova emendas aos RBACs nºs 01 e 121.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos IV, VII, X, XXX e XLVI, da mencionada Lei, e considerando o que consta do processo nº 00058.011560/2020-86, deliberado e aprovado na 12ª Reunião Deliberativa da Diretoria, realizada em 12 de julho de 2022, resolve:

Art. 1º Aprovar a Emenda nº 16 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 121, intitulado "Operações de transporte aéreo público com aviões com configuração máxima certificada de assentos para passageiros de mais 19 assentos ou capacidade máxima de carga paga acima de 3.400 kg", consistente nas seguintes alterações:

"121.101 .....

(a) Cada detentor de certificado conduzindo operações regulares deve demonstrar que ao longo de cada rota existem suficientes serviços de informações meteorológicas de modo a assegurar um mínimo de informes e previsões meteorológicos necessários à operação, exceto se de outra forma previsto pela ANAC.

(b) Exceto como previsto no parágrafo (d) desta seção, cada detentor de certificado conduzindo operações regulares que utilize informes meteorológicos para exercer o controle operacional deve utilizar informes:

(1) para operações dentro do espaço aéreo brasileiro, providos pelo órgão competente ou por provedor reconhecido por ele; ou

(2) para operações realizadas no exterior, providos pelo órgão competente do país sobrevoado ou por provedor reconhecido por ele.

(c) Cada detentor de certificado conduzindo operações regulares que utilize previsões meteorológicas para exercer o controle operacional deve utilizar previsões providas pelas fontes especificadas no parágrafo (b) desta seção ou pelas fontes aprovadas sob o sistema adotado nos termos do parágrafo (d) desta seção.

(d) Cada detentor de certificado conduzindo operações regulares deve adotar e colocar em uso um sistema aprovado para obter e divulgar ao seu pessoal informes e previsões sobre fenômenos atmosféricos adversos, tais como turbulência em céu claro, tempestades e tesouras de vento em baixas altitudes, que possam afetar a segurança de voo em cada rota a ser voada e cada aeródromo a ser utilizado." (NR)

"121.119 .....

(a) Cada detentor de certificado conduzindo operações não regulares que utilize informes meteorológicos para exercer o controle operacional deve utilizar informes:

(1) para operações dentro do espaço aéreo brasileiro, providos pelo órgão competente ou por provedor reconhecido por ele; ou

(2) para operações realizadas no exterior, providos pelo órgão competente do país sobrevoado ou por provedor reconhecido por ele.

(b) Cada detentor de certificado conduzindo operações não regulares que utilize previsões meteorológicas para exercer o controle operacional deve utilizar previsões providas pelas fontes especificadas no parágrafo (a) desta seção." (NR)

"121.173 .....

.....

(h) Quando o aeródromo não dispuser de informações meteorológicas que atendam às seções 121.101 ou 121.119 deste regulamento, o detentor de certificado pode solicitar aprovação da ANAC para uso de meios alternativos para considerar os parâmetros necessários para cumprimento dos requisitos desta subparte." (NR)

"121.181 .....

.....

(c) .....

.....

(6) o detentor de certificado deve especificar no despacho ou na liberação do voo um aeródromo de alternativa que atenda aos mínimos meteorológicos de planejamento para pouso estabelecidos pelo operador, em conformidade com o parágrafo 121.613(b).

....." (NR)

"121.191 .....

.....

(b) .....

(5) no despacho ou liberação do voo foi indicado um aeródromo de alternativa que atenda aos mínimos meteorológicos de planejamento para pouso estabelecidos pelo operador, em conformidade com o parágrafo 121.613(b); e

....." (NR)

"121.197 .....

Ninguém pode indicar um aeródromo como aeródromo de alternativa no despacho de voo de um avião com motores a turbina, a menos que (baseado nas hipóteses de 121.195(b)) esse avião, com o peso previsto para o horário de pouso no aeródromo, possa executar um pouso completo usando 70% do comprimento efetivo da pista para avião turboélice, e 60% do comprimento efetivo da pista para aviões propelidos a jato, considerando que o avião passa na vertical da intersecção do plano de liberação de obstáculos com a pista a 50 pés de altura. No caso de aeródromo de alternativa de decolagem, como previsto em 121.617, pode ser considerado o alijamento de combustível, além do consumo normal de combustível e óleo, na determinação do peso esperado no horário estimado de pouso." (NR)

"121.345 .....

.....

(c) .....

(1) .....

(i) qualquer classe de OTP (TSO)-C74b ou C74c, como apropriado, desde que o equipamento tenha sido fabricado antes de 01 janeiro de 1990; ou

.....

(2) .....

(i) instalação temporária de equipamento substituto OTP (TSO)-C74b ou C74c, como apropriado, durante manutenção do equipamento apropriado;

....." (NR)

"121.422 .....

(a) .....

(1) .....

.....

(ii) meteorologia, incluindo os vários tipos de informes e previsões meteorológicos, interpretação de dados meteorológicos (incluindo previsões de rota, temperaturas e outras condições meteorológicas dos aeródromos de destino e de alternativa), sistemas frontais, condições de vento e o uso de cartas meteorológicas e de prognósticos para altitudes diversas;

....." (NR)

"121.438 .....

(a) .....

.....

(2) .....

(i) valor da visibilidade prevalecente no último informe meteorológico para o aeródromo em 1200 metros ou menos;

....." (NR)

"121.439 .....

.....

(c) .....

(2) ser observado, nos dois primeiros pousos a serem realizados em operações segundo este regulamento, por um INSPAC, examinador credenciado ou instrutor de voo agindo como piloto em comando e ocupando um dos postos de pilotagem. Os pousos devem ser feitos em condições meteorológicas que estejam iguais ou acima dos mínimos operacionais de aeródromo estabelecidos pelo operador para operações CAT I e devem ser feitos dentro de 45 dias após o término do treinamento em simulador.

....." (NR)

"121.611 .....

(a) O detentor de certificado deve, ao despachar ou liberar um avião para realizar um voo visual, garantir que:

(1) o voo possa ser realizado em conformidade com as regras de voo visual (VFR) estabelecidas pelo órgão competente do país sobrevoado; e

(2) com exceção do disposto em 121.619(b), as informações meteorológicas atualizadas indicam que as condições meteorológicas ao longo da rota até os aeródromos especificados no despacho ou liberação de voo, ou da parte da rota a ser voada sob VFR, estarão, nos horários apropriados, nos mínimos VFR aplicáveis ou acima deles." (NR)

"121.613 .....

(a) O detentor de certificado deve, ao despachar ou liberar um avião para realizar um voo IFR (incluindo ações de redespacho em voo), garantir que:

(1) as condições meteorológicas do aeródromo de decolagem, no horário de utilização, estão iguais ou acima dos mínimos operacionais para decolagem do aeródromo estabelecidos pelo operador;

(2) com exceção do disposto em 121.619(b), informações meteorológicas atualizadas indicam que as condições meteorológicas no aeródromo de destino estarão, no horário estimado de utilização, iguais ou acima dos mínimos operacionais para pouso no aeródromo estabelecidos pelo operador; e

(3) informações meteorológicas atualizadas indicam que as condições meteorológicas em cada aeródromo de alternativa em rota e de alternativa de destino requerido estarão, no horário estimado de utilização, iguais ou acima dos respectivos mínimos de planejamento para pouso em cada aeródromo estabelecidos pelo operador.

(b) Mínimos de planejamento para aeródromos de alternativa. O detentor de certificado deve estabelecer mínimos de planejamento para cada aeródromo a ser utilizado como alternativa em rota ou alternativa de destino, com objetivo de prover uma margem adequada de segurança de que uma aproximação e um pouso poderão ser conduzidos com segurança nesses aeródromos.

(1) Os mínimos de planejamento para aeródromos de alternativa devem ser superiores aos mínimos operacionais estabelecidos pelo operador para esses aeródromos.

(c) O operador deve estabelecer uma margem de tempo apropriada para o horário estimado de utilização de um aeródromo." (NR)

"121.615 Despacho ou liberação de voo sobre grandes extensões de água

(a) [Reservado].

(b) O detentor de certificado deve conduzir operações sobre grandes extensões de água em voos IFR, a menos que, sujeito a aprovação da ANAC, demonstre que o voo IFR não é necessário à segurança.

(c) [Reservado].

(d) [Reservado]." (NR)

"121.617 Aeródromo de alternativa de decolagem

(a) Se as condições meteorológicas no aeródromo de decolagem estiverem abaixo dos mínimos operacionais para pouso estabelecidos pelo operador ou se não for possível retornar para o aeródromo de decolagem por qualquer razão, o detentor de certificado deve selecionar e especificar no despacho ou liberação de voo um aeródromo de alternativa de decolagem dentro das seguintes distâncias:

(1) para aviões bimotores:

(i) uma hora de voo do aeródromo de decolagem, em velocidade de cruzeiro com um motor inoperante, determinada a partir do manual de operações do avião, em condições de atmosfera padrão e ar calmo, considerando o peso de decolagem real; ou

(ii) para operações ETOPS, quando um aeródromo de alternativa que atenda aos critérios do parágrafo (a)(1)(i) desta seção não estiver disponível, a distância associada ao que for menor entre duas horas e o tempo máximo de desvio ETOPS estabelecido para a operação, em velocidade de cruzeiro com um motor inoperante, determinada a partir do manual de operações do avião, em condições de atmosfera padrão e ar calmo, considerando o peso de decolagem real. Nessa situação, caso haja mais de um aeródromo disponível, deve ser escolhido o aeródromo mais próximo; ou

(2) para aviões com 3 ou mais motores: duas horas de voo do aeródromo de decolagem, com velocidade de cruzeiro, determinada a partir do manual de operações do avião, em condições de atmosfera padrão e ar calmo, considerando o peso de decolagem real.

(b) Para um aeródromo ser selecionado como aeródromo de alternativa de decolagem, as informações meteorológicas atualizadas devem indicar que as condições meteorológicas no aeródromo estarão, no horário estimado de utilização, iguais ou acima dos mínimos operacionais para pouso estabelecidos pelo operador.

....." (NR)

"121.619 Aeródromo de alternativa de destino

(a) O detentor de certificado deve selecionar e especificar no despacho ou liberação de voo pelo menos um aeródromo de alternativa de destino, exceto se:

(1) a duração do voo desde o aeródromo de decolagem, ou desde o ponto de redespacho em voo, até o aeródromo de destino permitir, considerando todas as informações meteorológicas e demais informações operacionais relevantes para o voo, uma razoável certeza de que, no horário estimado de utilização:

(i) a aproximação e o pouso poderão ser conduzidos sob condições meteorológicas visuais (VMC); e

(ii) pistas de pouso separadas estarão utilizáveis, com pelo menos uma pista tendo um procedimento de aproximação por instrumentos operacional; ou

(2) o aeródromo de destino for isolado. Operações para aeródromos de destino isolados devem ser planejadas de acordo com 121.645(c)(4)(iv) e:

(i) no despacho ou liberação de voo, deve ser determinado um ponto de não retorno, definido como o último ponto geográfico da rota em que o avião pode seguir tanto para o aeródromo de destino quanto para um aeródromo de alternativa em rota disponível; e

(ii) o voo não pode prosseguir além do ponto de não retorno exceto se uma avaliação atualizada das informações meteorológicas, condições de tráfego e outras condições operacionais indicar que um pouso seguro pode ser feito no horário estimado de utilização do aeródromo de destino.

(b) O detentor de certificado deve selecionar e especificar no despacho ou liberação de voo pelo menos dois aeródromos de alternativa de destino se, para o aeródromo de destino:

(1) as informações meteorológicas atualizadas indicarem que as condições meteorológicas estarão, no horário estimado de utilização, abaixo dos mínimos operacionais para pouso no aeródromo estabelecidos pelo operador; ou

(2) não houver informação meteorológica disponível que atenda às seções 121.101 ou 121.119 deste regulamento.

....." (NR)

"121.620 Variações nos requisitos de seleção de aeródromos de alternativa

(a) Não obstante os requisitos das seções 121.617, 121.619 e 121.624, o detentor de certificado pode submeter à aprovação da ANAC proposta de variação nos requisitos de seleção de aeródromos de alternativa. A proposta deve estar embasada nos resultados de uma avaliação de risco específica conduzida pelo detentor de certificado que demonstre, baseado em dados operacionais avaliados periodicamente, como será mantido um nível equivalente de segurança operacional e que inclua, no mínimo:

(1) capacidades do operador;
(2) capacidade geral do avião e de seus sistemas;
(3) infraestrutura, capacidades e tecnologias disponíveis no aeródromo;
(4) qualidade e confiabilidade das informações meteorológicas;
(5) perigos identificados e riscos associados com cada variação dos requisitos de seleção de aeródromos de alternativa; e
(6) medidas de mitigação específicas." (NR)
"121.621 [Reservado]" (NR)
"121.623 [Reservado]" (NR)
"121.624 .....
.....
(b) Ninguém pode listar um aeródromo como um aeródromo de alternativa ETOPS, em um despacho ou liberação de voo, a não ser que, para o menor e maior tempo previsto de pouso:
(1) informações meteorológicas indicarem que as condições meteorológicas estarão iguais ou acima dos mínimos de planejamento do aeródromo de alternativa ETOPS estabelecidos pelo operador; e
(2) os reportes de condições do aeródromo indicarem que um pouso seguro pode ser feito.
....." (NR)
"121.625 [Reservado]" (NR)
"121.631 Despacho ou liberação inicial de voo, acompanhamento de voo, redespacho e modificação de despacho ou de liberação de voo
.....
(b) Somente é permitido continuar um voo ao aeródromo de destino se as últimas informações disponíveis indicarem que as condições meteorológicas no aeródromo de destino ou em um aeródromo de alternativa requerido estarão, no horário estimado de utilização, iguais ou acima dos mínimos operacionais estabelecidos pelo operador em conformidade com a seção 121.648a.
(1) O despacho ou liberação de voo pode ser modificado, em rota, visando incluir qualquer aeródromo de alternativa que esteja dentro do alcance do avião, conforme previsto em 121.645 e 121.646.
(c) Ninguém pode permitir que um voo continue além do ponto de entrada ETOPS a não ser que:
(1) exceto como previsto no parágrafo (d) desta seção, as condições meteorológicas previstas, para cada aeródromo de alternativa ETOPS requerido por 121.624, estejam iguais ou acima dos mínimos operacionais estabelecidos pelo operador para o aeródromo; e
(2) todos os aeródromos de alternativa ETOPS estejam dentro do desvio máximo de tempo ETOPS, foram conferidos e a tripulação advertida de qualquer mudança ocorrida após o despacho.
.....
(f) Ninguém, em um voo em rota, pode alterar um aeródromo de destino ou um aeródromo de alternativa que esteja especificado em um despacho ou liberação de voo a não ser que o(s) aeródromo(s) substituto(s) seja(m) autorizado(s) a receber aquele tipo de avião e atenda(m) aos requisitos de 121.593 até 121.661 e adicionalmente o previsto na subparte I deste regulamento, no momento do redespacho ou emenda à liberação de voo." (NR)
"121.637 .....
(a) Nenhum piloto pode decolar de um aeródromo não listado nas especificações operativas (EO) do detentor de certificado (e que não esteja referenciado nas EO, conforme permitido pelo parágrafo 119.49(a)(4)(i) do RBAC nº 119), a menos que:
.....
(4) as condições meteorológicas do aeródromo permitam o cumprimento das seções 121.611 e 12.649 para voo VFR ou das seções 121.613 e 121.651 para voo IFR, conforme aplicável.
(b) Nenhum piloto pode decolar de um aeródromo de alternativa, a menos que as condições meteorológicas no referido aeródromo permitam o cumprimento das seções 121.611 e 121.649 para voo VFR ou das seções 121.613 e 121.651 para voo IFR, conforme aplicável." (NR)
"121.645.....
.....
(c) .....
.....
(3) combustível de contingência, que deve ser a quantidade de combustível requerida para compensar fatores imprevistos. Essa quantidade deve ser de 10% do combustível até o pouso no aeródromo de destino, ou do combustível requerido desde o ponto de redespacho em voo (baseado na taxa de consumo utilizada para planejar o combustível) até o pouso no destino.
(i) O combustível de contingência previsto no parágrafo (c)(3) desta seção poderá ser reduzido para 5%, caso o detentor de certificado possua um programa de monitoramento nos termos do previsto no parágrafo (b)(1)(i) desta seção ou se de outra forma estabelecida pela ANAC.
(ii) Em nenhum caso o combustível de contingência poderá ser menor do que a quantidade requerida para voar por 5 minutos em velocidade de espera a 450 m (1500 pés) sobre a elevação do aeródromo de destino em condição de atmosfera padrão;
.....
(4) .....
.....
(ii) quando dois aeródromos de alternativa de destino são requeridos, a quantidade de combustível, como calculada em 121.645(c)(4)(i), requerida para permitir ao avião voar até o aeródromo de alternativa de destino que requer a maior quantidade de combustível de alternativa;
(iii) quando um voo for operado sem um aeródromo de alternativa de destino, conforme o parágrafo 121.619(a)(1), a quantidade de combustível requerida para permitir ao avião voar por 15 minutos a velocidade de espera a 450 m (1500 pés) sobre a elevação do aeródromo de destino em condição de atmosfera padrão; e
(iv) quando o aeródromo de destino for isolado, conforme o parágrafo 121.619(a)(2):
(A) para aviões com motor convencional, a quantidade de combustível requerida para voar em nível de cruzeiro por duas horas ou por 45 minutos mais 15% do tempo de voo planejado, o que for menor, já incluindo o combustível de reserva final; ou
(B) para aviões com motor a turbina, a quantidade de combustível requerida para voar por duas horas, com consumo normal de cruzeiro, sobre o aeródromo de destino, já incluindo o combustível de reserva final;
.....
(6) .....
.....
(ii) permitir ao avião em operações ETOPS cumprir com o requisito de 121.646(b), referente ao cenário de combustível crítico ETOPS; e
.....
(e) .....
(1) cálculos de combustível do voo;
....." (NR)
"121.648 .....
.....
(b) .....
(1) .....
.....
(ii) quantidade de combustível requerida para voar a um aeródromo isolado, conforme 121.645(c)(4)(iv).
.....
(c) [Reservado]." (NR)
"121.648a Mínimos operacionais de aeródromo
(a) O detentor de certificado deve estabelecer mínimos operacionais de aeródromo para cada aeródromo a ser utilizado.
(1) O método de determinação desses mínimos deve ser aprovado pela ANAC.
(2) Esses mínimos não podem ser inferiores a qualquer mínimo que tenha sido estabelecido para o aeródromo pelo Estado do Aeródromo, exceto quando for especificamente aprovado por esse Estado.
(b) Ao estabelecer os mínimos operacionais aplicáveis a qualquer operação particular, o detentor de certificado deve considerar:
(1) o tipo, desempenho e características de manobrabilidade do avião e quais condições ou limitações previstas no manual de voo;
(2) a composição da tripulação de voo, sua competência e experiência;
(3) as dimensões e características das pistas de decolagem e pouso que podem ser selecionadas para utilização;
(4) a adequação e o desempenho dos auxílios de solo visuais e não visuais;
(5) o equipamento disponível no avião para os propósitos de navegação, aquisição de referências visuais e/ou controle da trajetória de voo durante a aproximação, pouso e aproximação perdida;
(6) os obstáculos nas áreas de aproximação e de aproximação perdida e a altura/altitude livramento dos obstáculos para os procedimentos de aproximação por instrumentos;
(7) os meios utilizados para determinar e reportar condições meteorológicas;
(8) os obstáculos nas áreas de subida de decolagem e as margens de livramento necessárias;
(9) as condições prescritas nas Especificações Operativas; e
(10) os mínimos estabelecidos pelo Estado do Aeródromo.
(c) O detentor de certificado somente pode realizar operações de aproximação por instrumentos em baixa visibilidade se:
(1) tiver aprovação específica nas Especificações Operativas; e
(2) for provida informação RVR.
(d) O detentor de certificado somente pode realizar operações de decolagem em baixa visibilidade se tiver aprovação específica nas Especificações Operativas, onde deve constar o RVR mínimo (ou outra medida de visibilidade horizontal mínima).
(e) Os mínimos operacionais para operações de aproximação por instrumentos 2D usando procedimentos de aproximação por instrumentos devem ser determinados pelo estabelecimento de uma altitude/altura mínima de descida (MDA/H), uma visibilidade mínima e, se necessário, condições de nuvens.
(f) Os mínimos operacionais para operações de aproximação por instrumentos 3D usando procedimentos de aproximação por instrumentos devem ser determinados pelo estabelecimento de uma altitude/altura de decisão (DA/H) e uma visibilidade mínima ou RVR mínimo." (NR)
"121.649 Mínimos meteorológicos para decolagem e pouso VFR
(a) O piloto somente pode decolar ou pousar em um aeródromo em voo VFR se:
(1) as condições atmosféricas desse aeródromo estiverem iguais ou acima dos mínimos meteorológicos para operação VFR fixados para o aeródromo; ou
(2) se esses mínimos não forem fixados para o aeródromo em questão:
(i) a visibilidade no solo for igual ou superior a 5 km (2,7 NM);
(ii) o teto for igual ou superior a 450m (1500 pés); e
(iii) houver autorização do controle de tráfego aéreo (se houver órgão ATC no aeródromo)." (NR)
"121.651 Mínimos meteorológicos para pousos e decolagens IFR
(a) Não obstante qualquer autorização do controle de tráfego aéreo, nenhum piloto pode decolar com um avião sob condições IFR quando as condições meteorológicas estiverem abaixo dos mínimos operacionais de aeródromo estabelecidos pelo detentor de certificado.
(b) Exceto como previsto no parágrafo (d) desta seção, nenhum piloto pode continuar uma aproximação após passar o fixo de aproximação final ou, quando tal fixo não existe, começar o segmento de aproximação final de um procedimento de aproximação por instrumentos, a menos que o último informe meteorológico provido em conformidade com as seções 121.101 ou 121.119 confirme visibilidade igual ou maior que a visibilidade mínima estabelecida para o procedimento de descida IFR sendo realizado.
....." (NR)
"121.652 Mínimos meteorológicos para pouso IFR. Restrições dos pilotos em comando
(a) Os valores de MDA/H ou DA/H, conforme aplicável, e de visibilidade para pouso IFR no aeródromo de destino, quando o piloto em comando possui menos de 100 horas de operação como piloto em comando segundo este regulamento no tipo de avião sendo operado, devem ser acrescidos de, respectivamente, 100 pés e 900m. Este requisito não se aplica a pouso no aeródromo de alternativa.
(b) As 100 horas de experiência como piloto em comando requeridas pelo parágrafo (a) desta seção podem ser reduzidas, não mais que 50%, pela substituição de 1 hora de operação segundo este regulamento por 1 pouso extra por hora, sempre no mesmo tipo de avião, desde que o piloto em comando possua experiência de 100 horas de operação como piloto em comando em outros tipos de avião de porte semelhante, operando conforme este regulamento.
....." (NR)
"121.687 .....
.....
(b) O despacho de voo deve conter ou ter anexado a ele os últimos informes e previsões meteorológicos disponíveis para os aeródromos de destino, aeródromos intermediários e aeródromos de alternativa. Pode, ainda, incluir qualquer informação adicional que o piloto em comando ou o despachante considerar necessária ou desejável. O despacho deve ser assinado pelo piloto em comando e pelo despachante de voo, a menos que seja computadorizado quando basta a identificação, de algum modo, dos responsáveis por ele." (NR)
"121.689 .....
.....
(b) A liberação de voo deve conter ou ter anexado a ela os últimos informes e previsões meteorológicos disponíveis para o aeródromo de destino, aeródromos intermediários e aeródromos de alternativa. Pode, ainda, incluir qualquer informação adicional que o piloto em comando julgar necessária ou desejável." (NR)
Parágrafo único. A Emenda de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal) e igualmente disponível em sua página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao), na rede mundial de computadores.
Art. 2º Aprovar a Emenda nº 10 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 01, intitulado "Definições, regras de redação e unidades de medida para uso nos normativos da ANAC", consistente nas seguintes alterações:
"01.1 .....
.....
Aeródromo de alternativa .....
(1) aeródromo de alternativa de decolagem significa um aeródromo de alternativa no qual uma aeronave poderá pousar, se isso for necessário, logo após a decolagem, se não for possível utilizar o aeródromo de decolagem;
.....
Aeródromo isolado significa um aeródromo de destino para o qual não há aeródromo de alternativa de destino apropriado para um determinado tipo de aeronave.
.....
Altitude de decisão (decision altitude - DA), referindo - se à operação de aeronaves, significa uma altitude especificada em uma operação de aproximação por instrumentos 3D, em que a aproximação perdida deve ser iniciada, caso a referência visual requerida para continuar a aproximação não tenha sido estabelecida. A altitude de decisão é expressa em pés acima do nível médio do mar.

.....

Altitude mínima de descida (Minimum Descent Altitude - MDA) significa a menor altitude, especificada em uma operação de aproximação por instrumentos 2D ou em uma operação de aproximação para circular, para a qual a descida é autorizada na aproximação final, ou durante uma manobra de circulação para pouso, até que o piloto aviste uma referência visual requerida para o aeródromo onde pretende pousar.

Altitude-pressão significa uma pressão atmosférica expressa em termos da altitude correspondente àquela pressão na atmosfera padrão.

Altura de decisão (decision height - DH), referindo-se à operação de aeronaves, significa uma altura especificada acima do solo em uma operação de aproximação por instrumentos 3D, em que a aproximação perdida deve ser iniciada, caso a referência visual requerida para continuar a aproximação não tenha sido estabelecida. A altura de decisão é expressa em pés acima do nível do solo.

Altura mínima de descida (Minimum Descent Height - MDH) significa a menor altura, especificada em uma operação de aproximação por instrumentos 2D ou em uma operação de aproximação para circular, para a qual a descida é autorizada na aproximação final, ou durante uma manobra de circulação para pouso, até que o piloto aviste uma referência visual requerida para o aeródromo onde pretende pousar.

.....

Aproximação de precisão Categoria I (CAT I) significa uma aproximação de precisão por instrumentos e pouso com uma altura de decisão (decision height - DH) não inferior a 60 m (200 pés) e com uma visibilidade não inferior a 800 m ou um alcance visual na pista (runway visual range - RVR) não inferior a 550 m.

.....

Aproximação de precisão Categoria III (CAT III) significa uma aproximação de precisão por instrumentos e pouso com uma DH inferior a 30 m (100 pés) ou sem limitações de DH e com um RVR inferior a 300 m ou sem limitações de RVR.

.....

Área de referência da asa (S) significa a área compreendida pela projeção do contorno da asa, incluindo flapes na posição recolhida e ailerons, mas excluindo concordâncias (carenagens), sobre o plano que contém as cordas da asa. É suposto que esse contorno se estende de forma razoável, através da fuselagem e das naceles até o plano de simetria da aeronave.

.....

Condições IMC (Instrument Meteorological Conditions) significa condições meteorológicas abaixo dos mínimos estabelecidos para voar segundo as regras do voo visual.

Condições VMC (Visual Meteorological Conditions) significa condições meteorológicas iguais ou superiores aos mínimos estabelecidos para voar segundo as regras do voo visual.

.....

Fase de cruzeiro (En-route phase) significa a parte do voo desde o fim da fase de decolagem e subida inicial até o início da fase de aproximação e pouso.

.....

Informação meteorológica significa um informe, análise ou previsão meteorológica ou qualquer outra informação relacionada a condições meteorológicas existentes ou esperadas.

.....

Mínimos operacionais de aeródromo significa os limites de utilização de um aeródromo para:

(1) decolagem, expressos em termos de alcance visual de pista e/ou visibilidade e, se necessário, condições de nuvens;

(2) pouso em operações de aproximação por instrumentos 2D, expressos em termos de visibilidade e/ou alcance visual de pista, altitude/altura mínima de descida e, se necessário, condições de nuvens; e

(3) pouso em operações de aproximação por instrumentos 3D, expressos em termos de visibilidade e/ou alcance visual de pista e altitude/altura de decisão como apropriado para o tipo e/ou categoria da operação.

.....

North Atlantic High Level Airspace - NAT-HLA significa o volume de espaço aéreo situado entre os FL285 e FL420, inclusive, estendendo-se entre a latitude 27º N e o Polo Norte, limitado a leste pelos limites orientais das áreas de controle de Santa Maria Oceanic, Shanwick Oceanic e Reykjavik Oceanic, e limitado a oeste pelos limites ocidentais das áreas de controle de Reykjavik Oceanic, Gander Oceanic e New York Oceanic, excluindo as áreas a oeste de 60º W e a sul de 38º30' N.

.....

Operações de aproximação por instrumentos significa uma aproximação e pouso utilizando instrumentos para orientação de navegação baseada em um procedimento de aproximação por instrumentos. Há dois métodos para executar operações de aproximação por instrumentos:

(1) operação de aproximação por instrumentos bidimensional (2D), que utiliza somente guia lateral; e

(2) operação de aproximação por instrumentos tridimensional (3D), que utiliza guia lateral e vertical.

Nota: as operações de aproximação por instrumentos são classificadas com base nos menores mínimos operacionais para os quais foram elaboradas, abaixo dos quais uma operação de aproximação somente pode ser continuada com a referência visual requerida. São classificadas em tipo A e tipo B.

Operações de aproximação por instrumentos de tipo A significa operações de aproximação por instrumentos com uma altura mínima de decisão ou altura de decisão igual ou superior a 75 m (250 pés).

Operações de aproximação por instrumentos de tipo B significa operações de aproximação por instrumentos com uma altura de decisão interior a 75 m (250 pés). São classificadas em CAT I, CAT II e CAT III.

Operações em baixa visibilidade (LVO) significa:

(1) operações de aproximação com RVR inferior a 550 m ou com uma altura de decisão inferior a 60 m (200 pés); ou

(2) operações de decolagem com RVR inferior a 400 m.

.....

Procedimento de aproximação por instrumentos significa uma série de manobras predeterminadas realizadas com o auxílio de instrumentos de bordo, com proteção específica contra os obstáculos, desde o fixo de aproximação inicial ou, quando aplicável, desde o princípio de uma rota de chegada até um ponto a partir do qual seja possível efetuar o pouso e, caso este não se realize, até uma posição na qual se apliquem os critérios de circuito de espera ou de margem livre de obstáculos em rota. Os procedimentos de aproximação por instrumentos são classificados em:

(1) procedimento de aproximação de não precisão (NPA): procedimento de aproximação por instrumentos elaborado para operações de aproximação por instrumentos 2D de tipo A;

(2) procedimento de aproximação com guia vertical (APV): procedimento de aproximação por instrumentos PBN elaborado para operações de aproximação por instrumentos 3D de tipo A; e

(3) procedimento de aproximação de precisão (PA): procedimento de aproximação por instrumentos baseado em sistemas de navegação (ILS, MLS, GLS e SBAS CAT I) elaborado para aproximação por instrumentos 3D de tipo A ou B.

"01.2 .....

.....

GBAS - Ground-Based Augmentation System - significa sistema de aumentação baseado em terra.

GLS - GBAS Landing System - significa sistema de pouso por GBAS.

.....

MLS - Microwave Landing System - significa sistema de pouso por micro-ondas.

MM - ILS Middle Mark - significa marcador médio do ILS.

.....

SBAS - Satellite-Based Augmentation Systems - significa sistema de aumentação baseado em satélite.

....." (NR)

§ 1º Ficam suprimidas as definições de "Aproximação de precisão Categoria IIIA (CAT IIIA)", "Aproximação de precisão Categoria IIIB (CAT IIIB)", "Aproximação de precisão Categoria IIIC (CAT IIIC)", "Procedimento de aproximação de precisão" da Seção 01.1.

§ 2º A Emenda de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal) e igualmente disponível em sua página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 3º Os detentores de certificado deverão se adequar às disposições da Emenda nº 16 do RBAC nº 121 até 1º de novembro de 2023.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em:

I - 1º de agosto de 2023, quanto à seção 121.620;

II - 2 de maio de 2023, quanto ao parágrafo 121.648a(d); e

III - 1º de agosto de 2022, quanto às demais disposições.

TIAGO SOUSA PEREIRA
Diretor-Presidente
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 686, DE 13 DE JULHO DE 2022

Aprova emendas ao RBAC nº 01 e RBAC nº 21.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto nos arts 5° e 8º, incisos XXXI e XXXIII, da mencionada Lei, e considerando o que consta do processo nº 00058.015364/2021-61, deliberado e aprovado na 12ª Reunião Deliberativa, realizada em 12 de julho de 2022, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do Anexo desta Resolução, a Emenda nº 11 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 01, intitulado "Definições, regras de redação e unidades de medida para uso nos RBAC", consistente nas seguintes alterações:

"01.1 .....

.....

Aeronave leve esportiva .....

.....

(4)-I velocidade de estol (VS0), na configuração de pouso, com flaps estendidos, menor ou igual a 61 knots CAS no peso máximo de decolagem certificado e centro de gravidade mais crítico.

.....

(14)-I Caso a aeronave seja um avião, adicionalmente admitem-se as seguintes características:

(i) peso máximo de decolagem menor ou igual a 1.361 kg (3.000 lb) para avião a ser operado a partir do solo apenas ou 1.531 kg (3.375 lb) para avião a ser operado a partir da água.

(ii) velocidade máxima em voo nivelado com potência máxima contínua (VH) menor ou igual a 185 knots CAS, sob condições atmosféricas padrão ao nível do mar.

(iii) assentos para não mais do que quatro pessoas, incluindo o piloto.

(iv) uma unidade de propulsão elétrica.

(v) uma hélice de passo variável." (NR)

Art. 2º Aprovar, nos termos do Anexo desta Resolução, a Emenda nº 09 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 21, intitulado "Certificação de produto e artigo aeronáuticos", consistente nas seguintes alterações:

"21.181.....

(a) .....

.....

(3) .....

.....

(ii) a aeronave estiver em conformidade com sua configuração original, exceto por aquelas alterações realizadas de acordo com as normas aceitas pela ANAC e autorizadas pelo fabricante da aeronave ou por uma pessoa aceitável pela ANAC;

....." (NR)

"21.190.....

.....

(c) .....

(1) identificar a aeronave por marca, modelo, número de série, classe, data de fabricação e normas aceitas pela ANAC;

(2) declarar que a aeronave cumpre com as normas aceitas pela ANAC;

(3) declarar que a aeronave está conforme com os dados de projeto do fabricante e, ao usar o sistema de garantia da qualidade deste fabricante, que a aeronave cumpre com as normas aceitas pela ANAC;

(4) declarar que o fabricante tornará disponível, a qualquer pessoa interessada, os documentos a seguir, os quais deverão estar em conformidade com as normas aceitas pela ANAC:

.....

(5) declarar que o fabricante irá monitorar e corrigir deficiências relativas à segurança operacional através da emissão de diretrizes de segurança e de um sistema de aeronavegabilidade continuada que atenda as normas aceitas pela ANAC;

.....

(7) declarar que o fabricante, através de um procedimento de ensaio de aceitação de produção que atenda as normas aceitas pela ANAC:

....." (NR)

"21.191.....

(i).....

(2).....

.....

(ii) de acordo com as instruções de montagem do fabricante, as quais devem satisfazer normas aceitas pela ANAC; ou

....." (NR)

"21.193.....

.....

(e).....

.....

(4) uma declaração de conformidade do fabricante do conjunto utilizado na montagem da aeronave de que esta cumpre com o parágrafo 21.190(c), com exceção de que, ao invés de cumprir o parágrafo 21.190(c)(7), a declaração indique obrigatoriamente as instruções de montagem para a aeronave, as quais devem satisfazer as normas aceitas pela ANAC;

....." (NR)

Art. 3º Os Regulamentos de que tratam esta Resolução encontram-se publicados no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e igualmente disponível em sua página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 1º de outubro de 2022.

TIAGO SOUSA PEREIRA
Diretor-Presidente
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

DELIBERAÇÃO Nº 102, DE 14 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.001288/2022-47 e ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Conhecer e negar provimento aos recursos apresentados contra o resultado do Pregão Eletrônico 9/2022, que declarou vencedora a empresa Esplanada Serviços Terceirizados Eireli.

Art. 2º Adjudicar e homologar o Resultado do Pregão Eletrônico 09/2022, conforme o art. 13, incisos V e VI, do Decreto nº 10.024/2019.

Art. 3º Autorizar a despesa decorrente da presente contratação, conforme Autorização de Despesa-Minuta CCO, SEI 1665590.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

JOSÉ RENATO FIALHO
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 105, DE 14 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR-GERAL EM EXERCÍCIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.010278/2022-01 e ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de medida cautelar pleiteado pela empresa Rubi Manufactura Sociedad Anonima em face de HM Way Comércio Exterior Ltda., dada a ausência dos pressupostos de "fumaça do bom direito" e de "perigo na demora".

Art. 2º Cientificar a interessada acerca da presente decisão.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ RENATO FIALHO

DELIBERAÇÃO Nº 106, DE 14 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR-GERAL EM EXERCÍCIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.010214/2022-00 e ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Conhecer da denúncia com pedido de medida cautelar formulado pela empresa Interfreight Transportes Internacionais Ltda., CNPJ nº 00.746.905/0001-05, contra a Mediterranean Shipping Company, transportador marítimo internacional, através do seu agente intermediário MSC Mediterranean Shipping Company do Brasil Ltda., CNPJ nº 02.378.779/0001-09, e MSC Mediterranean Shipping Company do Brasil Ltda.

Art. 2º No mérito, deferir o pedido de aplicação de medida cautelar, em razão da existência dos pressupostos de "fumaça do bom direito" e "perigo na demora", para determinar que as denunciadas:

I - suspendam a cobrança da nota de débito referente ao contrato de transporte BL MEDUST708410 e ao booking nº 2411521748247 no valor de US$ 37.602,00 (trinta e sete mil, seiscentos e dois dólares norte-americanos) e de US$ 7.125,00 (sete mil, cento e vinte cinco dólares norte-americanos), totalizando US$ 44.727,00 (quarenta e quatro mil, setecentos e vinte e sete dólares norte-americanos); e

II - abstenham-se de efetuar qualquer prática discriminatória contra a denunciante, tais como atraso ou cancelamento de futuros embarques, bloqueio de CNPJ, protesto de títulos ou inscrição em órgãos de proteção ao crédito, incluindo extinção de eventuais descontos concedidos pelas denunciadas nas operações da denunciante, dentre outras que possam prejudicar direta ou indiretamente as operações da denunciante.

Art. 3º Encaminhar a denúncia à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, para instauração de procedimento fiscalizatório, na forma Resolução-ANTAQ nº 3.259/2014, com vistas à apuração dos fatos reportados no documento SEI nº 1604531 e seus anexos.

Art. 4º Cientificar as interessadas acerca da presente decisão

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

JOSÉ RENATO FIALHO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

DELIBERAÇÃO Nº 15, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

Processo nº 50300.016592/2018-11. Fiscalizado: NTM NAVEGAÇÃO E TRANSPORTE MULTIMODAL LTDA., CNPJ nº 17.922.726/0001-84. Objeto e Fundamento Legal: A Gerente de Fiscalização da Navegação-Substituta da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Agência, e após transcurso do prazo in albis para apresentação de recurso do fiscalizado, decide pela subsistência do Auto de Infração nº 004316-8 (SEI 1015504) e pela aplicação da penalidade de advertência à empresa, pela prática da infração tipificada no artigo 24, inciso VI, da Resolução nº 1.558-ANTAQ.

OSIANE KRAIESKI DE ASSUNÇÃO

DELIBERAÇÃO Nº 31, DE 29 DE ABRIL DE 2022

Processo nº 50300.007384/2021-18. Fiscalizada: COMPANHIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - COMAP., CNPJ nº 02.824.158/0001-01. Objeto e Fundamento Legal: O Gerente de Fiscalização de Portos e Instalações Portuárias-Substituto, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 58 do Regimento Interno, aplica a penalidade de multa, no valor de R$ 109.844,99 (cento e nove mil oitocentos e quarenta e quatro reais e noventa e nove centavos), pelo cometimento da infração prevista no inciso XXix do art. 33, da norma aprovada pela Resolução nº 3.274/2014-ANTAQ.

RAFAEL MOISES SILVEIRA DA SILVA

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

DELIBERAÇÃO Nº 104, DE 13 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR-GERAL EM EXERCÍCIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.001288/2022-47 e ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Determinar, em caráter cautelar, e até a análise terminativa de mérito sobre o caso, a suspensão da cobrança relativa à nota fiscal NF 21.663 e à nota de débito ND 1408.001 pela Companhia Docas do Estado do Espírito Santo (CODESA) em face da empresa Operadora Portuária do Porto Organizado de Vitória, Start Navegação Ltda, uma vez presentes os pressupostos de "fumaça do bom direito" e "perigo na demora".

Art. 2º Restituir os autos à Superintendência de Regulação para a análise exauriente de mérito acerca da legalidade das cobranças de multa e juros.

Art. 3º Cientificar a empresa Start Navegação Ltda. e a Companhia Docas do Estado do Espírito Santo (CODESA) acerca da presente decisão.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ RENATO FIALHO

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

DELIBERAÇÃO Nº 88, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, e considerando o art. 4º, inciso VII, do Regimento Interno e o que consta do Processo nº 50300.006196/2022-53, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.148-ANTAQ, de 27 de fevereiro de 2015, de titularidade da empresa IMBAÚBA NAVEGAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ nº 21.159.987/0001-61, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 5º Termo Aditivo, em virtude de atualização de frota.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Extinguir o 4º Termo Aditivo do Termo de Autorização nº 1.148-ANTAQ e revogar a Resolução nº 7.530-ANTAQ, ambos de 2020.

Art. 4º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MARCUS VINICIUS TAVARES SILVEIRA
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 89, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, e considerando o art. 4º, inciso VII, do Regimento Interno e o que consta do Processo nº 50300.011424/2022-15, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 654-ANTAQ, de 21 de maio de 2010, de titularidade da empresa NAVEGAÇÃO OLIVEIRA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 07.052.341/0001-50, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 10º Termo Aditivo, em virtude de alteração de frota.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Extinguir o 9º Termo Aditivo do Termo de Autorização nº 654-ANTAQ e revogar a Deliberação DG nº 197, ambos de 2021.

Art. 4º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MARCUS VINICIUS TAVARES SILVEIRA
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 90, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, e considerando o art. 4º, inciso VII, do Regimento Interno e o que consta do Processo nº 50300.011939/2022-15, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.932-ANTAQ, de 28 de março de 2022, de titularidade da empresa PORTOBRAS SERVIÇOS E TRANSPORTE LTDA., inscrita no CNPJ sob onº 34.994.714/0001-84, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 1º Termo Aditivo, em virtude de alterações de razão social e natureza jurídica da autorizada.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MARCUS VINICIUS TAVARES SILVEIRA
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 91, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, e considerando o art. 4º, inciso VII, do Regimento Interno e o que consta do Processo nº 50300.011927/2022-82, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.746-ANTAQ, de 9 de março de 2020, de titularidade da empresa PORTOBRAS SERVIÇOS E TRANSPORTE LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 34.994.714/0001-84, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 1º Termo Aditivo, em virtude de alterações de razão social e natureza jurídica da autorizada.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MARCUS VINICIUS TAVARES SILVEIRA
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 92, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, e considerando o art. 4º, inciso VII, do Regimento Interno e o que consta do Processo nº 50300.011469/2022-81, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.149-ANTAQ, de 27 de fevereiro de 2015, de titularidade da empresa MONTEIRO E MONTEIRO NAVEGAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 19.208.401/0001-60, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 3º Termo Aditivo, em virtude de alteração do esquema operacional.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Extinguir o 2º Termo Aditivo do Termo de Autorização nº 1.149-ANTAQ e revogar a Deliberação SOG nº 50-ANTAQ, ambos de 2022.

Art. 4º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MARCUS VINICIUS TAVARES SILVEIRA
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 93, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria-DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, considerando o inciso VII do art. 4° do Regimento Interno e o que consta do Processo nº 50300.002603/2022-53, resolve:

Art. 1° Expedir Termo de Autorização nº 1.971-ANTAQ em favor da empresa AUREO BELO GUIMARÃES EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 12.424.829/0001-09, para operar como Empresa Brasileira de Navegação (EBN) na prestação de serviços de transporte misto, na navegação interior de percurso longitudinal interestadual, na Região

Hidrográfica Amazônica, entre os municípios de Porto Velho/RO e Manicoré/AM, com fulcro na Resolução nº 912-ANTAQ, de 23 de novembro de 2007; e

Art. 2º Condicionar a autorização a que se refere o artigo anterior à apresentação do documento de propriedade da embarcação "MARCOS FILHO III", no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data gravada no protocolo junto à Capitania dos Portos ou ao Tribunal Marítimo, nos termos da Deliberação-DG nº 20/2020/ANTAQ (SEI nº 1480569), alterada pelo Acórdão-ANTAQ nº 266/2021 (SEI nº 1338630); e

Art. 2º Esta Deliberação-SOG entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS TAVARES SILVEIRA
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

DECISÃO SUFER Nº 22, DE 29 DE JUNHO DE 2022

O Superintendente de Transporte Ferroviário, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022, com o disposto na Resolução nº 5.746, de 21 de fevereiro de 2018, e fundamentado no que consta do Processo nº 50500.041392/2020-56, decide:

Art. 1º Autorizar a Rumo Malha Oeste S/A a explorar o Projeto Associado consubstanciado na cessão onerosa de ativos arrendados para sublocação à Ferrovia Transnordestina S/A (FTL), nos termos do Contrato Específico celebrado.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ISMAEL TRINKS

DECISÃO SUFER Nº 24, DE 6 DE JULHO DE 2022

O Superintendente de Transporte Ferroviário da Agência Nacional de Transportes Terrestres, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso XVIII da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução ANTT nº 5.881, de 31 de março de 2020, e pela Resolução ANTT nº 5.963, de 10 de março de 2022, e tendo em vista o que consta no Processo nº 50500.043920/2022-73, decide:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação para fins ferroviários, em favor da União, os bens imóveis alcançados pelas coordenadas planas descritas nos anexos a esta Portaria, as quais definem as poligonais de utilidade pública de 3 (três) áreas no município de Embu-Guaçu, no estado de São Paulo, destinadas à implantação do viaduto rodoviário sobre a ferrovia no quilômetro ferroviário 139 + 100 m, do trecho Mairinque - Evangelista de Souza, da malha concedida à Rumo Malha Paulista S.A. - RMP.

Art. 2º Fica a RMP autorizada a promover as desapropriações necessárias para a implantação das obras referenciadas no art. 1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Parágrafo único. A RMP fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a Concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º A execução das desapropriações sobre bens de propriedade dos Estados e Municípios estará condicionada à autorização prévia do Poder Legislativo, se for o caso.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ISMAEL TRINKS

ANEXO

Tabela de Pontos - Área 03					
De	Para	Coord. E	Coord. N	Azimute	Distância
V01	V02	316.523,84	7.358.426,17	188°16'47"	22,71 m
V02	V03	316.520,57	7.358.403,70	146°42'33"	7,56 m
V03	V04	316.524,72	7.358.397,38	105°41'15"	31,14 m
V04	V05	316.554,70	7.358.388,96	9°55'11"	24,50 m
V05	V01	316.558,92	7.358.413,09	290°26'54"	37,44 m
Área: 934,79 m² Perímetro: 123,27 m					

Tabela de Pontos - Área 04					
De	Para	Coord. E	Coord. N	Azimute	Distância
V01	V02	316.494,49	7.358.616,32	196°04'46"	51,02 m
V02	V03	316.480,36	7.358.567,30	106°03'48"	12,00 m
V03	V04	316.491,89	7.358.563,98	16°05'36"	51,01 m
V04	V05	316.506,03	7.358.612,99	286°05'46"	12,01 m
Área: 611,93 m² Perímetro: 126,01 m					

Tabela de Pontos - Área 05					
De	Para	Coord. E	Coord. N	Azimute	Distância
V01	V02	316.524,72	7.358.397,38	147°10'50"	26,64 m
V02	V03	316.539,16	7.358.374,99	142°04'15"	17,64 m
V03	V04	316.550,00	7.358.361,08	9°34'08"	28,27 m
V04	V05	316.554,70	7.358.388,96	285°41'15"	31,14 m
Área: 461,33 m² Perímetro: 103,90 m					

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO SUPAS Nº 651, DE 14 DE JULHO DE 2022

O Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros Substituto da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do artigo 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de supressão e implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 92; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.109541/2022-53, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., CNPJ nº 82.647.884/0001-35, para modificar a prestação de serviço conforme descrito abaixo:

I - Suprimir a linha RIO DE JANEIRO (RJ) - SÃO PAULO (SP), prefixo 07-0209-30.

II - Implantar a linha RIO DE JANEIRO (RJ) - SÃO PAULO (SP), prefixo 07-0209-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO TIMOTEO ANTUNES

DECISÃO SUPAS Nº 652, DE 14 DE JULHO DE 2022

O Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros Substituto da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso XII do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.111583/2022-54, decide:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo desta Decisão para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 2015 implica a renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Decisão implicará a aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Será disponibilizado às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Decisão.

Art. 8º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO TIMOTEO ANTUNES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
JOAO ARTHUR PACHECO THIBES & CIA LTDA	000345	24.766.364/0001-45
KITE HOUSE POUSADA E TRANSPORTES LTDA	006477	45.002.289/0001-16
KODAMATUR TRANSPORTE E TURISMO EIRELI	001929	21.973.893/0001-21
LIRATUR LIMITADA	006478	46.420.424/0001-06
ORELHA'S TOUR LOCADORA DE VEICULOS LTDA	001987	11.690.280/0001-23
PAGANI & FERREIRA TRANSPORTES E LOCACOES LTDA	359899	05.614.619/0001-00
R E SILVA LOCADORA LTDA	001503	19.455.411/0001-08
RAULINO TRANSPORTES E TURISMO LTDA	006479	24.817.988/0001-44
RICARDO TRANSPORTE & TURISMO LTDA	006480	33.240.486/0001-94
ROSANGELA DOS SANTOS PEREIRA CHINALIA TRANSPORTES LTDA	006481	36.525.147/0001-42
SOLANGE DOS SANTOS SILVA LIMITADA	006482	46.499.427/0001-87
VALDETE DA SILVA MARTINEZ LTDA	006483	32.995.380/0001-38

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

DECISÃO SUROD Nº 119, DE 11 DE JULHO DE 2022

Autoriza a implantação de ocupação longitudinal aérea por redes de cabos de energia elétrica na Rodovia BR-116/SP, administrada pela Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo
Interessado: EDP São Paulo Distribuição de Energia S/A.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.068581/2022-38, decide:

Art.1º Autorizar a a implantação de ocupação longitudinal aérea por redes de cabos de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-116/SP, rodovia federal administrada pela Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo, do km 81+100m ao km 84+700m, nos municípios de Roseira/SP e Pindamonhangaba/SP, de interesse de EDP São Paulo Distribuição de Energia S/A.

§1º A presente Decisão está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitas em relação às disposições principais do escopo que compõem o Caput.

§2º Outras disposições não especificadas no Caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Coordenação Regional de Fiscalização da Infraestrutura Rodoviária de São Paulo sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art.2º A Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo deverá encaminhar à Gerência de Engenharia Rodoviária - GEENG, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art.3º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a EDP São Paulo Distribuição de Energia S/A e a Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art.4º Caberá à Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art.5º A EDP São Paulo Distribuição de Energia S/A deverá concluir a obra objeto desta Decisão no prazo de 205 (duzentos e cinco) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

Art.6º Na implantação e conservação da referida obra, a EDP São Paulo Distribuição de Energia S/A deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art.7º A EDP São Paulo Distribuição de Energia S/A assumirá todo o ônus relativo à implantação, manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a Rodovia.

Art.8º A referida autorização não resultará em receita extraordinária anual de ocupação da faixa de domínio por força dos decretos nº 84.398/1980 e 86.859/1982.

Art.9º A EDP São Paulo Distribuição de Energia S/A deverá encaminhar à Coordenação Regional de Fiscalização da Infraestrutura Rodoviária de São Paulo e à Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art.10. A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada, a qualquer tempo de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo Único. A EDP São Paulo Distribuição de Energia S/A abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art.11. Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

DECISÃO SUROD Nº 138, DE 6 DE JULHO DE 2022

Autoriza a implantação de travessia aérea por redes de cabos de energia elétrica na Rodovia BR-101/RJ, sob concessão à Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo - Interessado: Karpowership Brasil Energia Ltda.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.103744/2022-36, decide:

Art.1º Autorizar a implantação de travessia aérea por redes de cabos de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-101/RJ, administrada pela Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo, no km 396+640m, no município de Itaguaí/RJ, de interesse de Karpowership Brasil Energia Ltda.

§1º A presente Decisão está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitas em relação às disposições principais do escopo que compõem o Caput.

§2º Outras disposições não especificadas no Caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Coordenação Regional de Fiscalização da Infraestrutura Rodoviária de São Paulo sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art.2º A Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo deverá encaminhar à Gerência de Engenharia Rodoviária - GEENG, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art.3º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Karpowership Brasil Energia Ltda. e a Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art.4º Caberá à Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art.5º A Karpowership Brasil Energia Ltda deverá concluir a obra objeto desta Decisão no prazo de 5 (cinco) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

Art.6º Na implantação e conservação da referida obra, a Karpowership Brasil Energia Ltda. deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art.7º A Karpowership Brasil Energia Ltda. assumirá todo o ônus relativo à implantação, manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a Rodovia.

Art.8º A referida autorização não resultará em receita extraordinária anual de ocupação da faixa de domínio por força dos decretos nº 84.398/1980 e 86.859/1982.

Art.9º A Karpowership Brasil Energia Ltda. deverá encaminhar à Coordenação Regional de Fiscalização da Infraestrutura Rodoviária de São Paulo e à Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art.10. A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada, a qualquer tempo de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo Único. A Karpowership Brasil Energia Ltda abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art.11. Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MJSP Nº 122, DE 14 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Governo do Estado do Amazonas.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA substituto, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, c/c o inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, e tendo em vista a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, a Portaria MJ nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, e o contido no Processo Administrativo nº 08000.016706/2022-19, resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego da Força Nacional de Segurança Pública, em apoio ao Estado do Amazonas, nos Municípios de Humaitá, Lábrea e Novo Aripuanã, em caráter episódico e planejado, nas ações de combate aos incêndios florestais e às queimadas, em atividades de defesa civil em defesa do meio ambiente e nos serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, no âmbito da operação "Guardiões do Bioma - Combate a Queimadas e Incêndios Florestais - 2022", no período de 15 de julho a 15 de novembro de 2022.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico do órgão demandante, que deverá dispor da infraestrutura necessária à Força Nacional de Segurança Pública.

Art. 3º O contingente a ser disponibilizado obedecerá ao planejamento definido pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO RAMIREZ LORENZO

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 4.352, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/29367 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CALDAS SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 26.459.741/0001-29, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Goiás com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 1276/2022 (CNPJ nº 26.459.741/0001-29) e nº 1478/2022 (CNPJ nº 26.459.741/0002-00).

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.353, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/30940 - DPF/LDA/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa STOP SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 33.596.251/0001-30, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1520/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.354, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/32697 - DPF/VAG/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa POUSOSEG SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA ME, CNPJ nº 20.020.309/0001-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 1506/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.355, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/38947 - DPF/PFO/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, CNPJ nº 92.034.321/0001-25 para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1446/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.356, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/39923 - DPF/VDC/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MSA VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA - ME, CNPJ nº 26.664.333/0002-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 1607/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.357, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/40574 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Conceder autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0179-21, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

461 (quatrocentas e sessenta e uma) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.358, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/41075 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BELFORT SEGURANCA DE BENS E VALORES LTDA, CNPJ nº 62.447.032/0008-63, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1596/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.359, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/41251 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GENIUS SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 37.834.919/0001-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1370/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.360, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/41951 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PERSONALITÉ SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 20.085.391/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 1576/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.361, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/42646 - DPF/RPO/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURANÇA E VIGILÂNCIA SUDESTE LTDA, CNPJ nº 66.997.891/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1430/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.362, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/42809 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARMADA REAL SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 04.604.767/0002-61, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 1529/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.363, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/42980 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LIONS SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 30.044.178/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1473/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.364, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/43916 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Conceder autorização à empresa TNT CENTRO DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 03.732.792/0001-87, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4 (quatro) Pistolas calibre .380
8562 (oito mil e quinhentas e sessenta e duas) Munições calibre .380
3564 (três mil e quinhentas e sessenta e quatro) Munições calibre 12
20000 (vinte mil) Munições calibre 38
20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38
7403 (sete mil e quatrocentos e três) Gramas de pólvora
20000 (vinte mil) Projéteis calibre 38
8562 (oito mil e quinhentas e sessenta e duas) Espoletas calibre .380
8562 (oito mil e quinhentos e sessenta e dois) Projéteis calibre .380
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Arma de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
1 (uma) Arma de choque elétrico de contato direto
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.365, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/44045 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TBI SEGURANÇA EIRELLI, CNPJ nº 07.534.224/0001-22, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 1577/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.366, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/44504 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: AUTORIZAR a empresa HEDGE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ Nº 11.659.891/0001-09, a promover alteração nos seus atos constitutivos apenas no que se refere à razão social, que passa a ser HEDGE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA

Outras alterações não constantes do presente alvará estão vedadas e necessitarão de nova autorização da Polícia Federal, nos termos do art. 1.133 do Código Civil.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.367, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/44599 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MASTER MAGNUM SERVIÇOS DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ nº 04.958.249/0001-65, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 1536/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.368, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/44861 - DELESP/DREX/SR/PF/MT, resolve:

Conceder autorização à empresa LUSEG SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 31.089.900/0001-80, sediada no Mato Grosso, para adquirir:

Da empresa cedente MAX - SEGURANÇA MAXIMA LTDA, CNPJ nº 03.007.660/0001-92:
9 (nove) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
192 (cento e noventa e duas) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.369, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/44901 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RESOLV VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 06.085.164/0002-26, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 1545/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.370, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/44952 - DELESP/DREX/SR/PF/SE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SACEL ESCOLA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO AO TIRO PARA VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 32.845.596/0001-17, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Sergipe, com Certificado de Segurança nº 1587/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.371, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/45540 - DELESP/DREX/SR/PF/RN, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COMBATE SEGURANCA DE VALORES LTDA, CNPJ nº 02.322.136/0003-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Rio Grande do Norte, com Certificado de Segurança nº 1572/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.372, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/45853 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESSENCIAL SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.457.677/0006-81, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 1604/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.373, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/46048 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BSA VIGILANCIA E PROTEÇÃO LTDA ME, CNPJ nº 12.022.606/0001-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1496/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.374, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/46160 - DELESP/DREX/SR/PF/AP, resolve:

Conceder autorização à empresa DIMIVIG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 22.236.185/0001-70, sediada no Amapá, para adquirir:

Da empresa cedente MAX - SEGURANÇA MAXIMA LTDA, CNPJ nº 03.007.660/0001-92:

11 (onze) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente MAX - SEGURANÇA MAXIMA LTDA, CNPJ nº 03.007.660/0001-92:

324 (trezentas e vinte e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.375, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/46387 - DPF/SNM/PA, resolve:

Conceder autorização, à empresa VIP VIGILANCIA INTENSIVA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 01.160.949/0002-00, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada no Pará.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.378, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/24602 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGVALE SEGURANÇA PATRIMONIAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO LTDA EPP, CNPJ nº 13.662.616/0001-70, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 1190/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.379, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/37107 - DPF/GVS/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PHOENIX VIGILANCIA CORPORATIVA LTDA., CNPJ nº 08.805.078/0001-95, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 1612/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.380, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/37642 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AR15 ESCOLA DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO EM SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 13.558.174/0001-16, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 1389/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.381, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/41600 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa POLISERVICE SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 73.946.238/0001-88, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1611/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.382, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/43682 - DPF/CCM/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIGILANCIA RADAR LTDA, CNPJ nº 72.115.025/0001-41, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 1615/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.383, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/46392 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VOIGHT VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 32.001.675/0001-41, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1558/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.384, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/46455 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa PROJECT VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 35.215.015/0001-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1552/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.385, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/46677 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PREMIUM SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.558.151/0001-83, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1497/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.386, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/46824 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTURIÃO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 07.283.885/0006-37, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 1556/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.387, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/46867 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORCETEC VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 33.866.378/0001-21, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1560/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.388, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/46891 - DPF/SAG/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COOP. DISTR. GER. DE ENERGIA DAS MISSÕES - CERMISSÕES, CNPJ nº 97.081.434/0001-03 para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1594/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.389, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/47674 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PATRIMONIO E SEGURANÇA ARMADA LTDA, CNPJ nº 04.947.331/0001-94, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 1569/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.390, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/47729 - DPF/CGE/PB, resolve:

Conceder autorização à empresa PB BRAVO CURSO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO PARA VIGILANTE LTDA ME, CNPJ nº 17.789.580/0001-40, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2807 (duas mil e oitocentas e sete) Munições calibre .380
1000 (uma mil) Munições calibre 12
10000 (dez mil) Munições calibre 38
10488 (dez mil e quatrocentas e oitenta e oito) Espoletas calibre 38
496 (quatrocentos e noventa e seis) Gramas de pólvora
7000 (sete mil) Projéteis calibre 38
3000 (três mil) Espoletas calibre .380
2175 (dois mil e cento e setenta e cinco) Projéteis calibre .380
1000 (uma mil) Buchas calibre 12
2484 (dois mil e quatrocentos e oitenta e quatro) Quilos de chumbo calibre 12
1000 (uma mil) Espoletas calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.391, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/47909 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa CONVAR VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA - EPP, CNPJ nº 28.593.604/0001-08, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente MASTER VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.867.848/0001-12:
10 (dez) Revólveres calibre 38
Da empresa cedente MASTER VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.867.848/0001-12:
180 (cento e oitenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.392, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/48138 - DPF/PDE/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa EMPRESA DE SEGURANCA PRIVADA VENCESFORT LTDA, CNPJ nº 43.517.443/0001-67, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente SKILL SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 69.117.869/0001-17:
10 (dez) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
100 (cem) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.393, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/48513 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JUIZ DE FORA EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.717.460/0002-41, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1563/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.394, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/48540 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TRIUNFO SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 08.562.228/0001-87, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 1579/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.395, DE 13 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/48634 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AJP EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 27.229.931/0001-12, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 1555/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.399, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/48667 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 09.039.434/0001-70, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
598 (quinhentas e noventa e oito) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.400, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/48799 - DELESP/DREX/SR/PF/PB, resolve:

Conceder autorização à empresa PLENITUDE SEGURANÇA PRIVADA LTDA., CNPJ nº 17.392.053/0001-06, sediada na Paraíba, para adquirir:

Da empresa cedente FATOR VIGILANCIA E SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 12.048.368/0001-09:
10 (dez) Revólveres calibre 38
Da empresa cedente FATOR VIGILANCIA E SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 12.048.368/0001-09:
120 (cento e vinte) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.401, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/48891 - DPF/CAS/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GRUPO PREVIL SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 07.618.311/0001-68, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1599/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.402, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/49171 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SARAIVA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.359.749/0001-83, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 1570/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.403, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/49248 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa PERSONAL SECURITY CURSOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.086.345/0001-00, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
25000 (vinte e cinco mil) Munições calibre .380
3000 (três mil) Munições calibre 12
50000 (cinquenta mil) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.404, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/49379 - DPF/AQA/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa BRADON SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 30.715.470/0001-00, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3 (três) Revólveres calibre 38
54 (cinquenta e quatro) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.405, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/49501 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0011-54, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 1606/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.406, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/49576 - DPF/PFO/RS, resolve:

Conceder autorização à empresa EPAVI - ESCOLA PARA VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 20.617.476/0001-83, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
40000 (quarenta mil) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.407, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/49646 - DPF/AQA/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa GQ SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 41.818.525/0001-16, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente SAVING PROTEÇÃO PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 08.266.997/0001-38:

2 (dois) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

36 (trinta e seis) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.408, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/49813 - DPF/RPO/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa RAIZEN ENERGIA S.A., CNPJ nº 08.070.508/0124-27, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

54 (cinquenta e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.409, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/49815 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Conceder autorização à empresa ESSENCIAL SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.457.677/0007-62, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.410, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/49860 - DPF/PCA/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa FIGUEIRA DE ALMEIDA FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 01.322.393/0005-46, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

12000 (doze mil) Espoletas calibre 38

3110 (três mil e cento e dez) Gramas de pólvora

12000 (doze mil) Projéteis calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.411, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/49915 - DPF/JZO/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa GUARDSECURE SEGURANCA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ nº 42.035.097/0002-07, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1200 (uma mil e duzentas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.412, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/49934 - DPF/JNE/CE, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida por meio do Alvará nº 521 de 31/07/2000 à empresa CTVIC-CENTRO DE TREINAMENTO DE VIGILANTES DO CARIRI S/C LTDA, CNPJ/MF nº 03.701.045/0001-81, localizada no Estado de CEARÁ.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.413, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/49617 - DPF/JPN/RO, resolve:

Conceder autorização à empresa CIESE CENTRO DE INSTRUCAO ESPECIALIZADO EM SEGURANCA LTDA., CNPJ nº 00.955.520/0002-39, sediada em Rondônia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

2 (duas) Pistolas calibre .380

5 (cinco) Revólveres calibre 38

3077 (três mil e setenta e sete) Munições calibre .380

1294 (uma mil e duzentas e noventa e quatro) Munições calibre 12

40000 (quarenta mil) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.414, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/49947 - DPF/SOD/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa SM SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 13.462.630/0001-20, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.415, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/49970 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ANDRADE SERVIÇO DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 17.551.327/0001-54, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 1610/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.416, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/50160 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa CENTRO DE ENSINO EM SEGURANÇA OPORTUNIDADE SEG LTDA, CNPJ nº 10.754.054/0001-04, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

50000 (cinquenta mil) Munições calibre 38

2608 (duas mil e seiscentas e oito) Munições calibre .380

20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38

6035 (seis mil e trinta e cinco) Gramas de pólvora

20000 (vinte mil) Projéteis calibre 38

3284 (três mil e duzentas e oitenta e quatro) Espoletas calibre .380

3284 (três mil e duzentos e oitenta e quatro) Projéteis calibre .380

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Arma de choque elétrico de contato direto

1 (um) Lançador de munição não-letal no calibre 12 (doze)

1 (uma) Arma de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.417, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/50280 - DPF/CAC/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa DELTA STAR CENTRO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 06.271.596/0001-40, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2500 (duas mil e quinhentas) Munições calibre 12

20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38

21000 (vinte e um mil) Gramas de pólvora

20000 (vinte mil) Projéteis calibre 38

10000 (dez mil) Espoletas calibre .380

10000 (dez mil) Projéteis calibre .380

2000 (duas mil) Buchas calibre 12

20 (vinte) Quilos de chumbo calibre 12

6000 (seis mil) Espoletas calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.418, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/50319 - DPF/SNM/PA, resolve:

Conceder autorização à empresa BRANCO CURSOS DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 04.893.215/0001-30, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3344 (três mil e trezentas e quarenta e quatro) Espoletas calibre 38

2 (dois) Gramas de pólvora

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.423, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/37435 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGIL VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 40.170.029/0001-36, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1269/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.424, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte

interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/38747 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TRIMAIS SUPERMERCADOS LTDA., CNPJ nº 07.947.496/0001-54 para atuar em São Paulo.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.425, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/39736 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMÍNIO SHOPPING CAMPO LIMPO, CNPJ nº 08.140.551/0001-62 para atuar em São Paulo.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.426, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/40200 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO CIVIL CENTER SHP SAO BERNARDO, CNPJ nº 71.538.367/0001-01 para atuar em São Paulo.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.427, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/41415 - DELESP/DREX/SR/PF/MS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTURIÃO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 07.283.885/0008-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Mato Grosso do Sul, com Certificado de Segurança nº 1620/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.428, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/45973 - DELESP/DREX/SR/PF/MS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROTEGE S.A - PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0002-66, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores e Escolta Armada, para atuar no Mato Grosso do Sul, com Certificado de Segurança nº 1621/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.429, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/48155 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa USINA PETRIBU S/A, CNPJ nº 10.645.075/0001-83 para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 1619/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.430, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/48280 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUPERMERCADO OURINHOS LTDA, CNPJ nº 46.951.943/0001-09 para atuar em São Paulo.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.431, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/50365 - DPF/CAS/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa UNISETER SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 33.924.819/0001-02, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3 (três) Revólveres calibre 38
40 (quarenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.432, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/50372 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Conceder autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa KALLAS PORTO MARAVILHA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A., CNPJ nº 13.913.490/0002-40, para atuar no Rio de Janeiro.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.433, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/50374 - DPF/SOD/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa ACADEMIA DE FORMACAO DE VIGILANTES MAGNACAD LTDA, CNPJ nº 37.749.859/0001-08, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5000 (cinco mil) Munições calibre 38
5000 (cinco mil) Espoletas calibre 38
1107 (um mil e cento e sete) Gramas de pólvora
5000 (cinco mil) Projéteis calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.434, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/50383 - DPF/CGE/PB, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida por meio do Alvará nº 12 de 04/12/2008 à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO SHOT ADVANCED TRAINING LTDA - ME, CNPJ/MF nº 03.019.433/0002-68, localizada no Estado de PARAÍBA.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.435, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/50550 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Conceder autorização à empresa CEFOR SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 07.608.821/0001-54, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5932 (cinco mil e novecentas e trinta e duas) Munições calibre 38
222 (duzentas e vinte e duas) Munições calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.436, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/50559 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa INFRAPORTE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 21.371.102/0001-93, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Carabinas calibre 38
4 (quatro) Espingardas calibre 12
5 (cinco) Pistolas calibre .380
5 (cinco) Revólveres calibre 38
10000 (dez mil) Munições calibre 38
10000 (dez mil) Munições calibre .380
10000 (dez mil) Espoletas calibre 38
10000 (dez mil) Estojos calibre 38
5184 (cinco mil e cento e oitenta e quatro) Gramas de pólvora
10000 (dez mil) Projéteis calibre 38
10000 (dez mil) Espoletas calibre .380
10000 (dez mil) Estojos calibre .380
10000 (dez mil) Projéteis calibre .380
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Arma de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
1 (uma) Arma de choque elétrico de contato direto
50 (cinquenta) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico
5 (cinco) Máscaras de proteção respiratória modelo facial completo
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.437, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/50709 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Conceder autorização à empresa STAR CURSO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 02.288.030/0001-70, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
50000 (cinquenta mil) Espoletas calibre 38
14256 (quatorze mil e duzentos e cinquenta e seis) Gramas de pólvora
50000 (cinquenta mil) Projéteis calibre 38
5000 (cinco mil) Espoletas calibre .380
5000 (cinco mil) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.438, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/50769 - DPF/SGO/PE, resolve:

Conceder autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0146-08, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Espingarda calibre 12
30 (trinta) Munições calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.439, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/50851 - DPF/JNE/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CIDADE KARIRIS RESIDENCIAL CLUB, CNPJ nº 20.183.184/0001-80 para atuar no Ceará.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.440, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/50873 - DPF/PDE/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa OPERACIONAL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA - ME, CNPJ nº 13.353.695/0001-37, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
6 (seis) Revólveres calibre 38
72 (setenta e duas) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.441, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/50875 - DPF/MBA/PA, resolve:

Conceder autorização à empresa FIEL CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 09.130.520/0003-55, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2500 (duas mil e quinhentas) Munições calibre .380
500 (quinhentas) Munições calibre 12
5000 (cinco mil) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.442, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/50881 - DPF/CAC/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa TAVARES SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.859.934/0001-37, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
170 (cento e setenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.443, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/50898 - DPF/STS/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇAS XI DE AGOSTO LTDA, CNPJ nº 18.204.033/0001-19, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5000 (cinco mil) Munições calibre .380
3000 (três mil) Munições calibre 12
10000 (dez mil) Munições calibre 38
84552 (oitenta e quatro mil e quinhentas e cinquenta e duas) Espoletas calibre 38
18359 (dezoito mil e trezentos e cinquenta e nove) Gramas de pólvora
80000 (oitenta mil) Projéteis calibre 38
10000 (dez mil) Projéteis calibre .380
3000 (três mil) Buchas calibre 12
3000 (três mil) Espoletas calibre 12
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Arma de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.444, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/50995 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa FIBER VIG - VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 43.269.511/0001-16, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente HSJ COMERCIAL S.A, CNPJ nº 02.091.365/0001-02:
3 (três) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3 (três) Revólveres calibre 38
108 (cento e oito) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.445, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/51188 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Conceder autorização à empresa MACPAR - SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 43.879.552/0001-24, sediada no Ceará, para adquirir:

Da empresa cedente GLOBALSEG VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.078.994/0003-70:
5 (cinco) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
90 (noventa) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 4.446, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/51197 - DELESP/DREX/SR/PF/TO, resolve:

Conceder autorização à empresa IPANEMA SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 03.601.036/0003-80, sediada em Tocantins, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2340 (duas mil e trezentas e quarenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

DESPACHO

Despacho nº 6600/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0012255/2020
Interessado: MOHAMMAD AHMAD ABBAS
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no art.67 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão do recorrente não ter apresentado legalização da certidão de antecedentes criminais do país de origem.

FLÁVIO HENRIQUE DINIZ OLIVEIRA
Coordenador-Geral

DESPACHOS

Despacho nº 6617/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0034042/2021
Interessado: ABDISHAKUR MOHAMED SAID FAKKAH
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto nos incisos III e IV do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão do recorrente não ter apresentado certidão de antecedentes criminais do país de origem, certidões da Justiça Federal e Estadual, e documento indicativo da capacidade de comunicar-se em língua portuguesa.

Despacho nº 6618/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0026954/2021
Interessado: JAAFAR KALAKECHE
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso III do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão do recorrente ter apresentado certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 6619/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0024311/2021
Interessado: JOSUE MUPENZA MUPENZA
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso IV do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão do recorrente não ter apresentado certidão da Justiça Federal.

Despacho nº 6620/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0022642/2021
Interessado: EMRE YASSITEPE
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso III do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão do recorrente ter apresentado certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 6621/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0022642/2021

Interessado: EMRE YASSITEPE
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso III do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão do recorrente ter apresentado certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 6622/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0018431/2020
Interessado: FORD MILLIEN
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso III do art.65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, comprovante de sua capacidade de comunicação em língua portuguesa, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

Despacho nº 6623/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0016257/2020
Interessado: ANGEL ERNESTO GOMEZ MARIMON
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto nos incisos III e IV do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão do recorrente não ter apresentado certidão de antecedentes criminais do país de origem, certidões da Justiça Federal e Estadual, e documento indicativo da capacidade de comunicar-se em língua portuguesa.

Despacho nº 6624/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0013789/2020
Interessado: JUNEL JEAN
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto nos incisos III e IV do art.65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente não ter apresentado tradução da certidão de antecedentes criminais do país de origem, bem como apresentou documento emitido por instituição que não está prevista na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 6625/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0013750/2020
Interessado: YARA GANOUM
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender a interessada o disposto no inciso III do art.65 da Lei nº 13.445/2017, em razão da recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, comprovante de sua capacidade de comunicação em língua portuguesa, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

Despacho nº 6626/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0010490/2020
Interessado: YUNIOR CRUZ GOMEZ
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso IV do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão do recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, legalização da certidão de antecedentes criminais do país de origem, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

FLÁVIO HENRIQUE DINIZ OLIVEIRA
Coordenador-Geral

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 793, DE 13 DE JULHO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

CLIFORD DUVERGER - G342410-K, natural do Haiti, nascido em 04 de novembro de 1989, filho de Patrick Duverger e de Marie Renée Blanc, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0118148/2021);

EDUARDO JOSE REYES MARCANO - V713176-F, natural da Venezuela, nascido em 14 de novembro de 1970, filho de Tomas Enrique Reyes Echezuria e de Alcira Elena Marcano Hernandez de Reyes, residente no estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 235881.0132079/2021);

GRETHEL GARCIA RODRIGUEZ - G159531-I, natural de Cuba, nascida em 16 de dezembro de 1982, filha de Evelio Juan Garcia Sanchez e de Lidia Blasa Rodriguez Perez, residente no Estado da Bahia (Processo nº 235881.0163237/2022);

GUERBY PIERRE - G208163-C, natural do Haiti, nascido em 27 de abril de 1981, filho de Osvale Pierre e de Cilotte Israel, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0107595/2021);

JORGE NOLBERTO HERNANDEZ LEYVA - G275592-0, natural de Cuba, nascido em 02 de maio de 1985, filho de Idania Leyva Campos e de Nolberto Hernandez Alvarez, residente no Estado do Pará (Processo nº 235881.0006521/2020);

MODOU FALL NDIAYE - G162937-J, natural de Senegal, nascido em 13 de janeiro de 1990, filho de Ibrahima Ndiaye e de Nguissaly Diop, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0002435/2020);

SERIGNE ALIOU DIOP - V644124-I, natural de Senegal, nascido em 16 de setembro de 1976, filho de Fama Diop e de Abdou Diop, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0006556/2020).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 794, DE 13 DE JULHO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

VICTOR HUGO CARBALLO NUNEZ - W211188-8, natural da Argentina, nascido em 09 de agosto de 1974, filho de Victor Fausto Carballo Bogado e de Carlina Nunez de Carballo, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0028655/2021).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 795, DE 13 DE JULHO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020: resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

ABD EL SALAM KHATTAB - G364142-Y, natural da Síria, nascido em 26 de junho de 2011, filho de Rafik Khattab e de Jumanh Jamous, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0028147/2021) e

ABU BAKAR SIDDIK - F119459-W, natural de Bangladesh, nascido em 07 de março de 2014, filho de Sun Miah e de Sultana Begum, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0028272/2021).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 796, DE 13 DE JULHO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, em cumprimento a determinação do MM. Juiz Federal, FREDERICO BOTELHO DE BARROS VIANA, da 4ª Vara Cível Federal de Brasília, datada de 2 de junho de 2022, proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1010425-54.2021.4.01.3400, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização ordinária, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

MOHAMAD KASHOUSH - G357188-1, natural da Síria, nascido em 11 de janeiro de 1974, filho de Subhieh Hadid e de Moustafa Kashoush, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.008583/2019-30).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 806, DE 14 DE JULHO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

AGOSTINHO NANQUE - G451465-O, natural de Guiné-Bissau, nascido em 18 de fevereiro de 1988, filho de Bidanqueia Nanque e de Joana Nanque, residente no Estado do Goiás (Processo nº 235881.0020860/2021);

ALA QAID AHMED SAEED AL-AMERI - F039843-Q, natural do Iêmen, nascido em 01 de janeiro de 1989, filho de Qaid Ahmed Saeed Al-Ameri e de Laimon Qasem Hasan Al-Ameri, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0135024/2021);

HANA REZKALLAH MAALEM - G120891-E, natural da Argelia, nascida em 19 de maio de 1979, filha de Rebaia Guehairia e de Abdesselam Rezkallah, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0000780/2020);

HELDER KABUNGULU SEBASTIAO MAURICIO - F078170-W, natural da Angola, nascido em 25 de julho de 1986, filho de Kabungulu Mauricio e de Rita Joao Mungoji Sebastiao, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0012449/2020);

LANA NOHAMMAD KHALED ALADAS - G025042-4, natural da Palestina, nascida em 27 de março de 1989, filho de Inam Mohmoud Marabe e de Mohammad Khaled Aladas, residente no Estado de Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0025913/2021);

LIMARESTE FLEURISMA - G249502-O, natural do Haiti, nascido em 02 de dezembro de 1987, filho de Ducereste Fleurisma e de Ivola Silien, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0143261/2021);

MOHAMMAD ALRASHED - G152919-R, natural da Síria, nascido em 01 de janeiro de 2003, filho de Khadijah Arroub e de Adnan Alrashed, residente do Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0032092/2021);

MUHAMMAD YAWAR KHAN - F144420-T, natural do Paquistão, nascido em 01 de agosto de 1989, filho de Abdul Razzaq e de Ishtiaq Begum, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0069480/2021);

PEDRO VUVU ALVARO - V542713-G, natural da Angola, nascido em 25 de setembro de 1987, filho de Wete Esperanca e de Antonio Diangazo, residente no Estado da Bahia (Processo nº 235881.0002977/2020);

RAMI HAMZE - F189346-3, natural do Líbano, nascido em 22 de fevereiro de 1982, filho de Adnan Hamze e de Hafiza Esper, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0024253/2021);

RENAUD SAINTELUS - G309311-B, natural do Haiti, nascido em 20 de dezembro de 1990, filho de Micheline Vilmenay e de Bruyer Santelus, residente no Estado de Rio Grande do Norte (Processo nº 235881.0005740/2020);

REUBEN TREMELLEN - G455641-A, natural do Reino Unido, nascido em 20 de dezembro de 1996, filho de Richard Michael Colin Tremellen e de Emma Jayne Tremellen, residente no Estado de Alagoas (Processo nº 235881.0166547/2022);

SABUAT ENRIQUE URBINA VILLARROEL RIBEIRO - G358997-0, natural da Venezuela, nascido em 04 de junho de 1983, filho de Carlos Enrique Urbina García e de Ines María Villarroel de Urbina, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0003162/2020) e

SAEID ASADZADEH - G001053-V, natural do Irã, nascido em 31 de dezembro de 1978, filho de Mahnaz Mozafarian e de Seyedbaba Asadzadeh, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0012536/2020).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 807, DE 14 DE JULHO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020: resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

BABYSON SAINT HILAIRE - F055121-Z, natural do Haiti, nascido em 01 de março de 2012, filho de Josue Saint Hilaire e de Richelove Zamy, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 235881.0190278/2022) e

TAIM AL QATTAN - G381884-U, natural da Síria, nascido em 01 de janeiro de 2012, filho de Mouhmmad Kattan e de Maya Alfra, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0181352/2022).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHO

Despacho nº 1/2022/DINAC_AUT_RES_PES_NACION_BRAS/DINAC_ADMINISTRATIVO/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Migrações: Autorização de Residência por Prazo Indeterminado
Interessado(a): SUNGYOUN CHO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 18, de 19 de dezembro de 2018, publicada em 20 de dezembro de 2018, resolve:

DEFERIR o pedido de autorização de residência por prazo indeterminado à pessoa que já tenha possuído a nacionalidade brasileira, tendo em vista o cumprimento do disposto no art. 155, do Decreto nº 9.199 de 20 de novembro de 2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHOS

Despacho nº 6603/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0029366/2021
Interessado: ANDJY SANCHEZ ROVENS FLEURY

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 70 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 6604/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0028199/2021
Interessado: ENOCK CALIXTE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, bem como, não apresentou a certidão da Justiça Estadual, e, portanto, não atende às exigências contidas no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6605/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0009567/2020
Interessado: GIULIO LOMBARDI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, apresentando somente Carteira Registro Nacional Migratório - CRNM, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6606/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0028654/2021
Interessado: JUAN MANUEL ORDONEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação da certidão da Justiça Estadual e Federal, bem como, foi solicitado a certidão de antecedentes criminais do país de origem traduzido e com a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, que não foram apresentadas até a presente data, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do art. 67 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 6607/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0162494/2022
Interessado: GHASSAN ALKALLAS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 6608/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0140862/2021
Interessado: ISAIAS ACUNA CHAVARRI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui nacionalidade fixada no Brasil há mais de 15 (quinze) anos ininterruptos e, portanto, não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6609/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0134263/2021
Interessado: JEAN MARIE CARMAIN FORTIRER

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 67 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 6610/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0130223/2021
Interessado: YOLDY AUGUSTIN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a imigrante não comprovou a residência no Brasil nos últimos 04 (quatro) anos imediatamente anteriores à data do pedido, já que desrespeitou o limite máximo temporal de 12 (doze) meses em viagens esporádicas ao exterior ou seja, de 24/12/2016 a 25/05/2018, contrariando o previsto no art. 51 da Portaria retromencionada e, portanto, não atende à exigência prevista no inciso II, do art. 65, da Lei n° 13.445, de 24 de maio de 2017.

Despacho nº 6611/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0129996/2021
Interessado: DUSKO BOJICIC

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a apresentar o original de antecedentes criminais do país de origem devidamente apostilado por autoridade competente e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente e, ainda, verificou-se que o imigrante não apresentou os comprovantes de residência a fim de subsidiar a contagem de tempo de residência há mais de 15 (quinze) anos no Brasil e, portanto, não cumpre às exigências previstas no art. 67 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017 e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 6612/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0129798/2021
Interessado: WILKENS BEAUGE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando as inconsistências envolvendo as certidões de antecedentes criminais do país de origem apresentadas, indefere o pedido tendo em vista que o requerente não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

Despacho nº 6613/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0129677/2021
Interessado: NADA RUZELA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou a certidão de antecedentes criminais do país de origem devidamente apostilada por autoridade competente no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências com documento previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 67 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017 e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 6614/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0120086/2021
Interessado: PEDRO MIGUEL DE FIGUEIREDO FERREIRA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou a certidão de antecedentes criminais emitida pelo Tribunal de Justiça do Paraná, documento necessário no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento da exigência prevista no inciso IV, do art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017 e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 6615/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0117950/2021
Interessado: SILVIA GONZALEZ MURADAS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que, na data de solicitação da naturalização, a requerente não possuía residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende às exigências contidas no inciso II do art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221 do Decreto nº 9.199/17.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHOS

Despacho nº 6627/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0032848/2021
Interessado: ASFAND YAR KASI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente apresentou comprovante da proficiência em língua portuguesa, curso de português- EAD (IF/RS), sem histórico escolar e sem declaração de prova presencial, em desacordo com o previsto no art.5º, inciso I, "d", parágrafos 4º e 5º da citada portaria, bem como, obteve performance insatisfatória na capacidade de comunicar-se em língua portuguesa durante o atendimento presencial e, portanto, não atende às exigências contidas no inciso IIII do art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de novembro de 2017.

Despacho nº 6628/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0014261/2020
Interessado: WILFRED OSIESI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a Polícia Federal constatou que o requerente não se enquadra na redução de prazo, foi solicitado ao requerente a apresentação de comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, e o requerente apresentou documento que não está previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, ademais, o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no

respectivo país, portanto não atende às exigências contidas nos incisos II, III e IV do art. 65, c/c o inciso III do art. 66, ambos da Lei nº 13.445/2017, c/c o inciso II do art. 235 do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 6629/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0011996/2020
Interessada: JOHN WADLY JUSTE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou o comprovante da proficiência em língua português, não apresentou as certidões de antecedentes criminais emitidas pelas Justiças Federal e Estadual (RO/PR), bem como, não apresentou o atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem, foi notificado a complementar o processo e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento do pedido, sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, Incisos III e IV da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6630/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0008606/2020
Interessado: MAMADOU GUEYE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como Certidão de casamento atualizada e/ou declaração de ambos os cônjuges que comprove União Estável para contagem de redução de prazo, documento atual que comprove que foi fixada residência no país, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal dos locais onde residiu. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6631/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0004684/2020
Interessado: JONAS IBUNU NGAMABA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente apresentou comprovante da proficiência em língua portuguesa, curso de português- EAD (Fasul- faculdade Sul de Minas), sem histórico escolar e sem declaração de prova presencial, em desacordo com o previsto no art.5º, inciso I, "d", parágrafos 4º e 5º da citada portaria e, portanto, não atende às exigências contidas no inciso IIII do art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de novembro de 2017.

Despacho nº 6632/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0004174/2020
Interessado: ROUBER KSERI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como Certificado de proficiência em língua portuguesa e Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6633/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0002643/2020
Interessado: CHIH TUNG TSENG

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou documentos que comprovem a residência no país pelo período de 15 (quinze) anos ininterruptos, não apresentou as certidões de antecedentes criminais emitidas pelas Justiças Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos 4 (quatro) anos, bem como, apresentou o atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem desatualizado (27/02/2020), em relação a data do pedido de naturalização e, embora notificado a complementar a documentação não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento do pedido, sem conferência dos documentos originais e coleta dos dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6634/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0228520/2022
Interessado: LAYTH TAREK MOHAMED BASHEER SHANBO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que durante a diligência realizada pela polícia federal não foi possível confirmar a residência da requerente em território nacional, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6635/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0228515/2022
Interessado: SHAHEEN TAREK MOHAMED BASHEER SHANBO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que durante a diligência realizada pela polícia federal não foi possível confirmar a residência do requerente em território nacional, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6636/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0228504/2022
Interessado: ABDRHMAN TAREK MOHAMED BASHEER SHANBO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que durante a diligência realizada pela polícia federal não foi possível confirmar a residência do requerente em território nacional, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6637/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0198705/2022
Interessado: ALY NDOM

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente foi notificado e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017 e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 6638/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0162956/2022
Interessado: ANDRESSON PIERRE LOUIS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a imigrante não comprovou a residência no país, nos 04 (quatro) anos imediatamente anteriores à data do pedido, já que não realizou a convalidação (RN 97), até 90 dias antes do seu vencimento, não possuindo prazo de residência por prazo indeterminado para requerer a naturalização ordinária, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6639/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0161232/2022
Interessado: MOUHAMADOU LAMINE MBACKE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o imigrante não comprovou a residência no Brasil referente ao ano imediatamente anterior à data do pedido, já que desrespeitou o limite máximo temporal de 90 (noventa) dias em viagens esporádicas ao exterior ou seja, de 17/07/2019 a 03/11/2021, contrariando o previsto no art. 51 da Portaria retromencionada, não apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, não apresentou a certidão de antecedentes criminais do país de origem, e não apresentou a certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual/Federal (certidão Estadual de Pernambuco e certidão emitida pelo TRF 5), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II, III e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6640/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0153137/2021
Interessado: PRISCILLE MARTINE SAUVEUR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui residência por prazo indeterminado, não conseguiu se comunicar durante o atendimento presencial, apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, bem como, requerente não apresentou a certidão criminal da Justiça Estadual e portanto não atende à exigência contida no inciso II, III e IV art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6641/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0112163/2021
Interessado: IDANIA MARRERO ESCALONA SANTANA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como Certidão de Casamento atualizada e/ou declaração conjunta de ambos os cônjuges não preenchendo, portanto, às condições para redução de prazo, bem como não foi comprovado residência no endereço informado nos autos. Diante disso, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6642/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0111619/2021
Interessado: SANTIAGO FELIPE CUBA RAMOS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não comprovou a proficiência em língua portuguesa em conformidade com o previsto no § 4°, inciso I, letra "d", do art. 5°, já que não foi juntada documentação demonstrando a realização de avaliação presencial do discente, que é domiciliado em local diverso da sede, em instituição de educação superior conveniada ao estabelecimento responsável e também credenciada pelo Ministério da Educação, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento da exigência prevista no inciso III, do art. 65, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

Despacho nº 6643/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0096365/2021
Interessado: GHAZI AHMAD ANKA AHMAD

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 15 (quinze) anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6644/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0095918/2021
Interessado: ELIZABETH SILVA RODRIGUEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente apresentou documento de união estável desatualizado (2019), apresentou comprovante de residência, documento não previsto no art. 56 da citada portaria, bem como, não apresentou o comprovante da proficiência em língua portuguesa e, embora notificada a complementar a documentação, não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento, sem conferência dos documentos originais e sem a coleta dos dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, inciso II e III da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 6645/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0087052/2021
Interessado: REZA SAFARIGAVANDOGHDEI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou todas as certidões de antecedentes criminais emitidas pelas Justiças Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos 04 (quatro) anos, bem como a certidão de antecedentes criminais do país de origem legalizada pela Embaixada do Brasil no exterior e traduzida, no Brasil, por tradutor público juramentado, no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências com os documentos previstos e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 67, da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017 e §2º, art. 7º da Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 6595/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS, publicado na Seção 1, pág. 137 do Diário Oficial da União de 13 de julho de 2022,

Onde se lê: No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso I do art.65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, a legalização da certidão de antecedentes criminais do país de origem, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

Leia-se: No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso IV do art.65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, a legalização da certidão de antecedentes criminais do país de origem, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHO Nº 1.321, DE 12 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso art. 16, inciso VIII, do Anexo I, do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016 e na Portaria nº 537, de 4 de julho de 2017, resolve:

Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL I9, com sede em Contagem - MG, inscrita no CNPJ sob o nº 27.235.500/0001-69 nos termos do que estabelece o art. 1°, §2°, da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, consoante exame promovido no âmbito da Nota Técnica nº 461/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (18339405). Processo SEI/MJ nº 08084.001614/2022-51.

BRUNO ANDRADE COSTA

COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

DESPACHO Nº 309/2022

DESPACHO Nº 309/2022/CPCIND/DPJUS/SENAJUS, DE 14 DE JULHO DE 2017
Processo MJ nº: 08017.001174/2022-36
Filme: "THOR: AMOR E TROVÃO"

Tendo em vista a abertura de procedimento de reconsideração da classificação indicativa da obra "THOR: AMOR E TROVÃO", com fulcro no art. 60 da Portaria MJSP n° 502 de 23 e § 1º do mesmo dispositivo, faz-se a seguintes considerações:

a) A obra foi reanalisada e elaborada a NOTA TÉCNICA Nº 26/2022/CPCIND/DPJUS/SENAJUS/MJ.

b) Decidiu-se pela manutenção da classificação indicativa atribuída à obra, em razão dos conteúdos de violência, de nudez e de conteúdo sexual, mantendo-se a atribuição de "não recomendado para menores de 14 (catorze) anos".

A exibição da classificação etária, com os devidos descritores de conteúdo, deve ser utilizada em qualquer cinema, plataforma ou canal de exibição de conteúdo classificável.

EDUARDO DE ARAUJO NEPOMUCENO
Coordenador

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
COMITÊ GESTOR DO SISTEMA NACIONAL DE ANÁLISE BALÍSTICA

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 21 DE JUNHO DE 2022

Aprova o Manual de Procedimentos do Sistema Nacional de Análise Balística.

O COMITÊ GESTOR DO SISTEMA NACIONAL DE ANÁLISE BALÍSTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso I-a, do Decreto nº 10.711, de 2 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados o Manual de Procedimentos do Sistema Nacional de Análise Balística e o Fluxograma Geral do Manual de Procedimentos do Sistema Nacional de Análise Balística, nos termos dos Anexos I e II a esta Resolução.

Parágrafo único. Os Anexos previstos no caput serão publicados no sítio eletrônico do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

LEHI SUDY DOS SANTOS
Coordenador do Comitê

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 860, DE 14 DE JULHO DE 2022

DESPACHO SG Nº 860/2022
Processo Administrativo nº 08700.004914/2021-05 (Apartado de Acesso restrito nº 08700.001546/2016-78)
Representante: Cade ex officio.
Representados: A R C Consultoria Ltda.; Ativa Brigadista Ltda.; Agência Fato Publicidade e Propaganda Ltda.; Ativa Brigadista Ltda.; Brasfort Administração e Serviços Ltda.; Buriti Segurança Especializada S.A.; Buriti Serviços Empresariais S.A.; Capital Service Serviços Profissionais Eireli; Carvalho Prestação de Serviços Padronizados Ltda.; Dfox Serviços e Conservação Eireli; Ebras Empresa de Conservação Ltda.; Essa Serviços Especializados e Facilities Eireli; Empresa Brasileira de Comunicação Produção Ltda.; Fortaleza Serviços Empresariais Eireli; Gold Serviços de Monitoramento e Limpeza Eireli; I & M Produção de Eventos Ltda.; Imperial Serviços Empresariais Eireli; Interativa Facilities Ltda.; Ipanema Empresa de Serviços Gerais e Transportes Ltda.; Latin Promo Ltda.; Lions Laparo Serviços Inteligentes Ltda.; Lyon - Serviços Terceirizados Ltda.; Lyon Executiva - Comércio e Serviços Empresariais Ltda.; Mercado Cultural Ltda.; Meta - Importação, Comércio, Prestação de Serviços, Construção e Reforma Ltda.; Mezan Comércio e Seviços Ltda.; Mistral Serviços Ltda.; NB Comércio, Serviços e Construções Eireli; Office Serviços de Administração Soluções em Rh e Contábil Ltda.; Online Segurança Patrimonial Eireli; Planalto Service Eireli; Prime Bureau de Negócios Eireli; R2 Radiodifusão e Telecomunicações Ltda.; Regina Neli Monteiro de Sousa Barbosa do Nascimento 69960267172; Sefix - Gestão de Profissionais Eireli; Sefix Empresa de Segurança Ltda.; Solo Participações e Investimentos Eireli; Setta - Serviços Terceirizados Ltda.; Solo Participações e Investimentos Eireli; Solution Serviços de Conservação e Limpeza Ltda.; Soma Conservação e Limpeza Eireli; Sousa & Silva Supera Serviços Empresariais Ltda.; VIPPIM Segurança e Vigilância Ltda.; ZP Conservação e Limpeza Eireli; Adriana Rodrigues Anjos; Antônio dos Reis Cardoso; Antônio Luís Alves da Silva; Caio César Perestrello Gonçalves; Carolina Moniz de Almeida; Caroline Dourado de Carvalho; Chiara Brandão Florêncio; Clóvis Pinto de Queiroz; Dgival Alves dos Santos Filho; Diego de Oliveira Barreto; Eurípedes Gonçalves; Gilson Leandro dos Santos; Gineir Silva Santos; Ionara Talita Pereira da Silva; Ivaldo Correa da Silva; Jéssica Cristhiny Ferreira de Barros Santos; Jonas Eziquel Lutzer; Juliana dos Santos Camilo Monteiro; Krisnaly Carneiro da Silva; Leandro Gallo; Lourival Moreira de Carvalho; Lucas Tobias da Fonseca; Luciene Cristina da Cruz; Ludmila Lima Mesquita; Marcelo Araújo Meneses; Mayara Ferreira de Barros Santos; Michelle Martins Cano; Michelly Barros da Conceição; Neusimar Oliveira de Sousa; Paulo Roberto de Souza Duarte; Raimundo José Pereira Marchão; Raphael Rodrigues de Sousa; Regina Néli Monteiro de Sousa Barbosa do Nascimento; Reginaldo Francisco da Silva; Ricardo Willian da Rocha; Rita de Cássia de Sousa; Robério Bandeira de Negreiros; Rodrigo Henrique Motta da Silva; Selma Tabita Campos de Oliveira Farias; Tahiana Oliveira de Moraes Rego; Talita Cristino Aires; Ubiracy Silva de Carvalho; e Ugo Eike Yamao.
Advogados(as): Adão Jorge Rodrigues Pereira; Buno Pires de Oliveira; Yuri Rezende de Macedo; Elda Gomes De Araujo; Sandro Araujo; Alexandre Augusto Reis Bastos; Ana Luíza De Sousa Facchinetti; Ana Luíza Nicolini De Castro David; Antônio Dias Dos Santos Neto; Brenno Duarte Moreira Lima; Bruno Crístian Santos De Abreu; Bruno Henrique De Araujo; Camilla Kercia Medeiros De Lacerda; Cíntia Saraiva De Alcântara; Daniel Elias Do Nascimento; Fernanda Gonçalves Machado; Francisco De Assis Lima Filho; Giovani Francisco Rocha Ewers; Giovanni Simão Da Silva Júnior; Isabela Pinha Ormay; Isabella Guimarães Castro Reis; Isabelle Martins Ferreira Da Silva; Izabelle Marques Ferreira Polido; Karina Amorim Sampaio Costa; Kelly Carioca Tondineili; Laryssa Brito Moreira; Lucas Fernandes Simões Caballero Brügger; Luiz Carlos Ormay Júnior; Marcelo Luiz Ávila De Bessa; Marita Amorelli Andrade; Michelle Cristhina Dias; Moara Silva Vaz De Lima; Nerylton Thiago Lopes Pereira; Pablo Alves Prado; Rafael Echeverria Lopes; Rafael Luz De Lima; Rayla Silva Damasceno Arruda; Renato Stecca Carciofi; Ricardo Inglez De Souza; Roberto Chaves De Aguiar; Thais Nascimento Moreira; Thiago Lôbo Fleury; Tiago Tondinelli; Thayson D'cesares Santana Queiroz; Vitor Nogueira Miranda Sá Rangel; Willington Raminez Barreto; e Yuri Rezende De Macedo;

Acolho a Nota Técnica nº 74/2022 (1080417) e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, em face dos fundamentos apontados na Nota Técnica, que seja publicado Edital de notificação dos Representados Dfox Serviços e Conservação Eireli, Ebras Empresa de Conservação Ltda., I & M Produção de Eventos Ltda, Lyon - Serviços Terceirizados Ltda, Mercado Cultural Ltda., Meta - Importação, Comércio, Prestação de Serviços, Construção e Reforma Ltda., Mistral Serviços Ltda., Online Segurança Patrimonial Eireli, Solution Serviços de Conservação e Limpeza Ltda., Antônio Luis Alves da Silva, Carolina Moniz de Almeida, Clóvis Pinto de Queiroz, Ionara Talita Pereira da Silva, Ivaldo Correa da Silva e Rita de Cássia de Sousa, nos termos abaixo, no Diário Oficial da União, na rede mundial de computadores no sítio eletrônico desta autoridade antitruste e em jornal de grande circulação no Distrito Federal e nos Estados do Ceará, Goiás, Mato Grosso e Piauí, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da emissão da Certidão SEI nº 1080412. Ademais, fiquem os Representados cientificados da Notificação por Edital acima, bem como de que: (i) a Notificação por Edital reger-se-á pelas regras previstas no artigo 70, §2º, da Lei nº 12.529/11 e nos artigos 56, VI, §§ 2º e 3º, e 58, I, II e III, e §§ 1º, 2º e 3º, todos do Regimento Interno do Cade e, subsidiariamente, pelo disposto na legislação processual civil, diante da previsão do artigo 115 da Lei nº 12.529/11; e (ii) o prazo de Defesa será comum de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 70 da Lei nº 12.529/2011 e do artigo 151, parágrafo único do Regimento Interno do Cade, a partir do fim do prazo de validade do Edital, de 20 (vinte) dias, sendo que esse último prazo é contado a partir da publicação do Edital de citação dos referidos Representados em jornal de grande circulação no Distrito Federal e nos Estados do Ceará, Goiás, Mato Grosso e Piauí. Decido, ainda, por considerar validamente notificados todos os demais Representados do polo passivo do presente Processo Administrativo. À Coordenação-Geral Processual para providenciar: (i) a afixação do Edital no Setor de Protocolo do Cade, desta data até findo o prazo de Defesa; e (ii) a juntada, aos Autos, do exemplar da publicação do Edital.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

DESPACHO Nº 964, DE 13 DE JULHO DE 2022

DESPACHO SG Nº 964/2022
Processo Administrativo nº 08012.008859/2009-86 (Apartado de Acesso restrito nº 08700.001752/2019-21)
Representante: José Antonio Machado Reguffe
Representados: Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis Automotivos e de Lubrificantes do DF - Sindicombustíveis-DF, Petrobrás Distribuidora S.A., Raízen Combustíveis Ltda., Ipiranga Produtos de Petróleo S/A, as seguintes redes de postos de combustíveis: Autoshopping, Brasal, Gasolline, Karserv, Serv Car, Auto Posto JB, Disbrave, Auto Posto Z+Z, Cascol - Combustíveis para Veículos Ltda., Posto de Combustíveis Garantia Ltda., J Pessoa Derivados de Petróleo Ltda., Jarjour Veículos e Petróleo Ltda., Auto Posto Eixinho Ltda. e outros.
Advogados: Ana de Oliveira Frazão; Alexandre Augusto Reis Bastos; Dirceu Marcelo Hoffmann; Mauro Grinberg; Beatriz Malerba Cravo; Barbara Rosenberg; Eduardo Caminati Anders; Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto; Bolívar Barbosa Moura Rocha; Marcos Drummond Malvar; Marines Santos; Elisio de Azevedo Freitas; Anderson Fonseca Machado; Welber Oliveira Barral; Luís Fernando Massonetto; Bruno Ladeira Junqueira; Marcelo Amandio Joca Braga; Fernando Augusto Pereira Caetano; Bruno Cesar Pesquero Ponce Jaime; Eric Furtado Ferreira Borges; Edson Maraui; Eduardo Navarro Pereira; Diego dos Santos Fernandes; Nayron Cintra Sousa; Nelson Wilians Fratoni Rodrigues; Fábio Francisco Beraldi; Felippe Augusto dos Santos Batista; Anderson Gonzalez; Aleisa Gonzalez; Caio Vinicius Mesquita Araujo; Frederico Gustavo Pereira Carrilho Donas; Alexandre Kotlinski Giulianis; Natália Ros Fernandes Lima; Lucineide de Oliveira; Mayara Corbari; Joyce Midori Honda; Ricardo Lara Gaillard; Thales de Melo e Lemos; Isabela Monteiro de Oliveira; Arthur Villamil Martins; Thiago Frederico Chaves Tajra; Gustavo Hermont Correa;

Rubia de Sousa Flor; Mônica Tiemy Fujimoto, Pedro Paulo Alves Corrêa dos Passos; Hermes Nereu Cardoso Oliveira; Gabriel Nogueira Dias; Romildo Olgo Peixoto Junior; Marcos de Araujo Cavalcanti; Helio França de Almeida; Letícia Monteiro Barros; e outros.

Acolho a Nota Técnica nº 99/2022/CGAA6/SGA2/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na referida Nota Técnica, decido pelo(a) i) intimação dos Representados, por meio da publicação de Despacho SG, acerca das datas e dos horários designados para a realização das oitivas, além das condições especificadas na Nota Técnica mencionada; ii) a intimação dos Representados e seus representantes legais para que indiquem até 2 (dois) representantes legais para acompanhar as audiências virtuais, nos termos da Nota Técnica mencionada, até o dia 29 de julho de 2022; iii) exclusão dos autos dos arquivos SEI 1051663 1051660; e iv) indeferimento das preliminares suscitadas, nos termos do item II.1 "a" e "b" da Nota Técnica mencionada e das anteriores manifestações 0920023 e 0920853 desta SG.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

DESPACHOS DE 14 DE JULHO DE 2022

DESPACHO SG Nº 979/2022
Ato de Concentração nº 08700.004039/2022-34. Requerentes: Keppel Offshore & Marine Ltd.; e Sembcorp Marine Ltd. Advogados: Marcio Dias Soares, Marcelo Rizzo Napolitano e Mariana Hiromi Sonoda. Decido pela aprovação sem restrições.

DESPACHO SG Nº 980/2022
Ato de Concentração nº 08700.004239/2022-97. Requerentes: WIZ Soluções e Corretagem de Seguros S.A. e Omni S.A. Crédito Financeiro e Investimento. Advogados: Carolina Petrarca, Marcel Medon Santos e Outros. Decido pela aprovação sem restrições.

DESPACHO SG Nº 987/2022
Ato de Concentração nº 08700.004441/2022-19. Requerentes: Amazon.com, Inc. e Tex Courier S.A.. Advogados: Barbara Rosenberg, Marcos Exposto, Luís Nagalli e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

DESPACHO SG Nº 988/2022
Ato de Concentração nº 08700.004139/2022-61. Requerentes: Petróleo Brasileiro S.A.; Ibiritermo S.A.; e Edison S.p.A. Advogados: Maria Eugenia Novis e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MMA Nº 169, DE 13 DE JULHO DE 2022

Institui o Projeto Salas +Verdes e estabelece suas diretrizes.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição Federal e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, no Decreto nº 10.455, de 11 de agosto de 2020, na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, no Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, e o que consta do processo administrativo nº 02000.002773/2022-70, resolve:

Art. 1º Instituir o Projeto Salas +Verdes, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de incentivar a implantação de espaços educadores, para atuarem como centros de informação e formação ambiental, em consonância com as diretrizes prioritárias do Ministério do Meio Ambiente e os princípios da Política Nacional da Educação Ambiental - PNEA.

Art. 2º Para os fins desta Portaria e do seu Anexo, compreende-se por Sala +Verde o espaço dedicado ao desenvolvimento de atividades práticas de caráter educacional não formal, voltadas à temática da conservação e uso sustentável do meio ambiente e dos recursos naturais.

Parágrafo único. A Sala +Verde deve ser um local definido, vinculado a uma instituição pública ou privada, de abrangência local ou regional e que envolva diversos segmentos da sociedade.

Art. 3º São objetivos do Projeto Salas +Verdes:

I - incentivar a implantação de espaços de educação ambiental não formal para atuarem como centros de informação e formação;

II - fomentar melhores práticas de sustentabilidade em diversos campos afetos à relação sociedade e meio ambiente;

III - divulgar projetos, iniciativas e ações desenvolvidas pelas Salas +Verdes nas plataformas eletrônicas do Ministério do Meio Ambiente;

IV - promover processos formativos por meio da Educação Ambiental não formal, que envolvam a equipe coordenadora e o público das Salas +Verdes, incluindo a plataforma de Educação à Distância - EaD do Ministério do Meio Ambiente em suas ações;

V - reconhecer a atuação das instituições no âmbito do projeto Salas +Verdes, por meio da emissão de declaração de monitoramento anual, condicionado ao envio de relatórios anuais; e

VI - integrar o Projeto Salas +Verdes às demais ações do Departamento de Educação e Cidadania Ambiental bem como das unidades do Ministério do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas.

Art. 4º O Projeto Salas +Verdes será coordenado pela Secretaria de Biodiversidade, por meio do Departamento de Educação e Cidadania Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 5º Não há repasse de recursos do Ministério do Meio Ambiente para as Salas +Verdes, sendo sua adesão de caráter voluntário, atendidos os requisitos dispostos no Anexo desta Portaria.

Art. 6º As diretrizes do Projeto Salas +Verdes são aquelas previstas no Anexo a esta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor no dia 22 de julho de 2022.

JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE

ANEXO

DIRETRIZES DO PROJETO SALAS +VERDES

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Salas +Verdes é um projeto desenvolvido e coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e executado em parceria com instituições públicas e privadas em caráter voluntário.

§1º As Salas +Verdes devem estar vinculadas aos seguintes perfis de instituições:

I - instituições públicas (pertencentes à administração pública federal, estadual, distrital, municipal, direta ou indireta, no âmbito dos três poderes da República);

II - instituições de pesquisa, escolas, universidades, centros universitários e outros;

III - organizações da sociedade civil legalmente constituídas;

IV - empresas públicas e privadas;

V - colegiados, como comitês de bacias, comissões, câmaras técnicas, conselhos; e

VI - igrejas, prisões, centros de acolhimento de jovens infratores e outros.

§2º Escolas públicas devem aderir ao projeto por meio de suas respectivas secretarias de educação (estaduais, distritais ou municipais).

CAPÍTULO II

DOS INSTRUMENTOS

Art. 2º São instrumentos do Projeto Salas +Verdes:

I - chamada pública para Seleção de Salas +Verdes;

II - Projeto Pedagógico;

III - Sistema Salas +Verdes;

IV - certificado de adesão/renovação;

V - declaração de monitoramento anual; e

VI - Portal Salas +Verdes.

Seção I

Do Projeto Pedagógico e da Chamada Pública para Seleção de Salas +Verdes

Art. 3º O Projeto Pedagógico é o documento apresentado ao Ministério do Meio Ambiente, pela instituição proponente, que detalha a proposta de ação e atividades pedagógicas para o espaço.

§1º O Projeto Pedagógico consiste na formulação e enunciação do planejamento educacional, suas bases conceituais e sua operacionalização.

Art. 4º A chamada pública para seleção de Salas +Verdes será realizada por meio do Sistema Salas +Verdes.

Parágrafo único. As instituições com Salas Verdes aprovadas pelo Ministério do Meio Ambiente nas chamadas anteriores que desejarem atuar como Salas +Verdes deverão participar de novo processo de seleção, mediante chamada pública, juntamente com os demais candidatos.

Art. 5º A seleção das Salas +Verdes será realizada por meio de apresentação Projeto Pedagógico, via Sistema Salas +Verdes, que será analisado a partir de critérios eliminatórios e classificatórios elencados em chamada pública, observando os aspectos relacionados às práticas de educação ambiental.

Art. 6º A seleção das Salas +Verdes ocorrerá conforme as etapas seguintes:

I - Preenchimento dos dados da instituição e do Projeto Pedagógico; e

II - Análise de documentação.

§1º O Projeto Pedagógico será analisado e pontuado, via Sistema Salas +Verdes, pela equipe do Departamento de Educação e Cidadania Ambiental, da Secretaria de Biodiversidade, do Ministério do Meio Ambiente.

§2º Somente avançam para a segunda etapa de seleção os projetos aprovados na primeira etapa.

Art. 7º O resultado das Salas +Verdes selecionadas será divulgado no site do MMA e no portal do projeto.

Seção II

Do Sistema Salas +Verdes

Art. 8º O Sistema Salas +Verdes é uma ferramenta de gestão das informações do Projeto Salas +Verdes.

§1º Por meio do Sistema Salas +Verdes, serão operacionalizadas as chamadas públicas e a seleção de Salas +Verdes.

§2º O Sistema permitirá que as Salas +Verdes cadastradas possam atualizar dados dos usuários, receber comunicados do Ministério do Meio Ambiente, realizar avaliações do projeto, enviar relatório de atividades, desligar-se do Projeto, dentre outras ações.

§3º A comunicação entre o Ministério do Meio Ambiente e as Salas +Verdes será realizada prioritariamente pelo Sistema Salas +Verdes.

Seção III

Do certificado de adesão e certificado de renovação

Art. 9º Finalizadas as etapas de seleção, o certificado de adesão será disponibilizado às Salas +Verdes via Sistema.

Art. 10. O certificado de renovação será disponibilizado a cada três anos, desde que a Sala +Verde envie pelo menos dois relatórios anuais no período de três anos e Plano de Trabalho atualizado para os próximos três anos, conforme modelo fornecido pelo Ministério do Meio Ambiente.

Parágrafo único - A Sala +Verde que não se enquadrar nos requisitos previstos no caput desse artigo será desligada do Projeto e só poderá a este retornar se participar de nova chamada pública.

Seção IV

Da declaração de monitoramento anual

Art. 11. A declaração de monitoramento anual é o instrumento utilizado para monitorar e avaliar as ações realizadas pelas Salas +Verdes no âmbito do projeto e será disponibilizada às salas que enviarem o relatório anual de atividades por meio do Sistema Salas +Verdes.

Parágrafo único. O envio do relatório anual, contendo a descrição das atividades realizadas pelas Salas +Verdes, é obrigatório e deverá ser preenchido no prazo estabelecido.

Seção V

Do Portal Salas +Verdes

Art. 12. O Portal Salas +Verdes é um site desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente para disponibilizar informações sobre o projeto, sobre as instituições e sobre as Salas +Verdes.

§1º O Portal também poderá ser utilizado para divulgação de ações e atividades realizadas pelas Salas +Verdes e demais parceiros envolvidos.

§2º Também receberão destaque no Portal as ações das Salas +Verdes selecionadas pela coordenação do projeto como melhores práticas.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 13. São partícipes do Projeto Salas +Verdes:

I - Departamento de Educação e Cidadania Ambiental da Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente; e

II - instituição responsável pela Sala +Verde.

Seção I

Das atribuições do Departamento de Educação e Cidadania Ambiental da Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente

Art. 14. Em âmbito federal, o suporte à implementação do Projeto é provido pelo Departamento de Educação e Cidadania Ambiental da Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 15. Dentre outras ações, cabe ao Ministério do Meio Ambiente:

I - coordenar o Projeto Salas +Verdes em âmbito nacional;

II - selecionar e chancelar a Sala +Verde, reconhecendo sua participação no Projeto;

III - emitir certificado de adesão;

IV - enviar material promocional digital, junto com manual de uso do sistema, para identificação do Projeto no próprio espaço físico da sala ou em eventos, tais como oficinas, seminários e palestras;

V - dar visibilidade às ações das Salas +Verdes no portal do Projeto;

VI - avaliar relatório anual de atividades das Salas +Verdes;

VII - emitir declaração de monitoramento anual;

VIII - analisar atualização de Planos de Trabalho das Salas +Verdes;

IX - emitir certificado de renovação a cada três anos;

X - destacar e dar visibilidade às boas práticas;

XI - atualizar e disponibilizar, periodicamente, no portal, a relação das Salas +Verdes em funcionamento no país, conforme informações inseridas e atualizadas no sistema pelos usuários;

XII - abrir turmas específicas e destinar vagas aos usuários das Salas +Verdes nos cursos oferecidos pelo Departamento de Educação e Cidadania Ambiental na plataforma de educação a distância do Ministério do Meio Ambiente;

XIII - disponibilizar, em meio digital ou físico, quando houver, publicações e materiais do Departamento de Educação e Cidadania Ambiental, das Secretarias do Ministério do Meio Ambiente, de suas entidades vinculadas e de potenciais parceiros institucionais; e

XIV - propor atuação das Salas +Verdes em temas específicos, de acordo com as ações elencadas como prioritárias pelo Ministério do Meio Ambiente.

Seção II

Das atribuições da instituição responsável pela Sala +Verde

Art. 16. São atribuições da instituição que possua Sala +Verde:

I - elaborar e executar ações de educação e cidadania ambiental, conforme Projeto Pedagógico aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente;

II - designar equipe para a execução do projeto, nos seguintes termos:

a) a equipe deverá variar de acordo com a dimensão, objetivos e com a proposta pedagógica da Sala +Verde; e

b) as pessoas que compõem a equipe devem ter, quando possível, experiência em Educação Ambiental ou em áreas correlatas;

III - designar membros para atuar no Sistema Salas +Verdes para os seguintes perfis: coordenadores da instituição (titular e suplente) e coordenador da Sala +Verde;

IV - disponibilizar local ou espaço que atenda aos objetivos do espaço educador;

V - dispor e manter equipamentos e infraestrutura mínimos, incluindo mesas, cadeiras, estantes e, quando possível, computadores, acesso à internet, vídeos e televisores;

VI - assegurar a gestão (aluguel, luz, água dentre outros) e a manutenção (limpeza, condições de funcionamento) do espaço físico e dos equipamentos existentes, a exemplo de computadores, impressoras e projetores;

VII - atualizar as informações de cadastro no Sistema Salas +Verdes, sempre que houver alguma alteração, tais como mudança de dados de coordenador da instituição, da Sala +Verde, do representante legal e encerramento das atividades da Sala +Verde;

VIII - enviar relatório anual ao Ministério do Meio Ambiente, no Sistema Salas +Verdes, relatando as ações desenvolvidas;

IX - enviar avaliação anual do Projeto, no Sistema Salas +Verdes;

X - participar dos processos formativos ofertados pelo Departamento de Educação e Cidadania Ambiental e/ou outros que tenham pertinência com a atuação da Sala +Verde, a exemplo de palestras, cursos em EaD, dentre outros; e

XI - realizar atividades em consonância com temas de relevância para a educação ambiental.

COMISSÃO EXECUTIVA PARA CONTROLE DO DESMATAMENTO ILEGAL E RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 13 DE JULHO DE 2022

Aprova o Balanço de Atividades 2021 do Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023.

A COMISSÃO EXECUTIVA PARA CONTROLE DO DESMATAMENTO ILEGAL E RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 8º do Decreto nº 10.142, de 28 de novembro de 2019, e o art. 10 º da Portaria MMA nº 341, de 30 de julho de 2020, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 02000.006407/2021-17, resolve:

Art. 1º Aprovar o Balanço de Atividades 2021, do Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023.

Art. 2º O Balanço de Atividades 2021 bem como seus respectivos complementos encontram-se disponíveis no portal eletrônico do Ministério do Meio Ambiente na página sobre controle e prevenção do desmatamento e dos incêndios florestais <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/controle-de-desmatamento-e-incendios-florestais/copy_of_Balanco2021_Aprovado.pdf>

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA LISLI RIBEIRO DE MORAIS GIANNICHI
Coordenadora da CONAVEG

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 13 DE JULHO DE 2022

Aprova a revisão do Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023 e a revisão do Plano Operativo 2020-2023.

A COMISSÃO EXECUTIVA PARA CONTROLE DO DESMATAMENTO ILEGAL E RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 8º do Decreto nº 10.142, de 28 de novembro de 2019, e o art. 2º da Portaria MMA nº 341, de 30 de julho de 2020, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 02000.006407/2021-17, resolve:

Art. 1º Aprovar a revisão do Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023 e a revisão do Plano Operativo 2020-2023.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA LISLI RIBEIRO DE MORAIS GIANNICHI
Coordenadora da CONAVEG

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 48, DE 8 DE JULHO DE 2022

Aprova o Plano de Priorização do Passivo Processual de autos de Infração do Ibama.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15 do Decreto nº 11.095, 13 de junho de 2022, que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicado no Diário Oficial da União de 14 de junho de 2022, e considerando o constante nos autos do processo nº 02001.000560/2022-01, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Priorização do Passivo Processual de Autos de Infração do Ibama, com o objetivo de estabelecer priorizar a instrução dos processos de infração ambiental considerados e diminuir gradativamente o passivo, na forma do Anexo desta portaria.

Art. 2º Para priorização da instrução do passivo de processos de infração ambiental serão observados os critérios estabelecidos no plano relativos às seguintes atividades:

I - Classificação dos processos em grupos de prioridade;

II - Distribuição dos processos para instrução segundo as cotas de cada grupo de prioridade; e

III - Priorização da notificação dos atos processuais por grupo de prioridade.

Art. 3º A execução do plano caberá às unidades organizacionais e equipes que têm atribuições na apuração de infrações ambientais, conforme dispuser a legislação vigente.

Art. 4º A Coordenação do Contencioso Administrativo Sancionador (Ccas) coordenará a implementação do plano e fará seu monitoramento regularmente, indicando as medidas executadas, os resultados alcançados e eventuais óbices.

Art. 5 º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÔNATAS SOUZA DA TRINDADE

ANEXO I

PLANO DE PRIORIZAÇÃO DO PASSIVO PROCESSUAL DE AUTOS DE INFRAÇÃO DO IBAMA

INTRODUÇÃO

O presente plano de priorização do passivo processual é a primeira etapa do plano nacional de enfrentamento do passivo de autos de infração existente no Ibama, que atualmente está em quase 100 mil processos.

Inicialmente, este Plano foi apresentado como Plano Nacional de Enfrentamento ao passivo processual de autos de infração. No entanto, o Conselho Gestor considerou importante priorizar os processos mais relevantes do ponto de vista ambiental, mas insuficiente para atacar o gargalo que é a instrução do enorme passivo formado ao longo dos anos.

O Conselho Gestor demandou da SIAM a elaboração de um Plano Nacional que enfrente o Passivo Processual e contemple os seguintes eixos de atuação:

Pessoal;

Tecnologia da Informação;

Capacitação;

Organização do Trabalho; e

Indicadores, Metas e Revisão.

A SIAM entregou a primeira versão do Plano Nacional ao Conselho Gestor em abril de 2022.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Com a publicação do Decreto nº 9.760/2019, que alterou o Decreto nº 6.514/08, instituiu-se a etapa de conciliação ambiental no início do processo tendo-se em vista seu encerramento. O decreto foi publicado em abril de 2019, mas sua vigência ocorreu em outubro, 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação. A Instrução Normativa Conjunta MMA-ICMBio-Ibama nº 02/2020 trouxe um novo rito processual para a instrução de processos de apuração de infrações ambientais, tendo sido a semente da nacionalização plantada no art. 10, que dizia que a competência para instrução processual seria de equipes de instrução nacionais, regionais ou locais, conforme cada órgão optasse.

A nacionalização dos processos possibilitou reunir em uma caixa os processos em fase de instrução e julgamento do Ibama para uma gestão unificada dos autos de infração com a padronização dos ritos e trâmites, criando condições para obtenção de informações sobre o dimensionamento do passivo e unificação de estratégia para enfrentá-lo.

A Portaria Ibama nº 1.369/2020, de 16 de junho de 2020, instituiu a Equipe Nacional de Instrução (Enins) no Ibama, pautada na desterritorialização dos processos, e criou três equipes: o Grupo Nacional de Preparação, o Grupo Nacional de Primeira Instância e o Grupo Nacional de Segunda Instância.

Em fevereiro de 2021, foi editado o primeiro Plano de Trabalho da Enins, que estipulava que todos os processos de auto de infração que estivessem na fase da instrução deveriam ser enviados para a Caixa GN-P até a data de 1º de março de 2021. Evidentemente, nem todas as superintendências tramitaram naquela data, o que implicou a necessidade de se fazer a tramitação em massa dos processos das caixas dos antigos núcleos de instrução processual nos estados para a Enins. Até março de 2022, contava-se com mais de noventa e sete mil processos na Enins, sendo que algumas superintendências ainda possuem processos em suas diversas caixas a digitalizar.

Conta-se com 158 servidores ativos na instrução, distribuídos nos três grupos de instrução, sendo 56 no GN-P, distribuídos nas tarefas de triagem, notificação e certidão de trânsito em julgado; 80 no GN-I, na elaboração de análise instrutória, despacho instrutório, relatório revisional para os superintendentes e relatório circunstanciado com a respectiva minuta de decisão, e 22 no GN- II, na elaboração de relatório recursal com a respectiva minuta de decisão e relatório revisional para a autoridade julgadora de segunda instância.

O Relatório Dicon, constante no Processo 02001.019365/2021-66, traz um panorama dos desafios a serem enfrentados na melhoria da gestão processual. Entre os dados apresentados, está o quantitativo de processos em cada fase e a pouca informação qualitativa do acervo.

OBJETIVOS

O objetivo geral desse plano é estabelecer critérios objetivos para priorizar a instrução dos autos considerados prioritários do ponto de vista ambiental e diminuir gradativamente o passivo de processos.

A eleição de prioridades segundo critérios específicos é essencial para o direcionamento da força de trabalho bem como para que o instituto possa (1) combater a prática reiterada de infrações; (2) ser mais eficiente no papel pedagógico das sanções; (3) combater organizações que se utilizam da prática contumaz de ilícitos ambientais em suas atividades econômicas; e (4) cumprir os preceitos legais e constitucionais das sanções e procedimentos aplicados.

O objetivo geral, portanto, deve ser destinar os escassos recursos do Ibama para instrução e julgamento de processos ou grupo de processos que se incluem em estratégias específicas do Ibama para respostas às infrações ambientais que ocorrem no país, independentemente do prazo prescricional do processo.

FORMAÇÃO DO PASSIVO

O passivo processual do Ibama é fruto de muitas variáveis que ocorreram ao longo dos anos. Por passivo processual, entendemos o conjunto de processos de apuração de infrações ambientais que necessitem de instrução, julgamento, notificação, revisão, anulação ou qualquer outro ato que afete a sanção indicada.

Inicialmente, excluem-se do passivo os processos que estejam transitados em julgado e pendentes de cobrança bem como os processos que necessitem de declaração de prescrição da pretensão executória já que não há impugnação à sanção aplicada, seja por razões processuais, seja por razões técnicas.

O passivo é formado por todos os processos que (1) não transitaram em julgado; (2) que possuem pedidos revisionais de sanções; e (3) que necessitem de controle de legalidade por autotutela da administração por conta de alguma nulidade ocorrida no processo.

Nesse sentido, note-se, desde já, que o passivo processual pode abarcar uma imensa gama de processos de apuração de autos de infração, independentemente do ano de lavratura, bastando que necessite de revisão (observe-se que a lei não estabelece prazo para o requerimento de revisão). Mesma ideia pode ser aplicada para autotutela da administração. Somente os efeitos eventualmente desfavoráveis ao administrado possuem limite temporal de cinco anos.

A quantidade de autos de infração lavrados é expressiva. As infrações ambientais são noticiadas quase diariamente e a fiscalização continua sendo um dos principais instrumentos de combate ao desmatamento e ao cumprimento da legislação ambiental.

O processo de apuração de infrações ambientais recebe mais de 10 mil processos por ano (houve ano em que se lavraram mais de 18 mil processos), que vão sendo estocados - antes, nas caixas das superintendências estaduais; e agora, na caixa nacional do GN-P. As dificuldades de se instruir cada processo criam um gargalo natural para que haja uma resposta de forma adequada e em tempo razoável.

Se buscados os dados apenas de 2013 a 2021, veremos que a quantidade de autos de infrações lavrados superou os 120 mil processos, conforme tabela abaixo, extraída do Sicafi.

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Lavrados	15.583	14.916	16.762	17.544	15.925	15.117	11.063	9.148	10.428

Desses dados, estima-se que apenas de 10 a 15% dos processos lavrados ao ano tenham sido pagos ou parcelados, o que indica, de forma pouco rigorosa, que, do número de processos listados, provavelmente, 85% estejam no passivo.

No entanto, a instrução processual não consegue acompanhar o quantitativo de autos lavrados e parte deles vai se acumulando e formando o passivo que hoje está em torno de 100 mil.

Os processos atingidos pela prescrição também entram na classificação de passivo. A estimativa atual é que em 2021 existam 1.674 processos atingidos pela prescrição e 612 com decisão reconhecendo-a. Ao todo, tem-se a estimativa de mais de 13 mil processos com indicativo de reincidência, ainda não reconhecidos. O ideal é que haja um rito sumário para esses processos.

Outra forma de se reduzir o aumento do estoque processual do passivo é a conciliação ambiental, que está finalizando processos no mesmo exercício da ciência da autuação ou no exercício seguinte.

CLASSIFICAÇÃO DO PASSIVO

O passivo processual do Ibama não goza de muita uniformidade visto que, por mais que a Lei Complementar nº 140/2011 indique quais seriam as infrações sobre as quais a autarquia teria legitimidade originária e suplementar de fiscalização, a falta de integração e capacidade dos órgãos estaduais faz com que o instituto atue como o principal órgão de fiscalização ambiental, ainda mais por dispor de maior preparo tecnológico para identificar a infração e dar uma resposta mais célere e eficaz ao ilícito ambiental.

Por conta disso, a variedade de tipos de infrações que o Ibama fiscaliza torna seu passivo bem variado e complexo quando de sua correta instrução. Mesmo nos casos mais recorrentes, que são os ilícitos contra a flora e o desmatamento, por exemplo, cada processo pode implicar uma multiplicidade de atores e circunstâncias: se a área possui CAR, se é propriedade privada, se é área pública invadida, se é um assentamento, se é área indígena, se está em área passível de uso, em qual bioma, se o CAR foi homologado, se havia licença válida etc. Veja que, apenas para um gênero de infrações, há uma gama enorme de peculiaridades que deveriam ser classificadas para melhor mapeamento dos processos do passivo.

No entanto, a classificação manual possível de se fazer hoje é aquela que classifica o processo em sua fase processual e seu risco prescricional. Tem-se poucas informações qualitativas do passivo processual do Ibama, o que indica que esses dados devem ser tratados com mais atenção.

Quanto aos principais dados que a triagem nos apresenta, que seriam a fase processual e o risco de prescrição, temos hoje apenas triados cerca de um terço de todo o passivo constante na caixa. Os outros dois terços são processos dos quais se desconhecem o risco prescricional e a fase em que possam estar.

Por mais que a tramitação dos processos para a Enins possa ter dado um prazo de três anos para que o Ibama pratique os atos processuais para mais de 60 mil processos que chegaram das caixas dos estados, não há informações precisas e reunidas sobre a prescrição punitiva propriamente dita, que varia conforme o tipo infracional e que geralmente é de cinco anos.

Caso algum processo esteja na iminência de prescrição propriamente dita e não tenha sido triado pela equipe responsável e distribuído para produção do ato necessário, fatalmente será atingido pela prescrição, por incapacidade da Administração em localizá-lo e lhe dar andamento.

A fase processual, conforme regramento em vigor, compõe-se basicamente de: (1) fase instrutória, que se fecha com o relatório de análise instrutória; (2) fase de relatório final e julgamento, quando são produzidos o relatório circunstanciado, a minuta de decisão e a decisão de primeira instância; (3) fase de relatório recursal, quando se produz o relatório recursal, a minuta de decisão recursal e a decisão recursal; e (4) fase de processos revisionais, quando se produz o relatório revisional, a minuta de decisão revisional e a decisão revisional.

Após cada uma dessas fases, há uma notificação a ser feita para comunicar o autuado de alguma faculdade processual que possui ou da decisão proferida. Essa fase de notificação possui etapas próprias e se estima que mais de 30 mil processos possam estar aguardando alguma notificação.

A classificação pelos prazos prescricionais requer um conhecimento por parte do integrante responsável pela triagem do processo, de quais atos processuais interrompem a prescrição intercorrente e da prescrição propriamente dita. A identificação de cada ato não é simples e há a OJN 06, que trata disso e de mais alguns pareceres que abordam atos específicos. Por conta disso, a triagem sempre classifica de forma mais conservadora a fim de submeter o processo a uma análise, que, por sua vez, será submetida a uma análise mais aprofundada. Isso porque o processo classificado como prescrito pela triagem será, em algum momento, distribuído. Se, no entanto, for classificado indevidamente, poderá não ser distribuído no tempo certo e perderá sua prioridade.

A distribuição de processos prescritos obedece a uma lógica de custo e benefício. Ao se distribuir um processo prescrito, deixa-se de distribuir um que ainda se encontra no prazo. De acordo com o último relatório da Dicon, cerca de 10% do total distribuído no período tiveram o intuito de contemplar processos que tinham um indício forte de prescrição.

A classificação do risco se dá utilizando-se a extensão do SEI++, e o integrante da Enins deve registrar a data em que ocorrerá a próxima prescrição, seja intercorrente ou propriamente dita. Com essa informação, o SEI consegue fazer a contagem regressiva do prazo e, assim, temos a informação de qual processo está com o prazo mais próximo apesar de não termos uma informação ordenada visto que não se pode classificar por ordem crescente todos os processos, pois, a cada página de processos no SEI, a ordem é de chegada na caixa.

Os painéis do Processo Sancionador complementam a informação do SEI no que diz respeito somente à prescrição intercorrente trazendo uma relação de processos com o indicativo de prescrição por data. Desse modo, por mais que alguns erros possam ser observados, a Dicon tem-se utilizado das informações para obter um indicativo gerencial da quantidade de processos com risco de prescrição ou prescritos.

Assim, de acordo com os dados trazido por estes painéis, estima-se o seguinte quantitativo de processos com indicativo de prescrição ou prescritos (prescrição intercorrente):

NDICATIVO DE PRESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE PROCESSOS
em 2021	1.434
em 2022	4.728
em 2023	16.705
em 2024	37.204

CLASSIFICAÇÃO PROCESSUAL

Sugere-se, neste ponto, uma classificação dos processos que compõem a massa processual. Essa classificação serve para identificar as prioridades institucionais para as quais deverão ser direcionados os recursos do Ibama.

Grupo A

Neste grupo, devem ser inseridas as hipóteses previstas nos incisos do art. 68 da INC 01/2021, conforme imposição normativa. Apesar de não haver informações precisas de quantos autos são prioritários seguindo aquelas hipóteses para constatar-se o impacto, elas devem vir prioritariamente. Além desses, os autos de infração lavrados ou com valor original ou consolidado acima de cinco milhões de reais por indicarem infração com relevante impacto ambiental. No Painel SIAM, esse grupo representa cerca de 1.100 processos.

Necessário considerar prioritários os processos que apresentam alguma nulidade por questões jurídicas, pois é inaceitável que a administração abone, no mundo jurídico, qualquer ato ilegal ou inconstitucional. Trata-se, no entanto, somente de atos absolutamente nulos, pois os relativos e os irregulares permitem certa discricionariedade da Administração para reconhecimento do vício e modulação de seus efeitos. A Administração, localizando-os, deve extirpá-los o quanto antes, estando fora de sua discricionariedade a possibilidade de que esses atos permaneçam ou não com seus efeitos. Igualmente, não há dados de quantos processos ainda estejam necessitando de autotutela.

Devem também ser prioritários os processos que tenham decisão judicial determinando o julgamento em determinado prazo e os processos que estejam judicializados para os quais a Procuradoria indique a necessidade de instrução processual que subsidie a defesa do Ibama.

Dentro desse grupo, deve-se considerar subgrupos prioritários que nada mais são que combinações entre cada hipótese prevista acima. Por exemplo, processos com autuado acima de 60 anos e com valor consolidado acima de cinco milhões. Neste caso, o processo deve ser distribuído antes que o processo que só cumpra o critério de valor acima de cinco milhões, por exemplo. Assim, pode-se fazer uma classificação mais detalhada desse grupo prioritário, da seguinte forma:

HIPÓTESE	CLASSIFICAÇÃO
Processos que tenham decisão judicial determinando o julgamento ou que estejam judicializados e para os quais a Procuradoria indique a necessidade de instrução processual que subsidie a defesa do Ibama.	A1
Processos de autos de infração com valor original ou consolidado acima de cinco milhões de reais.	A2
Processos de autuados que se encontrem na lista dos 10 maiores infratores da Amazônia.	A3
Processos com menos de 12 meses de lavratura que fazem parte de ações prioritárias da Fiscalização.	A4
Interesse na propositura de ação civil pública de recuperação do dano ambiental.	A5
Outras prioridades estabelecidas no Art. 68 da INC 01/2021.	A6
Processos que apresentem alguma nulidade absoluta e com solicitação de autoridade julgadora.	A7

Tecnicamente, a hipótese A4 (processos com menos de 12 meses de sua lavratura) não estaria no critério de passivo, mas decidiu-se por incluir nas hipóteses de prioridade com o intuito de aumentar o efeito dissuasório da fiscalização e ser um critério transversal para ordem de distribuição de outras hipóteses desse grupo.

Grupo B

São processos que apresentam vícios sanáveis e demandam poucos atos para sua correção e finalização, processos com valor original ou consolidado acima de 1 milhão de reais e abaixo de 5 milhões de reais.

HIPÓTESE	CLASSIFICAÇÃO
Processos com valor original ou consolidado acima de 1 milhão e abaixo de 5 milhões de reais.	B1
Processos que apresentam vícios sanáveis e/ou demandam poucos atos para sua correção e finalização; processos para os quais restam somente a análise e o julgamento sobre bens apreendidos.	B2

Grupo C

São todos os processos com valor original ou consolidado acima de 100 mil e abaixo de 1 milhão de reais.

HIPÓTESE	CLASSIFICAÇÃO
Processos com valor original ou consolidado acima de 100 mil e abaixo de 1 milhão de reais.	C1

Grupo D

São todos os processos abaixo de 100 mil reais, podendo, inclusive, ser objeto de rito especial, tendo em vista sua finalização mais célere e separada dos outros grupos. Mas, enquanto não houver tais grupos, a prioridade no rito ordinário será o menos relevante.

HIPÓTESE	CLASSIFICAÇÃO
Processos com valor original ou consolidado abaixo de 100 mil reais.	D1
Pedidos Revisionais	D2
Outras hipóteses.	D3

Entre cada grupo, deve-se observar um indicativo imposto pela Portaria nº 1.369/20, que determina que os processos deverão ser finalizados em até 360 dias. Por conta disso, faz-se necessário que o processo mais recente tenha preferência sobre o mais antigo para que este prazo possa ser buscado, ou, não sendo possível, que o processo possa ser finalizado o quanto antes.

DISTRIBUIÇÃO

É imprescindível que a distribuição possa observar as prioridades indicadas. Com a nacionalização dos autos de infração, a etapa de distribuição processual possibilita que se gerencie também a ordem de processos que seriam submetidos a análise e posterior julgamento. Assim, racionaliza-se a pauta de análise de processos de todo o Brasil.

Por conta dessa oportunidade criada por essa opção gerencial, pode-se aplicar os critérios de prioridades estabelecidos de forma eficaz. Nesse sentido, deve-se evitar que processos do Grupo A fiquem muito tempo aguardando instrução e julgamento. Logo, a cota para esse tipo de processo deve ser maior que a dos demais grupos até que o estoque de processos do Grupo A seja reduzido.

Feita essa consideração, sugere-se a seguinte cota de distribuição:

Grupo A - deve ter 100% da cota de distribuição quando a quantidade de processos a serem distribuídos por semana for menor ou igual a 100.

Quando a quantidade for maior que 100, a distribuição será:

100% para o Grupo B quando o quantitativo estiver entre 101 e 150 processos;

100% para o Grupo C quando o quantitativo estiver entre 151 e 175 processos; e,

100% para o Grupo D quando o quantitativo estiver entre 176 a 200 processos.

Se o quantitativo a ser distribuído estiver acima de 200, o número de processos deverá ser distribuído de forma proporcional entre os grupos.

Assim, tem-se que:

Se forem distribuídos 150, irão 100 para o Grupo A e 50 para o Grupo B;

Se forem distribuídos 175, irão 100 para o Grupo A, 50 para o Grupo B e 25 para o Grupo C;

Se forem distribuídos 200, irão 100 para o Grupo A, 50 para o Grupo B, 25 para o Grupo C e 25 para o Grupo D; e,

Se forem distribuídos mais de 200, deverão ser repartidos proporcionalmente entre os grupos.

Dessa forma, quanto mais servidores estiverem disponíveis para receber processos em cada distribuição, mais processos de cada grupo serão distribuídos. Por outro lado, se o número de servidores disponíveis para distribuição for insuficiente, menor será a redução em cada grupo. Espera- se que ocorra uma redução do número de prescrição dos processos prioritários do Ibama. Contudo a razão dessa diminuição é diretamente proporcional aos recursos disponíveis, especialmente, aos humanos.

Por fim, o fato de os processos mais recentes terem maior relevância ante os mais antigos, derroga regra tradicional de priorização de processos por seu risco de prescrição. Justifica-se tal inversão para se buscar a redução efetiva do tempo de tramitação e dar ênfase à recuperação do dano de processos antigos e não à busca na constituição de uma multa de processos antigos, que poderá nem ser recolhida.

Entende-se, dessa maneira, que a ordem por causa do prazo de prescrição torna-se insuficiente como estratégia na tarefa de coibir as infrações ambientais. Melhor será homologar a multa o quanto antes ou exigir a recuperação do dano se não for possível a constituição do crédito em prazo razoável.

RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se uma redução do passivo no médio e no longo prazo de processos que estejam classificados em grupos mais elevados. Assim, a redução deve ser observada nos processos considerados prioritários e ir diminuindo para os outros grupos conforme os outros forem reduzindo. Espera-se uma redução dos processos classificados no Grupo A no prazo de dois (2) anos e meio e no Grupo B no prazo de 2 anos e oito meses. Quanto aos demais grupos, só com reforço nos recursos.

A redução qualitativa do passivo se baseia em uma celeridade na homologação dos processos mais recentes e na eleição dos processos prioritários mais antigos que deverão ser analisados, com regras claras e objetivas.

Neste ponto, quanto aos processos que serão analisados ou não, deve-se fazer uma relevante observação. Os processos que não chegarem a ser distribuídos deverão ser finalizados de alguma forma e o que a lei determina em última instância é a prescrição.

Prescreve em três anos o procedimento administrativo paralisado por mais de três anos pendente de despacho ou decisão, ou seja, se um processo não prioritário não puder ser distribuído e analisado no prazo de três anos por falta de recurso da Administração, este deverá ser declarado prescrito.

Se, a cada auto de infração lavrado, deve haver 2,7 atos de instrução emitidos pela Administração e 2,85 notificações para o definitivo trânsito em julgado, e se o Ibama conseguir, seguindo o PNAPA, lavrar 10 mil autos de infração, a instrução processual deverá produzir 27 mil atos de instrução e 28.500 notificações para que todos os autos lavrados só naquele ano possam ter suas sanções definitivamente estabelecidas.

Os processos decorrentes de autos de infração lavrados acima de um milhão de reais somam cerca de dez mil processos, ou seja, será necessário um número de 10 a 27 mil atos de instrução e de 10 mil a 28,5 mil notificações para finalização desses processos. No ritmo que se tem hoje, seriam necessários dois anos para serem instruídos e julgados somente os processos acima de um milhão de reais, sem análise de qualquer outro grupo.

Esses números desprezariam completamente os processos lavrados nos anos anteriores, que poderiam entrar em outras cotas. Assim, o prazo instituído na Portaria nº 1.369/2020 poderá não ser alcançado. Diante de tal cenário, busca-se reduzir os processos prioritários.

RESULTADOS ESPERADOS POR GRUPOS

Não há muitos dados gerenciais que nos permitam dimensionar totalmente o passivo processual do Ibama. Por isso, diante da experiência tida nos últimos tempos de nacionalização dos processos, o impacto exposto aqui deverá ser estimado. Ressalte-se que o passivo ainda não chegou a ser totalmente mapeado, o que torna um desafio estimar o quantitativo de processos que fazem parte de cada grupo.

Para o Grupo A, estima-se o seguinte numerário para cada hipótese:

HIPÓTESE	ESTIMATIVA
A1	287
A2	1.136
A3	1.000
A4	8.000
A5	1.900
A6	10
A7	96
TOTAL	12.429

Para o Grupo B, tem-se:

HIPÓTESE	ESTIMATIVA
B1	4.589
B2	1.000
TOTAL	5.589

Já para o Grupo C, espera-se:

HIPÓTESE	ESTIMATIVA
C1	21.341
TOTAL	21.341

Por fim, o Grupo D:

HIPÓTESE	ESTIMATIVA
D1	61.719
D2	2.000
D3	3.855
TOTAL	67.574

Nesse sentido, ao se definirem as cotas por cada grupo, vamos ter de observar uma vazão para o Grupo A maior que a chegada de processos. Espera-se isso também para o Grupo B, contudo em uma razão menor enquanto, para os grupos C e D, a entrada de novos processos será maior que sua vazão.

Com uma distribuição de 100 processos semanais, o Grupo A teria 4.800 processos anuais distribuídos e demoraria cerca de 2,5 anos para se analisarem os que atualmente se estimam neste Grupo, ou seja, menos de três anos.

Assim, faz-se importante que o número de distribuições seja maior que o número de processos que chegam. A variável de entrada é, de certa forma, previsível, pois depende do número de novas autuações que chegam até o Contencioso e se haverá prioridades determinadas pelo Presidente e pela CGFis.

Se o número de processos que forem classificados por alguma autoridade aumentar, fazendo com que o Grupo A cresça mais que a possibilidade de distribuição, o risco de prescrição dentro desse grupo aumenta. Quanto ao Grupo B, se houver a distribuição inicial sugerida, de 50 processos semanais, o potencial de distribuição será de 2.400, o que levaria 2,7 anos para a instrução do passivo hoje estimado, que, igualmente, seria um prazo menor que três anos. Espera-se uma redução de 20% dos grupos A e B por semestre.

Para os Grupos C e D, somente seria possível instruir o que se tem hoje em um prazo menor que três anos se o quantitativo a ser distribuído semanalmente for de 1000 processos ou 4.000 mensais.

Com esse quantitativo, todos os processos de todos os grupos poderiam ter instrução em 36 meses, o que reduziria o risco de prescrição de todos os processos. Vale ressaltar que de março a dezembro de 2021 se distribuiu em média 177 processos semanais que variaram de 97 (11/10 a 17/10) a 265 (12/4 a 18/4).

Como a experiência mostra que esse quantitativo é de difícil alcance, os grupos A e B terão um risco de prescrição bem menor que os grupos C e D já que os recursos disponíveis serão direcionados àqueles.

Considerando-se um rendimento padrão atual de 20 processos por mês por integrante da Enins, ou 5 processos semanais, seriam necessários 20 integrantes exclusivos para se obterem as 100 distribuições semanais e atender a demanda do Grupo A. Atualmente, são 22 servidores exclusivos. Para atendimento do Grupo B, seriam necessários 30 servidores exclusivos para se obterem as 150 distribuições, 35 para se obterem 175 distribuições e 40 para se obterem as 200 distribuições. Vale ressaltar que o Plano de Trabalho da Enins está em fase de revisão e a produtividade por integrante da Enins será aumentada.

Quanto mais processos se distribui, menor o risco de ser alcançado pela prescrição intercorrente, principalmente, aguardando na fila para distribuição. Esse risco pode ser estimado da seguinte forma:

DISTRIBUIÇÃO MENSAL	RISCO DE PRESCRIÇÃO
400	89%
600	84%
800	80%
1.200	71%
2.000	56%
4.000	17%
6.000	0%

COMUNICAÇÃO PROCESSUAL

A comunicação de atos processuais do Ibama deve ser modernizada para torná-la mais efetiva. Não há tecnologia disponível hoje que permita uma notificação eletrônica com segurança. As notificações que ocorrem via Sicafi são morosas e pouco intuitivas, o que complica ainda mais a rotina de notificações.

Não será suficiente que se instrua todo aquele volume processual se não houver um eficiente sistema de notificações para dar fluidez ao rito processual. Deve-se buscar reduzir o tempo de notificação de cada processo para que se consiga finalizar um processo em menos de um ano. Para isso, a notificação dos processos abarcados por este plano também será priorizada diante das demais.

PRAZO PARA ETAPA DE NOTIFICAÇÃO

Para cada etapa de notificação, o processo pode demorar de 30 dias a 10 meses para voltar para fila de distribuição se for o caso, conforme cada tipo de notificação que se fará uso:

NOTIFICAÇÃO ELETRÔNICA / COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO		
ETAPA	TEMPO	PROPORÇÃO DE PROCESSOS
Preparo, envio e registro da ciência	45 dias	30%

NOTIFICAÇÃO POR CORREIO COM AR		
ETAPA	TEMPO	PROPORÇÃO DE PROCESSOS
Consulta	Até 45 dias	50%
Envio da Notificação	Até 30 dias	
Retorno do AR	Até 90 dias	
Registro da ciência	Até 30 dias	
TOTAL	Até 195 dias (6,5 meses)	

ENTREGA PESSOAL		
ETAPA	TEMPO	PROPORÇÃO DE PROCESSOS
Tentativa por Correio com AR	Até 195 dias	
Nova consulta	Até 45 dias	
Envio do processo para equipes	Até 30 dias	
Diligência de entrega/devolução justificada	Até 90 dias	15%
TOTAL	360 dias	

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL		
ETAPA	TEMPO	PROPORÇÃO DE PROCESSOS
Tentativa por Correio com AR	Até 195 dias	
Tentativa de entrega pessoal	Até 360 dias	
Preparo e publicação do edital	Até 30 dias	5%
TOTAL	Até 585 dias (19,5 meses)	

Sempre que o lapso temporal para notificação do autuado for maior que 10 meses inviabilizará o alcance do prazo de 365 dias para a homologação, pois ainda seriam necessárias nova distribuição do processo, espera para a análise, e prazo para se proferir a decisão. Estima-se que 20% dos processos na fase contenciosa irão demorar mais que 300 dias em fase de notificação.

Deve-se ressaltar que, atualmente, mesmo esse prazo de até 10 meses para notificações ainda não é a regra uma vez que ainda há processos que aguardam notificação por mais de um ano, correndo risco de prescrição por conta disso.

Fazem-se necessários o mapeamento e a classificação de todos os processos nessa etapa para sua melhor gestão. Apesar de toda a dificuldade, deve-se ter por objetivo que todo ato seja notificado em até três meses após sua produção.

Diante do exposto, como os recursos são limitados, deve-se dar prioridade à notificação dos processos do Grupo A, em detrimento dos demais, para que o prazo de tramitação daquele grupo seja reduzido.

REVISÃO DO PLANO

Este Plano será revisado a cada seis meses a contar da aprovação pelo Conselho Gestor para verificar se o resultado esperado está sendo alcançado.

REFERÊNCIAS

Lei Federal nº 9.873, de 23 de novembro de 1999. Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Instrução Normativa Conjunta MMA-ICMBio-Ibama nº 01, de 12 de abril de 2021. Portaria Ibama nº 1.369, de 18 de junho de 2020.

Plano de Trabalho nº 02/2019 DICON/CNPSA/SIAM. Relatório nº 10825614/2021-DICON/CNPSA/SIAM.

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.249, DE 12 DE JULHO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005280/2022-51. Interessada: Ventos de São Zacarias 04 Energias Renováveis S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Ventos de São Zacarias 04 Energias Renováveis S.A., a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão Araripe IV - Curral Novo do Piauí II, circuito simples, 500 kV, localizada nos municípios de Simões - PI, Curral Novo do Piauí - PI, Betânia do Piauí - PI e Araripina - PE, estados do Piauí e Pernambuco. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em http:biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.251, DE 12 DE JULHO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006060/2022-45. Interessada: Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista, a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição Catu - Pioneiros C1 e C2, circuito duplo, 138 kV, com aproximadamente 24 km (vinte e quatro) de extensão, que interligará a Subestação Ituverava 2 - Catu à Subestação Pioneiros, localizada nos municípios de Ituverava, Guará e São Joaquim da Barra, estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em http:biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.253, DE 12 DE JULHO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006007/2022-44. Interessada: ON Barro Alto Geração de Energia SPE Ltda. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da ON Barro Alto Geração de Energia SPE Ltda., a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão UFV Barro Alto - SE Barro Alto, circuito

simples, 230 kV, com aproximadamente 13,3 km (treze vírgula três quilômetros) de extensão, que interligará a Subestação Elevadora UFV Barro Alto à Subestação Barro Alto, localizada no município de Barro Alto, estado de Goiás. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em http:biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.256, DE 12 DE JULHO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001547/2020-70. Interessada: RGE Sul Distribuidora de Energia - RGE. Objeto: Alterar a pedido o Anexo da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.721, de 31 de março de 2020, que declarou de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da RGE Sul Distribuidora de Energia - RGE, a área de terra necessária à implantação da Linha de Distribuição 69 kV Garibaldi 1 - Carlos Barbosa, localizada no estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estrão disponíveis em http:biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.267, DE 12 DE JULHO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.002841/2022-61 Interessada: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - Taesa. Objeto: Autorizar o estabelecimento, para a Interessada, de parcela adicional de RAP, a preços de junho de 2021, referente à reforço em instalações da Transmissora, objeto do Contrato de Concessão n° 097/2000-ANEEL. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.876, DE 13 DE JULHO DE 2022

Processo nº 48500.001376/2021-60. Interessadas: Enebras Projetos de Usinas Hidrelétricas Ltda. e Ecoz Empreendimentos Imobiliários Ltda. Decisão: (i) revogar o Despacho nº 1.104, de 2021, que conferiu o Registro para elaborar a Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Aporé, no trecho entre o canal de fuga da PCH Planalto e o remanso do reservatório da PCH Grande, nos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, cadastrado sob o CINV: INV.60.0012.01-6, motivado pela desistência formal em prosseguir no processo; e (ii) devolver a garantia de registro aportada na ANEEL. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 1.881, DE 13 DE JULHO DE 2022

Processo nº: 48500.004233/2015-61. Interessados: Sérgio Luiz Pizzatto e Apoema Energética Ltda. Decisão: alterar a titularidade do DRI, Despacho nº 3.635, de 2015, e do DRS, Despacho nº 930, de 2017, combinado com o Despacho nº 1.436, de 2020, referentes à PCH Jaçanã Alta, cadastrada sob o CEG PCH.PH.MT.035078-8.01, do senhor Sérgio Luiz Pizzato para a empresa Apoema Energética Ltda. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 14 DE JULHO DE 2022

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 15 de julho de 2022.

Nº 1.886 Processo nº: 48500.003446/2020-33. Interessados: Luzia 2 Energia Renovável S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UFV Luzia 2. Unidades Geradoras: UG21 a UG28 e UG33 a UG36, de 1.637,00 kW cada. Localização: Município de Santa Luzia, no estado da Paraíba.

Nº 1. 887 Processo nº: 48500.000651/2020-47. Interessados: Oitis 2 Energia Renovável S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Oitis 2. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 5.500,00 kW cada. Localização: Município de Dom Inocêncio, no estado do Piauí.

Nº 1. 888 Processo nº: 48500.000696/2020-11. Interessados: Janaúba II Geração Solar Energia S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UFV Janaúba 2. Unidades Geradoras: UG1 a UG294, de 175,00 kW cada. Localização: Município de Janaúba, no estado de Minas Gerais.

Nº 1. 889 Processo nº: 48500.003438/2020-97. Interessados: Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Tucano VI. Unidades Geradoras: UG4, de 6.200,00 kW. Localização: Município de Tucano no estado da Bahia.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em https://biblioteca.aneel.gov.br/.

RODRIGO CESAR NEVES MENDONÇA
Superintendente Adjunto

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO Nº 1.890, DE 14 DE JULHO DE 2022

Processo nº: 48500.006391/2022-85. Interessados: Concessionárias de Serviço Público de Distribuição, consumidores, usuários e agentes do setor. Decisão: Reconhece a admissibilidade dos pedidos de Revisão Tarifária Extraordinária decorrentes da pandemia do Coronavírus das concessionárias de distribuição elencadas no anexo e informa que foi aberto o processo 48500.006391/2022-85 para análise de mérito, nos termos do submódulo 2.10 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET. A íntegra deste Despacho (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br/.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE RECEITAS

DESPACHO
Relação nº 209/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Não conhece a defesa intempestiva. (270)
831.993/2018 - Martinho Pinto Barbosa

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 210/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Não conhece a defesa intempestiva. (270)
830.142/2017 - Leidiane Aparecida dos Reis Santos

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 272/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Não acata a defesa administrativa apresentada. (242)
846.115/2018 - Lomacon Locação e Construção Ltda

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 309/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Não acata a defesa administrativa apresentada. (242)
870.421/2020 - ATLANTICO ENGENHARIA LTDA

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 313/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Não acata a defesa administrativa apresentada. (242)
870.651/2020 - L. W. Serviços e Transportes Ltda

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 383/2022

860.405/2018 - Marta Inês dos Santos Vieira Teixeira - Tornar Sem Efeito Notificação Administrativa n. 198/2019 (904).

860.724/2013 - Geoex Geologia e Exploração Mineral Ltda - Tornar Sem Efeito Notificação Administrativa n. 391/2018 (904).

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE

DESPACHO SSM-ANP Nº 974, DE 14 DE JULHO DE 2022

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Resolução ANP Nº 02, de 14 de janeiro de 2010 e considerando a assinatura do Termo Aditivo do Contrato de Concessão mencionado abaixo, conforme o que consta no processo nº 48610.204751/2022-65, resolve:

Revogar a aprovação da Documentação de Segurança Operacional (DSO) apresentada pela Petrobras no Processo Administrativo nº 48610.002434/2013-15, relativa ao campo de Jacutinga / Contrato nº 48610.009492/2003 (BT-ES-21).

Motivação: Cessão da totalidade da participação no contrato da cedente Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras para a cessionária Karavan Seacrest SPE Cricaré S.A., conforme o extrato do Termo Aditivo já mencionado (SEI 2329059).

MARIANA RODRIGUES FRANCA

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 459, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019 e o que consta no processo 48610.212194/2020-94. resolve: Autorizar a empresa COREMAL COMÉRCIO, DISTRIBUIÇÃO, FABRICAÇÃO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior no CNPJ listado abaixo. Ficam revogadas as Autorizações ANP nº 939/2015 e nº 940/2015.

CNPJ
10.793.008/0001-06

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 460, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019 e o que consta no processo 48610.212151/2020-17. resolve: Autorizar a empresa HAT INTERNACIONAL S.A, a

exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior no(s) CNPJ(s) listado(s) abaixo. Fica revogada a Autorização SDL-ANP n.º 394, de 19 de agosto de 2009.

CNPJ
01.871.124/0001-05

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 461, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019 e o que consta no processo 48610.211901/2020-25. resolve: Autorizar a empresa TRANSMASUT TRANSPORTES LTDA, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior no(s) CNPJ(s) listado(s) abaixo. Fica revogada a Autorização SDL-ANP nº 246, de 3 de setembro de 2007.

CNPJ
00.181.221/0001-03

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 462, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019 e o que consta no processo 48610.211803/2020-98. resolve: Autorizar a empresa WITZENMANN DO BRASIL LTDA., a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior no CNPJ listado abaixo. Fica revogada a Autorização SDL-ANP n.º 544/2011.

CNPJ
04.865.359/0001-82

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 463, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019 e o que consta no processo 48610.211659/2020-90. resolve: Autorizar a empresa BAHIANA DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior no CNPJ listado abaixo. Fica revogada a Autorização SDL-ANP nº 196/2000.

CNPJ
46.395.687/0001-02

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 464, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019 e o que consta no processo 48610.217227/2022-54. resolve: Autorizar a empresa CENTRO OESTE ASFALTOS S A, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior no(s) CNPJ(s) listado(s) abaixo.

CNPJ
01.593.821/0001-41
01.593.821/0003-03
01.593.821/0010-32
01.593.821/0002-22

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 465, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019 e o que consta no processo 48610.212106/2020-54. resolve: Autorizar a empresa COMPANHIA ULTRAGAZ S.A., a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior no(s) CNPJ(s) listado(s) abaixo. Fica revogada a Autorização SDL-ANP n.º 197, de 5 de dezembro de 2000.

CNPJ
61.602.199/0001-12

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 466, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019 e o que consta no processo 48610.211660/2020-14. resolve: Autorizar a empresa BANDEIRANTE QUÍMICA LTDA., a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior no(s) CNPJ(s) listado(s) abaixo. Fica revogada a Autorização SDL-ANP n.º 87, de 26 de abril de 2002.

CNPJ
47.854.831/0001-94
47.854.831/0020-57
47.854.831/0014-09
47.854.831/0017-51

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 467, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019 e o que consta no processo 48610.211755/2020-38. resolve: Autorizar a empresa BINATURAL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior no CNPJ listado abaixo. Fica revogada a Autorização SDL-ANP n.º 224/2014.

CNPJ
07.113.559/0001-77

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 468, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019 e o que consta no processo 48610.212760/2020-68. resolve: Autorizar a empresa NATRIELLI QUIMICA LTDA., a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior no CNPJ listado abaixo. Fica revogada a Autorização SDL-ANP n.º 505/2012.

CNPJ
58.812.108/0001-69

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 965, DE 14 DE JULHO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020,com base na Resolução ANP nº 51 de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea d, item 1, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/AC0205155	A ASSIS SILVA	09.594.009/0001-42	48610.001036/2011-10
001/GLP/MA0012447	A B L GÁS LTDA	08.052.881/0001-04	48610.003201/2007-91
GLP/MA0172383	A B L GÁS LTDA	08.052.881/0002-87	48610.009122/2008-75
001/GLP/RS0016313	A C RODRIGUES DE BADES	03.922.342/0002-38	48610.009506/2007-15
GLP/ES0176255	A. L. S. ALVES MONTEIRO EPP	09.409.827/0001-28	48610.000123/2009-35
001/GLP/MS0012109	A N BARREIROS - ME.	07.946.620/0001-67	48610.002264/2007-21
001/GLP/RO0000030	A. VIANA DE OLIVEIRA - ME	05.123.868/0001-00	48600.000186/2004-12
GLP/ES0177139	AEROGAS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE GÁS LTDA - ME	01.355.435/0001-11	48610.002138/2009-38
GLP/SC0222082	ALFEU PEREIRA BUENO & FILHO LTDA - ME	07.555.700/0001-91	48610.008096/2013-25
GLP/MS0178517	ALINE GONÇALVES NOGUEIRA - ME	10.370.670/0001-53	48610.007945/2009-47
GLP/AM0183022	ANTONILSON MARTINS DE SOUZA COMERCIAL - ME	10.015.057/0001-18	48610.000817/2010-14
001/GLP/PB0017939	ANTONIO MANOEL DE MELO	04.170.541/0001-19	48610.012336/2007-48
GLP/MT0215208	AUTO POSTO MEIRELES LTDA.	06.061.854/0001-64	48610.005769/2012-12
001/GLP/AM0019729	AUTO POSTO NOGUEIRA COM. DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	08.090.709/0001-37	48610.000854/2008-08
001/GLP/AM0019730	AUTO POSTO NOGUEIRA COM. DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	08.090.709/0002-18	48610.001861/2008-19
GLP/AM0183901	AUTO POSTO NOGUEIRA COM. DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	08.090.709/0004-80	48610.002101/2010-43
GLPAC0340366	B. L. AGUIAR	05.911.059/0001-55	48610.005951/2019-31
GLP/RN0174922	B. M. G. DA SILVEIRA COMERCIAL DE GÁS ME.	09.398.054/0001-21	48610.012220/2008-90
GLP/PB0204005	BACAMARTE COMBUSTÍVEIS LTDA	09.045.739/0001-94	48610.018275/2010-28
001/GLP/RO0021518	BARBOSA E OLIVEIRA COM. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.	08.942.460/0001-40	48610.006371/2008-17
001/GLP/RS0007233	BENTOGÁS COMERCIO DE GÁS LTDA.	04.854.633/0001-18	48610.004559/2006-51
001/GLP/MS0021867	BR COMÉRCIO DE GÁS LTDA - ME	09.348.191/0001-51	48610.006794/2008-29
001/GLP/SE0018650	BRISA MILENA VIANA DOS SANTOS	08.704.050/0001-61	48610.013976/2007-75
GLP/MA0232966	C F LEITE COMERCIO - ME	08.791.797/0001-02	48610.001034/2016-35
GLP/MS0209512	CAMILA SOARES DA SILVA ME	08.003.247/0001-73	48610.005467/2011-55
GLPMG0366657	CARLOS EDUARDO DA SILVA	35.189.905/0001-36	48610.007647/2020-62
GLP/AL0210809	CLAUDEVANIA FLORIANO DA SILVA ME.	04.609.999/0002-02	48610.012634/2011-14
GLP/AL0185708	CLAUDEVANIA FLORIANO DA SILVA ME.	04.609.999/0003-93	48610.005377/2010-83
GLP/AL0240535	CLAUDEVANIA FLORIANO DA SILVA ME.	04.609.999/0004-74	48610.007036/2017-19
GLP/PI0215320	CLAUDIO MORAES DE OLIVEIRA FILHO MEE	01.562.398/0001-12	48610.005953/2012-54
GLP/RS0174774	CLECY REGINA IENSEN DE IENSEN	09.255.203/0001-01	48610.012020/2008-37
001/GLP/MS0002824	CLODOALDO DA COSTA CRIVELLI - ME	04.009.053/0001-24	48610.010979/2004-12
001/GLP/MS0007008	COMERCIAL DE ALIMENTOS JOEMA LTDA	06.272.567/0001-01	48610.002502/2006-17
001/GLP/SE0006888	COMERCIAL DE BEBIDAS PROPRIAENSE LTDA.	03.173.809/0001-03	48610.000012/2006-86
001/GLP/RS0010493	COMERCIAL DE GAS A S LTDA - ME	07.813.443/0001-40	48610.007140/2006-51
001/GLP/RS0014668	COMERCIAL DE GAS LAMPADINHA LTDA.	08.345.763/0001-86	48610.006385/2007-41
GLPCE0347650	COMERCIAL DE GAS MACAMBIRA LTDA	86.894.946/0001-64	48610.008447/2019-93
001/GLP/RS0010635	COMERCIAL DE GAZ CANCIONIERI LTDA	06.788.748/0001-87	48610.012836/2006-15
GLP/MT0209977	COMERCIAL FORTUNA LTDA	07.557.303/0001-59	48610.008536/2011-82
GLP/PB0185603	COMÉRCIO DE GÁS BANANEIRENSE LTDA.	10.505.712/0001-16	48610.005051/2010-56
001/GLP/MS0002347	COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS DIVISA	05.978.868/0001-84	48610.009824/2004-25
001/GLP/RS0012033	COOP. MISTA DE PRODUÇÃO CAMPONESA E INTEGRAÇÃO REGIONAL	02.584.218/0001-66	48610.001933/2007-47
GLPGO0364706	D. A. CORREIA DE OLIVEIRA COMERCIO DE GAS	37.653.032/0001-04	48610.006552/2020-21
GLP/RO0182375	D. E. SANTOS	03.657.104/0001-61	48610.015969/2009-70
001/GLP/MT0012066	D. GIGIO EXPRESS LTDA - ME	07.790.547/0001-87	48610.000681/2007-39
GLP/AL0207336	D. R. SILVA GÁS	10.776.476/0001-72	48610.005857/2011-25
GLP/AL0186625	DANIELA CRISTINA DE BRITO VITOR ME.	08.818.039/0001-22	48610.007104/2010-73
GLPPE0366089	DANIELLY ELAYNE ALVES DO CARMO	36.417.531/0001-21	48610.007287/2020-07
GLP/MS0177481	DENISE BUENO FERNANDES ME	09.640.250/0001-60	48610.004334/2009-47
GLP/MG0183565	DEPOSITO DE GAS DOM BOSCO LTDA ME	71.208.045/0001-02	48610.002036/2010-56
001/GLP/RS0019754	DEPÓSITO E REVENDA DE GÁS JARDIM CARVALHO LTDA	08.952.067/0001-38	48610.002026/2008-04
001/GLP/MT0020286	DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E GÁS TABAPORÃ LTDA - ME.	08.830.491/0001-00	48610.002951/2008-27
001/GLP/GO0015910	DISTRIBUIDORA DE GÁS IPE LTDA	08.367.196/0001-69	48610.008454/2007-51
GLP/DF0203348	DISTRIBUIDORA DE GÁS IPE LTDA	08.367.196/0003-20	48610.017275/2010-19
001/GLP/MS0007897	DORIA REIS & CIA LTDA - ME	07.891.584/0001-81	48610.006575/2006-88
GLP/AC0178882	E NASCIMENTO DA SILVA- ME	05.354.933/0001-09	48610.009121/2009-10
GLPPA0339970	E S VIEIRA MENDES COMERCIO	33.294.353/0001-09	48610.004838/2019-39
GLP/AC0206323	E. V. DOS REIS - ME	09.148.777/0001-72	48610.003621/2011-54
GLP/SE0174905	EDNALDO BEZERRA ANDRADE JUNIOR	05.123.466/0001-06	48610.012224/2008-78
001/GLP/MS0003993	EL - SHADAY COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA.	07.129.551/0001-07	48610.002903/2005-96

GLP/PI0174777	ELIEZIA LEAL SILVA EIRELI - ME	08.705.821/0001-35	48610.011990/2008-15
GLP/PI0207039	ELIEZIA LEAL SILVA EIRELI - ME	08.705.821/0002-16	48610.004992/2011-53
GLPBA0353575	ELISANGELA SILVA SANTANA	36.230.228/0001-15	48610.001554/2020-24
GLP/MS0179851	EMERSON DE ARRUDA BRANDÃO ME.	10.766.239/0001-20	48610.010816/2009-36
001/GLP/AM0017011	EMERSON DIOGO DE JESUS - ME	07.440.362/0001-42	48610.009733/2007-32
001/GLP/MA0017428	ENGLEND`S RODRIGUES ALVES	07.805.242/0001-00	48610.004451/2007-49
001/GLP/MS0004703	ERMEZILDA LOPES DO CARMO - ME	07.107.727/0002-00	48610.004926/2005-35
GLP/MT0224590	ESTEVAO A. DE SOUZA - ME	08.778.476/0001-60	48610.002101/2014-77
001/GLP/RR0019219	F C MAIA - ME	05.418.325/0001-02	48610.000763/2008-64
001/GLP/MA0014768	F E ALMEIDA DAS NEVES - COMÉRCIO	07.692.840/0001-01	48610.006704/2007-19
001/GLP/MA0022261	F E ALMEIDA DAS NEVES - COMÉRCIO	07.692.840/0002-92	48610.007314/2008-47
GLP/MA0217279	F. F. GOULART- ME	10.362.370/0002-03	48610.010259/2012-59
GLP/RO0203076	F. I. ESTIGARRIBIA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS DE PETROLEO - EPP	10.865.891/0001-00	48610.016180/2010-70
GLP/MA0202930	F. INÁ CAVALCANTE SILVA	02.156.493/0001-89	48610.016162/2010-98
GLP/AM0205627	F. R. DE M. MARINHO - COMÉRCIO	04.998.109/0001-10	48610.002368/2011-11
001/GLP/MS0020026	FERNANDA GÁS E ÁGUA LTDA.	08.923.958/0001-66	48610.002505/2008-12
GLP/PB0182869	FERNANDO ANTONIO DE BRITO LIRA	01.961.103/0001-80	48610.000709/2010-33
GLP/PB0185498	FERNANDO UCHOA LIMA	02.853.911/0001-97	48610.004999/2010-94
GLPCE0364062	FORQUILHA COMERCIAL DE GAS LTDA	37.819.826/0001-97	48610.006154/2020-13
GLPGO0370918	FRANCISCO ALVES DE SOUSA - O CATALANO	38.222.351/0001-10	48610.000151/2021-49
GLP/MS0237309	GAM GAS EIRELI ME	00.996.179/0001-89	48610.013156/2016-74
GLP/MS0237310	GAM GAS EIRELI ME	00.996.179/0002-60	48610.013155/2016-20
GLP/PB0181817	GENILSON BENTO DA SILVA - ME	07.803.735/0001-00	48610.015041/2009-95
GLP/RO0176419	GRANDE GÁS LTDA	02.524.624/0001-33	48610.000156/2009-85
001/GLP/RS0011938	GUILHERME DORNELES LONGARA	06.978.674/0001-41	48610.007227/2006-28
GLP/PB0223172	HILDEBRANDO MOTA ALEXANDRE	02.444.758/0001-44	48610.010848/2013-18
GLPAL0312026	HOLANDA E MARQUES GAS E AGUA LTDA	08.798.823/0001-16	48610.011265/2018-19
001/GLP/PB0003349	HONOBEL COMÉRCIO LTDA	07.103.365/0001-90	48610.000435/2005-15
GLP/PB0178315	IONE DA SILVA BARROS	10.779.238/0001-10	48610.006932/2009-51
001/GLP/RS0007705	IRENE DA SILVEIRA PAIN	03.658.733/0001-06	48610.001234/2006-16
GLP/SC0210063	ISADORA COMERCIO LTDA ME	08.355.461/0001-99	48610.011200/2011-05
GLPMG0364965	ISAQUE LUCAS DE S. CUNHA GAS	33.022.932/0001-94	48610.006671/2020-84
001/GLP/DF0016760	ITALO FABRICIO FREITAS ME	01.321.119/0001-29	48610.009847/2007-82
GLP/DF0181389	J L DISTRIBUIDORA DE GÁS DO CENTRO OESTE EIRELI - ME	10.239.035/0001-31	48610.014360/2009-83
GLP/RN0201464	J. PAULINO SOARES	09.095.803/0002-22	48610.012562/2010-24
001/GLP/AM0008575	J R FRANCA DA SILVA	07.768.945/0001-05	48610.007614/2006-64
GLP/AL0183476	JAELSON SIMÃO DA SILVA ME	00.526.081/0002-49	48610.001329/2010-16
001/GLP/PB0004236	JARDIM COMÉRCIO DE GÁS LTDA	07.266.934/0001-19	48610.003680/2005-84
001/GLP/ES0007038	JEMA DISTRIBUIDORADE GÁS LTDA - ME.	05.995.201/0001-90	48610.002888/2006-67
001/GLP/AM0008991	JERUSA DOS SANTOS ASSUNÇÃO ME	07.904.232/0001-13	48610.005755/2006-42
GLP/AM0230821	J.LOPES BRAGA EIRELI - ME	05.035.851/0001-93	48610.008501/2015-77
001/GLP/SE0010882	JONIAS DA SILVA ARAGÃO LTDA.	08.018.678/0001-03	48610.012817/2006-72
GLPPB0377864	JORGE PEREIRA DA SILVA GAS	09.358.235/0001-24	48610.001849/2021-81
GLPMG0347268	JOSE ANDERSON DINIZ	34.577.533/0001-52	48610.008151/2019-72
GLP/RN0219147	JOSE ARNOUD GOMES NETO - ME	01.892.445/0001-96	48610.000372/2013-15
GLP/GO0180271	JOSE DA SILVA ARAUJO O MINEIRO ME	37.399.888/0001-97	48610.011514/2009-85
GLP/AM0213556	JOSENIAS FREITAS DE SOUZA	05.304.228/0001-99	48610.001527/2012-41
GLP/MS0177383	JUSELA SILVA DE OLIVEIRA ME	10.194.508/0001-21	48610.003938/2009-76
GLP/PB0237843	JUSSICLANDO LACERDA DE ANDRADE ME	26.231.081/0001-24	48610.012695/2016-96
001/GLP/MT0003802	KELLY ELER DA SILVA - ME	06.309.358/0001-87	48610.002276/2005-93
GLP/RN0209596	L B DE MEDEIROS - ME	09.049.184/0001-59	48610.010214/2011-01
GLP/AM0180538	L. FARIAS COMÉRCIO DE GÁS E BEBIDAS LTDA EPP	10.898.638/0001-45	48610.012545/2009-53
001/GLP/RO0019978	L L DA SILVA MINIMERCADO	08.934.500/0001-02	48610.001144/2008-97
001/GLP/RS0009240	LILIAN FEIJÓ VIEIRA	08.111.798/0001-50	48610.010196/2006-92
GLPRR0305188	LOURIVAL SANTOS	10.376.893/0001-28	48610.009767/2018-80
GLPMG0379477	LUCIANO MACEDO COUTINHO	40.113.088/0001-72	48610.209172/2021-28
GLPGO0359079	LUCIMAR ROSA DA ANUNCIACAO LTDA	36.832.356/0001-39	48610.004222/2020-00
GLP/RS0057856	LYON COMERCIAL LTDA.	04.193.430/0001-28	48610.007509/2008-97
GLP/RN0226967	M A A MARINHEIRO - ME	07.039.757/0001-38	48610.008113/2014-13
GLPMT0315738	M D DOS SANTOS DOHO	01.096.309/0001-90	48610.012416/2018-56
GLP/MS0237674	M. S DE BASTOS VIEIRA MEI	09.024.504/0001-16	48610.014031/2016-61
GLPPE0349826	MAIS GAS COMERCIO VAREJISTA DE GAS LTDA	34.336.188/0001-65	48610.008222/2019-37
GLPMG0322789	MAIS GAS DISTRIBUIDORA LTDA	33.411.161/0001-27	48610.003753/2019-33
GLP/RR0175303	MANOS DISK GAS EIRELI - ME	09.426.471/0001-30	48610.013114/2008-23
GLPPE0353364	MARIA EDUARDA DE SOUZA SILVA	33.085.522/0001-92	48610.001276/2020-13
001/GLP/RN0021151	MARIA EUNICE DE ARAÚJO MEDEIROS	08.702.439/0001-78	48610.005014/2008-23
GLP/RN0178809	MARIA EUNICE DE ARAÚJO MEDEIROS	08.702.439/0002-59	48610.008903/2009-23
GLP/RN0207105	MARIA EUNICE DE ARAÚJO MEDEIROS	08.702.439/0003-30	48610.005180/2011-25
001/GLP/MS0000292	MARIA J. S. S. SOUZA - ME	05.889.707/0001-14	48610.002583/2004-93
001/GLP/MS0000291	MARIA J. S. S. SOUZA - ME	05.889.707/0002-03	48610.002582/2004-49
GLPCE0367107	MARTINOPOLE COMERCIAL DE GLP LTDA	37.482.334/0001-59	48610.007071/2020-33
GLPCE0365655	MASSAPE COMERCIAL DE GLP LTDA	37.621.111/0001-25	48610.004136/2020-99
GLPMG0366969	MATHEUS SOUZA BORGES	36.714.650/0001-46	48610.006922/2020-21
001/GLP/MS0002982	MATHILDE FABRES DE QUEIROZ ME	03.104.841/0001-37	48610.011483/2004-58
GLP/SC0244984	MERCADO PROGRESSO LTDA	03.498.476/0001-92	48610.003445/2018-27
001/GLP/PR0001368	MERCEARIA CABREIRA LTDA ME	73.779.779/0002-40	48610.006635/2004-17
GLPGO0391246	MERCEARIA PEG - PAG REAL EIRELI	38.090.588/0001-94	48610.211671/2021-85
001/GLP/PB0018845	MORGANA FARIAS ALVES DE SOUSA	09.029.185/0001-31	48610.014638/2007-51
001/GLP/PB0001837	NC COMÉRCIO DE GÁS LTDA	05.611.639/0001-27	48610.008338/2004-91
GLP/MS0181308	NELSON CANOLA	01.193.542/0001-90	48610.014079/2009-41
001/GLP/MS0007276	NELSON CANOLA	01.193.542/0002-71	48610.002356/2006-21
GLP/MS0179287	NEVES COMERCIO DE GAS LTDA. - ME.	09.559.046/0001-10	48610.009567/2009-36
GLP/DF0176708	OURO GAS COMERCIO E DIST DE GAS LTDA	08.543.568/0001-60	48610.000911/2009-21
GLP/MT0219846	PALMA E LENZA LTDA ME	08.791.385/0001-64	48610.001890/2013-48
GLP/PR0179888	PAPOULLA COMERCIO DE GAS LTDA	80.187.909/0001-30	48610.010928/2009-97
GLP/MS0174867	PEDRO JESUALDO DUAZACKER DE MATOS - ME	09.389.981/0001-85	48610.012276/2008-44
GLP/RS0178830	POSTO DE GAS JARI LTDA.	10.344.866/0001-73	48610.008254/2009-61
GLPRS0362806	POSTO DE GAS JARI LTDA.	10.344.866/0003-35	48610.013356/2018-99
GLP/RN0180713	POSTO ELSHADAI LTDA	03.773.964/0001-60	48610.012785/2009-58
001/GLP/PI0012049	POSTO ERTON REGO LTDA.	06.997.388/0001-23	48610.001818/2007-72
GLP/PI0058148	POSTO MAREXAL LTDA.	04.911.404/0001-98	48610.007903/2008-25
001/GLP/RS0022206	POSTO MORAES LTDA.	00.994.599/0001-26	48610.007207/2008-19
001/GLP/RS0017371	POSTO MORAES LTDA.	00.994.599/0002-07	48610.011221/2007-36
GLP/AC0180907	QUEIDILI TAVEIRA DE LIMA - ME	00.284.856/0001-36	48610.013132/2009-96
001/GLP/AL0005898	R. C. VAJAS COMERCIO E REPRESENTAÇOES	02.695.395/0001-10	48610.008390/2005-27
001/GLP/AM0020347	R P LUNARDI	08.435.609/0001-03	48610.003439/2008-06
GLP/AM0210091	R.A. DA SILVA MERCEARIA - ME	01.622.220/0001-10	48610.010588/2011-19
GLPMG0349889	RAFAEL RIBEIRO SILVA COMERCIO DE GAS	34.060.355/0001-98	48610.008465/2019-75
GLPGO0366231	RAMOS REIS CENTRAL GAS EIRELI	38.119.872/0001-46	48610.007400/2020-46
GLP/GO0232318	RANULFO COELHO PORTILHO - ME	37.333.317/0001-50	48610.013532/2014-69
GLP/MS0208925	RAQUEL LEIVA DO PRADO OLIVEIRA ME	02.941.492/0001-45	48610.008849/2011-31
GLP/AM0185942	REGINALDO DE SOUZA RABELO - ME.	10.379.772/0001-30	48610.005025/2010-28
GLP/TO0186485	REY LAR COM. DE ALIMENTOS LTDA.	07.755.955/0001-06	48610.006763/2010-92
001/GLP/ES0007880	ROBERTO SUZANA DUARTE JUNIOR ME	07.009.923/0001-53	48610.006391/2006-18
GLP/RS0177706	ROGERIO MARIA	01.000.054/0001-10	48610.004861/2009-51
GLP/RS0245071	ROGERIO MARIA	01.000.054/0003-81	48610.003674/2018-41
GLP/RR0213593	ROSANGELA B DA SILVA ME	03.587.778/0001-37	48610.001578/2012-73
GLP/RS0219922	RUBILAR PEREIRA VELASCO	09.486.897/0001-80	48610.002127/2013-34
GLP/AM0223107	S C DE OLIVEIRA JUNIOR - ME.	04.757.510/0001-69	48610.010483/2013-21
GLPPR0381491	SANDERSON ROGERIO BARBOSA	38.482.524/0001-39	48610.002389/2021-17
GLPCE0365732	SAO GONCALO COMERCIAL DE GLP LTDA	37.819.442/0001-74	48610.005998/2020-39
GLP/RO0180980	SCHUMANN & CIA LTDA	04.904.967/0001-59	48610.013231/2009-78
GLP/AL0177134	SEBASTIANA ANÁRIO DE FARIAS	09.176.313/0001-70	48610.002641/2009-93
001/GLP/MS0000376	SENNA COMERCIO DE GAS E AGUA LTDA - ME	06.153.222/0001-20	48610.004853/2004-17
GLP/RS0214138	SILVIA HELENA AVILA PACHECO	08.342.157/0001-07	48610.001365/2012-41
GLP/SC0201460	SILVIO E ANA COMERCIO VAREJISTA DE GAS E MINIMERCADO LTDA - ME	10.425.183/0001-40	48610.012441/2010-82
GLPCE0371163	SOBRAL COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA	36.521.362/0001-75	48610.007565/2020-18
GLP/SC0206496	SOROGÁS COMÉRCIO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO LTDA	07.898.235/0001-91	48610.003892/2011-18
GLP/PB0223561	SUPER AGUA E GAS LTDA - ME.	05.019.593/0001-51	48610.011796/2013-05
GLP/RO0180575	SUPERGAS COMÉRCIO DE GÁS LTDA	10.812.150/0001-53	48610.008218/2009-05
001/GLP/MS0017316	SUPERMERCADO NOVA ERA LTDA.	08.159.891/0001-35	48610.011153/2007-13
GLP/SC0212754	SUPERMERCADO PRAIA BONITA LTDA - ME	09.655.186/0001-91	48610.016734/2011-10
GLP/AC0223229	SUTINEIDE S. DOS SANTOS - ME	10.673.927/0002-27	48610.011001/2013-51
001/GLP/SE0018257	T. GÁS REVENDEDORA LTDA - ME	08.467.006/0001-85	48610.012972/2007-71
GLPPR0387381	TANIA GAS DISTRIBUIDORA LTDA	40.074.925/0001-00	48610.216776/2021-21
GLP/MA0176534	TEOFILO C FREITAS - ME.	01.562.904/0001-73	48610.000426/2009-58
001/GLP/SE0010142	TERENA TRANSPORTADORA E REVENDEDORA DE GÁS LTDA.	03.364.516/0001-03	48610.002400/2006-18
GLPCE0370642	TURURU COMERCIO DE GLP LTDA	37.574.279/0001-27	48610.006377/2020-72
GLP/SE0177718	V & S REVENDA DE GAS LTDA.	10.460.787/0001-28	48610.004989/2009-15
GLP/GO0177719	V D PINHEIRO E CIA LTDA.	07.324.859/0001-03	48610.004857/2009-93
GLPGO0388625	V FERREIRA LIMA	36.134.457/0001-36	48610.220322/2021-54
GLP/RN0177394	V N DE SOUZA - EPP	05.925.829/0002-08	48610.008238/2004-63
GLP/RS0173467	VALMIR DE FREITAS BATISTA	04.716.481/0001-97	48610.010570/2008-11
GLP/AL0180585	VITRINE DO GÁS LTDA	06.168.707/0001-98	48610.012163/2009-20
001/GLP/RO0000914	W C VITALIANO SOARES - ME	05.435.605/0001-29	48610.006649/2004-14
GLPGO0358030	W. R. DOS SANTOS & CIA LTDA	35.585.506/0001-94	48610.003507/2020-15
GLP/RS0176869	WALTER VIEIRA & CIA. LTDA.	03.588.511/0001-64	48610.001413/2009-04
GLPMG0349899	WASHINGTON ALVES DA SILVA	32.836.117/0001-04	48610.008843/2019-11
GLP/MS0215860	ZIRONDI & CIA LTDA	02.964.252/0001-66	48610.006850/2012-10
001/GLP/RS0014708	ZOLETE DE FÁTIMA DE ÁVILA CAVALHEIRO ME	01.117.248/0001-08	48610.006398/2006-31

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 967, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 2º, inciso III e o que consta do processo nº 48610.212898/2020-67, torna pública a revogação da Autorização ANP nº 567/2013 e Despacho nº 1.169/2001, outorgados à sociedade JOHNSON CONTROLS BE DO BRASIL LTDA. - CNPJ sob o nº: 01.092.686/0001-50.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 968, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 1º inciso III, e o que consta do processo nº 48610.212002/2020-40, torna público o cancelamento da autorização ANP nº 529, de 19 de novembro de 2012, por requerimento do agente CHEM-TREND INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA., CNPJ nº 55.531.925/0001-50.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 969, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 1º inciso III, e o que consta do processo nº 48610.212436/2020-40, torna público o cancelamento da autorização ANP nº 103, de 11 de março 2014, por requerimento da sociedade ENERGETICA SUAPE II S.A - CNPJ nº 09.373.678/0001-94.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 970, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 2º inciso III e o que consta do processo nº 48610.212566/2020-82, torna pública a revogação da Autorização ANP nº 306/2018, outorgada à sociedade FEV AMERICA LATINA LTDA - CNPJ nº 10.517.104/0001-21.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 971, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições

da Resolução ANP nº 58, de 17/10/2014 e o que consta no processo 48610.216340/2022-12. resolve: Cancelar os Despachos de habilitação como Distribuidor de Combustíveis Líquidos, exceto combustíveis de aviação, das empresas listadas abaixo.

Despacho	CNPJ	Razão Social
75/2014	17.823.807/0001-27	VITOL ENERGY BRASIL LTDA
624/2013	15.383.104/0001-08	PR DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS
36/2012	12.986.094/0001-07	FLEXCOM DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA
919/2013	14.599.702/0001-48	VOX DERIVADOS LTDA
1495/212	09.642.095/0001-66	PICK GÁS ARMAZENADORA E DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA
114/2013	07.003.813/0001-84	MERCOSUL DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
828/2018	24.587.133/0001-74	PETROETANOL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS - EIRELI
151/2013	11.801.809/0001-39	TRAMP OIL DISTRIBUIDORA LTDA

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 972, DE 14 DE JULHO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/PR0228103	ABASTECEDORA 2022 LTDA	46.289.959/0001-90	48610.216911/2022-19
PR/AP0228108	AEROPOSTO COMBUSTIVEIS AUTOMOTIVOS LTDA	08.580.311/0003-40	48610.215183/2022-28
PR/BA0228105	AUTO POSTO DE COMBUSTIVEIS DONA AMELIA LTDA	05.089.541/0001-51	48610.215955/2022-21
PR/RJ0228106	AUTO POSTO MIRANDELA LTDA	21.572.536/0001-51	48610.217085/2022-25
PR/CE0228104	BARATAO DO CARIRI PETROLEO LTDA	46.202.871/0001-99	48610.217158/2022-89
PR/BA0228102	CARDOSO & JORDAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	35.034.757/0001-80	48610.216694/2022-67
PR/RS0228158	COMERCIAL BUFFON COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LIMITADA	93.489.243/0099-20	48610.216385/2022-97
PR/MA0228160	E DO R SILVA ARAUJO LTDA	44.555.222/0001-46	48610.217246/2022-81
PR/CE0228156	FRANCISCO MARCONES CORREIA	12.980.936/0001-05	48610.204966/2022-86
PR/MG0228107	FREITAS E FARIA COMBUSTIVEIS LTDA	34.443.299/0004-13	48610.217074/2022-45
PR/BA0228176	NOVO RIO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	11.166.265/0004-23	48610.216891/2022-86
PR/CE0228136	POSTO BIL COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	32.112.539/0001-29	48610.217282/2022-44
PR/SP0228159	POSTO PERNAMBUCO GUARUJA LTDA	44.822.738/0001-00	48610.214426/2022-19
PR/SP0228157	TORONTO AUTO POSTO DE RIO PRETO LTDA	46.313.843/0001-49	48610.216834/2022-05

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 973, DE 14 DE JULHO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPTO0403831	A. F. DA SILVA	24.058.890/0002-31	48610.217258/2022-13
GLPPB0403825	ALISSON SOARES DA SILVA	38.595.902/0002-71	48610.217243/2022-47
GLPBA0403813	BARAUNA COMERCIO DE GAS LTDA	45.285.812/0001-69	48610.215900/2022-11
GLPGO0403840	COMERCIO FONTE AGUA E GAS LTDA	45.633.079/0001-26	48610.217083/2022-36
GLPPR0403792	DISK GAS AMERICA LTDA	45.486.506/0001-90	48610.214871/2022-71
GLPMA0403817	E R MOURA COMERCIO E SERVICOS	41.171.005/0001-64	48610.211411/2022-91
GLPMA0403819	F DE A S CAMPOS E CIA LTDA	23.321.280/0003-05	48610.217225/2022-65
GLPSP0403838	GASPAR GAS - DISTRIBUIDORA DE GLP LTDA	46.586.097/0001-67	48610.215745/2022-33
GLPMG0403857	GISANE COSTA PEREIRA THOMAZ LTDA	08.428.653/0001-88	48610.215667/2022-77
GLPMT0403827	J. W. S. MARTINS	46.611.959/0001-64	48610.217250/2022-49
GLPPE0403810	K. T. DE FARIAS EIRELI	41.771.868/0001-72	48610.219656/2021-85
GLPSP0403855	L. F. GODOI & CIA. LTDA.	46.473.120/0001-07	48610.217312/2022-12
GLPBA0403836	LEIA RIBEIRO DE OLIVEIRA	40.780.011/0001-56	48610.217265/2022-15
GLPAM0403815	LUIZ CARLOS DELFINO DE MENEZES	17.513.720/0001-53	48610.214476/2022-98
GLPDF0403834	M F M COMERCIO DE GAS LTDA	45.253.776/0001-51	48610.217263/2022-18
GLPMT0403829	NELCIMAR GONCALVES EIRELI	13.774.319/0003-88	48610.217255/2022-71
GLPAC0403859	R. B. DA SILVA	39.286.296/0001-94	48610.217333/2022-38
GLPAM0403842	R C A MERCADINHO LTDA	01.141.307/0001-75	48610.215740/2022-19
GLPRR0403823	SUPERMERCADO E PANIFICADORA POPULAR LTDA	44.537.861/0001-89	48610.217232/2022-67
GLPPR0403850	TABORDA WITASIAK GAS LTDA	46.002.102/0001-47	48610.215971/2022-14

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

DESPACHO SPD-ANP Nº 964, DE 14 DE JULHO DE 2022

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 7/2012, alterado pela Resolução ANP nº 775/2019, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, no âmbito dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, torna público o seguinte ato:

1.Aprovar a alteração dos dados da Unidade de Pesquisa abaixo qualificada, cujo credenciamento foi formalizado por meio do Despacho nº 1270/2014, publicado à página 78, seção 1, do Diário Oficial de União de nº 167, de 01 de setembro de 2014.

2.A tabela constante do Despacho nº 1270/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

CREDENCIAMENTO ANP Nº	302/2014	
UNIDADE DE PESQUISA	Centro de Desenvolvimento em Energia e Veículos - CDEV	
INSTITUIÇÃO CREDENCIADA	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO - PUC- Rio	
CNPJ/MF	33.555.921/0001-70	
PROCESSO ANP	48610.004552/2014-49	
LOCALIZAÇÃO	Rio de Janeiro/ RJ	
ÁREA	TEMA	SUBTEMA
ABASTECIMENTO	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	DESEMPENHO E EMISSÕES
BIOCOMBUSTÍVEIS	BIOETANOL	AUTOMAÇÃO, CONTROLE, INSTRUMENTAÇÃO E METROLOGIA
GÁS NATURAL	UTILIZAÇÃO	APLICAÇÕES INDUSTRIAIS, COMERCIAIS, RESIDENCIAIS E AUTOMOTIVAS
OUTRAS FONTES DE ENERGIA	HIDROGÊNIO	APLICAÇÃO DE HIDROGÊNIO COMO VETOR ENERGÉTICO
TEMAS TRANSVERSAIS	AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE, MONITORAMENTO E CONTROLE	AUTOMAÇÃO, CONTROLE, INSTRUMENTAÇÃO E METROLOGIA Título e Descrição
TEMAS TRANSVERSAIS	SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE	EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA NA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

MARIA INÊS SOUZA

DESPACHO SPD-ANP Nº 966, DE 14 DE JULHO DE 2022

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 7/2012, alterado pela Resolução ANP nº 775/2019, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, no âmbito dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, torna público o seguinte ato:

1.Aprovar a alteração dos dados da Unidade de Pesquisa abaixo qualificada, cujo credenciamento foi formalizado por meio do Despacho nº 1.106/2014, publicado à página 58, seção 1, do Diário Oficial de União de nº 149, de 6 de agosto de 2014, e a primeira atualização com alteração no escopo do credenciamento foi aprovada por meio do Despacho nº 902/2022, publicado à página 158, Seção 1, do Diário Oficial de União de nº 126, de 6 de julho de 2022.

2.Alterar o nome da unidade de pesquisa credenciada sob o nº 0223/2014, constante do processo nº 48610.004610/2014-34 e vinculada à instituição Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA, CNPJ 03.447.568/0001-43, originalmente denominada Associação Instituto de Matemática Pura e Aplicada que passa a ser denominada Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada.

MARIA INÊS SOUZA

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 1.584, DE 13 DE JULHO DE 2022

Institui a regulamentação da adesão dos entes federativos ao Pacto Nacional de Prevenção e Enfrentamento da Violência Letal contra Crianças e Adolescentes, nos termos do artigo 125-H, § 2º, do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018.

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e IV, da Constituição Federal, e considerando o disposto no art. 9º, inciso XIII do Anexo I do Decreto nº 10.883, de 6 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito do Programa de Proteção Integral da Criança e do Adolescente - Protege Brasil, a regulamentação da adesão dos entes federativos ao Pacto Nacional de Prevenção e Enfrentamento da Violência Letal contra Crianças e Adolescentes, nos termos do artigo 125-H, § 2º, do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018 .

Art. 2º O Pacto Nacional tem como objetivo promover a redução de mortes por agressão a crianças e a adolescentes mediante a articulação entre o Governo Federal e os Governos estaduais e distrital.

Parágrafo único. O Pacto Nacional adotará um critério de certificação pelo compromisso dos entes federados aderentes com as ações de prevenção e enfrentamento da violência letal contra crianças e adolescentes.

Art. 3º A certificação concederá o direito de uso de um selo aos Estados, e ao Distrito Federal, que aderirem ao Pacto e se comprometerem a promover ações de prevenção e enfrentamento da violência letal contra crianças e adolescentes, por meio do cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 5º desta Portaria.

§ 1º Será entregue à Unidade Federada aderente uma placa com o título de "Defensor da Vida da Criança e do Adolescente", que conterá espaço para a inserção das seguintes categorias de selos:

I - bronze;

II - prata;

III - ouro; e

IV - diamante.

§ 2º O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH promoverá a entrega dos selos anualmente em um encontro nacional, preferencialmente em Brasília-DF, ficando as despesas de deslocamento e estadia a cargo das Unidades da Federação aderentes.

Art. 4º A adesão dos Estados e do Distrito Federal ao Pacto será feita por meio de suas respectivas Secretarias ligadas à promoção e à defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, mediante o preenchimento de instrumento constante no Anexo I desta Portaria.

§ 1º O instrumento de adesão (Anexo I) encontra-se disponível no site do Sistema Nacional de Direitos Humanos - SNDH.

§ 2º No instrumento de adesão, os Estados e o Distrito Federal indicarão os responsáveis pela implementação das ações previstas no art. 5º desta Portaria.

Art. 5º Os Estados, e o Distrito Federal, aderentes deverão cumprir um ou mais dos seguintes requisitos:

I - criar e manter em pleno funcionamento os Comitês Estaduais e Distrital de Prevenção e Enfrentamento da Violência Letal contra Crianças e Adolescentes, nos termos do art. 6º desta Portaria;

II - criar os Planos Estaduais ou Distrital de Prevenção e Enfrentamento da Violência Letal contra Crianças e Adolescentes;

III - mobilizar a criação de Comitê Distrital ou Comitês Municipais de Prevenção e Enfrentamento da Violência Letal contra Crianças e Adolescentes, em pelo menos 2 (duas) regiões administrativas ou 2 (dois) municípios de seu território que apresentem os maiores índices de letalidade infanto-juvenil, conforme apontado pelo diagnóstico realizado pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - SNDCA;

IV - implementar, pelo menos 2 (duas) ações no âmbito dos Planos Estaduais ou Distrital de Prevenção e Enfrentamento da Violência Letal contra Crianças e Adolescentes; e

V - reduzir os índices da violência letal contra crianças e adolescentes, tendo por parâmetro os indicadores do Diagnóstico Estadual ou Distrital da violência letal contra crianças e adolescentes.

Parágrafo único. A depender dos requisitos cumpridos, os Estados e o Distrito Federal aderentes farão jus a uma das categorias de selo:

I - requisito do inciso I do caput deste artigo: bronze;

II - requisitos dos incisos II e III do caput deste artigo: prata;

III - requisito do inciso IV do caput deste artigo: ouro; e

IV - requisito do inciso V do caput deste artigo: diamante.

Art. 6º Os Comitês Estaduais e Distrital de Prevenção e Enfrentamento da Violência Letal contra Crianças e Adolescentes serão compostos por órgãos governamentais e instituições da sociedade civil e terão as seguintes atribuições no âmbito de seus respectivos territórios:

I - criar, monitorar e avaliar o Plano Estadual e Distrital de Prevenção e Enfrentamento da Violência Letal contra Crianças e Adolescentes;

II - incentivar a realização de estudos e pesquisas a fim de conhecer o contexto da violência letal, bem como acompanhar a evolução dos dados e efetuar recomendações para a implementação e desenvolvimento de políticas públicas na área da violência letal contra crianças e adolescentes;

III - contribuir para o aperfeiçoamento e a integração de fluxos e procedimentos a serem adotados pelos órgãos de seu território que compõem o Sistema de Garantia de Direitos das crianças e adolescentes ameaçados de morte; e

IV - realizar articulação nas áreas legislativa e orçamentária a fim de assegurar recursos públicos para ações de prevenção e enfrentamento da violência letal contra crianças e adolescentes.

§ 1º Os Comitês Municipais de Prevenção e Enfrentamento da Violência Letal contra Crianças e Adolescentes deverão ter as mesmas características que os Comitês Estaduais e Distrital previstos no caput deste artigo.

§ 2º O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos poderá emitir orientações complementares sobre as diretrizes a serem seguidas pelos Comitês.

Art. 7º Para comprovação do cumprimento dos requisitos de que trata o art. 5º desta Portaria, os Estados e o Distrito Federal deverão preencher o Formulário de Autodeclaração do Anexo II desta Portaria, no qual constará as seguintes informações:

a) dados da violência letal na infância e adolescência de seus respectivos territórios;

b) autodeclaração quanto ao cumprimento dos requisitos.

Parágrafo único. O Formulário de Autodeclaração (Anexo II) encontra-se disponível no site do Sistema Nacional de Direitos Humanos, que deverá ser preenchido até o último dia útil de cada ano.

Art. 8º Compete ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - incentivar a adesão dos Estados e do Distrito Federal ao Pacto Nacional de Prevenção e Enfrentamento da Violência Letal contra Crianças e Adolescentes;

II - avaliar os dados e documentos encaminhados pelos Estados e pelo Distrito Federal em razão da adesão ao Pacto e elaborar um relatório anual;

III - conceder os selos aos Estados e ao Distrito Federal aderentes, com base no relatório de que trata o inciso II deste artigo;

IV - estabelecer as diretrizes nacionais para implantação e funcionamento dos Comitês Estaduais e Distrital de Prevenção e Enfrentamento da Violência Letal contra Crianças e Adolescentes, cujas atribuições estão previstas no art. 6º desta Portaria;

V - contribuir para a elaboração dos Planos Estaduais e Distrital de Prevenção e Enfrentamento da Violência Letal contra Crianças e Adolescentes, apontando indicadores e apresentando sugestões de objetivos e ações com base no Diagnóstico Estadual e Distrital;

VI - realizar o Diagnóstico Estadual e Distrital da violência letal contra crianças e adolescentes nas Unidades da Federação em que o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM estiver sendo executado; e

VII - cooperar com ações interinstitucionais de prevenção e enfrentamento da violência letal na infância e adolescência.

Parágrafo único. No caso do inciso VI do caput deste artigo, não caberá ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos a realização do diagnóstico nas Unidades da Federação em que o PPCAAM ainda não esteja implementado, competindo essa atribuição aos Estados que desejem aderir ao Pacto.

Art. 9º Fica revogada a Portaria nº 758, de 29 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2022.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

ANEXO I

FORMULÁRIO DE ADESÃO

O _____[Nome da Unidade da Federação], com sede e foro na cidade de _____[Capital da UF], inscrito no CNPJ/MF sob o nº_____, por intermédio da _____[nome da Secretaria de Estado competente], neste ato representada por seu/sua Secretário(a) de Estado, o(a) Sr.(Srª.) _____[Nome completo do(a) Secretário(a)], inscrito(a) no CPF/MF sob nº _____, em conformidade com o que preconiza a Portaria nº 1.584, de 13 de julho de 2022, apresenta sua adesão ao Pacto Nacional de Prevenção e Enfrentamento da Violência Letal contra Crianças e Adolescentes.

Indica-se o/a _____[nome do Cargo], atualmente ocupado pelo(a) Sr.(Srª.) _____ [Nome do ocupante do cargo], com endereço funcional _____, e telefone _____ como responsável pela implementação das ações voltadas ao cumprimento dos objetivos do Pacto.

_____, ___de _____de 202__.

_____

[NOME COMPLETO DO(A) SECRETÁRIO(A)]

[Nome da Secretaria de Estado competente]

ANEXO II

FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO

O _____ [Nome da Unidade Da Federação], com sede e foro na cidade de _____[Capital da UF], inscrito no CNPJ/MF sob o nº _____, por intermédio da _____[Nome da Secretaria de Estado competente], neste ato representada por seu/sua Secretário(a) de Estado, o(a) Sr.(Srª.) _____[Nome completo do(a) Secretário(a)], inscrito(a) no CPF/MF sob nº _____, apresenta sua AUTODECLARAÇÃO ANUAL em conformidade com o que preconiza a Portaria nº 1.584, de 13 de julho de 2022.

1. Número de óbitos em decorrência da violência letal contra crianças e adolescentes registrados nos últimos 12 (doze) meses na UF:

Número de óbitos em decorrência da violência letal contra crianças	Número de óbitos em decorrência da violência letal contra adolescentes

Indicar a fonte que forneceu os dados acima: _____

2. Preencha a tabela abaixo relacionando as principais causas da violência letal contra crianças e adolescentes na UF e os respectivos graus de incidência:

GRAU DE INCIDÊNCIA	CAUSAS DA VIOLÊNCIA LETAL
1º Lugar	
2º Lugar	
3º Lugar	
4º Lugar	
5º Lugar	
6º Lugar	
7º Lugar	

Exemplos de causas de violência letal: violência doméstica física, violência sexual, suicídio, tráfico de drogas, homicídio, infanticídio, entre outros.

3. Indique abaixo quais as ações que a UF já executou ao fazer a adesão do Pacto Nacional:

I - CATEGORIA BRONZE:

( ) Criação e pleno funcionamento do Comitê Estadual ou Distrital.

II - CATEGORIA PRATA:

( ) Criação do Plano Estadual ou Distrital de Prevenção e Enfrentamento da Violência Letal contra Crianças e Adolescentes.

( ) Criação de 2 (dois) Comitês Municipais de Prevenção e Enfrentamento da Violência Letal contra Crianças e Adolescentes.

Nome Município: _____

Nome Município: _____

Obs1: Os municípios acima devem obrigatoriamente ser os que apresentem os maiores índices de letalidade infanto-juvenil, conforme apontado pelo Diagnóstico realizado pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - SNDCA.

Obs2: O Distrito Federal, por não ter municípios, está dispensado de cumprir esse requisito para pontuar na Categoria Prata.

III - CATEGORIA OURO:

( ) Implementação de pelo menos 2 (duas) ações no âmbito do Plano Estadual ou Distrital de Prevenção e Enfrentamento da Violência Letal contra Crianças e Adolescentes.

Indique abaixo no mínimo duas ações que foram implementadas:

_____

_____

IV - CATEGORIA DIAMANTE:

( ) Redução dos índices da violência letal contra crianças e adolescentes, tendo por parâmetro os indicadores do Diagnóstico Estadual ou Distrital da violência letal contra crianças e adolescentes.

Indique na tabela abaixo qual a porcentagem da redução dos índices da violência letal contra crianças e adolescentes na UF:

ÓBITOS DECORRENTES	PERCENTUAL DE REDUÇÃO (%)

Exemplos de óbitos decorrentes de violência letal: violência doméstica física, violência sexual, suicídio, tráfico de drogas, homicídio, infanticídio, entre outros.

_____, ___de _____de 202__.

_____

[NOME COMPLETO DO(A) SECRETÁRIO(A)]

[Nome da Secretaria de Estado competente]

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

No anexo I da Portaria GM/MS nº 2.947, de 21 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 247, em 24 de dezembro de 2012, Seção 1, páginas 49 a 83,

Onde se lê:
ANEXO I
PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS ONCOLÓGICOS INCLUÍDOS

Procedimento:	0416020216 - LINFADENECTOMIA AXILAR UNILATERAL EM ONCOLOGIA
Descrição:	Esvaziamento unilateral profilático ou terapêutico da cadeia linfática axilar em caso de tumor maligno ou quando da mama também incerto se benigno ou maligno ou benigno. Na peça cirúrgica os linfonodos podem ser livres de neoplasia maligna.

Leia-se:
ANEXO I
PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS ONCOLÓGICOS INCLUÍDOS

Procedimento:	0416020216 - LINFADENECTOMIA AXILAR UNILATERAL EM ONCOLOGIA
Descrição:	Esvaziamento unilateral profilático ou terapêutico da cadeia linfática axilar em caso de tumor maligno ou quando da mama também incerto se benigno ou maligno. Na peça cirúrgica os linfonodos podem ser livres de neoplasia maligna.

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 672, DE 12 DE JULHO DE 2022

Dá publicidade aos resultados das análises de prestações de contas anuais de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

Razão Social: Associação de Combate ao Câncer do Brasil Central
CNPJ: 25.438.409/0001-15
Município/UF: Uberaba/MG.
Título do projeto: "implantação do Núcleo de Educação Permanente da Associação de Combate ao Câncer do Brasil Central - Hospital Dr. Hélio Angotti".
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS).
Tipo de análise: Execução física.
Processo NUP: 25000.077169/2015-73.
Período analisado: Exercício 2017.
Embasamento: Parecer de Técnico nº 70/2022-CGATES/DEGES/SGTES/MS (0026465494), e Despacho GAB/SGTES/MS (0027132313).
Resultado: APROVADA.

Art. 2º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

Razão Social: Associação de Combate ao Câncer do Brasil Central
CNPJ: 25.438.409/0001-15.
Município/UF: Uberaba/MG.
Título do projeto: "implantação do Núcleo de Educação Permanente da Associação de Combate ao Câncer do Brasil Central - Hospital Dr. Hélio Angotti".
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS).
Tipo de análise: Execução física.
Processo NUP: 25000.077169/2015-73.
Período analisado: Exercício 2018.
Embasamento: Parecer de Técnico nº 71/2022-CGATES/DEGES/SGTES/MS (0026472622) e Despacho GAB/SGTES/MS (0027132313).
Resultado: REPROVADA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 674, DE 12 DE JULHO DE 2022

Dá publicidade ao resultado de análise de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Fica publicado o seguinte resultado de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon):

DADOS DA INSTITUIÇÃO
NUP: 25000.171803/2020-21
Instituição: Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM
CNPJ: 01.576.817/0001-75
Município/UF: Campinas/SP
DADOS DO PROJETO
Título do projeto: Plataforma de testes terapêuticos personalizados em tumores de mama.
Resumo do projeto: Caracterizar morfológica e molecularmente os tumores originais, xenográficos e organóides para atestar a manutenção das características tumorais iniciais como forma de descoberta de vias de resistência a tratamentos e ganho de agressividade tumoral.
Prazo de execução do projeto: 36 (trinta e seis) meses.
Valor do projeto inicialmente aprovado: R$ 5.387.862,19 (cinco milhões, trezentos e oitenta e sete mil oitocentos e sessenta e dois reais e dezenove centavos).
DADOS DO PEDIDO
Valor de readequação solicitado: R$ 6.270.188,16 (seis milhões, duzentos e setenta mil, cento e oitenta e oito reais e dezesseis centavos).
Fundamento legal: Art. 70 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.
DADOS DA ANÁLISE DO PEDIDO
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde (SCTIE/MS).
Tipo de análise: Mérito.
Parecer conclusivo: Parecer técnico nº 51/2022-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0027487754).
Resultado: APROVADO COM READEQUAÇÃO DE VALOR.
Valor aprovado da readequação: R$ 5.756.007,37 (cinco milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, sete reais e trinta e sete centavos) .

Art. 2º Fica revogado o inciso XIII do art. 3º da Portaria SE/MS nº 540, de 16 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 218, na data de 22 de novembro de 2021, Seção 1.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 675, DE 12 DE JULHO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paraguaçu/MG.
CNPJ: 20.406.120/0001-09.
Município/UF: Paraguaçu/MG.
Título do projeto: "Fazendo Acontecer: Realizando Sonhos na APAE de Paraguaçu"
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (SAES/MS).
Tipo de análise: Execução física.
Processo NUP: 25000.022945/2019-21.
Período analisado: Exercício 2021.
Embasamento: Parecer de Mérito nº 330/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0027405490).
Resultado: APROVADA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 677, DE 12 DE JULHO DE 2022

Indefere Projeto apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); e considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013;

Considerando o Parecer Nº 6/2020-CPCN/CGPC/DESID/SE/MS, que indefere remanejamento de recursos entre Contas Captação de projetos;

Considerando que a instituição não apresentou readequação das ações previstas no projeto, nos temos do Artigo 69 do anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação Nº 5/GM/MS, de 2017, resolve:

Art. 1º Indeferir o projeto abaixo relacionado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):

NUP: 25000.001325/2017-97
Título do Projeto: Ampliação do diagnóstico precoce e do tratamento dos principais tipos de cânceres.
Razão Social: Associação de Combate ao Câncer do Brasil Central.
CNPJ: 25.438.409/0001-15
Município: Uberaba/MG
Prazo de execução: 24 meses

Extrato do Projeto (resumo): Ampliar o acesso ao diagnóstico precoce e tratamento do câncer em pacientes pertencentes à Macrorregião Ampliada de Saúde Triângulo Sul, minimizando, principalmente, as barreiras enfrentadas pelos pacientes da Microrregião Frutal/Iturama.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 1185, de 20 de novembro de 2019, publicada no DOU 226 de 22 de novembro de 2019, Seção 1, página 150 e Retificação, publicada no DOU 230 de 28 de novembro de 2019, Seção 1, página 83 .

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA Nº 220, DE 7 DE JULHO DE 2022

Concede renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei n° 9.434, de 4 fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria GM/MS n° 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS n° 4, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Nota Técnica n° 75/2022-CGSNT/DAET/SAES/MS, constante no NUP/SEI 25000.095090/2022-53; e

Considerando a manifestação favorável das respectivas Secretarias Estaduais de Saúde/Centrais Estaduais de Transplantes - CET, resolve:

Art. 1º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
RIM: 24.08
BAHIA

Nº do SNT: 2 01 00 BA 01
I - denominação: Hospital São Rafael - Monte Tabor Centro Ítalo Brasileiro de Promoção Sanitário
II - CNPJ: 13.926.639/0001-44
III - CNES: 0003808
IV - endereço: Av. São Rafael, nº 2152, Bairro: São Marcos, Salvador/BA, CEP: 41253-190.

PERNAMBUCO

Nº do SNT: 2 01 99 PE 07
I - denominação: Real Hospital Português de Beneficência em PE
II - CNPJ: 10.892.164/0001-24
III - CNES: 0001120
IV - endereço: Av. Governador Agamenon Magalhães, nº 4760, Bairro: Paissandu, Recife/PE, CEP: 52.010-902.

SÃO PAULO

Nº do SNT: 2 01 00 SP 05
I - denominação: Casa de Saúde Santa Marcelina - Hospital Santa Marcelina São Paulo
II - CNPJ: 60.742.616/0001-60
III - CNES: 2077477
IV - endereço: Rua Santa Marcelina, nº 177, Bairro: Itaquera, São Paulo/SP, CEP: 08.270-070.

Nº do SNT: 2 01 00 SP 21
I - denominação: SPDM Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital São Paulo Hospital de Ensino da Unifesp São Paulo
II - CNPJ: 61.699.567/0001-92
III - CNES: 2077485
IV - endereço: Rua Napoleão de Barros, nº 715, Bairro: Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP: 04.024-002.

Nº do SNT: 2 01 99 SP 23
I - denominação: Fundação Faculdade de Medicina MEC MPAS - HC da FMUSP Hospital das Clínicas São Paulo
II - CNPJ: 56.577.059/0001-00
III - CNES: 2078015
IV - endereço: Rua Dr. Ovidio Pires de Campos, nº 225, Bairro: Cerqueira Cesar, São Paulo/SP, CEP: 05.403-010.

DISTRITO FEDERAL

Nº do SNT: 2 01 18 DF 02
I - denominação: Hospital de Base do Distrito Federal
II - CNPJ: 28.481.233/0001-72
III - CNES: 0010456
IV - endereço: SMHS Quadra 101, Área Especial nº 01, Bairro: Asa Sul, Brasília/DF, CEP: 70.335-900.

Art. 2º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
FÍGADO: 24.09
SÃO PAULO

Nº do SNT: 2 02 03 SP 17
I - denominação: Hospital Leforte Liberdade
II - CNPJ: 21.371.777/0001-32
III - CNES: 2077507
IV - endereço: Rua Galvão Bueno, nº 257, Bairro: Liberdade, São Paulo/SP, CEP: 01.506-000.

Nº do SNT: 2 02 99 SP 08
I - denominação: SPDM Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital São Paulo Hospital de Ensino da Unifesp São Paulo
II - CNPJ: 61.699.567/0001-92
III - CNES: 2077485
IV - endereço: Rua Napoleão de Barros, nº 715, Bairro: Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP: 04.024-002.

Nº do SNT: 2 02 03 SP 03
I - denominação: Hospital 9 de Julho
II - CNPJ: 60.884.855/0003-16
III - CNES: 2079089
IV - endereço: Rua Peixoto Gomide, n° 625, Bairro: Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01.409-902.

Nº do SNT: 2 02 99 SP 19
I - denominação: Fundação Faculdade de Medicina MEC MPAS - HC da FMUSP Hospital das Clínicas São Paulo
II - CNPJ: 56.577.059/0001-00
III - CNES: 2078015
IV - endereço: Rua Dr. Ovidio Pires de Campos, nº 225, Bairro: Cerqueira Cesar, São Paulo/SP, CEP: 05.403-010.

CEARÁ

Nº do SNT: 2 02 02 CE 03
I - denominação: Hospital Universitário Walter Cantídio - Universidade Federal do Ceará
II - CNPJ: 07.272.636/0002-12
III - CNES: 2561492
IV - endereço: Rua Pastor Samuel Munguba, nº 1.290, Bairro: Rodolfo Teófilo, Fortaleza/CE, CEP: 60.430-380.

Art. 3º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
SÃO PAULO

Nº do SNT: 2 11 02 SP 70
I - denominação: Instituto Pró Visão SC LTDA - Pró Visão
II - CNPJ: 04.708.391/0001-54
III - CNES: 2688255
IV - endereço: Rua Fortunato Faraone, nº 205, Bairro: Jardim Girasol, Americana/SP, CEP: 13.465-660.

Nº do SNT: 2 11 00 SP 34
I - denominação: SPDM Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital São Paulo Hospital de Ensino da Unifesp São Paulo
II - CNPJ: 61.699.567/0001-92
III - CNES: 2077485
IV - endereço: Rua Napoleão de Barros, nº 715, Bairro: Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP: 04.024-002.

Nº do SNT: 2 11 02 SP 28
I - denominação: Hospital 9 de Julho S.A.
II - CNPJ: 60.884.855/0003-16
III - CNES: 2079089
IV - endereço: Rua Peixoto Gomide, nº 625, Bairro: Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01.409-902.

Nº do SNT: 2 11 14 SP 07
I - denominação: Hospital Oftalmológico de Araraquara
II - CNPJ: 07.039.507/0001-06
III - CNES: 5111811
IV - endereço: Rua Expedicionários do Brasil, nº 1.407, Bairro: Centro, Araraquara/SP, CEP: 14.801-360.

Nº do SNT: 2 11 06 SP 15
I - denominação: UNIOF Unidade Oftalmologica Especializada
II - CNPJ: 01.783.948/0001-23
III - CNES: 3732673
IV - endereço: Rua Atilio Gomes de Mello, nº 92, Bairro: Fragata, São Paulo/SP, CEP: 17.501-210.

Nº do SNT: 2 11 06 SP 14
I - denominação: Instituto da Visão S. C. Ltda
II - CNPJ: 01.959.179/0001-71
III - CNES: 3868427
IV - endereço: Avenida Independência, nº 2509, Bairro: Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-390.

Nº do SNT: 2 11 12 SP 03
I - denominação: H Olhos Grottone Hospital Oftalmológico LTDA - Instituto de Olhos Dr. João Carlos Grottone LTDA
II - CNPJ: 57.733.719/0001-59
III - CNES: 3569373
IV - endereço: Rua Bento de Abreu, S/N, Bairro: Boqueirão, Santos/SP, CEP: 11.045-140.

Nº do SNT: 2 11 04 SP 12
I - denominação: Hospital Estadual Bauru
II - CNPJ: 46.374.500/0148-10
III - CNES: 2790602
IV - endereço: Avenida Engenheiro Luis Edmundo Carrijo Coube, nº 1.100, Bairro: Presidente Geisel, Bauru/SP, CEP: 17.033-360.

Nº do SNT: 2 11 99 SP 38
I - denominação: Fundação Faculdade de Medicina MEC MPAS - HC da FMUSP Hospital das Clínicas São Paulo
II - CNPJ: 56.577.059/0001-00
III - CNES: 2078015
IV - endereço: Rua Dr. Ovidio Pires de Campos, nº 225, Bairro: Cerqueira Cesar, São Paulo/SP, CEP: 05.403-010.

Nº do SNT: 2 11 99 SP 41
I - denominação: Hospital de Olhos Redentora Ltda
II - CNPJ: 49.975.600/0001-64
III - CNES: 2091305
IV - endereço: Rua Voluntários de São Paulo, nº 3.855, Bairro: Redentora, São José do Rio Preto/SP, CEP: 15.015-200.

PARANÁ

Nº do SNT 2 11 02 PR 15
I- denominação: Hospital Angelina Caron - Sociedade Hospitalar Angelina Caron
II - CNPJ: 07.088.017/0001-91
III - CNES: 0013633
IV - endereço: Rodovia do Caqui, nº 1.150, Bairro: Araçatuba, Campina Grande do Sul/PR, CEP: 83.430-000.

PIAUÍ

Nº do SNT: 2 11 00 PI 05
I - denominação: Hospital Getúlio Vargas - Piauí Secretaria de Saúde
II - CNPJ: 06.553.564/0104-43
III - CNES: 2726971
IV - endereço: Frei Serafim, nº 2.352, Bairro: Centro, Teresina/PI, CEP: 64.001-020.

Nº do SNT: 2 11 16 PI 01
I - denominação: Clínica de Olhos Tercio Resende - Centro de Catarata Ltda
II - CNPJ: 01.876.013/0001-91
III - CNES: 5888972
IV - endereço: Rua Gabriel Ferreira, nº 262, Bairro: Centro Sul, Teresina/PI, CEP: 64.001-250.

ESPÍRITO SANTO

Nº do SNT: 2 11 00 ES 07
I - denominação: CECOES - Centro de Cirurgia Ocular do Espirito Santo Ltda
II - CNPJ: 03.629.019/0001-90
III - CNES: 3257169
IV - endereço: Rua Desembargador Ferreira Coelho, nº 304, Bairro: Praia do Sua, Vitória/ES, CEP: 29.052-210.

CEARÁ

Nº do SNT: 2 11 99 CE 05
I - denominação: Hospital de Olhos Leiria de Andrade
II - CNPJ: 07.303.837/0001-59
III - CNES: 2480638
IV - endereço: Rua Rocha Lima, nº 1.140, Bairro: Aldeota, Fortaleza/CE, CEP: 60.115-000.

Nº do SNT: 2 11 02 CE 01
I - denominação: Hospital Universitário Walter Cantídio - Universidade Federal do Ceará
II - CNPJ: 07.272.636/0002-12
III - CNES: 2561492
IV - endereço: Rua Pastor Samuel Munguba, nº 1.290, Bairro: Rodolfo Teófilo, Fortaleza/CE, CEP: 60.430-380.

Nº do SNT: 2 11 00 CE 01
I - denominação: Hospital de Olhos Neusa Rocha LTDA EPP
II - CNPJ: 41.654.864/0001-04
III - CNES: 2561484
IV - endereço: Rua Professor Nogueira, nº 71, Bairro: São Gerardo, Fortaleza/CE, CEP: 60.450-520.

MATO GROSSO

Nº do SNT: 2 11 00 MT 03
I - denominação: Hospital de Olhos de Cuiabá
II - CNPJ: 00.108.558/0001-95
III - CNES: 2473062
IV - endereço: Rua Ramiro de Noronha, nº 453, Bairro: Jardim Cuiabá, Cuiabá/MT, CEP: 78.020-000.

SANTA CATARINA

Nº do SNT: 2 11 08 SC 02
I - denominação: Sociedade Literaria e Caritativa Santo Agostinho - Hospital São José
II - CNPJ: 92.736.040/0008-90
III - CNES: 2758164
IV - endereço: Rua Coronel Pedro Benedet, nº 630, Bairro: Centro, Criciuma/SC, CEP: 88.811-508.

MINAS GERAIS

Nº do SNT: 2 11 02 MG 11
I - denominação: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Cataguases - Hospital de Cataguases
II - CNPJ: 19.529.478/0001-31
III - CNES: 2098911
IV - endereço: Avenida Coronel Antônio Augusto, nº 442, Bairro: B Vila Tereza, Cataguases/MG, CEP: 36.772-000.

Art. 4º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico, alogênico aparentado e não aparentado aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO NÃO APARENTADO: 24.03
DISTRITO FEDERAL

Nº do SNT: 2 21 16 DF 03
I - denominação: Instituto de Cardiologia e Transplantes do Distrito Federal
II - CNPJ: 92.898.550/0006-00
III - CNES: 3276678
IV - endereço: Estrada Parque Contorno do Bosque, s/n, Bairro: Cruzeiro Novo, Brasília/DF, CEP: 70.673-623.

SÃO PAULO

Nº do SNT: 2 21 14 SP 13
I - denominação: Hospital 9 de Julho
II - CNPJ: 60.884.855/0003-16
III - CNES: 2079089
IV - endereço: Rua Peixoto Gomide, n° 625, Bairro: Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01.409-902.

Art. 5º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de pele ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
PELE: 24.24
SÃO PAULO

Nº do SNT: 2 13 99 SP 24
I - denominação: Fundação Faculdade de Medicina MEC MPAS - HC da FMUSP Hospital das Clínicas São Paulo
II - CNPJ: 56.577.059/0001-00
III - CNES: 2078015
IV - endereço: Rua Dr. Ovidio Pires de Campos, nº 225, Bairro: Cerqueira Cesar, São Paulo/SP, CEP: 05.403-010.

Art. 6º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim e pâncreas conjugado aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
RIM/PÂNCREAS: 24.05
SÃO PAULO

Nº do SNT: 2 31 02 SP 07
I - denominação: SPDM Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital São Paulo Hospital de Ensino da Unifesp São Paulo
II - CNPJ: 61.699.567/0001-92
III - CNES: 2077485
IV - endereço: Rua Napoleão de Barros, nº 715, Bairro: Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP: 04.024-002.

Nº do SNT: 2 31 99 SP 55
I - denominação: Fundação Faculdade de Medicina MEC MPAS - HC da FMUSP Hospital das Clínicas São Paulo
II - CNPJ: 56.577.059/0001-00
III - CNES: 2078015
IV - endereço: Rua Dr. Ovidio Pires de Campos, nº 225, Bairro: Cerqueira Cesar, São Paulo/SP, CEP: 05.403-010.

Art. 7º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de pâncreas aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
PÂNCREAS: 24.04
SÃO PAULO

Nº do SNT: 2 32 00 SP 35
I - denominação: SPDM Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital São Paulo Hospital de Ensino da Unifesp São Paulo
II - CNPJ: 61.699.567/0001-92
III - CNES: 2077485
IV - endereço: Rua Napoleão de Barros, nº 715, Bairro: Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP: 04.024-002.

Nº do SNT: 2 32 05 SP 12
I - denominação: Fundação Faculdade de Medicina MEC MPAS - HC da FMUSP Hospital das Clínicas São Paulo
II - CNPJ: 56.577.059/0001-00
III - CNES: 2078015
IV - endereço: Rua Dr. Ovidio Pires de Campos, nº 225, Bairro: Cerqueira Cesar, São Paulo/SP, CEP: 05.403-010.

Art. 8º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim às equipes de saúde a seguir identificadas:

RIM: 24.08
BAHIA

Nº do SNT: 1 01 00 BA 03
I - responsável técnico: Ana Paula Maia Baptista, nefrologista, CRM 17993-BA;
II - membro: André Costa Matos, urologista, CRM 23343-BA;
III - membro: Augusto Modesto de Souza Neto, urologista, CRM 13407-BA;
IV - membro: Breno Dauster Pereira e Silva, urologista, CRM 16836-BA;
V - membro: Carolina Sá Nascimento, nefrologista, CRM 23544-BA;
VI - membro: Eweton Pedrosa Murogaki, urologista, CRM 22956-BA;
VII - membro: Ezequiel Fabiane Sapnholi, urologista, CRM 22954-BA;
VIII - membro: Frederico Mota Mascarenhas de Souza, urologista, CRM 14127-BA;
IX- membro: Fábio Ricardo Dantas Dutra, nefrologista, CRM 14446-BA;
X - membro: Fernanda Oliveira Coelho, nefrologista, CRM 17852-BA;
XI - membro: José Álvaro Dantas Junior , urologista, CRM 9462-BA;
XII - membro: Luis Filipe Miranda Rebelo da Conceição, nefrologista, CRM 24557-BA;
XIII - membro: Marcel Miranda Dantas Gomes, nefrologista, CRM 18896-BA;
XIV - membro: Marcelo Augusto Duarte Silveira, nefrologista, CRM 18896-BA;
XV - membro: Maurício Brito Teixeira, nefrologista, CRM 18956-BA;
XVI - membro: Maurício Sanches Jorge, urologista, CRM 10803-BA;
XVII - membro: Marcos Lima de Oliveira Leal, cirurgia geral, CRM 18433-BA;
XVIII - membro: Paulo Benigno Pena Batista, nefrologista, CRM 9795-BA;
XIX - membro: Ricardo Santos Souza, urologista, CRM 28399-BA;
XX - membro: Rogério da Hora Passos, nefrologista, CRM 14481-BA;
XXI - membro: Sérgio Pinto de Souza, nefrologista, CRM 14085-BA.

PERNAMBUCO

Nº do SNT: 1 01 99 PE 04
I - responsável técnico: Frederico Castelo Branco Cavalcanti, nefrologista, CRM 12803 - PE;
II - membro: Ivailda Barbosa Fonseca, nefrologista, CRM 5280-PE;
III - membro: Pedro Andrade Feitosa, nefrologista, CRM 5168-PE;
IV - membro: Suzana Moraes de Oliveira Melo, nefrologista, CRM 10277-PE;
V - membro: Arthur Ferreira Tavares Neto, nefrologista, CRM 9380-PE;
VI - membro: Jose Alberto Nogueira Guerra, cirurgião vascular, CRM 7098-PE;
VII - membro: Bernardo David Sabat, cirurgião geral, CRM 4688-PE;
VIII - membro: Clovis Fraga Tenório Pereira, cirurgião geral, CRM 10946-PE;

IX - membro: Sérgio Verçosa Amorim de Moraes, urologista, CRM 10704-PE;
X - membro: Francisco de Paula Pereira Moura, cirurgião vascular, CRM 11520-PE;
XI - membro: Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, cirurgião vascular, CRM 11451-PE.

SÃO PAULO

Nº do SNT: 1 01 16 SP 17
I - responsável técnico: Jose Carlos Costa Baptista da Silva, urologista e cirurgião geral, CRM 29096 - SP;
II - membro: Alcides Augusto Salzedas Netto, cirurgião pediátrico, CRM 82653 - SP;
III - membro: Marcelo Rodrigo de Souza Moraes, angiologista e cirurgião vascular, CRM 81784 - SP;
IV - membro: Maria Cristina de Andrade, nefrologista pediátrica, CRM 55067 - SP;
V - membro: Paulo Cesar Koch Nogueira, nefrologista pediátrico, CRM 39340 - SP;
VI - membro: Vladimir Tonello de Vasconcelos, cirurgião vascular, CRM 133895 - SP.

DISTRITO FEDERAL

Nº do SNT: 1 01 18 DF 01
I - responsável técnico: Viviane Brandão Bandeira de Mello Santana, nefrologista, CRM 13803-DF;
II - membro: Aderivaldo Cabral Dias Filho, urologista, CRM 11238-DF;
III - membro: Ana Paula Pereira Santana Lemes Canuto, nefrologista, CRM 17825-DF;
IV - membro: Andressa Mariano Rêgo, nefrologista, CRM 19780-DF;
V - membro: Arnoldo Velloso da Casta Filho, urologista, CRM: 16979-DF;
VI - membro: Carla Diniz Nascimento Santos, nefrologista, CRM: 22825-DF;
VII - membro: Cecilia Teixeira Peixoto, nefrologista, CRM: 20230-DF;
VIII - membro: Claudia Gomes Cordeiro Soares, nefrologista, CRM: 15926-DF;
IX - membro: Fabiana Luzia Ferreira Guimaraes, nefrologista, CRM: 11338-DF;
X - membro: Felipe Nonato Dutra da Silva, nefrologista, CRM: 20432-DF;
XI - membro: Fernando Cabral de Paiva, nefrologista, CRM: 10845-DF;
XII - membro: Fernando Victor do Carmo, urologista, CRM: 14465-DF;
XIII - membro: Eduardo Saraiva Pimentel, urologista, CRM: 8868-DF;
XIV - membro: Flávio Henrique Frederico Guimarães, urologista, CRM: 8114-DF;
XV - membro: Gabriela Di Guida, nefrologista, CRM: 14930-DF;
XVI - membro: Geraldo Rubens Ramos de Freitas, nefrologista, CRM: 25065-DF;
XVII - membro: Germano Adelino Gallo, urologista, CRM: 17287-DF;
XVIII - membro: Gilvan Furtado de Queiroz II, urologista, CRM: 17255-DF;
XIX - membro: Guilherme Antônio Veloso Coaracy, urologista, CRM: 12124-DF;
XX - membro: Gustavo João Sebba, nefrologista, CRM: 15824-DF;
XXI - membro: Homero Ribeiro de Paula Filho, urologista, CRM: 15092-DF;
XXII - membro: Joanna Cecília Silva Ribeiro, nefrologista, CRM: 15492-DF;
XXIII - membro: Joanny Araujo da Silva Monteiro, nefrologista, CRM: 13863-DF;
XXIV - membro: João Emerson Alencar Santos, urologista, CRM: 10932-DF;
XXV - membro: João Paulo Majella de Godoy Morais, urologista, CRM: 13712-DF;
XXVI - membro: João Ricardo Alves, urologista, CRM: 12109-DF;
XXVII - membro: Karime da Veiga Jardim Pacheco, nefrologista, CRM: 11416-DF;
XXVIII - membro: Manuel Otton de Paiva Fernandes, urologista, CRM: 19228-DF;
XXIX - membro: Nicole Gomes Campos Rocha, nefrologista, CRM: 19228-DF;
XXX - membro: Patricia Segatto da Costa Campos, nefrologista, CRM: 12752-DF;
XXXI - membro: Paulo Roberto Faria Ribeiro,urologista, CRM: 15592-DF;
XXXII - membro: Pedro Rincon Cintra da Cruz, urologista, CRM: 15035-DF;
XXXIII - membro: Priscila Resende Carvalho Fortes, nefrologista, CRM: 16181-DF;
XXXIV - membro: Rafael da Rosa Ergang, urologista, CRM: 16411-DF;
XXXV - membro: Roberta Casanovas Tavares Bello, nefrologista, CRM: 12684-DF;
XXXVI - membro: Ruth Bittar Souto, nefrologista, CRM: 8028-DF;
XXXVII - membro: Tânia Maria de Souza Fontes, nefrologista, CRM: 9501-DF;
XXXVIII - membro: Wallace Guedes Borges, urologista, CRM: 11530-DF.

Art. 9º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado às equipes de saúde a seguir identificadas:

FÍGADO: 24.09

SÃO PAULO

Nº do SNT: 1 02 01 SP 46
I - responsável técnico: Tercio Genzini, cirurgião gastroenterologista, CRM 66125 - SP;
II - membro: Marcelo Perosa de Miranda, cirurgião gastroenterologista, CRM 65380 - SP;
III - membro: Leonardo Toledo Mota, cirurgião gastroenterologista, CRM 103122 - SP;
IV - membro: Juan Rafael Brañez Pereira, cirurgião gastroenterologista, CRM 131363 - SP;
V - membro: Regina Gomes dos Santos, hepatologista, CRM 84691 - SP;
VI - membro: Beimar Edmundo Zeballos Sempertegui, cirurgião gastroenterologista, CRM 132247 - SP;
VII - membro: Fernanda Ribeiro Danziere, cirurgiã geral, CRM 155698 - SP;
VIII - membro: Eduardo Henrique Giroud Joaquim, anestesista, CRM 44533 - SP;
IX - membro: Matheus Casagrande Ribeiro, anestesista, CRM 184452 - SP.

Nº do SNT 1 02 10 SP 22
I - responsável técnico: Jorge Marcelo Padilla Mancero, cirurgião geral, CRM 93396 - SP;
II - membro: Gilberto Peron Junior, cirurgião geral e cirurgião do aparelho digestivo, CRM 99176 - SP;
III - membro: Arnaldo Bernal Filho, cirurgião geral, CRM 119559 - SP;
IV - membro: Andre Gustavo Santos Pereira, cirurgião geral e cirurgião do aparelho digestivo, CRM 134374 - SP;
V- membro: Felipe Sbrolini Borges, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 151140 - SP;
VI - membro: Andre Ibrahim David, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 79868 - SP;
VII - membro: Mariana Sousa Sala, gastroenterologista, CRM 140447 - SP;
VIII - membro: Itamar Coppio, cirurgião geral, CRM 27352 - SP;
IX - membro: Hamilton Alves Bonno, intensivista, CRM 82973 - SP;
X - membro: Fernando Martins Soares, anestesiologista, CRM 97127 - SP;
XI - membro: Renata Lucia Calado Souza Lima, anestesiologista, CRM 124385 - SP;
XII - membro: Rogerio Camargo Pinheiro Alves, gastroenterologista, CRM 98749 - SP;
XIII - membro: Rodolfo de Melo Rebuglio, anestesiologista, CRM 117766 - SP;
XIV - membro: Claudio Ozzetti, anestesiologista, CRM 111284 - SP;
XV - membro: Huda Maria Noujaim, cirurgiã geral, CRM 84044-SP;
XVI - membro: Daniel Cosme Fernandes de Melo, anestesiologista, CRM 158472-SP;
XVII - membro: Tiago Souto Nacif, anestesiologista, CRM 136340-SP;
XVIII - membro: Ana Carolina Reis Lemos, anestesiologista, CRM 144082-SP;
XIX - membro: Priscilla Kenya Silva de Vasconcelos, anestesiologista, CRM 186788-SP;
XX - membro: Pablo Augusto dos Santos Bunazar, anestesiologista, CRM 179534-SP;
XXI - membro: Ailton Ferreira de Souza Filho, cirurgião geral, CRM 133119-SP.

Nº do SNT: 1 02 10 SP 20
I - responsável técnico: Uenis Tannuri, cirurgião pediátrico, CRM 15772-SP;
II - membro: Ali Abdul Rahman Ayoub, cirurgião pediátrico, CRM 41726-SP;
III - membro: Ana Caroline Dantas Marques, cirurgiã pediátrica, CRM 147412-SP;
IV - membro: Ana Cristina Aoun Tannuri, cirurgiã pediátrica, CRM 93831-SP;
V - membro: Manoel Carlos Velhote, cirurgião pediátrico, CRM 13156-SP;
VI - membro: Marcos Marques da Silva, cirurgião pediátrico, CRM 48476-SP;
VII - membro: Nelson Elias Mendes Gibeli, cirurgião pediátrico, CRM 72540-SP;
VIII - membro: Suzana Barbosa de Miranda Teruya, anestesiologista, CRM 87315-SP;
IX - membro: Maria Mercês Santos, cirurgiã pediátrica, CRM 19582-SP;
X - membro: Karina Lucio de Medeiros Bastos, gastroenterologista, CRM 106436-SP;
XI - membro: Ricardo Vieira Campos, anestesiologista, CRM 98572-SP;
XII - membro: Wagner de Castro Andrade, cirurgião pediátrico, CRM 90886-SP;
XIII - membro: Fabio de Barros, cirurgião pediátrico, CRM 108205-SP;
XIV - membro: Luiz Roberto Schlaich Ricardi, cirurgião pediátrico, CRM 112086-SP.

CEARÁ

Nº do SNT: 1 02 02 CE 01
I - responsável técnico: José Huygens Parente Garcia, cirurgião geral, CRM 3791 - CE;
II - membro: João Batista Marinho Vasconcelos, cirurgião geral, CRM 1580 - CE;
III - membro: Gustavo Rêgo Coêlho, cirurgião geral, CRM 8269 - CE;
IV - membro: José Telmo Valença Júnior, patologista, CRM 5959 - CE;
V - membro: Evelyne Santana Girão, infectologista, CRM 6939 - CE;
VI - membro: Marcelo Lima Mont'Alverne Rangel, anestesiologista, CRM 6872 - CE;
VII - membro: Daniel Alves Maciel, anestesiologista, CRM 10853 - CE;
VIII - membro: Dirk Schreen, cardiologista e intensivista, CRM 8224 - CE;
IX - membro: Cyntia Ferreira Gomes Viana, gastroenterologista, CRM 6900 - CE;
X - membro: Antonio Haroldo de Araujo Filho, gastroenterologista, CRM 8506 - CE;
XI - membro: Karla Brandão Pereira, gastroenterologista, CRM 8916 - CE;
XII - membro: Lívia Melo Carone, gastroenterologista, CRM 10760 - CE;
XIII - membro: Marcos Aurélio Pessoa Barros, cirurgião geral e cancerologista cirúrgico, CRM 5882 - CE;
XIV - membro: Tarciso Daniel dos Santos da Rocha, gastroenterologista, CRM 7882 - CE;
XV - membro: Elodie Bomfim Hyppolito, gastroenterologista, CRM 6000 - CE;
XVI - membro: Amaury de Castro e Silva Filho, cirurgião geral e do aparelho digestivo, CRM 8969 - CE;
XVII - membro: Paulo Everton Garcia Costa, cirurgião geral, CRM 5854 - CE;
XVIII - membro: Denissa Ferreira Gomes de Mesquita, cirurgiã geral, CRM 9324 - CE;
XIX - membro: José Francisco Rêgo e Silva Filho, cirurgião geral e do aparelho digestivo, CRM 14096 - CE;
XX - membro: Elam Vasconcelos de Aquino, cirurgião geral, CRM 10484 - CE.

Art. 10 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

SÃO PAULO

Nº do SNT: 1 11 02 SP 25
I - responsável técnico: Hamleto Emilio Molinari, oftalmologista, CRM 19281 - SP;
II - membro: Claudio Muranaka, oftalmologista, CRM 75552 - SP.

Nº do SNT: 1 11 04 SP 51
I - responsável técnico: Roberto Pinto Coelho, oftalmologista, CRM 71241 - SP.

Nº do SNT: 1 11 13 SP 33
I - responsável técnico: Frederico Foresto Scannavino, oftalmologista, CRM 87272 - SP;

Nº do SNT: 1 11 05 SP 01
I - responsável técnico: Alessandro Claudio Cartocci, oftalmologista, CRM 45942 - SP.

Nº do SNT: 1 11 18 SP 21
I - responsável técnico: Lauro Augusto de Oliveira, oftalmologista, CRM 98796 - SP.

Nº do SNT: 1 11 00 SP 39
I - responsável técnico: Luciene Barbosa de Sousa, oftalmologista, CRM 59853 - SP;
II - membro: Jose Alvaro Pereira Gomes, oftalmologista, CRM 66306 - SP;
III - membro: Denise de Freitas, oftalmologista, CRM 47158 - SP.

Nº do SNT 1 11 14 SP 28
I - responsável técnico: Fernando Paganelli, oftalmologista, CRM 94207-SP;
II - membro: Ramon Angelo Ruivo Carazzatto, oftalmologista, CRM 152405-SP.

Nº do SNT: 1 11 05 SP 39
I - responsável técnico: Ariane de Cássia Alves Nunes, oftalmologista, CRM 93118-SP.

Nº do SNT: 1 11 06 SP 28
I - responsável técnico: Rodrigo de Britto Pavanelli, oftalmologista, CRM 118888-SP.

Nº do SNT 1 11 06 SP 32
I - responsável técnico: Maria Aparecida Mesa Munarin Costa Lima, oftalmologista, CRM 59357-SP.

Nº do SNT: 1 11 14 SP 49
I - responsável técnico: Eduardo Sone Soriano, oftalmologista, CRM 72607-SP.

Nº do SNT: 1 11 08 SP 16
I - responsável técnico: Samir Jacob Bechara, oftalmologista, CRM 51353-SP.

Nº do SNT: 1 11 10 SP 41
I - responsável técnico: Fabiana dos santos Paris de Mattos, oftalmologista, CRM 114108-SP.

Nº do SNT: 1 11 14 SP 03
I - responsável técnico: Fernando Betty Cresta, oftalmologista, CRM 74858-SP.

Nº do SNT: 1 11 16 SP 11
I - responsável técnico: Alexandre Cupello Souto, oftalmologista, CRM 72483 - SP;
II - membro: Silvana Vieira de Araujo, oftalmologista, CRM 63963 - SP.

Nº do SNT: 1 11 04 SP 31
I - responsável técnico: Erika Christina Canarim Martha de Pinho, oftalmologista, CRM 91761 - SP;
II - membro: Maria Virginia Rodrigues Franco Miyahara, oftalmologista, CRM 103205 - SP;
III- membro: Lucieni Cristina Barbarini Ferraz, oftalmologista, CRM 93760 - SP.

Nº do SNT: 1 11 99 SP 37
I - responsável técnico: Flavio Fernandes Villela, oftalmologista, CRM 93881 - SP;
II - membro: Jose Antonio de Almeida Milani, oftalmologista, CRM 39722 - SP;
III - membro: Fernando Betty Cresta, oftalmologista, CRM 74858 - SP;
IV - membro: Ruth Miyuki Santo, oftalmologista, CRM 57390 - SP;
V - membro: Sonia Hae Sun Lee, oftalmologista, CRM 104409 - SP;
VI - membro: Milton Ruiz Alves, oftalmologista, CRM 21910 - SP;
VII - membro: Fabiana Paula Tambasco Blasbalg, oftalmologista, CRM 79898 - SP;
VIII - membro: Veronica Bresciani Giglio, oftalmologista, CRM 150706 - SP;
IX - membro: Marianna Almeida Hollaender, oftalmologista, CRM 175557 - SP;
X - membro: Carolina Satie Kita, oftalmologista, CRM 161566 - SP.

Nº do SNT: 1 11 99 SP 36
I - responsável técnico: Leonardo Correa Machado Pereira, oftalmologista, CRM 66807 - SP;
II - membro: Luciano Fochi Garcia, oftalmologista, CRM 78611 - SP.

Nº do SNT: 1 11 02 SP 98
I - responsável técnico: Silmar Angelo Carazzatto, oftalmologista, CRM 50711 - SP.

Nº do SNT: 1 11 05 SP 26
I - responsável técnico: Gildasio Castello de Almeida Junior, oftalmologista, CRM 85090 - SP.

PARANÁ

Nº do SNT: 1 11 02 PR 12
I - responsável técnico: Decio Brink, oftalmologista, CRM 10469 - PR;
II - membro: Priscila Ferreira Cunha, oftalmologista, CRM 41512 - PR.

PIAUÍ

Nº do SNT: 1 11 00 PI 05
I - responsável técnico: Namir Clementino Santos, oftalmologista, CRM 1967 - PI.

Nº do SNT: 1 11 16 PI 02
I - responsável técnico: Daniel Sousa da Silveira, oftalmologista, CRM 3478 - PI;
II - membro: Natália de Sampaio Brandão, oftalmologista, CRM 5582 - PI.

CEARÁ

Nº do SNT: 1 11 99 CE 05
I - responsável técnico: Germano Leitão de Andrade, oftalmologista, CRM 4766-CE;
II - membro: Antônio Abel Barbosa Laurindo Filho, oftalmologista, CRM 11571-CE;
III - membro: Francisco Herlon Pinheiro Leite, oftalmologista, CRM 10392-CE;
IV - membro: Felipe Brasil Sampaio Cardoso, oftalmologista, CRM 15763-CE;
V - membro: José Newton Dias da Escóssia, oftalmologista, CRM 11604-CE;
VI - membro: Marília de Freitas Chaves, oftalmologista, CRM 16015-CE;
VII - membro: Pedro Veras Franco, oftalmologista, CRM 14705-CE;
VIII - membro: Pollyanna Landim Falcão Tavares Ferreira, oftalmologista, CRM 12763-CE.

Nº do SNT: 1 11 02 CE 02
I - responsável técnico: Jailton Vieira Silva, oftalmologista, CRM 5622 - CE.

Nº do SNT: 1 11 00 CE 01
I - responsável técnico: Marineuza Rocha Memoria, oftalmologista, CRM 4542 - CE;
II - membro: José Newton Dias da Escóssia, oftalmologista, CRM 11604 - CE;
III - membro: Antonio Abel Barbosa Laurindo Filho, oftalmologista, CRM 11571 - CE;
IV - membro: Rebeca Belizário Soares, oftalmologista, CRM 15140 - CE;
V- membro: Aluizio Rocha Menezes, oftalmologista, CRM 16139 - CE.

MATO GROSSO

Nº do SNT: 1 11 10 MT 01
I - responsável técnico: Orivaldo Amancio Nunes Filho, oftalmologista, CRM 2443 - MT;
II - membro: Ariane Alessio, oftalmologista, CRM 7012 - MT.

SANTA CATARINA

Nº do SNT: 1 11 10 SC 10
I - responsável técnico: Marcos Longo Pizzolatti, oftalmologista, CRM 11400 - SC;
II - membro: Gabriela Maria Zambon, oftalmologista, CRM 24359 - SC.

MINAS GERAIS

Nº do SNT: 1 11 12 MG 02
I - responsável técnico: Guilherme Hermeto Ferrara de Almeida Cunha, oftalmologista, CRM 40464 - MG.

Nº do SNT: 1 11 02 MG 30
I - responsável técnico: Marcelo de Sousa Bogado, oftalmologista, CRM 25853 - MG.

RIO GRANDE DO SUL

Nº do SNT: 1 11 15 RS 01
I - responsável técnico: Fábio Dornelles, oftalmologista, CRM 23797 - RS;
II - membro: Alexandre Seminoti Marcon, oftalmologista, CRM 23564 - RS;
III - membro: Andrea Cunha Magnani, oftalmologista, CRM 26888 - RS;
IV - membro: Andressa Prestes Stolz, oftalmologista, CRM 26386 - RS;
V - membro: Celina Murata, oftalmologista, CRM 28449 - RS;
VI - membro: Aline Lutz de Araújo, oftalmologista, CRM 29001 - RS;
VII - membro: Leticia Frossard de Assis Bocchese, oftalmologista, CRM 34683 - RS;
VIII - membro: Luciana Campana da Costa Gama, oftalmologista, CRM 32972- RS;
IX - membro: Norberto Seminotti, oftalmologista, CRM 16692- RS;
X - membro: Wilson de Oliveira Leite Filho, oftalmologista, CRM 12369- RS;
XI - membro: Gustavo Longhi Bordin, oftalmologista, CRM 36098- RS;
XII - membro: Felipe Fernandes Nicola, oftalmologista, CRM 41271- RS.

BAHIA

Nº do SNT: 1 11 02 BA 05
I - responsável técnico: Patrícia Maria Fernandes Marback, oftalmologista, CRM 12299 - BA;
II - membro: Harlem Carvalho de Oliveira, oftalmologista, CRM 14753-BA;
III - membro: Murilo Barreto Souza, oftalmologista, CRM 14433-BA.

Art. 11 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico à equipe de saúde a seguir identificada:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

GOIÁS

Nº do SNT: 1 21 21 GO 01
I - responsável técnico: Gustavo Fernandes Silva, hematologista e hemoterapeuta, CRM 18412 - GO;
II - membro: Adriano de Moraes Arantes, hematologista e hemoterapeuta, CRM 12367 - GO;
III - membro: César Bariani, hematologista e hemoterapeuta e cancerologista pediátrico, CRM 4253 - GO;
IV - membro: Frederico Saddi Teixeira, hematologista e hemoterapeuta, CRM 9045 - GO;
V - membro: Fernanda de Souza Meireles Kluthcouski, hematologista e hemoterapeuta, CRM 12271 - GO;
VI - membro: Reginara Dias Fernandes, hematologista e hemoterapeuta, CRM 7536 - GO;
VII - membro: Tathiana Maia Ferreira Al Rubaie, hematologista e hemoterapeuta, CRM 8188 - GO;
VIII - membro: Pollyana Pinheiro Inácio, hematologista e hemoterapeuta, CRM 16493 - GO.

Art. 12 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico, alogênico aparentado e não aparentado às equipes de saúde a seguir identificadas:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO NÃO APARENTADO: 24.03

SÃO PAULO

Nº do SNT: 1 21 10 SP 30
I - responsável técnico: Juliana Folloni Fernandes, oncologista pediátrica, CRM 100719 - SP;
II - membro: Vicente Odone Filho, oncologista pediátrico, CRM 19898 - SP;
III - membro: Maria Tereza Assis de Almeida, oncologista pediátrica, CRM 59445 - SP;
IV - membro: Gabriele Zamperlini Netto, pediatra, CRM 117411 - SP;
V - membro: Lilian Maria Cristofani, oncologista pediátrica, CRM 51389 - SP;
VI - membro: Ana Beatriz Bechara Mafra de Paiva, onco-hematologista, CRM 135511 - SP;
VII - membro: Julia Lopes Garcia, cancerologista pediátrica, CRM 134956 - SP;
VIII - membro: Alessandra Araujo Gomes, pediatra, CRM 121180 - SP;
IX - membro: Tomas Marzagao Barbuto, cancerologista pediátrico, CRM 150944 - SP.

Nº do SNT: 1 21 02 SP 175
I - responsável técnico: Vergilio Antonio Rensi Colturato, hematologista e hemoterapeuta, CRM 38224 - SP;
II - membro: Mair Pedro de Souza, hematologista e hemoterapeuta, CRM 48990 - SP;
III - membro: Ederson Roberto de Mattos, hematologista e hemoterapeuta, CRM 102054 - SP;
IV - membro: Iago Colturato, hematologista e hemoterapeuta, CRM 145948 - SP;
V - membro: Maura Rosane Valerio Ikoma, hematologista e hemoterapeuta, CRM 56811 - SP;
VI - membro: Larissa Bueno Polis Moreira, hematologista e hemoterapeuta pediátrica, CRM 129763 - SP;
VII - membro: Clarisse Martins Machado, infectologista, CRM 38331 - SP;
VIII - membro: Fernanda Rodrigues Barbieri, hematologista e hemoterapeuta, CRM 152979 - SP;
IX - membro: Leticia Galbier Ricetto Pegorari, hematologista e hemoterapeuta, CRM 183988 - SP;
X - membro: Carolina Ferreira Mascarenhas, hematologista e hemoterapeuta, CRM 186449 - SP;
XI - membro: Juliana Silva Santos, hematologista e hemoterapeuta, CRM 171211 - SP.

Art. 13 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de pele à equipe de saúde a seguir identificada:

PELE: 24.24

SÃO PAULO

Nº do SNT: 1 13 10 SP 26
I - responsável técnico: Andre Oliveira Paggiaro, cirurgião plástico, CRM 104270 - SP;
II - membro: Carlos Henrique Chirnev Felicio, cirurgião plástico, CRM 120234 - SP;
III - membro: Elaine Marlene Tacla, cirurgiã plástica, CRM 72327 - SP;
IV - membro: Rolf Gemperli, cirurgião plástico, CRM 27527 - SP;
V - membro: Klaus Werner Fels, cirurgião plástico e intensivista, CRM 87135 - SP.

Art. 14 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim e pâncreas conjugado às equipes de saúde a seguir identificadas:

RIM/PÂNCREAS: 24.05

SÃO PAULO

Nº do SNT: 1 31 14 SP 45
I - responsável técnico: Jose Osmar Medina de Abreu Pestana, nefrologista, CRM 37800 - SP;
II - membro: Claudio Santiago Melaragno, nefrologista, CRM 43488 - SP;
III - membro: Adriano Miziara Gonzalez, cirurgião geral e gastroenterologista, CRM 76192 - SP;
IV - membro: Ivete Hiroko Kawasaki, anestesiologista, CRM 60730 - SP;
V - membro: Marcelo Moura Linhares, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 64829 - SP;
VI - membro: Alcides Augusto Salzedas Netto, cirurgião pediátrico, CRM 82653 - SP;

VII - membro: Jose Carlos Costa Baptista da Silva, cirurgião geral e urologista, CRM 29096 - SP;
VIII - membro: Wilson Ferreira Aguiar, urologista, CRM 83638 - SP;
IX - membro: Joao Roberto de Sa, endocrinologista e metabologista, CRM 43188 - SP.

Nº do SNT: 1 31 99 SP 64
I - responsável técnico: William Carlos Nahas, urologista, CRM 34807 - SP;
II - membro: Affonso Celso Piovesan, urologista, CRM 81216 - SP;
III - membro: Eduardo Mazzucchi, urologista, CRM 57609 - SP;
IV - membro: Elias David Neto, nefrologista, CRM 33336 - SP;
V - membro: Francine Brambate Carvalhinho Lemos, nefrologista, CRM 80229 - SP;
VI - membro: Gustavo Beojone Messi, urologista, CRM 108268 - SP;
VII - membro: Gustavo Xavier Ebaid, urologista, CRM 104336 - SP;
VIII - membro: Hideki Kanashiro, urologista, CRM 93890 - SP;
IX - membro: Ioannis Michel Antonopoulos, cirurgião geral e urologista, CRM 57439 - SP;
X - membro: Joel Avancini Rocha Filho, anestesiologista, CRM 51684 - SP;
XI - membro: Luiz Augusto Carneiro D Albuquerque, cirurgião geral, CRM 22761 - SP;
XII - membro: Luiz Sergio Fonseca de Azevedo, nefrologista, CRM 15624 - SP;
XIII - membro: Maria Cristina Ribeiro de Castro, nefrologista, CRM 39428 - SP;
XIV - membro: Maria Lucia Cardillo Correa, endocrinologista, CRM 62926 - SP;
XV - membro: Renato Falci Junior, urologista, CRM 87181 - SP;
XVI - membro: Vinicius Rocha Santos, gastroenterologista, CRM 90884 - SP.

Art. 15 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de pâncreas às equipes de saúde a seguir identificadas:

PÂNCREAS: 24.04

SÃO PAULO

Nº do SNT: 1 32 14 SP 44
I - responsável técnico: Jose Osmar Medina de Abreu Pestana, nefrologista, CRM 37800-SP;
II - membro: Claudio Santiago Melaragno, nefrologista, CRM 43488-SP;
III - membro: Adriano Miziara Gonzalez, cirurgião geral, CRM 76192-SP;
IV - membro: Ivete Hiroko Kawasaki, anestesiologista, CRM 60730-SP;
V - membro: Marcelo Moura Linhares, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 64829-SP;
VI - membro: Alcides Augusto Salzedas Netto, cirurgião pediátrico, CRM 82653-SP;
VII - membro: Jose Carlos Costa Baptista da Silva, cirurgião geral, cirurgião vascular e urologista, CRM 29096-SP;
VIII - membro: Wilson Ferreira Aguiar, urologista, CRM 83638-SP;
IX - membro: Joao Roberto de Sa, endocrinologista, CRM 43188-SP.

Nº do SNT: 1 32 99 SP 65
I - responsável técnico: Luiz Augusto Carneiro D'Albuquerque, cirurgião geral, CRM 22761-SP;
II - membro: Elias David Neto, nefrologista, CRM 33336-SP;
III - membro: Flávio Henrique Ferreira Galvão, cirurgião geral, CRM 52808-SP;
IV - membro: Ioannis Michel Antonopoulos, urologista, CRM 57439-SP;
V - membro: Joel Avancini Rocha Filho, anestesiologista, CRM 51684-SP;
VI - membro: Liliana Ducatti Lopes, cirurgião gastroenterologista, CRM 122162-SP;
VII - membro: Lucas Souto Nacif, cirurgião geral, CRM 131210-SP;
VIII - membro: Luiz Sérgio Fonseca de Azevedo, nefrologista, CRM 15624-SP;
IX - membro: Maria Cristina Ribeiro de Castro, nefrologista, CRM 39428-SP;
X - membro: Maria Lúcia Cardillo Correa, endocrinologista, CRM 62926-SP;
XI - membro: Rafael Soares Nunes Pinheiro, cirurgião geral, CRM 120760-SP;
XII - membro: Rodrigo Bronze de Martino, cirurgião geral, CRM 90866-SP;
XIII - membro: Rubens Macedo Arantes Junior, cirurgião geral, CRM 109779-SP;
XIV - membro: Vinicius Rocha Santos, cirurgião geral, CRM 90884-SP;
XV - membro: Wellington Andraus, cirurgião geral, CRM 86656-SP;
XVI - membro: Willian Carlos Nahas, urologista, CRM 34807-SP.

Art. 16 As renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de dois anos, em conformidade com o estabelecido nos §§ 4º, 5º, 6º e 7° do art. 11 do Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.

Art. 17 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 221, DE 7 DE JULHO DE 2022

Inclui membro em equipe de transplante.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei n° 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria GM/MS n° 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS n° 4, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Nota Técnica n° 75/2022-CGSNT/DAET/SAES/MS, constante no NUP/SEI 25000.095090/2022-53; e

Considerando a manifestação favorável das respectivas Secretarias Estaduais de Saúde/Centrais Estaduais de Transplantes - CET, resolve:

Art. 1º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pelo art. 4º, da Portaria SAS/MS nº 463, de 5 de abril de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 70, de 11 de abril de 2019, seção 1, página 253, o membro a seguir:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

CEARÁ

Nº do SNT: 1 11 13 CE 02
IV - membro: José Ribamar Fernandes Filho, oftalmologista, CRM 7982 - CE.

Art. 2º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pelo art. 8º, da Portaria SAES/MS nº 1.267, de 1º de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 215, de 6 de novembro de 2019, seção 1, páginas 199 e 200, o membro a seguir:

FÍGADO: 24.09

RIO GRANDE DO SUL

Nº do SNT: 1 02 09 RS 03
XXI - membro: Marcelo Martins Souto, cirurgião geral e do aparelho digestivo, CRM 34840 - RS.

Art. 3º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pelo art. 10, da Portaria SAES/MS nº 835, de 11 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 136, de 17 de julho de 2019, seção 1, páginas 41 e 42, o membro a seguir:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

AMAZONAS

Nº do SNT: 1 11 11 AM 01
VI - membro: Rose Mary Diniz Santim, oftalmologista, CRM 2593 - AM.

Art. 4º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pelo art. 11, da Portaria SAES/MS nº 949, de 8 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 156, de 14 de agosto de 2019, seção 1, páginas 77 e 78, o membro a seguir:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

SÃO PAULO

Nº do SNT: 1 11 03 SP 49
VI - membro: Larissa Batista Pegorin, oftalmologista, CRM 134978 - SP.

Art. 5º Ficam incluídos na equipe de transplante habilitada pelo art. 8º, da Portaria SAES/MS nº 90, de 18 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 57, de 24 de março de 2022, seção 1, páginas 150 e 151, os membros a seguir:

RIM: 24.08

SÃO PAULO

Nº do SNT: 1 01 22 SP 07
VI - membro: Rodolfo Jose Favaretto Filho, urologista, CRM 133358 - SP;
VII - membro: David Iazzetta, urologista, CRM 176828 - SP;
VIII - membro: Elizeu Bernabe Neto, urologista, CRM 162416 - SP.

Art. 6º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pelo art. 1º, da Portaria SAS/MS nº 637, de 28 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 104, de 31 de maio de 2019, seção 1, página 63, o membro a seguir:

FÍGADO: 24.09

SÃO PAULO

Nº do SNT: 1 02 19 SP 11
VII - membro: Rafael Soares Nunes Pinheiro, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 120760 - SP.

Art. 7º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pelo art. 9º, da Portaria SAES/MS nº 129, de 18 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 73, de 18 de abril de 2022, seção 1, página 262, o membro a seguir:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

SANTA CATARINA

Nº do SNT: 1 11 01 SC 06
XVII - membro: Juliana Bertaiolli Dircksen Paganelli, oftalmologista, CRM 20093 - SC.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 222, DE 7 DE JULHO DE 2022

Exclui membro de equipe de transplante.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei n° 9.434, de 4 fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria GM/MS n° 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS n° 4, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Nota Técnica n° 75/2022-CGSNT/DAET/SAES/MS, constante no NUP/SEI 25000.095090/2022-53; e

Considerando a manifestação favorável das respectivas Secretarias Estaduais de Saúde/Centrais Estaduais de Transplantes - CET, resolve:

Art. 1º Ficam excluídos da equipe de transplante habilitada pelo art. 7º, da Portaria SAS/MS nº 1.532, de 25 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 189, de 1 de outubro de 2018, seção 1, página 71, os membros a seguir:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

MINAS GERAIS

Nº do SNT: 1 11 13 MG 14
III - membro: Ariane Gillian Leles Henriques de Azevedo, oftalmologista, CRM 34480 - MG;
IV - membro: Carlos Gustavo de Queiroz, oftalmologista, CRM 31686 - MG.

Art. 2º Ficam excluídos da equipe de transplante habilitada pelo art. 8º, da Portaria SAES/MS nº 1.267, de 1º de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 215, de 6 de novembro de 2019, seção 1, páginas 199 e 200, os membros a seguir:

FÍGADO: 24.09

RIO GRANDE DO SUL

Nº do SNT: 1 02 09 RS 03
II - membro: Ajacio Bandeira de Mello Brandão, gastroenterologista e hepatologista, CRM 3450 - RS;
V - membro: André Schwertner, anestesiologista, CRM 36939 - RS;

VII - membro: Cláudio Augusto Marroni, gastroenterologista e hepatologista, CRM 3478 - RS;
VIII - membro: Eduardo Soares Schlindwein, cirurgião geral, CRM 18036 - RS;
IX - membro: Guillermo Kiss, cirurgião geral, CRM 23546 - RS;
X - membro: Ian Leipnitz, cirurgião geral, CRM 21389 - RS;
XVI - membro: Mario Henrique Mendes de Mattos Meine, cirurgião geral, CRM 22253 - RS;
XVII - membro: Pedro Henrique Iaione Beltrame, anestesiologista, CRM 34398 - RS.

Art. 3º Fica excluído da equipe de transplante habilitada pelo art. 7º, da Portaria SAES/MS nº 939, de 16 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 179, de 21 de setembro de 2021, seção 1, página 86, o membro a seguir:

FÍGADO: 24.09

RIO GRANDE DO SUL

Nº do SNT: 1 02 09 RS 03
XXI - membro: William Foerster Silvano, cirurgião geral e do aparelho digestivo, CRM 39257 - RS.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 223, DE 7 DE JULHO DE 2022

Exclui responsável técnico de equipe de transplante.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei n° 9.434, de 4 fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria GM/MS n° 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS n° 4, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica n° 75/2022-CGSNT/DAET/SAES/MS, constante no NUP/SEI 25000.095090/2022-53, resolve:

Art. 1º Fica excluído o responsável técnico Henrique Vizibelli Chaves, oftalmologista, CRM 19993 - MG, habilitado pelo art. 7º, da Portaria SAS/MS nº 1.532, de 25 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 189, de 1 de outubro de 2018, seção 1, página 71, conforme nº de SNT 1 11 13 MG 14 e fica nomeado como responsável técnico Leonardo Coelho Gontijo, oftalmologista, CRM 66420 - MG.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 224, DE 7 DE JULHO DE 2022

Concede renovação da classificação de acordo com a complexidade tecnológica a estabelecimentos de saúde.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Seção IX - Do Incremento Financeiro para a Realização de Procedimentos de Transplantes e o Processo de Doação de Órgãos (IFTDO), da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS n° 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando as Portarias SAES/MS nº 704, de 31 de julho de 2020 e nº 660, de 24 de julho de 2020, que concedem classificação de acordo com a complexidade tecnológica aos estabelecimentos de saúde;

Considerando a Nota Técnica nº 75/2022-CGSNT/DAET/SAES/MS, constante no NUP/SEI 25000.095090/2022-53; e

Considerando a manifestação favorável das respectivas Secretarias Estaduais de Saúde/Centrais Estaduais de Transplantes - CET, resolve:

Art. 1º Fica concedida a renovação da classificação, de acordo com a complexidade tecnológica ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

NÍVEL A: 24.26

CEARÁ

I - denominação: Hospital Universitário Walter Cantídio - HUWC - UFC
II - CNPJ: 07.272.636/0002-12
III - CNES: 2561492
IV - endereço: Rua Pastor Samuel Munguba, nº 1.290, Bairro: Rodolfo Teófilo, Fortaleza/CE, CEP: 60.430-380.

Art. 2º Fica concedida a renovação da classificação, de acordo com a complexidade tecnológica ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

NÍVEL D: 24.29

MINAS GERAIS

I - denominação: Fundação São Francisco Xavier - Hospital Márcio Cunha
II - CNPJ: 19.878.404/0001-00
III - CNES: 2205440
IV - endereço: Avenida Kiyoshi Tsunawaki, nº 41, Bairro: Águas, Ipatinga/MG, CEP: 35.160-158.

Art. 3º As renovações das classificações concedidas para os estabelecimentos de saúde, em conformidade com o art. 228 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, terão validade pelo período de dois anos, de acordo com o estabelecido no § 3º do art. 229 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 227, DE 13 DE JULHO DE 2022

Redistribui a cota anual para cadastro de novos doadores voluntários de medula óssea (DVMO), do Estado do Maranhão.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 1.452, de 12 de setembro de 2018, que redistribui a cota anual para cadastro de novos doadores voluntários de medula óssea (DVMO) do Estado do MA;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.229, de 15 de junho de 2021, que atualiza a estratégia de identificação e confirmação imunogenética de doadores voluntários de medula óssea e outros progenitores hematopoéticos para inscrição e manutenção do cadastro técnico do (REDOME); e

Considerando a solicitação de redistribuição da cota anual para cadastro de doadores voluntários de medula óssea do Estado do Maranhão e a Resolução Ad Referendum nº 07/2022 - CIB/MA, de 20 de maio de 2022, constantes no NUP/SEI 25000.072123/2022-97, resolve:

Art. 1º Fica redistribuída a cota anual para cadastro de novos Doadores Voluntários de Medula Óssea (DVMO), do Estado do Maranhão na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

ANEXO

DELIBERAÇÃO CIB/MA	MUNICÍPIO/UF	GESTÃO	LABORATÓRIO	NÚMERO DE CADASTROS DE DVMO/ANO
Nº 07/2022	SÃO LUÍS/MA	MUNICIPAL	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SÃO LUÍS - SERVIÇO DE LABORATÓRIO DE HISTOCOMPATIBILIDADE, CNES 2726653	953
	TERESINA/PI	MUNICIPAL	FUNDAÇÃO CULTURAL E DE FOMENTO À PESQUISA ENSINO E EXTENSÃO - LABORATORIO DE IMUNOGENETICA E BIOLOGIA MOLECULAR, CNES 2406748	952

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

RETIFICAÇÃO

No Anexo I da Resolução Normativa - RN nº 541, de 11 de julho de 2022, publicada no DOU nº 131, em 13 de julho de 2022, Seção 1, página 179, Onde se lê: "

Sessão com Psicólogo e/ou Terapeuta Ocupacional (com Diretriz de Utilização)	Consultas, visitas hospitalares ou acompanhamento de pacientes	Procedimentos gerais	Procedimentos gerais		AMB			REF		
Sessão de Psicoterapia (Com Diretriz de Utilização)	Terapêutica	Procedimentos Clínicos Ambulatoriais E Hospitalares	Procedimentos Clínicos Ambulatoriais E Hospitalares		AMB			REF		

";

Leia-se:

~~Sessão com Psicólogo e/ou Terapeuta Ocupacional (com Diretriz de Utilização)~~	~~Consultas, visitas hospitalares ou acompanhamento de pacientes~~	~~Procedimentos gerais~~	~~Procedimentos gerais~~	-	~~AMB~~	-	-	~~REF~~	-	-
~~Sessão de Psicoterapia (Com Diretriz de Utilização)~~	~~Terapêutica~~	~~Procedimentos Clínicos Ambulatoriais E Hospitalares~~	~~Procedimentos Clínicos Ambulatoriais E Hospitalares~~	-	~~AMB~~	-	-	~~REF~~	-	-

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 24 DE JUNHO DE 2022

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 574ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 24 de junho de 2022, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração
33910.020537/2021-15	Humana Paraná S.A	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1825/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020259/2021-04	Associação Santa Casa Clínicas de Birigui	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1691/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020465/2021-14	Operadora de Planos Privados de Assistência à Saúde Consaude S/S Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1509/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.012215/2020-11	Unimed Caruaru-Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1358/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020518/2021-99	Samedil Serviços de Atendimento Médico S/A	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1690/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010640/2021-57	Green Line Sistema de Saúde S.A	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1487/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020321/2021-50	Centro Clínico Gaúcho Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1696/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.013555/2017-64	Associação Dr. Bartholomeu Tacchini	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1884/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020852/2021-42	Unimed Vitória Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1829/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020239/2021-25	Associação Padre Albino Saúde	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1452/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.031333/2021-18	Unimed de Presidente Prudente Cooperativa de Trab. Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1726/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010685/2021-21	Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1486/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010477/2021-22	Associação Policial de Assistência à Saúde	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1848/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.037887/2020-30	Bio Saúde Serviços Médicos Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1834/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010790/2021-61	Saúde Santa Tereza Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1839/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.500630/2016-41	Unimed Regional Maringá Coop. de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 611/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.557314/2012-17	Assistência Médica São Miguel Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1100/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.000976/2017-25	Med-Tour Administradora de Benefícios e Empreendimentos Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1304/2021/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010939/2021-10	Unimed de Tubarão - Cooperativa de Trabalho Médico da Região da Amurel	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1849/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.015364/2019-07	Polymed - Polyclínica Médica e Operadora de Planos de Saúde S/S Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 347/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.008743/2018-51	Assistência Médico Hospitalar São Lucas S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 403/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.009066/2018-99	Quallity Pró Saúde Plano de Assistência Médica Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 323/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.437769/2016-41	Extremamedic Planos de Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 686/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.031742/2019-91	Associaçao Unisaude Marau	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2087/2021/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.014214/2017-14	Unimed Patos de Minas Cooperativa Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 377/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.032135/2019-49	Unimed Caratinga - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2101/2021/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.000541/2016-08	H.B. Saúde S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1244/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.028628/2018-01	Hospital de Prontoclínica Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 341/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019421/2017-57	Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - Capesesp	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 337/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.031853/2020-31	Unimed de Taubaté Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5956/2021/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

33910.008742/2018-15	Assistência Médica São Miguel Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 644/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.555197/2015-08	Unimed Pontal do Triângulo - Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 648/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910/.007520/2017-96	Prontomed Planos de Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 580/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.009019/2018-45	Operadora de Planos Privados de Assistência à Saúde Consaude S/S Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 584/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.024251/2017-22	Assistência Médico Hospitalar São Lucas S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 475/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004169/2019-43	Unimed Pará de Minas Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 899/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.009205/2018-84	Unimed de Araraquara - Coop. de Trab. Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 895/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019188/2018-93	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São José do Rio Preto	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 903/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.009410/2017-69	Associação de Assistência à Saúde dos Empregados da Copasa	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 885/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.014281/2017-21	Unimed Vale do Corumbá Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 891/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.034334/2018-19	Garantia de Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 880/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.016117/2017-58	Saúde Santa Tereza Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 588/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.015593/2019-13	Unimed Guarapuava Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 615/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004158/2019-63	Unimed Norte do Paraná Cooperativa Regional de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 619/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020006/2017-46	Unimed Vale do Corumbá Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 624/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.015487/2019-30	Unimed Centro Sul Fluminense Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 628/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.015299/2018-21	Caixa de Assistência dos Servidores Fazendários Estaduais	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 632/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020366/2021-24	Filosanitas Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 27/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020662/2021-25	Unimed de Jaboticabal Coop. de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 6008/2021/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.500014/2016-90	Confiança Assistência Médico Hospitalar Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 301/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.500366/2016-45	Sul América Serviços de Saúde S.A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1872/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.027445/2019-41	Med-Tour Administradora de Benefícios e Empreendimentos Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7172/2020/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.015191/2019-19	Companhia Nacional de Abastecimento - Conab	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 298/2021/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.015243/2018-76	Associação Policial de Assistência à Saúde de Ribeirão Preto (Apas)	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 137/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.438315/2016-97	Unimed de Tubarão - Cooperativa de Trabalho Médico da Região da Amurel	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 158/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.554455/2015-21	Cooperativa dos Usuários de Serviços de Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 351/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.005136/2018-30	Unimed Meio Oeste Catarinense Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 355/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.499900/2016-63	Associação Metropolitana de Assistência à Saúde	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5924/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.555084/2015-02	Unimed de Santa Bárbara D'Oeste e Americana - Coop. de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 10534/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.000765/2016-10	Sociedade Operária Humanitária	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2779/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.437881/2016-81	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Leme	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1708/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.001232/2017-28	Unimed de Londrina Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8922/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.555053/2015-43	Unimed de Guarulhos Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 57/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.437886/2016-12	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 11496/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.034590/2018-06	Unimed de Andradina - Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 637/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.013838/2017-14	Mediplan Assistencial Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 569/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.015427/2018-36	Hbc Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 604/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

33902.499978/2016-88	Cemil Centro Médico de Itu Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 600/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.015380/2019-91	Prontomed Novo Hamburgo Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 557/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.024776/2017-68	Unimed do Oeste do Paraná - Coop. de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 553/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.009214/2018-75	Unimed de Bebedouro Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 549/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.009392/2019-87	Hospital de Cataguases	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 506/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020014/2017-92	Unimed Vertente do Caparaó - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 502/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004182/2017-31	Fundação Leonor de Barros Camargo	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 498/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.021442/2019-02	Unimed Grande Florianópolis-Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 494/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020994/2019-95	Caixa de Assistência dos Servidores Fazendários Estaduais	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 490/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004923/2018-64	Santa Helena Assistência Médica S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 486/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.024658/2017-50	Unimed Anápolis Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 482/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.034661/2018-62	Unimed de Volta Redonda Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 478/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.034486/2018-11	Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 609/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.021347/2019-09	Unimed de Andradina - Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 605/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.024285/2017-17	Associação Policial de Assistência à Saúde	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 440/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004791/2018-71	Hospital de Cataguases	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 433/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.021461/2019-21	Unimed Leopoldina Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 429/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.015932/2017-08	Filosanitas Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 422/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.015610/2019-12	Unimed Jundiai - Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 414/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019626/2017-32	Plamer Plano Médico Resende Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 459/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.000617/2016-97	Medporto Assistência Médica Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 453/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.015223/2018-03	Associação Fundo de Proteção à Saúde	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 446/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.027673/2019-11	Unimed Campinas - Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 421/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010094/2017-78	Unimed Jundiai - Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 450/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.554749/2015-52	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valinhos	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 40/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.554742/2015-31	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 11465/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.007620/2017-12	Unimed Alto da Serra - Sociedade Cooperativa de Serviço Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2968/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.000707/2017-69	Associação Portuguesa Beneficente Vasco da Gama	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3950/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.013759/2017-03	Gamec - Grupo de Assistência Médica Empresarial do Ceará Eireli	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 673/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.007461/2017-56	Nossa Saúde - Operadora Planos Privados de Assistência à Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 668/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.007517/2017-72	Prontoclínica e Hospitais São Lucas S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 664/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.024347/2017-91	Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - Capesesp	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 660/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.034460/2018-65	Promed Assistência Médica Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 656/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.034592/2018-97	Unimed de Araraquara - Coop. de Trab. Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 907/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.009663/2017-32	Hospital S.P. Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 911/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019798/2017-14	Unimed de Avaré Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 918/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.008846/2018-11	Cemil Centro Médico de Itu Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 927/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

33910.004359/2017-07	Policlin Saúde S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 939/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.015366/2018-15	Doctor Clin Operadora de Planos de Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 943/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.024369/2017-51	Centro Trasmontano de São Paulo	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 572/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.001260/2017-45	Unimed de Tubarão - Cooperativa de Trabalho Médico da Região da Amurel	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4897/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.499825/2016-31	Ameron - Assistência Médica Rondônia S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 578/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.015830/2018-65	Unimed Ponta Grossa Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 592/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.000875/2017-54	Fundação Leonor de Barros Camargo	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 598/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.034108/2018-20	Amesc - Associação Médica Espírita Cristã	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 921/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.008946/2018-48	Green Line Sistema de Saúde S.A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 260/2021/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.438523/2016-96	Cooperativa Central Unimed de Cooperativas de Assistência à Saúde do Rio Grande do Sul Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1715/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.015674/2018-32	Unimed de Batatais - Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1062/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.003942/2017-92	Ame-Assistência Médica a Empresas Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2656/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.024848/2017-77	Unimed Patos de Minas Cooperativa Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9453/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.024707/2017-54	Unimed de Botucatu Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 724/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.005043/2018-13	Unimed de Cascavel Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 720/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.007673/2017-33	Unimed de Bebedouro Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 715/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.009740/2017-54	Matão Clínicas & Amhma Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 960/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.015386/2019-69	Rn Metropolitan Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 955/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.001091/2017-43	Sbc Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 946/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.015186/2018-25	Associação Assistencial de Saúde Suplementar Cruz Azul Saúde	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 968/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.007470/2017-47	Operadora de Planos Privados de Assistência à Saúde Consaude S/S Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 964/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.001391/2017-22	Unimed Seguros Saúde S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 951/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.021428/2019-09	Unimed do Rio Grande do Norte - Federação das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7176/2020/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004011/2017-10	Associação Unisaude Marau	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 933/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.021143/2019-60	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e Maternidade Dona Zilda Salvagni	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 926/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.437937/2016-06	Multi Saúde Assistência Médica e Hospitalar Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4879/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.000916/2017-11	Instituto Curitiba de Saúde	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1644/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.437748/2016-25	Crusam Cruzeiro do Sul Serviço de Assistência Médica S.A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 11206/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.018423/2020-24	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1900/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.441689/2014-28	Beneficência Camiliana do Sul	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1876/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010611/2021-95	Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1850/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.768727/2014-97	Unimed de Bebedouro Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3595/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.768432/2014-11	Grupo Hospitalar do Rio de Janeiro Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3420/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.768478/2014-30	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valinhos	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4459/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.619025/2014-81	Unimed São Sebastião do Paraíso Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5250/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

33910.038198/2020-42	Unihosp Saúde Eireli	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1541/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.000434/2016-71	Cgo Saúde - Operadora de Planos de Saúde Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2885/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004378/2017-25	Promédica - Proteção Médica à Empresas S.A	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4902/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019828/2017-84	Unimed de Jaboticabal Coop. de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8939/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.024635/2017-45	Sulmed - Assistência Médica Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8245/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.554883/2015-53	Santa Casa de Misericórdia de São José do Rio Pardo - Hospital São Vicente	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 11489/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.766792/2014-88	Beneficência Camiliana do Sul	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2185/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.768961/2014-14	Cooperativa Central Unimed de Cooperativas de Assistência à Saúde do Rio Grande do Sul Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2189/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.031542/2020-72	Fundo de Assistência à Saúde dos Funcionários do Bec	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2078/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.000711/2017-27	Associação Metropolitana de Assistência à Saúde	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2154/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.031516/2020-44	Extremamedic Planos de Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2071/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.031487/2020-11	Comseder - Cooperativa de Assistência Médica dos Servidores da Suplan e do Der Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2065/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.558050/2012-19	Unimed de Penápolis - Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2143/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.557428/2012-67	Centro Hospitalar Atibaia Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2139/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.021105/2019-15	Geap Autogestão em Saúde	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1969/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.768610/2014-11	São Francisco Assistência Médica Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2193/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.015378/2018-31	Evangélico Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2469/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.015636/2018-80	Unimed Araguari Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2474/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.025434/2018-46	Unimed Alto Uruguai/Rs - Cooperativa de Assistência à Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2482/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.028734/2018-87	Samedil Serviços de Atendimento Médico S/A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2489/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.034630/2018-10	Unimed de Lins - Cooperativa de Trabalhos Médicos	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2495/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.034706/2018-07	Unimed Litoral Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3943/2020/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.034327/2018-17	Fundação São Francisco Xavier	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2503/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019831/2017-06	Unimed de Lençois Paulista - Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8941/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.218240/2014-68	Unimed Federação do Estado do Mato Grosso	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2852/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.635548/2012-11	Sms - Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 851/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.635707/2012-79	Unimed de Santa Bárbara D'Oeste e Americana - Coop. de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5010/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.635514/2012-18	São Lucas Saúde S/A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4930/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.635374/2012-88	Matão Clínicas & Amhma Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2244/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147218/2013-45	Assistência Médico Hospitalar São Lucas S/A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4373/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.426611/2013-01	Cemil Centro Médico de Itu Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5036/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.003868/2019-76	Plano de Saúde da Santa Casa de Bragança Paulista	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2511/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004006/2019-61	Unimed Caratinga - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2519/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.219519/2015-40	Unimed Norte do Paraná Cooperativa Regional de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 10718/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.438293/2016-65	Unimed de Paranaguá Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1651/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.554338/2015-67	Associação Saúde São José	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 38/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

33910.003668/2019-13	Cgo Saúde - Operadora de Planos de Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2508/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004118/2017-50	Comseder - Cooperativa de Assistência Médica dos Servidores da Suplan e do Der Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5113/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019902/2017-62	Unimed Centro Rondônia Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8946/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.218271/2014-19	Unimed Jundiai - Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5562/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.710788/2013-84	Unimed Leopoldina Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4229/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.217999/2014-23	Sociedade de Assistência Médica - Sameisa	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4615/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.217980/2014-87	Servmed Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5068/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.500447/2016-45	Unimed de Birigui - Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2507/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.688878/2013-81	Associação Policial de Assistência à Saúde de Bauru	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2726/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.554488/2015-71	Fundação Beneficente Rio Doce	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 693/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.212261/2015-51	Fundo de Assistência à Saúde dos Funcionários do Bec	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 10529/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.000439/2016-02	Climepe Total Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4893/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.554873/2015-18	Samp Espírito Santo Assistência Médica S.A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5266/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.919121/2013-45	Unimed Extremo Sul Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4551/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.766819/2014-32	Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 10382/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.768914/2014-71	Unimed Porto Velho - Sociedade Cooperativa Médica Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2911/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.768970/2014-13	Vitallis Saúde S/A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 864/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.768532/2014-47	Operadora Unieste de Planos de Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4449/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.768418/2014-17	Fundação São Francisco Xavier	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5116/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010412/2021-87	Abertta Saúde - Associação Beneficente dos Empregados da Arcelormittal no Brasil	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2017/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038087/2020-36	Paraná Clínicas - Planos de Saúde S/A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2817/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.018388/2020-43	Humana Paraná S.A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1902/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.018139/2020-58	Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1896/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.018254/2020-22	H.B. Saúde S/A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1891/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388365/2012-92	Terramar Administradora de Plano de Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2061/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038013/2020-08	Green Line Sistema de Saúde S.A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1836/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020664/2021-14	Unimed de Joinville Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1965/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010986/2021-55	Unimed Leste Paulista Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2031/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010838/2021-31	Unimed Apucarana Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2007/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010647/2021-79	Hospitais e Clínicas do Piauí S/S Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1846/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.011010/2021-08	Unimed Norte Pioneiro - Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1855/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.031303/2021-01	Unimed de Criciúma Cooperativa de Trabalho Médico da Região Carbonífera	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1833/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.558160/2012-81	Unimed Norte do Paraná Cooperativa Regional de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 590/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020215/2021-76	Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1827/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020466/2021-51	Operadora de Planos Privados de Saúde - Santa Casa Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1964/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010706/2021-17	Operadora de Planos Privados de Assistência à Saúde Consaude S/S Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5960/2021/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004912/2018-84	Samp Espírito Santo Assistência Médica S.A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9455/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

33910.010577/2021-59	Companhia Nacional de Abastecimento - Conab	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2014/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010837/2021-96	Unimed Anhanguera Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1844/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.032275/2019-17	Unimed Nordeste Rs Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2004/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004896/2018-20	Prontoclínica e Hospitais São Lucas S/A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9495/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010724/2021-91	Plano de Assistência Médica Mineira Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2033/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.007171/2017-11	Associação Dr. Bartholomeu Tacchini	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2063/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038142/2020-98	Samp Espírito Santo Assistência Médica S.A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1554/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038034/2020-15	Instituto Curitiba de Saúde	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1548/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.442114/2014-22	São Lucas Saúde S/A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1877/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038456/2020-91	Unimed Vitória Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1557/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.037888/2020-84	Biovida Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1551/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.557557/2012-55	Hospital de Cataguases	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5617/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010446/2021-71	Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1481/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038018/2020-22	Hapvida Assistência Médica S.A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1555/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010430/2021-69	Amil Assistência Médica Internacional S.A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1488/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010904/2021-72	Unimed de Guarulhos Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5968/2021/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038256/2020-38	Unimed de Birigui - Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 970/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.037998/2020-46	Fundação Leonor de Barros Camargo	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2219/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.001427/2017-78	Cooperativa Central Unimed de Cooperativas de Assistência à Saúde do Rio Grande do Sul Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2525/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.032036/2020-09	Unimed Vitória Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2104/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.768520/2014-12	Multiclínica Serviços de Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2198/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.218200/2014-16	Unimed de Piracicaba Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3594/2021/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038191/2020-21	Sulmed - Assistência Médica Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2112/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038037/2020-59	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Limeira	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2115/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038391/2020-83	Unimed Pelotas/Rs - Cooperativa de Assistência à Saúde Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2119/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038144/2020-87	Santa Casa de Mauá Saúde	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2162/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.217696/2014-19	Hospital Regional de Franca S/A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5531/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038461/2020-01	Vera Cruz Associação de Saúde	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2168/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.768392/2014-15	Funasa Saúde	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5536/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038407/2020-58	Unimed Regional de Campo Mourão Coop. Trab. Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2205/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.919063/2013-50	Unimed de Jaboticabal Coop. de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2132/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.218425/2014-72	Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2226/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.635116/2012-00	Austaclínicas Assistência Médica e Hospitalar Ltda	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2232/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038294/2020-91	Unimed de Paranavaí Cooperativa de Trabalho Médico	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2211/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.918698/2013-30	Gamec - Grupo de Assistência Médica Empresarial do Ceará Eireli	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4443/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

33910.011909/2020-31	Centro Hospitalar Atibaia Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1360/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.012358/2020-23	Unimed Norte do Mato Grosso Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2722/2021/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.012146/2020-46	Saúde Brb - Caixa de Assistência	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2729/2021/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.011913/2020-08	Cgo Saúde - Operadora de Planos de Saúde Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2726/2021/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.012002/2020-90	Hbc Saúde Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1359/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.012097/2020-41	Polymed - Polyclínica Médica e Operadora de Planos de Saúde S/S Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1357/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.012434/2020-09	Unimed Vale do São Francisco Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1356/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.012267/2020-98	Unimed de Macaé Cooperativa de Assistência à Saúde	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1321/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010794/2021-49	Sermed-Saúde Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1857/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.034133/2018-11	Associação de Saúde dos Fornecedores de Cana de Piracicaba e Região	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2491/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.034273/2018-81	Conferência São José do Avaí	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2500/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.003982/2019-04	Unimed Amparo Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2510/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.034351/2018-48	Hospitais e Clínicas do Piauí S/S Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2497/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004217/2019-01	Unimed Sul Capixaba Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2505/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004183/2019-47	Unimed Ponte Nova Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2514/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.003802/2019-86	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2516/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.438284/2016-74	Unimed de Macaé Cooperativa de Assistência à Saúde	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1650/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019394/2017-12	Caixa de Assistência dos Empregados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8933/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.217233/2014-49	Associação Dr. Bartholomeu Tacchini	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4603/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.557431/2012-81	Centro Trasmontano de São Paulo	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7070/2020/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.635585/2012-11	Unihosp Serviços de Saúde S.A	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4933/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.635692/2012-49	Unimed de Mococa Cooperativa de Trab. Médico	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5100/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.635789/2012-51	Unimed Norte do Mato Grosso Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1944/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.710834/2013-45	Unimed Pelotas/Rs - Cooperativa de Assistência à Saúde Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4301/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.710823/2013-65	Unimed Pará de Minas Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4807/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.555063/2015-89	Unimed de Lins - Cooperativa de Trabalhos Médicos	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 11473/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.555057/2015-21	Unimed de Jaboticabal Coop. de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 11022/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.438443/2016-31	Unimed Ponta Grossa Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1166/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.000956/2016-73	Unimed Litoral Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4883/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.000426/2016-25	Centro de Endocrinologia de Jundiaí S/S Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2884/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

33902.618309/2014-50	Associação de Assistência à Saúde dos Empregados da Copasa	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5054/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.768806/2014-06	Unimed Encosta da Serra/Rs Sociedade Cooperativa de Serviços de Saúde Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4733/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.768594/2014-59	Santa Casa de Misericórdia de São José do Rio Pardo - Hospital São Vicente	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4311/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.766835/2014-25	Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - Capesesp	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4305/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.217633/2014-54	Fundação São Francisco Xavier	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3624/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.217333/2014-75	Cemil Centro Médico de Itu Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5402/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.441960/2014-25	Medical Medicina Assistencial S/A	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1986/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.003990/2017-81	Associação Dr. Bartholomeu Tacchini	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1886/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.018699/2020-11	Vision Med Assistência Médica Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1893/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.018393/2020-56	São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária Limitada	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1898/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.018248/2020-75	Green Line Sistema de Saúde S.A	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1906/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010652/2021-81	Hospital Marechal Cândido Rondon S/A	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2026/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.005212/2018-15	Unimed Santo Antônio de Jesus Coop. Trab. Méd.	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9528/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010608/2021-71	Funasa Saúde	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 0000/0000/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.031499/2021-26	Vita Assistência à Saúde Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1962/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388688/2012-86	Unimed São Sebastião do Paraíso Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2059/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475550/2012-16	Unimed Regional de Floriano - Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2080/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.019592/2017-86	Mediplan Assistencial Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 7597/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.437878/2016-68	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araras	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 11508/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004891/2018-05	Pro Salute Serviços para a Saúde Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 8976/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038330/2020-16	Unimed Foz do Iguaçu Cooperativa Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4004/2021/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010537/2021-15	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco da Amazônia - Casf	DIGES	Pelo conhecimento e provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1838/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010720/2021-11	Plamedh - Plano de Assistência Médico-Hospitalar Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1840/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010585/2021-03	Cooperativa de Trabalho Médico do Planalto Norte de Santa Catarina Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1853/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010801/2021-11	Sistemas e Planos de Saúde Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1462/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020510/2021-22	Prontomed Planos de Saúde Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1274/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.031056/2021-35	Garantia de Saúde Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1729/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.030883/2021-10	Associação do Plano de Saúde da Santa Casa de Santos	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1706/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020572/2021-34	Sul América Serviços de Saúde S.A	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1697/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020695/2021-75	Unimed de Taubaté Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1692/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

33910.020652/2021-90	Unimed de Criciúma Cooperativa de Trabalho Médico da Região Carbonífera	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1626/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020586/2021-58	Unimed Alto da Serra - Sociedade Cooperativa de Serviço Médico Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1625/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010644/2021-35	Hapvida Assistência Médica S.A	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1492/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020760/2021-62	Unimed Noroeste do Paraná Coop. de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1495/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020659/2021-10	Unimed de Ibitinga Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5601/2021/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020346/2021-53	Cooperativa dos Usuários de Serviços de Saúde do Vale do Rio dos Sinos Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1453/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038267/2020-18	Unimed de Criciúma Cooperativa de Trabalho Médico da Região Carbonífera	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1861/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.003696/2020-74	Green Line Sistema de Saúde S.A	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4550/2021/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.018280/2020-51	Itaipu Binacional	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2483/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.011899/2020-34	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4556/2021/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.011751/2020-08	Allianz Saúde S/A	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1328/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.219483/2015-02	Unimed Leste Paulista Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 10717/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010671/2021-16	Itaipu Binacional	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 30/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.012191/2020-09	Unimed Alto Vale - Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1319/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.012247/2020-17	Unimed de Cianorte - Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2721/2021/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.012252/2020-20	Unimed de Fernandópolis - Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1325/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020516/2021-08	Rn Metropolitan Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1420/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.011089/2021-69	Unimed Vitória Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1483/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.003760/2020-17	Notre Dame Intermédica Saúde S.A	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1317/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.001327/2017-41	Unimed Noroeste Capixaba Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2274/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.003482/2020-06	Associação Beneficente dos Professores Públicos Ativos e Inativos do Rio de Janeiro - Appai	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4552/2021/GEIRS/DIDES/ANS. mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.012196/2020-23	Unimed Apucarana Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1353/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.011772/2020-15	Associação Adventista Norte Brasileira de Prevenção e Assistência à Saúde	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1329/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.011836/2020-88	Associação São Luiz Saúde	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2725/2021/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.011848/2020-11	Bensaude Plano de Assistência Médica Hospitalar Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1350/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.011843/2020-80	Astra S/A Indústria e Comércio	DIGES	pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1323/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020757/2021-49	Unimed Nordeste Rs Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1415/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.012003/2020-34	Hospitais e Clínicas do Piauí S/S Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1318/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.012095/2020-52	Policon Assistência Médica Ltda - Epp	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5463/2021/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.012034/2020-95	Lifeday Planos de Saúde Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1354/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.018063/2020-61	Associação Evangélica Beneficente de Londrina	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1404/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

33910.024486/2017-14	Irmandade Nossa Senhora das Merces de Montes Claros	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2662/2021/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.918840/2013-49	Plena Saúde Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4986/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.919068/2013-82	Unimed de Limeira Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4505/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.618528/2014-39	Hospital de Cataguases	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5247/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038260/2020-04	Unimed de Campos Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1429/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.011955/2020-31	Evangélico Saúde Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1322/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.011963/2020-87	Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda	DIGES	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1349/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.011984/2020-01	Fundo de Assistência à Saúde Dos Funcionários do Bec	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1331/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.012007/2020-12	Hospital de Prontoclínica Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1332/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.557601/2012-27	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 10314/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.004661/2018-38	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9469/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.015187/2018-70	Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 9027/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.554824/2015-85	Plano Assistencial São Lucas Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3066/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.015732/2018-28	Unimed de Sertãozinho - Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2475/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.010680/2021-07	Matão Clinicas & Amhma Saúde Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2028/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020454/2021-26	Multi Saúde Assistência Médica e Hospitalar Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1748/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.555031/2015-83	Unimed de Batatais - Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 6948/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.218266/2014-14	Unimed Ji Paraná Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 10347/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.000466/2016-77	Cooperativa de Trabalho Médico Região do Planalto Serrano	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4895/2019/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.918606/2013-11	Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2631/2020/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.768440/2014-67	Hospital César Leite	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2436/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.217881/2014-03	Samel Plano de Saúde Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5615/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.710538/2013-44	Unimed de Macaé Cooperativa de Assistência à Saúde	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4414/2018//GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.037985/2020-77	Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2204/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.021542/2019-21	Unimed Sul Capixaba Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5340/2020/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.009431/2019-46	Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 672/2021/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038049/2020-83	Leader Assistência Médica e Hospitalar Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1545/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020504/2021-75	Promed Assistência Médica Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1746/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020567/2021-21	Sociedade Portuguesa de Beneficência	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1613/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.020221/2021-23	Associação do Plano de Saúde da Santa Casa de Santos	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1824/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.030929/2021-92	Associação Saúde Conceição	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1968/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

33910.038097/2020-71	Plano Assistencial São Lucas Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1864/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038449/2020-99	Unimed Vale do Sepotuba - Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1872/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.037966/2020-41	Doctor Clin Operadora de Planos de Saúde Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1868/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038098/2020-16	Plano de Assistência Médica Mineira Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2163/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038257/2020-82	Unimed de Botucatu Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2206/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038270/2020-31	Unimed de Fernandópolis - Cooperativa de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2113/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038009/2020-31	Garantia de Saúde Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2212/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.031601/2020-11	Lifeday Planos de Saúde Ltda	DPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2183/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.031403/2020-49	Associação São Francisco Vida	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2180/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038196/2020-53	União de Clinicas Rio Grande Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2169/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.037970/2020-17	Elosaúde - Associação de Assistência à Saúde	DIPRO	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2158/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.018292/2020-85	Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1903/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.038137/2020-85	Samedil Serviços de Atendimento Médico S/A	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2215/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.635349/2012-02	Irmandade de Misericórdia do Hospital da Santa Casa de Monte Alto	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2249/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33910.031952/2020-13	Unimed Norte do Paraná Cooperativa Regional de Trabalho Médico	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2176/2022/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.217885/2014-83	Promed Brasil Assistência Médica Ltda	DIPRO	Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5706/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURÍCIO NUNES DA SILVA
Diretor - Presidente
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 163, DE 13 DE JULHO DE 2022

Define, de forma complementar à Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 732, de 7 de julho de 2022, os critérios de controle especial para a realização de estudos e pesquisas, incluindo testes laboratoriais e ensaios com lenalidomida e demais substâncias constantes da lista C3 do Anexo I da Portaria SVS/MS nº 344/1998, bem como os medicamentos que as contenham, exceto talidomida.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 187, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 6 de julho de 2022, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

OBJETIVO

Art. 1º Esta Instrução Normativa define, de forma complementar à Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 732/2022, os critérios de controle especial para a realização de estudos e pesquisas, incluindo testes laboratoriais e ensaios, com lenalidomida e demais substâncias da lista C3 do Anexo I da Portaria SVS 344, de 12 de maio de 1998, bem como os medicamentos que as contenham, ou norma que vier a substitui-la, exceto talidomida.

§1º. Os estudos que envolvam as demais substâncias constantes da Lista C3 do Anexo I da Portaria SVS/MS nº 344, de 1998, e de suas atualizações, com exceção da talidomida, deverão seguir o disposto nesta Instrução Normativa.

§2º. A identificação de potencial teratogênico de determinada substância, em qualquer fase de estudos, deverá motivar a solicitação de análise à GPCON da sua inclusão na lista C3 do Anexo I da Portaria SVS/MS nº 344, de 1998.

CAPÍTULO II

ENSAIOS E ESTUDOS IN VITRO NO BRASIL

Art. 2º Para a condução de ensaios e estudos in vitro no Brasil, durante a fase de desenvolvimento de medicamentos à base de lenalidomida e demais substâncias constantes da lista C3 do Anexo I da Portaria SVS/MS nº 344, de 1998, exceto talidomida, a empresa responsável pelos estudos deve possuir Autorização Especial, de acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, ou norma que vier a substitui-la.

CAPÍTULO III

CENTROS DE EQUIVALÊNCIA FARMACÊUTICA

Art. 3º Para a realização dos estudos de Equivalência Farmacêutica com medicamentos à base de lenalidomida e demais substâncias constantes da lista C3 do Anexo I da Portaria SVS/MS nº 344, de 1998, exceto talidomida, o Centro de Equivalência Farmacêutica deve:

I - possuir Autorização Especial, de acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 96, de 29 de julho de 2016 e com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 16, de 2014, ou normas que vierem a substituí-las;

II - estar devidamente habilitado por esta Anvisa, de acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 67, de 23 de março de 2016, ou norma que vier a substitui-la;

III - possuir habilitação a qual contemple, em seu escopo, a realização de ensaios em medicamentos citotóxicos ou antineoplásicos.

CAPÍTULO IV

PATROCINADOR DO ESTUDO DE BIODISPONIBILIDADE RELATIVA / BIOEQUIVALÊNCIA

Art. 4º Para a realização de estudos de Biodisponibilidade relativa / Bioequivalência com medicamentos à base de lenalidomida e demais substâncias constantes da lista C3 do Anexo I da Portaria SVS/MS nº 344, de 1998, exceto talidomida, no Brasil, a empresa patrocinadora do estudo deve:

I - possuir Autorização Especial, de acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC 16, de 2014, ou norma que vier a substitui-la;

II - Apresentar documentação com medidas de minimização de riscos, a fim de evitar a exposição embrionária e fetal a este medicamento;

III - qualificar os Centros de Biodisponibilidade relativa / Bioequivalência do Brasil quanto a sua regularidade sanitária e capacidade técnica e de segurança para a utilização de medicamento à base de lenalidomida e demais substâncias constantes da lista C3 do Anexo I da Portaria SVS/MS nº 344, de 1998, exceto talidomida, conforme as particularidades e necessidades das medidas de minimização de riscos;

IV - demonstrar o gerenciamento efetivo do processo de cadastramento de estabelecimentos e de profissionais participantes do estudo à Autoridade Sanitária Competente:

a) As medidas de minimização de riscos devem contemplar procedimentos que demonstrem o gerenciamento de que trata esse inciso;

b) Em caso de utilização de ferramentas informatizadas para o gerenciamento de que trata esse inciso, estas devem ser validadas;

c) O patrocinador do estudo deve manter registros e relatórios que comprovem os cadastramentos de estabelecimentos e de profissionais participantes do estudo pelo prazo de 10 (dez) anos, e disponibilizá-los continuamente à Autoridade Sanitária Competente, para monitoramento e ações de fiscalização.

CAPÍTULO V

CENTROS DE BIODISPONIBILIDADE RELATIVA / BIOEQUIVALÊNCIA

Art. 5º Para a realização de estudos de Biodisponibilidade relativa / Bioequivalência com medicamentos à base de lenalidomida e demais substâncias constantes da lista C3 do Anexo I da Portaria SVS/MS nº 344, de 1998, exceto talidomida, no Brasil, os Centros de Biodisponibilidade relativa / Bioequivalência no Brasil devem:

I - possuir Autorização Especial, de acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 96, de 2016, e com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 16, de 2014, ou normas que vierem a substituí-las;

II - elaborar protocolo de estudo de Biodisponibilidade relativa / bioequivalência, considerando o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 732/2022, ou norma que vier a substitui-la, e considerando o efeito teratogênico da lenalidomida e demais substâncias constantes da lista C3 do Anexo I da Portaria SVS/MS nº 344, de 1998, exceto talidomida;

III - elaborar protocolo de estudo de biodisponibilidade relativa / bioequivalência ou conduzir o estudo de acordo com o protocolo elaborado pelo patrocinador, considerando o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 732/2022, ou norma que vier a substitui-la, e considerando o efeito teratogênico da lenalidomida e demais substâncias constantes da lista C3 do Anexo I da Portaria SVS/MS nº 344, de 1998, exceto talidomida;

IV - iniciar o estudo somente após a aprovação do protocolo de estudo pela Anvisa e pelo Comitê de Ética;

V - cadastrar os indivíduos participantes do estudo, de acordo com o protocolo desenvolvido pelo patrocinador do estudo ou pelo próprio Centro, previamente aprovado pela Anvisa;

VI - cadastrar os indivíduos participantes do estudo, de acordo com as medidas de minimização de riscos desenvolvidas pelo patrocinador do estudo, previamente aprovado pela Anvisa;

VII - orientar os indivíduos participantes do estudo quanto ao uso de Preservativo Masculino durante todo o estudo com o medicamento lenalidomida e demais substâncias constantes da lista C3 do Anexo I da Portaria SVS/MS nº 344, de 1998, exceto talidomida, e por 30 (trinta) dias após o término do estudo como medida de minimização de riscos;

VIII - Ler e assinar junto com o indivíduo participante do estudo o Termo de Responsabilidade e Esclarecimento fornecido pelo patrocinador do estudo, constante nas medidas de minimização de riscos, ressaltando-se os cuidados necessários:

a) O Termo de Responsabilidade e Esclarecimento deve conter informações mínimas para que o indivíduo participante da pesquisa seja verbalmente informado sobre os riscos associados ao uso de medicamento à base de lenalidomida e demais substâncias constantes da lista C3 do Anexo I da Portaria SVS/MS nº 344, de 1998, exceto talidomida, conforme Anexo II da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 732/2022, ou norma que vier a substitui-la;

b) O Termo de Responsabilidade e Esclarecimento obrigatoriamente deverá ser preenchido e assinado pelo médico responsável ou investigador principal e pelo paciente, em 2 (duas) vias, devendo a primeira via ser mantida com o paciente e a segunda via arquivada no estabelecimento responsável pela pesquisa / estudo.

CAPÍTULO VI

PESQUISA CLÍNICA

Art. 6º Para a realização de Pesquisa Clínica com medicamentos à base de lenalidomida e demais substâncias constantes da lista C3 do Anexo I da Portaria SVS/MS nº 344, de 1998, exceto talidomida, no Brasil, os estabelecimentos devem:

I - possuir Autorização Especial, de acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 16, de 2014, ou norma que vier a substitui-la:

a. quando se tratar de Instituições de Ensino e Pesquisa que atuem no âmbito estritamente acadêmico, será necessária Autorização Especial Simplificada, de acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 659/2022, ou norma que vier a substitui-la;

II - submeter o protocolo de pesquisa à COPEC, de acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 09, de 20 de fevereiro de 2015 ou a que vier a substitui-la, juntamente com as medidas de minimização de riscos:

a. Para os casos em que não houver a obrigatoriedade de submissão do protocolo de pesquisa à COPEC, as medidas de minimização de riscos deverão ser submetidas à GPCON para aprovação;

III - iniciar o ensaio somente após a aprovação das medidas de minimização de riscos pela Anvisa;

IV - cadastrar e treinar todos os profissionais envolvidos com o ensaio, de acordo com os procedimentos estabelecidos nas medidas de minimização de riscos previamente aprovadas pela Anvisa;

a) O registro do treinamento de que trata esse inciso deve estar disponível para a Autoridade Sanitária Competente;

b) Somente profissionais previamente capacitados podem atuar no ensaio com medicamento à base de lenalidomida e demais substâncias constantes da lista C3 do Anexo I da Portaria SVS/MS nº 344, de 1998, exceto talidomida;

c) A Autoridade Sanitária Competente poderá determinar, caso sejam apuradas irregularidades ou descumprimento do disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 732/2022, ou norma que vier a substitui-la, dentre outras medidas sanitárias cabíveis, a suspensão do cadastramento e a interrupção do ensaio;

V - cadastrar os indivíduos participantes do ensaio, de acordo com as medidas de minimização de riscos desenvolvido pelo patrocinador do estudo, previamente aprovado pela Anvisa;

VI - orientar os indivíduos participantes do ensaio quanto ao uso de Preservativo Masculino durante todo o ensaio com o medicamento lenalidomida e demais substâncias constantes da lista C3 do Anexo I da Portaria SVS/MS nº 344, de 1998, exceto talidomida e por 30 (trinta) dias após o término do ensaio, de acordo com as medidas de minimização de riscos previamente aprovadas pela Anvisa;

VII - a cada administração do medicamento, ler e assinar junto com o indivíduo participante do estudo o Termo de Responsabilidade e Esclarecimento, constante das medidas de minimização de riscos previamente aprovado pela Anvisa, ressaltando-se os cuidados necessários:

a) O Termo de Responsabilidade e Esclarecimento deve conter informações mínimas para que o indivíduo participante da pesquisa seja verbalmente informado sobre os riscos associados ao uso de medicamento à base de lenalidomida e demais substâncias constantes da lista C3 do Anexo I da Portaria SVS/MS nº 344, de 1998, exceto talidomida, conforme Anexo II da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 732/2022, ou norma que vier a substitui-la;

b) O Termo de Responsabilidade e Esclarecimento obrigatoriamente deverá ser preenchido e assinado pelo médico responsável e pelo paciente, em 2 (duas) vias, devendo a primeira via ser mantida com o paciente e a segunda via arquivada no estabelecimento responsável pela pesquisa / estudo;

VIII - demonstrar o gerenciamento efetivo do processo de cadastramento de profissionais e de indivíduos participantes do estudo à Autoridade Sanitária Competente:

a) As medidas de minimização de riscos devem contemplar procedimentos que demonstrem o gerenciamento de que trata esse inciso;

b) Em caso de utilização de ferramentas informatizadas para o gerenciamento de que trata esse inciso, estas devem ser validadas;

c) O estabelecimento deve manter registros e relatórios que comprovem os cadastramentos de profissionais e de indivíduos participantes do estudo pelo prazo de 10 (dez) anos, e disponibilizá-los continuamente à Autoridade Sanitária Competente, para monitoramento e ações de fiscalização.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º Devido aos efeitos teratogênicos da substância lenalidomida e demais substâncias constantes da lista C3, exceto talidomida, os estudos e ensaios com medicamento à base da Lista C3 do Anexo I da Portaria SVS/MS nº 344, de 1998, e de suas atualizações envolvendo seres humanos deverão, sempre que possível, ser realizados com participantes do sexo masculino.

Art. 8º O estabelecimento responsável pela pesquisa / estudo deve avaliar o risco de exposição à substância lenalidomida e demais substâncias constantes da lista C3 do Anexo I da Portaria SVS/MS nº 344, de 1998, exceto talidomida, e é obrigatório o uso de equipamentos de proteção individual e coletiva que protejam os trabalhadores da exposição a essa substância, bem como o monitoramento do uso desses equipamentos em todas as etapas conforme a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 732/2022, ou norma que vier a substituí-la, além disso proibir a presença de mulheres nestas atividades.

Art. 9º A notificação de casos graves identificados nos estudos, ensaios ou pesquisa devem ser reportados no VigiMed, por meio da opção "Notificação de estudo", em até 15 dias da ocorrência do evento.

Art. 10 Quando for necessária a exportação ou importação da substância lenalidomida e demais substâncias constantes da lista C3 do Anexo I da Portaria SVS/MS nº 344, de 1998, exceto talidomida e medicamento que a contenha, para condução dos estudos, a empresa patrocinadora do estudo, os centros de Equivalência ou de Biodisponibilidade relativa / Bioequivalência e as Instituições de Pesquisa devem atender aos requisitos dispostos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 659, de 30 de março de 2022 ou a que vier a substitui-la, como solicitação de Autorização de Exportação (AEX) ou Autorização de Importação (AIP), bem como demais requisitos pertinentes.

Art. 11 Todos os estabelecimentos que realizam pesquisas e estudos com a substância lenalidomida e demais substâncias constantes da lista C3 do Anexo I da Portaria SVS/MS nº 344/1998, exceto talidomida ou com o medicamento que a contenha, devem atender ainda, no que couber, aos critérios estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 732/2022, na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 96, de 2016, nas Portaria SVS/MS nº 344, de 1998 e Portaria nº 6 de 29 de janeiro de 1999, ou normas que vierem a substituí-las, no que se refere ao controle, guarda e movimentação dos medicamentos e amostras utilizadas, assim como o descarte.

Art. 12 Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO - RDC Nº 735, DE 13 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre o controle da substância lenalidomida e de medicamento que a contenha, e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 7º, inciso III, e 15, incisos II Ie IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 187, VI, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve adotar a seguinte Resolução, conforme deliberado em reunião realizada em 6 de julho de 2022, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art.1º Esta Resolução estabelece mecanismos de controle da substância lenalidomida e de medicamento que a contenha.

§1º As indicações terapêuticas de medicamentos à base de lenalidomida autorizadas pela Anvisa são aquelas constantes na bula do medicamento registrado.

§2º Demais substâncias constantes da Lista C3 do Anexo I da Portaria SVS 344, de 12 de maio de 1998, e de suas atualizações, com exceção da talidomida, deverão seguir o disposto nesta Resolução, se assim expressamente autorizado pela Anvisa.

Art.3º Para efeitos desta Resolução, são adotadas as seguintes definições:

I-Autoridade Sanitária Competente: órgão diretamente responsável pela execução das ações de vigilância sanitária na região onde se localiza determinado estabelecimento, conforme o princípio da descentralização do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), definido na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;

II-Dispensário de Medicamentos: setor de fornecimento de medicamentos industrializados, privativo de unidade hospitalar ou equivalente;

III-Documento Oficial de Identificação: documento que atesta a identificação civil, como carteira de identidade, carteira de trabalho, carteira profissional, passaporte, carteira de identificação funcional ou outro documento público que permita a identificação civil. Os documentos de identificação militares são equiparados aos documentos de identificação civis;

IV-Efeitos Teratogênicos: eventos adversos sobre o feto em desenvolvimento, como malformações físicas ou deficiências funcionais;

V-Embalagem de Transporte: embalagem utilizada para o transporte de medicamentos;

VI-Estabelecimento Dispensador: Dispensário de Medicamentos, público ou privado, cuja principal função é dispensar medicamentos a pacientes, e que conte com um farmacêutico;

VII-Escrituração: procedimento de registro de todas as movimentações de substâncias, produtos ou medicamentos sujeitos a controle especial;

VIII-Folheto Informativo: folheto contido na Embalagem de Transporte do medicamento, que orienta o profissional de saúde quanto aos riscos relacionados à substância lenalidomida e medicamento que a contenha;

IX-Livro de Registro Específico da Lista C3: livro destinado ao registro da movimentação, em ordem cronológica de estoque (entradas, saídas e perdas), de substâncias sujeitas a controle especial da Lista C3 da Portaria SVS/MS nº 344, de 1998, e de suas atualizações, bem como dos medicamentos que as contenham;

X-Menarca: primeiro período de menstruação;

XI-Menopausa: última menstruação fisiológica da mulher, decorrente da perda da atividade folicular ovariana;

XII-Métodos Contraceptivos: maneiras, instrumentos e conjunto de meios, cujo objetivo é evitar uma gravidez;

XIII-Métodos de Barreira: métodos de anticoncepção que colocam obstáculos mecânicos ou químicos à penetração dos espermatozoides no canal vaginal;

XIV-Notificação Compulsória: notificação obrigatória de efeito adverso relativo ao uso de determinado medicamento;

XV-Notificação de Receita da Lista C3: documento oficial utilizado para a prescrição do medicamento à base de substância da Lista C3 do Anexo I da Portaria SVS/MS nº 344, de 1998, com exceção da talidomida, e que, junto ao termo de responsabilidade e esclarecimento, autoriza a dispensação deste;

XVII-Preservativo Masculino: envoltório que recobre o pênis durante o ato sexual e retém o esperma por ocasião da ejaculação, evitando o contato com a vagina; impedindo, além disso, que os microorganismos da vagina entrem em contato com o pênis ou viceversa;

XVII-Programa de Prevenção de Gravidez (PPG): programa desenvolvido, como parte do plano de gerenciamento de riscos de lenalidomida, pela empresa detentora do registro do medicamento, aprovado pela Anvisa no ato de concessão de registro, como medida de minimização de riscos, a fim de evitar a ocorrência de gravidez em pacientes que utilizem medicamento à base de lenalidomida e, portanto, a exposição embrionária e fetal a este medicamento.

XVIII-Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS): compreende o conjunto de ações definido pelo § 1º do art. 6º e pelos arts. 15 a 18 da Lei nº 8.080, de 1990, executado por instituições da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que exerçam atividades de regulação, normatização, controle e fiscalização na área de vigilância sanitária; e

XIX-Termo de Responsabilidade e Esclarecimento: documento no qual o prescritor ou o médico responsável pelo estudo / pesquisa se responsabiliza pela informação ao paciente ou responsável sobre os riscos e cuidados na utilização do medicamento à base de lenalidomida, e no qual o paciente ou responsável confirma ter recebido e entendido as informações sobre o uso deste medicamento.

CAPÍTULO II

DAS CONDIÇÕES GERAIS

Art.3º Ficam vedados o fornecimento, a comercialização, a distribuição e a dispensação de medicamento à base de lenalidomida até a devida implementação, pelo detentor do registro, do respectivo PPG previamente aprovado pela Anvisa.

Art.4º É proibida a manipulação, em farmácias, do Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) lenalidomida, bem como de medicamentos ou fórmulas que o contenham.

Art.5º Para a produção da substância lenalidomida, a fabricação de medicamentos à base de lenalidomida e a condução de atividades de ensino e pesquisa, é obrigatório o uso de equipamentos de proteção individual e coletiva que protejam os trabalhadores da exposição a essa substância, bem como o monitoramento do uso desses equipamentos em todas as etapas de produção, fabricação ou pesquisa.

Parágrafo único. É proibida a presença de mulheres nas linhas de produção, fabricação e atividades de ensino e pesquisa de que trata o caput deste Artigo, em quaisquer das etapas que impliquem risco de exposição à substância lenalidomida.
Art.6º Os distribuidores de medicamentos devem ser previamente qualificados pelo detentor do registro do medicamento à base de lenalidomida quanto à sua regularidade sanitária e capacidade técnica e de segurança para a distribuição deste medicamento, conforme as particularidades e necessidades do PPG previamente aprovado pela Anvisa.
Art.7º Qualquer movimentação da substância lenalidomida, bem como de medicamento que a contenha, mesmo quando esses produtos forem enviados para fins analíticos ou de pesquisa, deverá ser realizada mediante emissão de Nota Fiscal ou documento equivalente.
Parágrafo único. A Nota Fiscal ou documento equivalente a que se refere o caput deste Artigo deve apresentar a letra e o número indicativos da lista de substâncias sujeitas a controle especial na qual a substância lenalidomida está inserida, Lista C3, entre parênteses, após o nome da substância ou medicamento.
Art.8º A importação e a exportação da substância lenalidomida ou de medicamento que a contenha devem seguir o disposto na Portaria SVS/MS nº 344, de 1998; na Portaria nº 6, de 1º de fevereiro de 1999; na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 659, de 30 de março de 2022; e na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 172, de 8 de setembro de 2017, ou as que vierem a substituí-las.
CAPÍTULO III
DO CADASTRAMENTO DE ESTABELECIMENTOS, PRESCRITORES E PACIENTES
Art.9º Somente os Dispensários de Medicamentos de estabelecimentos cadastrados pelo detentor do registro, de acordo com os procedimentos estabelecidos no PPG previamente aprovado pela Anvisa, podem dispensar medicamentos à base de lenalidomida.
Parágrafo único. A Autoridade Sanitária Competente poderá determinar, caso sejam apuradas irregularidades nos estabelecimentos de que trata o caput deste Artigo, dentre outras medidas sanitárias cabíveis, a suspensão do cadastramento de que trata o caput deste Artigo.
Art.10 Os prescritores de medicamento à base de lenalidomida devem ser cadastrados pelo detentor do registro, de acordo com os procedimentos estabelecidos no PPG previamente aprovado pela Anvisa.
Parágrafo único. Caso seja apurado o uso indevido, pelo profissional prescritor ou pelo estabelecimento, de Notificação de receita relacionada a medicamento à base de lenalidomida, ou qualquer outro descumprimento do disposto nesta Resolução, a Autoridade Sanitária Competente poderá determinar, dentre outras medidas sanitárias cabíveis, a suspensão do cadastro do prescritor ou do fornecimento das Notificações de Receita de que trata esta Resolução.
Art.11 Os pacientes usuários de medicamentos à base de lenalidomida devem ser cadastrados pelo detentor do registro, de acordo com o PPG previamente aprovado pela Anvisa.
Art.12 O detentor do registro de medicamento à base de lenalidomida é responsável por garantir e demonstrar o gerenciamento efetivo do processo de cadastramento de estabelecimentos, de prescritores e de pacientes à Autoridade Sanitária Competente.
§1º. PPG deve contemplar procedimentos que demonstrem o gerenciamento de que trata o caput deste Artigo.
§2º. Em caso de utilização de ferramentas informatizadas para o gerenciamento de que trata o caput deste Artigo, estas devem ser validadas.
§3º. O detentor do registro de medicamento à base de lenalidomida deve manter registros e relatórios que comprovem os cadastramentos de estabelecimentos, de prescritores e de pacientes, pelo prazo de 10 (dez) anos, e disponibilizá-los continuamente à Autoridade Sanitária Competente, para monitoramento e ações de fiscalização.
Art.13 O detentor do registro de medicamento à base de lenalidomida é responsável por capacitar os médicos prescritores, de acordo com os procedimentos estabelecidos no PPG, previamente aprovado pela Anvisa.
§1º. O registro dos treinamentos de que trata o caput deste artigo deve estar disponível para a Autoridade Sanitária Competente.
§2º. Somente médicos previamente capacitados pelo detentor do registro podem prescrever medicamento à base de lenalidomida.
Art.14 Caso o detentor do registro identifique irregularidades na prescrição, distribuição ou dispensação de medicamento à base de lenalidomida, é sua obrigação informar às autoridades competentes, sanitárias e não sanitárias, do ocorrido, para que as medidas cabíveis sejam tomadas.
Parágrafo único. O detentor do registro de medicamento à base de lenalidomida deve tomar ações frente às irregularidades de que trata o caput deste artigo, com vistas ao cumprimento integral do disposto nesta Resolução e no PPG previamente aprovado pela Anvisa.
CAPÍTULO IV
DA PRESCRIÇÃO
Seção I
Das Condições Gerais
Art.15 A prescrição de medicamento à base de lenalidomida somente poderá ser realizada por médicos inscritos no Conselho Regional de Medicina (CRM), treinados e cadastrados pelo detentor do registro.
Art.16 A prescrição de medicamentos à base de lenalidomida deve ser realizada por meio de notificação de receita acompanhada do Termo de Responsabilidade e Esclarecimento.
§1º. Os modelos dos documentos de que trata o caput deste artigo devem ser previamente aprovados pela Anvisa, quando da avaliação do PPG proposto pelo detentor do registro.
§2º. É de responsabilidade do detentor do registro a disponibilização e entrega, aos prescritores, dos documentos de que trata o caput deste artigo.
§3º. O detentor do registro deve manter registros e relatórios do controle e da entrega dos documentos de que trata o caput deste artigo, e disponibilizá-los continuamente à Autoridade Sanitária Competente, para monitoramento e ações de fiscalização.
§4º. Qualquer alteração nos modelos dos documentos de que trata o caput deste artigo deve ser solicitada previamente à Anvisa, para avaliação e aprovação.
Art.17 Devido aos Efeitos Teratogênicos, medicamento à base de lenalidomida somente poderá ser prescrito para mulheres com potencial de engravidar, após avaliação médica com exclusão de gravidez através de método sensível, observando o disposto no Anexo I desta Resolução.
§1º. Após o início do tratamento, os testes de gravidez deverão ser repetidos mensalmente.
§2º. Para mulheres com ciclos menstruais irregulares, os testes de gravidez devem ocorrer a cada 2 (duas) semanas.
§3º. Caso gravidez seja detectada, a medicação deverá ser imediatamente suspensa, devendo a Autoridade Sanitária Competente ser notificada, conforme disposto no art. 47 desta Resolução.
Art.18 A prescrição para mulheres com potencial de engravidar está condicionada ao uso de, no mínimo, 2 (dois) métodos efetivos de contracepção para mulheres, sendo pelo menos 1 (um) altamente efetivo e outro de barreira, conforme Anexo I desta Resolução.
§1º. São consideradas mulheres com potencial de engravidar todas as pacientes que se encontram entre a Menarca e a Menopausa confirmada de no mínimo 2 (dois) anos.
§2º. Excluem-se do disposto no caput deste artigo as mulheres com Menopausa confirmada há no mínimo 2 (dois) anos ou que comprovarem documentalmente ter realizado procedimento de esterilização por histerectomia ou laqueadura tubária.
§3º. Mulheres com potencial de engravidar devem utilizar Métodos Contraceptivos durante 4 (quatro) semanas antes do início do tratamento, durante todo o tratamento e por 30 (trinta) dias após o término ou interrupção do uso de medicamento à base de lenalidomida.
§4º. Devem ser arquivados no prontuário médico, a cada prescrição, a comprovação da exclusão de gravidez, através de método sensível, ou da esterilização, 1 (uma) cópia da prescrição e o registro da orientação dos Métodos Contraceptivos.
Art.19 Os pacientes do sexo masculino deverão ser orientados pelo prescritor quanto ao uso de Preservativo Masculino durante todo o tratamento com o medicamento lenalidomida e por 30 (trinta) dias após o término do tratamento.
Art.20 A cada prescrição do medicamento à base de lenalidomida, o paciente deverá receber do prescritor a notificação de receita e o Termo de Responsabilidade e Esclarecimento.
Parágrafo único. O Termo de Responsabilidade e Esclarecimento deve ser lido para o paciente a cada prescrição, mesmo quando se tratar de uso crônico, ressaltando-se a importância do controle do uso de medicamento à base de lenalidomida.
Art.21 O prescritor deve orientar o paciente para que o medicamento à base de lenalidomida seja mantido em local seguro e fechado, evitando que outras pessoas tenham acesso a ele.
Seção II
Da Notificação de Receita
Art.22 A Notificação de Receita é o documento que, juntamente com o Termo de Responsabilidade e Esclarecimento, autoriza a dispensação de medicamento à base de lenalidomida.
§1º. A notificação de receita de que trata o caput é individual e intransferível, devendo conter somente medicamentos à base de substância da Lista C3, com exceção da talidomida, que possui receituário próprio.
§2º. § 2º A notificação de receita de que trata o caput tem validade de 20 (vinte) dias, contados a partir da data de sua emissão, em todo território nacional.
§3º. Excetua-se do disposto no § 2º deste artigo a validade da notificação de receita destinada a mulheres com potencial de engravidar, cuja validade será de 7 (sete) dias, contados a partir da data da realização do teste de gravidez.
§4º. A quantidade por prescrição, em cada notificação de receita, não pode ser superior à necessária para 1 (um) ciclo de tratamento, não podendo ultrapassar o suficiente para 30 (trinta) dias.
Art.23 A notificação de receita de que trata esta Resolução deve conter minimamente os seguintes requisitos:
I-identificação numérica da notificação de receita: número inserido em cada notificação de receita para o controle dos formulários impressos;
II-identificação numérica do paciente: número de controle do cadastro de cada paciente;
III-as seguintes frases de advertência:
a) "Proibido para mulheres grávidas.";
b) "Lenalidomida pode causar o nascimento de crianças sem braços e sem pernas.";
c) "Não compartilhar o medicamento a base de lenalidomida com ninguém sob nenhuma circunstância."; e
d) "O medicamento à base de lenalidomida não causa abortos ou previne gravidez.".
IV-identificação do prescritor, contendo os seguintes dados:
a) nome completo do profissional;
b) endereço;
c) número de registro no conselho de classe; e
d) data da prescrição, assinatura e carimbo.
V- identificação do paciente, contendo os seguintes dados:
a) nome completo;
b) número do Documento Oficial de Identificação e órgão emissor;
c) data de nascimento; e
d) endereço completo, e telefone se houver.
VI-identificação do responsável pelo paciente, se for o caso, contendo os seguintes dados:
a) nome completo;
b) número do Documento Oficial de Identificação e órgão emissor;
c) Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF); e
d) endereço completo, e telefone, se houver.
VII-identificação do medicamento, contendo os seguintes dados:
a) quantidade em algarismos arábicos e por extenso;
b) posologia; e
c) tempo de tratamento, e demais orientações, se houver.
VIII-dados sobre a dispensação, contendo:
a) quantidade e número do lote; e
b) nome completo do farmacêutico dispensador, número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia (CRF), assinatura, carimbo e data.
IX-identificação do Estabelecimento Dispensador, contendo número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), nome e endereço completo;
X-categoria de risco do paciente (mulher com potencial de engravidar; mulher sem potencial de engravidar; e homem); e
XI-Data e resultado do teste de gravidez.
§1º Os requisitos contidos nos incisos IV, V, VI, VII, X e XI deste artigo são de preenchimento exclusivo do profissional prescritor.
§2º Os requisitos contidos nos incisos VIII e IX deste artigo são de preenchimento exclusivo do farmacêutico.
§3º As informações indicadas no § 1º e no § 2º deste artigo devem ser preenchidas de forma legível.
Art.24 Para solicitar o formulário de notificação de receita de que trata esta Resolução, o profissional prescritor deve seguir as orientações do detentor do registro do medicamento à base de lenalidomida, de acordo com o PPG previamente aprovado pela Anvisa.
Seção III
Do Termo de Responsabilidade e Esclarecimento
Art.25 O Termo de Responsabilidade e Esclarecimento deve conter informações para pacientes mulheres com potencial de engravidar, mulheres sem potencial de engravidar e homens.
Art.26 O Termo de Responsabilidade e Esclarecimento deve conter informações mínimas para que o paciente seja verbalmente informado sobre os riscos associados ao tratamento com medicamento à base de lenalidomida, conforme Anexo II desta Resolução.
Art.27 O Termo de Responsabilidade e Esclarecimento obrigatoriamente deverá ser preenchido e assinado pelo prescritor e pelo paciente, em 3 (três) vias, devendo a primeira via ser mantida com o paciente, a segunda via arquivada no Estabelecimento Dispensador e a terceira via permanecer no prontuário.
§ 1º O prescritor deve alertar os pacientes de que o medicamento é pessoal e intransferível e explicar sobre as reações e restrições de uso.
§ 2º O prescritor deve assinar o Termo de Responsabilidade e Esclarecimento, a fim de demonstrar que é responsável pelo acompanhamento do tratamento do paciente e que realizou as orientações necessárias quanto ao risco associado ao tratamento com medicamento à base de lenalidomida, conforme previsto no PPG previamente aprovado pela Anvisa.
§ 3º O paciente deve assinar o Termo de Responsabilidade e Esclarecimento, a fim de demonstrar que recebeu as informações sobre os riscos do tratamento com medicamento à base de lenalidomida, incluindo principalmente que o medicamento não pode ser repassado para outra pessoa, a importância da não exposição fetal e a forma de preveni-la.
CAPÍTULO V
DA DISPENSAÇÃO
Art.28 O detentor do registro é responsável por capacitar os farmacêuticos do Estabelecimento Dispensador, de acordo com os procedimentos estabelecidos no PPG previamente aprovado pela Anvisa.
Parágrafo único. O registro dos treinamentos de que trata o caput deste Artigo deve estar disponível para a Autoridade Sanitária Competente.
Art.29 Medicamento à base de lenalidomida somente pode ser dispensado por farmacêutico treinado pelo detentor do registro e mediante a apresentação e retenção dos documentos enumerados no art. 22 desta Resolução.
§ 1º O farmacêutico deve fornecer as devidas orientações ao paciente sobre o uso correto do medicamento, conforme a prescrição médica e considerados os riscos associados ao tratamento com medicamento à base de lenalidomida.

§ 2º O farmacêutico deve certificar-se de que todos os formulários necessários a cada dispensação estejam preenchidos e válidos.
Art.30 A primeira via da notificação de receita será devolvida ao paciente, com o registro da dispensação, como comprovante da entrega do medicamento, ao passo que a segunda via deverá ser retida pelo Estabelecimento Dispensador.
Art.31 É proibido, sob qualquer forma ou pretexto, o fracionamento de medicamento à base de lenalidomida.
CAPÍTULO VI
DA ESCRITURAÇÃO E BALANÇOS
Art.32 Todas as movimentações da substância lenalidomida ou de medicamento que a contenha, realizadas por qualquer estabelecimento, devem ser devidamente escrituradas por meio do Livro de Registro Específico da Lista C3, seguindo o modelo constante no Anexo XVIII da Portaria SVS/MS nº 344, de 1998, sob a responsabilidade do responsável técnico.
§ 1º A Escrituração de que trata o caput deste artigo também poderá ser realizada em Livro de Registro Específico da Lista C1 (outras substâncias sujeitas a controle especial), da Lista C2 (retinóicas) ou da Lista C5 (anabolizantes), do Anexo I da Portaria SVS/MS nº 344, de 1998.
§ 2º Os estabelecimentos deverão escriturar inclusive as amostras de retenção e padrões analíticos em Livro de Registro Específico próprio ou em páginas separadas do Livro de Registro Específico em uso.
§ 3º O Livro de Registro Específico da Lista C3 e os documentos comprobatórios da movimentação de estoque deverão ser arquivados no estabelecimento, para fins de controle e fiscalização, pelo prazo de 5 (cinco) anos, findo o qual poderão ser destruídos.
§ 4º Excetua-se do disposto no § 3º deste artigo, os documentos comprobatórios da movimentação de medicamento à base de lenalidomida e o Livro de Registro Específico correspondentes do Estabelecimento dispensador, que deverão ser arquivados pelo prazo de 10 (dez) anos, findo o qual poderão ser destruídos.
Art.33 O Livro de Registro Específico da Lista C3 pode ser elaborado por meio de sistema informatizado previamente avaliado e aprovado pela Autoridade Sanitária Competente, desde que contenha todos os campos exigidos no Anexo XVIII da Portaria SVS/MS nº 344, de 1998, e que sejam capazes de armazenar os dados pelos prazos determinados nos §§ 3º e 4º do art. 32 desta Resolução, seguindo as demais determinações específicas da Portaria SVS/MS nº 344, de 1998, e da Portaria nº 6, de 1999, ou as que vierem a substituí-las.
Parágrafo único. A Escrituração em livros informatizados deve ser realizada por meio de controle de acesso por senha pessoal e intransferível.
Art.34 As excepcionais correções de Escrituração nos livros de que trata esta Resolução, informatizados ou não, devem ser devidamente registradas e justificadas em documento interno do estabelecimento, assinado pelo responsável técnico e arquivado pelo mesmo prazo do Livro de Registro Específico, assegurando a rastreabilidade, para fins de fiscalização da Autoridade Sanitária Competente.
Art.35 O estoque físico da substância lenalidomida e de medicamento que a contenha, disponível ou não para utilização, deve ser qualitativa e quantitativamente idêntico ao escriturado nos livros, bem como nos balanços anuais e trimestrais.
Art.36 Os estabelecimentos que exerçam quaisquer atividades envolvendo a substância lenalidomida, devem elaborar os Balanços Trimestrais e Anuais de Substâncias Psicoativas e Outras Sujeitas a Controle Especial (BSPO) e encaminhá-los às Autoridades Sanitárias Competentes, conforme Portaria SVS/MS nº 344, de 1998, e Portaria nº 6, de 1999, ou as que vierem a substituí-las.
Art.37 Os fabricantes do medicamento lenalidomida e distribuidores devem elaborar a Relação Mensal de Venda de Medicamentos Sujeitos a Controle Especial (RMV), que deve ser encaminhada às Autoridades Sanitárias Competentes, conforme Portaria SVS/MS nº 344, de 1998, e Portaria nº 6, de 1999, ou as que vierem a substituí-las.
Art. 38 Os balanços e as Relações Mensais de Venda deverão ser arquivados no estabelecimento pelo período de 2 (dois) anos.
CAPÍTULO VII
DA EMBALAGEM
Art.39 A embalagem primária de acondicionamento do medicamento à base de lenalidomida deve atender aos seguintes requisitos:
I - deve conter a identificação do produto gravadas em cor preta Pantone Processo Black C;
II - em letras pretas e legíveis, deve conter as seguintes frases:
a) "Venda sob prescrição médica."; e
b) "Só pode ser vendido com retenção de receita.".
III - de forma legível e clara, em destaque e em cor preta Pantone Processo Black C, deve conter ainda as seguintes frases:
a) "Proibido para mulheres grávidas.";
b) "Este medicamento pode causar o nascimento de crianças sem braços e sem pernas.";
c) "Este medicamento é somente seu, não passe para ninguém."; e
d) "Este medicamento não provoca aborto e não evita filhos.".
Art.40 A embalagem secundária do medicamento à base de lenalidomida deve obedecer às seguintes especificações:
I - embalagem com cor de fundo contrastante com os dizeres; e
II - a frente deve conter as seguintes informações:
a) a identificação, incluindo o princípio ativo e a concentração do produto;
b) frase em letras legíveis de, no mínimo, 2 mm (dois milímetros) de altura, obedecendo à proporcionalidade, cujas linhas devem guardar entre si as devidas proporções de distância indispensáveis à sua fácil leitura, e, em destaque, a seguinte frase: "Este medicamento pode causar o nascimento de crianças sem braços e sem pernas.";
c) uma faixa de cor preta, Pantone Processo Black C, abrangendo a frente do cartucho, com o seguinte texto gravado em letras brancas: "Proibido para mulheres grávidas.";
d) uma faixa de cor vermelha, Pantone Vermelho 485 C, abrangendo a frente do cartucho, com as seguintes frases, gravadas em letras brancas: "Venda sob prescrição médica." e "Só pode ser vendido com retenção de receita."; e
e) imagem, não identificável, de uma criança acometida por malformação.
III - o verso deve conter as seguintes informações, de maneira clara e legível, com, no mínimo, 2 mm (dois milímetros) de altura, obedecendo à proporcionalidade, guardando entre si as devidas proporções de distância indispensáveis à sua fácil leitura e, em destaque:
a) faixa vermelha, Pantone Vermelho 485 C, contendo a seguinte frase, gravada em cor branca: "Este medicamento é somente seu. Não passe para ninguém.";
b) gravação em destaque das seguintes frases: "Este medicamento não provoca aborto e não evita filhos."; e
c) espaço delimitado para anotações do nome do paciente, dose, horário da tomada do medicamento, duração do tratamento e data.
Art.41 As Embalagens de Transporte do medicamento à base de lenalidomida devem conter Folheto Informativo, em local de fácil visualização, com informações sobre os Efeitos Teratogênicos do medicamento, destinados aos profissionais de saúde responsáveis pela dispensação.
Parágrafo único. O Folheto Informativo deve conter as frases de alerta citadas no inciso II do art. 42 desta Resolução.
Art.42 As caixas do medicamento lenalidomida correspondentes a Embalagens de Transporte devem conter rótulos brancos na sua base inferior, contendo as especificações e dizeres abaixo discriminados em destaque:
I - em fundo de cor vermelha, com letras vazadas, a palavra "ATENÇÃO"; e
II - em fundo de cor preta, com letras vazadas, as seguintes frases:
a) "Proibido para mulheres grávidas.";
b) "Pode causar o nascimento de crianças sem braços e sem pernas.";
c) "Venda sob prescrição médica."; e
d) "Só pode ser vendido com retenção de receita.".
Art.43 A bula de medicamento à base de lenalidomida deve conter, após a identificação do medicamento na página inicial, um alerta de segurança, em formato retangular com fundo preto, com as seguintes frases, em letras vazadas:
I - "Proibido para mulheres grávidas.";
II - "Este medicamento pode causar o nascimento de crianças sem braços e sem pernas.";
III - "Este medicamento é somente seu. Não passe para ninguém."; e
IV - "Este medicamento não provoca aborto e não evita filhos."
Art.44 As embalagens e a bula de medicamento à base de lenalidomida devem seguir as demais exigências previstas na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 71, de 22 de dezembro de 2009 e na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 47, de 8 de setembro de 2009, ou nas que vierem a substituí-las.
CAPÍTULO VIII
DAS AMOSTRAS-GRÁTIS E PUBLICIDADE
Art.45 É proibido, sob qualquer forma ou pretexto, distribuir amostras-grátis de medicamento à base de lenalidomida.
Art.46 A publicidade de medicamento à base de lenalidomida somente pode ser efetuada em revistas de conteúdo exclusivamente técnico, referentes a patologias e medicamentos, dirigidas direta e unicamente a profissionais de saúde habilitados a prescrever ou dispensar medicamentos.
Parágrafo único. Ficam excluídas das revistas mencionadas no caput deste artigo, aquelas que possuam matérias de cunho sociocultural e outras que não sejam técnico-científicas.
CAPÍTULO IX
DA FARMACOVIGILÂNCIA
Art.47 No caso de qualquer evento adverso relacionado ao uso de medicamento à base de lenalidomida, a Autoridade Sanitária Competente deve ser notificada de acordo com a legislação específica de farmacovigilância.
§ 1º A responsabilidade pela notificação de que trata o caput deste artigo é compartilhada pelo detentor do registro, pelos profissionais de saúde e estabelecimentos envolvidos em qualquer atividade com o medicamento à base de lenalidomida.
§ 2º Todo relato de gravidez, durante o uso de medicamento à base de lenalidomida ou dentro de 30 (trinta) dias após a sua descontinuação, deve ser de Notificação Compulsória, em até 15 (quinze) dias, à Autoridade Sanitária Competente.
CAPÍTULO X
DA DEVOLUÇÃO
Art.48 Quando, por qualquer motivo, for interrompido o uso de medicamento à base de lenalidomida, ou em casos de identificação de desvio de qualidade, os prescritores e os farmacêuticos devem orientar o paciente ou seu responsável para que o devolva ao Estabelecimento Dispensador.
§ 1° O detentor do registro do medicamento é responsável por definir os procedimentos necessários para a devolução de que trata o caput deste artigo, que devem ser seguidos pelo Estabelecimento Dispensador.
§ 2º As devoluções devem ser recebidas e documentadas em registro interno, pelo farmacêutico do Estabelecimento Dispensador, garantindo o controle e rastreabilidade dos medicamentos recebidos.
§ 3° O medicamento objeto da devolução de que trata o caput deste artigo não poderá, sob nenhuma hipótese, ser utilizado ou dispensado a outro paciente.
§ 4° O disposto no caput deste artigo também se aplica aos medicamentos vencidos, violados, danificados ou em outra condição que impeça o seu uso.
§ 5° A guarda dos medicamentos devolvidos deve atender às exigências previstas na Portaria SVS/MS nº 344, de 1998, e na Portaria nº 6, de 1999, ou as que vierem a substitui-las, e possuir a identificação: "Medicamento devolvido pelo paciente. Proibida nova dispensação.".
§ 6° O quantitativo devolvido deve ser escriturado no Livro de Registro Específico com a seguinte descrição: "Medicamento devolvido pelo paciente ou responsável [nome do paciente].".
§ 7° As disposições deste artigo aplicam-se também às interrupções de uso por motivo de óbito, cujas sobras de medicamentos devem ser devolvidas ao Estabelecimento Dispensador.
Art.49 A devolução de medicamento à base de lenalidomida, disciplinada no art. 48 desta Resolução deve, preferencialmente, ser realizada no Estabelecimento Dispensador que efetuou a dispensação.
Parágrafo único. Quando não identificado o Estabelecimento Dispensador, o paciente ou responsável deverá entrar em contato com o detentor do registro do medicamento ou com a Autoridade Sanitária Competente, para receber orientações para a devolução.
CAPÍTULO XI
DO DESCARTE
Art.50 A substância lenalidomida e medicamento que a contenha destinados ao descarte devem ser armazenados em local identificado, segregado e trancado com chave ou outro dispositivo que garanta a segurança.
Parágrafo único. Devem ser mantidos registros da quantidade e da localização dos produtos de que trata o caput deste artigo, de modo a garantir a rastreabilidade.
Art.51 A destinação final da substância lenalidomida e de medicamento que a contenha deve ser realizada por incineração ou por outro meio ambientalmente adequado que impeça desvios, reutilização, falsificação ou adulteração, definidos em acordo setorial ou termo de compromisso destinado à implantação de sistemas de logística reversa, conforme previsto na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.
Parágrafo único. O descarte de que trata o caput deste artigo deve seguir as demais exigências previstas na Portaria SVS/MS nº 344, de 1998 e na Portaria nº 6, de 1999, ou nas que vierem a substituí-las.
CAPÍTULO XII
DO ENSINO E PESQUISA
Art.52 Todos os estabelecimentos que realizam atividades de ensino ou pesquisa estritamente acadêmica devem registrar e controlar a movimentação da substância lenalidomida ou de medicamento que a contenha, de forma a demonstrar a quantidade adquirida, utilizada ou descartada, bem como qualquer outra movimentação realizada, e disponibilizar os registros à Autoridade Sanitária Competente, para fins de fiscalização, quando solicitados.
§ 1° No que se refere ao descarte da substância lenalidomida ou de medicamento que a contenha, aplica-se às instituições de ensino ou pesquisa a regra prevista no art. 50 desta Resolução.
§ 2° Os documentos comprobatórios da movimentação de que trata o caput deste artigo, quando não envolverem seres humanos, devem ser arquivados para fins de controle e fiscalização pelo prazo de 5 (cinco) anos, findo o qual poderão ser destruídos.
§ 3° Os demais documentos que não envolverem seres humanos devem seguir o previstos na Portaria SVS/MS nº 344, de 1998 ou na que vier a substitui-la.
Art.53 Os estabelecimentos que utilizam lenalidomida e medicamentos que a contenham com a finalidade de desenvolver ou registrar medicamento devem seguir ao disposto na Instrução Normativa - IN nº 163, de 7 de julho de 2022 desta Resolução, além dos demais dispositivos desta Resolução, Portaria SVS/MS nº 344, de 1998 e Portaria nº 6, de 1999, ou as que vierem a substituí-las, no que couber.
Art. 54 Ficam revogadas:
I - a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 264, de 8 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 29, de 11 de fevereiro de 2019, Seção 1, pág.237;
II - a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 393, de 26 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 101, de 28 de maio de 2020, Seção 1, pág. 65; e
III - a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 191, de 11 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 237, de 12 de dezembro de 2017, Seção 1, pág. 56.
Art. 55 Esta Resolução entra em vigor em 1º de agosto de 2022.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

2ª DIRETORIA

COORDENAÇÃO DE PESQUISA CLÍNICA EM MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.316, DE 13 DE JULHO DE 2022

A Coordenadora substituta de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 112, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Coordenação de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos, conforme anexo;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FANNY NASCIMENTO MOURA VIANA

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

QUINTILES BRASIL LTDA - 02.529.870/0001-88
Imunoglobulina humana 10% com hialuronidase humana recombinante (IGI 10% com rHuPH20)
83/2018
25351.563187/2018-36 2721567/22-9
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - 61.072.393/0001-33
Tofacitinibe (CP-690,550)
96/2016
25351.687265/2015-11 2477683/22-1
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação
NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A - 56.994.502/0001-30
NIS793
02/2022
25351.205842/2021-30 2524146/22-0
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação
NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A - 56.994.502/0001-30
MIJ821
123/2021
25351.914477/2021-58 2656627/22-3
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.317, DE 13 DE JULHO DE 2022

A Coordenadora substituta de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 112, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Autorizar a implementação das petições relacionadas à Coordenação de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos, por decurso de prazo (art. 36, RDC nº 09/2015 e art. 36-A, RDC n° 573/2021), conforme anexo;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FANNY NASCIMENTO MOURA VIANA

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE/DI
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

RESOLUTION LATIN AMERICA PESQUISA CLINICA LTDA - 14.946.877/0001-84
MRX-503
56/2020
25351.330299/2020-27 1520426/22-0
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
ELI LILLY DO BRASIL LTDA - 43.940.618/0001-44
LY2835219 /Abemaciclibe
131/2015
25351.040418/2021-33 1548303/22-7
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - 61.072.393/0001-33
PF-04965842
95/2018
25351.691575/2018-14 2146239/22-9
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.333, DE 14 DE JULHO DE 2022

A Coordenadora substituta de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 112, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Coordenação de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FANNY NASCIMENTO MOURA VIANA

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A - 56.994.502/0001-30
MBG453 (Sabatolimabe)
77/2020
25351.220953/2020-95 2708000/22-5
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação
INTRIALS PESQUISA CLINICA LTDA. - 04.717.004/0001-46
Pegcetacoplan (APL-2)
19/2019
25351.785112/2018-12 1663539/22-6
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação
BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA. - 60.831.658/0001-77
Espesolimabe (BI 655130)
43/2020
25351.093350/2020-12 3762393/21-1
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação
PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A. - 33.009.945/0001-23
PRM-151 (RO7490677)
32/2021
25351.683522/2020-36 2691774/22-2
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação
NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A - 56.994.502/0001-30
CFZ533 (Iscalimabe)
25351.420796/2018-00 2657126/22-9
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação

Ministério do Trabalho e Previdência

SECRETARIA DE TRABALHO

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 14 DE JULHO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1451 (SEI 26019087), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE BARREIROS - STTR, CNPJ 10.109.635/0001-85, Processo 19964.106114/2022-16, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, em área igual ou inferior da 02 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no município de Barreiros, Estado do Pernambuco, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1472 (SEI 26066822), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO DOS(AS) PESCADORES(AS) ARTESANAIS E PROFISSIONAIS DA PESCA DO MUNICIPIO DE CANDIDO MENDES/MA - SINDPESC-MA, CNPJ 43.877.008/0001-43, Processo nº 19964.106320/2022-26, para representar a Categoria Profissional dos trabalhadores(as) em pesca, criação artesanal de peixe e mariscos, tecelões(ãs) artesanais de materiais de pesca, pescadores(as) artesanais, aquicultores(as), marisqueiros(as) e catadores(as) de caranguejo compreendendo os que exercem atividades assalariados e assalariadas, permanentes ou eventuais, na pesca, aquicultura e maricultura, independentemente da natureza do órgão empregador, bem como pescadores(as), aquicultores(as), marisqueiros(as) e criadores(as) de peixe e marisco e trabalhadores(as) na pesca que exerçam a atividade econômica objeto de classe, individual, em parceria ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, executado em condições de mutua dependência e colaboração, com a ajuda eventual de terceiros, com abrangência municipal e base territorial no município de Cândido Mendes, no Estado do Maranhão, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1486 (SEI 26107416), resolve: DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos(as) Pescadores(as) Profissionais, Artesanais, Aquicultores (as), Marisqueiros(as), Criadores(as) de Peixe, Marisco e Trabalhadores(as) na Pesca do Município de Itapecuru-Mirim/MA-SIDPESCAMIRIM, CNPJ 31.679.777/0001-58, Processo nº 19964.106404/2022-60, para representar a Categoria Profissional dos trabalhadores(as) em pesca, criação artesanal de peixe e mariscos, tecelões(ãs) artesanais de materiais de pesca, pescadores(as) artesanais, aquicultores(as), marisqueiros(as) e trabalhadores(as) na pesca compreendendo os que exercem atividades assalariados e assalariadas, permanentes ou eventuais, na pesca, aquicultura e maricultura, independentemente da natureza do órgão empregador, bem como pescadores(as), aquicultores(as), marisqueiros(as) e criadores(as) de peixe e marisco e trabalhadores(as) na pesca que exerçam a atividade econômica objeto de classe, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, executando em condições de mutua dependência e colaboração, com a ajuda eventual de terceiros, com abrangência municipal e base territorial no município de Itapecuru Mirim, Estado do Maranhão, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1474 (SEI26069126), resolve: DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos(as) Pescadores(as) Profissionais, Artesanais, Aquicultores(as), Marisqueiros(as), Criadores(as) de Peixes, Mariscos e Trabalhadores(as) na Pesca do Município de Coroatá/MA - SINPECO, CNPJ 18.728.008/0001-34, Processo 19964.106330/2022-61, para representar a Categoria Todos os membros da categoria profissional dos(as) trabalhadores(as) em pesca, criação artesanal de peixe e marisco, tecelões(ãs) artesanais de materiais de pesca, pescadores(as) artesanais, aquicultores(as), marisqueiros(as) e trabalhadores(as) na pesca compreendendo os que exercem atividades assalariados e assalariadas, permanentes ou eventuais, na pesca, aquicultura e maricultura, independentemente da natureza do órgão empregador, bem como pescadores(as), aquicultores(as), marisqueiros(as), criadores(as) de peixe e marisco e trabalhadores(as) na pesca que exerçam a atividade econômica objeto de classe, individual, em parceria ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, executado em condições de mutua dependência e colaboração, com a ajuda eventual de terceiros, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Coroatá, no Estado do Maranhão/MA, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1476 (26084084), resolve: DEFERIR o registro sindical do SINDICATO DOS PESCADORES PROFISSIONAIS ARTESANAIS E AQUICULTORES DO MUNICIPIO DE AXIXÁ - MA - SINDPESCAAX, CNPJ 21.540.020/0001-25, Processo 19964.106258/2022-72, para representar a Categoria dos Trabalhadores(a) em pesca, criação de peixes artesanais e os tecelões artesanais de materiais de pesca, pescadores(a) artesanais, aquicultores(a) e trabalhadores(a) na pesca compreendendo os que exercem atividades como assalariados e assalariadas, permanentes ou eventuais, na pesca e aquicultura, independentemente da natureza do órgão empregador, bem como pescadores(a) e criadores(a) de peixes artesanais que exerçam a atividade econômica objeto de classe, individual, em parceria ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, executado em condições de mutua dependência e colaboração, com a ajuda eventual de terceiros, com abrangência municipal e base territorial no município de Axixá do estado do Maranhão, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1491 (SEI26116317), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Forquilhinha - SC, CNPJ 00.921.623/0001-05, Processo 19964.106438/2022-54, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam atividades rurais individualmente ou em regime de economia familiar, em área de até 02 (dois) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Forquilhinha, no Estado de Santa Catarina/SC, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1503 (26159941), resolve: DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Pescadores Profissionais, Artesanais, Marisqueiros, Aquicultores, Criadores de Peixe, Marisco e Trabalhadores na Pesca do Município de Mirinzal/MA - SINPEMI, CNPJ 10.841.332/0001-52, Processo 19964.106504/2022-96, para representar a Categoria Profissional dos pescadores profissionais, artesanais, marisqueiros, aquicultores, criadores de peixe, marisco e trabalhadores na pesca no município de Mirinzal, Estado do Maranhão, compreendendo os que exercem atividades como assalariados, permanentes ou eventuais, independentemente da natureza do órgão empregador, e também os que exercem atividade individual, em parceria ou em regime de economia familiar, com abrangência municipal e base territorial no município de Mirinzal, Estado do Maranhão, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1506 (26163073), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE SITIO DO MATO - BAHIA, CNPJ nº 08.003.283/0001-37, Processo 19964.106421/2022-05, para representar a Categoria profissional dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em área igual ou inferior a dois (2) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, ativos e aposentados, com abrangência municipal e base territorial no Município de Sítio do Mato, Estado da Bahia, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1507 (26164483), resolve: DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Mojuí dos Campos/PA, CNPJ 12.367.573/0001-37, Processo 19964.106547/2022-71, para representar a Categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, ativos e aposentados, proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no município de Mojuí dos Campos, Estado do Pará, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1510 (26177223), resolve: DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos(as) Pescadores (as) Profissionais, Artesanais, Aquicultores(as), Marisqueiro(as), Criadores(as) de peixe, Marisco e Trabalhadores (as) na pesca do Município de São João Batista/MA, CNPJ n.º 10.448.635/0001-00, Processo 19964.106416/2022-94, para representar a Categoria Profissional dos rabalhadores (as) em pesca, criação artesanal de peixe e marisco, tecelões (ãs) artesanais de matérias de pesca, pescadores (as) artesanais, aquicultores (as), marisqueiros (as) e trabalhadores (as) na pesca compreendendo os que exercem atividades como assalariados e assalariadas, permanente ou eventuais na pesca, aquicultura e maricultura, independentemente da natureza do Órgão empregador, bem como pescadores (as), aquicultores (as), marisqueiros (as), criadores(as) de peixe e marisco trabalhadores (as) na pesca que exerçam a atividade econômica objeto da classe, individual, em parceria ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, executado em condições de mútua dependência e colaboração, com a ajuda eventual de terceiros, com abrangência Municipal e base territorial no município de São João Batista, Estado Maranhão, nos termos do art. 255 do mesmo normativo.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1526 (26251451), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Tubarão, CNPJ 82.582.883/0001-50, Processo 19964.106577/2022-88, para representar a Categoria Profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam atividades rurais individualmente ou em regime de economia familiar nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, limitando-se a dois módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no município de Tubarão, Estado Santa Catarina, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1550 (26325727), resolve: DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Nova Porteirinha/MG, CNPJ 07.201.671/0001-60, Processo 19964.106536/2022-91, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais ativos e inativos: assalariados e assalariadas rurais, empregados permanentes, safristas e eventuais na agricultura, criação de animais, hortifruticultura e agricultores e agricultoras que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários até dois módulos rurais, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e os aposentados(as) rurais, com abrangência municipal e base territorial no município de Nova Porteirinha, Estado Minas Gerais, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº (25301401), resolve:

DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE MAFRA, CNPJ 82.746.546/0001-50, Processo 19964.106748/2022-79 (SA06262), para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam atividades rurais individualmente ou em regime de economia familiar nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, e que explora até 02 (dois) módulos rurais. , com abrangência municipal e base territorial em Mafra, Estado de Santa Catarina, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1566 (26372724), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Trombudo Central, CNPJ 82.767.146/0001-21, Processo 19964.106635/2022-73, para representar a categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam atividades rurais, individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, onde os proprietários rurais terão que comprovar que seu imóvel não ultrapasse de 0,00 até 2,00 módulos rurais., com abrangência municipal e base territorial no município de Trombudo Central, Estado de Santa catarina, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1560 (SEI 26357161), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE LIVRAMENTO - PB - STR, CNPJ 41.137.555/0001-67, Processo 19964.106658/2022-88, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares os (as) que, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, ativos e aposentados no Município de Livramento - PB, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971. No caso de ser proprietário, como se refere o parágrafo anterior, a sua área não poderá exceder a 02 (dois) módulos rurais de sua região e/ou Município e trabalhar em regime de economia familiar, sem empregado permanente, com abrangência Municipal e base territorial no município de Livramento, no Estado da Paraíba, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1457 (26025656), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.108535/2022-81, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Laurentino, CNPJ 82.758.566/0001-41, para representação da categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam atividades rurais, individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971 cujos imóveis contenham 0,00 limitando-se a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no município de Laurentino, no Estado de Santa Catarina, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1445 (SEI26012268), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.108530/2022-59, de interesse do SINDISAUDE CONCORDIA - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Concordia e Região, CNPJ 17.963.926/0001-85, para representação da categoria Profissional de Enfermagem, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem, Parteiras, Duchistas, Massagistas e Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde Privado, compreendendo Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde Sanatórios, Casas de Repousos de Saúde, Policlínicas, Ambulatórios, Laboratórios de pesquisa e Analises Clinicas, Consultórios Médicos e Odontológicos, Cooperativas de Serviços Médicos, Bancos de Sangue, Estabelecimentos de Duchas e Massagens, Clinicas de Fisioterapia, Empresas de Próteses Dentárias e Clinicas Veterinárias e Hemoterapia, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Arabutã, Concórdia, Ipumirim, Irani, Itá, Lindóia do Sul, Seara e Xavantina, no Estado de Santa Catarina/SC, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1458/2022/MTP SEI 26032648, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.108496/2022-12 (SA06300), de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Cajazeiras/PB, CNPJ n.º 08.757.692/0001-29, para representação dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares os(as) que, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, ativos e aposentados no Município de Cajazeiras/PB, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971. No caso de ser proprietário, a sua área não poderá exceder a 02 (dois) módulos rurais de sua região e/ou Município e deverá trabalhar em regime de economia familiar, sem empregado permanente, com abrangência Municipal e base territorial no município de Cajazeiras, no Estado Paraíba, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1441 (26008283), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.108521/2022-68, de interesse do SINTRAF - SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE NOVO REPARTIMENTO-PA, CNPJ 83.377.754/0001-92, para representação da categoria profissional específica da Agricultura Familiar abrange todos os trabalhadores e trabalhadoras na Agriultura Familiar do município de Novo Repartimento-PA, proprietários de imóvel rural, os assentados, arrendatários, cessionários, comodatários, extrativistas artesanais, meeiros, posseiros, possuidores ou usufrutuário que exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar assim entendido o trabalho de membros da mesma família indispensável a própria subsistência e executado em condições mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros, conforme Decreto Lei n. 1.166/71 até o limite de 02 (dois) módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no Município de Novo Repartimento, Estado do Pará, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1469/2022/ME (26060867), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.108519/2022-99, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Santo Antônio do Descoberto - GO, CNPJ 36.863.058/0001-06, para representação da categoria profissional dos trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam as suas atividades no meio rural ou individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, em área igual ou inferior a 2 (dois) módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no município de Santo Antônio do Descoberto, Estado de Goiás, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1459(SEI26034565), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.108581/2022-81, de interesse do SINPROMAR - Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos, CNPJ 15.097.733/0001-63, para representação dos trabalhadores Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos, que exerçam a profissão de forma presencial e ou remota ainda que terceirizados, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Carapebus, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras, Santa Maria Madalena e Trajano de Moraes, no Estado do Rio de Janeiro/RJ, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenação-Geral de Registro Sindical, no uso de suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1402 (25868001), resolve: INDEFERIR o pedido de registro sindical nº 19964.107581/2022-63, de interesse do SINTRAF PINDAÍ - SINDICATO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE PINDAÍ BAHIA, CNPJ 13.271.069/0001-00, tendo em vista irregularidade da documentação não passível de saneamento, nos termos do artigo 253, inciso I, da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1418 (25949220), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.108281/2022-

00 (SA05860), de interesse do SINTINA - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, Panificação, Confeitaria de Governador Valadares e Região Leste de Minas Gerais, CNPJ nº 20.844.320/0001-35, tendo em vista a irregularidade de documentação não passíveis de saneamento, nos termos do art. 253, inciso I da Portaria MTP nº 671/2021.

JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA JÚNIOR
Substituto

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PORTARIA CONJUNTA PRES/DIROFL/INSS Nº 19, DE 13 DE JULHO DE 2022

Altera classificação patrimonial e contábil de imóvel.

O PRESIDENTE e a DIRETORA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso da competência que lhes conferem o Decreto 10.995, de 14 de março de 2022, e considerando o constante do Processo Administrativo SEI nº 35014.097400/2020-15, resolvem:

Art. 1º Classificar como Dominical o imóvel situado na Rua Henrique Lage, esquina com a Rua Valdir Cotrim, s/nº, em Lauro Muller, Santa Catarina, inscrito no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário - SGPIweb sob o nº 10082-20-00000-7, localizado na área de abrangência da Gerência-Executiva de Criciúma, vinculada à Superintendência Regional Sul.

Art. 2º A Gerência-Executiva de Criciúma e a Superintendência Regional Sul deverão instruir os procedimentos para a alteração patrimonial e contábil nos sistemas corporativos SGPIweb e Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e, posteriormente, na listagem dos imóveis operacionais e não operacionais que constituem o patrimônio imobiliário do Fundo do Regime Geral de Previdência Social, nos termos da Portaria Conjunta DGPA/PRES/INSS nº 13, de 30 de março de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor no dia 1º de agosto de 2022.

GUILHERME GASTALDELLO PINHEIRO SERRANO
Presidente do Instituto

LARISSA ANDRADE MORA
Diretora de Orçamento Finanças e Logística

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

INSTRUÇÃO NORMATIVA PREVIC Nº 45, DE 13 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre os procedimentos, os documentos e as informações necessárias para a instrução de requerimentos submetidos à Diretoria de Licenciamento da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PREVIC), com fundamento no inciso III do art. 2º da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, inciso III do art. 2º e no art. 22 do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando o disposto na Resolução Previc nº 09, de 30 de março de 2022, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre os procedimentos, os documentos e as informações necessárias para instruir os requerimentos de:

I - licenciamento apresentados à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) pelas entidades fechadas de previdência complementar (EFPC);

II - habilitação de dirigentes de EFPC; e

III - reconhecimento de instituição autônoma certificadora e respectivos certificados.

Das Definições

Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa, além das definições estabelecidas pela legislação aplicável, considera-se:

I - data-base: o dia trinta e um de dezembro do exercício imediatamente anterior ao da data do protocolo do requerimento de licenciamento na Previc ou a data de referência da última demonstração atuarial dos planos envolvidos na operação, o que for mais recente, em que devem ser posicionados os cálculos referenciais que servirão para a instrução do requerimento;

II - data de autorização: aquela em que for publicado, no Diário Oficial da União (DOU), o ato de aprovação da Previc, referente à operação pretendida ou a data da emissão de protocolo pelo sistema informatizado, no caso de licenciamento automático;

III - data do cálculo: aquela correspondente ao último dia do mês em que ocorrer a data de autorização, momento em que os cálculos devem ser posicionados para a finalização da operação;

IV - data-efetiva: aquela, posterior à data de autorização, acordada formalmente entre as partes, até a qual deve ocorrer a finalização da operação;

V - termo da operação: instrumento contratual firmado entre as partes envolvidas na operação pretendida, no qual são pactuadas as condições, os critérios e as metodologias aplicáveis ao requerimento; e

VI - relatório da operação: documento, posicionado na data-base, que apresenta as informações e os valores relacionados com a operação pretendida, resultantes da aplicação das condições, dos critérios e das metodologias definidas no termo da operação.

Dos requerimentos de licenciamento

Art. 3º Os requerimentos de licenciamento apresentados à Previc devem conter os documentos específicos para cada operação, previstos nos Anexos I a XXIII a esta Instrução Normativa.

§ 1º O expediente explicativo deve conter descrição detalhada do requerimento, motivação da proposta e dados de contato do responsável pelo processo junto à EFPC.

§ 2º O Termo de Responsabilidade, conforme modelo disponibilizado no sítio eletrônico da Previc, deve ser assinado por um dos membros da diretoria executiva com poderes de representação estabelecidos no estatuto, assegurando:

a) a autenticidade de toda a documentação enviada;

b) a legitimidade dos signatários dos documentos; e

c) a realização de todas as obrigações legais, estatutárias e regulamentares decorrentes da operação.

§ 3º O Termo de Responsabilidade relativo a requerimento de licenciamento de constituição de EFPC deve ser assinado pelo representante legal do patrocinador ou instituidor que apresentar o requerimento à Previc.

§ 4º O Termo de Responsabilidade disponibilizado pela Previc somente pode ser modificado nas condições definidas no próprio Termo ou em situação excepcional devidamente justificada no expediente explicativo.

§ 5º A EFPC deve justificar, no expediente explicativo, o envio de documentos adicionais àqueles estabelecidos para cada operação.

§ 6º No expediente explicativo dos requerimentos sujeitos ao licenciamento automático deve constar no assunto a expressão "LICENCIAMENTO AUTOMÁTICO", seguida da denominação do tipo de operação, em destaque.

§ 7º Os documentos digitalizados e juntados aos processos eletrônicos no formato Portable Document Format (PDF) devem estar com conteúdo pesquisável e em arquivos separados.

Art. 4º Os requerimentos devem ser encaminhados por meio do:

I - Sistema de Cadastro de Entidades e Planos (CADPREVIC), no caso dos requerimentos previstos nos Anexos II a VII; e

II - Sistema Eletrônico de Informações (SEI), para os demais requerimentos.

Dos requerimentos com base em modelo certificado ou modelo padronizado

Art. 5º Nos requerimentos de licenciamento que envolvam modelo certificado ou modelo padronizado, os campos referentes às cláusulas variáveis devem ser:

I - destacados entre parênteses, quando da instrução do requerimento de certificação de modelo; e

II - preenchidos, quando da instrução do requerimento de licenciamento de aplicação de regulamento de plano de benefícios ou de aprovação de convênio de adesão.

Das disposições finais

Art. 6º O expediente explicativo de resposta às exigências formuladas pela Previc deve conter manifestação em relação a cada uma delas, informando quais foram cumpridas e quais foram objeto de ponderação fundamentada.

Parágrafo único. As alterações nos documentos que instruem o requerimento, além daquelas realizadas para o atendimento das exigências formuladas pela Previc, devem ser expressamente justificadas no expediente explicativo, com a indicação do documento alterado e do teor da alteração realizada.

Art. 7º Os representantes da EFPC que subscreverem os documentos apresentados nos requerimentos devem estar cadastrados no Cadastro Nacional de Dirigentes (CAND) com mandato ativo.

Art. 8º A Previc pode, considerando as circunstâncias de cada caso concreto e o contexto dos fatos, dispensar, excepcionalmente e de forma motivada, o envio de documentos e informações ou o atendimento de requisitos, ou requerer, à luz do interesse público, o envio de outros documentos e informações para a instrução dos requerimentos previstos nesta Instrução Normativa.

Art. 9º Os anexos referidos nesta Instrução estão disponíveis no sítio eletrônico da Previc.

Art. 10. Fica revogada a Portaria DILIC nº 324, de 27 de abril de 2020.

Art. 11. Esta Instrução Normativa entra em vigor no dia 1º de agosto de 2022.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 657, DE 14 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.001579/2022-98, resolve:

Art.1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano Setorial Instituído Viva Mais Previdência, CNPB nº 2019.0025-74, administrado pela Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social - FUSAN, CNPJ nº 75.992.438/0001-00.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 403, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
203065 - ÁGUA à VISTA III
Cia de Teatro Parafernália
CNPJ/CPF: 02.399.916/0001-91
Cidade: Mogi Guaçu - SP;
Valor Complementado: R$ 460.861,10
Valor total atual: R$ 1.460.589,50

190108 - AUTO DA COMPADECIDA DE ARIANO SUASSUNA - TOUR 2020
L. W. PRODUÇÕES ARTÍSITCAS LTDA
CNPJ/CPF: 08.575.048/0001-30
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 25.905,00
Valor total atual: R$ 493.758,75

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
200722 - FESTIVAL DE MÚSICA INSTRUMENTAL DA SALA CECÍLIA MEIRELES
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DA SALA CECILIA MEIRELES
CNPJ/CPF: 31.931.009/0001-40
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 628.458,75
Valor total atual: R$ 1.887.366,75

192627 - Festival Salvador Jazz
Maré Produções Culturais Eireli ME
CNPJ/CPF: 22.056.319/0001-71
Cidade: Salvador - BA;
Valor Complementado: R$ 18.868,00
Valor total atual: R$ 349.192,50

210397 - Uma Noite de Ópera - Óperas Francesas
COPERARTE - COOPERATIVA DE ARTE E CULTURA DO SUDOESTE DO PARANA
CNPJ/CPF: 21.849.448/0001-54
Cidade: Francisco Beltrão - PR;
Valor Complementado: R$ 12.350,00
Valor total atual: R$ 146.460,10

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
204904 - PLANO ANUAL UNIBES CULTURAL - 2021
Casa de Cultura de Israel
CNPJ/CPF: 51.582.658/0001-90
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 6.038.305,00
Valor total atual: R$ 18.245.976,68

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
204741 - Plano Anual de Atividades do Museu da Pessoa 2021-2022
Instituto Museu da Pessoa.Net
CNPJ/CPF: 05.210.186/0001-27
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 2.490.392,10
Valor total atual: R$ 7.471.506,55

PORTARIA Nº 404, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
210939 - Festival Identidade, Cultura e Cores
Maria Aparecida de Cássia Bataiero Viger
CNPJ/CPF: 095.791.488-13
Cidade: Americana - SP;
Prazo de Captação: 31/05/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
211009 - Deliciosa aventura musical
GAIA
CNPJ/CPF: 21.354.603/0001-61
Cidade: Piracicaba - SP;
Prazo de Captação: 01/07/2022 à 31/12/2022

PORTARIA Nº 405, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
210459 - A FAMÍLIA ADDAMS, O MUSICAL
T4F ENTRETENIMENTO S.A.
CNPJ/CPF: 02.860.694/0003-24
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 5.750,00
Valor total atual: R$ 9.968.990,69

205159 - Festival Carmel - 40ª Edição
Associação Brasileira a Hebraica de São Paulo
CNPJ/CPF: 61.139.911/0001-99
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 21.175,00
Valor total atual: R$ 608.738,90

202674 - VII Bienal Internacional de Dança do Ceará de Par em Par - Bienal Criança Indústria da Dança LTDA
CNPJ/CPF: 03.906.154/0001-35
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Reduzido: R$ 11.424,00
Valor total atual: R$ 891.441,60

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
212827 - Casa das Artes - Plano Anual 2022
CASAS DAS ARTES DE ITAPIRA
CNPJ/CPF: 07.705.863/0001-03
Cidade: Itapira - SP;
Valor Reduzido: R$ 27.346,00
Valor total atual: R$ 1.103.217,00

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
203553 - Ciclo de Arte e Tecnologia
UBIRAJARA OSMAR MENDES - ME
CNPJ/CPF: 19.523.500/0001-36
Cidade: Petrópolis - RJ;
Valor Reduzido: R$ 37.373,00
Valor total atual: R$ 1.358.728,23

212532 - Fábrica de Graffiti - Ações 2022
PAULA MESQUITA LAGE 11602757690
CNPJ/CPF: 28.805.423/0001-06
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 1.349.270,00
Valor total atual: R$ 1.365.810,00

205197 - Oficinas arte e cultura na periferia
Sociedade Beneficente Israelista Brasileira Hospital Albert Einstein
CNPJ/CPF: 60.765.823/0001-30
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 76.693,00
Valor total atual: R$ 1.251.345,99

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
211903 - FIGURINHAS DE RIO GRANDE Nº 1 (EVENTO VIRTUAL)
JOÃO EDUARDO KEIBER ME
CNPJ/CPF: 14.633.954/0001-46
Cidade: Pelotas - RS;
Valor Reduzido: R$ 67.237,00
Valor total atual: R$ 190.575,50

PORTARIA Nº 406, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 185446 - Circo Reder - Nome Provisório, publicado na portaria nº 0762/18 de 11/12/2018, no D.O.U. de 12/12/2018, para Reder Circus em Abracadabra.

PRONAC: 200722 - FESTIVAL DE MÚSICA INSTRUMENTAL DA SALA CECÍLIA MEIRELES, publicado na portaria nº 0066/20 de 27/01/2020, no D.O.U. de 28/01/2020, para Sala Cecília Meireles - Temporada Artística.

PRONAC: 204568 - Mostra Blues & Rock, publicado na portaria nº 0704/20 de 03/12/2020, no D.O.U. de 04/12/2020, para Samsung Mostra Blues & Rock.

PRONAC: 204720 - Plano Anual IAC 2021, publicado na portaria nº 0759/20 de 23/12/2020, no D.O.U. de 24/12/2020, para Plano Bianual IAC 2022/2023.

PRONAC: 204904 - PLANO ANUAL UNIBES CULTURAL - 2021, publicado na portaria nº 0025/21 de 15/01/2021, no D.O.U. de 18/01/2021, para PLANO PLURIANUAL UNIBES CULTURAL - 2021/2023.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

PORTARIA Nº 407, DE 14 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, considerando o sistema de Credenciamento criado pela Portaria nº 43, de 09 de julho de 2009, publicada no D.O.U. do dia 13 de julho de 2009, e o que dispõe os Capítulos IX e X da Portaria nº 39, de 12 de abril de 2017, publicada no D.O.U. do dia 12 de abril de 2017, resolve:

Art. 1º Tornar pública, a relação dos peritos descredenciados do Banco de Pareceristas da SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA, a pedido, conforme disposto no Art. 23 da Portaria nº 39, de 12 de abril de 2017, os quais foram habilitados por meio do Edital de Credenciamento de Pareceristas nº 1/2018, por nome, CPF, área e segmentos, constantes no anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

NOME	CPF	ÁREA	SEGMENTO
AETIO BARBOSA ALMEIDA FILHO	91297419553	Artes Cênicas	Dança
			Teatro
ALEXANDRE FRITZEN DA ROCHA	00909779040	Música	Canto Coral
			Erudita
			Instrumental
			Música em Geral
LEONARDO QUINTANILHA ANTUNES	04119569730	Artes Cênicas	Teatro
LUCLECIA CARLA DA SILVA	06151846427	Museus e Memória	Criação e implantação (projetos, construção, restauração e reforma)
		Patrimônio Cultural Material e Imaterial	Arquitetura de reconhecido valor cultural
			Elaboração de projetos de restauro (arquitetura e complementares) destinados à preservação de bens culturais materiais tombados pelos poderes públicos, federal, estadual, municipal ou distrital
			Preservação, restauração, manutenção, readequação ou revitalização de equipamentos culturais ou edificações destinadas à preservação de patrimônio cultural
MARINA COUTINHO HODECKER	11839115726	Artes Cênicas	Teatro
MORRISON DE OLIVEIRA	02736623681	Artes Cênicas	Dança

SECRETARIA NACIONAL DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 42, DE 14 DE JULHO DE 2022

O(A) SECRETÁRIO NACIONAL DO AUDIOVISUAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 584, de 23 de maio de 2022 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) abaixo, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
211641 - 8º Cine.Ema - Festival Nacional de Cinema Ambiental do Espírito Santo
CAJU PRODUÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 04.585.783/0001-73
Cidade: Vitória - ES;
Valor Complementado: R$ 370.993,60
Valor total atual: R$ 1.115.914,15

191845 - Cine diversão II
N G RIBEIRO PRODUCOES CULTURAIS
CNPJ/CPF: 30.068.648/0001-60
Cidade: Embu-Guaçu - SP;
Valor Complementado: R$ 233.485,73
Valor total atual: R$ 703.033,49

211607 - O que é o futuro?
Clarear Produções Artísticas Ltda - ME
CNPJ/CPF: 10.648.652/0001-90
Cidade: São Paulo - SP;

Valor Complementado: R$ 247.854,20
Valor total atual: R$ 748.584,32

211662 - OFICINA DE CINEMA NO SUL
CONCEITOH PRODUTORA DE FILMES E EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 35.796.172/0001-06
Cidade: Caxias do Sul - RS;
Valor Complementado: R$ 4.881,25
Valor total atual: R$ 202.654,38

Art. 2.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 210677 - Coelhitos, publicado na portaria nº 0009/21 de 17/02/2021, no D.O.U. em 18/02/2021, para Coelhitos e Gambazitas.

PRONAC: 211192 - MoV - CIDADE PEDAL, publicado na portaria nº 0028/21 de 07/05/2021, no D.O.U. em 10/05/2021, para MC. - Mostra Cidade Pedal (M.C Pedal).

PRONAC: 211240 - MoV.Cidade 2022/1 - Edição Start, publicado na portaria nº 0028/21 de 07/05/2021, no D.O.U. em 10/05/2021, para Festival Movimento Cidade (MC) - 2022/1 - Edição Start.

PRONAC: 211642 - MoV.Arte - Circulação Audiovisual & de Arte Urbana - Grande Vitória - ES, publicado na portaria nº 0059/21 de 01/10/2021, no D.O.U. em 04/10/2021, para MC.Arte - Circulação Audiovisual & de Arte Urbana.

PRONAC: 212901 - MoV Mulheres , publicado na portaria nº 0080/21 de 29/12/2021, no D.O.U. em 30/12/2021, para MC. Mulheres.

Art. 3.º - Alterar o(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 191845 - Cine diversão II, publicado na portaria nº 0074/19 de 02/09/2019, publicada no D.O.U. em 03/09/2019.

Onde se lê: O projeto Cine diversão II, circulará por oito cidades brasileiras a bordo de uma carreta que se transforma em uma completa sala de cinema, levando cultura e entretenimento para as comunidades locais, permanecendo dois dias em cada cidade. A entrada para assistir às sessões de cinema será gratuita com direito a pipoca e refrigerante. Nas sessões diurnas os alunos da rede pública de ensino serão convidados a participar do projeto e as sessões noturnas e aos finais de semana e feriados serão abertas à comunidade local. A carreta cinema comporta até 87 a 91 pessoas por sessão, no período de circulação do projeto serão realizadas 80 sessões de cinema com a expectativa de atender até 7.280 pessoas por onde o projeto circulará.

Leia-se: O projeto Cine diversão II, circulará por doze cidades brasileiras a bordo de uma carreta que se transforma em uma completa sala de cinema, levando cultura e entretenimento para as comunidades locais, permanecendo dois dias em cada cidade. A entrada para assistir às sessões de cinema será gratuita com direito a pipoca e refrigerante. Nas sessões diurnas os alunos da rede pública de ensino serão convidados a participar do projeto e as sessões noturnas e aos finais de semana e feriados serão abertas à comunidade local. A carreta cinema comporta até 87 a 91 pessoas por sessão, no período de circulação do projeto serão realizadas 120 sessões de cinema com a expectativa de atender até 10.920 pessoas por onde o projeto circulará.

Art. 4.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 5.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO CHAVES LOPES

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
204798 - 24º Festival de Cinema Judaico de São Paulo
Associação Brasileira a Hebraica de São Paulo
CNPJ/CPF: 61.139.911/0001-99
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 07/07/2022 à 14/08/2022

211309 - 2ª Mostra de Cinema Brasileiro no Pequeno Príncipe
CGC-CSA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.981.568/0001-80
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 12/07/2022 à 12/12/2022

204942 - Brasil visto do alto
Produtora Canarinho de Arte e Cultura Ltda
CNPJ/CPF: 23.322.064/0001-04
Cidade: Petrolina - PE;
Prazo de Captação: 01/07/2022 à 31/12/2022

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO Nº 89-E, DE 14 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III, do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna públicas as seguintes Deliberações de Diretoria Colegiada:

Art. 1º Aprovar para Execução o projeto audiovisual para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos, nos termos da legislação indicada.

21-0120 EM NOME DA JUSTIÇA - 3ª TEMPORADA
Processo: 01416.007309/2020-63
Proponente: P3 PRODUCOES LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 14.574.635/0001-07
Valor total aprovado: de R$3.457.641,00 para R$ 2.571.338,00
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: de R$ 3.284.758,95 para R$ 2.442.771,10
Banco: 001 - agência: 0722-6 conta corrente: 61514-5
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 841, realizada em 10/06/2022
Prazo de captação: até 31/12/2025

Art. 2º Aprovar o redimensionamento de valores do projeto audiovisual para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos, nos termos da legislação indicada.

16-0838 POR UM FIO
Processo: 01416.013304/2016-93
Proponente: BRONZE FILMES PRODUTORA LTDA
Cidade/UF: Florianópolis / SC
CNPJ: 02.736.672/0001-95
Valor total aprovado: de R$ 6.500.000,00 para R$ 8.000.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.475.000,00 para R$ 3.900.000,00
Banco: 001 - agência: 3425-8 conta corrente: 6266-9
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 3425-8 conta corrente: 6786-5
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 845, realizada em 05/07/2022
Prazo de captação: até 31/12/2023

Art. 3º Acatar o recurso administrativo interposto contra as glosas realizada na Análise Complementar do projeto audiovisual para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos da legislação indicada.

19-0388 PASSAPORTE FEMININO
Processo: 01416.007313/2019-98
Proponente: ÍTACA COMUNICAÇÃO EIRELI ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 28.878.082/0001-90
Valor total aprovado: de R$ 611.955,76 para R$ 624.140,00
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: de R$ 581.357,97 para R$ 566.721,73
Banco: 001 - agência: 3097-X conta corrente: 27192-6
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 843, realizada em 22/06/2022
Prazo de captação: até 31/12/2023

Art. 4º As Deliberações produzem efeito a partir da data desta publicação.

ALEX BRAGA

DESPACHO Nº 90-E, DE 14 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III, do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna públicas as seguintes Deliberações de Diretoria Colegiada:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos da legislação indicada, e cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2024.

22-0430 NEM TODA HISTÓRIA DE AMOR ACABA EM MORTE
Processo: 01416.001151/2022-80
Proponente: BEIJA FLOR FILMES LTDA
Cidade/UF: Curitiba / PR
CNPJ: 04.952.911/0001-70
Valor total aprovado: R$ 1.799.164,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 584.891,80
Valor solicitado ao FSA: R$ 1.124.314,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 846, realizada em 12/07/2022

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos da legislação indicada, e cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2025.

22-0431 MÃES DO FUNK
Processo: 01416.007960/2022-03
Proponente: FILMART PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 64.044.886/0001-58
Valor total aprovado: R$ 3.793.102,67
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: R$ 3.603.447,30
Aprovado pela Deliberação Ad Referendum nº. 78-E, de 14/07/2022

Art. 3º As Deliberações produzem efeito a partir da data desta publicação.

ALEX BRAGA

DESPACHO Nº 91-E, DE 14 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III, do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna públicas as seguintes Deliberações de Diretoria Colegiada:

Art. 1º Retificar os termos do Despacho do Superintendente de Fomento nº. 142-E, de 11 de dezembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº. 238, de 13 de dezembro de 2017, pág. 05, Seção 01, no que se refere à aprovação do projeto audiovisual "17-0750 HELIÓPOLIS - UM AUTORETRATO", da proponente FILMART PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, tendo em conta a DELIBERAÇÃO AD REFERENDUM N.º 79-E, DE 2022:

Onde se lê: Valor total aprovado: R 1.479.312,00
Leia-se: Valor total aprovado: R 3.500.000,00

Art. 2º Retificar os termos do Despacho da Coordenadora de Gestão Financeira nº. 10-E, de 29 de maio de 2020, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº. 104, de 02 de junho de 2020, pág. 45, Seção 01, no que se refere ao remanejamento de fontes e revisão orçamentária do projeto audiovisual "17-0750 HELIÓPOLIS - UM AUTORRETRATO", da proponente FILMART PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, tendo em conta a DELIBERAÇÃO AD REFERENDUM N.º 79-E, DE 2022:

Onde se lê: Valor total aprovado: de R$ 1.479.312,00 para R$ 1.379.312,00
Leia-se: Valor total aprovado: R 3.500.000,00
Onde se lê: Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: de R$ 0,00 para R$ 1.310.333,07
Leia-se: Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: de R$ 0,00 para R$ 3.325.000,00

Art. 3º Retificar os termos do Despacho do Diretor-Presidente nº. 186-E, de 20 de dezembro de 2021, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº. 239, de 21 de dezembro de 2021, pág. 186-E, Seção 01, no que se refere à aprovação do projeto audiovisual "21-0289 QUEM TE FAZ RIR", da proponente MP 2 PRODUÇÕES EIRELI:

Onde se lê: 21-0289 QUEM TE FAZ RIR
Leia-se: 21-0293 QUEM TE FAZ RIR

Art. 4º Retificar os termos do Despacho do Diretor-Presidente nº. 182-E, de 16 de dezembro de 2021, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº. 238, de 20 de dezembro de 2021, pág. 319, Seção 01, no que se refere à aprovação do projeto audiovisual "21-0262 AYUASCA", da proponente BELEZA NATION CONTEÚDO E FILMES LTDA:

Onde se lê: Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das legislações indicadas, e cujos prazos de captação se encerram em 31/12/2024.

Leia-se: Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos da legislação indicada, e cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2025.

Onde se lê: Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Leia-se: Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00

Art. 5º A Deliberações produzem efeito a partir da data desta publicação..

ALEX BRAGA

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO Nº 24-E, DE 14 DE JULHO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DE FOMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 4 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os remanejamentos de fontes de recursos dos projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos da legislação indicada.

21-0141 A MENSAGEM TA NA PALAVRA
Processo: 01416.007568/2021-75
Proponente: BLAH SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EIRELI
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 39.737.740/0001-40
Valor total aprovado: de R$ 1.457.300,00 para R$ 1.479.874,60
Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00

Banco: 001 - agência: 2909-2 conta corrente: 56437-0
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 180.000,00 para R$ 405.883,94
Banco: 001 - agência: 2909-2 conta corrente: 56439-7
Prazo de captação: até 31/12/2024
22-0333 E O SOL NA CABEÇA
Processo: 01416.003611/2022-12
Proponente: CAPURI FILMES E PRODUÇÕES LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 26.694.889/0001-48
Valor total aprovado: R$ 4.000.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 50.000,00
Banco: 001 - agência: 4306-0 conta corrente: 17425-4
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 50.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 50.000,00 para R$ 2.000.000,00
Banco: 001 - agência: 4306-0 conta corrente: 17426-2
Prazo de captação: até 31/12/2024
Art. 2º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

LAÍS SANTOYO LOPES DA FONSECA
Substituta

Conselho Nacional do Ministério Público

PORTARIA CNMP-PRESI Nº 230, DE 14 DE JULHO DE 2022

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito suplementar, do tipo 600, no valor de R$ 1.453.603 (um milhão quatrocentos e cinquenta e três mil e seiscentos e três reais), para alteração de fonte de recursos, mantendo-se os demais atributos da programação, constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022 (LOA-2022), art. 4º, caput, inciso II, alínea "a", item 2, combinado com o art. 45, §1º, inciso III, da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 (LDO-2022), e a Portaria SOF nº 1.110, de 9 de fevereiro de 2022, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 19.00.6400.0001781/2022-69, resolve:

Art. 1º Abrir no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, em favor do Conselho Nacional do Ministério Público, o crédito suplementar no valor de R$ 1.453.603 (um milhão quatrocentos e cinquenta e três mil e seiscentos e três reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias do Conselho Nacional do Ministério Público, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

ANEXO I

ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público
UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público
ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público
UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							1.453.603
		Atividades							
03 301	0031 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.453.603
03 301	0031 2004 5664	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Em Brasília - DF	S	3	1	90	0	188	1.453.603
	0031 2004 5664 0001	Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União							1.439.839
	0031 2004 5664 0002	Exames Periódicos - Civis	S	3	1	90	0	188	13.764
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.453.603
TOTAL - GERAL									1.453.603

ANEXO II

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							1.453.603
		Atividades							
03 301	0031 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.453.603
03 301	0031 2004 5664	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Em Brasília - DF	S	3	1	90	0	151	1.453.603
	0031 2004 5664 0001	Assistência Médica e Odontológica de Civis - Complementação da União							1.439.839
	0031 2004 5664 0002	Exames Periódicos - Civis	S	3	1	90	0	151	13.764
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.453.603
TOTAL - GERAL									1.453.603

PORTARIA CNMP-PRESI Nº 231, DE 14 DE JULHO DE 2022

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito suplementar, do tipo 913, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022 (LOA-2022), art. 4º, caput, inciso II, alínea "a", item 2, combinado com o art. 45, §1º, inciso III, da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 (LDO-2022), e a Portaria SOF nº 1.110, de 9 de fevereiro de 2022, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 19.00.6400.0001781/2022-69, resolve:

Art. 1º Abrir no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, em favor do Conselho Nacional do Ministério Público, o crédito suplementar no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias do Conselho Nacional do Ministério Público, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

ANEXO I

ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público
UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público
ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público
UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							150.000
		Atividades							
03 032	0031 8010	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público							150.000

03 032	0031 8010 0001	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público - Nacional							150.000
	0031 8010 0001 0001	Capacitação de Recursos Humanos	F	3	2	90	0	100	150.000
TOTAL - FISCAL									150.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									150.000

ANEXO II

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público							150.000
		Atividades							
03 032	0031 8010	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público							150.000
03 032	0031 8010 0001	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público - Nacional							150.000
									150.000
	0031 8010 0001 0000	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público - Despesas Diversas	F	3	2	90	0	100	
TOTAL - FISCAL									150.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									150.000

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL

PORTARIA SG/MPF Nº 516, DE 12 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO-GERAL EM EXERCÍCIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da atribuição prevista no art. 33, inciso XV, do Regimento Interno Administrativo do MPF, com base na Decisão PGR-00273074/2022 que negou provimento ao Recurso Administrativo interposto pela interessada, e tendo em vista o que consta do Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.26.000.002655/2021-93, resolve:

Art. 1º Aplicar à pessoa jurídica Leonardo Gomes de Aguiar, CNPJ nº 37.278.582/0001-82, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União e o consequente descredenciamento do SICAF, pelo prazo de 2 (dois) meses, com fundamento no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e no Edital do certame, c/c a Instrução Normativa SG/MPF nº 2/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO SAMPAIO ANCHIETA SANTIAGO

PORTARIA SG/MPF Nº 519, DE 12 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO-GERAL EM EXERCÍCIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da atribuição prevista no art. 33, inciso XV, do Regimento Interno Administrativo do MPF, com base em Decisão PGR-00035828/2022 que negou provimento ao Recurso Administrativo interposto pela interessada, e tendo em vista o consta do Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.35.000.001475/2020-02, resolve:

Art. 1º Aplicar à pessoa jurídica Universo Técnico Eireli, inscrita no CNPJ sob o nº 32.301.203/0001-04, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União e o consequente descredenciamento do SICAF, pelo prazo de 3 (três) meses, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, c/c o art. 18, inciso III, da Instrução Normativa SG/MPF nº 02/2020, e dispositivos constantes do Edital do Pregão Eletrônico PR/SE nº 3/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO SAMPAIO ANCHIETA SANTIAGO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 91, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2022

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando,

com base em descrição de fatos envolvendo o empreendimento Marjori Souza da Silva (Nome fantasia: BMJ Baby), com inscrição no CNPJ sob nº 34.657.443/0001-71, localizado na Rua Dona Cecília, nº 79, Bairro City, Cachoerinha/RS, notícia de possível ocorrência de assédio moral;

que a prática denunciada, em tese, dentre outros, pode violar as disposições contidas nos artigos 1º, III, e 5º, X, da Constituição da República;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; , resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de Marjori Souza da Silva (Nome fantasia: BMJ Baby), com inscrição no CNPJ sob nº 34.657.443/0001-71, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 000341.2022.04.000/1;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA CODIN Nº 92, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2022

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando

denúncia apresentada ao Ministério Público do Trabalho, no sentido de que, envolvendo os empreendimentos de I.G. TRANSMISSAO E DISTRIBUICAO DE ENERGIA S/A (Nome Fantasia: I.G. TRANSMISSAO E DISTRIBUICAO DE ENERGIA), com inscrição no CNPJ sob o nº 04.636.029/0001-15, CPFL ENERGIA S.A., com inscrição no CNPJ sob o nº 02.429.144/0001-93, e SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. (Nome Fantasia: SIEMENS ENERGY), com inscrição no CNPJ sob o nº 44.013.159/0001-16, trabalhadores estariam sendo submetidos a condições degradantes de trabalho;

que a prática denunciada, em tese, viola o disposto nos artigos 1º, incisos III e IV, e 7º, ambos da Constituição Federal, e no art. 149 do Código Penal;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; , resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de I.G. TRANSMISSAO E DISTRIBUICAO DE ENERGIA S/A (Nome Fantasia: I.G. TRANSMISSAO E DISTRIBUICAO DE ENERGIA), com inscrição no CNPJ sob o nº 04.636.029/0001-15, CPFL ENERGIA S.A., com inscrição no CNPJ sob o nº 02.429.144/0001-93, e SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. (Nome Fantasia: SIEMENS ENERGY), com inscrição no CNPJ sob o nº 44.013.159/0001-1, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 000309.2022.04.000/0.

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 451, DE 2 DE MAIO DE 2022

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando que,

denúncia realizada no site eletrônico do Ministério Público do Trabalho em face do empreendimento ETA TECNOLOGIA DOS MATERIAIS LTDA (Nome Fantasia: ETA TECNOLOGIA DOS MATERIAIS), inscrita no CNPJ sob nº 90.818.519/0001-74, localizada na Rua Lagoinha, nº 52, Bairro Petrópolis, Porto Alegre/RS, noticia possíveis irregularidades relacionadas à concessão das férias aos empregados;

que a prática denunciada, em tese, dentre outros, viola o teor do inciso XVII ao art. 7º da Constituição federal, e ao disposto no art. 129 c/c art. 134, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; , resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face d ETA TECNOLOGIA DOS MATERIAIS LTDA (Nome Fantasia: ETA TECNOLOGIA DOS MATERIAIS), inscrita no CNPJ sob nº 90.818.519/0001-74, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 000995.2022.04.000/9;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 470, DE 5 DE MAIO DE 2022

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando

o envio de documentos pela Promotoria de Justiça Cível de Viamão, dos quais emerge que no âmbito do empreendimento BALL BEVERAGE CAN SOUTH AMERICA S.A. (Nome Fantasia: BALL), com inscrição no CNPJ sob o nº 29.506.474/0023-05, foram flagradas pela vigilância sanitária irregularidades envolvendo normas sanitárias de prevenção e combate à COVID-19, "que refletiram diretamente sobre a saúde e segurança dos trabalhadores", nos termos do ofício 00931.000.989/2020-0142;

que a prática denunciada, em tese, dentre outros, viola disposições contidas na Constituição Federal, art. 7º, inciso XXII, e no Decreto Municipal 27/21;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; , resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de BALL BEVERAGE CAN SOUTH AMERICA S.A. (Nome Fantasia: BALL), com inscrição no CNPJ sob o nº 29.506.474/0023-05, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato (NF) nº 001473.2021.04.000/9;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 488, DE 11 DE MAIO DE 2022

O Procurador do Trabalho ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando,

com base em denúncia encaminhada pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, órgão vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em face do empreendimento EJLM COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (Nome Fantasia: CHICKEN IN HOUSE PORTO ALEGRE), com inscrição no CNPJ sob nº 39.251.659/0001-56, e endereço na Rua Mariante, 931, Bairro Rio Branco, Porto Alegre/RS, notícia de irregularidades envolvendo anotação e controle da jornada, condições degradantes de trabalho, jornada exaustiva e abuso decorrente do poder hierárquico do empregador;

que a prática denunciada, em tese, dentre outros, pode violar as disposições contidas no artigo 74 do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), bem como, na Constituição Federal, art. 5º, inciso III, arts. 6º e 7º;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; , resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de EJLM COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. (Nome Fantasia: CHICKEN IN HOUSE PORTO ALEGRE), com inscrição no CNPJ sob nº 39.251.659/0001-56, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 001117.2022.04.000/1.

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 570, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando,

com base em denúncia encaminhada ao Ministério Público do Trabalho em face de COMERCIAL BOA VISTA LTDA., com inscrição no CNPJ sob nº 08.936.186/0001-05, localizado no BC ARTHUR, nº 27, Bairro Boa Vista do Sul, Porto Alegre/RS, notícia de possíveis irregularidades relacionadas ao abuso do poder hierárquico do empregador obrigando funcionários contaminados por COVID-19 a trabalhar;

que a prática denunciada, em tese, dentre outros, viola disposições contidas na Constituição Federal, artigos 1º, inciso III, 6º e 7º, inciso XXII;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público; , resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de COMERCIAL BOA VISTA LTDA., com inscrição no CNPJ sob nº 08.936.186/0001-05, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 000294.2022.04.000/5;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 26, DE 6 DE JULHO DE 2022
(Sessão Ordinária)

Presidência: Ministra Ana Arraes (Presidente)
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretário das Sessões: AUFC Alden Mangueira de Oliveira
Subsecretária do Plenário: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa

À hora regimental, a Presidente declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler, Bruno Dantas, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Aroldo Cedraz), e André Luís de Carvalho; e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes o Ministro Walton Alencar Rodrigues, com causa justificada, o Ministro Augusto Nardes e o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em férias, e o Ministro Aroldo Cedraz, em licença para tratamento de saúde.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Plenário homologou as Atas nºs 24, 25 e 10, referentes às sessões ordinária, extraordinária para apreciação de Contas do Presidente da República, e extraordinária reservada, respectivamente, realizadas no último dia 29 de junho de 2022.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Da Presidência:

Submete à avaliação do Plenário, nos termos do art. 13, §3º, da Resolução-TCU nº 320/2020, o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna correspondente ao ciclo 2021/2022, elaborado pela Secretaria de Auditoria Interna. Aprovado.

Proposta para definir solução para promover melhorias nos procedimentos e sistemas de apreciação de atos de pessoal. Aprovada.

Registro da conclusão de dois grupos de trabalho: i) constituído para realizar estudo e propor normas e procedimentos internos do TCU para atender o ACT firmado pela AGU, CGU, MJSP e TCU. Sorteado relator, ministro Benjamin Zymler; ii) constituído para propor projeto de ato normativo para regulamentar, âmbito do TCU, a prescrição para o exercício das pretensões punitivas, de ressarcimento e executória, bem como identificar os possíveis impactos da prescrição nos processos mais relevantes. Ao discutir a matéria, o Ministro Bruno Dantas propôs que a relatoria do projeto de instrução normativa para regulamentação da prescrição no processo de controle externo, objeto do processo TC-008.702/2022-5, fosse atribuída, por prevenção, ao Ministro Antonio Anastasia. Aprovado.

Do Ministro Benjamin Zymler:

Proposta de abertura de prazo de quinze dias para recebimento de emendas ou sugestões às proposições normativas para atender ao Acordo de Cooperação Técnica - ACT, firmado pela CGU, AGU, MJSP e TCU em 6 de agosto de 2020, bem como proposta de Resolução regulamentando o procedimento de manifestação do Tribunal de Contas da União quanto à adesão ou não a acordo de colaboração premiada, todos tratados no processo TC-011.717/2021-1. Aprovada.

Do Ministro Jorge Oliveira:

Proposta para inclusão, no escopo do grupo de trabalho constituído com o objetivo de propor ajustes nas LUJ para o próximo biênio e de avaliar eventuais modificações na sistemática de distribuição de processos, estudo acerca da interpretação dos critérios de atribuição de relatoria em processos de controle externo estabelecidos nos art. 18-A e 18-B da Resolução TCU 175/2005. Aprovada.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-004.796/2022-5, TC-007.966/2022-9, TC-008.624/2022-4, TC-008.695/2015-6, TC-010.045/2022-8, TC-010.816/2022-4, TC-010.991/2022-0, TC-013.290/2021-5, TC-025.444/2013-1, TC-025.551/2017-5, TC-033.926/2018-2 e TC-042.515/2021-1, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-031.061/2019-2 e TC-046.868/2020-8, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas;

TC-027.291/2018-9, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira; e

TC-009.851/2022-4 e TC-025.331/2015-9, cujo relator é o Ministro Antonio Anastasia.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Plenário aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 1546 a 1565.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 1566 a 1587, incluídos no Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

PROCESSOS TRANSFERIDOS DE PAUTA

Por deliberação do Colegiado, na sessão ordinária do Plenário realizada nesta data, com base no artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-011.804/2021-1 (Ata nº 28/2021), cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo e revisor é o Ministro Benjamin Zymler, foi adiada para a sessão do Plenário de 27 de julho de 2022. Já votou o relator e o Ministro Walton Alencar Rodrigues, que apresentou proposta divergente (v. Anexo III da Ata nº 9/2022-PL).

Por deliberação do Colegiado, na sessão ordinária do Plenário realizada nesta data, com base no artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-038.234/2021-1 (Ata nº 38/2021), cujo relator atual é o Ministro Antonio Anastasia e revisor é o Ministro Bruno Dantas, foi adiada para a sessão do Plenário de 14 de setembro de 2022. Já votou o Ministro Raimundo Carreiro, que presidia a relatoria do processo na sessão em que houve o primeiro pedido de adiamento do julgamento do processo. (v. Anexo III da Ata nº 48/2021-PL).

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo TC-001.113/2015-1, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira, a Dra. Adriane Maria Gonçalves produziu sustentação oral que havia requerido em nome de Portofer Transporte Ferroviário Ltda. Acórdão n° 1566.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 1546/2022 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de denúncia a respeito de possíveis irregularidades na posse de servidor público no cargo de Técnico Judiciário do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1);

Considerando que os fatos apresentados não oferecem ameaças para os objetivos do TRF1, considerando que se trata de um fato pontual, que não compromete a atividade fim do órgão, e de baixa relevância, por não ser suficiente para provocar a interrupção dos trabalhos e das metas da unidade jurisdicionada;

Considerando que os fatos apresentados possuem baixos risco e relevância para o TRF1, razão pela qual não há razão para a atuação direta do TCU no caso concreto, sendo suficiente a ação corretiva por parte da unidade jurisdicionada para dar o adequado tratamento ao fato noticiado;

Considerando que o TCU apreciou para fins de registro o ato de posse do servidor denunciado no âmbito do TC 037.136/2020-8, o qual deu origem ao Acórdão 13.263/2020-TCU-Primeira Câmara, tendo sido naquela ocasião considerado legal e recebido o respectivo registro;

Considerando que não restaram caracterizados os pressupostos para concessão de medida cautelar, nos termos da análise empreendida na peça 7;

Considerando que, nos termos da Resolução-TCU 259/2014, a fim de resguardar o sigilo e a proteção do denunciante, qualquer documento em que conste sua identificação será juntado ao processo como peça sigilosa, classificada quanto à confidencialidade como informação pessoal, à luz da Lei 12.527/2011;

Considerando, ainda, que a reclassificação do processo de denúncia como público, após a decisão definitiva, não alcança as peças que contenham a identificação do denunciante, as quais permanecem classificadas como informação pessoal e delas não se concederá vista ou cópia durante o prazo de vigência da restrição, salvo nas hipóteses legais;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, e 53, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso XXIV, 15, inciso I, alínea "p", 143, inciso III, 234 e 235, todos do Regimento Interno/TCU, e arts. 36 e 37 da Resolução-TCU 259/2014, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer a denúncia e considerá-la procedente; indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo(a) denunciante; adotar as medidas transcritas no subitem 1.8 a seguir; levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014; encaminhar cópia deste acórdão e da instrução (peça 7) ao(à) denunciante e ao TRF1; e apensar estes autos ao processo TC 037.136/2020-8.

1. Processo TC-009.215/2022-0 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
1.3. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.8.1. encaminhar todas as peças da presente denúncia à Procuradoria da República em Minas Gerais, para que adote as medidas cabíveis que porventura entenda necessárias, em face da possível prática de crime de falsidade ideológica, tipificado no art. 299, do Código Penal, eventualmente perpetrado pelo servidor denunciado; e
1.8.2. comunicar a Ditip/Sefip, responsável pela instrução do TC 037.136/2020-8, que deu origem ao Acórdão 13.263/2020-TCU-Primeira Câmara, para que avalie a necessidade de adotar ou não providências necessárias para a revisão de ofício do mencionado decisum, nos termos do art. 260, § 2º, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 1547/2022 - TCU - Plenário

Considerando que o papel do denunciante consiste em iniciar a ação fiscalizatória, quando, então, o próprio Tribunal toma o curso das apurações;

Considerando inexistir para o denunciante, a não ser que admitido como interessado, prerrogativa de comparecer aos autos para a defesa de seus pontos de vista;

Considerando que o exercício de denúncia perante esta Corte, com o objetivo de proteger o interesse público, foi respeitado, uma vez que a peça foi conhecida e seu mérito foi devidamente examinado por este Tribunal;

Considerando que o recorrente demonstra mero inconformismo com o entendimento adotado por esta Corte;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 32, parágrafo único, e 48 da Lei 8.443/1992, art. 285, § 2º, e 286, parágrafo único, do Regimento Interno, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em não conhecer do pedido de reexame (peças 20 a 35) contra o Acórdão 963/2022-TCU-Plenário, em razão da ausência de legitimidade e interesse recursal do denunciante para atuar nesta seara recursal, nos termos do artigo 146 e 282 do RI/TCU, e em dar ciência deste acórdão e da instrução (peça 37) ao recorrente.

1. Processo TC-043.974/2021-0 (DENÚNCIA)
1.1. Recorrente: Identidade Preservada (art. 55 da Lei 8.443/92).
1.2. Unidade jurisdicionada: Conselho Regional de Enfermagem do Pará.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1548/2022 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no pregão 116/2022, promovido pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), com valor estimado de R$ 20.987.288,21, com vistas à contratação de empresa especializada ou consórcio de empresas para execução dos serviços de apoio técnico no gerenciamento dos sistemas para Autorizações Especiais de Trânsito - AET e Produtos Perigosos;

Considerando que, no caso concreto, não se verifica existência de elementos nos autos que indiquem inexequibilidade de proposta, favorecimento de licitante ou outra irregularidade que caracterize prejuízo ao erário;

Considerando que não restaram caracterizados os pressupostos para concessão de medida cautelar, nos termos da análise empreendida na peça 17, que concluiu pela improcedência das alegações;

Considerando que o pedido formulado pelo procurador Eduardo Han, para que a Anetrans seja considerada como parte interessada nestes autos, não veio acompanhado de razão legítima para intervir no processo, nem apresentou possibilidade de lesão a direito subjetivo próprio;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, nos arts. 143, inciso III, 169, inciso V, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU e no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer a representação e considerá-la improcedente; indeferir o pedido de cautelar formulado pelo representante; encaminhar cópia deste acordão e da instrução (peça 17) ao DNIT e à representante; indeferir o pedido de ingresso nos autos formulado em nome da Anetrans; e arquivar o processo.

1. Processo TC-010.712/2022-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Unidade jurisdicionada: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).
1.5. Representação legal: Eduardo Han (11714/OAB-DF), representando Anetrans - Associação Nacional das Empresas de Engenharia Consultiva de Infraestrutura de Transportes.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1549/2022 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de representação formulada pela SecexFinanças a respeito de possíveis irregularidades na governança da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Poder Executivo (Funpresp-Exe), identificadas pela equipe de auditoria no âmbito do levantamento para identificação de riscos e futuros objetos de auditoria realizado no TC 017.821/2020-7;

Considerando que o Tribunal conheceu da representação, por meio do Acórdão 1.616/2021-TCU-Plenário, e recomendou à Funpresp-Exe, mediante subitem 9.3 daquele decisum, que ajustasse seus fluxos e procedimentos de transparência e disponibilização de documentos ao Conselho Fiscal, de modo a atender integral e tempestivamente às solicitações do órgão de controle interno, conforme as melhores práticas exaradas no Guia Previc de Melhores Práticas de Governança para EFPC;

Considerando o exame empreendido pela secretaria especializada (peça 72);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar atendida a recomendação constante do subitem 9.3 do Acórdão 1.616/2021-TCU-Plenário, encaminhar cópia deste acórdão e da instrução (peça 72) à Funpresp-Exe, e, nos termos do art. 169, III, do Regimento Interno/TCU, arquivar o processo.

1. Processo TC-035.437/2020-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Unidade jurisdicionada: Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo.
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinanças).
1.5. Representação legal: Arthur Lima Guedes (18.073/OAB-DF), representando Abrapp - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar; Michelle Diniz Mendes (37.942/OAB-DF), representando Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo; Daniel Vieira Bogéa Soares (34.311/OAB-DF) e Arthur Lima Guedes (18.073/OAB-DF), representando Sindapp - Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1550/2022 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de solicitação, formulada pela Desembargadora do Trabalho, Maria Clara Saboya A. Bernardino, para que o Tribunal prorrogue, por sessenta dias, o prazo para instauração da tomada de contas especial, previsto no art. 11 da Instrução Normativa-TCU 71/2012, referente às irregularidades detectadas na construção do Fórum Trabalhista do Município de Goiana/PE;

Considerando o estabelecido na Instrução Normativa-TCU 71/2012, no sentido de que:

"Art. 4º Esgotadas as medidas administrativas de que trata o art. 3º, sem a elisão do dano, e subsistindo os pressupostos a que se refere o art. 5º desta Instrução Normativa, a autoridade competente deve providenciar a imediata instauração de tomada de contas especial, mediante a autuação de processo específico.

§ 1º A instauração da tomada de contas especial de que trata o caput deste artigo não poderá exceder o prazo máximo de cento e oitenta dias, a contar: I - nos casos de omissão no dever de prestar contas, do primeiro dia subsequente ao vencimento do prazo para apresentação da prestação de contas; II - nos casos em que os elementos constantes das contas apresentadas não permitirem a conclusão de que a aplicação dos recursos observou as normas pertinentes e/ou atingiu os fins colimados, da data-limite para análise da prestação de contas; III - nos demais casos, da data do evento ilegítimo ou antieconômico, quando conhecida, ou da data da ciência do fato pela administração.

§ 3º O prazo definido no § 1º deste artigo está sujeito às disposições dos §§ 1º e 2º do art. 11 e do art. 12 desta Instrução Normativa.

Art. 11. A tomada de contas especial deve ser encaminhada ao Tribunal de Contas da União em até cento e oitenta dias após a sua instauração.

§ 2º Os prazos estabelecidos podem ser prorrogados pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, em caráter excepcional, mediante solicitação fundamentada, formulada, conforme o caso, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Supremo Tribunal Federal, dos demais Tribunais Superiores, dos Tribunais Federais nos Estados e no Distrito Federal e do Tribunal de Contas da União; Procurador-Geral da República; Ministro de Estado, ou outras autoridades de nível hierárquico equivalente; e, ainda, por Presidente de conselho federal de fiscalização profissional."

Considerando haver justa causa para o pedido de prorrogação de prazo, conforme consignado no parecer da unidade instrutora (peça 3);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos com fundamento no art. 11, § 2º, da Instrução Normativa-TCU 71/2012, em prorrogar, por mais sessenta dias, o prazo para instauração e respectiva remessa da tomada de contas especial referente à obra do Fórum Trabalhista de Goiana/PE.

1. Processo TC-011.435/2022-4 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.2. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.4. Representação legal: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1551/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento nos artigos 243, 250, I 143, inciso V, "a", do RITCU, ACORDAM em considerar cumpridas as determinações contidas nos itens 9.3.2, 9.3.4, 9.3.5 e 9.3.6 do Acórdão 1.439/2016-Plenário, com a redação dada pelo Acórdão 923/2019-Plenário, este último retificado por inexatidão material nos termos do Acórdão 2.052/2021-Plenário, encaminhar cópia desta deliberação à Agência Nacional de Transportes Aquaviários e arquivar os autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-039.168/2020-4 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: André de Seixas Ponce Alves (044.462.427-92).
1.2. Entidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1552/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada em cumprimento à determinação expedida nos autos do TC-042.852/2018-8 (representação), por meio do Acórdão 19.120/2021-TCU-2ª Câmara, relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, para tratar de recursos aplicados no projeto "Arte no Canteiro - Teatro no Canteiro de Obras", pelo Departamento Regional do Serviço Social da Indústria em Pernambuco (Sesi/PE) no exercício de 2014;

Considerando as provas emprestadas a este Tribunal, colhidas pela Polícia Federal durante a "Operação Fantoche", deflagrada em 19/2/2019, que teve a participação de auditores do TCU no cumprimento de mandados de busca e apreensão;

Considerando que, no âmbito do projeto "Arte no Canteiro - Teatro no Canteiro de Obras", foram celebrados seis contratos, totalizando R$ 23.830.937,50, sendo que, no presente processo, examina-se o firmado pelo Sesi/PE com o Instituto de Produção Socioeducativo e Cultural Brasileiro (IPCB) em 2014, no valor de R$ 3.950.000,00;

Considerando que, conforme análise da SeinfraOperações, transcrita na instrução da SecexDesenvolvimento (peça 49, p. 13-44), apurou-se um prejuízo de R$ 2.247.594,40 na execução do projeto, por consequência (i) de superfaturamento pela diferença entre o preço contratado e pago ao IPCB e o respectivo custo de produção do projeto, no montante de R$ 2.027.594,40; e (ii) de pagamentos realizados em favor do Instituto de Produção Socioeducativo e Cultural Brasileiro (IPCB) decorrentes da inclusão indevida, no orçamento que subsidiou a contratação, de custos de concepção do espetáculo teatral e cessão dos respectivos direitos autorais, no montante de R$ 220.000,00;

Considerando que, no âmbito do TC-017.064/2020-1, TCE relativa ao Projeto Relix Pernambuco 2014, primeiro processo derivado da Operação Fantoche apreciado pelo Tribunal, por meio do Acórdão 609/2021-TCU-Plenário, este Tribunal, em acolhimento ao posicionamento do revisor, Ministro Vital do Rêgo, resolveu excluir a responsabilidade de Robson Braga de Andrade, então titular do Departamento Nacional do Sesi, em razão da complexidade da gestão do Sesi Nacional (que, no exercício de 2019, por exemplo, gerenciou receita no montante de R$ 1,2 bilhão) e da consequente conclusão de que "não era de se esperar que o dirigente máximo da entidade tivesse o dever de revisar toda a documentação na qual se baseou o parecer técnico emitido e que subsidiou sua decisão";

Considerando que, mediante o Acórdão 2.876/2021-TCU-Plenário, relator Ministro Vital do Rego, que, ao apreciar embargos de declaração opostos ao acórdão acima mencionado, excluiu dois diretores do Departamento Nacional do Sesi, com a justificativa de que o Sesi/PE foi o responsável pela execução de todas as etapas do apoio financeiro, metas e produtos previstos na proposta e no plano de trabalho aprovado;

Considerando que a situação examinada naqueles autos é equivalente à do presente processo, no que concerne à atuação dos titular e de dirigentes do Sesi Nacional;

Considerando estão caracterizadas as condutas dos dirigentes do Sesi/PE, do IPCB (que firmou contrato de patrocínio com o Sesi/PE) e da Aliança Comunicação e Cultura Ltda. (empresa que idealizou o projeto e foi responsável pela operacionalização do Arte no Canteiro);

Considerando que ocorreu o abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, é possível a desconsideração da personalidade jurídica das empresas envolvidas, nos termos do art. 50 da Lei 10.406/2002 (Código Civil);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, V, "g", e art. 202, I, II e § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) autorizar a desconsideração da personalidade jurídica da empresa Aliança Comunicação e Cultura Ltda., para que seus sócios administradores Lina Rosa Gomes Vieira da Silva e Luiz Otavio Gomes Vieira da Silva sejam citados e respondam solidariamente com a empresa Aliança pelos débitos apurados;

b) autorizar a citação solidária dos responsáveis indicados no item "c" a seguir, para que, no prazo de quinze dias, apresentem alegações de defesa sobre as irregularidades apontadas no presente processo e/ou recolham aos cofres do Departamento Nacional do Serviço Social da Indústria a quantia referente às irregularidades e às condutas qualificadas para cada situação, atualizada monetariamente a partir da respectiva data até o efetivo recolhimento, abatendo-se na oportunidade a quantia eventualmente ressarcida, na forma da legislação em vigor, conforme segue:

b.1) pagamentos de R$ 220.000,00 realizados em favor do IPCB decorrentes da inclusão indevida, na composição de custos que subsidiou a contratação, de custos de criação e concepção do projeto e da peça teatral; e

b.2) sobrepreço de R$ 2.027.594,40, e correspondente superfaturamento, estimado a partir da diferença entre o preço contratado e pago ao IPCB e os valores incorridos junto aos fornecedores dos serviços compreendidos no escopo do projeto, com sub-rogação integral do objeto à empresa Aliança Comunicação e Cultura Ltda.

c) Responsáveis:

c.1) Aliança Comunicação e Cultura Ltda., executora de fato do objeto do contrato de patrocínio com sobrepreço, mediante contratação do IPCB pelo Sesi/PE, sendo beneficiada com a sub-rogação integral do objeto. A empresa responde pela totalidade do débito, em solidariedade com seus administradores;

c.2) Lina Rosa Gomes Vieira da Silva, sócia administradora da Aliança e diretora de criação da empresa, responsável pela execução do objeto patrocinado. Responde solidariamente pela totalidade do débito;

c.3) Luiz Otavio Gomes Vieira da Silva, sócio administrador da Aliança, responsável pelo gerenciamento financeiro dos recursos alocados ao Arte no Canteiro e pela execução do objeto patrocinado. Responde solidariamente pela totalidade do débito;

c.4) Instituto de Produção Socioeducativo e Cultural Brasileiro (IPCB), CNPJ 03.405.617/0001-85, associação privada sem fins lucrativos, cuja contratação se revelou expediente que teve por objetivo viabilizar a execução do projeto pela empresa Aliança Comunicação e Cultura Ltda., a quem foram transferidas as obrigações e responsabilidades contratuais, com a agravante de não ter havido, por parte do contratante (Sesi/PE) ou do repassador dos recursos (Sesi/DN), qualquer avaliação dos custos propostos para a execução do projeto. O Instituto responde pela totalidade do débito, em solidariedade com seu dirigente;

c.5) Jorge Luiz da Silva, presidente do IPCB, que foi utilizado para encobrir o real responsável pela execução do projeto, a empresa Aliança Comunicação e Cultura; foi o dirigente máximo do instituto que possibilitou o redirecionamento de recursos recebidos pelo Sesi/PE, praticamente de forma simultânea, em datas concomitantes ou próximas às transferências originais, aos destinatários previamente definidos pelos irmãos Gomes Vieira da Silva, sócios da Aliança Comunicação e Cultura Ltda, de acordo com datas e valores por eles acordada. Responde pela totalidade do débito;

c.6) Jorge Wicks Corte Real, Diretor Regional do Sesi/PE, participou da decisão de patrocinar a edição do programa em Pernambuco no ano de 2014 e encaminhou expediente ao Sesi/DN solicitando a liberação dos recursos para custeio do patrocínio, sem avaliação de custos do projeto. Responde solidariamente pela totalidade do débito;

c.7) Ernane de Aguiar Gomes, Superintendente do Sesi/PE, assinar o contrato de patrocínio com o IPCB e seu aditivo sem avaliação de custos do projeto, bem como demais atos de responsabilidade que redundaram na contratação do IPCB, sobretudo atos para aprovação do processo de Inexigibilidade 03/2013 do Sesi/PE. Responde solidariamente pela totalidade do débito.

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
2.247.594,40	28/11/2014

d) informar os responsáveis de que, caso venham a ser condenados pelo Tribunal, os débitos ora apurados serão acrescidos de juros de mora; e

e) encaminhar aos responsáveis cópia da presente instrução para subsidiar as manifestações requeridas.

1. Processo TC-044.645/2021-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Aliança Comunicação e Cultura Ltda. (CNPJ 10.841.500/0001-00), Lina Rosa Gomes Vieira da Silva (CPF 880.205.924-15), Luiz Otavio Gomes Vieira da Silva (CPF 864.226.004-10), Instituto de Produção Socioeducativo e Cultural Brasileiro (IPCB) (CNPJ 03.405.617/0001-85), Jorge Luiz da Silva (CPF 494.954.701-10), Jorge Wicks Corte Real (CPF 070.380.894-04) e Ernane de Aguiar Gomes (CPF 015.851.344-49).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Regional do Sesi No Estado de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1553/2022 - TCU - Plenário

VISTO e relacionado este processo de denúncia acerca de possíveis irregularidades ocorridas no âmbito da Concorrência 1/2019, de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Eirunepé/AM, que teve por objeto a construção de escola, com doze salas de aulas, no bairro Nossa Senhora de Fátima no referido município. O objeto contou com recursos oriundos do Plano de Ações Articuladas (PAR), administrados pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), mediante Termo de Compromisso 201804078-1 - PAR/FNDE.

Considerando que a vigência do referido convênio expirou em 30.6.2021 (peça 53);

Considerando que o FNDE efetuou a análise técnica do convênio e recomendou a restituição dos recursos repassados ao Município de Eirunepé/AM (peça 53);

Considerando que, conforme consulta no Sistema de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC), houve apenas a execução de 9% da obra (peça 55);

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretária de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (peças 56 a 58);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fulcro arts. 1º, inciso XVI, e 53, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso XXIV, 15, inciso I, alínea "p", 143, inciso III, 234 e 235, todos do Regimento Interno/TCU, e arts. 36 e 37 da Resolução-TCU 259/2014, em:

conhecer a denúncia e considerá-la procedente;

b) determinar ao Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), com fundamento no art. 4º, inciso I da Resolução - TCU 315/2020, que, no prazo de 180 dias, adote providências quanto ao item abaixo, e informe ao TCU os encaminhamentos realizados:

b.1) abertura de tomada de contas especial, se for o caso, visando o ressarcimento ao erário, em razão dos prejuízos decorrentes da inexecução do objeto pactuado no Termo de Compromisso 201804078-1- PAR/FNDE, firmado com o município de Eirunepé - AM, para a construção de escola com doze salas de aula no bairro de Nossa Senhora de Fátima na referida municipalidade, em cumprimento ao item 9.3 do Acórdão 2.906/2021-TCU-Plenário;

c) dar ciência ao Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), ao município de Eirunepé/AM e ao denunciante do presente acórdão, destacando que o relatório e o voto que fundamentam a deliberação ora encaminhada podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;

d) levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014;

e) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, V, do Regimento Interno/TCU, sem prejuízo de que a SeinfraUrbana monitore a determinação supra, nos termos do art. 17 da Resolução-TCU 315/2020 c/c os arts. 3º e 4º, I, da Portaria Segecex 27 de 19 de outubro de 2009.

1. Processo TC-015.837/2021-1 (DENÚNCIA)
1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Eirunepé - AM.
1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1554/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Instituto Interamericano de Desenvolvimento Humano - Instituto Bem Brasil para que o Tribunal apure indícios de irregularidades praticados no Pregão 33/2022, conduzido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1), visando à contratação de serviço de empresa especializada na prestação de serviços de motorista, para condução de veículos da frota oficial do tribunal licitante, com valor de adjudicação de R$ 3.146.503,40;

Considerando que a representante noticia, em suma, que teria sido inabilitada, sem amparo legal ou editalício, por constituir-se em instituição sem fins lucrativos; e que o certame resultaria em contratação de pessoa jurídica cujo lance teria sido visivelmente superior ao da representante;

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas às peças 23 e 24, dos quais constam as seguintes conclusões:

i) o motivo da inabilitação da representante relaciona-se "à quebra da isonomia pela vantagem em função da constituição como associação e os objetivos genéricos da entidade não convergirem com o objeto da licitação, em consonância com o Acórdão 2.847/2019-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Raimundo Carreiro"; e

ii) quanto à alegação de que seria contratada empresa cujo lance teria sido visivelmente superior ao da representante, a diferença a maior entre os lances foi de R$ 5.503,40, o que corresponde a 0,175% do valor ofertado pelo Instituto Bem Querer;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014 para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pela representante;

c) informar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e à representante a prolação do presente Acórdão; e

d) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, II, do Regimento Interno deste Tribunal.

1. Processo TC-011.301/2022-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representante: Instituto Interamericano de Desenvolvimento Humano - Instituto Bem Brasil

1.6. Representação legal: Ana Paula Goncalves da Paz (20727/OAB-MA), representando Instituto Interamericano de Desenvolvimento Humano - Bem Brasil.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1555/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, formulada por Neo Consultoria e Administração de Benefícios Eireli a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 6/2022, sob a responsabilidade de Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), com valor estimado em R$ 120.000,00, objetivando a contratação de empresa especializada na implantação e operação de sistema informatizado e integrado de gestão de frota para manutenção preventiva e corretiva, incluindo fornecimento de peças, acessórios, equipamentos, lavagem e transporte por guincho de veículos para o Cefet/RJ;

Considerando que a representante se insurge, em suma, contra a taxa de desconto mínimo previsto no edital do PE 6/2022 (11.32%), a qual, segundo ela, seria excessiva; e contra a previsão de responsabilização da contratada em caso de preços que se mostrarem acima do mercado;

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas às peças 8 e 9, dos quais constam as seguintes conclusões:

i) a representante "não apresentou dados que corroborassem suas assertivas de que o desconto exigido (11,32%) está muito acima do mercado e isso trará prejuízo à competitividade";

ii) o "Estudo Técnico Preliminar (ETP) consigna levantamento de mercado com dez contratações similares que resultaram mediana de 11,90% e média de 11,32%"; e

iii) quanto à previsão de responsabilização por prática de preço acima do mercado, ela "decorreria de justificativa não acatada, ocorreria quando caracterizado dolo ou culpa da contratada e o referido preço acima do mercado provavelmente seria caracterizado apenas por preço pago na prática sem os referidos descontos, ou seja, com descontos simulados e notoriamente acima da média de mercado";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014 para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pela representante;

c) informar ao Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca e à representante a prolação do presente Acórdão; e

d) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 235, parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal, e do art. 105 da Resolução - TCU 259/2014.

1. Processo TC-011.413/2022-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Rodrigo Ribeiro Marinho (385843/OAB-SP) e João Luis de Castro (248871/OAB-SP), representando Neo Consultoria e Administração de Benefícios Eireli.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1556/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na contratação de serviços de organização de eventos, buffet, decoração e apoio logístico, no âmbito do Conselho Regional de Odontologia da Bahia (CRO/BA), em 2018.

Considerando que este Tribunal, ao apreciar o feito mediante o Acórdão 224/2022 - Plenário, decidiu, dentre outras medidas, conhecer da denúncia e considerá-la procedente (subitem 9.1), rejeitar as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Viviane Coelho Dourado e aplicar a ela multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 7.000,00 (subitem 9.4), e, de maneira semelhante, aplicar multa com o mesmo fundamento legal ao Sr. Roberval Nóbrega Evangelista, no valor de R$ 5.000,00 (subitem 9.5), autorizando-se o levantamento do sigilo sobre a matéria, preservada unicamente em relação ao denunciante (subitem 9.12),

Considerando que após o julgamento houve oposição de embargos de declaração, rejeitados mediante o Acórdão 706/2022 - Plenário, de maneira que foram mantidos os termos do acórdão,

Considerando que após os julgados compareceu aos autos a responsável Sra. Viviane Coelho Dourado a fim de requerer a redução da sanção pecuniária em 50% ou, na impossibilidade, o parcelamento da dívida em 36 parcelas (peça 144),

Considerando o pronunciamento da unidade instrutiva no sentido de que não há óbices ao parcelamento da dívida da responsável, e de que não há amparo legal para o atendimento do requerimento de redução da sanção aplicada, face a inexistência de provimento recursal a esse respeito (peça 145),

Considerando a proposição dessa mesma unidade no sentido de que seja estendida a autorização para parcelamento da multa aplicada também ao outro responsável, Sr. Roberval Nóbrega Evangelista, como medida de economia processual, caso venha a assim solicitar,

Considerando, entretanto, o entendimento de que o parcelamento de dívida é medida que somente deve ser adotada mediante solicitação das partes;

Considerando o pronunciamento favorável a essas medidas, consignado à peça 146 pela Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) autorizar o parcelamento da multa aplicada mediante o Acórdão 224/2022 - TCU - Plenário à Sra. Viviane Coelho Dourado em 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos dos arts. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, incidindo sobre elas os correspondentes acréscimos legais;

b) alertar à Sra. Viviane Coelho Dourado de que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, com a consequente constituição de processo de cobrança executiva, nos termos do art. 217, e seus § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, e, ainda, da necessidade de encaminhamento dos comprovantes de recolhimento das parcelas a este Tribunal, por meio dos serviços de protocolo digital disponíveis no Portal TCU na internet (conforme estabelecido no art. 3º da Portaria-TCU 114, de 29/07/2020);

c) indeferir o pedido de redução da multa, formulado pela Sra. Viviane Coelho Dourado, por falta de previsão legal, haja vista a inexistência de provimento recursal a esse respeito; e

d) restituir os autos à secretaria, para a ciência à requerente e demais providências pertinentes.

1. Processo TC-004.738/2019-5 (DENÚNCIA)

1.1. Responsáveis: Fernanda Ferreira dos Santos Bacelar Silva (014.042.225-02); Roberval Nobrega Evangelista (781.242.395-68); Viviane Coelho Dourado (463.962.845-53).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Odontologia da Bahia.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.7. Representação legal: João Alfredo de Menezes Vasconcelos Leite (34.888/OAB-BA) e outros, representando Conselho Regional de Odontologia da Bahia.

ACÓRDÃO Nº 1557/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região - Crefito-4, relacionadas a pagamento de verbas indenizatórias e suprimento de fundos.

Considerando que a presente denúncia se resume às seguintes ocorrências:

i) pagamento de verbas indenizatórias aos então Conselheiros Anderson Luiz Coelho - Presidente e Flávia Massa Cipriani - Secretária e esposa do presidente, no primeiro trimestre de 2018, em valores aproximadamente 30% superiores à média de outros meses;

ii) realização de reunião de diretoria, no primeiro trimestre de 2018 (peças 3-4), somente com a participação do Conselheiro Presidente e Conselheira Secretária (esposa), conforme ata juntada à peça 5, com pagamento das verbas indenizatórias correspondentes, contrariando as disposições do art. 9º do Regimento Interno do conselho; e

iii) concessão de suprimentos de fundos ao funcionário Marco Túlio Monteiro, então Supervisor Financeiro, no primeiro trimestre de 2018, acima da média anual, e sem as devoluções (peça 6).

Considerando que o denunciante menciona a correlação da presente denúncia com os fatos já narrados no TC-023.217/2017-0, afirmando que estes corroboram aqueles, e solicita que a denúncia seja incorporada àqueles autos;

Considerando que, no tocante ao pagamento de verbas indenizatórias, o denunciante não aponta uma irregularidade de forma objetiva, mas apenas a narrativa de que os valores praticados no primeiro trimestre de 2018 superaram a média praticada em outros meses, sendo do conhecimento desta Corte que existem, no Crefito4, pagamentos de forma indevida de verbas indenizatórias desde 2015 até, pelo menos, 2019, conforme demonstrado no TC-023.217/2017-0 e que a matéria já foi esgotada na análise realizada naquele processo;

Considerando que, conforme analisado pela unidade técnica, em relação à realização de uma reunião de diretoria com a presença apenas do Presidente e da Diretora-Secretária, sua esposa, o denunciante se equivoca ao alegar afronta ao art. 9º do Regimento Interno do Conselho, haja vista que o aludido artigo se refere às reuniões plenárias, e não de diretoria;

Considerando que, conforme a instrução constante dos autos, no caso de reuniões de Diretoria, as disposições do Regimento Interno do Conselho permitem que o quórum da reunião conte apenas com o presidente e com a Diretora-Secretária;

Considerando que relativamente ao suposto pagamento de suprimentos de fundos acima da média anual e sem as devoluções, o denunciante não faz qualquer menção ao eventual descumprimento de normas internas, se reportando unicamente ao pagamento acima da média anual, cuja ocorrência pode ser enquadrada em excepcionalidades de determinado período, não cabendo a este Tribunal avaliar a pertinência dos valores e a frequência em que ocorrem, desde que adequados à regulamentação interna;

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XXIV, 15, inciso I, alínea "p", 143, inciso III, todos do Regimento Interno/TCU, em:

conhecer parcialmente da representação, apenas em relação às alegações de que a reunião de Diretoria foi realizada em desacordo com o art. 9º do Regimento Interno do conselho (item "ii" supra) e de que foram concedidos suprimentos de fundos acima da média anual, e sem as devoluções (item "iii" supra), satisfeitos os requisitos de admissibilidade estabelecidos no art. 235 do Regimento Interno do TCU;

considerar improcedente a representação, na parte conhecida;

dar ciência desta deliberação ao Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região - Crefito-4 e ao denunciante, acompanhada de cópia da instrução da unidade técnica constante da peça 11; e

arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, inciso I, c/c o art. 235, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-008.408/2022-0 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região (mg).

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.7. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1558/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de Representação encaminhada pelo Ministério Público do Estado do Maranhão, tratando de supostas irregularidades quanto à existência e regular funcionamento do Instituto Sirius de Desenvolvimento Social - ISDS, CNPJ 09.597.032/0001-90, o qual havia celebrado Termo de Parceria e Cooperação com o Banco do Brasil e Acordo de Cooperação Técnica com o Incra, sendo beneficiário de recursos públicos federais.

Considerando que o expediente encaminhado pelo Ministério Público do Estado do Maranhão não relata irregularidade específica no Acordo de Cooperação Técnica 109/2019, celebrado entre o Incra e o Instituo Sirius (peça, 2, p. 1-4), tampouco no Termo de Parceria e Cooperação ou nos cinco convênios/empreendimentos firmados com o Banco do Brasil (peça 3, p. 2-40);

Considerando que, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica 109/2019 celebrado entre o Incra e o Instituo Sirius (peça, 2, p. 1-4), não foram realizados repasses de recursos federais ao referido instituto (peça 14);

Considerando que, em relação ao Termo de Parceria e Cooperação (peça 3, p. 2-10) e aos convênios firmados entre o Banco do Brasil e o Instituto Sirius (peça 3, p. 11-40), que tiveram como objeto, em síntese, viabilizar, nos municípios do Estado do Maranhão, ações para a implementação de empreendimentos no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, sendo que, a despeito do repasse de R$ 4.720.000,00 relativos aos convênios (peça 39, p. 3), os elementos coligidos por meio das diligências realizadas junto ao Banco não indicaram a existência de irregularidades, eis que as unidades habitacionais teriam sido construídas e entregues aos beneficiários, conforme Declarações de Conclusão e Entrega da Obra constantes dos autos (peças 28, 39, 45-47, 52-53, 59-60, 63-64 e 68), sendo que o Banco não apontou irregularidades na atuação da entidade convenente;

Considerando que a derradeira instrução técnica (peças 109-111) propõe o conhecimento do presente feito e, no mérito, sua improcedência;

Considerando, todavia, que não tendo sido noticiadas irregularidades, não foi preenchido um dos requisitos para se verificar se a representação pode ser conhecida, qual seja a suficiência dos indícios de irregularidade (Resolução-TCU 259/2014, art. 103, § 1º);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) não conhecer da presente Representação, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o parágrafo único do art. 235 c/c o parágrafo único do art. 237 do Regimento Interno do TCU e o § 1º do art. 103 da Resolução-TCU 259/2014;

b) comunicar esta decisão ao Representante, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e ao Banco do Brasil; e

c) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal.

1. Processo TC-033.613/2020-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Ministério Público do Estado do Maranhão.
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.a.; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).
1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1559/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 234, 235 e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, c/c os arts. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014 e 2º, inciso II, da Resolução/TCU 315/2020, em conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la procedente, dar ciência ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio da seguinte impropriedade, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de enviar cópia desta deliberação ao denunciante e ao ICMBio, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-042.091/2021-7 (DENÚNCIA)
1.1. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Ciência:
1.7.1. ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade de que a nomeação em caráter retroativo de servidor para a Comissão de Ética do ICMBio, identificada na Portaria de Designação ICMBio/353, de 21/6/2021, afronta o princípio da irretroatividade do Ato Administrativo.

ACÓRDÃO Nº 1560/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em considerar não cumprida a determinação contida no subitem 9.1 do Acórdão 2.819/2021 - Plenário, fixando novo prazo de 90 (noventa) dias, a contar da ciência deste Acórdão, para que o Ministério da Saúde atenda ao comando acima referenciado ("adote as providências necessárias para disciplinar o uso do equipamento acelerador linear objeto do Convênio 797.861/2013, mediante termo aditivo ou outro instrumento que julgar mais adequado ao caso, de forma a assegurar que, durante a vida útil do bem, quando da sua utilização, a participação de usuários oriundos do SUS seja, no mínimo, igual à participação de recursos públicos despendidos no empreendimento, devendo ainda dispor sobre a sistemática de controle pertinente, bem como a garantir a eficácia da cláusula de reversão patrimonial a favor da União, no caso de desvio de finalidade no uso do equipamento, constante da Cláusula Décima Primeira do referido Convênio 797.861/2013"), sem prejuízo de informar que o descumprimento, no prazo fixado, de decisão desta Corte, salvo motivo justificado, poderá ensejar a aplicação de multa fundamentada no art. 58, § 1º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, a qual prescinde de prévia audiência, nos termos do § 3º do mencionado art. 268, restituindo os autos à SecexSaúde, para o prosseguimento do monitoramento, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-024.251/2020-8 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1561/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, em conhecer da presente Representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, e encaminhar cópia desta deliberação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e ao representante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-008.315/2022-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Rodrigo Aguiar Crispim (027.287.091-90).
1.2. Órgão/Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1562/2022 - TCU - Plenário

Considerando que o presente processo trata de denúncia sobre os indícios de irregularidade no Pregão Eletrônico n.º 7/2022 conduzido, para o registro de preços, pela Indústria de Material Bélico do Brasil - Imbel com vistas à aquisição de equipamentos para a seção de meio ambiente sob o valor estimado de R$ 26.284,58, tendo a previsão de vigência do ajuste em doze meses (Peça 3, p. 6);

Considerando que o TCU deve conhecer da presente denúncia, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade;

Considerando que o ora denunciante teria apontado, em síntese, que a licitante vencedora do certame para o item 4 teria ofertado o rádio comunicador portátil, com apenas 16 canais, a despeito de o edital solicitar 26 canais, configurando a suposta violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório;

Considerando que, após a análise final do feito, a unidade técnica teria proposto o conhecimento da presente denúncia, por atender aos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235 do RITCU, para, no mérito, anotá-la como prejudicada, diante da baixa materialidade do seu objeto, promovendo, assim, o subsequente arquivamento do presente feito;

Considerando, portanto, que o TCU pode incorporar o parecer da unidade técnica a estas razões de decidir, sem prejuízo, contudo, de anotar a presente representação prejudicada, no mérito, em função aí, porém, da efetiva necessidade de a avaliação ser promovida pela Imbel sobre a apontada falha diante da sua competência primária para a fiscalização dos seus próprios atos e procedimentos administrativos;

Considerando, enfim, que o presente feito pode ser apreciado na presente Sessão Pública do Plenário do TCU diante da necessidade de assegurar o pleno interesse público à informação, sem prejudicar, contudo, a intimidade dos interessados, promovendo, para tanto, a manutenção do referido sigilo em prol, apenas, das correspondentes peças processuais, nos termos dos arts. 53, §§ 3° e 4°, e 108, § 1°, da Lei n.º 8.443, de 1992, e, por analogia, do art. 93, IX, da CF88;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, V, "a", 234, 235, parágrafo único, e 250, I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n.º 246, de 2011, em conhecer da presente denúncia para, no mérito, anotá-la como prejudicada, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, sem prejuízo de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo fixadas pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-010.087/2022-2 (DENÚNCIA)
1.1. Denunciante: identidade preservada em sintonia com o art. 55, caput, da Lei n.º 8.443, de 1992.
1.2. Entidade: Industria de Material Bélico do Brasil - Imbel.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Providências:
1.7.1. promover o envio de ciência preventiva e corretiva para que, nos termos do art. 9º da Resolução TCU n.º 315, de 2020, a Indústria de Material Bélico do Brasil - Imbel adote as medidas cabíveis para a plena e efetiva apuração, com a respectiva solução, sobre todas as falhas apontadas neste processo de denúncia diante da competência primária da empresa estatal para a fiscalização dos seus próprios atos e procedimentos administrativos, devendo a Imbel informar o TCU sobre o resultado dessa apuração, com a respectiva solução, dentro do prazo de 120 dias contados da notificação desta deliberação;
1.7.2. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, ao ora denunciante, para ciência;
1.7.3. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, além da integral cópia do presente processo, assegurando aí, contudo, o efetivo sigilo sobre as eventuais peças gravadas com essa chancela e sobre a autoria da denúncia, à Indústria de Material Bélico do Brasil - Imbel, para ciência e cumprimento do item 1.7.1 deste Acórdão; e
1.7.4. promover o arquivamento do presente processo, sem prejuízo de manter e assegurar o efetivo sigilo em relação a eventuais peças gravadas com essa chancela e à autoria da denúncia, retirando a chancela de sigilo, contudo, sobre o presente processo, nos termos dos arts. 53, §§ 3º e 4º, e 108, § 1º, da Lei n.º 8.443, de 1992, e, por analogia, do art. 93, IX, da CF88.

ACÓRDÃO Nº 1563/2022 - TCU - Plenário

Considerando que o presente processo trata de denúncia, com pedido de cautelar suspensiva, sobre os indícios de irregularidade na Tomada de Preços n.º 2/2021 promovida pelo Município de Sanclerlândia - GO para a contratação, com os recursos federais, de empresa especializada para a execução dos itens de serviço na conclusão de recapeamento asfáltico em diversas ruas no aludido município sob o valor original de R$ 2.535.673,26;

Considerando que o TCU deve conhecer da presente denúncia, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade;

Considerando que, após a prévia oitiva do referido município, o pretérito parecer da unidade técnica (Peça 25) teria sugerido o conhecimento da presente denúncia para, no mérito, assinalar a sua procedência, indeferindo o pedido de cautelar suspensiva, e, assim, promover o envio de determinação para a anulação da Tomada de Preços n.º 2/2021, incluindo os quatro contratos decorrentes do aludido certame;

Considerando, contudo, que, a partir da oitiva efetivada em sintonia com o Despacho à Peça 28, a unidade técnica emitiu o seu parecer à Peça 53, anotando a anulação da Tomada de Preços n.º 2/2021, com os correspondentes contratos, "em razão de ilegalidade apontada pelo TCU, no certame supramencionado, quanto a exigências no edital 002/2021", sem prejuízo de anotar que essa anulação não teria sido comunicada ao TCU pelo gestor municipal, mas a notícia teria sido obtida pelas pesquisas no Diário Oficial da União, além do Diário Oficial dos Municípios do Estado de Goiás e da página da Prefeitura de Sanclerlândia - GO na internet (Peças 46 a 49), ao passo que, após a referida anulação da Tomada de Preços n.º 2/2021, o aludido município teria formalizado a Tomada de Preços n.º 3/2021 com o idêntico objeto da licitação anteriormente anulada;

Considerando que a unidade técnica assinalou que a recusa da contratada no bojo do Tomada de Preços n.º 3/2021 em executar as obras levou, em março de 2022, a administração municipal a rescindir todos os contratos celebrados com a empresa contratada e a instaurar a Tomada de Preços n.º 1/2022 com os idênticos objetivos das licitações anteriores;

Considerando que, após promover a pertinente oitiva e diligência, a SeinfraUrbana apresentou as seguintes informações técnicas:

"(...) 29. Conforme consta à peça 62, p. 49-50, somente a empresa Denilson Xavier Souto Júnior Eireli (nome de fantasia D e D Pavimentação e Terraplenagem) acudiu à Tomada de Preços 1/2022. Tal empresa, declarada vencedora do certame para os quatro lotes licitados, ofereceu desconto de 3% para todos eles (Quadro 2).

(...) 30. O exame precedente demonstrou a inexistência, na Tomada de Preços 1/2022, das cláusulas consideradas irregulares na Tomada de Preços 2/2021, descontinuada pela Prefeitura de Sanclerlândia/GO por força da atuação do TCU. Demonstrou também a elaboração, na Tomada de Preços 1/2022 de orçamento com data-base mais próxima à abertura dos trabalhos desse certame, reduzindo, assim, a possibilidade de ver fracassada a licitação, a exemplo do que ocorrera anteriormente.

31. Finalmente, na análise dos itens mais representativos do objeto da Tomada de Preços 1/2022, concluiu-se pela compatibilidade entre os preços do orçamento e os do Sinapi. (...)";

Considerando, então, que, após a análise final do feito às Peças 66 e 67, a SeinfraUrbana propôs o conhecimento da presente denúncia para, no mérito, anotá-la como prejudicada, por perda de objeto, além de prejudicado o pedido de cautelar suspensiva, promovendo, assim, o subsequente arquivamento deste feito, nos termos do art. 169, V, do RITCU;

Considerando, portanto, que o TCU pode incorporar o parecer da unidade técnica a estas razões de decidir;

Considerando, enfim, que o presente feito pode ser apreciado na presente Sessão Pública do Plenário do TCU diante da necessidade de assegurar o pleno interesse público à informação, sem prejudicar, contudo, a intimidade dos interessados, promovendo, para tanto, a manutenção do referido sigilo em prol, apenas, das correspondentes peças processuais, nos termos dos arts. 53, §§ 3° e 4°, e 108, § 1°, da Lei n.º 8.443, de 1992, e, por analogia, do art. 93, IX, da CF88;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 234, 235, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n.º 246, de 2011, em conhecer da presente denúncia para, no mérito, assinalá-la como prejudicada, anotando como prejudicado o referido pedido de cautelar suspensiva ante a subjacente perda de objeto, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, sem prejuízo de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo fixadas pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-035.554/2021-5 (DENÚNCIA)

1.1. Denunciante: identidade preservada em sintonia com o art. 55 da Lei n.º 8.443, de 1992.

1.2. Entidade: Município de Sanclerlândia - GO.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).

1.6. Representação legal: Everaldo José dos Santos (OAB-GO 30.897), representando o Município de Sanclerlândia - GO.

1.7. Providências:

1.7.1. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, ao ora denunciante e ao Município de Sanclerlândia - GO, para ciência; e

1.7.2. promover o arquivamento do presente processo, sem prejuízo de manter o sigilo em relação às eventuais peças gravadas com essa chancela e à autoria da denúncia, retirando a chancela de sigilo, contudo, sobre o presente processo, nos termos dos arts. 53, §§ 3º e 4º, e 108, § 1º, da Lei n.º 8.443, de 1992, e, por analogia, do art. 93, IX, da CF88.

ACÓRDÃO Nº 1564/2022 - TCU - Plenário

Considerando que o presente processo trata de denúncia sobre indícios de irregularidade no convênio firmado entre o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj) e a Associação Médica do Estado do Rio de Janeiro (Somerj), além dos contratos firmados entre aquela entidade e a Ferraro & Serra Advocacia e Consultoria, com o Escritório Menezes e Barreto Advogados Associados no âmbito do Contrato n.º 28/2020, em sintonia com o Relatório de Auditoria Operacional n.º 3, de 2020, elaborado pelo controle interno do Conselho Federal de Medicina (CFM);

Considerando que o TCU deve conhecer, preliminarmente, da presente denúncia, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade;

Considerando que a SecexAdministração teria destacado que o contrato firmado entre o Cremerj e o Escritório Menezes e Barreto Advogados Associados já teria sido avaliado no TC 039.694/2021-6 por meio do Acórdão 3.252/2021-TCU-Plenário, tendo sido determinado o envio da ciência preventiva e corretiva ao Cremerj para que atentasse para a necessidade de evitar a futura ocorrência das falhas identificadas no Contrato n.º 28/2020 diante da contratação direta, por inexigibilidade de licitação, sem restar efetivamente comprovada a singularidade do objeto;

Considerando, enfim, que a unidade técnica teria apresentado a sua manifestação no sentido de que a atuação do Conselho Federal de Medicina revelaria que a pronta atuação do TCU no presente processo resultaria na evidente sobreposição de esforços e na duplicidade de atuação sobre as falhas;

Considerando, assim, que, após a análise final do feito, a SecexAdmin teria proposto o conhecimento da presente denúncia para, no mérito, assinalar a sua parcial procedência, promovendo o envio de ciência ao Conselho Federal de Medicina para adotar as providências cabíveis, incluindo a eventual instauração da tomada de contas especial em atendimento à IN TCU nº 71, de 2012, sem prejuízo, desse modo, de promover o subjacente arquivamento do presente feito;

Considerando, então, que o TCU pode incorporar o parecer da unidade técnica a estas razões de decidir;

Considerando, por conseguinte, que, no presente momento, não seria adequada a pronta e direta atuação do TCU, podendo ser anotada como prejudicada a apreciação de mérito da presente denúncia;

Considerando, enfim, que o presente feito pode ser apreciado na presente Sessão Pública do Plenário do TCU diante da necessidade de assegurar o pleno interesse público à informação, sem prejudicar, contudo, a intimidade dos interessados, promovendo, para tanto, a manutenção do referido sigilo em prol, apenas, das correspondentes peças processuais, nos termos dos arts. 53, §§ 3° e 4°, e 108, § 1°, da Lei n.º 8.443, de 1992, e, por analogia, do art. 93, IX, da CF88;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 234, 235, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em conhecer da presente denúncia para, no mérito, anotá-la como prejudicada, além de prolatar as providências abaixo fixadas pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-045.802/2021-1 (DENÚNCIA)

1.1. Denunciante: identidade preservada em sintonia com o art. 55 da Lei n.º 8.443, de 1992.

1.2. Entidade: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro - Cremerj.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdminitração).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providências:

1.7.1. promover o envio de ciência preventiva e corretiva ao Conselho Federal de Medicina, nos termos do art. 9º, I, da Resolução TCU n.º 315, de 2020, para que, no exercício da sua função fiscalizadora primária sobre o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro avalie conclusivamente as falhas noticiadas nesta denúncia, sem prejuízo, se for o caso, da eventual instauração da tomada de contas especial em atendimento à IN TCU nº 71, de 2012;

1.7.2. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, ao ora denunciante e ao Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, para ciência, além do envio ao Conselho Federal de Medicina, para ciência e efetivo cumprimento do item 1.7.1 deste Acórdão; assegurando aí, contudo, o efetivo sigilo sobre as eventuais peças gravadas com essa chancela e sobre a autoria da denúncia; e

1.7.3. promover o arquivamento do presente processo, sem prejuízo de manter o sigilo em relação às eventuais peças gravadas com essa chancela e à autoria da denúncia, retirando a chancela de sigilo, contudo, sobre o presente processo, nos termos dos arts. 53, §§ 3º e 4º, e 108, § 1º, da Lei n.º 8.443, de 1992, e, por analogia, do art. 93, IX, da CF88.

ACÓRDÃO Nº 1565/2022 - TCU - Plenário

Considerando que o presente processo trata de monitoramento da determinação proferida pelo item 1.7.1 do Acórdão 2.259/2021-TCU-Plenário (Relação n.º 22/2021), no bojo do TC 020.104/2020-0, ao apreciar o monitoramento do item 9.9 do Acórdão 570/2014 prolatado pelo Plenário do TCU, com a retificação pelo Acórdão 1.080/2014-Plenário no âmbito do TC 002.283/2012-3, cuidando aí de monitoramento do Acórdão 496/2011-TCU-Plenário, com a parcial alteração pelo Acórdão 1.475/2011-Plenário, no âmbito do TC 015.810/2010-0, ao tratar da representação formulada pela Procuradoria da República no Município de Rio Grande - RS, questionando a legalidade da Instrução Normativa Interministerial MPA-MMA nº 7, de 2010, expedida pelo então Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) para a permissão de pesca da tainha no litoral Sudeste e Sul durante a temporada de 2010;

Considerando que, após a análise final do feito, a Auditora Federal Elisângela Papst lançou o seu parecer conclusivo à Peça 8, com a anuência dos dirigentes da SecexAgroAmbiental (Peças 9 e 10), no seguinte sentido:

"(...) HISTÓRICO

5. A deliberação do item 1.7.1 do Acórdão 2.259/2021-TCU-Plenário foi proposta ao Mapa e ao MMA pelo relator do processo TC 020.104/2020-0, o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, em decorrência do atendimento parcial do item 9.4.6 do Acórdão 496/2011-Plenário, alterado em parte pelo Acórdão 1.475/2011-Plenário, conforme enunciado no preâmbulo do Acórdão 2.259/2021-TCU-Plenário.

6. A recomendação proferida no item 9.4.6 do Acórdão 496/2011-Plenário, alterado em parte pelo Acórdão 1.475/2011-Plenário, foi proposta em decorrência de divergências de entendimentos entre o então existente Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e o Ministério do Meio Ambiente devido à existência de conflito de interesses entre os dois órgãos, visto que o MPA, em consonância com suas atribuições institucionais, buscava fomentar as atividades pesqueiras no país, enquanto que o MMA, em seu papel institucional, buscava promover a preservação ambiental dos recursos pesqueiros.

7. A regulamentação da atividade pesqueira à época estava sob responsabilidade desses dois órgãos de forma conjunta, conforme estabelecia o art. 27, § 6º, inciso I, da Lei 10.683/2003, com a redação dada pela Lei 11.958/2009, e regulamentado pelo Decreto 6.981/2009. De acordo com o arcabouço legal vigente no período, a regulamentação realizada de forma conjunta pelos dois órgãos deveria conciliar o equilíbrio entre o princípio da sustentabilidade dos recursos pesqueiros e a obtenção dos melhores resultados econômicos e sociais. Assim, foi proposta a recomendação à época para que esses órgãos se articulassem, em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com vistas a garantir efetiva gestão compartilhada e fiscalização do uso sustentável dos recursos pesqueiros.

8. No Acórdão 2.259/2021-TCU-Plenário, o Tribunal considerou essa recomendação parcialmente implementada, pois, no monitoramento realizado em 2012, no âmbito do TC 002.283/2012-3, teria sido verificado, à época, que teriam sido realizadas periodicamente as reuniões da Comissão Técnica Interministerial da Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros (CTGP), como órgão consultivo e coordenador das atividades de gestão e ordenamento sustentável dos recursos pesqueiros (composto por representantes do então MPA, MMA e Ibama), além das reuniões do Grupo Técnico de Trabalho do Emalhe (GTT Emalhe) e do Grupo Técnico de Trabalho da Tainha (GTT Tainha).

9. No entanto, por força do Decreto 9.759/2019, que revogou todos os colegiados instituídos por normas infralegais (o que é o caso, por exemplo, da referida comissão, criada pela Portaria Interministerial MMA/MPA 5/2015), houve a extinção da CTGP e dos GTTs.

10. Ante tal extinção, o entendimento do TCU foi de que a recomendação do item 9.4.6 do Acórdão 496/2011-Plenário, alterado em parte pelo Acórdão 1.475/2011-Plenário, havia sido parcialmente implementada, sendo que o Tribunal, por meio do item 1.7.1 do Acórdão 2.259/2021-TCU-Plenário, propôs ciência corretiva ao Mapa e ao MMA, para que formalizassem, por meio de ato normativo, a efetiva articulação demandada pela referida recomendação.

RESPOSTAS DO MAPA E MMA

11. Em decorrência da deliberação exarada no item 1.7.1 do Acórdão 2.259/2021-TCU-Plenário, o Mapa e o MMA encaminharam manifestações quanto ao atendimento da deliberação, constante às peças 4, 5, 6 e 7 dos autos.

Resposta do Mapa

12. Em resposta à deliberação, o Mapa encaminhou a Nota Técnica Conjunta 14/2022/DPOP/DRMF (peça 7), em que, inicialmente, destaca que o Ministério da Pesca e Aquicultura foi extinto pela Lei 13.266/2016. Além disso, o Decreto 6.891/2009, que dispunha sobre a atuação conjunta dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros, foi revogado pelo Decreto 10.087/2019. Desde então, a gestão sobre a atividade pesqueira tornou-se exclusiva do Mapa, por meio da Lei 13.844/2019.

13 Informa o Mapa que, desde 2018, vem promovendo diálogo com o MMA, o Ibama e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), por meio de instituição de Grupos de Trabalho Técnico (GTTs) relacionados à gestão da pesca da tainha (Mugil liza), listando as portarias de instituição e designação desses grupos (Tabela 1 da peça 7, p. 2-3): Portaria SEAP 53, de 25/5/2018; Portaria SAP/MAPA 2.272, de 17/5/2019; Portarias SAP/MAPA 164 e 165, de 18/6/2020; Portaria SAP/MAPA 313, de 28/12/2020; Portarias SAP/MAPA 534 e 535, de 7/1/2022.

14. De acordo com o Mapa, a partir das discussões nos GTTs, são trabalhadas as normativas anuais para a espécie, a exemplo da Portaria SAP/MAPA 611, de 28 de fevereiro de 2022, que estabelece a Autorização de Pesca Especial Temporária, o limite de embarcações de pesca, as cotas de captura e as medidas de monitoramento e controle para a temporada de pesca da tainha no ano de 2022, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.

15. O Mapa informa que há o compartilhamento de dados da temporada de pesca da tainha de forma pública no sítio eletrônico do Ministério, a exemplo de informações de produção da espécie e sanções administrativas aplicadas às embarcações de pesca e empresas pesqueira na temporada de pesca da tainha. Há também, segundo o Ministério, o acesso interno e de maneira integral concedido ao Ibama do Sistema de Monitoramento da Temporada da Pesca da Tainha (Sistainha), que é a principal ferramenta de acompanhamento da safra da tainha, a qual subsidia a análise científica de dados, a gestão pública na tomada de decisão e o aperfeiçoamento das medidas de monitoramento e controle do estoque da tainha e da atividade pesqueira que incide sobre este recurso.

16. O Mapa destaca a publicação do Decreto 10.736/2021, que instituiu a Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros - Rede Pesca Brasil, de caráter consultivo e de assessoramento, que tem o objetivo de subsidiar a gestão para o uso sustentável dos recursos pesqueiros, coordenada pela Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério. A rede é composta por representações do setor pesqueiro e de órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital ou municipal, incluindo aqueles responsáveis pela fiscalização, garantindo a integração entre setores e o compartilhamento de responsabilidades sobre a gestão. Menciona, também, a reserva de vagas para o MMA, o Ibama e o ICMBio nos comitês permanentes de gestão (CPGs) a serem instituídos no âmbito da Rede Pesca Brasil, inclusive naquele que trata da gestão da tainha, o Comitê Permanente de Gestão Pelágicos SE/S.

17. Ressalta, ainda, o Ministério, as Decisões do Superior Tribunal de Justiça para a suspensão de liminar e de sentença nº 3050/RS (peças 5 e 6). Tais decisões foram baseadas no teor da Medida Provisória 870/2019, a qual pôs fim à continuidade normativa prevista no art. 27, § 6º, inciso I, Lei 10.683/2003, e replicada na Lei 13.502/2017, suprimindo a gestão conjunta do Mapa e MMA dos temas relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros.

18. Por fim, o Mapa entende que (peça 7, p. 4):

(...) os atos normativos que regulamentaram os grupos técnicos de trabalho apontados na Tabela 1, bem como o Decreto nº 10.736, de 2021, e os demais atos que serão publicados com a designação dos membros para a instituição dos Comitês Permanentes de Gestão - CPGs dentro da Rede Pesca Brasil já contemplam a providência solicitada no item 1.7.1. do Acórdão nº 2259/2021-TCU-Plenário, não havendo necessidade de publicação de novo ato normativo, tendo em vista que a partir da discussão conjunta e compartilhamento de dados, ambas as pastas conseguem executar suas competências dentro do processo de gestão sustentável do uso dos recursos pesqueiros.

Resposta do MMA

19 Por sua vez, o MMA encaminhou o Despacho 12.14282022-MMA (peça 4) em que, inicialmente, informa que com a publicação do Decreto 9.759/2019, os comitês permanentes de gestão, criados a fim de implementar a gestão compartilhada para o uso sustentável dos recursos pesqueiros, foram extintos.

20. Adicionalmente, o MMA destaca que, com a edição da Medida Provisória 870/2019, posteriormente convertida na Lei 13.844/2019, a competência conjunta de ordenamento dos recursos pesqueiros passou a ser exclusivamente do Mapa, sem contar com a participação do MMA. Assim, entende o Ministério que a recomendação perderia seu objeto. Entretanto, a mesma Lei 13.844/2019 e o Decreto 10.455/2020 elencaram como competência do MMA a política de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, biodiversidade e florestas, e a Lei 7.735/1989 prevê como finalidade do Ibama o exercício do poder de polícia e execução das ações dessas políticas. Assim, o Ministério informa que continua acompanhado o desenvolvimento de diversas ações dentro do uso das espécies aquáticas.

21. O MMA cita que há um trabalho conjunto sendo realizado entre os órgãos, no que concerne ao sentido amplo de gestão conjunta para que haja o uso sustentável dos recursos pesqueiros (peça 4, p. 2), citando que ele e o Ibama estão designados a participar do GT Cota da tainha, secretariado pelo Mapa, que se reúne anualmente para discutir, avaliar e propor medidas de exploração daquele recurso, inclusive o estabelecimento de cota de captura. Também faz referência ao Grupo de Trabalho Interministerial de espécies de peixes e invertebrados aquáticos ameaçados, criado pela Portaria Interministerial MMA/SAP 218/2021, sob coordenação do MMA, mas que também inclui o Mapa e o Ibama, entre outros órgãos.

22. Quanto à fiscalização ambiental, realizada pelo Ibama e pelo ICMBio, o Ministério ressalta que a mesma não foi interrompida, existindo acesso integral, pelo Ibama, ao Sistainha e acesso ao Sistema Informatizado do Registro da Atividade Pesqueira, sistemas mantidos pelo Mapa.

23. Informa, ainda, que foi instituída a Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros, por meio do Decreto 10.736/2021, a qual instituirá novos comitês permanentes de gestão.

24. O Ministério também faz menção à suspenção de liminar e de sentença nº 3050 - RS, de 4/3/2022 (peça 5), destacando que as conclusões da decisão denotam que o atual modelo de condução pelos órgãos em questão está em consonância com o preconizado pela legislação vigente, sendo que nesse processo de construção de uma política pesqueira sustentável, o MMA não tem se furtado a participar, atendendo às demandas vindas do MAPA (...) (peça 4, p. 3).

25. Para o MMA, o Mapa tem atuado no protagonismo da gestão da atividade pesqueira, fruto de sua prerrogativa e competências legais, mas reunindo os parceiros, neles incluindo as instâncias ambientais, à medida em que desenvolve os atos normativos infralegais dentro de sua competência. O Ministério entende que (peça 4, p. 3):

(...) os atos normativos que regulamentaram os grupos técnicos de trabalho, bem como o Decreto nº 10.736, de 2021, e os demais atos que serão publicados com a designação dos membros para a instituição dos Comitês Permanentes de Gestão - CPGs dentro da Rede Pesca Brasil já contemplam a providência solicitada no item 1.7.1. do Acórdão nº 2259/2021-TCU-Plenário, tendo em vista que a partir da discussão conjunta e compartilhamento de dados, ambas as pastas conseguem executar suas competências dentro do processo de gestão sustentável do uso dos recursos pesqueiros.

EXAME TÉCNICO

26. O presente exame técnico terá como foco averiguar o grau de atendimento da deliberação do item 1.7.1 do Acórdão 2.259/2021-TCU-Plenário, com base nas respostas encaminhadas pelo Mapa e pelo MMA.

27. As respostas dos dois Ministérios possuem similaridade quanto ao seu teor, apontando para um trabalho conjunto sendo realizado entre esses dois órgãos, com destaque para: i) a existência de grupos de trabalho em que são discutidos aspectos da gestão da pesca da tainha, e ii) a instituição da Rede Pesca Brasil, por meio do Decreto 10.736/2021, de caráter consultivo e de assessoramento, com objetivo de subsidiar a gestão sustentável dos recursos pesqueiros, em que haverá participação do MMA, do Ibama e do ICMBio como membros nos comitês permanentes de gestão a serem criados. Quanto à fiscalização ambiental, ressaltam que há acesso pelo Ibama ao Sistema de Monitoramento da Temporada da Pesca da Tainha e ao Sistema Informatizado do Registro da Atividade Pesqueira, ambos sistemas mantidos pelo Mapa.

28. Os dois Ministérios compartilham do mesmo entendimento, de que os atos normativos que regulamentaram os grupos técnicos de trabalho que discutem a gestão da pesca da tainha, bem como o Decreto 10.736/2021 e os demais atos que serão publicados com a designação dos membros para a instituição dos comitês permanentes de gestão dentro da Rede Pesca Brasil, já contemplam a providência solicitada no item 1.7.1. do Acórdão 2.259/2021-TCU-Plenário, não havendo necessidade de publicação de novo ato normativo. Para o Mapa e o MMA, a partir da discussão conjunta e compartilhamento de dados, ambas as pastas conseguem executar suas competências dentro do processo de gestão sustentável do uso dos recursos pesqueiros.

(...) 30. Primeiramente, é preciso destacar que a edição da Medida Provisória 870/2019, posteriormente convertida na Lei 13.844/2019, alterou a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Essa mudança fez com que a competência conjunta de ordenamento dos recursos pesqueiros passasse a ser exclusivamente do Mapa, sem contar mais com a participação do MMA, conforme foi estabelecido pelo Decreto 9.667/2019, art. 29, inciso IV, e posteriores alterações. Além disso, o Decreto 6.981/2009, que regulamentava a atuação conjunta dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiro, foi revogado pelo Decreto 10.087/2019. Dessa forma, todos os dispositivos dos normativos que embasavam a recomendação do item 9.4.6 do Acórdão 496/2011-Plenário, alterado em parte pelo Acórdão 1.475/2011-Plenário, foram suprimidos ou revogados.

31.No entanto, o ordenamento jurídico vigente atualmente prevê competências institucionais ao MMA, ao Ibama e ao ICMBio relacionadas ao tema, conforme disposto nos seguintes normativos:

Lei 13.844/2019

Art. 39. Constituem áreas de competência do Ministério do Meio Ambiente:

(...)

II - política de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, biodiversidade e florestas;

Decreto 10.455/2020 (aprova a estrutura regimental do MMA)

(...)

Art. 12. À Secretaria de Biodiversidade compete:

I - propor e avaliar políticas, iniciativas e definir estratégias para a implementação de programas e projetos relacionados com:

a) a conservação e o uso sustentável da biodiversidade brasileira, incluído o patrimônio genético;

Lei 7.735/1989 (cria o Ibama)

(...)

Art. 2º É criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de:

I - exercer o poder de polícia ambiental;

II - executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental, observadas as diretrizes emanadas do Ministério do Meio Ambiente;

Lei 11.516/2007 (cria o ICMBio)

Art. 1º Fica criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de:

(...)

II - executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União;

III - fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;

IV - exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União; [grifo nosso]

32. Tais dispositivos demonstram que o MMA, o Ibama e o ICMBio devem ter participação nas discussões ligadas ao uso sustentável da biodiversidade brasileira, que inclui os recursos pesqueiros. Assim, apesar de a Lei 13.844/2019 ter suprimido dispositivo que estabelecia a gestão conjunta do Mapa e MMA dos temas relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros, entende-se que os órgãos governamentais ambientais federais - MMA, Ibama e ICMBio - continuam sendo partícipes da política de gestão desses recursos, a qual engloba o seu regramento e a fiscalização da pesca de tais recursos, embora a competência institucional de ordenamento dos recursos pesqueiros seja do Mapa.

33. Observa-se, com base nas manifestações do Mapa e do MMA, que o MMA e o Ibama continuam sendo partícipes nas discussões ligadas à gestão do uso sustentável da tainha, a qual engloba o seu regramento e a fiscalização da sua pesca.

34. Quanto à gestão dos recursos pesqueiros em geral, o Decreto 10.736/2021, de 26/6/2021, institui a Rede Pesca Brasil, que contará com comitês permanentes de gestão da pesca e do uso sustentável desses recursos. De acordo com o art. 5º do aludido decreto, estes comitês possuem caráter consultivo e de assessoramento, e têm como objetivo subsidiar a gestão para o uso sustentável dos recursos pesqueiros, incluindo a discussão das medidas de ordenamento (inciso IV, § 3º, art. 7º do Decreto 10.736/2021). Já o art. 8º do referido decreto estabelece a composição de cada comitê permanente:

Art. 8º Cada comitê permanente será composto pelos seguintes representantes:

I - um da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que o coordenará;

II - até quinze de órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital ou municipal; e

III - até quinze da sociedade envolvida com a atividade pesqueira.

35. Os comitês permanentes de gestão a serem implantados, conforme previsto no Decreto 10.736/2021, serão instâncias consultivas e de assessoramento para subsidiar a definição de medidas de ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros e contarão com representantes dos entes governamentais e da sociedade civil envolvidos na temática do ordenamento pesqueiro nacional. No entanto, o normativo não cita explicitamente que o MMA, o Ibama e/ou o ICMBio serão membros dos entes governamentais de tais comitês permanentes.

36. O § 2º do art. 8º do Decreto 10.736/2021 define que a indicação dos membros dos entes governamentais dos comitês permanentes será feita pela Secretaria de Aquicultura e Pesca do Mapa. Dessa forma, caberá ao Mapa indicar o MMA, o Ibama e/ou o ICMBio como representantes nos comitês permanentes, por meio da publicação de atos normativos.

37. Conforme informa o próprio Mapa, ainda será necessária a adoção de medidas para a implantação efetiva dos comitês permanentes de gestão, como o edital de chamamento público para composição da Rede Pesca Brasil.

38. Entendimento anterior do TCU considerou que a recomendação contida no item 9.4.6 do Acórdão 496/2011-Plenário, alterado em parte pelo Acórdão 1.475/2011-Plenário, havia sido parcialmente implementada devido à realização periódica de reuniões da então existente Comissão Técnica Interministerial da Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros e de grupos de técnicos de trabalho (ver parágrafos 7-9 da presente instrução). Entende-se, de forma análoga, que somente quando houver a publicação dos atos normativos implantando efetivamente os comitês permanentes de gestão, instituídos pelo art. 6º do Decreto 10.736/2021, com a designação de representantes do MMA, do Ibama e/ou do ICMBio, quando pertinente e em consonância com suas competências institucionais, haverá o atendimento da deliberação do item 1.7.1 do Acórdão 2.259/2021-TCU-Plenário.

39. Ante o exposto, considerando que as providências para implementar os comitês permanentes de gestão ainda estão em curso, o que possibilitará o atendimento da articulação demandada tecnicamente pelo item 9.4.6 do Acórdão 496/2011-Plenário, alterado em parte pelo Acórdão 1.475/2011-Plenário, com a participação do MMA, do Ibama e do ICMBio nos fóruns de discussão sobre a gestão e o ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros, propõe-se considerar a deliberação ora monitorada em implementação. Isso possibilitará continuar o monitoramento do atendimento da deliberação até que ocorra a efetiva publicação de ato(s) normativo(s) implantando e designando os membros dos comitês permanentes de gestão no âmbito da Rede Pesca Brasil, conforme previsto no Decreto 10.736/2021, com vistas a verificar se tais comitês contam com a participação de representantes do MMA, do Ibama e/ou do ICMBio, quando pertinente e em consonância com suas competências institucionais.

CONCLUSÃO

40. O presente monitoramento teve por objetivo avaliar o atendimento do item 1.7.1 do Acórdão 2.259/2021-TCU-Plenário. Tal item foi prolatado em decorrência do atendimento parcial de deliberação proferida no âmbito do Acórdão 496/2011-Plenário, alterado em parte pelo Acórdão 1.475/2011-Plenário, a respeito de representação sobre o permissionamento da pesca da tainha na região Sudeste e Sul do Brasil. A representação foi tratada no âmbito do TC 015.810/2010-0.

41. Observa-se que a deliberação ora monitorada está em implementação (ver parágrafos 29-39 da presente instrução). Assim, entende-se pertinente a continuidade do monitoramento do item 1.7.1 do Acórdão 2.259/2021-TCU-Plenário.

42. Por fim, é preciso destacar que a deliberação do Acórdão 2.259/2021-TCU-Plenário está propiciando o aprimoramento da gestão da pesca e do uso sustentável dos recursos pesqueiros, ao oportunizar condições para a participação de representantes do MMA, do Ibama e do ICMBio nas discussões sobre o tema nos comitês permanentes de gestão, instituídos no âmbito da Rede Pesca Brasil, conforme prevê o Decreto 10.736/2021.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

43. Ante o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:

a) considerar em implementação a deliberação contida no item 1.7.1. do Acórdão 2.259/2021-TCU-Plenário até que ocorra a publicação de ato(s) normativo(s) implantando efetivamente os comitês permanentes de gestão da pesca e do uso sustentável dos recursos pesqueiros - instituídos pelo art. 6º do Decreto 10.736/2021 -, com a designação de representantes do MMA, do Ibama e/ou do ICMBio, quando pertinente e em consonância com suas competências institucionais (parágrafos 29 a 39 da presente instrução);

b) comunicar a decisão que vier a ser proferida ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Ministério do Meio Ambiente e à representante Anelise Becker, Procuradora da República no Município de Rio Grande/RS, informando-os que seu inteiro teor pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos;

c) restituir os autos à SecexAgroAmbiental para que dê prosseguimento ao monitoramento";

Considerando, portanto, que o TCU pode incorporar o derradeiro parecer da unidade técnica a estas razões de decidir para, assim, assinalar como "em cumprimento" a determinação proferida pelo item 1.7.1 do Acórdão 2.259/2021-TCU-Plenário, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos neste processo, em face das providências ainda em curso para implementar os comitês permanentes de gestão da pesca e do uso sustentável dos recursos pesqueiros instituídos pelo art. 6º do Decreto n.º 10.736, de 2021, com a designação de representantes do MMA e do Ibama, além do ICMBio, em consonância com as suas competências institucionais;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU aprovado pela Resolução n.º 246, de 2011, em anotar como "em cumprimento" a determinação prolatada pelo item 1.7.1 do Acórdão 2.259/2021-TCU-Plenário, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos neste processo, sem prejuízo

de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo fixadas pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-041.967/2021-6 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroAmbiental).
1.2. Órgãos: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Meio Ambiente.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: SecexAgroAmbiental.
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Providências:
1.7.1. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao Ministério do Meio Ambiente, além da ilustre representante junto ao TC 015.810/2010-0, para ciência; e
1.7.2. restituir o processo à SecexAgroAmbiental para o prosseguimento do presente monitoramento.

ACÓRDÃO Nº 1566/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.113/2015-1
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Representação)
3. Recorrente: Portofer Transporte Ferroviário Ltda (03.835.338/0001-51)
4. Unidade: Autoridade Portuária de Santos S.A.
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)
8. Representação legal: Flavia Nasser Villela (304.462/OAB-SP), José Pinto Irmão (93.929/OAB-SP) e outros, representando Autoridade Portuária de Santos S.A.; Beatriz Neves Dal Pozzo (300.646/OAB-SP), Augusto Neves Dal Pozzo (174.392/OAB-SP) e outros, representando Portofer Transporte Ferroviário Ltda; Tercio Sampaio Ferraz Junior (16.854/OAB-SP), Fernando Gustavo Ferro Guimarães (105.337/OAB-RJ) e outros, representando ALL - América Latina Logística Malha Norte.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame, interposto pela Portofer Transporte Ferroviário Ltda contra o Acórdão 893/2021-Plenário, que determinou à Autoridade Portuária de Santos S.A. que se abstivesse de efetuar a prorrogação do Contrato de Arrendamento DP/25.2000, relativo à concessão da Ferrovia Interna do Porto de Santos.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame e negar-lhe provimento;
9.2. encaminhar cópia deste acórdão à recorrente e à Autoridade Portuária de Santos S.A., com a informação de que o inteiro teor do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 26/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1566-26/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1567/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.319/2021-4.
1.1. Apensos: 018.624/2021-9; 041.030/2021-4; 009.322/2021-3; 041.254/2021-0; 016.355/2021-0; 015.587/2021-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Acompanhamento.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Energia Elétrica; Empresa de Pesquisa Energética; Ministério de Minas e Energia; Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEle).
8. Representação legal: Anamaria do Prado de Castro (104.280/OAB-RJ), Rafaela Vieira Sartore (125.751/OAB-RJ) e outros, representando Operador Nacional do Sistema Elétrico - Ons.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento, cujo objeto são as ações relativas ao atendimento energético do Sistema Elétrico Interligado Nacional - SIN, diante do cenário hidrológico desfavorável,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. recomendar ao Ministério de Minas e Energia (MME), com o devido apoio do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, c/c art. 11, caput e §§ 1o e 2o, da Resolução 315/2020, que:
9.1.1. elabore um plano estratégico de contingência para o enfrentamento de situações de crises hidroenergéticas no setor elétrico, em observância ao art. 41, inciso IV e parágrafo único, da Lei 13.844/2019, e ao art. 14 da Lei 10.848/2004, c/c os arts. 3º, incisos IV e V, e 4º, inciso I, do Decreto 5.175/2004, elencando as diretrizes gerais e metodologias para o estabelecimento, de forma preventiva e não exaustiva, de um conjunto de ferramentas e medidas, sequenciais e gradativas, que possa ser utilizado pelos gestores em situações análogas no futuro, bem como os parâmetros ou critérios técnicos pré-determinados para acionamento das medidas para a otimização dos recursos hidroenergéticos e o enfrentamento de eventual situação de escassez hídrica, com a estipulação de prazos e metodologia para estimativa prévia dos custos das referidas medidas, assim como os impactos econômico-financeiros, sociais e tarifários decorrentes, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no país, sem prejuízo dos usos múltiplos da água e da modicidade tarifária, de acordo com o art. 6º, inciso I, do Decreto-Lei 200/1967; o art. 5º, da Lei 13.874/2019; a Portaria Normativa 30/GM/MME; os arts. 1º, inciso III, e 2º, inciso VI, da Lei 9.478/1997; o art. 1º, inciso X, da Lei 10.848/2004; o art. 6º, § 1º, da Lei 8.987/1995; o art. 37, caput, da Constituição Federal; os arts. 3o, 4o, incisos I, III, IV, VII, VIII, IX, X e XI, 5º, incisos II e III, e 6º, inciso III, do Decreto 9.203/2017; e os Referenciais para Avaliação de Governança em Políticas Públicas e de Controle de Políticas Públicas do TCU (Achados 1.1, 2.1 e 3.1);
9.1.2. prepare e apresente ao CNPE o relatório de lições aprendidas no enfrentamento da situação de escassez hídrica excepcional vivenciada no período 2020/2021, contemplando análise retrospectiva e individualizada de cada uma das medidas adotadas - bem como suas justificativas e evidências para tomada de decisão - para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e as recomendações de aprimoramentos com vistas a propiciar a identificação do conjunto de ferramentas que possa ser utilizado pelos gestores em situações análogas no futuro, associando-as ao levantamento das causas conjunturais e estruturais da crise hidroenergética, em respeito ao intitulado no art. 7º, inciso II, § 3º, da Resolução 315/2020; art. 2º, incisos I e VI, da Lei 9.478/1997; art. 41, inciso IV e parágrafo único, da Lei 13.844/2019; art. 6o, inciso I, do Decreto-Lei 200/1967; art. 37, caput, da Constituição Federal Brasileira; art. 14 da Lei 10.848/2004 c/c os arts. 3º, incisos IV e V, e 4º, inciso I, do Decreto 5.175/2004 (Achados 2.1 e 4.1);
9.2. recomendar à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, c/c art. 11, caput e §§ 1o e 2o, da Resolução 315/2020, considerando as disposições constantes dos arts. 1o, §§ 1o e 6º; 3o, §§ 1o e 2o; 4o; 5º, caput e parágrafo único; 7o; e 8o, da Resolução Creg 2/2021, que:
9.2.1. avalie os resultados obtidos pelo Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica quanto às reduções acumuladas apuradas para os consumidores, de modo a se certificar a respeito de erros de faturamento eventualmente cometidos, comunicando os respectivos resultados para os consumidores de maneira clara, objetiva e consistente, antes de realizar os pagamentos dos bônus; e
9.2.2. providencie análise dos resultados do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, ponderando, inclusive, a utilização de conceitos de economia comportamental para, se for o caso, propor eventuais ajustes de parâmetros que entender pertinentes, em caso de aprovação para um novo estágio do Programa ou de sua futura reedição (Achado 2.1);
9.3. dar ciência ao MME, nos termos do art. 9º, incisos I e II, da Resolução 315/2020, de que a adoção das medidas de enfrentamento à crise hidroenergética, bem como a estruturação da operação de crédito financeiro de que trata a MP 1.078/2021, sem a realização de uma prévia análise dos custos e consequentemente dos impactos tarifários, baseada em estudos, evidências e análises estruturadas para que as alternativas possam ser julgadas de maneira objetiva, contraria uma série de dispositivos, a exemplo de: art. 6º, inciso I, do Decreto-Lei 200/1967; art. 5º, da Lei 13.874/2019; Portaria Normativa 30/GM/MME; arts. 1º, inciso III, e 2º, inciso VI, da Lei 9.478/1997; art. 1º, inciso X, da Lei 10.848/2004; art. 6º, § 1º, da Lei 8.987/1995; art. 37, caput, da Constituição Federal Brasileira; arts. 3º, 4º, incisos I, III, IV, VII, VIII, IX, X e XI, 5º, incisos II e III, e 6º, inciso III, do Decreto 9.203/2017; e os Referenciais para Avaliação de Governança em Políticas Públicas e de Controle de Políticas Públicas do TCU (Achados 3.1 e 3.2).
9.4. comunicar o inteiro teor desta decisão ao Ministério de Minas e Energia, à Agência Nacional de Energia Elétrica, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico, à Empresa de Pesquisa Energética; à Comissão de Infraestrutura do Senado Federal; à Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados e à Comissão Temporária Externa para averiguar as causas e efeitos da crise hidroenergética (CTECRHE);
9.5. arquivar os presentes autos, com fulcro nos incisos II e V do art. 169 do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 26/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1567-26/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1568/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.548/2009-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Levantamento de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOpe).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Levantamento de Auditoria constituído como apartado do TC 009.758/2009-3, referente ao levantamento de auditoria realizado nas obras de construção da Refinaria Abreu e Lima (Rnest), no Estado de Pernambuco, no contexto do Fiscobras 2009, com o propósito de apurar indícios de irregularidades na execução do contrato n. 0800.0049738.09-2, no valor de R$ 730.750.000,00 com a Alusa Engenharia Ltda. (atualmente Alumini Engenharia S.A.), a Tomé Engenharia e Transportes Ltda., sucedida pela Tomé Engenharia S.A. e a Galvão Engenharia S.A., compondo o Consórcio Tomé Alusa Galvão (CNPJ 10.751.878/0001-12),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal.

10. Ata n° 26/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1568-26/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1569/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 042.705/2021-5.
1.1. Apensos: 043.352/2021-9; 029.523/2021-4
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Desestatização)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrente: Associação Recreativa e Beneficente dos Empregados da Ceasaminas (19.148.527/0001-96).
4. Entidades: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S. A.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).
8. Representação legal: Melissa Monte Stephan (118.596/OAB-RJ), representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Maximiliano Nagl Garcez (27.889/OAB-DF), representando Rogério Correia de Moura Baptista; Melissa Monte Stephan (118.596/OAB-RJ), representando BNDES Participações S.a.; Elisa de Oliveira Alves (156049/OAB-MG), Diego Felipe Bochnie Silva (39.372/OAB-DF), Bruno Jugend (41.441/OAB-DF), Éder Marcelo de Melo (56.511/OAB-DF) e outros, representando Associação Recreativa e Beneficente dos Empregados da Ceasaminas; Melissa Monte Stephan (118.596/OAB-RJ), representando Agência Especial de Financiamento Industrial.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela Associação Recreativa e Beneficente dos Empregados da Ceasaminas em desfavor de despacho de peça 368, que indeferiu o pedido de habilitação, na condição de amicus curiae, formulado pela embargante,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pela Associação Recreativa e Beneficente dos Empregados da Ceasaminas para, no mérito, acolhê-los, integrando ao despacho de peça 368 as razões expostas no voto que precede este acórdão e mantendo inalterado o indeferimento da habilitação da embargante;

9.2. dar ciência desta deliberação à embargante.

10. Ata n° 26/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1569-26/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Bruno Dantas, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1570/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.872/2022-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão: Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: Sonia Galasso Peçanha (116685/OAB-RJ), representando Conservadora Rio-Limp Ltda.

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta representação acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 2/2002, conduzido pela Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro, para a contratação de serviços de limpeza, asseio, conservação predial e copeiragem, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. com fundamento no art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, e 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, conhecer a representação e considerá-la procedente;
9.2. indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante;
9.3. com fundamento no art. 4º, inciso I da Resolução - TCU 315/2020 determinar à Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro que:
9.3.1. no prazo de 30 (trinta) dias conceda oportunidade à empresa Conservadora Rio-Limp Ltda. (39.420.336/0001-49) para retificar a planilha de custos do Contrato 15/2022 com a tributação considerada correta, sem a utilização do Simples Nacional, mantendo-se o valor da proposta global ofertada no Pregão 2/2022, e exija a demonstração do envio de comunicação à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil cientificando-a da existência do contrato em questão, informando ao TCU, nesse mesmo prazo, sobre os encaminhamentos realizados;
9.3.2. caso não seja possível a retificação da planilha de custos identificada no item anterior, abstenha-se de prorrogar o Contrato 15/2022;
9.4. dar ciência desta deliberação à Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro, à empresa Conservadora Rio-Limp Ltda. e à representante.

10. Ata n° 26/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1570-26/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1571/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.150/2011-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
3. Recorrentes: Estado de Rondônia (00.394.585/0001-71); Aparício Carvalho de Moraes (209.216.597-68).
4. Unidades jurisdicionadas: Estado de Rondônia; Fundo Nacional de Saúde.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Horcades Hugues Uchôa Sena Júnior, procurador do estado de Rondônia; Blucy Rech Borges (4.682/OAB-RO) e outros, representando Aparício Carvalho de Moraes.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes recursos de revisão interpostos pelo estado de Rondônia e por Aparício Carvalho de Moraes, ex-secretário estadual de saúde, contra o Acórdão 13.190/2016-TCU-Segunda Câmara, alterado pelo Acórdão 446/2019-TCU-Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei 8.443/1992:
9.1.1. conhecer e negar provimento ao recurso de revisão interposto pelo estado de Rondônia;
9.1.2. conhecer e dar provimento ao recurso de revisão interposto por Aparício Carvalho de Moraes, a fim de:
9.1.2.1. tornar insubsistente o subitem 9.1.2 do Acórdão 13.190/2016-TCU-Segunda Câmara, alterado pelo Acórdão 446/2019-TCU-Plenário, em relação a Aparício Carvalho de Moraes;
9.1.2.2. julgar regulares com ressalva as contas de Aparício Carvalho e Moraes, dando-lhe quitação, nos termos do art. 16, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes, ao Fundo Nacional de Saúde e à Procuradoria da República em Rondônia.

10. Ata n° 26/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1571-26/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1572/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.772/2020-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto VII - Representação.
3. Representante: Procurador do Ministério Público junto ao TCU Júlio Marcelo de Oliveira.
4. Órgão: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pelo Procurador Júlio Marcelo de Oliveira, com pedido de adoção de medida cautelar, noticiando possível irregularidade no pagamento de parcela remuneratória a membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT);
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 16, inciso V, e 237 do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. não conhecer da presente representação e encaminhar cópia desta deliberação ao representante e ao MPDFT.

10. Ata n° 26/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1572-26/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1573/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 005.122/2018-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrente: Fabianna Rampazzo Machado Santos (076.528.477-45).
4. Entidade: Caixa Econômica Federal - Caixa.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Fabio Emiliano Machado Bento (OAB/RJ 140.676).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, que nesta fase cuida da apreciação de embargos de declaração opostos por Fabianna Rampazzo Machado Santos em face do Acórdão 866/2022-TCU-Plenário, que negou provimento a recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 1.166/2021-TCU-Plenário;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração por adimplir os requisitos de admissão tratados nos arts. 32, inciso II, e 34 do RITCU para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. notificar a embargante da presente decisão.

10. Ata n° 26/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1573-26/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1574/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 012.263/2019-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Desestatização).
3. Recorrente: Agência Nacional de Transportes Terrestres (04.898.488/0001-77).
4. Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Ana Cristina Lopes Campelo de Miranda Bessa.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) contra o Acórdão 2.021/2021-TCU-Plenário;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhe provimento; e
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente.

10. Ata n° 26/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1574-26/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1575/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 038.380/2018-8.
1.1. Apenso: 013.035/2019-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Representação).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Aurora da Amazonia Terminais e Serviços Ltda. (04.694.548/0001-30); Porto Seco Centro Oeste S/A (02.680.379/0001-53).
3.2. Recorrente: Porto Seco Centro Oeste S/A (02.680.379/0001-53).
4. Órgão: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 1ª Região Fiscal.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154), Djaci Alves Falcão Neto (OAB/DF 23.523), Juliano Costa Couto (OAB/DF 13.802) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, que nesta fase cuida da apreciação de embargos de declaração opostos em face do Acórdão 909/2022-TCU-Plenário, que negou provimento a pedido de reexame interposto contra o Acórdão 1.323/2020-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração por adimplir os requisitos de admissão tratados nos arts. 32, inciso II, e 34 do RITCU para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. notificar a embargante da presente decisão.

10. Ata n° 26/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1575-26/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1576/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.481/2015-3

2. Grupo II - Classe de Assunto I - Pedido de reexame (em Relatório de Auditoria)

3. Recorrente: João Carlos Grilo Carletti (740.938.867-68)

4. Unidade: Instituto Estadual do Ambiente

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Representação legal: Nilsomaro de Souza Rodrigues (53.310/OAB-RJ) e Uanderson Braga Ribeiro (189.828/OAB-RJ), representando João Carlos Grilo Carletti; Rodrigo Numeriano Dubourcq Dantas (31.920/OAB-PE), representando Ministério das Cidades (extinta); Murilo Fracari Roberto (22.934/OAB-DF), Guilherme Lopes Mair (32.261/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Vitor Magno de Oliveira Pires (108.997/OAB-MG), Alexandre Aroeira Salles (28.108/OAB-DF) e outros, representando Consorcio Rio Bengalas

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame interposto por João Carlos Grilo Carletti em face do Acórdão 2.150/2021-TCU-Plenário, que lhe aplicou multa em virtude de irregularidades na execução do Contrato 9/2013-Inea, cujo objeto é obra de canalização e dragagem do Rio Bengalas, situada em Nova Friburgo/RJ.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. encaminhar cópia desta decisão ao recorrente, com a informação de que o inteiro teor deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 26/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1576-26/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1577/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 022.625/2013-5

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Revisão de Ofício (em Aposentadoria)

3. Interessados: Marcos Vinicius da Silva (441.790.497-91), ex-escrivão

4. Unidade: Departamento de Polícia Federal (DPF)

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

8. Representação legal: Igor Oliveira Costa (18.028/OAB-PB), Milena Duarte de Araujo (32101/OAB-PE) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, originariamente constituídos para a apreciação de atos de aposentadoria de servidores do Departamento de Polícia Federal - DPF e agora em fase de análise de revisão de ofício proposta pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip em face de decisão judicial transitada em julgado que determinou ao TCU que declare legal a aposentadoria de Marcos Vinicius da Silva, ordenando seu registro.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 157 do Regimento Interno, em:

9.1. sobrestar o presente processo até que se obtenha o resultado da medida indicada no item seguinte;

9.2. orientar à Consultoria Jurídica deste Tribunal - Conjur que, com o auxílio da AGU, adote as medidas necessárias para a desconstituição da sentença da 3ª Vara Federal da Paraíba, proferida no Processo 0809309-44.2018.4.05.8200, que ordenou ao Tribunal o julgamento pela legalidade e o registro do ato de aposentadoria de Marcos Vinicius da Silva, ex-servidor do Departamento de Polícia Federal, por vício insanável.

9.3. encaminhar os presentes autos à Conjur.

10. Ata n° 26/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1577-26/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1578/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 041.276/2021-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Denúncia)

3. Embargante: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (91.335.315/0001-45)

4. Unidade: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Representação legal: Romulo Nascimento Barros (67.379/OAB-RS), representando Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração opostos pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul ao Acórdão 1.034/2022 - Plenário, proferido em relação e por intermédio do qual foi considerada parcialmente procedente denúncia de possíveis realização e prorrogação indevidas de contratação emergencial de serviços de publicidade, além de ter sido formulada ciência àquela unidade jurisdicionada acerca da necessidade de serem adotadas medidas tempestivas para evitar contratações emergenciais impróprias.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e acolhê-los, atribuir-lhes efeitos infringentes, considerar improcedente a denúncia em foco e tornar insubsistente a ciência dada por intermédio do Acórdão embargado;

9.2. encaminhar cópia deste Acórdão ao embargante e ao denunciante, com a informação de que a íntegra do Relatório e do Voto que o fundamentam estão disponíveis no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 26/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1578-26/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1579/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.731/2022-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Desestatização

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgãos/Entidades: Santos Port Authority (SPA); Ministério da Infraestrutura (MInfra).

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).

8. Representação legal:

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de processo de desestatização da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips), na modalidade de cessão onerosa de uso de bem público, promovida pela Autoridade Portuária do Porto de Santos (Santos Port Authority - SPA).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, incisos II e III, do Regimento Interno e com os arts. 4º, inciso II e 11 da Resolução-TCU 315/2020, em:

9.1. informar à Autoridade Portuária do Porto de Santos e ao Ministério da Infraestrutura que não foram encontrados óbices à utilização da modelagem submetida ao TCU para análise, nos termos da IN-TCU 81/2018, visando a realização da desestatização da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips) no modelo de Associação, desde que atendidos e dando ciência a este Tribunal acerca das medidas adotadas em relação aos itens 9.2 e 9.3 com antecedência mínima de quinze dias da data assinatura do contrato de cessão;

9.2. recomendar à Autoridade Portuária do Porto de Santos e ao Ministério da Infraestrutura que, na eventualidade de que apenas uma operadora ferroviária seja habilitada no chamamento público e, por consequência, adote-se o modelo de sociedade unipessoal, seja inserida cláusula na minuta de contrato da entidade cessionária da Fips de forma que permita-se a cessão de uso da ferrovia por um prazo máximo de dois anos, mantidas as premissas da modelagem, principalmente quanto ao regime de não lucratividade e às boas práticas de transparência e governança, aproveitando-se da modelagem contratual baseada na Associação, art. 53 da Lei 10.406/2002 (código civil), e na oportunidade de negócio disposta no art. 28, §3°, II da Lei 13.303/2016;

9.3. determinar à Autoridade Portuária do Porto de Santos, à Agência Nacional de Transportes Terrestres e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários que, previamente à publicação do Edital de Chamamento referente à Cessão da Fips, deem ampla publicidade ao Termo Aditivo do Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Competências entre Antt e Antaq, com o seu respectivo Plano de Trabalho e definição de responsabilidades para a fiscalização da Fips, de forma que preveja a condução de possíveis processos administrativos sancionadores, com fundamento no inciso I, do parágrafo único, do art. 24 e no inciso I, do § 1° , do art. 27, todos da Lei 10.233/2001, e Parágrafo único do art. 56-A da Lei 12.815/2013;

9.4. recomendar à Autoridade Portuária do Porto de Santos, à Agência Nacional de Transportes Terrestres e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários que, no acompanhamento e na fiscalização da gestão da Associação, assegurem as premissas do modelo em atenção à transparência, ao amplo acesso à infraestrutura e à mitigação de concentração de poder decisório;

9.5. autorizar o ingresso da Agência Nacional de Transportes Aquaviários nos autos como parte interessada;

9.6. encaminhar cópia do presente Acórdão ao Ministério da Infraestrutura, à Autoridade Portuária do Porto de Santos, à Agência Nacional de Transportes Terrestres e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários destacando que o relatório e o voto que fundamentam a deliberação podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos; e

9.7. restituir os autos à SeinfraPortoFerrovia para monitoramento do presente Acórdão.

10. Ata n° 26/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 6/7/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1579-26/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1580/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 021.481/2017-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Relatório de Auditoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Avante Brasil Comercio Eireli (22.706.161/0001-38); Kademed Medicamentos Eireli (04.773.356/0001-19).
3.2. Responsáveis: Antonio Manuel Morgado de Azevedo (460.278.077-68); Camillo de Lellis Carneiro Junqueira (532.850.696-00); Carine Ferreira Nogueira Tavares (055.671.597-73); Edson Shoiti Hara Junior (033.641.637-74); Eduardo Biosca Lima de Oliveira (094.758.247-90); Lucilea da Fonseca Felix (088.681.957-12); Luiz Antonio de Souza Teixeira Junior (023.199.537-79); Miguelangelo Pereira Peligrino (615.773.167-20); Paulo Fernando Gonzaga Cavallari (500.249.810-87); Paulo Vinicius de Souza Rodrigues (037.826.777-90); Rafael Santos de Souza (086.223.547-25); Ricardo Guimaraes Campos (113.675.207-20); Sidney Cerqueira Couto (018.513.377-09); Stela Mary da Silva Vidal (872.545.227-49); Weslei Gonçalves Pereira (955.605.137-68)
4. Órgãos/Entidades: Prefeitura Municipal de Magé - RJ; Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
8. Representação legal: Marcos Joaquim Gonçalves Alves (20.389/OAB-DF), Gabriella Alencar Ribeiro (56.591/OAB-DF) e outros, representando Kademed Medicamentos Eireli; Joaquim Augusto Melo de Queiroz (257.402/OAB-SP), Pedro Sergio Fialdini Filho (137.599/OAB-SP) e outros, representando Bayer S/a; Gil Vicente Leite Tavares, representando Luiz Antonio de Souza Teixeira Junior; Kamila de Castro Furtado (171.867/OAB-RJ) e Ana Carolina Pinto de Nigris (172.138/OAB-RJ), representando Avante Brasil Comercio Eireli; Ana Paula da Costa Sa (104.455/OAB-RJ), Roberto Trigueiro Fontes (17.853/OAB-DF) e outros, representando Novartis Biociencias Sa.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria, em que se analisa, nesta assentada, a regularidade de aquisições de medicamentos com recursos descentralizados pelo Ministério da Saúde, por meio do Fundo Nacional de Saúde (FNS), sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde do Rio de Janeiro (SES/RJ) e na Secretaria Municipal de Saúde de Magé-RJ (SMS/Magé), no período de 2015 a 2017.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1 nos termos do art. 12, §3º, da Lei 8.443/1992, considerar revéis, para todos os efeitos, os responsáveis Rafael Santos de Souza, Antônio Manuel Morgado de Azevedo, Stela Mary da Silva Vidal, Miguelangelo Pereira Peligrino, Carine Ferreira Nogueira Tavares, Wesley Gonçalves Pereira e Sidney Cerqueira Couto;
9.2 nos termos do art. 250, §1º, do Regimento Interno deste Tribunal, acolher as razões de justificativa dos responsáveis Lucilea da Fonseca Felix, Paulo Fernandes Gonzaga Cavallari, Edson Shoiti Hara Junior, Camillo de Léllis Carneiro Junqueira, Paulo Vinícius de Souza Rodrigues, Ricardo Guimarães Campos, Luís Antônio de Souza Teixeira Júnior e Eduardo Biosca Lima de Oliveira;
9.3 aplicar aos responsáveis Rafael Santos de Souza e Carine Ferreira Nogueira, respectivamente, Prefeito e Secretária Municipal de Saúde do Município de Magé/RJ à época dos fatos apurados nos presentes autos, a multa prevista no art. 58, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, no valor individual de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento das notificações, para que comprovem perante o Tribunal, consoante disposto no art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno desta Corte de Contas, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. nos termos do inciso II do art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.5. autorizar, se requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, e art. 217 do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, com a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;
9.6 nos termos dos arts. 2º, inciso II, e 9º, da Resolução-TCU 315/2020, dar ciência:
9.6.1 à Prefeitura Municipal de Magé-RJ, de que a realização de pesquisa de preços para elaboração de orçamento básico de licitação com respaldo apenas em consulta a empresas privadas não atende o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/1993 (sucedido, por equivalência, pelo art. 23, caput, e §1º, inciso II, da Lei 14.133/2021, a partir de abril/2023);
9.6.2 dar ciência à Secretaria de Estado da Saúde do Rio de Janeiro, de que é considerada indevida a exigência do Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle como critério de qualificação técnica para participação em certame licitatório, tendo em vista a natureza exaustiva da lista de requisitos definidos no art. 30 da Lei 8.666/1993 (sucedido, por equivalência, pelo art. 67 da Lei 14.133/2021, a partir de abril/2023);
9.7 dar conhecimento desta deliberação:
9.7.1 à SecexSaúde, para que promova as diligências necessárias a verificar se as transferências de recursos de contas do SUS (blocos PAB e MAC), em valor próximo a R$ 10 milhões (R$ 5,9 milhões do PAB e R$ 4 milhões do MAC), para a conta cujo CNPJ corresponde ao Gabinete do Prefeito no Município de Magé-RJ, entre 2016 e 2017 (descritas no parágrafo 36 do Voto que integra este Acórdão e §§ 314 e 315 do relatório de auditoria à peça 381) implicaram desvio de finalidade dos recursos do SUS, ficando autorizada, desde já, a autuação de tomada de contas especial;
9.7.2 à Segecex, para que oriente as unidades técnicas a incluir nas instruções de mérito com análise de razões de justificativa ou alegações de defesa a reprodução das respectivas condutas, nos termos descritos nos ofícios dirigidos aos responsáveis;
9.8 dar ciência deste Acórdão aos seguintes destinatários, informando que as peças que o integram (Relatório e Voto) poderão ser obtidas no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos:
9.8.1 aos responsáveis indicados no item 3.2 deste Acórdão;
9.8.2 Secretaria de Estado da Saúde do Rio de Janeiro;
9.8.3 Prefeitura Municipal de Magé-RJ;
9.8.4 sociedades empresariais Avante Brasil Comercio Eireli (22.706.161/0001-38) e Kademed Medicamentos Eireli (04.773.356/0001-19), por meio de seus respectivos representantes legais.

10. Ata n° 26/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1580-26/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1581/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC-030.858/2015-1
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão (em Tomada de Contas Especial)
3. Recorrente: Luiz Lindbergh Farias Filho (ex-prefeito, CPF 690.493.514-68)
4. Unidade: Município de Nova Iguaçu/RJ
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
7. Unidade Técnica: Serur
8. Representação legal: Wanessa Martinez Vargas (168812/OAB-RJ), representando o Município de Nova Iguaçu/RJ; e Rodrigo Nobrega Farias (10220/OAB-PB), representando Luiz Lindbergh Farias Filho.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em que se examina recurso de revisão apresentado por Luiz Lindbergh Farias Filho, ex-prefeito do Município de Nova Iguaçu/RJ, contra a deliberação por meio da qual este Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-o ao pagamento do débito de aproximadamente R$ 45.700,00 (valor histórico, parcelas de 2006 a 2008) e aplicando-lhe multa no valor de R$ 6.000,00 (reduzida posteriormente para R$ 2.000,00 em julgamento de recurso de reconsideração),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com base no art. 35 da Lei 8.443/1992 e nos arts. 174 a 176 e 288 do Regimento Interno do TCU, em:
9.1 declarar a nulidade da citação de Luiz Lindbergh Farias Filho (peças 15 e 16) e os atos processuais que dela decorreram, abrangendo os Acórdãos 14.206/2018, 9.805/2019 e 11.289/2020, todos da 1ª Câmara, devendo o processo ser novamente submetido ao relator original;
9.2 considerar prejudicado o julgamento do recurso de revisão interposto por Luiz Lindbergh Farias Filho, por perda de objeto;
9.3 notificar a recorrente e demais interessados no processo a respeito deste acórdão.

10. Ata n° 26/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1581-26/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1582/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 035.916/2016-8.
1.1. Apensos: TCs 033.012/2017-2; 026.512/2018-1; 035.913/2016-9; 035.912/2016-2; 035.909/2016-1; 035.911/2016-6; 035.915/2016-1
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Desestatização
3. Interessada: Agência Nacional de Energia Elétrica (02.270.669/0001-29).
4. Entidades: Companhia Energética do Piauí S.A. (Cepisa); Companhia Energética de Alagoas S.A. (Ceal); Companhia de Eletricidade do Acre S.A. (Eletroacre); Centras Elétricas de Rondônia S.A. (Ceron); Boa Vista Energia S.A. e Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (AmE).
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEle).
8. Representação legal: Viviane Costa Moreira de Souza (150.663/OAB-RJ), Rodrigo Luiz Coutinho (124.801/OAB-RJ) e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Joas de Oliveira Geremias, Tomas Henrique Melo de Oliveira e outros, representando Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras Estabelecimentos Unificados; Sidnei Furlan, Alexandre Gonçalves Filho e outros, representando Agência Nacional de Energia Elétrica; Gustavo Andere Cruz (1.985-A/OAB-DF), Igor Folena Dias da Silva (52.120/OAB-DF) e outros, representando Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este relatório de desestatização, cujo objeto é a avaliação do processo de privatização das distribuidoras de energia elétrica então controladas pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras): Companhia Energética do Piauí S.A. (Cepisa), Companhia Energética de Alagoas S.A. (Ceal), Companhia de Eletricidade do Acre S.A. (Eletroacre), Centras Elétricas de Rondônia S.A. (Ceron), Boa Vista Energia S.A. e Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (AmE),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso XV, 241 e 250, inciso III, do Regimento Interno, e no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, em:
9.1. considerar que, sob o ponto de vista formal, a documentação encaminhada cumpre os requisitos estabelecidos na IN TCU 27/1998 no que diz respeito aos 4º e 5º estágios de fiscalização (art. 2º, incisos IV e V da IN TCU 27/1998) e quanto à prestação de contas do processo de desestatização (art. 6º da IN TCU 27/1998);
9.2. considerar que não foram identificados elementos que materialmente desqualifiquem os atos praticados no processo de desestatização e tampouco a prestação de contas apresentada pelo BNDES;
9.3. com relação ao comando da parte final do item 9.8 do Acórdão TCU 1.199/2018 - Plenário, revela-se improvável o risco então suscitado;
9.4. nos termos do inciso V, art. 169, do Regimento Interno TCU, arquivar o presente feito, em razão de ter cumprido o objetivo para o qual fora constituído.

10. Ata n° 26/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1582-26/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1583/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 000.075/2021-3.
2. Grupo: I - Classe V - Assunto: Monitoramento.
3. Responsável: não consta.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Nacional de Abastecimento (Conab/Sede).
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Selog.
8. Representação legal: não consta.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do cumprimento das determinações do subitem 9.2 do Acórdão 3.255/2020-TCU-Plenário, prolatado em processo de denúncia (TC-025.317/2020-2) acerca de possíveis irregularidades praticadas pela Companhia Nacional de Abastecimento - Superintendência Regional no Rio de Janeiro (Conab/RJ) no âmbito da contratação, por dispensa de licitação, ante situação emergencial, de empresa especializada em serviços de exploração e administração de estacionamento para os hortomercados Leblon e Humaitá,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar atendidas as medidas determinadas pelo subitem 9.2 do Acórdão 3.255/2020-TCU-Plenário;

9.2. determinar o apensamento definitivo destes autos ao processo originador (TC-025.317/2020-2), nos termos do art. 36 da Resolução-TCU 259/2014;

9.3. dar ciência deste Acórdão à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab-Sede).

10. Ata n° 26/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1583-26/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1584/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 003.478/2022-0.
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de declaração (Representação).
3. Embargante: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.
4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Rafael da Anunciação (OAB-DF 29.300) e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação em que se apreciam embargos de declaração opostos pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero ao Acórdão 925/2022 - Plenário, de minha relatoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. não conhecer dos presentes embargos de declaração, por não atenderem os requisitos de admissibilidade previstos no art. 34 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 287, § 1º, do RITCU;
9.2. dar ciência à embargante.

10. Ata n° 26/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1584-26/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1585/2022 - TCU - Plenário

1. Processo: TC-012.887/2021-8.
2. Grupo I; Classe de Assunto: V - Auditoria Operacional.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa/Secretaria de Política Agrícola.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes a Relatório de Auditoria Operacional no Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) com o objetivo de avaliar a sua governança e gestão, compreender o processo de tomada de decisão de investimentos e verificar se têm sido atingidos os seus objetivos.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução/TCU 315/2020, determinar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, que, no prazo de 120 dias contados da notificação deste acórdão, passe a divulgar de forma periódica, transparente, acessível e atualizada as informações relevantes do Funcafé, protegida a informação sigilosa e pessoal, contendo no mínimo: atas das reuniões do Conselho Deliberativo de Política do Café e de seu comitê técnico; dados das receitas recebidas; detalhamento da execução orçamentária por destinação; e valores desembolsados às instituições financeiras e recebidos pelos beneficiários finais, consoante o disposto nos arts. 6º e 8º da Lei 12.527/2011;
9.2. com fundamento no art. 11 da Resolução/TCU 315/2020, recomendar ao Mapa que:
9.2.1. elabore e publique normativo regulamentando a metodologia de cálculo para distribuição dos recursos do Funcafé nas diferentes linhas de crédito a cada ano-safra;
9.2.2. elabore plano estratégico para o Funcafé alinhado com os objetivos estratégicos do Ministério;
9.2.3. desenvolva e dê publicidade, anualmente, a um plano com metas e indicadores de desempenho precisos, claros e mensuráveis, que compreendam as várias dimensões do desempenho, como eficiência, eficácia, efetividade e economicidade para a gestão do Funcafé;
9.2.4. proponha à Casa Civil da Presidência da República a revisão da norma que regulamenta o Funcafé, atualizando, em especial, a destinação de recursos, bem como as competências e responsabilidades sobre o aludido Fundo; e
9.2.5. promova a integração de dados das operações contratadas do sistema que gerencia o Funcafé no Mapa com o sistema de registro das operações no Banco Central do Brasil, de forma a evitar a inserção e manutenção das mesmas informações em ambos os sistemas;
9.3. informar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao Conselho Deliberativo da Política do Café que, atualmente, o Funcafé aplica a quase totalidade dos recursos em financiamento, em detrimento de outras possíveis destinações legais, tais como: pesquisa, capacitação, e promoção e publicidade do café brasileiro;
9.4. cientificar a Secretaria do Tesouro Nacional sobre a existência de recursos ociosos no Funcafé para fins de desvinculação dos superávits financeiros dos exercícios vindouros do Fundo, nos termos da Emenda Constitucional 109;
9.5. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional o uso apenas parcial dos recursos públicos pelo Funcafé, uma vez que, nos últimos 5 anos-safra, em média, 36,3% do orçamento não alcançou efetivamente os beneficiários finais do Fundo;
9.6. autorizar a SecexAgroambiental a proceder ao monitoramento das deliberações prolatadas no presente processo;
9.7. arquivar os autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 26/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1585-26/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1586/2022 - TCU - Plenário

1. Processo n.º TC 024.927/2020-1.
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Vanildo Inocêncio (CPF 886.345.669-00).
4. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em Cascavel - PR.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: Ana Flávia Trovo Lulu (OAB-PR 82.979), entre outros, representando Vanildo Inocêncio.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em desfavor de Vanildo Inocêncio, como então servidor na Gerência Executiva do INSS em Cascavel - PR, diante da indevida revisão fraudulenta em benefícios previdenciários e da subsequente produção do dano ao erário sob o valor histórico de R$ 76.838,49;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator em:
9.1. rejeitar as alegações de defesa oferecidas por Vanildo Inocêncio;
9.2. julgar irregulares as contas de Vanildo Inocêncio, nos termos dos arts. 16, III, alíneas "c" e "d", e 19, caput, e 23, III, da Lei n.º 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)
4/2/2011	58.567,74
14/3/2011	913,18
7/4/2011	908,18
13/5/2011	908,18
7/6/2011	908,18
5/7/2011	908,18
6/8/2011	908,18
6/9/2011	908,18
10/10/2011	908,18
1º/11/2011	908,18
2/12/2011	908,18
5/1/2012	908,18
2/2/2012	919,53
5/3/2012	919,53
2/4/2012	919,53
2/5/2012	919,53
5/6/2012	919,53
2/7/2012	919,53
6/8/2012	919,53
3/9/2012	919,53
1º/10/2012	919,53

9.3. aplicar em desfavor de Vanildo Inocêncio a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida ao Tesouro Nacional, com a devida atualização monetária, na forma da legislação em vigor;
9.4. considerar, preliminarmente, graves as infrações cometidas por Vanildo Inocêncio, nos termos do art. 270, § 1º, do RITCU, para, desse modo, inabilitá-lo para o exercício de cargo em comissão e função de confiança pelo período de 8 (oito) anos na administração federal, nos termos do art. 60 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 270 do RITCU;
9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;
9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida fixada por este Acórdão, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443, de 1992, diante do não atendimento à notificação, informando nesse ponto que, como a malsinada irregularidade configuraria a eventual conduta dolosa no sentido de efetivamente facilitar, permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada incorpore ou utilize, de forma indevida, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da administração pública, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis, resultando no eventual ilícito doloso de improbidade administrativa causador do aludido prejuízo ao erário, nos termos, por exemplo, do art. 10, I e II, da Lei n.º 8.429, de 1992, com a alteração promovida pela Lei n.º 14.230, de 2021, a eventual prescrição da ação de ressarcimento ao erário não subsistiria, estando esse entendimento em plena consonância com a jurisprudência fixada pelo STF no bojo do RE 852.475-SP, com o trânsito em julgado a partir de 6/12/2019, diante da Tese de Repercussão Geral n.º 897;
9.7. enviar a cópia deste Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, aos seguintes destinatários:
9.7.1. ao Instituto Nacional do Seguro Social, para ciência e eventual adoção das providências cabíveis;
9.7.2. à Controladoria-Geral da União, para ciência e, entre outras eventuais medidas, adoção da providência determinada pelo item 9.4 deste Acórdão dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da notificação desta deliberação; e
9.7.3. à Procuradoria da República no Estado do Paraná, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei n.º 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penas cabíveis.

10. Ata n° 26/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1586-26/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1587/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 043.168/2021-3.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Denúncia.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
4. Órgão/Entidade: Hospital Central do Exército.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: Renata Katagi (101969/OAB-RJ), representando Renacoop - Renascer Cooperativa de Trabalho.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Denúncia a respeito de possíveis irregularidades cometidas na condução do Pregão Eletrônico 108/2021, lançado com vistas à contratação de empresa para prestação de serviços de enfermagem (enfermeiros e técnicos de enfermagem) para o Hospital Central do Exército - HCE,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões apresentadas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da denúncia, uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes dos arts. 234 e 235 do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, considerá-la improcedente;
9.2. revogar a medida cautelar determinada por meio do despacho constante à peça 48 dos autos, referendada pelo Acórdão 251/2022 - TCU - Plenário;
9.3. determinar ao Hospital Central do Exército que:
9.3.1. exija da Renacoop - Renascer Cooperativa de Trabalho, se assim não o fez, a apresentação do modelo de gestão operacional em rodízio, na forma prevista no edital do Pregão Eletrônico 108/2021, para que possa ser convalidado o contrato decorrente do certame ora em análise (caso não persista o atual impedimento judicial à contratação), a fim de que seja observado o disposto no art. 10, caput, e inciso II, da IN/SEGES/MP 5/2017, segundo o qual "A contratação de sociedades cooperativas somente poderá ocorrer quando, pela sua natureza, o serviço a ser contratado evidenciar: II - (...) que a gestão operacional do serviço seja executada de forma compartilhada ou em rodízio, em que as atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços e as de preposto, conforme determina o art. 68 da Lei nº 8.666, de 1993, sejam realizadas pelos cooperados de forma alternada ou aleatória, para que tantos quanto possíveis venham a assumir tal atribuição";
9.3.2. proceda à adequada fiscalização do contrato, com fiel e estrito cumprimento das disposições indicadas na IN/SEGES/MP 5/2017 e normas correlatas a esse tipo de contratação;
9.3.3. informe a este Tribunal, no prazo de sessenta dias, sobre o cumprimento das determinações indicadas nos subitens precedentes, incluindo a remessa da documentação comprobatória, e sem prejuízo de encaminhar, também, informações atualizadas sobre o procedimento judicial em tramitação na Justiça Federal do Rio de Janeiro - 1ª Vara Federal de Duque de Caixas e sobre a eventual efetiva contratação;
9.4. encaminhar esta deliberação à Comissão de Jurisprudência desta Corte, para que avalie a conveniência e a oportunidade de revisitar o entendimento proferido na Súmula TCU 281, à luz das considerações e fundamentos lançados nesta deliberação, somados àqueles já remetidos por ocasião do Acórdão 2463/2019-TCU-1ª Câmara;
9.5. dar ciência deste Acórdão ao Hospital Central do Exército - HCE, à Renacoop - Renascer Cooperativa de Trabalho, e ao denunciante;
9.6. levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014; e
9.7. autorizar desde logo o arquivamento dos presentes autos, nos termos art. 169, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal, sem prejuízo do monitoramento, pela Selog, do efetivo cumprimento desta deliberação.

10. Ata n° 26/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 6/7/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1587-26/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 55 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, aprovada pela Presidente e homologada pelo Plenário.

(Assinado eletronicamente)
LORENA MEDEIROS BASTOS CORREA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 13 de julho de 2022.

(Assinado eletronicamente)

ANA ARRAES
Presidente

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

ACÓRDÃO

PA CFMV SUAP nº 0110041.00000445/2022-69 PROCEDÊNCIA: CRMV-AM
ASSUNTO: RECURSO CONTRA INDEFERIMENTO DE CANDIDATURA DE MEMBRO DA CHAPA "UM CONSELHO FEITO PARA TODOS"
RECORRENTE: MED. VET. JOSÉ AUGUSTO CORREA LIMA OMENA (CRMV-AM Nº 606/VP)
RELATOR: CONSELHEIRO MED. VET. OLÍZIO CLAUDINO DA SILVA (CRMV-GO Nº 0547)
EMENTA: ELEIÇÕES CRMV-AM. RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA DECISÃO DA CER/CRMV-AM QUE INDEFERIU REGISTRO DE DETERMINADO CANDIDATO POR SUPOSTA INADIMPLÊNCIA COM O REGIONAL. PROVIMENTO DO RECURSO EM RAZÃO DA ADIMPLÊNCIA.
1. Os candidatos interessados em concorrer à eleição, para qualquer cargo, devem comprovar as respectivas condições de elegibilidade, dentre as quais, a adimplência financeira com o CRMV.
2. A adimplência do candidato com o CRMV-AM foi demonstrada com a certidão apresentada e eventual dúvida acerca da veracidade (decorrente do prazo de validade da certidão) poderia/deveria ser dirimida pela própria CER/CRMV, pois o CRMV era e é detentor da informação.
3. Demonstrada a adimplência do profissional, tem-se por observada a exigência da Resolução e por atendido o respectivo objetivo: permitir que apenas profissionais adimplentes disputem o pleito.
4. Fundamento: arts. 7º, III, e 17, II, III, 'a' e 'b', da Resolução CFMV nº 1298/2019.
Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, na 31ª Sessão Plenária Extraordinária do Conselho Federal de Medicina Veterinária, realizada no dia 13/7/2022, acordam os Conselheiros Federais deste CFMV, por unanimidade, em conhecer do recurso e, no mérito, também por unanimidade, dar-lhe provimento para, então, reformar a decisão da CER/CRMV-AM e manter a a candidatura do Méd. Vet. Jorge Luiz Maia Carneiro (CRMV-AM nº 0159) ao cargo de Conselheiro Efetivo da Chapa "UM CONSELHO FEITO PARA TODOS", haja vista o atendimento dos requisitos da Resolução CFMV nº 1.298/2019, nos termos do voto do Relator.

ANA ELISA FERNANDES DE SOUZA ALMEIDA
Presidente do Conselho
Em exercício

OLÍZIO CLAUDINO DA SILVA
Conselheiro Federal Relator

CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS

RESOLUÇÃO Nº 2.018, DE 4 DE JULHO DE 2022

Regulamenta a indicação de responsável técnico e dá outras providências.

O Conselho Federal dos Representantes Comerciais - Confere, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO que a Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980, que dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, em seu artigo primeiro, estabelece que o registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões;
CONSIDERANDO que o art. 2º da Lei 4.886, de 09 de dezembro de 1965, estabelece que é obrigatório o registro dos que exerçam a representação comercial autônoma nos Conselhos Regionais criados pelo art. 6º da referida lei;
CONSIDERANDO que, embora a personalidade da pessoa jurídica regularmente constituída não se confunde com a de seus sócios, ela depende dos atos e ações das pessoas naturais para a execução do seu objeto social e, consequentemente, de um profissional devidamente habilitado, que se responsabilize perante o órgão fiscalizador pela execução de suas atividades e compromissos assumidos;
CONSIDERANDO que o art. 10, § 9° da Lei n° 4.886/65 estabelece que o representante comercial pessoa física, como Responsável Técnico de pessoa jurídica devidamente registrada no Conselho Regional dos Representantes Comerciais, pagará anuidade em valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da anuidade devida pelos demais profissionais autônomos registrados no mesmo Conselho;
CONSIDERANDO que o benefício tributário concedido aos responsáveis técnicos acarreta redução na receita dos Conselhos Regionais, fazendo-se necessário a devida cautela para que a vantagem não seja utilizada de forma indiscriminada;
CONSIDERANDO a necessidade de as Entidades que compõem o Sistema Confere/Cores cumprirem suas finalidades institucionais no campo do poder de polícia da profissão, em benefício e proteção da sociedade, fixando, aplicando, cobrando e executando as penalidades em geral, relacionadas com suas atribuições legais;
CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Confere em reunião realizada desta data, resolve:
Art. 1º. O registro das pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais se fará mediante requerimento dirigido ao Diretor-Presidente da entidade, com a apresentação dos documentos exigidos no § 3º, do artigo 3º, da Lei nº 4.886, de 09 de dezembro de 1965, com a indicação do seu Responsável Técnico, representante comercial, pessoa natural, devidamente registrado no mesmo Conselho Regional e em situação regular perante a Entidade.
Art. 2º. Aplica-se ao registro das filiais de empresas de representação comercial o estabelecido no artigo anterior.
Art. 3º. O representante comercial registrado como pessoa natural no Conselho Regional dos Representantes Comerciais, poderá ser indicado como Responsável Técnico das pessoas jurídicas das quais seja sócio cotista, acionista, cooperado ou titular, no caso de EIRELI, até o máximo de três empresas.
Parágrafo único. Nos casos em que o representante comercial não integrar o quadro societário da pessoa jurídica, ficará limitado a uma indicação como Responsável Técnico.
Art. 4º. Não fará jus ao benefício da redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da anuidade, o Responsável Técnico pela pessoa jurídica com o registro suspenso no Conselho Regional, a pedido, em razão da inatividade da empresa.
Art. 5º. Nos casos em que o Responsável Técnico pela filial for o mesmo indicado pela matriz, ficará dispensado da apresentação do comprovante de residência na localidade, para fins do registro secundário.
Art. 6º. Ocorrendo o cancelamento do registro da pessoa jurídica e, permanecendo o representante comercial Responsável Técnico registrado no Conselho, deverá ser notificado para ciência da extinção do tratamento tributário diferenciado no valor da anuidade do seu registro como pessoa natural, passando ao pagamento integral, caso não comprove a atuação como Responsável Técnico de outra pessoa jurídica registrada no mesmo Conselho, ficando a cargo do Conselho Regional a devida fiscalização.
Art. 7º. A pessoa jurídica que exercer a representação comercial autônoma sem a indicação Responsável Técnico, representante comercial, pessoa natural, devidamente registrado no mesmo Conselho Regional e em situação regular perante a Entidade, estará sujeita à Multa Administrativa, no valor de R$ 1.212,00 (hum mil e duzentos e doze reais).
§ 1º. A multa a que se refere o caput deste artigo só será aplicada caso a pessoa jurídica, após devidamente notificada para indicar seu Responsável Técnico ao respectivo Conselho Regional, resguardando o contraditório e ampla defesa, deixar de fazê-lo no prazo de 30 dias, sem apresentar defesa justificada, a contar do recebimento daquela notificação.
§ 2º. No caso de indicação espontânea, também não incidirá a multa administrativa prevista neste artigo.
Art. 8º. Nos casos de falecimento, impedimento ou baixa do registro dos seus Responsáveis Técnicos, deverão as empresas de representação comercial informar e indicar ao Conselho Regional de sua base territorial, imediatamente, novo profissional devidamente habilitado para exercer a referida função, sob pena de notificação e aplicação de multa, nos termos do artigo 7º e seus respectivos parágrafos.
Art. 9º. Verificada a reincidência do(a) infrator(a), que se dará com sua inércia quanto à indicação de Responsável Técnico, após o procedimento fiscalizatório que resultou em multa anterior, a autoridade competente instaurará novo procedimento administrativo, novamente resguardando o contraditório e ampla defesa, para apuração, e se for o caso, aplicação de nova multa administrativa, no mesmo valor de R$ 1.212,00 (hum mil e duzentos e doze reais).
Art. 10. Fica revogada a Resolução nº 1.130/2019 - Confere, de 29 de março de 2019.
Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ARCHIMEDES CAVALCANTI JÚNIOR
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO Nº 2.019, DE 4 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a multa administrativa pelo exercício ilegal da profissão e revoga a Resolução nº 1.176/2020 - Confere.

O Conselho Federal dos Representantes Comerciais - Confere, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que os Conselhos Federal e Regionais dos Representantes Comerciais constituem o Sistema Confere/Cores, aos quais incumbem a fiscalização do exercício profissional da atividade de Representação Comercial, nos termos do artigo 6º da Lei nº 4.886/65, cabendo ao Conselho Federal adotar as providências legais e regimentais para garantir o cumprimento de suas finalidades institucionais previstas em sua lei de criação;

CONSIDERANDO que as pessoas físicas e jurídicas ao exercerem a atividade de Representação Comercial estão obrigadas ao registro nos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 4.886/65;

CONSIDERANDO a necessidade de as Entidades que compõem o Sistema Confere/Cores cumprirem suas finalidades institucionais no campo do poder de polícia da profissão, em benefício e proteção da sociedade, fixando, aplicando, cobrando e executando as penalidades em geral, relacionadas com suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que o art. 18, 'b', da Lei nº 4.886/65, estabelece que a multa aos representantes comerciais faltosos deve ser fixada até a importância equivalente ao maior salário mínimo vigente no País;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Confere em reunião realizada nesta data, resolve:

Art. 1º. A pessoa física ou jurídica que exercer a representação comercial autônoma sem o devido registro habilitatório estará sujeita à Multa Administrativa pelo exercício ilegal da profissão, em razão da ausência de registro no Conselho Regional dos Representantes Comerciais competente, no valor de R$ 1.212,00 (hum mil e duzentos e doze reais).

Art. 2º. No caso de registro espontâneo, fora do prazo, não incidirá a multa administrativa prevista no artigo anterior.

Art. 3º. Verificada a reincidência do(a) infrator(a), que se dará com sua inércia quanto à efetuação do registro habilitatório, após o procedimento fiscalizatório que resultou em multa anterior, a autoridade competente instaurará novo procedimento administrativo, resguardando o contraditório e ampla defesa, para apuração, e se for o caso, aplicação de nova multa administrativa, no mesmo valor de R$ 1.212,00 (hum mil e duzentos e doze reais).

Art. 4º. Fica revogada a Resolução nº 1.176/2020 - Confere, de 17 de dezembro de 2020.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ARCHIMEDES CAVALCANTI JÚNIOR
Diretor-Presidente

CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA

RESOLUÇÃO CONTER Nº 10, DE 13 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a não homologação do Pleito Eleitoral para o Mandato do Corpo de Conselheiros no âmbito dos Conselhos do Sistema CONTER/CRTRS, normatizado pelo Regimento Eleitoral, aprovado pela RESOLUÇÃO CONTER Nº 19/2021 E INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2022 e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhes são conferidas por meio da Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, do Decreto nº 92.790, de 17 de junho de 1986, e do seu Regimento Interno;

CONSIDERANDO que é de suma importância os exercícios de mandatos de Conselheiros, bem como as atividades desempenhadas serem de relevância pública e social para o Sistema CONTER/CRTRs;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve se pautar nos princípios enumerados no art. 37, caput, da Constituição Federal, bem como nos princípios da razoabilidade, do interesse público e da economicidade dos atos de gestão;

CONSIDERANDO o disposto no art. 15 do Decreto-Lei nº 92.790/1986, no qual cada Conselho Regional instalado indicará um conselheiro titular e o respectivo suplente para compor o Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia, escolhidos por meio de processo eleitoral;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação às normas vigentes e às prescrições legais trazidas pelas alterações do Decreto-Lei nº 9.531/2018 no âmbito do Sistema CONTER/CRTRs;

CONSIDERANDO que foi trazida pela redação do §2º do art. 15 do Decreto-Lei nº 9.531/2018, a obrigatoriedade das eleições do Sistema CONTER/CRTRs ocorrerem pelo voto direto dos profissionais inscritos nos respectivos Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO que foi trazido pela redação do §4º do art. 15 e §1º do art. 22 do Decreto-Lei nº 9.531/2018, a modificação do prazo dos mandatos dos Conselheiros do Sistema CONTER/CRTRs que será de 4 (quatro) anos;

CONSIDERANDO que foi trazido pela redação do inciso I do art. 15-A do Decreto-Lei nº 9.531/2018, que os profissionais para se inscreverem no processo eleitoral do Nacional devam ter mais de cinco anos de inscrição profissional;

CONSIDERANDO que foi trazido pela redação do Decreto-Lei nº 9.531/2018, que os profissionais para se inscreverem no processo eleitoral para cargos de Conselheiros dos Regionais devam ter mais de três anos de inscrição;

CONSIDERANDO que foram trazidas as hipóteses de inelegibilidade pelo Decreto Regulamentador, referente ao inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

CONSIDERANDO que pela ausência de cumprimento dos princípios da legalidade, não foi atingido o objetivo do Pleito Eleitoral, qual seja: suprir os cargos vacantes para os Conselhos Regionais e Nacional, regido pelo Regimento Eleitoral nº 19/2021 e Instrução Normativa nº 01/2022;

CONSIDERANDO que o processo de votação deverá permitir que os profissionais inscritos no Conselho Regional votem sem se afastar do seu município de residência;

CONSIDERANDO que as eleições para os Conselhos Nacional e Regionais serão publicadas no Diário Oficial da União e nos sítios eletrônicos dos respectivos Conselhos, com antecedência de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias;

CONSIDERANDO que não foi contemplado o objetivo das eleições, qual seja: o preenchimento das vagas de conselheiros dos Conselhos Nacional e Regionais do Sistema CONTER/CRTRs;

CONSIDERANDO a vedação de eleições indiretas para o preenchimento das vagas aos cargos de conselheiros dos Conselhos Nacional e Regionais do Sistema CONTER/CRTRs;

CONSIDERANDO o Parecer ASSEJUR nº 21/2022, de 27 de junho de 2022, sobre Homologação do Pleito Eleitoral CONTER/CRTRs, para mandato do quadriênio de 2022/2026;

CONSIDERANDO que a Administração Pública pode declarar de ofício a nulidade dos seus próprios atos, nos termos da Súmula nº 346 do STF (princípio da autotutela);

CONSIDERANDO os termos das decisões da 77ª e 87ª Sessões das Reuniões de Diretoria Extraordinária, da Junta Governativa do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia, ocorridas, respectivamente, nos dias 27 de junho e 13 de julho de 2022, resolve:

Art. 1º Declarar no âmbito do Sistema CONTER/CRTRs a não homologação do Pleito Eleitoral, em face da anulação dos atos ilegais que foram realizados durante Processo Eleitoral, conforme Regimento Eleitoral nº 19/2021 e IN nº 01/2022 para o mandato do quadriênio de 2022/2026, quais sejam:

a - Descumprimento do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, conforme art. 29, §4º do Decreto-Lei nº 92.790/1986;

b - A presença irregular de funcionários do CONTER na Equipe de Apoio da CNRE, §3º do art. 47 da Resolução CONTER nº 19/2021;

c - Descumprimento do art. 15 do Decreto-Lei nº 92.790/1986;

d - Descumprimento do art. 22 do Decreto-Lei nº 92.790/1986;

e - O não envio do Processo Eleitoral por Comissões Eleitorais do Sistema CONTER/CRTRs, na forma do art. 40 inciso XI do Regimento Eleitoral;

f - Descumprimento do art. 30 do Regimento Eleitoral por algumas Comissões Regionais e pela CNRE;

Art. 2º Determinar a apuração de condutas ensejadoras de descumprimento das normas vigentes que ocasionaram danos ao processo eleitoral, interferência ou que implicaram na não homologação do pleito, mediante procedimento administrativo cabível.

Art. 3º Fica estabelecido o prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Resolução, para que a Diretoria Executiva da Junta Governativa aprove normativa segura e eficaz, ad referendum do Plenário do próximo Corpo de Conselheiros, que defina as diretrizes para que haja novas eleições no Sistema CONTER/CRTRs.

Parágrafo Único: As novas diretrizes mencionadas no artigo anterior não implicam na revogação da Resolução CONTER nº 19/2021, se tratando apenas de reformulação para adequação e supressão de lacunas do Regimento Eleitoral frente as alterações trazidas pelo Decreto-Lei nº 92.790/86.

CAPÍTULO I

DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

Art. 4º O processo eleitoral não cumpriu o prazo mínimo do §4º do art. 29 do Decreto-Lei nº 92.790/1986.

Art. 5º O processo eleitoral não obedeceu ao disposto nos artigos 15 e 22 do Decreto Lei 92.790/1986, não garantindo o preenchimento das vagas para os cargos de Conselheiros do Conselho Nacional e Regionais de Técnicos em Radiologia.

CAPÍTULO II

DO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA

Art. 6º O novo pleito eleitoral obedecerá a ordem jurídica e o devido processo legal mediante os atos válidos no processo eleitoral.

Parágrafo único - Os atos anuláveis praticados na condução do novo pleito eleitoral poderão ser convalidados, desde que não prejudiquem direitos de terceiros e possam objetivar cumprimento da lei, bem como os fins a que se destinam.

CAPÍTULO III

DO PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO

Art. 7º É obrigação do gestor público, detentor das funções públicas honoríficas estabelecidas na legislação ou normatização vigentes, dar a continuidade do serviço público federal do Sistema CONTER/CRTRs e, em hipótese nenhuma, haverá paralisações dos serviços imotivadamente.

Parágrafo único - A Junta Governativa irá instaurar novo processo eleitoral para escolha de candidatos às vagas de Conselheiros do Nacional e dos Regionais, utilizando-se, para tanto, dos meios legais para o provimento integral dos respectivos cargos.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10 Os valores a serem dispendidos no novo pleito eleitoral seguirão o disposto na Resolução CONTER nº 07, de 20 março de 2021.

Art. 11 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIA KARINA LOPES DA SILVA
Diretora-Presidenta

